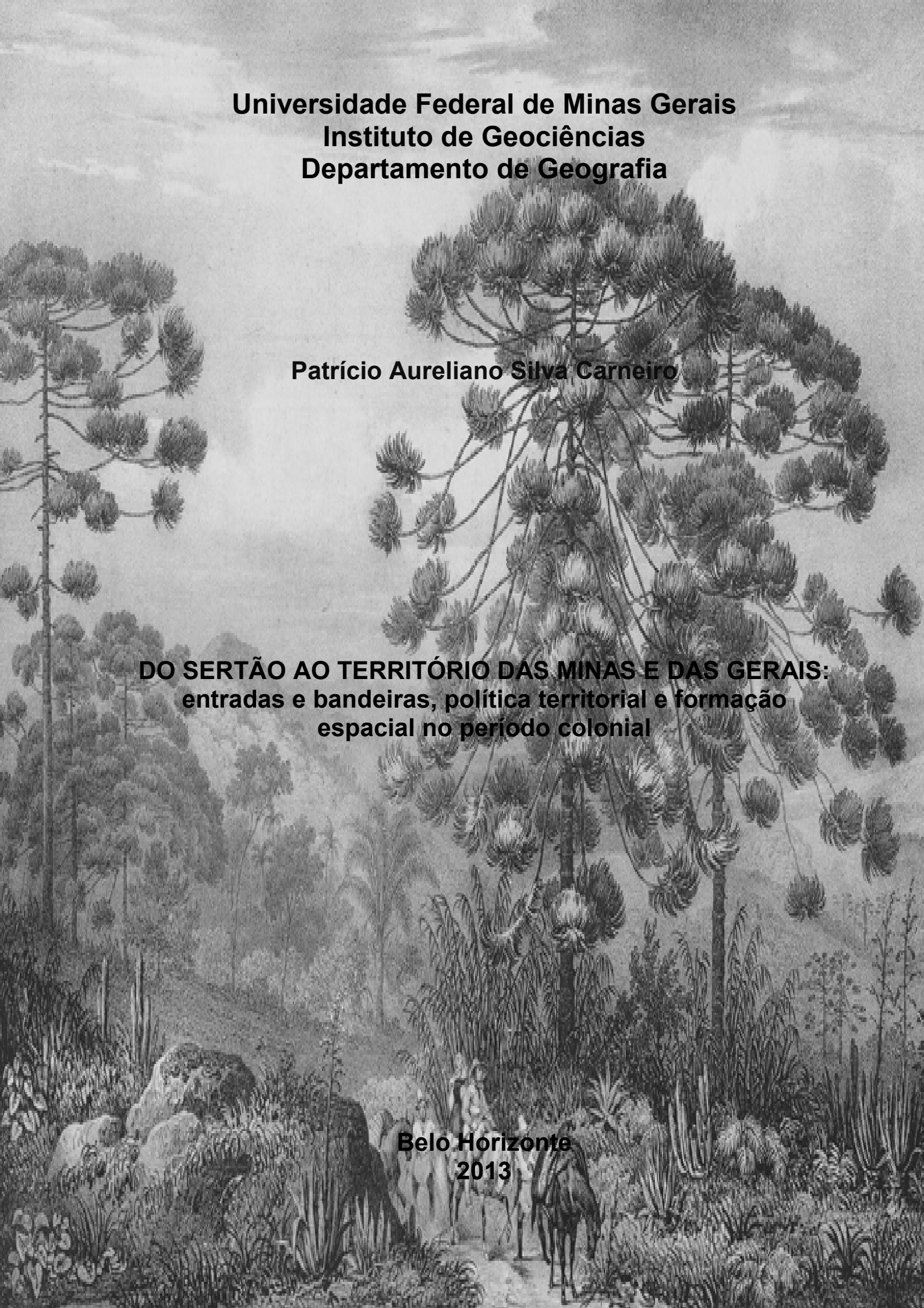




**Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia**

Patrício Aureliano Silva Carneiro

**DO SERTÃO AO TERRITÓRIO DAS MINAS E DAS GERAIS:
entradas e bandeiras, política territorial e formação
espacial no período colonial**

**Belo Horizonte
2013**

Pintura da Capa

Caminho para as minas de Ouro Preto na
Serra do *Deus Te Livre*, Ouro Branco (MG).

Autor: Alphonse Bichebois (1835).

Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil.

Patrício Aureliano Silva Carneiro

**DO SERTÃO AO TERRITÓRIO DAS MINAS E DAS GERAIS:
entradas e bandeiras, política territorial e formação
espacial no período colonial**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço.

Linha de Pesquisa: Produção, Organização e Gestão do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Ralfo Edmundo da Silva Matos (UFMG).

**Belo Horizonte
2013**

C289d Carneiro, Patrício Aureliano Silva.
2013 Do sertão ao território das Minas e das Gerais [manuscrito] :
entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período
colonial / Patrício Aureliano Silva Carneiro. – 2013.
xiii, 392p. : il. (color.).

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto
de Geociências, 2013.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Orientador: Ralfo Edmundo da Silva Matos.

Bibliografia: f. 372-392.

1. Espaço e tempo – Teses. 2. Geografia histórica – Teses. 3. Minas
Gerais – Colonização – Teses. I. Matos, Ralfo Edmundo da Silva. II.
Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. III.
Título.

CDU: 911.3:93(815.1)

Tese intitulada *Do Sertão ao Território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial*, de autoria do doutorando Patrício Aureliano Silva Carneiro, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço.

Aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Ralfo Edmundo da Silva Matos - UFMG
Orientador

Profa. Dra. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo - UFV

Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho - PUCMINAS

Prof. Dr. Rafael Straforini - UNICAMP

Prof. Dr. Weber Soares - UFMG

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2013

Dedicatória

À minha mãe (in memoriam)

Agradecimentos

Ao professor Ralfo Matos, pelas sugestões de percursos sinalizados para a pesquisa e pela atenção minuciosa na leitura e análise do trabalho.

Aos professores Weber Soares e Rafael Straforini, pelas importantes contribuições, críticas e caminhos apontados para a tese durante o exame de qualificação.

À professora Isabel, pela fundamental contribuição em minha formação na graduação, momento no qual despertei o interesse pela geografia histórica.

Ao professor Oswaldo, pelo aceite do convite para participar das críticas dessa pesquisa. Este trabalho contou com o financiamento parcial (dois anos) da CAPES.

[Minas] ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas [...] Porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais. (Guimarães Rosa. Fragmentos das obras Ave, palavra e Grande Sertão: Veredas).

RESUMO

Um dos grandes desafios dos estudos históricos reside na incorporação e análise dos *processos espaciais* e dos *elementos territoriais* responsáveis por influenciar as temporalidades e os eventos e por modelar e organizar o espaço no passado. Na presente tese, procuramos salientar a importância dessa articulação, discorrendo sobre as inter-relações entre as categorias tempo e espaço, história e geografia. Primeiramente, com base em bibliografia anglo-saxônica, revisamos os aspectos conceituais e metodológicos da geografia histórica, discutimos a origem desse campo disciplinar, a sistematização conceitual, a contribuição dos principais protagonistas e as novas tendências e desafios desse plano de abordagem. Num segundo momento, empregamos conceitos e métodos da geografia histórica para estudar a formação territorial e proto-regional da Capitania de Minas Gerais no período colonial. Elaboramos uma visão histórico-geográfica da constituição dessa jurisdição, tendo por base a *ocupação* e a *organização territorial* como linhas de investigação. A principal indagação da pesquisa foi a seguinte: qual a importância do espaço na conquista e ocupação das minas e das estruturas territoriais implantadas pela metrópole para viabilizar a interiorização do projeto de colonização e garantir a transformação dos sertões em território apropriado? Em resposta a essa questão, comprovamos a hipótese de que a compreensão das territorialidades formadoras de Minas Gerais é mais enriquecedora com a integração de categorias geográficas que aludem às relações espaço-tempo. Com base nessa integração, procuramos mostrar a importância de marcos geográficos e das políticas territoriais na ocupação e formação da capitania e na precoce distinção interna do seu espaço, bem como a manifestação da alteridade entre os colonos frente à instalação do poder metropolitano. O período de estudo inicia-se com as primeiras entradas e bandeiras de reconhecimento do sertão, final da primeira metade do século XVI, e termina em meados do século XIX, contexto de mudança estrutural da província. A investigação está baseada na consulta e análise de um amplo conjunto de fontes documentais, encontradas em diversos arquivos, instituições e revistas especializadas, em relatos de viajantes, revisões bibliográficas e trabalhos de campo.

Palavras-chave: Teoria e Metodologia da Geografia Histórica. Capitania de Minas Gerais. Período Colonial. Desbravamento, Conquista e Ocupação. Política Territorial Metropolitana e Alteridade Colonial. Diversidade Proto-Regional.

ABSTRACT

One of the most significant challenges in the historical studies lies in the incorporation and analysis of spatial processes and territorial elements which influence temporality and events, as well as fashion and organize space in the past. The present thesis aims at emphasizing the importance of such relation as well as the connections between space and time, history and geography. First, based on Anglo-Saxon bibliography, we review the conceptual and methodological aspects of historical geography, discuss this field of studies' origins, the conceptual organization, the most prominent scholars' contributions along with the new trends and challenges of this subject. Then, we use methods and concepts of historical geography to study the territorial and regional formation of the Captaincy of Minas Gerais in the colonial period. We created a historical-geographical perspective of this jurisdiction's constitution, using *occupation* and *territorial organization* as guidelines for the investigation. The main inquiry was the next: what's the importance of space in the new area's conquest and occupation and of the territorial structures implemented by the metropolis to facilitate the colonization and guarantee the transformation of mines and backwoods into the colonial territory? In answer to that question, we verify the hypothesis of that the understanding of territoriality forming of Minas Gerais is more enrich with the integration of geographical categories that allude to relations space-time. Based on this integration, we try to show the importance of geographical landmarks and of the territorial politics in the occupation and formation of the captaincy and in the early internal distinction of his space, as well like the manifestation of the otherness between the settlers to stand up to installation of the metropolitan power. This study begins with the interior exploration journeys (*entradas* and *bandeiras*), later first half of the 16th century, and finish in mid-19th century, context of province's structural change. The investigation is based in the consultation and analysis of numerous documents found in several archives, institutions and journals, traveler's reports, bibliographical reviews and observations of the landscape.

Keywords: Theory and Methodology of the Historical Geography. Captaincy of Minas Gerais. Colonial Period. Exploration, Conquest and Occupation. Metropolitan Territorial Policy and Colonial Otherness. Regional Diversity.

Uno de los grandes desafíos de los estudios históricos radica en la incorporación y análisis de los *procesos espaciales* y de los *elementos territoriales* responsables por influir las temporalidades y los eventos y por modelar y organizar el espacio en el pasado. En la presente tesis, procuramos destacar la importancia de esa articulación, discuriendo sobre las interrelaciones entre las categorías tiempo y espacio, historia y geografía. Primeramente, con base en la bibliografía anglosajona, revisamos los aspectos conceptuales y metodológicos de la geografía histórica, discutimos el origen de ese campo disciplinar, la sistematización conceptual y la contribución de los principales protagonistas y las nuevas tendencias y desafíos de ese plan de abordaje. En un segundo momento, empleamos conceptos y métodos de la geografía histórica para estudiar la formación territorial y regional de la Capitanía de Minas Gerais en el período colonial. Elaboramos una visión histórico-geográfica de la constitución de esa jurisdicción, teniendo por base la *ocupación* y la *organización territorial* como líneas de pesquisa. La principal hipótesis de esa investigación es la siguiente: ¿cuál es la importancia del espacio en la conquista y ocupación de la nueva zona y de las estructuras territoriales implantadas por la metrópolis para viabilizar la interiorización del proyecto de colonización y garantizar la transformación de las minas y de los páramos en territorio apropiado? En respuesta a esta cuestión, mostramos que la comprensión de la formación de Minas Gerais es más rica con la integración de categorías geográficas que aluden a las relaciones espacio-tiempo. Procuramos poner en realce la importancia de los marcos de la geografía física y de las políticas territoriales en la ocupación y formación de la capitanía y en la temprana distinción interna de su espacio, así como la manifestación de la alteridad entre los colonos frente la instalación de la autoridad metropolitana. El período de estudio se inicia con las primeras entradas y banderas de reconocimiento del páramo, final de la primera mitad del siglo XVI, y termina en mediados del siglo XIX, contexto de consolidación del cambio estructural de la provincia. La investigación está basada en la consulta y análisis de un amplio conjunto de fuentes documentales, encontradas en diversos archivos, instituciones y revistas especializadas, en relatos de viajeros, revisiones bibliográficas y trabajos de campo.

Palabras-clave: Teoría y Metodología de la Geografía Histórica. Capitanía de Minas Gerais. Período Colonial. Explotación, Conquista y Ocupación. Política Territorial Metropolitana y Alteridad Colonial. Diversidad Regional.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	xii
LISTA DE TABELAS	xiii
INTRODUÇÃO	01
A. A realidade colonial da América Portuguesa: uma abordagem histórico-geográfica por construir	01
B. A Capitania das Minas Gerais analisada sob um novo ângulo	08
C. Objetivos da Tese	12
1. QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS - GEOGRAFIA HISTÓRICA	18
1.1. Importância das relações entre espaço e tempo	19
1.2. Origens e evolução da geografia histórica	26
1.3. Teoria e Metodologia	43
1.3.1. Aportes conceituais	43
1.3.2. Considerações metodológicas	56
1.4. Novas tendências e desafios da disciplina	62
2. MARCOS GEOGRÁFICOS E FRENTES DE CONQUISTA DO INTERIOR	72
2.1. As primeiras expedições	73
2.1.1. <i>Entradas</i>	76
2.1.2. <i>Bandeiras</i>	96
2.2. A preparação e as investidas decisivas dos paulistas	108
2.2.1. A descoberta ou revelação das minas de ouro	121
3. MIGRAÇÃO, DISPUTAS E ORIGEM DO GOVERNO NAS MINAS	138
3.1. Gênese do povoamento e escassez de alimentos	138
3.2. Conflitos sociais e instalação da administração metropolitana	147
4. ORDENAMENTO DO ESTADO E CONTROLE DO TERRITÓRIO	169
Estruturas espaciais de circulação e de fiscalização	
4.1. <i>As estradas reais</i>	171
4.1.2. A alteridade territorial: picadas clandestinas e descaminhos	200
4.2. <i>Os registros fiscais</i>	219
4.2.1. A alteridade territorial: contrabando e sonegação	237
5. ORDENAMENTO DO ESTADO E CONTROLE DO TERRITÓRIO	257
Estruturas espaciais de comando local e regional e de redução da população nativa	
5.1. <i>As vilas</i> e o comando sócio-político do espaço	257
5.2. Os <i>aldeamentos</i> indígenas e a expansão sobre o território “alheio”	281

6. VIAJANTES E HABITANTES NA PERCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS PROTO-REGIÕES DA CAPITANIA	301
6.1. As <i>minas</i> e os aglomerados urbanos	306
6.2. Os <i>sertões</i> e os povos não “civilizados”	316
6.3. Os <i>currais</i> e a criação de gado	328
6.4. Os <i>campos</i> e a produção agrária mercantil	339
6.5. Os <i>matos</i> e a fronteira agrícola	352
CONSIDERAÇÕES FINAIS	363
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	372
A. Fontes Documentais	372
B. Fontes Cartográficas	374
C. Referências Bibliográficas	375

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1.	Diagrama das Relações entre Geografia e História	50
2.	Diagrama dos Principais Discursos da Geografia	55
3.	<i>Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o Cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães</i>	75
4.	<i>Braziliaanze</i>	80
5.	Esboço Cartográfico do <i>Caminho de São Paulo</i> para o Sertão (Trecho da Serra da Mantiqueira)	84
6.	Divisa de Minas e São Paulo, Serra da Mantiqueira, Garganta do Embaú, Cruzeiro (SP)	85
7.	Fragmento do Mapa <i>Terra de Santa Cruz, agora chamada Brasil</i>	89
8.	<i>Acuratíssima Brasiliae Tabula</i>	97
9.	Fragmento da <i>Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil.</i>	111
10.	Marco da Bandeira de Fernão Dias Paes, Ibituruna (MG)	116
11.	Fragmento do Mapa <i>América Meridional</i>	118
12.	Serra do Brigadeiro, Araponga (MG)	127
13.	Pico do Itacolomi, Ouro Preto (MG)	130
14.	Fazenda do Engenho ou dos Cataguases, Lagoa Dourada (MG)	133
15.	<i>Mapa da maior parte da costa e sertão do Brasil</i>	135
16.	Trecho do <i>Caminho Velho</i> . Serra da Moeda, Município de Moeda (MG)	176
17.	Fragmento da <i>Planta em que se mostram as guardas e os registros que há na Capitania do Rio de Janeiro</i>	191
18.	Frentes de Expansão e Tribos Indígenas nos Altos Vales dos Rios Piranga e Pomba, 1750	215
19.	Participação (%) dos Impostos Arrecadados na Receita Total. Capitania de Minas Gerais, 1725-1799	222
20.	Participação (%) dos Registros no Valor do <i>Contrato das Entradas de Mercadorias</i> . Capitania de Minas Gerais - 1776	233
21.	Ruínas do Registro do Caminho Novo, Simão Pereira (MG)	233
22.	Participação dos Registros dos Principais Caminhos no <i>Contrato das Entradas</i> . Capitania de Minas Gerais, 1718-1753	235
23.	Proto-regiões da Capitania de Minas Gerais. Século XVIII	304
24.	Vista de Sabará, século XIX	310
25.	Criação de gado nos campos das margens do Rio das Velhas	329
26.	Vista do <i>Campo</i> . Lagoa Santa (1850)	348
27.	Vista do <i>Mato</i> . Guarapiranga (1850)	348

LISTA DE TABELAS

1.	Registros e Guardas Militares. Capitania de Minas Gerais, 1778	231
2.	Aldeias nos Vales dos Rios Pomba e Doce, 1827	291

INTRODUÇÃO

A. A realidade colonial da América Portuguesa: uma abordagem histórico-geográfica por construir

A historiografia sobre o Brasil colônia, até por volta da década de 1970, se concentrou no modelo latifundiário, escravista e monocultor e, principalmente, na sua forma de articulação com o mercado externo. Questões como *capital mercantil*, *antigo sistema colonial* e *acumulação primitiva* foram elementos qualificativos, utilizados por Caio Prado Júnior (1987) e Fernando Novais (1986), para caracterizar as articulações entre Colônia e metrópole no contexto das teorias do mercantilismo. Esses autores sistematizaram importantes contribuições sobre os fundamentos da dependência e da condição colonial, mas a ênfase no quadro analítico macroeconômico infelizmente obstruiu a apreensão de especificidades do contexto colonial interno, considerado mero reflexo das condições econômicas externas. A situação colonial é característica fundamental, mas se abordada apenas de uma perspectiva não evidencia a importância de especificidades internas, que se formaram devido à influência de determinadas características da Colônia como base natural, grande extensão territorial, distância da metrópole, extenso litoral, rarefação demográfica etc.

As estruturas socioespaciais engendradas na América Portuguesa não se resumem à vinculação exclusiva com o comércio Atlântico e com a metrópole. No âmbito das relações de produção e de trabalho, por exemplo, as singularidades da realidade brasileira do período seriam de tal ordem que Cardoso (1980) e Gorender (1988) defenderam a existência de um *modo de produção escravista colonial*: historicamente novo, com caráter pré-capitalista, cuja particularidade residia na sua condição colonial ou dependência, pois sua reprodução não ocorria completamente dentro do espaço colonial¹. Na perspectiva de Fragoso (2001), a colonização do Brasil não foi o resultado da expansão de uma nascente burguesia comercial metropolitana, mas uma obra da nobreza do *antigo regime*. Ele relatou que o objetivo da colonização Ibérica não era o fortalecimento da burguesia metropolitana, mas a própria supressão dessa classe, visando, portanto, à manutenção da hegemonia da nobreza. Os recursos para tal projeto se originaram do que o autor

¹ Contrários a essa hipótese, João Manuel Cardoso de Mello, Antônio Barros de Castro, Maria Sylvia de Carvalho Franco e José Roberto do Amaral Lapa relataram que o moderno escravismo possuía traços comuns ao capitalismo mercantil europeu e fora constituído como essência do sistema. Portanto, seria equivocada a defesa de um *modo de produção escravista colonial* (MORAES, 2000).

denominou de *economia do bem comum* (controle da administração real, monopólios, privilégios etc), a qual encerrava uma forma particular de apropriação do excedente. Por esse ponto de vista, houve, portanto, a formação de uma elite mercantil colonial, dotada de autonomia e de interesses próprios, e a incorporação de excedente por parte de setores mercantis fixados na Colônia, muitas vezes em detrimento de comerciantes ligados à metrópole.

As proposições teóricas da historiografia tradicional (que caminha na perspectiva da *centralização*) e da historiografia revisionista (que se situa no âmbito da *acumulação interna*) realizam tarefa semelhante e complementar, porém, em níveis distintos: a primeira vertente foca as relações mercantis instituídas entre Colônia e metrópole e a segunda investiga aspectos sutis da natureza interna da economia colonial. No entanto, ambas, e especialmente a primeira, ainda conferem pouca importância à dimensão espacial. Vale ressaltar que a perspectiva historiográfica que defende a acumulação interna, ao criticar a importância dada à oposição metrópole-colônia e ao concentrar sua atenção nos mecanismos internos da formação de excedentes, está propondo, do mesmo modo, uma nova interpretação do significado histórico do período colonial. O perigo dessa abordagem reside na possibilidade de, igualmente, implantar uma ênfase unilateral, com o risco de escamotear a dependência colonial e os determinantes que, sem dúvida, ela implicou, seja na criação de condições para a implantação do capitalismo industrial na Europa ou na fundação de um capitalismo dependente na Colônia².

² Para autores da historiografia tradicional, o exclusivo metropolitano, a escravidão e o tráfico negreiro são fatores importantes na criação dos pré-requisitos do capitalismo industrial europeu (NOVAIS, 1986, p.92). Em contrapartida, conforme alguns autores da historiografia revisionista, as pesquisas atuais sobre o papel dos capitais acumulados na esfera colonial no financiamento da industrialização inglesa mostram que a importância foi pequena. Sobre o peso da mineração, certos teóricos ainda defendem que é preciso recusar algumas projeções como a de que o ouro brasileiro do século XVIII é o agente do capitalismo, pois a economia já era eminentemente britânica, bastando observar a sua estabilidade política, a supremacia comercial, o desenvolvimento da agricultura, o pioneirismo industrial etc (IGLÉSIAS, 1974, p.271; CARDOSO, 1980, p.121-122). Todavia, é fundamental estudar qual a importância do ouro extraído na Colônia para a acumulação primitiva de capital na Europa, haja vista que ele provocou elevação de preços, ampliação de mercados, expansão da monetização da economia etc. No princípio do século XVIII, Antonil (1982, p.68) advertia que “a maior parte do ouro que se tirava das minas passava em pó e em moeda para os reinos estranhos; e a menor era a que ficava em Portugal e nas cidades do Brasil”. Em 1728, Montesquieu havia alertado sobre a abundância do ouro brasileiro que circulava na Europa, com uma benéfica influência para o norte do continente. Adam Smith destacou o incremento do intercâmbio comercial entre a Inglaterra e Portugal em razão do ouro vindo do Brasil e chegou a admitir que, em seu tempo, quase todo o ouro fundido na Inglaterra era de origem brasileira (PRIETO, 1976, p.96). No ano de 1808, Vasconcelos (1901, p.701) escrevia que “tais foram, em suma, a origem e o sucesso do descobrimento das minas de ouro que tem fertilizado (vai correndo já em dois séculos) toda a Europa, não só o reino de Portugal”. Para Charles Boxer, “o ouro produzido fez a fortuna de muita gente, e influiu não só na economia de Portugal e do Brasil, mas também da Inglaterra” (FRANCO, 2007, p.69). O Tratado de Methuen garantia o acesso ao mercado inglês dos poucos produtos portugueses, mas também permitiu transferir, diretamente aos ingleses, os ganhos econômicos com a economia brasileira. Segundo

Os autores da *historiografia clássica*, influenciados pelo discurso marxista predominantemente econômico, pecaram ao enfatizar a obsessão da Coroa no processo de expansão e fixação das fronteiras da América Portuguesa e na transferência de excedentes para o além mar. Como consequência, a história da formação territorial da Colônia ficou reduzida aos desmandos arbitrários da metrópole, como se aqui não existisse um meio físico/natural e determinadas concepções sociopolíticas que levaram à rearticulação de parte das ações emanadas de Portugal. Já na *historiografia revisionista*, apesar dos avanços e das críticas aos pressupostos globalizantes, alguns teóricos não se desvencilharam de uma percepção também econômica e se encontram engolfados nas discussões do modo de produção vigente, das relações de produção e de trabalho etc. Entretanto, a maioria dos estudos na perspectiva da segunda corrente mergulhou num universo de análise microescalar dos aspectos sóciopolíticos da Colônia e as pesquisas, em não poucos momentos, até parecem negar certas características fundamentais que explicam o processo de formação territorial periférico do Brasil, a exemplo da própria condição colonial.

É necessário *geografizar* o debate. Por isso, na tarefa de investigação das conexões entre a Metrópole e a América Portuguesa, ou seja, no estudo das características internas da Colônia construídas dessa relação, o conceito de *formação socioespacial*, cunhado por Santos (1977), pode contribuir para a compreensão do modo como se articula os dois universos, oferecendo um importante recurso metodológico para entender como se forja e se manifesta espacialmente essa interação na Colônia. A categoria em foco privilegia a dimensão espacial e considera a coexistência, numa mesma sociedade, de diferentes modos de produção, com um deles exercendo o papel dominante. Ela pode ajudar a explicar a realidade colonial brasileira cuja combinação de diferentes modos de produção originou diversas formações econômico-sociais. A *formação socioespacial* permite estudar a realização de um modo de produção geral e compreender como uma sociedade específica, em sua totalidade, se realiza concretamente sobre um

Caldeira (1999, p.230-231), “de 1703 até o final do século, a balança de comércio portuguesa com a Inglaterra, fornecedora dos manufaturados que o Brasil importava e Portugal não produzia, foi invariavelmente negativa, com a única exceção do ano de 1780”. Logo, por meio desse tratado, a Inglaterra drenou para dentro de suas fronteiras, durante o século XVIII, as centenas de milhões de libras que tiveram alguma importância, ainda a ser avaliada, na expansão da sua frota marítima, na instalação dos bancos e na preparação da economia industrial. Desse modo, concordamos com Frago (2001) ao apontar que no século XVI a economia colonial brasileira foi montada tendo em vista a dinâmica interna e parasitária de uma metrópole que, em nada, se assemelhava a um país em processo de acumulação de capital. Porém, a partir do século XVIII, é válida a noção de que a instalação da estrutura colonial contribuiu para a acumulação primitiva européia.

espaço geográfico. Ela articula o universal e o local e revela as diferenciações das forças verticais que se instalam e se rearticulam conforme as influências e determinações ditadas pelo espaço geográfico local.

Do contato do modo de produção com o espaço colonial, ações e interesses iniciais foram modificados, produzindo novas e singulares territorialidades ou forjando uma identidade espacial específica da Colônia, que pode ser apreendida a partir da ideia de “*alteridade territorial*”, expressão formulada por Straforini (2009, p.6)³. Este autor defende a importância dessa categoria ou perspectiva de análise, que se torna compreensível quando observamos que, em vários momentos, os interesses da metrópole portuguesa e dos “homens coloniais⁴” não se opuseram ou contrastaram, mas se complementaram, embaralharam, rearticularam ou ainda tiveram a mesma aparência, a depender do movimento, das articulações e do jogo político em questão.

A alteridade territorial instalada na América Portuguesa é o resultado desse conflito permanente e dialético entre verticalidades [estruturas externas ou tempo lento] e horizontalidades [estruturas internas de uma sociedade] de um tempo hegemônico e de um tempo não hegemônico, dos interesses dos homens coloniais e, ao mesmo tempo, da Metrópole, ou ainda, de um tempo lento e um tempo rápido “à la” F. Braudel. Aquilo que ia se construindo e configurando como o território colonial brasileiro era produto desses diferentes atores sociais cujos interesses convergiam e divergiam segundo lógicas sociais, econômicas e políticas de então. A alteridade territorial nos revela que não havia uma unidade territorial marcada pela homogeneidade de interesses, mas sim, unidades díspares e heterogêneas, porém, indissociavelmente integradas em uma complexa rede socioespacial (STRAFORINI, 2009, p.7) (Grifos nossos).

“O tempo hegemônico ou as forças verticais” não se instalaram na América Portuguesa com a mesma “carga quantitativa e qualitativa advinda de sua origem”,

³ A ideia da perspectiva de análise a partir da *alteridade* deve-se a Furtado (2006, p.19 e 26), ao discutir a proposição de que os interesses metropolitanos e coloniais não se opuseram, mas se complementaram e se “misturaram”. De acordo com a autora, uma vez instalados na América Portuguesa e dedicando-se a atividades de alta lucratividade, os interesses dos comerciantes estiveram “tão enraizados na terra que não era mais possível defini-los como puramente metropolitanos”. Assim, aqueles personagens passavam a atuar também como “colonos”, contribuindo para a formação de uma sociedade que não era mera “expressão direta do Reino”.

⁴ A expressão “homens coloniais” foi cunhada por Luiz Felipe de Alencastro e será utilizada neste trabalho de forma semelhante à ideia empregada por Straforini (2007, p.30-31), ou seja, “para se referir aos moradores da América Portuguesa, não só de origem lusitana direta ou de descendência, como também aqueles que forjaram a condição de ‘homens bons’ mediante seus bens e ‘presteza’ para com a Coroa”. De acordo com o segundo autor, aqueles personagens agiam tanto como vassalos do Rei quanto como indivíduos com interesses próprios e, desde cedo, vislumbraram na Colônia a possibilidade de construir riqueza e acumular poder.

mas, pelo contrário, ao “atingirem o espaço geográfico colonial encontraram as intenções, os interesses e as ações” de grupos locais, “fortemente presentes nesse espaço (STRAFORINI, 2009, p.6)”. A formação territorial se funda nesse universo conflituoso e complementar entre as lógicas exclusivas do poder metropolitano e as dos interesses internos ou coloniais.

A análise dos mecanismos de “interiorização⁵” e de afirmação do Estado metropolitano nas Minas requer, portanto, a avaliação do processo relacional entre Colônia e Coroa para além das diversas formas de instituição do poder, muitas vezes tomado unicamente como centralizado. Ou seja, o estudo da formação da sociedade e do espaço na América Portuguesa não pode ser levado a cabo apenas como uma mera expressão direta dos interesses reais, pois, como bem enfatizou Furtado (2006, p.26), “havia sempre espaço para a alteridade” ou, nas palavras de Straforini (2009, p.7), para a “alteridade territorial”, notável nas picadas clandestinas e descaminhos, no contrabando e sonegação, nas revoltas etc. Nos interstícios de um poder metropolitano que não se mostrou sempre centralizado, mas também permitiu a expansão da autonomia, é possível considerar certo grau de liberdade e de acumulação interna, as quais produziram territorialidades alternativas, mesmo sob a condição colonial, característica logicamente relevante⁶.

Nos últimos trinta anos, as pesquisas históricas, com ênfase particularmente nas características internas da economia colonial, têm relativizado uma série de questões, até então consolidadas pela *historiografia tradicional*. Uma delas é a do *pacto colonial*, modelo teórico que prega uma autoridade essencialmente centralizada e uma elite local submissa, cujo objetivo seria garantir a drenagem para a metrópole dos lucros oriundos do exclusivo comercial e das atividades econômicas

⁵ O conceito de “interiorização da Metrópole” deve-se a Maria Odila Leite Dias (2005). O termo foi empregado pela autora para analisar as consequências político-econômicas da transferência do eixo central do Império Português, após a vinda da família real para o Rio de Janeiro em 1808. Esse processo, segundo a autora, culminaria na transformação da *Colônia em Metrópole interiorizada*. No entanto, empregamos o conceito no século XVIII para analisar a ocupação dos sertões pela política metropolitana após a instalação de um conjunto de *fixos* (caminhos, registros, vilas e aldeamentos) e *fluxos* (circulação de pessoas, bens, riquezas e mercadorias), os quais iriam promover o avanço da colonização, o prolongamento e a disseminação do poder da Coroa e a articulação do litoral com as minas.

⁶ É muito provável que em alguns períodos, as determinações internas ganharam maior relevância; em outros, as influências e conjunturas externas explicam parte significativa da dinâmica econômica e social. Do ponto de vista da economia mineira, suas diversas tramas econômicas, tanto internas (fluxos intra e inter-regionais) quanto externas, comportam diferentes níveis de complexidade, autonomia e centralização que se posicionam entre a transferência de excedentes para a Metrópole e a formação de espaços específicos de acumulação interna variável. Um grande desafio está em inserir a dimensão espacial nessas duas perspectivas e investigá-las de forma articulada. Mas, nas últimas décadas, observa-se o distanciamento e a rivalidade das duas metodologias de pesquisa (centralização *versus* acumulação interna) que procuram, continuamente, criticar as conclusões encontradas pelo *campo adversário* e, ao mesmo tempo, impor sua visão unilateral.

implantadas na Colônia. Portugal não conseguiu realizar exatamente essa finalidade e fez vistas largas ao avanço dos coloniais em áreas que, pela cartilha mercantilista, seriam reservadas como o tráfico de escravos. Negociantes do Brasil comercializavam com outras regiões que não eram de domínio português. Segundo Fragoso (2001), as vinculações da praça mercantil do Rio de Janeiro com a navegação de longa distância e suas triangulações de mercadorias com a Costa da Mina, Angola e Goa alteram a imagem do pacto colonial, comprovando a autonomia que o capital mercantil, sediado nas colônias, possuía ante o poder metropolitano⁷.

As relações políticas entre o poder periférico e o do centro fazem parte de outro universo revisitado pela *nova historiografia*⁸. Diversos fatores como conflitos entre governadores, funcionários e clero, agentes do fisco e da justiça etc sinalizam a impossibilidade do exercício pleno do poder metropolitano, constantemente marcado por antagonismos. Não foram poucos os momentos em que houve uma barganha entre poder central e local, não predominando, portanto, necessariamente, interesses antagônicos e altamente centralizados. Em algumas situações, a administração colonial foi muito rígida, em outras, bastante flexível, adaptando-se às singularidades e à autonomia conquistada pela América Portuguesa. Para Chaves (2003), o poder central, personificado na figura do rei, não era exatamente unificado e indivisível, já que se exercia no Antigo Regime um poder repartido, baseado na autonomia político-administrativa das instituições e poderes periféricos, a exemplo das Câmaras Municipais, locus de relativa autonomia dentro da composição de forças do domínio português. Logo, os órgãos administrativos da capitania foram marcados por contradições, pois, enquanto mantinham uma sujeição extrema ao Estado metropolitano, também lutavam por autonomia.

A efetivação do projeto de colonização só foi possível graças à construção de uma identidade comum entre metrópole e vassalos, logicamente marcada por conflitos em diversos momentos. A Coroa buscou estabelecer laços de identificação

⁷ Na primeira metade do século XVIII, os ganhos econômicos da Colônia pareciam claros para Dom Luís da Cunha, quando sugeriu a Dom João V a mudança de sua Corte para a cidade do Rio de Janeiro. Ele argumentava que os recursos naturais, econômicos e demográficos na Colônia eram muito maiores do que os da mãe-pátria e a referida cidade estava melhor situada do que Lisboa para ser a metrópole comercial e marítima do Império Português. Para o estadista, era “mais cômodo e mais seguro estar onde se tem o que sobeja, do que onde se espera o de que se carece (BOXER, 1963, p.279 *apud* CALDEIRA, 1999, p.232)”. A partir do século XVIII, a economia colonial parece ter construído uma trajetória na oposição explícita aos desígnios de seus dirigentes, inclusive no que se refere a acumular capital suficiente para sustentar seu próprio crescimento.

⁸ Teóricos da *historiografia tradicional* como Prado Júnior (1977) postularam que a administração metropolitana foi marcada pela falta de organização, incapacidade, negligência e inércia ou, numa visão mais estreita, pela crescente centralização e fortalecimento das autoridades em certos setores como a manutenção da ordem e a garantia da arrecadação de tributos.

entre colonizadores e colonizados. Pessoas importantes na Colônia assumiram órgãos administrativos e fiscais dos governos locais, corroborando a idéia de um “Império luso-brasileiro”, caracterizado por posturas conciliatórias e por embates. Na opinião de Russel Wood (1998, p.3 e 12), as leis reais e as imposições dos conselhos se mostraram flexíveis em determinados momentos e foram numerosos os exemplos de colonos capazes de exercerem pressões suficientes sobre as autoridades metropolitanas, a fim de “evitar ou modificar totalmente as políticas propostas, de atrasar a implementação de ações prescritas ou de negociar um acordo menos ofensivo aos interesses particulares”.

Os colonos tinham a percepção das obrigações, mas sabiam da possibilidade de impor limites à ação metropolitana. O *direito comum* permitia que certas práticas locais se tornassem *direito de fato* (ESPANHA, 2006, p.36). Nem sempre as determinações das Câmaras se baseavam em um princípio jurídico estabelecido, mas nos usos e costumes das sociedades. Em várias situações, quando a Coroa procurou proceder à emenda dos erros políticos ou dar uma nova ordem à administração, as práticas costumeiras já estavam consolidadas por privilégios ou contratos passados. Deste modo, diante dos vários obstáculos para a submissão dos colonos e sua integração à ordem Real, o poder metropolitano agiu com *cautela* e *simulação* na condução dos negócios, receoso do clima de agitação que uma medida poderia causar na Colônia. Tal era o caso da cobrança de impostos, um dos temas que geravam constantes atritos com a população e que o rei solicitava aos governadores a sua implantação com “a menor vexação possível”⁹.

Importantes esferas políticas da Colônia se encontravam sob o controle do poder metropolitano. Todavia, este estava longe de se manifestar em sua plenitude e, principalmente, de se impor, sobretudo aos sertões, por uma série de motivos como exiguidade de meios e instrumentos disciplinares, pequeno número de funcionários régios (reduzidos ainda pelas doenças tropicais e pelas epidemias), vias precárias de comunicação, grande extensão territorial, conflitos de jurisdição

⁹ Um autor anônimo, num documento de 1750, relatou que o governador Dom Braz Balthazar da Silveira, no ano de 1715, fez uma junta na vila do Sabará para “comunicar que tinha ordem de Sua Majestade para lançar os quintos por bateias e neste meio houve repugnância [...] E o povo se amotinou de forma que se o governador não se retirasse para Vila Rica haveria motim grande; e ainda na retirada, vindo o ministro pernoitar aos Raposos, à casa de um João Lobo, ali o perseguiram, cercando-lhe a casa e clamando contra ele, de sorte que foi preciso retirar-se por uma janela. Escapou desta, chegando a Vila Rica com bom sucesso, porém, com o acordo de se pagarem os quintos na forma da resolução da primeira junta (MATOSO, 1999, p.225)”. Diante dos acontecimentos e das inquietações do povo, o governador resolveu suspender a execução da medida para não arriscar as minas à última ruína. O rei de Portugal não só aceitou a decisão de D. Braz como concedeu perdão aos revoltosos e elogiou o ministro quanto à sua resolução. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.3, p.85-88, 1898.

entre vilas, termos, comarcas e capitanias, burocracia metropolitana, formada por uma gama de órgãos com atribuições não muito precisas e sobrepostas, distância da metrópole, presença da violência e de redes de poder criadas por potentados locais e pelos funcionários régios para obtenção de vantagens particulares, clima de amotinamento, abuso de autoridade pelos governadores e ouvidores etc. Esses e outros fatores tornaram a prática da política dependente do cotidiano e das características internas da Colônia, gerando entraves à aplicação efetiva das leis conforme os desejos emanados dos dirigentes metropolitanos.

B. A Capitania das Minas Gerais analisada sob um novo ângulo

No longo século XVIII, houve nas Minas uma lenta afirmação e consolidação do poder real, mas também a ocorrência de constantes ameaças à dominação da monarquia, tanto por meio dos perigos internos - motins, atentados e conspirações -, quanto externos - guerras e invasões estrangeiras. O universo da população colonial, marcado pela indistinção social e por uma fluidez econômica favorecida pela mineração e atividades correlatas, tornava difícil o controle efetivo. Se, por um lado, a distância do poder central favorecia a afirmação de interesses pessoais das autoridades metropolitanas, por outro, esse afastamento e a grande extensão territorial da capitania facilitavam o alargamento do poder privado e a criação de territórios dominados por potentados locais.

Os desvios às normas impostas pela administração colonial se tornaram uma realidade recorrente, formando aquilo que Russel Wood (2009, p43) denominou de “cultura de evasão endêmica”. Práticas comerciais incluíam contrabando, intercâmbios ilegais com não-portugueses, cunhagem de moedas falsas, raspagem de moedas, mistura de estanho raspado com ouro em pó, não pagamento de taxas e impostos de licença etc. A obediência foi trocada por acordos negociados com maior independência de pensamento e ação e, inclusive, com representatividade, visto que colonos ou seus procuradores tiveram voz em Lisboa, pois chegaram a ser ouvidos pelo rei.

A manutenção da ordem e a prisão de criminosos eram tarefas extremamente difíceis, haja vista as constantes fugas para outras capitanias ou a proteção de patronos, não raro potentados locais com mercês e promoções concedidas pela própria Coroa. Nos sertões, a presença de pessoas poderosas, bem como de toda a gama de bandos de malfeitores, criou territórios de mando e incitou a exacerbação

da violência (ANASTASIA, 2005). Várias tentativas de controle da Coroa sobre as áreas proibidas, ocupadas aleatória e furtivamente ao longo do século XVIII, fracassaram (CARNEIRO, 2008). Na opinião de Furtado (2006, p.196):

Nas Minas, tudo parecia estar fora do lugar [...] Paradoxalmente, grande parte deste descontrole era resultado da maneira como o poder se organizava desde a Metrópole. A necessidade de se utilizar dos potentados para levar a autoridade à periferia, o excesso de poder de funcionários, a falta de uma hierarquia clara, o caráter pessoal do mando, tudo contribuía para, uma vez distante do centro, aumentar a confusão entre a esfera pública e a privada e imprimir a sensação de desgoverno.

No Distrito Diamantino, para alguns teóricos, locus, por excelência, da política altamente repressora da metrópole, materializada no *Regimento Diamantino*, “o rigor metropolitano foi quase nunca aplicado”. As leis constituíam frequentemente letra morta e as próprias autoridades não se dispunham a executá-las. “As insistências no cumprimento das ordens mostram que a ineficácia, o descontrole e a convivência disseminavam entre o corpo administrativo e a população” cujos interesses se misturavam. Então, apesar dos rigores da lei, a vida na demarcação não transcorria nos simples limites da ordem e grande descontrole social marcou continuamente a sociedade diamantina (FURTADO, 1996, p.88-89).

A *historiografia tradicional*, influenciada pela concepção mercantilista da colonização e pela ótica da teoria da dependência, concedeu ênfase exclusiva à mineração, deixando de lado importantes setores da economia que estiveram presentes de forma significativa no processo de formação territorial de Minas Gerais. Adeptos dessa corrente postularam que a própria Coroa criou obstáculos ao desenvolvimento de outros setores produtivos para não oferecerem concorrência à extração do ouro. Portanto, enquanto a produção aurífera se desenvolvia e atingia o seu auge, a agropecuária, por exemplo, teve importância reduzida, voltada apenas para o auto-consumo e dependente das flutuações da atividade principal. Advogaram os teóricos que o abastecimento interno era oriundo de outras capitanias, já que o isolamento geográfico das Minas Gerais, a característica limitante das terras, impróprias para o cultivo, e os impedimentos da Coroa teriam promovido o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, pobre e inexpressiva, que só ganharia destaque no cenário econômico da crise da mineração, ou seja, ao longo e após a segunda metade do Setecentos.

Diversos documentos e estudos, contrários às proposições postuladas pela *historiografia tradicional*, apontam que as atividades agropastoris estiveram presentes desde o princípio da descoberta do ouro. Relato de Bento Fernandes Furtado, datado de 1750, evidencia que nos primeiros anos das minas “estenderam-se os mineiros a ocupar o lugar das suas datas [...] e cada um fazendo as suas roças nos lugares que por sorte lhes couberam”. Muitos agricultores “viveram anos de fabricar mantimentos para vender aos mineiros que passavam para as Minas ou voltavam para os povoados, fazendo neste negócio altíssimas fortunas” (MATOSO, 1999, p.183). Uma vasta camada populacional, nem sempre vinculada à prática da mineração, teve papel importante na sustentação do setor agropecuário: homens e mulheres de variadas origens, ocupados com a atividade de produção de alimentos voltada para o auto-consumo ou para o mercado interno, utilizando-se de mão-de-obra escrava ou familiar. Do comércio de diversas mercadorias houve a integração dos mercados internos e externos à capitania, peça fundamental no abastecimento dos núcleos urbanos e responsável por promover a interiorização dos interesses metropolitanos na Colônia.

Os estudos sobre a decadência da mineração em Minas Gerais também receberam inúmeras críticas, principalmente no tocante à propalada estagnação econômica. Os teóricos da *historiografia tradicional* relataram que o comportamento da economia da capitania do ouro teria seguido as etapas do crescimento, apogeu e decadência da sua atividade principal. Essas noções contribuíram para criar uma obscuridade quanto ao entendimento da dinâmica interna mineira, principalmente entre a segunda metade do Setecentos, marco da redução da exploração aurífera, até por volta das primeiras décadas do Oitocentos, ocasião na qual se expandiu o latifúndio cafeeiro na Zona da Mata. Os trabalhos revisionistas de Lenharo (1979), Guimarães e Reis (1987), Libby (1988), Almeida (1994) etc assinalaram a importância do setor agropastoril e manufatureiro e mostraram um mercado interno dinâmico, gerado por acumulações endógenas, decorrentes, por exemplo, das relações comerciais com o Rio de Janeiro, descortinando um novo panorama em Minas no período citado¹⁰.

¹⁰ De fato, a partir de meados do Setecentos, houve uma retração geral da atividade mineradora (extração do ouro) num processo que culminou no decréscimo dos níveis gerais de riqueza até por volta do princípio do Dezenove. Esse fato decorreu da menor disponibilidade de ouro em pó, moeda principal da capitania, que gerou impactos regionalizados sobre o comércio. Linhares (1979, p.147-171) *apud* Carrara (2007b, p.35-36), que chamou atenção para a obviedade da decadência da mineração, enfatizou que o maior desafio nessa discussão consiste em verificar o impacto desse evento no conjunto da sociedade mineira, em seus diversos níveis de articulação com outras regiões.

A mineração conviveu paralelamente com a atividade agropastoril. Esta, além de ter propiciado a montagem da sociedade mineradora na fase inicial da colonização, tornou-se a principal opção econômica quando da decadência, levada a cabo pelas unidades de produção escravistas e camponesas. Para os diversos trabalhos revisionistas, houve uma maior diversificação da economia mineira neste período, evidenciada nas atividades agrícolas, manufatureiras e criatórias, as quais imprimiram uma nova realidade e um novo dinamismo econômico, observável, por exemplo, nas listas nominativas de 1831, que mostram uma estrutura ocupacional diversificada e complexa. Libby (1988) cunhou o termo “economia em acomodação evolutiva” (aquela que não se encontra em processo de crescimento acelerado, nem de decadência absoluta, mas de rearticulação interna) para descrever as atividades de transformação, tais como a siderurgia, a indústria têxtil e a agropecuária mercantil, que coexistiram com a atividade mineradora e absorveram os efeitos da crise da mineração¹¹.

O balanço geral da renovação historiográfica das últimas três décadas nos permite inferir um saldo muito favorável, principalmente se levarmos em conta a diversidade e o aprofundamento de temáticas abordadas, de metodologias e de fontes históricas pesquisadas. Um dos grandes desafios dos estudos sobre o período colonial reside na coesão entre o necessário aprofundamento de algumas temáticas e a consideração da influência de aspectos mais globais, determinantes da dinâmica colonial. A maioria dos estudos sobre o Brasil e Minas Gerais no período em foco também não tem dado a importância devida ao espaço no que tange ao seu papel na viabilização dos interesses de grupos específicos e da administração portuguesa. Daí, a necessidade de se incorporar e analisar os *processos espaciais* e os *elementos territoriais* responsáveis por influenciar as temporalidades e os eventos e por modelar e organizar o espaço no passado, geralmente tomado como simples palco dos acontecimentos históricos, dado fixo ou base material.

¹¹ Mesmo após a queda na produção do ouro, dirigiram-se para Minas Gerais as principais artérias do comércio interno, vindas do sul, norte e leste da Colônia. Amílcar Martins Filho e Roberto Martins explicaram tal processo com base no dinamismo dos mercados locais e da agricultura de subsistência que, para os autores, foram capazes de manter o elevado nível de importação de escravos. Robert Slenes embasou sua justificativa na continuidade da exploração de diamantes, no início do plantio do café e em um menor declínio da exploração do ouro. Douglas Libby já ressaltou o processo de protoindustrialização, baseado, sobretudo, na produção de tecidos de algodão, e uma reprodução interna de escravos bem maior do que no restante da Colônia (CALDEIRA, 1999).

C. Objetivos da tese

Um dos grandes desafios dos estudos históricos reside na incorporação e análise dos *processos espaciais* e dos *elementos territoriais* responsáveis por influenciar as temporalidades e os eventos e por modelar e organizar o espaço no passado, geralmente tomado como simples palco dos acontecimentos históricos. Toda nação possui uma história que explica parte da sua conformação e estrutura atual. Mas, a interpretação histórica não pode prescindir da geografia, pois, em que pese a importância investigativa da primeira, a segunda possui um importante papel na interpretação da particularidade histórica. Como disse Moraes (2011, p.71), “a colonização é, em essência, um processo de expansão territorial, constituindo uma modalidade particular da relação sociedade-espaço, marcada pela conquista, domínio e exploração econômica de novas terras”. Por isso, geografia e história precisam caminhar juntas na explicação da sociedade.

As condições, em termos de influências e possibilidades, oferecidas pelo meio físico e construído, desempenham uma função significativa na elucidação do estabelecimento e na formação da sociedade. É o peso explicativo do espaço, constituído por objetos materiais e simbólicos, em constante modificação devido a ações humanas que procuram ordená-lo ou dá-lo um novo ou diferente sentido. Do ponto de vista metodológico, desvendar a *organização socioespacial* exige a investigação da ocupação e da formação territorial, rico caminho para análise da transformação do espaço em território. O estudo da *ocupação territorial* e da *formação socioespacial* nos permite desvendar projetos econômicos, políticos, militares e simbólicos em jogo que por diferentes vias procuram se implantar na sociedade em foco. Os interesses de classes, as concepções políticas e econômicas diversas, as relações de poder privadas ou do Estado, a resistência de grupos marginalizados etc podem se tornar evidentes nas formas espaciais. Logo, o território como construção política dinâmica está continuamente emerso em disputas de diversos grupos sociais, os quais buscam imprimir territorializações específicas conforme seus interesses.

A organização espacial, meio e resultado da sociedade, se transforma, então, num terreno competitivo de práticas sociais que podem imprimir uma manutenção ou reforço da espacialidade existente ou empreender uma política com vistas à reestruturação significativa ou transformação radical. As concepções sócio-políticas e econômicas, influenciadas pelo peso da *inércia espacial* e pelas condições

oferecidas pelo meio, explicam, neste caso, porque os processos de *ocupação territorial* e de *formação socioespacial* se caracterizam por variações de ritmo, com pausas e avanços bruscos no tempo e no espaço¹².

Na história da formação de Minas Gerais, as pesquisas, em sua maioria, não conferem a importância devida ao papel do *espaço* e do *território* na criação de obstáculos ou na viabilização dos interesses da administração portuguesa e dos colonos no processo de desbravamento, conquista e ocupação das *minas* e dos *sertões*. Por isso, na presente tese, empregando conceitos e métodos da geografia histórica, elaboramos uma visão histórico-geográfica da formação territorial e proto-regional da Capitania de Minas Gerais no período colonial, tendo por base a *ocupação* espacial e a *organização territorial* como linhas de investigação. Partimos da hipótese de que os *marcos* e os *imaginários geográficos* foram de suma importância na descoberta das minas e as *estruturas territoriais* implantadas pela metrópole viabilizaram a conquista, ocupação e “interiorização” do projeto de colonização, garantindo a transformação dos sertões em território apropriado.

O período da pesquisa se inicia com as primeiras entradas e bandeiras de reconhecimento do sertão, ocorridas no fim da primeira metade do século XVI, e termina na segunda década do século XIX, época da definição das fronteiras da Capitania de Minas Gerais com a de Goiás (alguns relatos de viajantes, entretanto, são extensivos até por volta de 1850). Na primeira década do século Dezenove, a imagem que os habitantes tinham da capitania do ouro durante o Setecentos começou a se desfigurar. Diversos fatores ocorridos *na primeira e segunda década* do Oitocentos como a substituição do ouro em pó, principal reserva de valor e meio de troca na capitania, pelo papel moeda, a implantação de uma política de cunho mais ofensivo em relação aos índios, a ocupação intensa dos *matos* do Leste, a anexação do *Sertão da Farinha Podre* (atual Triângulo Mineiro), o avanço do cultivo do café sobre as bacias dos rios Doce e Paraíba do Sul, a expressividade da atividade agropecuária na Comarca do Rio das Mortes, entre outros, marcam uma

¹² Nos primórdios da atividade aurífera em Minas Gerais, por exemplo, tal era a importância das condições oferecidas pelo meio físico, em termos de influências e de possibilidades, que segundo o poeta Cláudio Manoel da Costa era impossível minerar o ouro sem a água das vertentes e ribeiros. Mas, tão forte e insuportável era o frio das águas que em alguns córregos como o do Carmo, localizado em Mariana, era preciso entrar pelas dez horas da manhã e sair pelas três da tarde. Em muitos rios como os de Santa Bárbara, Piracicaba e Brumado, as enchentes impediam os serviços de mineração. Lavras de ouro como as de Minas Novas rendiam pouco, pois as nascentes dos cursos d'água eram muito baixas, não sendo possível levar a água ao alto dos montes e espigões ricamente auríferos (COSTA, 1897).

mudança estrutural: o esgotamento do “século do ouro”¹³. A transferência da sede do governo português para a cidade do Rio de Janeiro em 1808 desencadearia um conjunto de transformações na organização político-administrativa da Colônia, marcado por um amplo processo de abertura política e econômica e por várias tentativas de dinamização de diversos setores produtivos. Entre a data citada e o ano de 1813, houve a alteração definitiva do eixo central da economia mineira, pois, segundo Carrara (2007b, p.53), a receita gerada pela produção total de ouro tornou-se equivalente à obtida pela atividade agrícola e pastoril e não mais cessou de perder importância para esta última.

A estrutura básica da tese está dividida em seis capítulos. O primeiro tópico apresenta uma revisão dos aspectos conceituais e metodológicos da geografia histórica. São enfatizadas as inter-relações entre as categorias espaço e tempo, geografia e história, a origem do campo disciplinar da geografia histórica, a sistematização conceitual e a contribuição dos principais protagonistas, os entendimentos teóricos recentes sobre a disciplina, os pressupostos metodológicos do trabalho com fontes documentais e arquivísticas, bem como as novas tendências e desafios desse plano de abordagem interdisciplinar.

No segundo capítulo são examinadas as frentes de desbravamento e de conquista dos sertões da Colônia, as entradas e bandeiras que partiram das capitanias do Norte e do Sul com o intuito de descobrir riquezas durante o século Dezesseis e Dezessete, as políticas de incentivo ao descobrimento de recursos minerais, os imaginários que juntamente com o desejo da captura de índios moveram os sertanistas para o interior, a importância dos atributos geográficos nos deslocamentos, as explicações para o encontro tardio das minas de ouro, assim como os fatores que tornaram possível este fato.

O terceiro tópico analisa o contexto social que motivou a metrópole a dar início à organização do novo território. Fatores como o rápido e acentuado crescimento migratório, a riqueza estratégica da área para colonos e Coroa e as disputas entre paulistas e forasteiros e dos colonos com a metrópole, num ambiente marcado por territórios de atuação do poder privado, ausência da justiça e de ordem “pública”, alta vertiginosa dos preços, carestia de mantimentos e fome, irão

¹³ Os habitantes dos núcleos urbanos antigos (especialmente os dos distritos de Ouro Preto, Sabará, Pitangui, Caeté, Mariana, Tijuco, Serro e Paracatu) ainda os percebiam como fortemente dominados pela mineração. Todavia, na maior parte da capitania, a maioria da população se concentrava nos sítios e fazendas, como era o caso da Comarca do Rio das Mortes (com exceção das centralidades urbanas de Barbacena, Campanha, São João Del Rei e Tiradentes).

impulsionar a administração portuguesa a implantar uma política de ordenamento nas minas. Esse processo ocorreu, primeiramente, com a criação da *Capitania de São Paulo e Minas do Ouro*, desmembrada da do Rio de Janeiro, a qual estava vinculada a zona mineradora.

Os dois capítulos seguintes, quarto e quinto, abordam a organização do espaço das minas, das zonas de acesso a elas e do entorno, destacando-se as principais estruturas territoriais implantadas pelo poder ultramarino para consolidar a instalação do ordenamento estatal e garantir o controle e a interiorização da nova possessão territorial. Estudamos a política de controle e circulação nas estradas reais, os registros de fiscalização e cobrança de impostos, a fundação de vilas e a redução dos indígenas por meio dos aldeamentos e presídios. Por outro lado, procuramos mostrar como a alteridade territorial surgiu como resultado dessas medidas quando analisamos as reconfigurações delineadas pela população local por meio das práticas ilícitas de construção de picadas clandestinas, contrabando de mercadorias e sonegação de tributos.

O sexto e último capítulo aborda a formação das primeiras categorias “regionais” da capitania (*minas, sertões, currais, campos e matos*). Elas correspondem a paisagens ou formas de percepção do espaço, criadas no universo mental dos habitantes, dos viajantes e das autoridades coloniais, consequência da descoberta dos recursos minerais, do adensamento demográfico, do surto urbano, da especialização das áreas em determinadas atividades produtivas e do quadro natural. Esses conjuntos proto-regionais sinalizam uma importante diferenciação interna da jurisdição e nos permite, com algumas limitações, segmentá-la em áreas distintas, tarefa que está pautada na análise de critérios-chaves de cada um desses espaços, onde procuramos selecionar os atributos peculiares e explicar as suas características distintivas. Após esse capítulo, apresentamos as considerações finais, as fontes e as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa.

A investigação documental está baseada na consulta e análise de um amplo conjunto de fontes (cartas de sesmarias, cartas régias, cartas patentes, cartas de governadores, avisos, alvarás, provisões, leis, ordens, regimentos, resoluções, termos, decretos, bandos, instruções, despachos, editais etc), encontradas, sobretudo, no Arquivo Público Mineiro (APM). Essa instituição é a principal depositária de fontes do período colonial mineiro e os documentos estão catalogados nos *Códices da Seção Colonial*, que se distribuem em dois tipos segundo Boschi (1989): livros de registros, ordenados cronologicamente e oriundos

dos diferentes órgãos públicos sediados na capitania; e volumes formados por meio da reunião de documentos originais avulsos, recebidos pelos organismos administrativos ou autoridades instaladas na capitania¹⁴.

A coleção documental do APM apresenta boas condições para pesquisa. Existem, no entanto, algumas dificuldades na leitura dos documentos devido ao tipo de letra, estilos linguísticos, escrita, às vezes, pouco legível, desbotada e manchada, e abreviaturas, obstáculos disseminados pelas documentações dos séculos Dezoito e Dezenove. Certas coleções ainda possuem interrupções na cobertura temporal. São os casos dos *avisos*, que apresentam falhas para a segunda metade do século Dezoito, dos *alvarás*, que não vão além de 1720, dos *bandos*, que não superam a década de 1740 e das *circulares*, pois as mais remotas datam de 1764. Na investigação desse vasto conjunto de fontes, marcada pela diversidade, repetição e coincidência de nomes, outro desafio reside na localização de lugares e fatos históricos.

Outras instituições e arquivos foram pesquisados com a finalidade de levantar documentos. Muitos apresentam conteúdo disponibilizado em meio digital. A seguir, citamos os principais consultados: a) Brasil - Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico do Exército e Arquivo Nacional; b) Portugal - Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, Biblioteca Digital do Alentejo, Repositório Científico de Acesso Aberto e Arquivo Histórico Ultramarino. Mapas do período colonial foram investigados em bibliotecas e outras instituições, entre as quais destacamos as seguintes: *Alabama Maps*, *Antiquarian Maps Collection*, *Barry Lawrence Ruderman Antique Maps Inc*, *Biblioteca Digital Mundial*, *David Rumsey Map Collection*, *Earth Sciences & Map Library*, *Harvard College Library*, Instituto Cartográfico da

¹⁴ O instrumento básico orientador do pesquisador é um catálogo, publicado no volume 28 da *Revista do Arquivo Público Mineiro* (1977). Ele está organizado da seguinte maneira: Introdução (p.9-10), Catálogo dos códices da seção colonial e índice alfabético dos assuntos gerais (período de 1702 a 1837, p.11-47), Catálogo dos códices da seção provincial e índice alfabético dos assuntos gerais (período de 1821 a 1890, p. 49-158), Catálogo dos códices da Câmara Municipal de Caeté e índice alfabético dos assuntos gerais (período de 1739 a 1844, p.159-167), Catálogo dos códices da Câmara Municipal de Mariana e índice alfabético dos assuntos gerais (período de 1708 a 1837, p. 169-177), Catálogo dos códices da Câmara Municipal de Ouro Preto e índice alfabético dos assuntos gerais (período de 1712 a 1886, p.179-229), Catálogo dos códices da Câmara Municipal de Paracatu e índice alfabético dos assuntos gerais (período de 1744 a 1838, p. 231-239), Catálogo dos códices da Câmara Municipal de Sabará e índice alfabético dos assuntos gerais (período de 1719 a 1892, p.241-277) e Catálogo do registro paroquial (p. 279-289). Em outra publicação da *Revista do Arquivo Público Mineiro* (volume 37, 1988) foi divulgado um inventário das cartas de sesmarias existentes nos códices do referido arquivo: o fascículo 1 contemplou os sesmeiros com iniciais A-L (p.15-363) e o fascículo 2 os com iniciais M-Z (p. 7-230). No APM existe ainda a importante *Coleção Casa dos Contos*, um universo documental de caráter econômico-fiscal com mais de cem mil peças, integrante do fundo homônimo depositado na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, e um conjunto de documentação avulsa, em processo de identificação e catalogação.

Catalunha, *Library of Congress Geography and Map Division Washington*, *Map Collection at Gettysburg College*, *National Library of Australia*, *National Maritime Museum*, *Paulus Swaen old Map auction and galleries*, *Ryhiner Collection*, *Sanderus Antiquariaat*, *The Norman B. Leventhal Map Center at the Boston Public Library* e *University of Texas Libraries*.

Um conjunto extenso de revistas, em cujas publicações encontram-se vários documentos do período colonial, foi examinado, entre elas, a do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* e do *Arquivo Público Mineiro*. Diversas instituições, depositárias de referências primárias e secundárias sobre os assuntos abordados, também foram consultadas, a seguir citadas: *Birmingham Public Library*, *Internet Archive* e *New York Public Library Digital Gallery* (Estados Unidos), *Brazilian Studies Programme*, *British Library* e *Cambridge Studies in Historical Geography* (Inglaterra), Centro de Estudos Geográficos, Hemeroteca Municipal de Lisboa e *Ius Lusitaniae* (Portugal), *Instituto de Investigaciones Geohistóricas* (Argentina), Instituto de Estudos Brasileiros (USP), Centro de Memória Digital (UNB) e as Bibliotecas Digitais do IBGE, do Estado de Minas Gerais, de Obras Raras e Especiais da USP, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e de Teses e Dissertações (Brasil).

No desenvolvimento da pesquisa procuramos ainda, por meio de trabalhos de campo, efetuar o registro fotográfico de determinados elementos geográficos, particularmente de aspectos naturais e estruturas territoriais, presentes na paisagem atual e que possuem importância fundamental na explicação da formação da Capitania de Minas Gerais durante o período colonial. Citamos como exemplo os casos de serras, rios e picos, marcos balizadores das primeiras entradas e bandeiras, e das antigas estruturas fiscais e de circulação (registros de tributação do ouro e dos diamantes, estradas reais etc), implantadas para garantir a organização e a normatização do espaço. Cabe, por fim, salientar que o método empregado nessa pesquisa é o misto-comparativo, marcado pela pluralidade de técnicas.

1. QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS - GEOGRAFIA HISTÓRICA

A ciência geográfica é um campo de estudo que ao trabalhar com natureza e sociedade se articula, diretamente, com um amplo conjunto de ciências afins, através dos métodos de análise e resultados de investigação. Com a história, as relações são antigas, desde Heródoto e Tucídides passando por Alfred Hettner e Vidal de la Blache, e ocorrem numa área denominada *geografia histórica*. Essa linha de investigação interdisciplinar procura inserir a dimensão temporal nos estudos geográficos por meio de dois planos de abordagem: a) elucidando as formações sociais passadas através de determinadas categorias geográficas (espaço, território, região e paisagem); b) e interpretando o ordenamento espacial presente com base no recuo em épocas pretéritas, analisando a importância explicativa que as categorias geográficas possam assumir.

Tempo e espaço são realidades indissociáveis. Toda sociedade humana em formação se processa sobre uma base material onde se destacam o espaço e a forma de seu uso, o tempo e a sua duração, as ações e suas diversas feições ou rebatimentos no espaço, assim como o papel deste na viabilização dos interesses de grupos específicos. Os estudos em geografia histórica indagam como o espaço influencia o tempo e como o tempo se torna espaço, além de investigarem o papel específico dos tempos passado e presente na explicação da configuração atual. Eles contribuem para minimizar a narrativa temporal rígida, o historicismo e o aniquilamento do espaço pelo tempo.

No presente capítulo procuramos, entre outros objetivos, resgatar a antiguidade das relações entre tempo e espaço, geografia e história e destacar a necessidade de se considerar a espacialidade nos estudos históricos, não como base material, mas variável explicativa com certa importância no entendimento dos eventos. Atenção especial é dada à investigação da história do pensamento da geografia histórica, com foco particular nas contribuições dos principais autores responsáveis pelo desenvolvimento substantivo e pedagógico dessa linha de investigação. Examinamos os conceitos basilares e os pressupostos metodológicos, os problemas no universo da teoria e da prática desse campo interdisciplinar, assim como as novas tendências em termos dos assuntos estudados e linhas de abordagem e os principais desafios da disciplina frente à sua fragmentação.

1.1. Importância das relações entre espaço e tempo

O tema das relações entre a geografia e a história é um tanto antigo. Ele atraiu a atenção do homem desde que este começou a examinar a natureza da sociedade humana sobre a face da terra. É provável que a noção de espaço foi primeiramente percebida pelos seres humanos do que a de tempo. Segundo Cardoso (1998, p.7), as línguas mais antigas como o sumério, o egípcio e o acádio tendem a espacializar o tempo. Isto porque a capacidade de se orientar nas conexões espaciais precede o domínio da memória sobre sucessões temporais.

Na Antiguidade clássica, filósofos especularam sobre a conexão entre os povos e seus ambientes. As histórias de Heródoto e Tucídides são impregnadas de descrições e considerações geográficas (DARBY, 1953). Em 1621, quando Peter Heylyn escreveu a obra *Microcosmus ou uma pequena descrição do grande mundo*, uma das primeiras a retratar a relação entre a história e a geografia, ele asseverou que "a geografia circunscreve a ação da história, limitando-se a uma região particular, enquanto a história distingue lugares particulares, portadores de uma identidade única em virtude das coisas que as pessoas lá fazem". O autor concluiu a argumentação enfatizando que "os dois olhos do corpo de uma história bem compactada são o lugar e o tempo (HEYLYN, 1621, p.18)".

Uma vasta literatura tem se acumulado sobre as relações entre a geografia e a história desde as duas primeiras décadas do século XVII e, de acordo com Darby (1965), muitos têm feito incursões no universo controverso que se encontra entre esses dois campos: uma zona fronteira com diversos caminhos e abordagens, por vezes, distintas conforme os países. No princípio do século XX, George (1901, p.1) *apud* Baker (2003, p.17) apresentou um exame das relações entre a geografia e a história. Ele argumentou que:

A história não é inteligível sem a geografia. Isto é obviamente verdadeiro no sentido de que o leitor da história deve saber onde estão as fronteiras dos Estados, onde as guerras foram travadas. É também verdade, embora menos óbvio, que os fatos geográficos, em grande parte, influenciam o curso da história. Por exemplo, a posição geográfica de uma nação poderá afetar a evolução constitucional e social da mesma e suas relações com outras nações em virtude da influência exercida pelas ideias estrangeiras. Todas as relações externas, hostis e pacíficas, são baseadas largamente na geografia e o progresso industrial depende, primeiramente, embora não exclusivamente, de elementos descritos em cada livro de geografia - os recursos naturais de um país, as

facilidades que oferece sua estrutura para o comércio, tanto nacional como estrangeira.

Toda sociedade, ao se reproduzir, se apropria do espaço e dos recursos nele contidos, criando formas, duráveis ou não, que refletem um determinado ordenamento social, político e econômico dos agentes que as constroem, que respondem funcionalmente ou simbolicamente a uma sociabilidade vigente, que refletem pactos e disputas sociais. A efetivação dessas formas depende do imperativo espacial, o qual se impõe, primeiramente, pela variedade de quadros naturais da superfície. Em cada contexto figura uma combinação peculiar de influências naturais e possibilidades humanas, o que confere ao espaço a condição de ator, com certa importância, na explicação da evolução dos processos históricos.

O espaço desempenha um papel significativo, a depender do contexto histórico e da evolução técnica, no estabelecimento de uma totalidade. Para Soja (1993, p.73), a organização espacial “não é apenas um produto social, mas, simultaneamente, repercute na moldagem das relações sociais”. O espaço não pode ser tomado nem como ponto de partida, nem como ponto de chegada, mas como intermediário, em todos os sentidos desse termo, ou seja, como *meio e instrumento*. Povoado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, conforme as regras do poder, o espaço, segundo Lefebvre (2008, p.15), enquanto instrumento, permite ações, as sugere ou as proíbe, pode “reagir” sobre os povoamentos preexistentes, tanto em sua forma geográfica-física quanto política-ideológica.

No ato de apropriação do espaço, as populações enfrentam resistências, pois ele não é um quadro vazio e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade como um todo. Para Santos (2002a, p.162-163), o espaço é uma “realidade objetiva e social, simultaneamente produtor e produto, determinante e determinado”. Um testemunho, uma base geralmente durável, que pode demorar tempos para se desfazer, permanecer na paisagem ou forçar a mudança de processos históricos. As condições espaciais concretas preexistentes são capazes de agirem e de reagirem sobre as estruturas sociais e sobre a própria sociedade, impondo ou viabilizando processos.

Os elementos fixados em cada lugar, tanto naturais quanto humanos, portanto, podem deformar as ações devido à existência de certas condições ambientais e sociais ou, ainda, possibilitá-las em prol da modificação do lugar. Ou seja, ações e estratégias, em contato direto com o espaço, poderão modificá-lo, mas também terem seus significados alterados. Logo, ambas as situações precisam ser

levadas em conta na apropriação dos lugares, pois o espaço é *palco* e *sujeito*, *forma* e *conteúdo*, desempenhando um papel específico por se comportar como *inércia dinâmica*, conceito proposto por Santos (2002b). Das articulações entre as características do meio natural e construído, suas determinações e possibilidades, com as atividades humanas configuram-se quadros específicos em cada lugar¹.

No período colonial, contexto de baixo desenvolvimento técnico, as características físicas da paisagem e as estruturas geográficas instaladas tiveram forte influência sobre os homens e suas ações e atividades. Elas aturam como meio/condição da formação socioespacial. Este é o caso, por exemplo, dos rios, caminhos, pontes, registros, vilas etc, os quais viabilizaram a ocupação e a produção do território. Por outro lado, pelo próprio peso da inércia da materialidade dos espaços naturais, os quais se modificam vagarosamente, em certos momentos, eles impuseram ritmos lentos à ação do homem no tempo, atuando como um fator de coerção na história da formação territorial. Isso se aplica perfeitamente à realidade brasileira. Segundo Jaime Cortesão,

Raras vezes, a história duma nação foi tão moldada sobre o quadro geográfico. Quem acompanha a evolução brasileira sente, a cada passo, a influência da terra, o predomínio do complexo territorial da expansão, da posse e do povoamento. O que dizer, por exemplo, da influência exercida pela função dos rios, aqui tão importante, ou mais, quanto o extenso litoral, sempre aberta porta de entrada, oferecida tanto aos portugueses quanto aos seus concorrentes europeus. Aos rios ficamos devendo, nada menos, que a atual configuração geográfica do país (VIANNA, 1963, p.203-204).

Braudel (1989), ao discutir a tese da *longa duração*, nos fala da *coerção geográfica* como algo que impede, mas não desacelera a história. O autor enfatiza a importância do atrito do espaço e da resistência do meio geográfico, ambos impondo um tempo para os homens, obrigando-os a perceber o quanto são localizados, limitados e condicionados por circunstâncias objetivas de sobrevivência. O tempo lento vincula-se à geografia, o tempo médio às conjunturas e à economia e o tempo breve à política, aos acontecimentos. Essa é, pois, uma maneira de “historicizar” as estruturas e observar as mais arraigadas sob o ponto de vista da mudança. Ou uma forma de analisar as permanências ditadas pelo ritmo lento.

¹ Embora o espaço seja *produto* e *condição* da e para a realização humana, ele continua a ser tratado como algo estático, às vezes mais como produto e menos como condição/fator. O enfoque do espaço apenas como resultado da produção material, e não também como condição, é consequência da minimização dessa dimensão pelas grandes teorias sociais, a exemplo do marxismo, e dos perpétuos esforços de aniquilação do espaço pelo tempo.

Uma civilização é, na essência, um espaço trabalhado, organizado pela geografia e pelos homens. O processo de sua formação exige uma profunda consideração e/ou modificação da espacialidade existente, seja do quadro natural ou do meio já produzido. Por conseguinte, a história dos acontecimentos e das tendências gerais não pode ser compreendida desconectada das características dos lugares. Segundo Braudel (2005, p.50):

Durante séculos, o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não se pode desviar sem o risco de pôr tudo novamente em jogo. Vede o lugar da transumância na vida montanhosa; a permanência de certos setores da vida marítima enraizados em certos pontos privilegiados das articulações litorâneas; a durável implantação das cidades; a persistência das rotas e dos tráficos; a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações.

O mar Mediterrâneo, na obra de Braudel (1989, p.7), possui uma presença dominadora e avassaladora sobre o homem. O próprio autor, no prefácio do livro, assim se posicionou: “talvez tenha sido esta a única lição que me ficou dos geógrafos que foram meus mestres na Sorbonne; mas, pelo menos, conservei-a, e com uma obstinação que explica o sentido de todo o meu trabalho”. A história do Mediterrâneo de Braudel é uma história quase imóvel, do homem nas suas relações com o meio que o rodeia, uma história de lentas transformações, muitas vezes feita de retrocessos e de ciclos sempre recomeçados.

A construção de uma história espacializada deve ir além da concepção das estruturas geográficas como um mero quadro de referência ou como um pano de fundo estático no qual os fenômenos acontecem. Isto porque as estruturas espaciais podem ser prisões de curta, média ou longa duração. Na opinião de Ribeiro (2008, p.207 e 250), o Mediterrâneo de Braudel não é um cenário imutável, mas um *personagem* eminentemente histórico, um espaço-conteúdo, uma estrutura integrante do cotidiano onde nele estão contidas tanto as *determinações* quanto as *possibilidades*. Por meio desse entendimento, a geografia pode ser vista como uma estrutura que tanto pode desafiar quanto viabilizar o curso da história.

Há mais de um século, Élisée Reclus escreveu que a geografia é a história no espaço e a história é a geografia no tempo. Mas, essa observação metodológica não se tornou um guia de método ao longo da trajetória de evolução das ciências geográfica e histórica. Para muitos historiadores, os conceitos básicos da geografia moderna permanecem distantes, dada a preocupação generalizada com o

continuum do tempo. Há uma parcela desses profissionais que apresenta uma tendência para o determinismo geográfico ou que considera a geografia como reduzida, exclusivamente, ao ambiente físico (JAKLE, 1971; BAKER, 2005). No segundo caso, a consideração do enfoque espacial aparece somente para cumprir o papel de localização física do objeto de estudo ou como palco do drama histórico, com forte tendência de subordinação da visão espacial à temporal. Para Braudel (1989, p.9):

As tradicionais introduções geográficas à história, lançadas no princípio de cada livro, são inúteis descrições do mundo físico, das atividades agrícolas e das flores etc, e de que depois não se volta a falar, como se as flores não regressassem todas as primaveras, como se os rebanhos parassem nas suas migrações, como se os navios não navegassem num mar real, que se muda com as estações do ano².

Na geografia do tempo presente, a pesquisa acadêmica procura, em alguns momentos, investigar e resgatar o contexto histórico dos objetos analisados, concedendo ênfase à sua evolução temporal ou, até mesmo, à espacial. Mas, em não poucas vezes, tal abordagem está embutida num curto segmento do trabalho, geralmente figurada na introdução, e possui conteúdo excessivamente descritivo e pouco compreensivo.

O tempo é a “quarta dimensão” da geografia, imprescindível para a compreensão dessa disciplina, assim se pronunciou Sauer (1974, p.191-192). Ao ignorá-lo ou encará-lo com pouca atenção, os geógrafos desconsideram uma das principais proposições metodológicas de Alfred Hettner: a de que a geografia, em todos os seus ramos, deve ser uma ciência genética, isto é, se ocupar das origens e processos. De acordo com Sauer (1941, p.8-9):

Cada paisagem humana, cada habitação, é sempre uma acumulação de experiência prática, *resíduos* na concepção de Pareto. O geógrafo não pode estudar habitações e povoamentos, campos e fábricas, no que respeita à localização e razão de ser, sem perguntar as origens dos mesmos. Não pode analisar a localização das atividades sem conhecer o funcionamento da cultura, os processos de vida comunitários do grupo, e somente pode fazer isto mediante a reconstrução histórica [...] Tal estudo [...] é geografia histórica [...] O conhecimento de processos humanos

² Caso os historiadores tomarem o espaço em sua acepção plena, portanto, numa perspectiva contrária à geralmente difundida, serão capazes de empreender uma nova análise da totalidade em questão, com o devido valor dos atributos geográficos, e explorar o significado dos tempos e temporalidades distintas, diferentemente da concepção vigente de tempo absoluto.

somente pode ser obtido se a situação contemporânea é entendida como um ponto em movimento, um momento em uma ação que tem começo e fim. Isto não supõe um compromisso retilíneo formal, mas nos põe em guarda contra uma ênfase excessiva na situação atual.

Vários autores defendem uma maior historicidade na geografia humana que, por princípio, não deveria lidar somente com as mudanças e com a investigação de certas manifestações do tempo presente³. O mundo está em constante mudança e nosso presente se torna quase não apreensível. Por isso, o entendimento real da sociedade atual não pode se resumir apenas à apreensão das suas características contemporâneas. Pesquisamos algo que já aconteceu. Isso exige uma atenção significativa para com o passado e para as formas como lidamos com ele. Ao plano principal da abordagem geográfica do presente, pautado nas análises sincrônicas, é preciso incorporar as investigações diacrônicas, as quais nos auxiliam na compreensão das estruturas que dão suporte às conjunturas. É como se integrássemos a *retrospectiva* e a *prospectiva* segundo a percepção de Sauer (1940), partindo do entendimento de que elas são diferentes fins de uma mesma sequência.

A divisão entre a chamada *geografia do presente* e a *geografia histórica* ou do *passado* é um tratamento artificial ou puro formalismo e não dá conta da necessidade de interpretação total da realidade. Para Michael Conzen, a imaginação histórica é uma força criativa e persistente dentro da geografia, “vital para a alma e para o sustentáculo” dessa disciplina (POWELL, 2000, p.401-402). Portanto, qualquer separação entre uma geografia humana sem componente histórico, orientada para a atualidade, e uma geografia histórica dirigida para o passado torna-se insustentável. Chegamos, então, à seguinte proposição: “por definição, toda geografia deve ser histórica, já que o objeto central da geografia humana é compreender a simultaneidade do tempo e do espaço no processo de estruturação social (DENNIS, 1991, p.270)”.

Na opinião de um dos mais respeitados geógrafos históricos da atualidade, Baker (2003, p.222), “pensar historicamente é uma parte essencial do ato de fazer geografia humana”, pois, “sem um passado, um lugar ou uma pessoa não tem

³ THRIFT, Nigel. Time and theory in human geography: part I. *Progress in Human Geography*, v.1, n.1, p. 65-101, 1977a. THRIFT, Nigel. Time and theory in human geography: part II. *Progress in Human Geography*, v.1, n.3, p. 413-457, 1977b. PRED, Allan. Place as historically contingent process: structuration and time-geography of becoming places. *Annals of the Association of American Geographers*, v.74, n. 2, p. 279-297, 1984. DODGSHON, Robert A. *Society in Time and Space: A Geographical Perspective on Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. JONES, Rhys. What time human geography? *Progress in Human Geography*, v.28, n. 3, p. 287-304, 2004.

identidade”. Para Mitchell (1987, p.1-2), há esperanças para se acreditar na “criação de uma geografia humana informada mais historicamente, que avalie o conteúdo complexo do presente”, e a preocupação dos geógrafos humanos contemporâneos com as mudanças na atualidade já tem exigido destes a adoção de uma perspectiva histórica em seus estudos sobre o mundo moderno. Então, poderíamos concluir, conforme a assertiva de Darby (1953, p.6) *apud* Baker (1997, p.231), que “toda geografia” é histórica, “real ou potencial”, visto que o presente geográfico se torna, necessariamente, geografia histórica com o decorrer do tempo. Por essa linha de interpretação, encontramos, novamente, uma relação estreita entre as geografias histórica e contemporânea⁴.

A descoberta da ordem espacial do mundo, das relações espaciais entre os fenômenos no espaço terrestre, ainda é o objeto principal da geografia acadêmica. Mas, como observou Jakle (1971), os geógrafos não se contentam mais com o estudo da relação espacial em seu sentido estático, visto que estão se concentrando, cada vez mais, nas análises da mudança espacial através do tempo. Reflexões atuais sobre a importância do espaço na teoria social crítica, principalmente as de Soja (1993), Massey (1994) e Harvey (2002), são exemplos notáveis e destacam a necessidade de se refletir sobre a realidade em termos espaço-temporal, haja vista a intrínseca inseparabilidade dessas dimensões e suas idéias, respectivamente, de concretude e processo. “Pensar historicamente não é um luxo, mas uma parte essencial da geografia humana”, assim postulou Driver (1988, p.504). Se a preocupação epistemológica é totalizadora, tempo e espaço precisam ser analisados de maneira integrada.

Na produção acadêmica brasileira, os geógrafos, com algumas exceções, têm concedido pouca atenção à investigação do tempo passado, aspecto notável nas escassas contribuições acerca dos seguintes temas: as influências geográficas sobre a ocupação e o povoamento da América Portuguesa; as estratégias espaciais e estruturas territoriais implantadas pela metrópole para garantir a interiorização da nova conquista, o domínio da população e a consolidação do projeto de colonização; as territorialidades paralelas implantadas pelos colonos; a formação e a diversidade

⁴ Para Rucinke e Velásquez (2007, p.136), o argumento apresentado em defesa de uma maior utilização de elementos históricos na geografia do tempo atual não tem maior solidez, pois “desde que tal enfoque da geografia do tempo presente se pratique, isso não implica que as geografias do passado desapareçam”. Ademais, os autores consideram que “a especialidade da geografia histórica desenvolveu uma metodologia própria e a construção de uma boa cimentação teórica não é impossível, se é que ela não tem avançado o suficiente para manter uma identidade disciplinar própria”.

dos espaços regionais etc. De acordo com Abreu (2000, p.15), essa negligência possui uma explicação: o fato de a geografia estar definida como o “estudo do presente”! Embora este seja, atualmente, o âmbito preferencial de atuação do geógrafo, as questões a serem investigadas para o entendimento da configuração atual não podem ser *apenas* as do presente, já que este plano de análise e tudo o que nele existe possuiu articulações com o passado.

Um enfoque espacial ou temporal isolado é insuficiente. Com a função de resolver este impasse, o campo da *geografia histórica*, ao trabalhar com as espacialidades pretéritas, que podem ou não marcar os espaços atuais, nos auxilia na reflexão das categorias tempo e espaço, no entendimento das suas interações e articulações. Essa área de estudo preza por uma perspectiva de abordagem integrada, interdisciplinar, pois congrega metodologias construídas nos contatos entre as suas disciplinas básicas (geografia e história). Com o intuito de colaborar para essa discussão, nas próximas páginas procuramos compreender a trajetória de evolução e de consolidação dessa linha de investigação, os principais conceitos e metodologias que fundamentam a prática dessa área de estudo, a contribuição dos protagonistas responsáveis pela sua sistematização, as tendências e os desafios atuais da disciplina.

1.2. Origens e evolução da Geografia Histórica

História e geografia, em diversos momentos ao longo das suas trajetórias, chegaram a se debruçar sobre objetos semelhantes. As fronteiras e os limites entre esses dois campos não poucas vezes se fundiram e ficaram imperceptíveis, em outros casos, se tornaram muito claros. Desde o final da Idade Antiga e início da Média, é comum observarmos, com frequência, uma relação instrumental e prática entre as duas áreas, particularmente em seus aspectos corológicos. A geografia e a cronologia eram as colunas básicas da história⁵.

A união entre história e geografia, baseada na tradição e em considerações práticas, foi rompida, teoricamente, em fins do século XVIII por Kant, para quem as

⁵ Merrills (2005), no livro *History and Geography in Late Antiquity*, um estudo de historiografia da Antiguidade Tardia (período entre os séculos IV e VIII), investigou a presença da geografia na obra de quatro historiadores mais influentes da época: Orosius, Jordanes, Isidoro de Sevilha e Saint Bede. Na análise da obra *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*, de Saint Bede, escrita no início do século VIII, o pesquisador concluiu que o espaço não foi tratado de forma indiferente. Ainda salientou que embora o prefácio geográfico seja uma característica comum de algumas obras históricas dessa época, o papel atribuído à geografia na historiografia da Europa pré-moderna frequentemente alcançou um patamar acima da pura definição dos parâmetros espaciais da investigação temporal.

duas disciplinas formavam um grupo aparte no sistema científico, por estudarem fenômenos únicos no tempo ou no espaço (CAPEL, 1981, p.39 *apud* RUCINQUE e VELÁSQUEZ, 2007, p.131). Muito mais por convenções externas ao conhecimento e ao objeto estudado, do que pela ausência de afinidades e similitudes, geografia e história, “ciências irmãs no nascimento”, tornaram-se disciplinas independentes e a primeira, ainda por um tempo, se converteu em auxiliar da segunda.

As duas disciplinas, em busca de autonomia e sob a influência do positivismo, desenvolveram metodologias distintas para o tratamento e análise de informações, objetivando, de forma independente, a realidade social da qual extrairiam suas teorias. Aos geógrafos, coube lidar com o espaço terrestre, aos historiadores, com o tempo. Embora se possa argumentar filosoficamente que “tempo e espaço são manifestações integrais”, como bem enfatizou Jakle (1971, p.1085), as duas construções, separadas no sentido kantiano, têm sido tradicionalmente usadas por geógrafos e historiadores, pelo menos para definir a geografia e a história como disciplinas separadas. Contudo, é improvável que a geografia possa continuar sua tarefa da compreensão espacial ignorando os ditames da integração entre o tempo e o espaço⁶.

Na trajetória do pensamento da *geografia histórica*, o primeiro relato de comparação entre os dois campos, segundo Hartshorne (1958), foi o de J. M. Franz, em 1747. Mas, de acordo com Darby (1983), o termo só apareceu pela primeira vez em 1846, no atlas do alemão Karl von Spruner, um estudo sobre as mudanças nas fronteiras políticas dos Estados europeus, publicado com o título *Historisch - Geographischer Handatlas*⁷. Como campo de estudo independente, a geografia histórica começou a tomar forma após os trabalhos de Friedrich Ratzel (1844-1904) e Vidal de La Blache (1845-1918), os quais introduziram, respectivamente, um foco analítico antropogeográfico e histórico na análise dos fenômenos.

É possível observar o emprego do termo *geografia histórica* em várias obras durante a segunda metade do século XIX, principalmente para sinalizar as

⁶ Por exemplo, a produção acadêmica no âmbito da geografia histórica, em que pese os esforços seculares para a separação entre as duas disciplinas ou o próprio distanciamento atual das duas áreas de investigação, tem trabalhado em perspectiva contrária, ou seja, contra o rompimento do que seria a “ponte da divisão”, sub-título do mais importante livro de Baker (2003).

⁷ Há, todavia, duas obras de geografia histórica eclesiástica, lançadas anteriormente à data citada (1846) e que trazem o termo em questão: a primeira, de Edward Wells, intitulada *An Historical Geography of the Old and New Testament*, publicada em 1819, e *The Historical Geography of Arabia; or, the patriarchal evidences of revealed religion*, de Charles Forster, lançada em 1844. WELLS, Edward. *An Historical Geography of the Old and New Testament*. London: General Books, 1819. v.1. FORSTER, Charles. *The Historical Geography of Arabia; or, the patriarchal evidences of revealed religion*. London: Duncan e Malcolm, 1844. Essas duas obras pioneiras de geografia histórica estão disponíveis para download em: <http://www.archive.org>.

influências ambientais (ou da geografia) na história⁸. Nessa época, a geografia histórica evoluiu como um ramo da história cuja essência esteve pautada na análise de informações sobre o ambiente, com a finalidade de subsidiar o estudo da cronologia e das principais experiências políticas e sociais dos povos, Estados, impérios, fronteiras e civilizações (BUTLIN, 1993). Tal período é marcado por uma série de publicações que se utilizaram fartamente da cartografia, entre elas, o estudo de George Adam Smith, *The Historical Geography of the Holy Land* (1896), reeditado 25 vezes. Entretanto, vale ressaltar, conforme observou Mitchell (1954), que muitos desses livros cujo vocábulo *geografia histórica* aparece no título seriam melhor rotulados como *história geográfica*, pois eles não se preocuparam, essencialmente, com o lugar, mas com a civilização.

Nas primeiras décadas do século XX registram-se alguns casos isolados de geógrafos que se lançaram esporadicamente no terreno da geografia histórica. A tradição da relação homem-meio esteve firmemente arraigada nessa época, embora se encontrasse presente a um bom tempo na ciência geográfica. Essa tradição levou alguns teóricos, influenciados pelo fascínio do pensamento darwinista, a incorporarem uma visão muito restrita, e a ênfase monística no determinismo ambiental passou a dominar a geografia, notadamente a norte-americana, com os

⁸ A seguir, listamos algumas das principais publicações cujos títulos mencionam o termo *geografia histórica* durante a segunda metade do século XIX, disponíveis para download no mesmo endereço anteriormente citado.

A) Década de 1850: COLEMAN, Lyman. *An historical geography of the Bible*. Philadelphia: Published By E. H. Butler & Co., 1851. KOPPEN, Adolph Ludvig. *The world in the middle ages, an historical geography*. New York: D. Appleton And Company; London: Little Britain, 1854. MACCARTHY, D. C. *The physical and historical geography of the British Empire*. London: Catholic Publishing and Bookselling Company, Limited, 1859.

B) Década de 1870: HUGHES, William. *Geography in its relation to history*. London: Longmans, Green, and Co., 1870. CRAWLEY, William John Chetwode. *A manual of historical geography for the use of civil service students*. London: George Philip and Son; Liverpool: Caxton Buildings, 1871. BARTHOLOMEW, John. *The student's atlas, consisting of thirty-five maps of modern geography, embracing all the latest discoveries and changes in boundaries, and six maps of ancient and historical geography*. London; Glasgow; Edinburgh: William Collins, Sons & Company, 1871. COLLINS, William; COLLIER, William Francis. *The International atlas, with descriptive letterpress of historical geography*. London; Glasgow; Edinburgh: William Collins, Sons & Company, 1873.

C) Década de 1880: FREEMAN, Edward Augustus. *The Historical Geography of Europe*. London: Longmans, Green, and Co., 1882. LUCAS, Charles Prestwood. *A Historical Geography of the British Colonies*. Oxford: At The Clarendon Press, 1888. FONCIN, Pierre François Charles. *Géographie historique (leçons en regard des cartes) résumant l'histoire de la formation territoriale des peuples civilisés et l'histoire de La civilisation*. Paris: A. Colin, 1888. JOHNSTON, Thomas Brumby. *Historical Geography of the Clans of Scotland*. Edinburgh; London: W. & A. K. Johnston, 1889.

D) Década de 1890: COUN, Townsend Mac. *An historical geography of the United States*. New York; Boston; Chicago: Silver, Burdett & Company, 1892. BRUNNHOFER, Hermann. *Urgeschichte der Arier in Vorder- und centralasien: historisch-geographische Untersuchungen über der ältesten schauplatz des Regveda und Avesta*. Leipzig: Verlag von Wilhelm Friedrich, 1893. SMITH, George Adam. *The Historical Geography of the Holy Land: especially in relation to the history of Israel and of the early church*. New York: Richard R. Smith, Inc., 1896. STEWART, Robert Laird. *The Land of Israel: a text-book on the physical and historical geography of the Holy Land*. New York; Chicago; Toronto: Fleming H. Revell Company, 1899.

trabalhos de Ellen Churchill Semple (*American History and Its Geographic Conditions*), Albert Perry Brigham (*Geographic Influences in American History*), Ellsworth Huntington (*Civilization and Climate*) e Harlan H. Barrows (*Lectures on the Historical Geography of the United States As Given In 1933*)⁹. Esses estudos, ao enfatizarem a importância das características do ambiente físico, se preocuparam em interpretar os acontecimentos passados com base apenas nas influências dos aspectos naturais, atribuindo um papel passivo às pessoas.

Nas décadas de 1920 e 1930, mudanças nas fronteiras disciplinares e nas concepções sobre a geografia e a história produziram vários impactos no conjunto desses dois campos disciplinares. A compreensão da geografia americana, inglesa e francesa em especial estava em mudança. Uma forma "moderna" de geografia histórica surgia com o próprio desenvolvimento da ciência geográfica, mas, em alguns casos, marcada pela influência do espectro determinista e pelo início do fosso entre as duas disciplinas irmãs, consequência da atitude separatista dos geógrafos históricos que buscavam construir uma existência separada para suas sub-disciplinas: *geografia histórica* e *história geográfica*. Um dos grandes desafios ainda residia na superação da visão restrita entre os historiadores sobre a natureza da geografia, os quais ainda a compreendiam essencialmente como base física sobre a qual os eventos se desenvolviam ou como fronteiras físicas e limites político-administrativos onde a história estava contida.

Do ponto de vista do espectro do determinismo ambiental, alguns historiadores e geógrafos, contudo, não estavam dispostos a conceder a primazia das influências geográficas sobre os agentes históricos. Se, por um lado, geógrafos em número crescente começaram a se afastar do determinismo ambiental e a ênfase homem-meio tornou-se menos popular, por outro, começou a reavivar a tradição dos estudos espaciais e de áreas, apoiando-se nos conceitos de *paisagem* e de *região* e em temáticas como povoamento e fronteiras. Inclusive aqueles que continuaram a trabalhar no campo das relações homem-meio alijaram o determinismo ambiental como um tema unificador e passaram a construir uma geografia histórica de base positivista e empírica.

⁹ SEMPLE, Ellen Churchill. *American History and Its Geographic Conditions*. Boston; New York: Houghton Mifflin Company, 1903. BRIGHAM, Albert Perry. *Geographic Influences in American History*. New York: The Chautauqua Press, 1903. HUNTINGTON, Ellsworth. *Civilization and Climate*. New Haven: Yale University Press, 1915. BARROWS, Harlan H. *Lectures on the Historical Geography of the United States As Given In 1933*. Chicago: University of Chicago, 1962. Essas obras também estão disponíveis para download no endereço seguinte: <http://www.archive.org>.

Enquanto nos Estados Unidos, a geografia ainda sofria influência acentuada do determinismo ambiental, na França, o sentido histórico, aos poucos, começou a ser incorporado àquela disciplina. Estudos pautados em observações empíricas e trabalhos de campo passaram a caminhar na perspectiva da reconstituição histórica do espaço. De acordo com Claval (1984), durante o final do século XIX e início do XX, geógrafos franceses procuraram desvendar a história da descoberta e da exploração desde os tempos antigos até os modernos e uma escola própria, fundada por Paul Vidal de la Blache, começou a ganhar força, evidenciada em artigos publicados nos *Annales de Géographie*¹⁰. As temáticas da *paisagem* e da *região* se tornaram os enfoques centrais de autores como La Blache, Camille Valloux, Roger Dion e outros¹¹. Essa “nova” modalidade de estudo, segundo Smith (2005), poderia ser classificada como *história geográfica* e foi responsável por implantar raízes e ter prosperado, especialmente, entre historiadores como Fernand Braudel.

Paul Vidal de la Blache desencadeou o crescimento das preocupações com o caráter complexo das interações entre os povos e seus ambientes. As regiões e os lugares passaram a ser concebidos como produtos dessas relações durante longos períodos de tempo. Conforme Claval (1984), La Blache integrou a reconstrução histórica com a análise social, particularmente no estudo das regiões. Ele inspirou historiadores vinculados à escola dos *Annales* a buscarem uma compreensão mais profunda das mudanças sociais e econômicas e a internalizarem uma visão de longo prazo das alterações psicológicas, culturais e geográficas. As histórias regionais e geográficas se tornaram características distintivas da Escola dos *Annales*, a ponto de alguns observadores como Harsgor e Huppert afirmarem, segundo Baker (2003), que os historiadores dos *Annales* tinham a *geografia em anexo*¹².

¹⁰ LA BLACHE, Paul Vidal de. Le principe de la géographie générale. *Annales de Géographie*, v.5, n.20, p.129-142, 1896. LA BLACHE, Paul Vidal de. La conception actuelle de l'enseignement de la géographie. *Annales de Géographie*, v.14, n.75, p.193-207, 1905. LA BLACHE, Paul Vidal de. Évolution de la population en Alsace-Lorraine et dans les départements limitrophes. *Annales de Géographie*, v.25, n.135, p.161-180, 1916. Outros artigos do autor podem ser consultados no endereço seguinte: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/revue/geo>.

¹¹ LA BLACHE, Paul Vidal de. *Principes de la géographie humaine*. Paris: A. Colin, 1922 (Obra editada por Emmanuel de Martonne). VALLAUX, Camille. *Les Sciences géographiques*. Paris: Alcan, 1909. DION, Roger. Un atlas de géographie historique. *Annales de Géographie*, v.61, n.323, p.73-74, 1952.

¹² De acordo com Fox (1978), os estudantes de história ou de geografia francesa estão conscientes não apenas da proximidade desses dois campos disciplinares na tradição acadêmica do país, mas também do papel desempenhado pela geografia vidalina na renovação da história por meio da Escola dos *Annales*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Para um aprofundamento da história dessa escola, consultar o periódico *Annales d'histoire économique et sociale* cujos artigos estão disponíveis no endereço seguinte: <http://www.persee.fr/web/revues>.

Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, no primeiro quartel do século XX, a discussão acerca da relação entre a geografia e a história, das suas complementaridades, foi, de modo diferente da França, criticada por décadas por Hartshorne (1939). Em sua obra principal, *The Nature of Geography*, o autor asseverou que as duas disciplinas eram diferentes: a primeira preocupada com a corografia e a segunda com a cronologia; a primeira se diferenciando de lugar para lugar e a segunda ao longo do tempo. Para Hartshorne, a geografia se resumia à “diferenciação de área” e com essa percepção ele simplesmente excluiu a possibilidade do desenvolvimento de estudos geográficos com foco nas mudanças através do tempo. O abandono da investigação dos processos históricos ou da gênese dos elementos do espaço levou a geografia, particularmente a americana, a se transformar num saber estéril, distorcido e descritivo da realidade.

A concepção de Hartshorne, embasada no preceito de que a história se preocupava com os eventos ou períodos e a geografia com os lugares, colocou problemas para aqueles teóricos que almejavam atravessar o limite entre esses dois campos supostamente distintos para explorar, por exemplo, as maneiras ou formas pelas quais as atividades humanas mudam através do tempo no espaço. Porém, destaque-se que nem todos os autores seguiram a proposição do pesquisador americano de considerar a geografia como o estudo da “diferenciação de área” e apesar do contexto de influência expressiva das suas ideias, alguns geógrafos históricos como Ralph H. Brown, pela primeira vez, começaram a explorar fontes primárias do passado americano. Como consequência, a posição unilateral de Hartshorne foi gradualmente erodida, principalmente devido às proposições e pesquisas de geógrafos culturais e históricos como Carl Sauer, Henry Clifford Darby, Andrew Clark e Donald Meinig.

Os quatro autores anteriormente citados procuraram lutar contra a definição de fronteiras no campo disciplinar da geografia, com o objetivo de abrir lugar para o estudo de pelo menos uma estreita faixa de tempo na área de investigação em foco, que não deveria lidar, estritamente, com a análise contemporânea. É nesse sentido que, tanto entre esses pesquisadores quanto entre outros, disseminou-se a noção de que os geógrafos poderiam apropriadamente procurar descrever a geografia do ponto de vista dos padrões espaciais ou da diferenciação de áreas de um território em particular em algum período histórico específico. Com estudos centrados nas especificidades regionais ou na relação homem-meio, esses teóricos, segundo Guelke (1997), foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento substantivo e

pedagógico da geografia histórica. Isso ocorreu particularmente a partir de meados da década de 1950 quando, segundo Baker (2003) e Smith (2005), aqueles pesquisadores procuram estabelecer uma abordagem geográfica distinta para o passado, marco, então, do início de uma produção bibliográfica dedicada às questões da “Geografia Histórica” como campo de estudo. A seguir, apresentamos algumas das principais concepções postuladas por esses estudiosos pioneiros.

Carl Sauer (1941) defendia a necessidade de uma maior aproximação da geografia com a antropologia. Através dessa interação, o geógrafo, ao estudar as difusões culturais, investigaria o conceito de “área cultural”. Metodologicamente, o autor considerava a antropologia como a ciência social mais avançada e a *distribuição geográfica* como um de seus métodos melhor desenvolvidos. Em sua concepção, a geografia humana se diferenciava da psicologia e da história, pois era uma ciência que nada tinha em comum com a investigação dos indivíduos, mas se ocupava unicamente das instituições humanas ou culturais. Por isso, Sauer (1940, p.17) considerou que o geógrafo tinha a “obrigação de tornar os processos culturais a base do seu pensamento e de sua observação”, despertar a curiosidade para as circunstâncias sob as quais os grupos culturais se divergiam entre si ou eram assimilados por outros, já que, na ideia do autor, a maior parte da história não passava da “diferenciação cultural e das re-convergências”.

A geografia histórica de Sauer, ao se concentrar no impacto da cultura sobre a natureza, procurou examinar como as paisagens naturais foram transformadas em paisagens culturais. Esse método de análise exigia do pesquisador a dedicação de uma vida ao aprendizado sobre a natureza e a cultura, além de estudos baseados em trabalhos de campo e na pré-história (arqueologia especialmente). De acordo com Sauer (1940, p.7-10), a pesquisa em geografia histórica não poderia ser levada a cabo mediante estudos de caso de grande diversidade, mas exigia a “especialização regional”, visto que o geógrafo humano não podia ser um “turista mundial”, “uma autoridade continental, movimentando-se de uma povoação para outra ou de uma terra para outra de maneira causal e duvidosa, conhecendo apenas algumas características esparsas”. Neste sentido, a base regional era onde o observador se tornaria um especialista.

Enquanto Hartshorne defendia o método do *corte transversal* (estudo do espaço num dado momento de tempo), Sauer postulava a importância da análise dos *processos de mudança*, se aproximando do estudo da paisagem cultural vidalina. Para o segundo autor mencionado, a geografia histórica ou a geografia

humana eram, senão, meios para entender a “diferenciação espacial da cultura (SAUER, 1940, p.6)”. A “geografia humana” era a “geografia histórico-cultural”, partindo do pressuposto de que a “área cultural”, ao ocorrer num lugar particular, configuraria uma “expressão histórica e geográfica (SAUER, 1941, p.8)¹³”.

O próximo teórico, Henry Clifford Darby (2002, p.153), foi considerado um dos maiores expoentes da “moderna” geografia histórica inglesa. Ele pensava que o homem, no próprio ato de modificar a natureza, é frequentemente afetado por aquilo que procura modificar. Para esse pesquisador, algumas questões estavam claras como o pertencimento da “história geográfica” ao domínio da história, mas outras não eram tão evidentes assim como, por exemplo, “a influência da geografia na história e da história sobre a geografia”. Mas, esse teórico não estava interessado em mudar o foco de seu trabalho da análise dos lugares alterados pelo homem para os agentes sociais e suas práticas como modificadoras dos lugares. Tanto que ele se preocupou mais com aspectos de ordem metodológica do que teórica. Ao enfatizar a importância dos processos de mudança, procurou valorizar o método do *corte transversal sucessivo*, identificando-se com algumas proposições postuladas por Hartshorne e Sauer¹⁴.

No ambiente acadêmico, Darby procurou despertar em seus alunos a reflexão sobre as maneiras pelas quais vários estudiosos abordaram tanto a noção da geografia histórica quanto as mudanças da relação espaço e tempo em suas análises. A sua obra tem certa importância, que se refere ao tempo e lugar quando o pesquisador escreveu os ensaios (décadas de 1950 e 1960), apesar de ser praticamente ignorada no contexto atual. Algumas das razões para isso, segundo Wynn (2003), repousam na ideia de que o mundo mudou e novas questões interferiram nas antigas preocupações, a exemplo das perspectivas recentes da prática de história e geografia, das influências da teoria social contemporânea etc¹⁵.

¹³ Sauer possuía características mais semelhantes às dos antropólogos e arqueólogos do que às dos historiadores e geógrafos. Em seus trabalhos, o predomínio da *visão vertical* do tempo, ao invés do *corte transversal horizontal*, se tornaria contrário ao que, mais tarde, seria aceito na prática da geografia histórica. Ele concedeu ênfase excessiva às sociedades pré-industriais, negligenciou processos e fenômenos urbano-industriais e o funcionamento interno da cultura (formação dos hábitos, crenças, atitudes, valores e instituições por trás das práticas culturais etc). O próprio conceito de *paisagem cultural* (paisagem-conteúdo), excessivamente materialista, revelava pouco ou nenhum apreço para os aspectos da percepção desse conteúdo (MITCHELL, 1987).

¹⁴ Ao japonês K. Fujiota deve-se o avanço do método do *corte transversal sucessivo* que, combinado ao *método narrativo*, criou o estudo a partir do *corte transversal denso*, incorporando, desta forma, um maior conjunto de evidências para a análise das mudanças no tempo (KINDA, 1997, p.64 *apud* ERTHAL, 2003, p.33).

¹⁵ A principal obra de Darby, *The Relations of History and Geography*, foi publicada em 2002, dez anos após a sua morte. Organizada por Terry Coppock, Hugh Clout, Hugh Prince e Michael Williams, é formada por textos das palestras apresentadas por Darby em seminários realizados na

Andrew Hill Clark, aluno de Sauer, apresentou influência das idéias deste teórico, mas sem se envolver com o exame explícito da cultura. Apesar de se preocupar com a noção de *regiões como totalidades*, não era apenas um geógrafo regional, mas histórico, inclusive com uma visão dinâmica sobre o papel da história na geografia. Ao contrário do que Hartshorne pregava, Clark acreditava que o sub-campo da geografia histórica não deveria simplesmente produzir geografias estáticas do passado, mas compreender as frequentes mudanças geográficas através do tempo.

Na concepção de Clark, a linha de pesquisa da geografia histórica tinha por princípio norteador básico a investigação de “associações regionais e diferenciações”, distinguindo-se da história, que estaria preocupada com a “sociedade humana em suas várias facetas (MEINIG, 1978, p.6)”. Intercalado entre a abordagem restritiva de Hartshorne e a concepção genética de Sauer, aquele autor procurou construir uma forma de abordagem capaz de preservar as fronteiras disciplinares desenhadas por Hartshorne e, ao mesmo tempo, incorporar a posição assumida por Sauer.

O que realmente importava na pesquisa histórica para Clark era o estudo da geografia como um processo dinâmico ou a análise das mudanças geográficas através do tempo. Os objetos de investigação dos geógrafos não deveriam ser apenas os *resultados* de processos complexos de mudança do passado, mas, também e principalmente, a *natureza* das coisas em mutação. Isso explica a maior preocupação do autor com a noção de *área* em detrimento da de *processo* e de *metodologia*. O impacto das suas idéias na perspectiva dos historiadores e geógrafos norte-americanos foi tão significativo que autores como Meinig (1978, p.16) o consideram o “pai da moderna geografia histórica da América do Norte”.

Desde a morte de Carl Sauer e Andrew Hill Clark, ocorrida em 1975, Donald Meinig é apontado como “o decano indiscutível da geografia histórica americana”, opinião expressa por Michael Conzen (POWELL, 2000, p.395). Após o estudo clássico de Ralph H. Brown (*Historical Geography of the United States*), Donald Meinig é o autor da obra mais notável desse campo disciplinar nos Estados Unidos durante o século XX. Nela, o teórico aborda temas como população, cultura, organização política e integração inter-regional e oferece uma análise mais

Universidade de Londres (1954 e 1966) e na Universidade de Cambridge (1966 e 1976). Na verdade, consiste na ampliação de um trabalho publicado pelo autor em 1953 no periódico do Instituto de Geógrafos Britânicos (*Transactions and Papers*, v.19, p.1-11) cujo título versa sobre as relações entre a geografia e a história (*On the Relations of Geography and History*).

interpretativa do que as obras da escola clássica (Sauer, Clark e Darby)¹⁶. O pesquisador apresenta detalhes empíricos cujos estudos regionais são sínteses compactas com o apoio de fontes secundárias e detalhadas investigações de arquivo. Sua ênfase em assuntos geopolíticos é inovadora. A obra se difere da escola tradicional ao procurar criar modelos ideais de estruturas e de desenvolvimento geográfico e ao enfatizar os padrões espaciais: modelos que não tratam da elaboração de leis universais, mas são uma forma de ordenar um mundo complexo. De acordo com Mitchell (1987, p.11), "a marca peculiar" da geografia histórica de Meinig é a sua "ênfase sobre os lugares, mais do que sobre as pessoas".

Os geógrafos históricos que trabalharam até a década de 1960 operaram particularmente dentro de uma estreita faixa de interesses. A maioria dos estudos, segundo Mitchell (1987), abordou três temas centrais: padrões de assentamentos rurais e agricultura, distinções e identidades regionais, origem e difusão culturais. Guelke (1997, p.224) analisou a relação entre a geografia e a história presente nos trabalhos de Darby, Sauer, Clark. Sua conclusão é taxativa: avaliando os princípios teóricos subjacentes nas obras desses autores pode-se afirmar que esses geógrafos históricos não compreenderam a história como algo a mais do que o "tempo" ou o "passado" e suas geografias históricas nada mais são do que "a descrição das alterações produzidas pelo homem na transformação de seus ambientes físicos". Segundo o crítico, para ultrapassar o caráter descritivo, a história deveria ser reconhecida como o estudo da "consciência humana" e das relações entre as pessoas.

A geografia histórica tradicional, na opinião de Gregory (1982, p.244), representou paisagens produzidas por um punhado de poderosos, "enquanto homens e mulheres comuns, que fizeram parte da produção de espaços, cujo incansável trabalho derrubou as florestas e drenou os pântanos, estiveram esquecidos, na maior parte sem registro". Atados a uma visão holística da paisagem, os geógrafos históricos tradicionais não perceberam alguns elementos importantes como os conflitos internos presentes ou os aspectos mentais mais profundos do

¹⁶ MEINIG, Donald W. *The Shaping of America: a Geographical Perspective on 500 Years of History*, Volume 1, Atlantic America, 1492-1800. New Haven: Yale University Press, 1986. MEINIG, Donald W. *The Shaping of America: a Geographical Perspective on 500 Years of History*, Volume 2, Continental America, 1800-1867. New Haven: Yale University Press, 1992. MEINIG, Donald W. *The Shaping of America: a Geographical Perspective on 500 Years of History*, Volume 3: Transcontinental America, 1850-1915. New Haven: Yale University Press, 1995. MEINIG, Donald W. *The Shaping of America: a Geographical Perspective on 500 Years of History*, Volume 4, Global America, 1915-2000. New Haven: Yale University Press, 2004.

comportamento cultural. Inclusive quando, por volta da década de 1960, a mudança atingiu o núcleo da geografia histórica, essa foi menos influenciada pela teoria da cultura, que permaneceu fracamente desenvolvida até meados da década de 1970, e mais pela teoria social e econômica.

A renovação no interior da geografia para além da história descritiva e a adoção de modelos funcionalistas de explicação da realidade alargaram a lacuna tanto entre geógrafos e historiadores quanto também entre geógrafos históricos e contemporâneos. A influência da *geografia quantitativa* ou da *nova geografia* criou, por um lado, poucas possibilidades à geografia histórica, que foi relegada a uma posição marginal dentro da geografia. Entretanto, em algumas sub-áreas da própria geografia histórica, a urbana por exemplo, houve um acentuado crescimento da produção teórica e empírica.

O aumento expressivo na pesquisa e na publicação envolvendo temas urbanos e industriais, concernentes, principalmente, às relações, em grande escala, entre imigração, urbanização e industrialização nos séculos XIX e XX, pode ser comprovado em Mitchell (1987). Esse autor destacou três orientações principais que nortearam os trabalhos de geografia histórica no contexto da *nova geografia*: a evolução da estrutura social e espacial interna das cidades, o surgimento de sistemas urbanos e as relações externas entre cidades (estudos quantitativos que objetivaram a busca de padrões espaciais e de generalizações). Assim se expressou o autor:

Em geral, muitos geógrafos históricos durante as décadas de 1960 e 1970, no ápice da geografia quantitativa, concordariam que a história de um lugar ou de uma população está embutida em sua geografia; que as *estruturas espaciais* e os *padrões* são tanto uma condição como um resultado de situações sociais e biofísicas; e que a geografia das mudanças precisa ser vista em termos de *processos* e *efeitos* (Grifos nossos) (MITCHELL, 1987, p.8).

Como os processos de transformação urbana e suas consequências espaciais são menos explícitos e duradouros do que os processos associados à história pré-industrial e rural, novos problemas metodológicos vieram à tona. No campo particular da geografia histórica urbana, em especial a norte-americana, um novo impulso de pesquisa procurou delinear as ligações funcionais e espaciais entre a urbanização e a industrialização. Isto foi explorado por meio das características distintivas das cidades mercantis e do processo de crescimento urbano durante períodos pré-industriais. Estudos nessa linha enfatizaram a expansão do distrito

central, a emergência de fábricas e do trabalho industrial em larga escala e os transportes intra-urbanos. Se, por um lado, essa nova abordagem é positiva, por outro, há ainda pouca discussão sobre o que aconteceu com esses elementos em pequenas vilas e cidades¹⁷.

Na década de 1970, o desmonte da geografia quantitativa pela crítica marxista produziu impactos significativos no âmbito da geografia histórica. Em que pese o fato dessa renovação teórica não ter estruturado na ciência geográfica um paradigma único, haja vista a influência de várias correntes como a idealista, a estruturalista, a humanística etc, geógrafos históricos como Cole Harris, Leonard Guelke e Derek Gregory formularam várias críticas às abstrações dos modelos espaciais da geografia quantitativa, que pretendiam ser universais. Esses autores caminharam na perspectiva do redescobrimento da história e da centralidade do conceito de lugar. Advogaram que a organização e o comportamento espaciais não seguem uma lógica geométrica, antes dependem do contexto espacial, social e histórico em que estão inseridos.

A geografia histórica sob a influência da geografia nova, de acordo com Gregory (1978, p.161; 1982, p.246), exigia uma “minuciosa restauração dialética entre ação e estrutura” e uma preocupação conjunta pela forma estética e pelo estatuto teórico das narrativas históricas. Era necessário rejeitar a “epistemologia positivista” e fundar “uma análise crítica dos discursos passados e presentes”. Duas alternativas foram propostas pelo autor: a fenomenologia constitutiva de Alfred Schütz e o estruturalismo linguístico de Claude Lévi-Strauss que, apesar dos problemas gerais existentes, sugerem, a partir de suas conexões e contrastes, diversas maneiras em que a análise do discurso poderia ser construída, a fim de contribuir para uma história estrutural.

¹⁷ Na opinião de Mitchell (1987, p.13), “o estudo do surgimento dos sistemas urbanos tem despertado mais atenção dos geógrafos históricos urbanos do que propriamente dos historiadores. Aqueles, consequentemente, monopolizaram a investigação sobre a evolução das redes urbanas, utilizando-se de construções teóricas da geografia humana moderna”. Enfatizou o autor que as teorias do mercantilismo e do lugar-central fornecem algumas pistas valiosas para o entendimento do surgimento de alguns padrões nacionais de sistemas urbanos, mas elas criam certos modelos que não dão conta das taxas diferenciais de desenvolvimento dos sistemas urbanos regionais, do tamanho incomum e da concentração regional das maiores cidades e do impacto da localização industrial. Por isso, novas abordagens têm sido discutidas para tentar resolver essas questões como a *Teoria do Crescimento Regional*, que visa estudar a dinâmica centro-periferia presente no interior das regiões urbanas (coloca novas questões para o primeiro problema) e o conceito de *dominância metropolitana* (que procura introduzir novas perspectivas de análise para o segundo problema, ao destacar a importância de uma vantagem inicial acumulada que poderia decorrer do fato dessas cidades se localizarem próximas a algo em potencial ou disporem de fácil acessibilidade para os núcleos urbanos com economia emergente, a exemplo de cidades portuárias norte-americanas como Nova Iorque).

Várias críticas à elaboração de modelos espaciais na geografia histórica foram apontadas por Baker (1972, p.11-28), em capítulo especial, intitulado *Rethinking Historical Geography*. O autor relatou que os geógrafos históricos, ao perseguirem seus próprios interesses, não conseguiram acompanhar a evolução quer na história, quer na geografia. Era preciso que esses profissionais redescobrissem suas raízes e desenvolvessem uma geografia histórica explicitamente humanista, que abraçasse tanto temas sociais quanto econômicos, tanto atitudes quanto ações, tanto ideias quanto artefatos, tanto o homem como um agente de mudança da paisagem quanto as paisagens transformadas pelo homem. Em outro artigo, Baker (1984) destacou a necessidade de se conceder atenção especial aos problemas de generalização em termos históricos e salientou a importância de se resgatar a visão processual na geografia e de construir modelos e teorias no âmbito dessa ciência¹⁸.

No contexto de influência das perspectivas humanista e estruturalista, o livro organizado por Michael Pacione (*Historical Geography: Progress and Prospect*), publicado em meados da década de 1980, já apontava algumas das novas tendências. Num dos capítulos, intitulado *Theory and Methodology in Historical Geography*, escrito por Butlin (1987, p.16-45), esse autor ressaltou a presença de uma *Nova Geografia Histórica Social*, articulada aos escritos filosóficos e teóricos de outras disciplinas, notavelmente a história social, a sociologia, a psicologia social e a política. Esse teórico apontou as seguintes fontes de inspiração da nova geografia histórica: o marxismo não ortodoxo de Habermas e da Escola de Frankfurt, a teoria marxista do filósofo francês Louis Althusser, a teoria de estruturação de Giddens, as histórias ou arqueologias das ciências humanas de Michel Foucault, as obras da escola francesa de história (*Annales*), os escritos de Edward Palmer Thompson e Raymond Williams, as críticas do movimento feminista etc¹⁹.

No bojo das mudanças teóricas, a geografia histórica “moderna”, de forma semelhante à geografia, passou a centrar-se nos processos sociais e políticos e a

¹⁸ Guelke (1982a) também formulou críticas às abstrações dos modelos espaciais da geografia quantitativa. O autor procurou esboçar uma abordagem humana, regional e histórico-geográfica, uma "alternativa idealista" à geografia positivista da época. Esse teórico defendeu a importância da análise das mudanças históricas de cunho geográfico e afirmou que se um estudo de um período passado não se preocupar com isso, ele não será necessariamente histórico-geográfico, mesmo se empregar fontes manuscritas de arquivo.

¹⁹ As influências metodológicas da fenomenologia e do estruturalismo na Geografia Histórica podem ser consultadas na obra a seguir: GREEN, D. Brooks (Ed.). *Historical Geography: A Methodological Portrayal*. Savage: Rowman & Littlefield, 1991. Para uma análise aprofundada das diversas influências da teoria social crítica sobre a Geografia Histórica consultar: GRAHAM, Brian; NASH, Catherine. *Modern Historical Geographies*. Harlow: Pearson Education Ltd., 2000.

abordar temáticas novas, relativas à classe, poder, gênero, identidade, raça, papel do Estado, ideologia e valorização da paisagem, percepção, preservação do patrimônio, memória pública, identidades nacional e regional etc. Do mesmo modo que as técnicas de dominação social passaram a ser um novo tema para a geografia histórica, os esforços subalternos de resistência começaram a ser enfatizados. O foco sobre a *vida social comum* e/ou *individual* tem possibilitado contestar as restrições das grandes narrativas presentes nas fontes históricas dos arquivos. A nova geografia histórica, segundo Lambert e Lester (2007) *apud* Naylor (2008), procura realçar as diversas estruturas presentes em uma escala onde pessoas, lugares, objetos, natureza, ações e atividades, de maneira ativa, produzem coisas como economias, impérios, instituições, discursos, conhecimentos etc²⁰.

Se, até a década de 1960, a geografia histórica era “paroquial”, relativamente “acanhada”, atrelada, muitas vezes, à definição e à defesa dos seus limites disciplinares, desde o decênio de 1980, esse campo de investigação, especialmente em países como a Grã-Bretanha, busca ativamente o diálogo com disciplinas afins, marcado, sobretudo, pelo cruzamento com a historiografia marxista. Entretanto, como destacaram Baker e Gregory (1984), é fundamental alertar que o futuro dessa nova linha de investigação híbrida não está na aplicação *rígida e dogmática do marxismo*, mas numa dinâmica pautada por debates e questionamentos. Apesar dessa importante advertência, diversos estudiosos da área ainda privilegiam, incondicionalmente, conceitos da corrente marxista ortodoxa como *modo de produção, relações de produção, formação sócio-econômica* etc. Ou seja, tomam a base econômica como fator exclusivo e determinante da evolução do espaço, minimizando outras dimensões, notavelmente a social e a espacial.

Há ainda outros problemas que os pesquisadores da geografia histórica devem evitar como a vinculação ao regionalismo ingênuo, o risco da excepcionalidade e a sobrevalorização extrema do localismo ou da subjetividade, derivada de correntes da geografia humanística que postulam a priorização do singular do ponto de vista dos valores, significações, sentimentos, símbolos, propósitos e relações dos indivíduos e grupos sociais com o lugar onde vivem. Caso

²⁰ Clout (2006), ao comentar a publicação organizada por Philippe Boulanger e Jean-Rene Trochet (*Ou èn est la géographie historique? Entre économie et culture*), divulgada em 2005, relatou que a obra pode ser tomada como consequência das mudanças da associação tradicional entre a *geografia histórica* e a *histórica econômica*, na qual a primeira área caminha na direção da construção de uma nova interação, particularmente com a geografia cultural e os estudos da cultura em geral. Como espaço e tempo, natureza e cultura, em suas várias combinações, agrupam a totalidade dos fenômenos no lugar, é muito provável, conforme destacou Williams (1994, p.9), que os geógrafos históricos venham a ocupar um papel de vanguarda no debate.

a nova geografia histórica caminhe nessa perspectiva, de compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e espaciais, os investigadores, segundo Ausdal (2006), devem estar atentos para que a área não termine demasiadamente absorvida em seu próprio mundo discursivo e perca um elemento central defendido pelos predecessores da disciplina: a perspectiva ampla. Guelke (1997, p.233) inclusive arriscou afirmar que “se o percurso intelectual de dissolução da geografia histórica em um conjunto de estudos culturais nas últimas décadas representa uma tendência, ela deixará de existir como campo de análise”.

Outra importante crítica reside nas atuais tendências da disciplina, tanto a geografia histórica quanto a geografia humana, de negar as "influências ambientais". Nesse assunto, Williams (1994, p.9), ao avaliar o processo de transição entre a *geografia histórica quantitativa* e a *crítica*, destacou a seguinte advertência:

[Se], durante as décadas entre 1950 e 1970, a geografia relegou o ambiente a um sentido periférico [...], não há dúvidas de que a efervescência epistemológica das últimas décadas, necessária e a influenciar, de forma cada vez mais premente, a geografia no encontro de novos paradigmas e explicações abrangentes, desviou as energias e os interesses para fora da questão básica da relação homem-natureza, que muitos considerariam como o cerne do assunto da geografia histórica. Por um lado, houve certo alargamento do campo com sucessos notáveis, mas, por outro, o perigo se concretizou na determinação do enfoque social, que reduziu o ambiente físico a uma fase passiva na batalha com as forças socioeconômicas e culturais. *Para muitos geógrafos, o mundo físico simplesmente não existe mais* (Grifos nossos).

Na história de formação e consolidação da geografia histórica como campo disciplinar de investigação, cabe ainda salientar que foram importantes os vários encontros acadêmicos dessa área, que ocorrem desde meados da década de 1970. A primeira reunião, denominada *British-Canadian Symposium on Historical Geography*, aconteceu em 1975 na cidade de Ontário (Canadá), onde cinquenta e quatro geógrafos históricos canadenses, dezesseis britânicos e dois americanos trocaram experiências. Esse evento, organizado com a ajuda de Robin Butlin e Alan Baker, teve como objetivo a discussão de questões metodológicas e filosóficas dentro da disciplina. Isso criou uma oportunidade para geógrafos canadenses e britânicos se encontrarem e trocarem opiniões sobre a metodologia, os dados, as técnicas e os temas de investigação de interesse mútuo. O sucesso do simpósio lançou as bases para uma série de novos encontros que passaram a ter alcance internacional.

Após dois anos (1977), foi realizado no Reino Unido o 2º *British-Canadian Symposium on Historical Geography*. Em 1979, a Universidade da Califórnia sediou o 3º encontro, que contou com geógrafos históricos do Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e EUA. Em 1981, o 4º simpósio ocorreu em Toronto (Canadá). Em 1983, o 5º encontro foi realizado em Oxford (Reino Unido). A partir de então, a reunião passou a se chamar *International Conference of Historical Geographers* (ICHG) e foi realizada nos seguintes locais: Luisiana, 6ª, em 1986; Israel, 7ª, em 1989; Vancouver, 8ª, em 1992; Cingapura e Perth (Austrália), 9ª, em 1995; Irlanda, 10ª, em 1998; Quebec, 11ª, em 2001; Auckland (Nova Zelândia), 12ª, em 2003; Hamburgo, 13ª, em 2006; Quioto, 14ª, em 2009; e Praga, 15ª, em 2012. De acordo com Baker (2010), na penúltima conferência estiveram presentes 245 participantes de 31 países. Passados mais de trinta anos do primeiro simpósio, a ICHG tinha se transformado, mas a sua base, canadense e inglesa, ainda permaneceu evidente.

Os simpósios e as conferências contribuíram para criar um sentimento de identidade entre os geógrafos históricos. Essas reuniões, em conjunto com o *Journal of Historical Geography*, além de apresentarem profissionais com perfis acadêmicos renomados, são um importante estímulo aos debates sobre problemas e teorias, fontes e técnicas, e sobre as relações da geografia histórica com suas disciplinas cognatas. Dos vários encontros que aconteceram, Henry e Jenkins (2003) destacaram o 10º, ocorrido em 1998 na Irlanda. Os autores apontaram que após esse evento, a pesquisa em geografia histórica apresentou notável crescimento, tanto em termos de investigadores quanto no âmbito dos assuntos abordados, cada vez mais dinâmicos e desafiadores. A 10ª conferência também foi um marco na consolidação da geografia histórica devido à criação da *International Association of Historical Geographers* (IAHG) cujo objetivo é promover a investigação geográfica tanto dentro da geografia quanto em outras disciplinas históricas com interesse no espaço.

O somatório de esforços realizados durante o século passado e no começo deste para consolidar a geografia histórica como campo disciplinar mais ou menos independente é, pois, bastante frutífero. A importância e o destaque dessa disciplina como área de estudo não pode ser avaliado pelas vagas de concursos, específicas para esse fim, destinadas aos departamentos de geografia das universidades, tão poucas conforme apontou Kay (1990). Mesmo entre os países persistem grandes

diferenças nas posturas epistemológicas e, lamentavelmente, alguns ainda apresentam até “atrasos” conceituais.

Na Inglaterra, França, Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália, a geografia histórica conseguiu formar um campo de pesquisa respeitado e se impor pela qualidade dos seus quadros profissionais e da produção teórica e empírica. No Japão, os geógrafos históricos estão ampliando a reinterpretação das suas paisagens tradicionais em termos dos signos e símbolos, ainda na perspectiva da renovação ou da geografia histórica moderna (SENDÁ, 1982; KINDÁ, 1997). Na China, o campo disciplinar é embrionário, marcado pela ênfase na descrição, portanto, bem atrás do Ocidente quando se trata de investigação teórica ou de um quadro conceitual de trabalho (QUE, 1995; CHIANG, 2005)²¹.

No Brasil, a disciplina não conseguiu consolidar uma tradição que se consubstanciasse numa escola de grande importância, apesar das contribuições de autores internacionalmente reconhecidos como Antônio Carlos Robert Moraes, Maurício de Almeida Abreu, Pedro de Almeida Vasconcelos etc. De modo semelhante ao contexto mundial, predominam estudos de caso, com escassas pesquisas sobre revisão e produção teórica e metodológica. Por esse e outros motivos, a área carece de instrumentais e geralmente é confundida com história do pensamento geográfico, estudo da paisagem ou influência ambiental na história. Algumas conceituações sobre a área, muito generalistas, ainda apresentam a geografia histórica como resumida simplesmente ao *estudo do passado*.

O universo da teoria geográfica e o da geografia histórica são profundamente dominados pela extensa e reconhecida produção anglo-americana, enquanto os lugares para além desse espaço centro-ocidental desenvolvido continuam a ser sub-representados no conhecimento geográfico. Com o objetivo de contribuir para o debate, destacamos, a seguir, os principais conceitos e metodologias desse campo de investigação tão respeitado no âmbito internacional. Felizmente ou infelizmente, a maioria das referências bibliográficas está embasada em publicações anglo-saxônicas.

²¹ Isto se explica porque os contatos entre chineses e geógrafos históricos ocidentais foram limitados até a década de 1980. Ademais, a maioria dos geógrafos históricos chineses são educados como historiadores e estão interessados mais nos estudos sobre as mudanças através do tempo do que em investigar a organização e a variação espacial. Conforme apontou Kay (1990), se considerarmos que no debate sobre a geografia histórica, os historiadores pouco se envolvem quando comparados aos seus pares, os geógrafos, a situação atual da disciplina na China é ainda mais compreensível.

1.3. Teoria e Metodologia da Geografia Histórica

1.3.1. Aportes conceituais

Um historiador de Oxford, a mais de um século atrás, observou que ‘a história não é inteligível sem geografia’. Hoje, no início do século XXI, como geógrafo de Cambridge, quero ressaltar que a geografia não é inteligível sem história [...] O entendimento de lugares requer uma perspectiva histórica e a compreensão dos períodos temporais requer uma perspectiva geográfica. Cada uma precisa da outra, cada uma é empobrecida sem a outra. Mais importante, cada uma é enriquecida pela outra. Reconstruir séries temporais de dados enriquece nossa compreensão histórica por si só, mas o valor geográfico é adicionado quando usamos, em combinação, a reconstrução de séries espaciais (BAKER, 2007b, p7-9).

Há tempos que o campo principal de análise da geografia histórica consiste na compreensão das relações entre as pessoas e o ambiente. Baker (2003, p.72) enfatizou que o diferencial de encontros de povos com seus ambientes, de “culturas” com a “natureza” e com outras “culturas” têm intrigado gerações de estudiosos e alimentado uma legião de pesquisas geográficas. Mas, o tema da *geografia histórica* é muito vasto e controverso, a ponto de alguns geógrafos e historiadores o descreverem como “a ponte da divisão”, sub-título do livro mais importante do autor citado. No geral, persistem poucas criações individuais extraordinárias e os pesquisadores ainda possuem ideias distintas sobre o uso do passado²².

No começo do século XIX, Immanuel Kant escrevia que enquanto a história se ocupava da descrição dos acontecimentos de acordo com o tempo, a geografia se dedicava à investigação desses acontecimentos privilegiando a dimensão do espaço. Essa posição, santificada por Newton, foi responsável por um atraso considerável na progressão teórica e metodológica da geografia. Ela fez escola por longo período e atualmente, segundo Santos (2002a, p.134), se repete como postulado, como se depois de Einstein fosse possível adotar a separação rígida entre tempo e espaço.

Na década de 1980, Guelke (1982a) afirmou que não havia base lógica para diferenciar *geografia* da *história*. Embora os historiadores estivessem preocupados com questões políticas e sociais - entendimento de períodos - e os geógrafos com a ocupação humana e o uso da terra - compreensão de lugares -, essas diferenças

²² Se a geografia histórica é uma linha de investigação controversa, o mesmo pode ser aplicado às suas disciplinas de formação básica, história e geografia, que sempre estiveram permeadas de ambiguidades, uma fonte de força e fraqueza.

não teriam importância filosófica. Na opinião de Donald Meinig, a geografia e a história estão enraizadas na base material da existência humana: elas são "análogas, complementares e interdependentes" campos de estudo. Enquanto os historiadores focam as idéias, os geógrafos abordam as áreas. Por isso, se estivermos interessados nos acontecimentos emanados das tomadas de decisão e nos tipos de mudanças apresentadas pelas áreas devemos voltar nossas atenções para o historiador e para o geógrafo ou, de forma integrada, para a geografia histórica (WYNN, 2005, p.612).

As propostas de separação entre espaço e tempo, passado e presente, para privilegiar uma ou outra extremidade do espectro, tanto na geografia quanto na história e, principalmente, na prática da geografia histórica, carecem de fundamentação teórica e metodológica²³. De acordo com Mitchell (1987, p.1-2), o "passado" e o "presente" são noções simplificadas de nossas concepções do tempo. Desse modo, assevera o autor que

Se o passado é o prólogo para o presente, o presente continuamente reforma o passado com novas ideias, abordagens e informações que nos permite recuperar e desvendar as condições humanas anteriores. Tempo, portanto, não é o domínio exclusivo de um único conjunto de profissionais, embora, no mundo ocidental, geralmente, os historiadores têm sido considerados os guardiões especiais do passado humano. Terra-espaço, similarmente, é um conceito fundamental para muitos ramos da atividade intelectual organizada. Os geógrafos, principalmente, reivindicam o domínio desse campo para elucidarem as relações existentes entre as pessoas e os lugares e seus reflexos na localização, no ambiente, na distribuição e nas expressões regionais.

O geógrafo histórico deve se preocupar com o estudo das mudanças no espaço e no tempo, além de investigar como e por que algumas das expressões pretéritas persistem no presente. No entanto, a recuperação do passado não é uma tarefa fácil. Inclusive em suas formas mais detalhadas, o pesquisador poderá reconstruir apenas uma pequena fração das ações humanas e dos eventos. Recuperar o passado geograficamente tem sido a tarefa de um conjunto específico de geógrafos em vários momentos da evolução da ciência geográfica e, algumas vezes, eles foram ultrapassados pelos historiadores.

²³ O dogma de que a geografia seria apenas o estudo do tempo presente despontou, provavelmente, na geografia francesa do final do século XIX, quando no momento da sua institucionalização como ciência, longos embates surgiram com os historiadores acadêmicos que viam a geografia apenas como ciência auxiliar da história. Diante da necessidade de se construir um instrumental teórico e metodológico próprios, como a história estava preocupada com o passado, à geografia coube, portanto, o presente (ABREU, 2000).

Nas duas últimas décadas, os estudos de geografia histórica têm envolvido um número crescente de historiadores e, principalmente, de geógrafos num crítico debate sobre a evolução do passado. No entanto, conforme apontaram Denecke (1982) e Baker (2003), em oposição às obras que versam sobre as mudanças geográficas e históricas de determinados lugares e períodos, há poucas pesquisas e ensaios publicados que investigam a geografia histórica *per si* como um campo de estudo, em seus aspectos teórico-conceituais ou em termos das suas relações, proximidades e distinções com as disciplinas mãe²⁴.

A carência de um amplo debate teórico-metodológico no universo da geografia histórica faz desse campo de estudo uma área com diversos problemas, apontados por Kucera (2008, p.6) e listados a seguir: “baixo nível de coesão interna”, “natureza eclética da pesquisa”, indefinição do objeto e do sujeito de investigação, posição não clara entre historiografia e geografia, “natureza excessivamente descritiva”, raramente explicativa e distanciada da busca de regularidades, aplicabilidade insuficiente dos resultados obtidos e conceituações, por vezes, “demasiadamente gerais²⁵”.

Na década de 1950, Mitchell (1954) publicou uma obra intitulada *Historical Geography*, com temas dedicados às questões gerais da prática da geografia histórica, ao povoamento da terra e à evolução das vilas e fazendas. Em que pese o esforço pioneiro da autora e o foco principal nas mudanças da Grã-Bretanha desde os tempos pré-históricos até o século XX, Baker (2003) ressaltou que, em relação à discussão geral sobre a natureza da geografia histórica, por trinta anos, a publicação citada se manteve como o único livro, de língua inglesa, a tratar da natureza do campo de estudo em questão.

No capítulo introdutório do livro, Mitchell indaga o que é geografia histórica. Ela responde que, considerando as imprecisões das definições da geografia e da história, encontrar uma categorização para a disciplina seria um mistério ainda maior. No entanto, aponta a autora que na compreensão do que seria esse campo de investigação,

²⁴ Quando analisamos as publicações relativas ao campo da *geografia histórica* em diferentes países é possível notar que tais estudos foram lançados desde o século Dezoito. Todavia, a maioria das publicações ou se enquadra, principalmente, em pesquisas de *história geográfica* ou aborda, especialmente, lugares e períodos, não teoria e metodologia da linha de investigação em foco.

²⁵ No contexto atual, entretanto, é preciso considerar a impossibilidade de distinção, de forma clara e fechada, de um ramo competitivo da ciência com elevado nível de integridade ou coesão interna e identidade suficientemente forte. Essa observação pode ser aplicada a qualquer uma das suas sub-áreas da geografia e, até mesmo, a outras ciências.

[...] alguns vão mais longe do que a crença de que se trata de 'velhos' mapas e consideram como um campo de conhecimento que se debruça sobre os relatos dos antigos marinheiros, dos viajantes e dos mercadores aventureiros medievais. Já outros acreditam ser uma tentativa doentia dos geógrafos para explicar a história e acham que o geógrafo histórico é, muito certamente, invasor e deva ser processado. [Mas], isto não é assim: o geógrafo histórico é um geógrafo em primeiro lugar, seja no passado ou em qualquer tempo (MITCHELL, 1954, p.1-2).

A geografia no contexto em que Mitchell escreveu o ensaio se definia pela descrição e explicação da localização e distribuição dos fenômenos. Na opinião da autora, o objeto daquele campo era o estudo dos lugares, tanto em termos da individualidade quanto da generalidade, vistos como produtos das interações entre os povos e os ambientes. À geografia histórica, cabia, o estudo, geográfico, de um lugar específico no passado, através do corte de uma sequência de datas mais ou menos ordenada, com importância na compreensão da localização e dos assuntos humanos. A autora ainda deixou bem claro que apesar da investigação do passado o geógrafo histórico sempre seria um geógrafo, nunca um historiador.

A pesquisadora relatou que a análise dos acontecimentos históricos era de domínio do historiador, preocupado com a civilização, enquanto a da superfície da terra, do geógrafo. Se levássemos a risca este preceito, muitos livros, em cujo título figurava o termo *geografia histórica*, ao abordarem, principalmente, a civilização, não o lugar, não passavam de *história geográfica*. O elemento comum entre os dois profissionais estaria na perspectiva de compreender o padrão espacial no decorrer dos eventos. Destaque-se, contudo, que o geógrafo histórico deveria estar vinculado com a análise da geografia de um espaço em *qualquer momento* do tempo, pois, na opinião da autora,

[ele] não [poderia] estar preocupado apenas com a sobrevivência de padrões geográficos passados no presente ou com a evolução de padrões geográficos no tempo, mas com o estabelecimento e o estudo dos padrões em qualquer um dos dois tempos em particular (MITCHELL, 1954, p.14).

A geografia histórica deveria, então, se preocupar tanto com as permanências de características geográficas dos tempos passados nas paisagens atuais quanto com as mudanças geográficas ao longo do tempo. Mitchell (1954, p.332) não tinha dúvidas de que o trabalho analítico do geógrafo histórico era, em última instância, contribuir para a síntese geográfica, com o estudo do lugar em seus aspectos físicos

e humanos. No capítulo final da sua obra, ela defendeu a necessidade de uma abordagem histórica em toda a ciência geográfica e assim concluiu: "se a cada geógrafo histórico cabe versar sobre todas as partes da geografia, de fato, cada geógrafo é (ou deveria ser), em certa medida, um geógrafo histórico".

Na década de 1980, William Norton publicou a obra *Historical Analysis in Geography* (1984), um levantamento na perspectiva da discussão geral sobre a natureza da geografia histórica. Ele reconheceu três grandes preocupações da geografia, concentrando-se, particularmente, na última: a) as alterações geográficas através do tempo; b) o desenvolvimento da paisagem; c) e a evolução da forma espacial. Ao analisar a trajetória da geografia histórica, o autor argumentou que o cerne das preocupações desse campo durante os anos de 1960 e 1970 estava vinculado ao estudo da geografia do passado, das mudanças geográficas e das características históricas presentes nas paisagens atuais. Mas, também declarou que as ideias e os métodos de análise dos padrões espaciais, cada vez mais adotados no âmbito da geografia em geral, tinham ainda pouco impacto sobre a geografia histórica.

O pesquisador, apesar de reconhecer os vigorosos debates entre os geógrafos históricos sobre questões como disponibilidade de dados, papel da teoria e da quantificação na pesquisa histórica e sobre as correntes alternativas ao positivismo como a fenomenologia, o idealismo e o estruturalismo, defendeu a perspectiva de uma análise espacial temporalmente orientada cujo foco dos estudos estaria na evolução das formas espaciais e no emprego de técnicas de simulação e métodos *contrafactuais*. Nas principais temáticas da geografia histórica (estudos regionais e de fronteira, análises da evolução dos assentamentos e da agricultura, transporte, paisagens urbanas e industriais e estudos populacionais), Norton (1984, p.15) defendeu a abordagem das relações entre *forma* e *processo* através do tempo. A obra teve impacto limitado, talvez pelo alinhamento com a geografia teórico-quantitativa.

Tanto a proposta de Mitchell quanto a de Norton, na opinião de Baker (2003), apesar de possuírem diferentes abordagens, apoiaram-se, exclusivamente, nos métodos e conceitos da geografia num momento em que os processos metodológicos dessa ciência estavam passando por crescente questionamento. Infelizmente, não abordaram, de forma coerente, a natureza da relação entre a disciplina citada e a história. Essa observação pode ser estendida a várias

publicações em outras línguas²⁶. Baker (2003) ainda relatou que há lições a serem aprendidas e armadilhas a serem evitadas. Ele cita a obra de Robin Butlin (*Historical Geography: Through the Gates of Space and Time*), publicada em 1993, que abordou os riscos com sucesso ao empregar uma perspectiva que sublinhou o caráter mutável da geografia histórica em si.

Na opinião de Butlin (1993, p.47), “ainda há muito espaço para uma análise pormenorizada das relações, passadas e presentes, entre a geografia histórica e a história”. Dos onze capítulos da sua obra, três examinam a prática da geografia histórica em diversas partes do mundo desde o século XVIII ao XX. Após um ensaio sobre fontes e dados, o autor apresenta um conjunto de capítulos com os seguintes temas: reconstrução dos ambientes físicos, geografias históricas das paisagens, do poder e controle social, da urbanização, da industrialização e das transformações rurais. Ao discorrer sobre aspectos como representação, identidade e poder, o autor articula o livro com questões proeminentes que caracterizam hoje as abordagens da nova geografia cultural e histórica, mas, ao abarcar desde a pré-história até o presente, englobando o mundo inteiro, foi criticado por omitir problemas específicos, períodos e lugares. Ele considerou a geografia histórica como

[...] o estudo da geografia dos tempos passados, mediante a reconstrução imaginária de uma vasta gama de fenômenos e processos chaves para nossa compreensão geográfica do dinamismo das relações e atividades humanas, tais como as mudanças na avaliação e uso dos recursos naturais e humanos, na forma e função dos assentamentos humanos e do ambiente construído, nos avanços em quantidade e formas de conhecimento geográfico, no exercício do poder e do controle sobre territórios e pessoas (BUTLIN, 1993, p.1).

O livro de Serge Courvill (1995), *Introduction à la géographie historique*, também merece destaque. Na opinião de Baker (2003), essa obra constitui um guia para a prática da geografia histórica, com extensa revisão da história da geografia histórica e discussão das suas características. O autor da obra aborda a formulação de problemas de pesquisa, destaca a necessidade de uma abordagem crítica frente às fontes históricas, o uso e análise de dados qualitativos, quantitativos e cartográficos, os problemas de generalização e de síntese etc. Em sua opinião, a

²⁶ *Historische Geographie* (1969), de Helmut Jager, *Method in Historical Geography* (1977), de Toshio Kikuchi, *Theory and Practice in Historical Geography* (1979), de Ren-Zhi Hou, *Géographie historique* (1998), de Jean-Rene Trochet, *An Introduction to Historical Geography* (1993), de Zhang Butian, *From Dynastic Geography to Historical Geography* (2000), de Xiaofeng Tang, *Ideas of Historical Geography* (2000), de Weimin Que etc (BAKER, 2003, p.13-14).

geografia histórica é um campo de investigação originário da história, mas que adotou a geografia antes de concretizar sua independência de ambas as áreas do conhecimento. Ainda em sua concepção, ela não é uma disciplina ou sub-disciplina, mas um campo interdisciplinar de investigação, alimentado pelas ideias, linguagens e métodos da geografia e da história, talvez uma maneira de resolver as tensões tradicionais entre as duas áreas²⁷.

No universo das relações entre história e geografia, a obra de Alan Baker (*Geography and History: Bridging the Divide*), publicada em 2003, é o primeiro livro a examinar, exaustivamente, após um século, a interdependência das duas disciplinas²⁸. Como geógrafo histórico de Cambridge, internacionalmente reconhecido, o autor focaliza o trabalho dos geógrafos e historiadores norte-americanos, britânicos e franceses, a relação dos historiadores com a geografia e dos geógrafos com a história, além de apresentar uma perspectiva global e interdisciplinar sobre a teoria e a prática da *geografia histórica* e da *história geográfica* e *ambiental*. Ele conseguiu cobrir, com certa garantia de igualdade, três gerações de geógrafos históricos: a de Darby; a dos teóricos que o influenciou; e a dele próprio²⁹.

Alan Baker defende a existência de um contato, ao invés de separação, entre os objetivos e os métodos de geógrafos e historiadores, interação demonstrada, algumas vezes, em termos de interesses comuns, outras vezes, de projetos colaborativos. Para o teórico, geografia e história apresentam distintas maneiras de

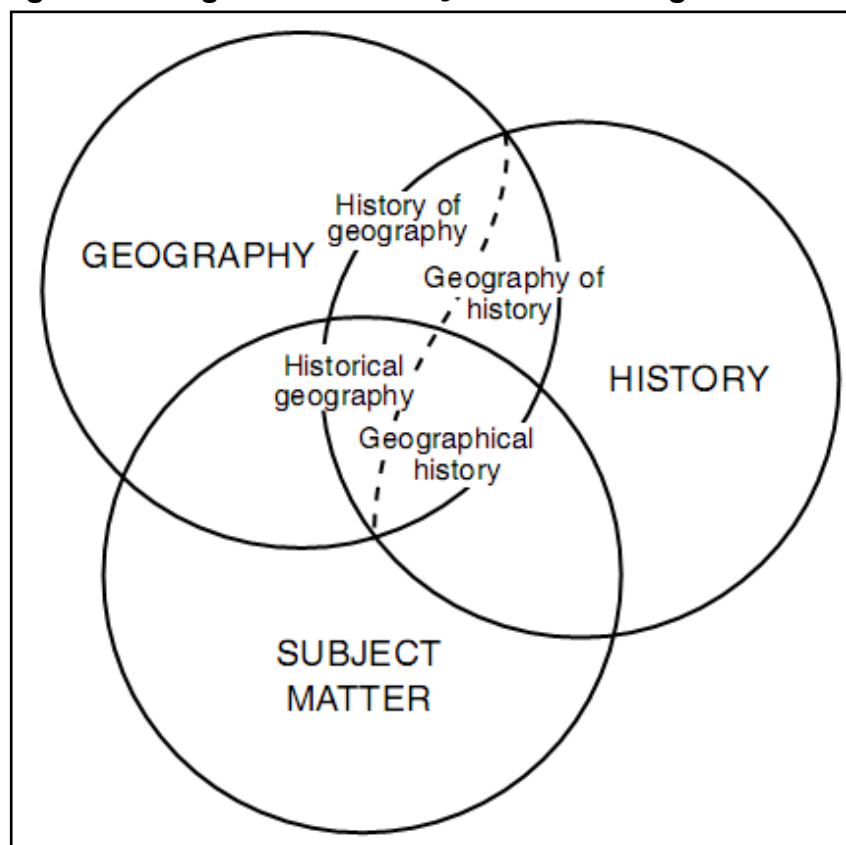
²⁷ Darby (2002), ao repensar a natureza da geografia histórica, de modo semelhante, não a considera como uma sub-disciplina dentro da geografia, pois, para esse autor, os assuntos distintos a diferem tanto da geografia humana contemporânea quanto de outras disciplinas históricas.

²⁸ Há mais de um século, Hereford Brooke George escreveu um livro abordando as relações entre a geografia e a história (*The Relations of Geography and History*. Oxford: Clarendon Press, 1901). Como historiador, ele trabalhou com a premissa básica de que a história não é inteligível sem a geografia. Baker (2003, p.7), geógrafo, ao escrever *Geography and History*, começa com a premissa complementar de que “a geografia não é inteligível sem a história”. Entre 1901 e 2003, talvez, a única exceção a tratar de semelhante assunto foi a obra de Lucien Febvre, *La terre et l’ évolution humaine: introduction géographique à l’ histoire* (1922). Smith (2005) apresenta uma crítica taxativa, a meu ver improcedente, sobre o livro de Baker, argumentando que a obra, ao contrário da de Lucien Febvre, não traz avanços conceituais em termos de explicação da relação entre os fatos geográficos e os acontecimentos históricos, mas apenas aponta a diversidade das abordagens existentes para a compreensão das questões do tempo e do espaço. Já para Rumney (2005, p.484-482), “o livro consiste em leitura obrigatória para os geógrafos históricos, para os historiadores geográficos e para qualquer pessoa interessada no passado e nas geografias desse passado”.

²⁹ A história ambiental é um campo interdisciplinar, possuindo inspiração de abordagens que vão desde as ciências exatas às humanidades. Atrelada à ecologia histórica, apresenta fronteiras confusas com a geografia histórica. “Ambos os campos possuem o mesmo assunto; indagam várias questões similares; e se diferem, principalmente, devido a aspectos de estilo, nuance e técnica (MCNEILL, 2003, p.9)”. Com estreita relação com as publicações geográficas, a história ambiental tem experimentado notável crescimento nos últimos 30 anos cujos trabalhos, especialmente os desenvolvidos por geógrafos, trazem novas abordagens teóricas e metodológicas sobre questões da formação da paisagem, da mudança ambiental e das relações sociedade-natureza (NAYLOR, 2006).

se olhar o mundo, mas complementares e interdependentes na forma de compreensão. As duas disciplinas se relacionam de tal modo que uma não pode, por interesse próprio, ignorar ou negligenciar a outra. Os fatos geográficos são indispensáveis para o historiador, assim como a experiência histórica é imprescindível para o geógrafo. O autor elaborou um diagrama, retratado na Figura 1, para mostrar as possibilidades de intersecção entre as duas disciplinas.

Figura 1 - Diagrama das Relações entre Geografia e História



Fonte: Baker (2003, p.3).

O pesquisador chama atenção para o papel central da *geografia histórica* e da *história geográfica*, posicionadas no cruzamento: a primeira, se preocupando com a dimensão histórica da geografia e a segunda, com a dimensão geográfica da história. A história, a geografia histórica e a história geográfica têm uma experiência compartilhada sobre uma vasta gama de assuntos: dirigem-se para os problemas comuns e adotam as mesmas fontes; empregam técnicas semelhantes de investigação; exploram, com uma série de dificuldades, os conhecimentos e entendimentos de ambas as ciências naturais e sociais; além de serem parte do amplo espectro das humanidades ou das ciências históricas. A geografia histórica compartilha com os estudos históricos seus métodos de investigação, com os

estudos geográficos os problemas de análise. Na Antiguidade tardia, as duas disciplinas eram intimamente ligadas e inseparáveis, talvez, por isso, fornecendo alguma justificativa para os autores que hoje as utilizam de forma intercambiável. Mas, em função das diferentes posições epistemológicas entre ambas elas oferecem perspectivas distintas sobre o passado e, por isso, como alertou Myres (1953, p.62-63), “a geografia”, inclusive a histórica, “não é história e não pode ser confundida com esta disciplina”.

A geografia histórica procura aplicar uma perspectiva distinta, exclusiva e espacial do ordenamento do mundo no passado. Na opinião de Donald Meinig, citada por Wynn (2005, p.617), essa linha de análise traça metodicamente “desenvolvimentos sobre um momento do tempo”, mas é “basicamente e perfeitamente geográfica” porque seu “foco persistente está sobre uma área singular”, procurando compreender “como os homens lidaram com essa porção da terra³⁰”. Na definição de Baker (1997, p.241),

A geografia histórica é, de fato, um estudo histórico: seu foco de interesse reside na geografia de algum tempo passado ou em alterações geográficas em algum período do passado. Assim, compartilha a legitimação intelectual e moral com todos os estudos históricos. Mas, a geografia histórica é, fundamentalmente, um estudo geográfico: suas perguntas são questões geográficas sobre o passado, ela oferece uma perspectiva geográfica sobre o passado. Ela produz uma contribuição distinta para o nosso conhecimento e compreensão do passado, fazendo assim, essencialmente, como geografia e não como história, mas como geografia histórica em suas muitas formas e não exclusivamente como uma geo-história ou história geográfica, que é meramente uma forma de geografia histórica (Grifos nossos)³¹.

A geografia histórica destaca a especificidade dos lugares. Ela enfatiza o distinto, os diversos padrões, processos e eventos geográficos observados, evidentemente, nos seus respectivos contextos históricos. Diferenças entre os lugares são de interesse intrínseco à geografia histórica, sejam elas entre o “mesmo” lugar em momentos distintos, ou entre lugares distintos durante o mesmo período

³⁰ Em sua obra sobre a formação da América, Donald Meinig deixou claro o que, em sua concepção, seria um estudo de geografia histórica. Assim se posicionou o autor: “eu não estou interessado apenas em compreender sobre o comportamento dos homens, mas como agiram e como criaram e alteraram os lugares em que estiveram envolvidos. Eu estou interessado em quais e como eram essas áreas nos tempos passados, nas características específicas das suas paisagens culturais, das geografias sociais e dos sistemas espaciais (WYNN, 2005, p.624)”.

³¹ As perspectivas de Baker e Meinig, com poucas diferenças, parecem semelhantes à proposição de Donkin (1997, p.247), quando este autor apresentou uma definição objetiva do geógrafo histórico: “pensando bem, eu seria um geógrafo histórico, buscando o melhor de ambos os mundos - um ‘servo de dois senhores’ -, a geografia e a história”.

temporal. Por isso, o método comparativo, às vezes, é utilizado para destacar tanto as diferenças quanto as semelhanças, a fim de melhor compreender os lugares e suas singularidades. Agora, a geografia histórica, pela particularidade dos estudos e do seu objeto, não pode ser feita, necessariamente, como peça de alguma grande narrativa ou de uma teoria histórica unificada. Principalmente porque os diversos lugares possuem rotas infinitamente variadas de mudança geográfica ao longo do tempo.

Na prática da geografia histórica, três aspectos, apontados por Kucera (2008), precisam ser considerados. O primeiro refere-se à necessidade de distinguirmos a geografia histórica da historiografia, por meio de uma ênfase maior no espaço em relação ao tempo. Isso implica construirmos uma disciplina essencialmente preocupada com a organização da esfera geográfica da paisagem no período temporal determinado, e não uma ciência que lida com a descrição cronológica da evolução de um fenômeno específico. Em segundo lugar, é necessário ampliarmos o diálogo sobre a natureza da percepção do tempo e do passado na geografia histórica, sobretudo acerca do objeto e do assunto de investigação. Isso, talvez, nos permitirá a busca e verificação de processos gerais. Em terceiro lugar, a geografia histórica não pode se contentar em apenas descrever e explicar a evolução temporal dos elementos selecionados na paisagem através de um método retrospectivo, mas deve estar preocupada com a compreensão da complexidade e do funcionamento das paisagens passadas³².

Se existe certo consenso sobre o plano de abordagem da *geografia histórica*, não há semelhante concordância com a *história geográfica* cujo uso é variável e o estatuto epistemológico ambíguo. Um dos primeiros autores a utilizar este termo foi Paul Vaillant, em 1749, na obra *A Geographical History of Nova Scotia*. Nessa publicação, o pesquisador analisou a geografia física da Nova Escócia, a história do povoamento e o potencial de desenvolvimento. Apesar do longo tempo transcorrido desde a publicação desse estudo, infelizmente, o crescimento da produção teórica sobre a história geográfica não acompanhou o da geografia histórica e embora a idéia da geografia por trás da história, ou seja, da *história geográfica*, seja hoje aceita, sua prática tem sido amplamente descartada (WILLIAMS, 2002; BAKER, 2007b).

³² A terceira postura, além de ajudar na popularização da historiografia, da geografia e da própria geografia histórica, poderá ajudar a estabelecer as bases para o desenvolvimento da cooperação interdisciplinar dos geógrafos com especialistas de outros ramos.

A *história geográfica* ou, para alguns, também denominada *geo-história*, é um ramo da ciência histórica fundada, principalmente, por um conjunto de historiadores franceses que procuraram incorporar a interpretação geográfica na história. Influenciada pela chamada “Escola dos *Annales*”, esse campo surgiu no início do século XX e provocou a ruptura com a historiografia tradicional pautada nas narrativas. A historiografia vigente na época passou a ser desconstruída pelo movimento de renovação da “Nova História” cujos preceitos defendiam uma análise científica dos problemas, a valorização da pesquisa e o diálogo com outras disciplinas, a exemplo da geografia. Os principais expoentes da interpretação geográfica na história foram Henri Berr, Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel³³.

Na concepção de Fernand Braudel, um projeto em geo-história precisa, necessariamente, compreender, historicamente, os contextos espacial e ambiental das atividades humanas e, se possível, envolvê-los no mapeamento. Para o historiador francês, essa linha de interpretação investiga a imposição do meio sobre os homens, a fricção do espaço, realçando os condicionamentos e as limitações. É a investigação da ação humana na apreensão do espaço, a luta dos grupos sociais para conseguir vencê-lo, suportá-lo, à custa de trabalhos duros e penosos. “É o estudo de um duplo vínculo, da natureza ao homem e do homem à natureza”, de uma “ação e de uma reação, misturadas, confusas, recomeçando sem cessar na realidade cotidiana (BRAUDEL, 1997, p.73)”. Essa forma de abordagem visa produzir historiadores cientes da importância geográfica e geógrafos sensíveis à interpretação histórica³⁴.

³³ Na opinião de Lourenço (2007) e Ribeiro (2008), a *geo-história* é o encontro entre três projetos intelectuais forjados no final do século XIX e início do XX: a geografia humana vidaliana, a geografia alemã e a historiografia dos *Annales*. Delas se extrairá, respectivamente, a associação homem-meio, o trinômio espaço-economia-sociedade e a pluralidade do tempo. Para Baker (2007a), a discussão e a elaboração da *geo-história* como conceito deve-se a Charles Higounet, que a tomou como um método que enfatiza a importância da localização dos eventos históricos e do mapeamento dos dados. Ela é uma linha de investigação que também se propõe espacializar o tempo e temporalizar o espaço.

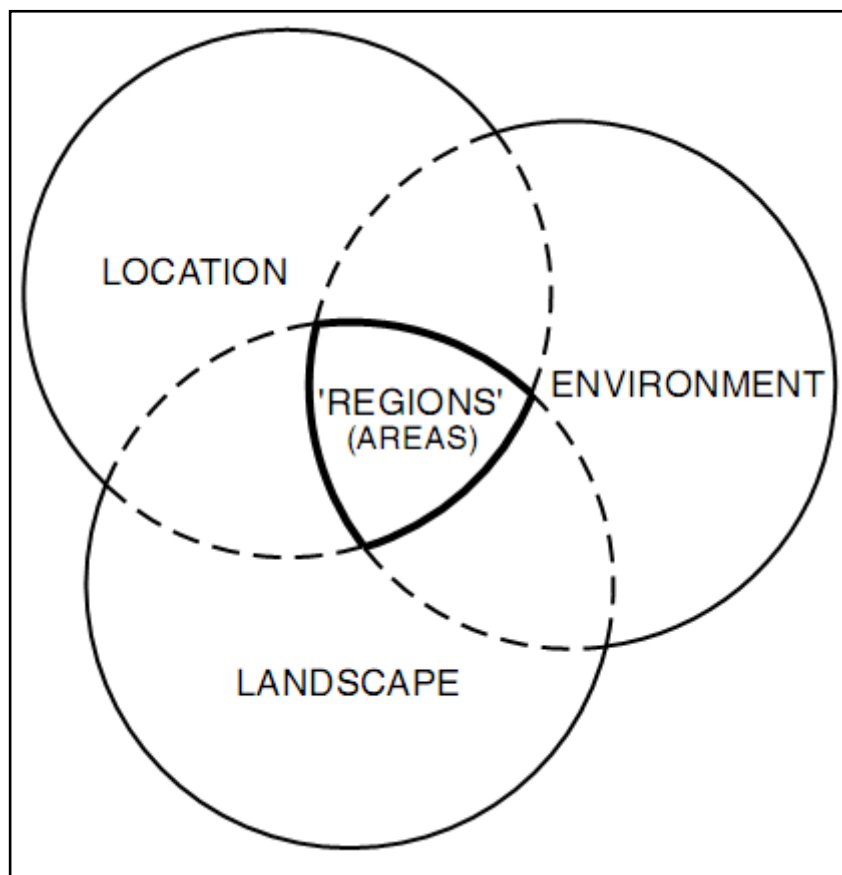
³⁴ Na primeira edição da obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Philippe II* (1949), Braudel empregou o termo *geo-história* em um capítulo intitulado *Géohistoire et déterminisme*. Entretanto, na segunda edição da mesma obra, o autor suprimiu o capítulo. Considerando que para Braudel, os fatos históricos têm sempre, em maior ou menor grau, certas condições geográficas de partida, pré-requisitos para o desenvolvimento posterior e para explicação dos eventos, Daix (1999, p.278) considera que o historiador francês renunciou ao neologismo da “geo-história”. O uso dessa expressão parece realmente desaparecer nas obras do historiador francês após 1949. Como apontou Ribeiro (2008, p.259), não houve abandono da *geo-história*, pois isso significaria renunciar à própria ideia de história tal como Braudel a imaginava e a praticava. Ocorreu, na verdade, a sua substituição pela noção de *espaço*.

Em termos teóricos, é possível distinguirmos *geografia histórica* da *história geográfica*, apesar de, na prática, os elementos distintivos desaparecerem e a divisão se tornar mero formalismo acadêmico. Baker (2003) apontou que uma diferença fundamental entre as duas disciplinas, se é que ela pode ser levada a cabo sem problemas, é expressa em termos do *foco da história sobre períodos* e da *geografia sobre lugares*, reconhecendo que tanto os períodos quanto os lugares foram (e são) povoados/construídos por pessoas. Então, os geógrafos históricos nos contam histórias sobre como os lugares foram criados no passado pelas pessoas, enquanto os historiadores nos relatam histórias, de outro modo, sobre como os períodos foram construídos no passado por esses personagens. Nas análises, em que pese as articulações entre a geografia e a história, não precisamos inquirir exatamente as mesmas perguntas, pois há muitos caminhos e vários destinos históricos e geográficos. Por isso, Baker (2003, p.4) destaca que:

Se aspectos como o período, o local e as pessoas são exemplos de sobreposição de interesses entre as duas áreas, em seguida, o cruzamento desses três elementos pode ser descrito como a *geografia histórica* e a *história geográfica*. Qualquer diferença na prática entre as duas disciplinas será reflexo da origem intelectual específica, da distinta bagagem cultural e das preferências individuais que cada pesquisador traz para suas investigações.

Na tentativa de evidenciar as possíveis relações da geografia com a história, Baker (2003) ainda elaborou um segundo diagrama, reproduzido na Figura 2, no qual emprega “estruturas”, chamadas pelo autor de *paisagem*, *ambiente* e *localização*. As categorias formadas da intersecção das três anteriores são um instrumento útil para a discussão da natureza da geografia histórica e servem tanto para a história quanto para a geografia, contra a separação destas e para a reformulação de um novo híbrido acadêmico. São elas: *geografias e histórias da localização espacial* (onde as coisas se encontram e por que elas estão naquele lugar); *geografias e histórias ambientais* (como os seres humanos se adaptam e são adaptados ao espaço em que vivem); e *geografias e histórias da paisagem* (causas e consequências da forma visível dos lugares). O importante é que não haja limites entre qualquer uma dessas formas de abordagem e que os escritos geográficos não se restrinjam especificamente a uma ou a outra. Observando-se o diagrama, o principal universo relacional entre a geografia e a história e das três intersecções anteriormente citadas está centrado no âmbito da *geografia regional*, ou seja, das *geografias e histórias regionais*.

Figura 2 - Diagrama dos Principais Discursos da Geografia



Fonte: Baker (2003, p.8).

A acentuada abertura para o campo da geografia histórica, sugerida nos dois diagramas, é positiva, e caminha na perspectiva da maioria das definições atuais dessa linha de investigação, que enfatiza o aspecto da diversidade disciplinar. Baker (1987, p.1-2), por exemplo, no final da década de 1980, ao assumir a função de editor do *Journal of Historical Geography*, evitou apresentar um limite rígido ou restrito para as análises desse campo de estudo. O teórico assim se expressou: “a preocupação do jornal não deve ser a definição exata e a rigorosa fiscalização das fronteiras da geografia histórica”. Essa disciplina deve ser “eclética e liberal: nenhum dogma particular sobre a sua natureza pode ser aceito. O estudo de qualquer problema, período ou lugar no passado não deve ser proibido”. Nos dias de hoje, a ampla abertura faz dessa área inter-disciplinar um corpo de estudo eclético, ao mesmo tempo, fonte de sua força e fraqueza, como veremos no tópico relativo às *novas tendências e desafios da geografia histórica atual*.

No contexto recente, a geografia histórica é um campo de investigação independente, com conceitos próprios, situado entre a historiografia e a geografia, nas fronteiras disciplinares. Por meio da combinação do espaço com o tempo e das

relações entre homem e natureza, ela investiga o desenvolvimento e as mudanças do ambiente geográfico no passado, as causas dessas modificações, suas consequências e as regularidades correspondentes. Ela renova os laços antigos entre história e geografia, seja para o benefício mútuo ou ainda para promover uma reassimilação revigorante na geografia e na história como um todo. Neste sentido, ela pode ser um novo começo para o alargamento dos horizontes geográficos dos historiadores e o aprofundamento da compreensão histórica dos geógrafos. Vejamos como, do ponto de vista metodológico, ela procura contribuir com esse objetivo.

1.3.2. Considerações metodológicas

Na geografia histórica, embora os estudos sobre diversos assuntos e lugares sejam abundantes, o tratamento da *prática* e da *metodologia* desse campo interdisciplinar continua praticamente ausente. As referências bibliográficas são escassas e uma das poucas e últimas obras que trouxe um conjunto de artigos sobre a questão data de 1982³⁵.

O passado precisa ser investigado de forma *sistemática*. Para tanto, reproduzimos a proposição apresentada por Mitchell (1987), com algumas modificações. O passo inicial da pesquisa consiste no questionamento sobre as origens: quando e onde um processo particular ou conjunto de eventos começou. É o ponto de partida para definirmos o início temporal de um evento, recortá-lo e localizá-lo espacialmente³⁶. Em segundo lugar, é fundamental perguntarmos sobre o que se seguiu temporalmente em sequência do evento analisado. A terceira etapa versa sobre a ordem temporal e a estrutura espacial da ocorrência e da distribuição: porque a mudança aconteceu na sequência observada. A quarta etapa visa questionar porque as coisas aconteceram naquele tempo e lugar observados e não em outros. Aí, entra a importância da análise dos fatores produtores da mudança ou das condições necessárias que, em suas combinações, desencadearam os processos e as mudanças notados; e a atuação dos diversos agentes, externos e

³⁵ BAKER, Alan R. H.; BILLINGE, Mark (Eds.). *Period and place: Research methods in historical geography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

³⁶ Essa etapa é fundamental e importantíssima, pois, na análise da produção do espaço, segundo Santos (2002a, p.253-254), “o tempo não é um conceito absoluto, mas relativo”, dividido em seções, dotadas de características particulares, o que implica uma necessidade de periodização, a fim de examinar e recortar as continuidades e as grandes rupturas de acordo com os eventos históricos de maior ou menor importância. Nessa etapa inicial, deve-se trabalhar, com certa moderação, na seleção do problema de pesquisa, definindo-o de forma clara. Do contrário, o pesquisador corre o risco de vaguear aleatoriamente e improdutivamente pelos acervos de bibliotecas e arquivos históricos.

internos, responsáveis pela modelagem do espaço. Por fim, devemos investigar a duração e a velocidade das mudanças, avaliar a sua magnitude e extensão, bem como a evolução do espaço.

O passado precisa também ser investigado de forma *científica*. Em relação a este preceito, o estudo somente será científico se estiver baseado em argumentos lógicos e apoiado em evidências empíricas. Primeiramente, como destacou Sauer (1941, p.13-14), a reconstrução das etapas exige do pesquisador o domínio dos documentos escritos sobre a época de análise. Essa opinião foi compartilhada por William Smyth, ao destacar que “para se fazer um estudo adequado de como as sociedades crescem, mudam, declinam ou se reconstroem é essencial o domínio total dos documentos relevantes (MCCARTHY, 2002, p.543)”. “Isto, por um lado, evita a mera descrição do empirismo científico extremo e, por outro, os propósitos não históricos de certas abordagens teóricas (GUELKE, 1982b, p.195-196)”. A familiaridade com os registros e fontes reivindica muito tempo e pesquisa e um conhecimento aprofundado das instituições que armazenam a memória dos acontecimentos (BROWN e BROWN, 1998 *apud* MOORE, 2010)³⁷.

O trabalho de pesquisa em geografia histórica deve se basear, essencialmente, nos rastros deixados pelo passado, na maioria das vezes, encontrados em arquivos. Nessas instituições estão armazenados, ordenados ou não, os materiais de interesse histórico ou de significância social. Contudo, o objeto de estudo dos geógrafos históricos – “a geografia de um lugar em algum momento no passado ou as mudanças geográficas de um lugar durante certo período no passado - constitui uma realidade morta (BAKER, 1997, p.232)”. O passado já aconteceu e não está passível de ser modificado por qualquer atividade no presente. Os geógrafos históricos não podem observar diretamente o fenômeno que desejam estudar, a exemplo do que fazem os cientistas naturais e sociais. O pesquisador almeja explorar o passado com vistas a trabalhar num projeto de sua reconstrução. Todavia, segundo Henry Glassie, “a história não é o passado, mas um mapa do passado elaborado a partir de um determinado ponto de vista para ser útil ao leitor moderno (POWELL, 2000, p.394)³⁸”.

³⁷ Infelizmente, estudiosos das ciências sociais e humanas, inclusive profissionais da geografia e geógrafos históricos, com poucas exceções, pouco se valem dos arquivos, talvez pela falta de conhecimento deles, dificuldades de pesquisa ou crença generalizada de que as fontes documentais são úteis apenas para os historiadores.

³⁸ O cenário atual é mais acessível à indagação. No entanto, Sauer (1940, p.6) relatou que os dados contemporâneos não nos permitem, por si só, encontrar os meios para se distinguir entre os processos que tem ou não importância.

Logo, é preciso muita atenção no trabalho arquivístico, pois o pesquisador, influenciado pelas suas motivações, decisões, pressupostos e valores, interage com as fontes³⁹. A própria representação e a interpretação histórica são uma reconstrução contemporânea, como bem lembrou Hanlon (2001, p. 24). Não podemos, então, acreditar que quando nos envolvermos com o estudo do passado iremos recriar realmente aquilo que aconteceu. Construimos um “passado virtual que está aberto a debate e interpretação (ANON, 1997 *apud* MCCARTHY, 2002, p.534)”. Isso implica, pelo menos em tese, dois princípios básicos de orientação: a) contar com a gama de teorias disponíveis no presente para se trabalhar como um observador indireto do passado; b) e recuperar os conceitos, as mentalidades e os atores históricos do período em análise.

Na maioria dos casos, o investigador também não conseguirá analisar o conjunto total de materiais disponíveis. Na verdade, ele reúne, por dedução, experiência e motivação, uma parcela dos acontecimentos, completada com a sua própria subjetividade. Isso implica outra observação importante: todas as generalizações históricas e julgamentos possuem um estatuto provisório, possivelmente apenas um status conjectural, não determinante. Ao comentar sobre esse assunto, Baker (1997, p.239) considerou a “impossibilidade da evidência final de qualquer generalização histórica ser concebida, dada a complexidade absoluta do passado e a relativa simplicidade da prova que sobrevive”, de modo que, segundo o autor, “argumento e polêmica são partes integrantes do trabalho em geografia histórica”, assim como de várias outras áreas de investigação.

Na pesquisa arquivística existe ainda quatro grandes desafios sinalizados por Cameron (2001, p.43): a) separar o que precisamos conhecer daquilo que não é necessário para a investigação; b) conciliar a localização dos dados com a escala horizontal de investigação; c) irregularidade temporal e espacial das fontes; d) e parcialidade dos documentos. É fundamental que tenhamos em mente a concepção de que o material sobrevivente no tempo faz parte de um processo social e político, que pode nos dizer muito sobre as condições em que tais informações foram produzidas e utilizadas. O arquivo histórico abriga coleções parciais de documentos e um corpo difuso de idéias, mas, como destacou Clayton (2001, p.751), ele é um lugar onde os significados e as verdades do colonialismo são produzidas, ao invés de simplesmente dadas; onde o conhecimento, a ação e os espaços são produzidos

³⁹ Por essa razão, Baker (2005) enfatizou que os escritos em geografia histórica, inevitavelmente, são idiossincráticos porque somos, necessariamente, seletivos e estamos motivados pelo nosso próprio entusiasmo e por habilidades especializadas.

e trabalhados, ao invés de simplesmente armazenados. Por isso, o arquivo não é um depósito de informação histórica bruta, mas um “campo de batalha discursivo”.

Há uma enorme dificuldade do pesquisador em subverter e suplantar as relações de poder escritas e embutidas nos documentos, sobretudo quando se trata de fontes coloniais. O investigador precisa ter em mente que, sendo a produção do conhecimento a base de exercício do poder, é necessário questionar o estatuto da fonte como registro confiável, desvendar suas fraturas, descontinuidades e fundamentos políticos. É indispensável compreender não somente as suas características, mas as motivações subjacentes, o contexto e a ideologia da (s) pessoa (s) que a construiu etc. Nessa linha de análise, Clayton (2001) propõe três indagações a serem pensadas: a) em que extensão a geografia histórica é moldada pela tirania dos arquivos com os quais trabalhamos cujas fontes foram quase todas produzidas no contexto colonial; b) que vozes foram silenciadas; c) e o que estamos fazendo para recuperar e representar vozes alternativas. Essas inquições irão exigir do pesquisador uma análise crítica do corpus documental, além da sua sensibilidade para as questões da autenticidade, do preconceito e da abrangência das fontes que porventura utilizar.

Não raras vezes, um programa de pesquisa em geografia histórica pode ser amplamente controlado pelos documentos disponíveis em virtude da cobertura inexistente ou fragmentada do passado. Em que pese esse problema, o conhecimento profundo daqueles registros históricos encontrados não pode ter limites. Investir na consulta e análise de um amplo conjunto de fontes fornece uma legitimidade para a pesquisa, permitindo que o problema seja abordado de várias perspectivas e não em uma direção linear. Todavia, nem sempre as fontes têm sido catalogadas nas temáticas a que se referem; muitas ainda se apresentam dispersas, aguardando a classificação; outras se encontram em forma de manuscritos (quando não digitalizadas ou microfilmadas), com estilos linguísticos arcaicos, em geral pouco legíveis ou de difícil leitura por parte dos geógrafos, frequentemente desbotada, manchada ou rasgada.

Fontes documentais podem não oferecer uma parte dos dados necessários para reconstruir padrões geográficos humanos através das etapas sucessivas da história. Uma das saídas para este problema é investir no descobrimento de mapas da época, considerado por Sauer (1941) um dos passos muito importantes na pesquisa em geografia histórica. A manifestação cartográfica das condições econômicas e sociais dos tempos passados é central para a geografia histórica e

muitos geógrafos históricos, segundo Clout (1980, p.8), “argumentam que a representação espacial da informação disponível não só acrescenta uma dimensão nova e valiosa”, mas também permite melhor localizar e interpretar os resultados da investigação em seu contexto espacial. A cartografia possibilita reconstruir os processos espaciais sincrônicos (espaço) e diacrônicos (tempo), além de ser um eficaz instrumento metodológico de análise. Embora, ao longo da trajetória da geografia histórica, a tradição cartográfica seja uma das mais importantes, ela tem sido pouco explorada.

Na reconstrução de bases espaciais passadas são importantes também os *Sistemas de Informações Geográficas* (SIG's). A adoção desse método vem mudando nas duas últimas décadas, devido ao crescimento de uma sub-área na geografia histórica conhecida como *Historical GIS*⁴⁰. De acordo com Knowles (2000), a principal diferença entre o *GIS Histórico* e a grande maioria dos SIG's hoje utilizados é que os dados do primeiro, geralmente, incluem material de arquivo que deve ser convertido do formato analógico para o digital. O escaneamento e a digitalização de material histórico, somados ao acúmulo de bases de dados espaciais digitais, estão criando novas oportunidades para a análise do passado, sobretudo, vinculadas a temas sobre áreas urbanas, transporte, comércio e história ambiental⁴¹.

O pesquisador em geografia histórica também poderá encontrar vestígios do passado na paisagem atual, sob a forma de *resíduos*. Isto porque a paisagem é constituída por elementos de diferentes idades, e cabe ao investigador a

⁴⁰ No *Colóquio Cambridge-Paris em Geografia Histórica e Cultural*, acontecido em 1999 no Emmanuel College (Cambridge), Butlin (2000, p.629-630) ressaltou, entre outros aspectos, a importância e o potencial do envolvimento das pesquisas em geografia histórica com os Sistemas de Informações Geográficas e com a geografia física. Wynn e Baker (2007, p.429-430) também relataram que na 13ª *Conferência Internacional de Geógrafos Históricos*, ocorrida em 2006 na Universidade de Hamburgo (Alemanha), na sessão de cartografia histórica foi dada atenção às técnicas dos SIG's disponíveis para auxiliar a prática da geografia histórica.

⁴¹ A adoção do *Historical GIS*, segundo Gregory e Healey (2007), oferece três vantagens: a) como a espacialização nos diz onde os dados estão localizados, isso pode ser usado para estruturar um banco de dados e para integrar informações aparentemente incompatíveis simplesmente através dos locais em que elas ocorrem na superfície da Terra; b) os dados poderão ser visualizados por meio de mapas e técnicas mais avançadas, tais como animações e paisagens virtuais; c) o SIG permite formas de análise espacial onde a coordenada geográfica das características em estudo é parte importante da investigação. Ele pode oferecer perspectivas interessantes em termos de análises envolvendo variações temporais e espaciais, tanto com dados quantitativos quanto qualitativos. De fato, conforme relatou Holdsworth (2003), há uma variedade de dados que poderão ser utilizados para explorar, explicar, quantificar, visualizar e desconstruir passados complexos. No entanto, a conversão de fontes históricas analógicas (documentos em papel) para o formato digital, especialmente daquelas qualitativas não sistemáticas, apresenta desafios especiais para os estudiosos. Um deles é o da referência espacial de lugares e objetos históricos, já que a identificação precisa da localização dessas informações é imprescindível para atribuir as coordenadas geográficas exigidas pelo SIG.

interpretação dessa base material por meio do exame dos indícios concretos, residuais e históricos. Por esse motivo, Sauer (1941, p.14-15) considerou que a análise em geografia histórica exige do estudioso um “intenso trabalho de campo, uma observação mais aguda, uma atenção constante às pistas e flexibilidade nas hipóteses”. O autor ainda acrescentou que:

Um dos primeiros passos [do pesquisador] está na capacidade de ler os documentos no terreno. Isto pode significar trabalho físico duro e, com frequência, difícil porque há caminhos e lugares que deverão ser visitados se o objetivo é obter as respostas. [Nas observações de campo], uma das tarefas mais importantes pode ser descrita como a localização das relíquias e fósseis culturais. As relíquias culturais são objetos sobreviventes, agora obsoletos, que registram condições dominantes de outros tempos⁴².

Nesse momento da pesquisa, pode ser utilizada a categoria *presente* como uma complementação de método para o estudo do passado, pois as ações que transcorrem na atualidade, em certos momentos, são redefinidas pelas heranças do passado. Ela se soma aos *resíduos* ou às *rugosidades*, conceituadas por Santos (2002b, p.140) como aquilo “que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação e superposição” das coisas nos lugares ao longo do tempo. Os *resíduos* e o *presente*, no entanto, têm que ser compreendidos nos seus respectivos contextos, pois, conforme sinalizou Abreu (2000), embora as categorias geográficas sejam universais, as variáveis que tornam possível operacionalizá-las precisam ser adequadas às suas respectivas conjunturas.

Caso o geógrafo se aventure pela linha de investigação da geografia histórica, é bom observar alguns princípios fundamentais para a sua orientação, os quais poderão ajudá-lo a compreender melhor as relações entre a história e a geografia: a) tanto a geografia histórica quanto a história formulam questionamentos sobre o passado, apesar de a primeira privilegiar perguntas geográficas chaves sobre lugares e eventos; b) como as fontes da geografia histórica são, algumas vezes, problemáticas, as interpretações dos fatos devem ser feitas e estão sujeitas a

⁴² A proximidade de Carl Sauer com a antropologia e a arqueologia é notável. Por isso, o trabalho de campo na geografia histórica não se trata apenas de um estudo arqueológico como propuseram Carl Sauer e, inclusive, Anson Rainey, mas de investigação das permanências espaciais do passado. Para Rainey, “um geógrafo histórico precisa constantemente se preparar para cruzar as linhas disciplinares: buscar respostas em fontes históricas, em evidências arqueológicas e em dados geológicos (SCHAM, 2008, p244)”. A proposição metodológica do segundo autor se justifica pelo fato dele ser considerado um dos principais geógrafos históricos da Terra Santa, envolvido com escavações arqueológicas.

mudanças; c) o debate é fundamental para a prática da geografia histórica: revisões, reavaliações e mudanças, portanto, são vistas como inevitáveis e desejáveis; d) a preocupação com as alterações geográficas através do tempo requer um diálogo entre a história e a geografia e entre a geografia contemporânea e a histórica; e) a produção da compreensão temporal dos lugares e sua evolução implicam estudos espaciais interdisciplinares e não apenas restritos à geografia e à história; f) e a especificidade histórica e a peculiaridade dos fenômenos geográficos de certos lugares podem sinalizar, na maioria das vezes, processos únicos e particulares.

1.4. Novas tendências e desafios da disciplina

As relações entre a história e a geografia continuam a exercitar a mente dos geógrafos históricos. Mas, os estudos recentes guardam poucas semelhanças com aqueles realizados no início e até meados do século passado. Geógrafos históricos abandonaram sua predileção anterior para o determinismo ambiental e têm buscado compreender, principalmente, a transformação e a modificação da terra, bem como a natureza e a finalidade da abordagem histórica na geografia. Tanto historiadores quanto, principalmente, geógrafos expandiram, enormemente, o leque de temas que abordam e de disciplinas com as quais se relacionam, recorrendo a um conjunto crescente de teorias e adotando diversas e, inclusive, diferentes perspectivas sobre a geografia histórica. Para Baker (1994, p.455), “existe agora um discurso genuinamente internacional desse campo de investigação e um reconhecimento amplamente aceito de que cada problema geográfico precisa ser historicamente situado”.

Os estudos atuais se preocupam em descrever, explicar e compreender as mudanças ocorridas nas localidades e regiões, nos países e continentes, abraçando vários aspectos possíveis da atividade humana e diversas características do mundo natural. A nova geografia histórica moderna, na opinião de Claval (1981, p.669-671), reexamina o passado “não mais motivada apenas por uma fascinação com as formas de organização mais perfeita, mais harmoniosa”, mas preocupada com o “desejo de explicar a gênese de nosso mundo e entender melhor, através das muitas experiências oferecidas pela história, a expressão espacial das imagens sociais e culturais”. Richard Schein, em texto citado por Baker (2003), assinalou que os temas diversos representam novas direções e, talvez, até mesmo uma ruptura na tradição da geografia histórica, com forte tendência de envolvimento com a prática

crítica e reflexiva contemporânea nas ciências sociais e humanas. O autor ainda destacou que o remodelamento do campo de investigação possui uma dupla finalidade: a) trazer para a disciplina os debates teóricos e metodológicos das escolas pós-positivistas; b) e despertar uma nova geração de estudiosos comprometidos com a forma não-tradicional da área.

Uma inspeção minuciosa nas conferências e reuniões internacionais da ciência geográfica e da geografia histórica e nas revistas especializadas deste campo sugere que o ecletismo, há muito tempo presente na disciplina, está mais evidente. Observa-se uma grande diversidade de assuntos abordados, com certas permanências, mas, especialmente, várias mudanças. Essas características estão visíveis na 90ª *Reunião Anual da Associação dos Geógrafos Americanos*, ocorrida em 1994 na cidade de São Francisco. Num dos espaços desse fórum, dedicado à geografia histórica, o conjunto dos artigos apresentados foca novos temas como classe, raça, gênero e povos indígenas. Michael Conzen, ao comentar a atuação desse grupo de trabalho, concluiu que:

[...] o campo de investigação da geografia histórica entrou, assinaladamente, numa nova fase, marcada pela produção de pesquisas maduras, por um rico e crescente debate sobre os conceitos e interpretações históricas e pelas tentativas renovadas de apresentação da síntese, com níveis de complexidade historiográfica antes inimagináveis (BAKER, 1994, p.452).

Outro exemplo da nova diversidade encontra-se nos artigos apresentados na *Conferência Anual da Sociedade Geográfica Real* e do *Instituto de Geógrafos Britânicos*, como a realizada em 2002 na cidade de Belfast, Irlanda do Norte. No grupo de discussão sobre geografia histórica, é notável o ecletismo de temas, o que confirma os ganhos decorrentes dos estudos interdisciplinares. Na concepção de Strati e Marshall (2003), o crescimento na análise das fontes documentais, tanto em termos de amplitude e de profundidade quanto conceitual e empírica, indica a atual vitalidade da disciplina. E, embora o campo da geografia histórica esteja bem apoiado no sentido histórico, muitos artigos se enquadram na perspectiva dos últimos desenvolvimentos teóricos sobre a paisagem, a ecologia e o lugar, abordando ainda questões sobre patrimônio, identidade, meio ambiente, poder e exclusão, reforçando, desta forma, a heterogeneidade.

Nos anos de 2006 e 2009, aconteceram, respectivamente, nas cidades de Hamburgo e Kyoto, a XIII e XIV *Conferência Internacional de Geógrafos Históricos*.

As sessões foram dedicadas aos seguintes temas: teoria, história e prática da geografia histórica; ciências humanas e Sistemas de Informações Geográficas; mapeamento, levantamento e conhecimento geográfico; natureza e mudanças ambientais; população, saúde e bem-estar social; pequenas e grandes explorações agrícolas; urbanismos e ambientes construídos; industrialização e capitalismo; redes, comunicação e globalização; turismo, esporte e recreação; uso e disponibilidade de fontes (mapas, inquéritos); técnicas de análise disponíveis; herança e conservação da paisagem; poder, imperialismo e colonialismo; evolução de paisagens urbanas e rurais; construção e circulação do conhecimento geográfico no período colonial; geografias históricas da Ásia Oriental; e cartografia histórica, a qual se destacou entre as demais (WYNN e BAKER, 2007; DRIVER e WYNN, 2008; WYNN e DRIVER, 2010). O foco dos artigos apresentados atesta a grande variedade de temas e abordagens.

Na atualidade, não existe uma tradição única ou monolítica na geografia histórica e “o redemoinho de distintas abordagens para diferentes passados continua (RADFORD, 1990 *apud* DENNIS, 1991; HOLDSWORTH, 2002, p.677)”. A produção acadêmica confirma o pluralismo intelectual dessa área do conhecimento (tanto ao longo do tempo quanto de lugar para lugar), sobretudo em termos de diversidade dos problemas tratados, tipos de abordagens e até metodologias. Cada continente, país ou região tem suas próprias questões históricas e geográficas, suas próprias fontes e tradições intelectuais e acadêmicas. Nos Estados Unidos, por exemplo, há diferentes “escolas” de geografia histórica como a associada a Carl Sauer e a fundada por Andrew Clark. No Canadá, questões teóricas e tipos de abordagens diferentes são encontrados em Graeme Wynn. Na Grã-Bretanha, há distinções entre a “escola” de Clifford Darby e de Herbert John Fleure e Emrys George Bowen. Práticas distintas ainda são observadas nas abordagens da geografia histórica alemã e francesa e entre países capitalistas e ex-socialistas.

Alguns dos novos temas da geografia histórica incluem as seguintes abordagens: urbana⁴³, do turismo⁴⁴, da compressão espaço-temporal⁴⁵, das

⁴³ CARTER, Harold. *An Introduction to Urban Historical Geography*. London: Edward Arnold, 1983. DENECKE, Dietrich; SHAW, Gareth. (Eds.). *Urban Historical Geography: Recent Progress in Britain and Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

⁴⁴ TOWNER, John. *An Historical Geography of Recreation and Tourism in the Western World 1540–1940*. Chichester: John Wiley & Sons, 1996. HATTAB, Kobi Cohen. Historical Research and Tourism Analysis: The Case of the Tourist-Historic City of Jerusalem. *Tourism Geographies*, v.6, n.3, p.279-302, 2004.

⁴⁵ WARF, Barney. *Time-Space Compression: Historical Geographies*. New York: Routledge, 2008.

mudanças pós-socialistas⁴⁶, do planejamento e da conservação das paisagens⁴⁷, dos mares e oceanos⁴⁸, das aplicações do *GIS histórico*⁴⁹, do movimento feminista⁵⁰, da vida social⁵¹, da diáspora judaica⁵², da prostituição⁵³, das diferenças e das identidades religiosas e comunitárias⁵⁴, do poder e da modernidade⁵⁵, da crítica da arquitetura⁵⁶, humanista⁵⁷, do Direito⁵⁸, das idéias e do pensamento científico⁵⁹, da

⁴⁶ LIGHT, Duncan. Street names in Bucharest, 1990-1997: exploring the modern historical geographies of post-socialist change. *Journal of Historical Geography*, v. 30, n.1, p.154-172, 2004.

⁴⁷ HOOKE, Della. The role of the historical geographer today. *Norsk Geografisk Tidsskrift*, v.53, n.2/3, p.61-70, 1999.

⁴⁸ LAMBERT, David; MARTINS, Luciana; OGBORN, Miles. Currents, visions and voyages: historical geographies of the sea. *Journal of Historical Geography*, v. 32, n.3, p.479-493, 2006.

⁴⁹ GREGORY, Ian N.; ELL, Paul S. Error-sensitive historical GIS: Identifying areal interpolation errors in time-series data. *International Journal of Geographical Information Science*, v. 20, n.2, p.135-152, 2006. KNOWLES, Anne Kelly. *Placing History: How Maps, Spatial Data, and GIS Are Changing Historical Geography*. New York; Redlands: ESRI Press, 2008. MCLEMAN, Robert. GIS-based modeling of drought and historical population change on the Canadian Prairies. *Journal of Historical Geography*, v.36, n.1, p.43-56, 2010. TUCCI, Michele; GIORDANO, Alberto; RONZA, Rocco W. Using Spatial Analysis and Geovisualization to Reveal Urban Changes: Milan, Italy, 1737-2005. *Cartographica*, v.45, n.1, p. 47-63, 2010. LEVIN, Noam; KARK, Ruth; GALILEE, Emir. Maps and the settlement of southern Palestine, 1799-1948: an historical/GIS analysis. *Journal of Historical Geography*, v.36, n.1, p.1-18, 2010.

⁵⁰ MORIN, Karen M. *Frontiers of Femininity: A New Historical Geography of the Nineteenth-Century American West*. New York: Syracuse University Press, 2008.

⁵¹ ANDREWS, Gavin J. et al. 'Their finest hour': older people, oral histories, and the historical geography of social life. *Social & Cultural Geography*, v. 7, n. 2, p.153-177, 2006.

⁵² GOLAN, Arnon. Israeli historical geography and the Holocaust: reconsidering the research agenda. *Journal of Historical Geography*, v.28, n.4, p.554-565, 2002.

⁵³ MCKEWON, Elaine. The Historical Geography of Prostitution in Perth, Western Australia. *Australian Geographer*, v.34, n.3, p.297-310, 2003.

⁵⁴ BRACE, Catherine; BAILEY, Adrian R.; HARVEY, David C. Religion, place and space: a framework for investigating historical geographies of religious identities and communities. *Progress in Human Geography*, v.30, n.1, p.28-43, 2006. HARRIS, Cole. Historical geography and early Canada: a life and an interpretation. *The Canadian Geographer*, v.52, n.4, p.409-426, 2008.

⁵⁵ HARRIS, Cole. Power, modernity and Historical Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v.81, n.4, p.671-683, 1991. HOWELL, Philip. Public space and the public sphere: Political theory and the historical geography of modernity. *Environment & Planning D: Society & Space*, v.11, n.3, p.303-322, 1993.

⁵⁶ LLEWELLYN, Mark. Polyvocalism and the public: 'doing' a critical historical geography of architecture. *Area - Royal Geographical Society*, v.35, n.3, p.264-270, 2003.

⁵⁷ MAYHEW, Robert J. Historical geography 2008-2009: Mundus alter et idem. *Progress in Human Geography*, v.34, n.2, p.243-253, 2010.

⁵⁸ FORMAN, Jeremy. Law and the historical geography of the Galilee: Israel's litigatory advantages during the special operation of land settlement. *Journal of Historical Geography*, v.32, n.4, p.796-817, 2006.

⁵⁹ LIVINGSTONE, David N. Science and religion: foreword to the historical geography of an encounter. *Journal of Historical Geography*, v.20, n.4, p.367-383, 1994. LIVINGSTONE, David N. The spaces of knowledge: contributions towards a historical geography of science. *Environment and Planning D: Society and Space*, v.13, n.1, p.5-34, 1995. SCOWEN, James. A study in the historical geography of an idea: Darwinism in Edinburgh 1859-75. *Scottish Geographical Journal*, v. 114, n. 3, p.148-156, 1998. NAYLOR, Simon. Introduction: historical geographies of science - places, contexts, cartographies. *The British Journal for the History of Science*, v.38, n.1, p.1-12, 2005. NAYLOR, Simon. Historical geography: knowledge, in place and on the move. *Progress in Human Geography*, v.29, n.5, p.626-634, 2005. KEIGHREN, Innes M. Giving Voice to Geography: Popular Lectures and the Diffusion of Knowledge. *Scottish Geographical Journal*, v. 124, n. 2/3, p.198-203, 2008. FINNEGAN, Diarmid A. The Spatial Turn: Geographical Approaches in the History of Science. *Journal of the History of Biology*, v.41, n.2, p.369-388, 2008. Essa abordagem é bastante interessante: ela procura examinar as relações estreitas entre conhecimento, espaço e lugar, revelando as influências da geografia sobre o desenvolvimento, circulação e recepção das ideias.

história ambiental⁶⁰, da saúde⁶¹, dos impérios antigos⁶² e da cartografia colonial⁶³, as duas últimas seguindo a tradição histórica do campo disciplinar.

No universo das escalas, há estudos regionais⁶⁴, nacionais⁶⁵ e continentais⁶⁶. Embora exista a predominância de alguns temas tradicionais (colonialismo, cartografia e mudanças econômicas e morfológicas de espaços urbanos), com foco em investigações regionais, do ponto de vista da escala “é mais provável que as geografias históricas modernas incorporem, simultaneamente, o local e o global, ao invés de se limitarem à base regional (GRAHAM e NASH, 2000, p.676)”. Em termos de cobertura temporal, Jones (2004) destacou o fato de as análises se concentrarem, cada vez mais, em processos e padrões do passado recente, ao contrário dos tempos pré-modernos, cujas justificativas, entre outras, residem nos esforços atuais para garantir que a investigação geográfica tenha alguma relevância prática ou política, na inexistência e nas dificuldades de tratamento empírico de fontes para períodos da época pré-moderna ou anterior e na imposição de importantes órgãos de financiamento público de pesquisas.

As mudanças no assunto abordado pela geografia histórica não importam tanto, se compararmos ao plano da teoria e da prática desse campo disciplinar cujos avanços são mais aritméticos que geométricos (BAKER, 2003). A prática da geografia histórica e seu exercício como disciplina ou sub-disciplina carece de problemas em seu estatuto epistemológico e apresenta grandes desafios para caminhar na perspectiva de oferecer importantes contribuições interdisciplinares para o conhecimento e a compreensão. Para Ogborn (1999, p.97), não obstante a grande variedade de conceituações das relações entre história e geografia, “as

⁶⁰ WILLIAMS, Michael. The relations of environmental history and historical geography. *Journal of Historical Geography*, v.20, n.1, p.3-21, 1994.

⁶¹ RAYNOR, Matthew Smallman; CLIFF, Andrew David. *War Epidemics: An Historical Geography of Infectious Diseases in Military Conflicts and Civil Strife, 1850-2000*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

⁶² SHAHID, Irfan. *Byzantium and the Arabs in the Sixth Century, Volume 2, Part 1: Toponymy, Monuments, Historical Geography and Frontier Studies*. Washington: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 2002.

⁶³ SCHMIDT, Benjamin. Mapping an Empire: Cartographic and Colonial Rivalry in Seventeenth-Century Dutch and English North America. *William & Mary Quarterly*, v.54, n.3, p.549-578, 1997.

⁶⁴ CAMPANELLA, Richard. *Time and Place in New Orleans: Past Geographies in the Present Day*. Gretna, La.: Pelican Publishing Company, 2002.

⁶⁵ CARTER, Francis W. *An Historical Geography of the Balkans*. London; New York: Academic Press, 1977. DODGSHON, Robert A.; BUTLIN, Robin A. (Eds.). *An Historical Geography of England and Wales*. London; New York: Academic Press, 1978. HALL, Carolyn. *Costa Rica: A Geographical Interpretation in Historical Perspective*. Boulder; London: Westview Press, 1985.

⁶⁶ POUNDS, Norman J. G. *An Historical Geography of Europe*. New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1990. BUTLIN, Robin A.; DODGSHON, Robert A. (Eds.). *An Historical Geography of Europe*. Oxford: Clarendon Press, 1998. MCILWRAITH, Thomas F.; MULLER, Edward K. *North America: The Historical Geography of a Changing Continent*. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2001.

declarações observadas nunca conseguem lidar, adequadamente, com a miríade de complexidades envolvidas nas linhas de influência e de conexão das duas disciplinas”.

Holdsworth e Kobayashi (1996) formularam algumas indagações sobre a geografia histórica. Uma delas questiona o que os geógrafos dessa área têm em comum, intelectualmente e socialmente, já que eles se debruçam sobre temas um tanto específicos. Os autores asseveram que apesar do valor e do interesse intrínseco que tais pesquisas possam ter pode não haver, necessariamente, um estímulo para investigações similares ou a construção de padrões de interesses de pesquisa a médio e longo prazos. De fato, como enfatizou Baker (2003), cada pesquisador prossegue o seu próprio interesse, tornando-se envolvido com o período, o local e as pessoas que optam por estudar no passado. Muitas vezes, os focos de investigação de uma geração são abandonados ou negligenciados por outros pesquisadores que preferem definir sua própria agenda.

A variação e a extensão da geografia histórica, ou seus limites fluídos e maleáveis, implicam numa série de desafios a serem assumidos pelos profissionais dessa linha de investigação. Para Earle (1995), é difícil dizer quem é um geógrafo histórico e quem não é, pois estes profissionais, não poucas vezes, possuem nexos teóricos, temáticos e institucionais mais estreitos com pesquisadores de outras disciplinas ou áreas da geografia do que com os próprios geógrafos históricos. Isso, talvez, explique a inexistência de uma base teórica consolidada, com fronteiras bem definidas, na disciplina atual. Por outro lado, a base institucional e disciplinar dessa linha de investigação apresenta um paradoxo frente aos desenvolvimentos mais recentes: ao mesmo tempo em que o interesse pelo campo aumenta, a geografia histórica se fragmenta. Sobre essa questão, transcrevemos, a seguir, o comentário de Shawn Ausdal.

Ao estudar um campo amplo de dinâmicas sociais, os geógrafos históricos tem se movido em uma multiplicidade de novas direções e perdido muito da prévia unidade. O campo de pesquisa tem se fraturado em novas linhas temáticas, conceituais e políticas, perdendo até seu sentido de identidade e propósito comum. Como resultado, vários geógrafos históricos temem que sua sub-disciplina desapareça como área diferenciada da geografia. Porém, essa fragmentação não tem diminuído o número nem a qualidade dos trabalhos (AUSDAL, 2006, p.214).

Para os pesquisadores que consideram o novo pluralismo e as pesquisas interdisciplinares duas situações desafiadoras, o crescimento das atenções e das

preocupações para as múltiplas vozes e perspectivas do passado é motivo de comemoração. Já para os que lamentam a fragmentação intra-disciplinar e a desintegração da história e da geografia em divisões cada vez mais especializadas é razão de tristeza. Se, por um lado, a ampliação da geografia histórica, além de seus limites anteriores, faz dessa linha uma área fragmentada, por outro, integra questões epistemológicas estimulantes e renovadas. Talvez, pela consideração exclusiva de que a fragmentação disciplinar é prejudicial, o dinamismo do campo muitas vezes passa despercebido e não são poucos os geógrafos que se sentem marginalizados dentro dessa linha de investigação.

A diversidade na geografia histórica pode ser vista tanto como uma oportunidade, pois leva em conta as especificidades dos eventos e dos lugares e caminha na perspectiva de uma interdisciplinaridade fértil, importante para uma reconfiguração das bases disciplinares e para a construção de novas percepções e abordagens, quanto um desafio, visto que carece de uma definição precisa, dado seu caráter extremamente heterogêneo, situação que pode ser destrutiva das características disciplinares existentes (BAKER, 2003). Este autor, que acredita mais na potencialidade do hibridismo e da heterogeneidade da geografia histórica, relatou que não esperaria que os pesquisadores num futuro próximo (uma ou duas décadas) estivessem entusiasmados com os problemas semelhantes e se restringissem à utilização das fontes e técnicas que hoje atraem a atenção da geografia e da história.

Na opinião de Donkin (1997, p.264), a “descentralização” sinaliza um perigoso processo de “desconstrução” da disciplina, mas, por outro, aponta um novo papel para aqueles que se consideram geógrafos históricos. Esse autor assevera que a geografia é um campo que “deve mesmo atrair, ao invés de expulsar”, se é para permanecer “intelectualmente vibrante”, pois precisamos das habilidades de outras áreas do conhecimento, caso queiramos resolver as questões que devidamente perguntamos e outros desprezam. Teóricos como Heffernan (1997, p.2), ex-editor do *Jornal de Geografia Histórica*, também vêem um futuro otimista frente à acentuada diversidade da geografia histórica. O pesquisador, ao classificar o referido periódico de “refúgio do ecletismo inteligente”, considera que alianças disciplinares tradicionais, assim como ideologias políticas e estruturas econômicas, estão se desmoronando em um fluido mais caleidoscópico de reformulações, reconfigurações e desconstruções, potencialmente mais libertador. Em sua opinião, esse novo contexto exige que as fronteiras da geografia, da história e de diversas outras

disciplinas sejam, habitualmente, transgressivas e subversivas. Vejamos sua opinião, a seguir transcrita.

Para aqueles que consideram o ecletismo e o “caos” conceitual um risco à integridade intelectual da geografia histórica como um projeto acadêmico, gostaria de fazer um prospecto alternativo mais otimista para o futuro. A geografia histórica é, acima de tudo, uma disciplina híbrida e, portanto, susceptível de se beneficiar de uma tendência generalizada. Ela é igualmente compreensível na América do Norte e na Europa quando se trata das categorias intelectuais convencionais através das quais o mundo moderno é interpretado e conceituado (HEFFERNAN, 1997, p.2).

Avanços na epistemologia da geografia histórica e na definição desse campo de estudo passam, fundamentalmente, pelo aprofundamento da discussão dos importantes trabalhos teóricos escritos nessa área. E, principalmente, pela compreensão dos conceitos de *tempo* e *espaço*, categorias básicas da existência humana que raramente discutimos seus sentidos, pois, segundo Harvey (2002), tendemos a tê-las por certas, atribuindo-lhes significações do senso comum ou auto-evidentes. Outro aspecto fundamental é examinarmos o que compreendemos por *geografia* no universo da *geografia histórica*, que não pode se resumir a uma síntese da geografia e da historiografia. Nessa discussão, a observação de Zdeněk Kučera, a seguir reproduzida, é pertinente.

Estamos lidando com tentativas de aplicar abordagens geográficas na historiografia ou utilizando-se de certos aspectos da geografia, naturalmente os métodos geográficos, para tratar de temas no passado, semelhante ao que se faz na chamada “geografia do presente”. [Mas], o problema fundamental da auto-definição da geografia histórica não reside em compreender o significado de “histórico” no título de duas palavras, mas sim, no fato de que ainda não está claro o que entendemos por “geografia”. A historicidade da geografia histórica parece ser enfatizada muitas vezes, enquanto sua relação com a geografia permanece completamente despercebida (KUCERA, 2008, p.7).

Outro problema da geografia histórica relaciona-se à sua característica de *ciência idiográfica*, preocupada com as singularidades e peculiaridades de lugares específicos durante certos períodos do tempo (BAKER, 2003). Segundo Kucera (2008), caso considerarmos a geografia histórica dessa forma torna-se impossível generalizar os resultados da sua investigação e a pesquisa se reduzirá a uma mera criação de estudos de caso com enfoque na singularidade de um determinado lugar e período de tempo. De fato, resultados diversos dos estudos desse campo de

investigação são difíceis de serem aplicados em outros lugares. Mas, considera o autor que se a geografia histórica pretende ampliar o seu estatuto atual e empregar os conhecimentos resultantes de suas próprias pesquisas, ela deve integrar tanto a abordagem idiográfica quanto a nomotética. Ou seja, deve procurar as especificidades e as regularidades no desenvolvimento da organização geográfica do passado.

No contexto atual de interdisciplinaridade ou fusão de fronteiras disciplinares, vários autores questionam se a geografia histórica é propriamente um corpo distinto de conhecimento ou anexo das disciplinas de história e geografia conforme sua maior preocupação com o tempo ou com o espaço. De forma geral, a concepção da geografia histórica como um campo distinto de estudo tem sido contestada. Para Baker (2003, p.34), não é produtivo apresentar uma “definição purista da geografia histórica como disciplina ou sub-disciplina”, mas “discutir os seus méritos como projeto interdisciplinar”, capaz de oferecer uma série de perspectivas distintas sobre as pessoas, os lugares e os períodos no passado. Também na opinião de Kucera (2008), se alegarmos que a geografia histórica é um campo que combina espaço e tempo, ciências naturais e sociais, não há dúvidas de que ela, pela sua própria natureza, é um ramo interdisciplinar.

A geografia histórica não deve e não pode caminhar para a fusão total do conteúdo usual de história e geografia, mas construir combinações das dimensões básicas desses dois campos conforme as características e as mudanças recorrentes nas duas disciplinas, num processo de mistura contínua das fronteiras. Dessa interação não devemos almejar a noção de perfeição. O rompimento dos limites disciplinares é positivo e busca a promoção de um maior contato, não a formação de uma disciplina ou ciência superior com métodos e conceitos independentes, melhor posicionada para interpretação das categorias espaço e tempo. Baker (2003), ao concluir sua obra principal, enfatizou que história e geografia já estão unidas por uma ponte, mas que poderia ter um tráfego maior. Neste caso, é de competência dos geógrafos e historiadores a tarefa da promoção de um contato cada vez mais intenso, fruto da interação criativa entre dois campos distintos, mas complementares, seja em termos de metodologias de abordagem, assuntos e objetos trabalhados ou de tradições, culturas acadêmicas e renovações em curso.

Nos próximos capítulos da tese, com base em métodos e preceitos da geografia histórica, procuramos descrever e explicar a formação territorial e proto-regional de Minas Gerais no período colonial, investigando como o espaço

influenciou o tempo e como o tempo se tornou espaço. Nesse estudo de caso, partimos da concepção teórica de que tempo e espaço são duas realidades indissociáveis. Em primeiro lugar, nas ações impetradas pelos desbravadores e pela Coroa, buscamos averiguar como o meio geográfico se impôs através de *determinações e possibilidades*. Em segundo lugar, na trajetória de transformação do sertão em território investigamos o processo de ordenamento espacial comandado pela metrópole: como ele viabilizou interesses locais e da realeza e refletiu relações de poder e conflitos entre colonos e Coroa; como os eventos históricos decisivos se repercutiram diretamente na organização espacial e na produção de estruturas territoriais; e qual a importância explicativa dessas estruturas e de categorias espaciais na constituição da configuração estudada e no redelineamento dos acontecimentos históricos. Em terceiro lugar, discutimos a importância de elementos espaciais chaves na definição das primeiras bases proto-regionais da capitania. Na pesquisa de evidências históricas e espaciais deixadas pelo passado integramos o uso de documentos com mapas, *resíduos* e características presentes na paisagem atual, cientes de que podemos ter resgatado apenas uma parte das variáveis geográficas e dos processos e eventos históricos que explicam a configuração territorial em foco. Os resultados da investigação, portanto, possuem um estatuto sujeito a mudanças.

2. MARCOS GEOGRÁFICOS E FRENTES DE CONQUISTA DO INTERIOR

No período colonial, o homem lutava contra os imperativos da natureza, mas, buscando utilizar-se dela para viabilizar suas ações e interesses. Como desconsiderar a importância dos rios navegáveis, dos picos e gargantas de algumas serras nas entradas para o interior, principais balizas na penetração das densíssimas matas e vastidões de terras? Ou ainda, o que dizer das trilhas e caminhos que davam acesso aos sertões através de serras, montes elevados, florestas densas e cerrados, penhascos assombrados onde viandantes conviviam com a iminência de despenhar-se aos abismos e outros perigos da vida?

No projeto de ocupação e territorialização do espaço, as ações humanas, em contato com a base material, podem produzir resultados imprevisíveis devido à complexidade da relação com o meio. Das influências da base material se observa uma variável geográfica, que denuncia as contingências e as possibilidades de natureza variada dos meios físico e construído. Em muitas histórias das condições geográficas, as influências notáveis do clima, dos rios, das serras, da posição litorânea ou suas diversas possibilidades fizeram com que a geografia, através dos marcos geográficos notáveis, tivesse parte expressiva na explicação da formação territorial das unidades políticas e seus limites.

A “ação presente e futura do homem, senhor das distâncias, armado de tudo o que a ciência põe a seu serviço”, como apropriadamente relatou La Blache (1954, p.45-45), ultrapassa muito a ação que os nossos antepassados podiam exercer. O homem, como agente geográfico, modifica a superfície terrestre. Contudo, o meio ou quadro complexo das variadas condições de clima, relevo, vegetação, rios, serras, localização etc assume na vida das sociedades um papel de grande importância e atua sobre os grupos humanos, de forma especial, até mesmo no passado não muito remoto, como é o caso do período colonial. O homem, por sua vez, responde, reagindo, adaptando-se e, quando possível, modificando as condições, por uma ou pelas várias possibilidades que o meio oferece¹.

A América Portuguesa, até o final do século dezessete, compunha uma área reduzida cuja característica principal era a ocupação populacional concentrada em

¹ Negar toda e qualquer possibilidade de intervenção da sociedade sobre o meio é um erro grosseiro. Por outro lado, “aceitar como pertinente a imposição tirânica do quadro natural” é “diminuir a condição humana”, ou mais, “significaria aquiescência a um dogma tão absurdo como esse de admitir a invariabilidade de atuação deste ou daquele grupo de homens num determinado espaço (MARTINS, 1954, p.9)”.

faixas descontínuas da costa litorânea, exceto São Paulo cuja povoação havia rompido os limites naturais impostos pela serra do Mar e adentrado na Mata Atlântica. Poucos centros mereciam o título de cidade como Salvador, sede do governo geral da Colônia. A maioria das povoações não passava de aldeias, povoados, missões e, em casos especiais, vilas. A vasta dimensão continental, a condição itinerante dos povos indígenas, a rarefação demográfica, a auto-suficiência dos latifúndios, o trabalho escravo, a atividade de exploração da cana-de-açúcar e os imperativos da natureza determinavam a manutenção de uma estrutura espacial desarticulada. Esse quadro viria a se modificar nas duas últimas décadas do seiscentos devido à descoberta de ouro nos sertões do Rio de Janeiro e de São Paulo, momento a partir do qual se processou uma migração maciça para o espaço das minas e sua área de influência.

O objetivo deste capítulo é analisar as entradas e bandeiras que partiram das Capitânicas do Norte e do Sul em direção ao interior desde o século dezesseis, enfatizando a importância dos marcos e elementos geográficos ou o papel exercido pelos rios, serras, picos etc nos deslocamentos, os trajetos e os locais pelos quais a maioria das expedições percorreu e alcançou, as evidências explicativas do encontro tardio do ouro e as condições que favoreceram o pioneirismo paulista na empresa do descobrimento. Os sertanistas dessas expedições, capitaneados por particulares ou incentivados por governadores gerais e pela Coroa, se embrenharam por terras nunca antes pisadas pelos portugueses, movidos pelos imaginários das riquezas fabulosas existentes no sertão (ouro e prata) e pelo desejo de captura do “gentio”.

2.1. As primeiras expedições

No princípio da conquista da América Portuguesa, os exploradores imaginavam que na “nova” terra havia tribos indígenas com riquezas minerais semelhantes às civilizações da América Espanhola. Pero Vaz de Caminha, em sua famosa carta, conta que os índios teriam dado a entender aos recém-chegados a existência de ouro e prata no interior, pois “um deles fitou o colar” de ouro do capitão e “começou a fazer acenos com a mão em direção a terra e depois para o colar, como se quisesse” dizer “que existia ouro naquele solo. Também olhou para um

castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal”, como se também houvesse prata².

Os portugueses acreditavam na possibilidade de conexão geográfica entre a riqueza Inca do Peru e o interior da “nova” descoberta. Frei Vicente do Salvador (1889, p.7), em sua obra *História do Brasil*, destacava, em 1627, que esta terra era “contígua” à do Peru, dividida apenas por uma “linha imaginária”. Lá, os castelhanos haviam descoberto “tantas e tão ricas minas”, mas aqui os portugueses não davam “nem uma passada” por isso. Cogitava-se uma identidade estrutural entre o Ocidente e o Oriente. Nas idéias daquele tempo, este era mais nobre do que aquele e não podia faltar no Ocidente o que abundava no Oriente. Um documento escrito em 1610, citado por Abreu (1998, p.143), postulava que “por boa razão de filosofia, esta região [América Portuguesa] devia ter mais e melhores minas que a do Peru [...], por ficar mais oriental que ela e mais disposta para a criação de metais”.

A cartografia colonial do século Dezesseis traz em evidência um conhecimento pormenorizado dos contornos do litoral, com os traços e a foz de alguns rios principais. Nesses mapas portulanos interessava ao cartógrafo, principalmente, a representação das linhas de costa, tendo em vista a indispensabilidade dessa informação para os roteiros de navegação litorânea. O interior, quando representado, aparece com diversas iconografias: florestas, aves, animais, às vezes exóticos, cenas de tribos indígenas, algumas praticando antropofagia etc.

O parco povoamento da América Portuguesa durante o Quinhentos, com poucas exceções, fixava-se em alguns trechos das áreas litorâneas, conforme manifesto no *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães* (Figura 3). No quadro-legenda desse mapa, confeccionado por Luís Teixeira (1585-1590), consta que “esta terra do Brasil é toda povoada de portugueses”, mas “somente à costa do mar; quando muito, quinze, vinte léguas pelo sertão”. Além disso, “é muito povoada do gentio da terra” e possui “muitos mantimentos”. Em algumas partes “há ouro, assim de minas como de lavagens”. Apesar da mencionada generalização da ocupação litorânea, os núcleos de

² CARTA de Pero Vaz de Caminha (1500). Disponível em: <<http://www.orbita.starmedia.com/hpcaminha/frame1.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2011. p.5. Em sua primeira expedição exploradora do litoral da Terra de Santa Cruz (1501-1502), Américo Vespúcio, em carta a Piero Sonnerini, motivado pelas notícias dos indígenas, também contou sobre a existência de larga abundância de ouro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.41, p.26, 1878.

paulistas e as frentes de povoamento do norte. Outras zonas lutavam para consolidar a conquista e efetivar as instalações implantadas, no entanto, dispondo de poucas forças para se expandir quando comparadas às três áreas citadas anteriormente. Isto se aplicava, particularmente, às Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, formadas por alguns poucos núcleos polarizados pela capital baiana. Desde cedo, os conflitos e a resistência do “gentio” arrasavam, de tempos em tempos, os povoados constituídos nessas duas capitanias. Mesmo assim, a caça ao índio e as lendas sobre tesouros existentes no interior motivaram as diligências, que partiram, especialmente, de Porto Seguro.

2.1.1. Entradas

A primeira expedição, documentada, de reconhecimento do interior da América Portuguesa foi ordenada por Martim Afonso de Souza em 1531 e partiu do Rio de Janeiro, diligência provavelmente guiada por índios³. A descrição geográfica do local e a distância percorrida, cerca de 760 quilômetros, nos permite tecer apenas breves suposições. Se a expedição seguiu a direção norte, provavelmente alcançou o centro do atual Estado de Minas Gerais, ou seja, atravessou as serras do Mar e da Mantiqueira nas áreas montanhosas e as nascentes do rio Grande e dos afluentes do São Francisco no domínio dos campos.

Na geografia da penetração interior rumo às riquezas e benesses do sertão, as entradas efetuadas durante o século XVI desceram, majoritariamente, da Bahia, Pernambuco e, principalmente, Porto Seguro. Nas Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro estiveram concentrados os primeiros embates entre os portugueses e os indígenas. Pero de Magalhães Gândavo (1980, p.4-5), que escreveu o *Tratado da Terra do Brasil* em 1576, documentou os constantes conflitos dos moradores dessas duas áreas com os chamados *Aimorés*. Ele destacou que a presença desses índios, “muito ferozes e cruéis”, causava vários danos aos moradores, matando portugueses e escravos. Assim, onde eles se encontravam “nenhum morador” ia à sua fazenda por terra sem levar consigo “quinze, vinte escravos com arcos e flechas”. Também para Frei Vicente do Salvador (1889, p.28), o “mal” dessas capitanias foi “a praga dos selvagens *Aimorés*, que com seus assaltos cruéis fizeram

³ De acordo com o diário de navegação de Pero Lopes de Souza, “mandou o capitão [Martim Afonso] quatro homens pela terra dentro; e foram e vieram em dois meses; e andaram pela terra cento e quinze léguas; e as sessenta e cinco delas foram por montanhas muito grandes e as cinquenta foram por um campo muito grande [de onde trouxeram] muito cristal (PEREIRA, 1902, p.550-551)”.

despovoar os engenhos”. Um dos resultados dos conflitos com essa tribo, temida pela prática da antropofagia, foi a redução da população portuguesa ao final da primeira metade do Quinhentos⁴.

As entradas que partiam para o interior, num primeiro momento, respondiam a necessidades conjunturais de demanda por escravos da terra, pois, até um período relativamente tardio, as fazendas açucareiras dependeram dessa forma de mão-de-obra e o número de índios escravos, por diversos fatores (resistência ao cativeiro, doenças etc), decrescia consideravelmente. Portanto, para manter as fazendas de engenho, os portugueses da Bahia, Porto Seguro, Ilhéus e de outras capitanias do norte organizavam expedições de apresamento, semelhantes àquelas que saíam, mais tarde, de São Paulo. E os discursos postulados sobre os *Aimorés* (selvagens, bravos, cruéis, ferozes e antropófagos) possivelmente fez parte de um universo político e militar que contribuiu para justificar, por parte dos portugueses, as entradas, os massacres e a escravização de indígenas.

A posição geográfica da vila de Porto Seguro, muito próxima da faixa territorial ocupada pelos nativos, conferia uma particularidade e favorecia o contato/conflito mais imediato entre os portugueses e os “naturais” da terra. Nessa faixa do litoral, entradas para o sertão eram frequentes e tinham como justificativas, além do apresamento do “gentio”, a pesquisa de riquezas minerais, já que desde o princípio do estabelecimento do principal povoado, os índios levavam à vila citada a notícia da existência de riquezas minerais no interior da Colônia. O “contato” frequente dos portugueses com os indígenas e as informações destes povos sobre as minas de ouro existentes no sertão foram registradas na carta escrita por Felipe de Guilherme a D. João III em 1550⁵.

⁴ Em 1587, Gabriel Soares de Sousa, no *Tratado Descritivo do Brasil*, mencionou que a vila de Porto Seguro tinha sido “muito abastada e rica e teve quatrocentos ou quinhentos vizinhos”, mas, devido à “praga dos *Aimorés*”, não restaram mais do que seis engenhos, nos quais não se plantavam canas nem se fazia açúcar porque “indo os escravos ou homens ao campo” não escapavam aos assaltos e mortes do gentio. Com medo, os moradores fugiam para a Bahia, a ponto de a capitania ficar “quase despovoada (p.78)”.

⁵ “O primeiro ano que a esta baía [Salvador] cheguei [1538], me disseram que por Porto Seguro [homens] entravam pela terra adentro e andavam lá cinco ou seis meses, razão pela qual fui a Porto Seguro e tirei um instrumento que mandei a Vossa Alteza, desejando seu favor para buscar e dar maneira como fossem descobrir as minas do ouro que os negros [assim eram designados os índios] diziam que havia [...] Sucedeu agora que este março passado vieram a Porto Seguro negros dos que vivem junto de um grande rio [Jequitinhonha], além do qual dizem que está uma serra junto dele, que resplandece muito e que é muito amarela, a que nós chamamos pedaços de ouro, que dela caem, e os negros quando vão à guerra pela banda de aquém apanham do dito rio os ditos pedaços, de que dizem fazer gamelas para nelas darem de comer aos porcos, que para si não ousam fazer coisa alguma, porque dizem que aquele metal é doença, pela qual razão não ousam passar a ela e dizem que é muito temerosa por causa do seu resplendor, e chamam-lhe Sol da Terra. Com esta nova, esteve toda a gente de Porto Seguro demovida para ir buscar o ouro (PEREIRA, 1902, p.582-583)”.

Do “contato” dos portugueses com os nativos formaram-se imaginários geográficos sobre as riquezas mineiras existentes no interior da América Portuguesa como as serras *Resplandecente* ou *Sol da Terra* e a das *Esmeraldas*, locais onde colonos e índios acreditavam haver formidáveis tesouros de ouro e prata. Essas lendas moveram, por dois séculos, sertanistas e paulistas (estes, mais tarde, motivados ainda pelas lendas do *Sabarabuçu*, *Itaberabuçu* e do lago *Vupabuçu*) em entradas e bandeiras para os sertões dos rios Doce, Jequitinhonha e São Francisco. Os mitos das fabulosas montanhas ou lagoas de ouro, prata e esmeraldas foram construídos pelos portugueses (que deles se utilizaram para justificar o avanço sobre as terras indígenas, a caça e o apresamento de tribos e a pesquisa de recursos minerais, forma de encobrir atividades rentáveis e menos nobres) ou pelos nativos (que procuraram ludibriar a ambição dos colonizadores europeus). Esses imaginários tiveram tal importância a ponto de figurarem em vários mapas do período colonial, inclusive após a descoberta das minas.

No ano de 1550, o padre Manoel da Nóbrega mencionou a existência de várias notícias de que “aqui” se encontraria “grande quantidade de ouro” e “igualmente pedras preciosas”, mas pelo momento não estavam descobertas pelas “poucas forças dos cristãos (PEREIRA, 1902, p.582)”. Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, escreveu uma carta a D. João III (1542), na qual relatou que a “cada dia” se esquentavam mais as novas, porém não tinha como sair à descoberta das minas devido à hostilidade do gentio, deficiência de gente apta e necessidade de proteção da sua capitania frente às ribaldarias dos franceses (CALÓGERAS, 1904, p.19). Nessa empreitada de investigação de minas, o governador geral Tomé de Souza determinou em 1550 a saída de uma embarcação da Bahia ao comando de Miguel Henriques, ordenando-o que entrasse pelos rios Paraguaçu e São Francisco até onde não mais conseguisse, pois desejava “saber o que vai por esta terra para ver” se podia “descobrir alguma boa ventura para Vossa Alteza”, já que acreditava no princípio da conexão entre a América Portuguesa e o Peru (PEREIRA, 1902, p.557).

A suspeita de que avançando-se em direção às nascentes do São Francisco pudesse chegar ao Peru não era um imaginário apenas português. Segundo Holanda (2001, p.260),

Que as entradas na busca do metal precioso, projetadas ou esperadas, da costa do Brasil poderiam atingir as conquistas da Sua Majestade e constituir, de qualquer modo, um período para os

tesouros do Peru admitiam-no, sem dificuldades, os próprios castelhanos.

A expedição entrou pela foz do rio São Francisco, presumindo-se, portanto, o desconhecimento, naquele tempo, da atual cachoeira de Paulo Afonso, a qual impedia o trânsito de embarcações do litoral para o interior da Colônia. Mas, antes de alcançar tal obstáculo, a galé naufragou. Ao adentrar pelo rio citado, Miguel Henriques e outros membros da diligência atenderam ao que postulava o artigo 40 do Regimento que o rei passou a Tomé de Sousa em 1548⁶. Entretanto, na esperança de encontrar a serra *Sol da Terra* por via fluvial, o rio que deveria ser procurado era o Grande (atual Jequitinhonha), que deságua no mar ao sul da Bahia, portanto, do lado oposto àquele para onde se mandou a galé⁷.

No decorrer dos séculos XVI e XVII, apesar das notícias indígenas de tesouros minerais existentes nos sertões do rio Grande (Jequitinhonha), formou-se ainda um imaginário em torno da presença de riquezas (ouro e, principalmente, prata) nas nascentes do rio São Francisco. Na concepção dos sertanistas, provavelmente também influenciada por relatos indígenas, o último rio citado se originava de uma *lagoa grande* em cujo interior havia tesouros incalculáveis. Tais notícias contribuíram para criar a imagem da lendária *lagoa dourada*, em vários momentos indicada próxima às nascentes do São Francisco, outras vezes, entre as bacias dos rios Jequitinhonha e Doce. Ao longo do século Dezesete em especial, o mito da *lagoa dourada* transfigurou-se entre os paulistas no famoso lago *Vupabuçu*, que na língua tupi guarani significa *lagoa grande*, imaginado, de modo semelhante, nos arredores das nascentes do São Francisco, curso d'água que mais despertava a atenção dos exploradores⁸.

⁶ “Porquanto, haverei por meu serviço descobrirem o mais que pode ser pelo sertão dentro da terra da Bahia; vos encomendo que tanto que houver tempo e disposição para se bem poder fazer, ordeneis mandar alguns bargantins soldados e bem providos do necessário pelo rio Paraguaçu [cujas nascentes são diamantíferas, pois nasce na Chapada Diamantina] e de São Francisco, com línguas da terra e pessoas de confiança que vão pelos ditos rios acima o mais que poderem a parte de leste [oeste?], e por onde forem ponham padrões e marcos, e de como os puseram façam assentos autênticos, e assim dos caminhos que fizerem; e de tudo o que acharem e o que nisto fizeres e o que suceder me escrevereis miudamente (PEREIRA, 1902, p.557)”.

⁷ Nos mapas do período colonial, o nome *Jequitinhonha* referenciava apenas o trecho desse rio desde sua nascente, no Serro do Frio, até o encontro com o rio Araçuai. Após a junção desses dois cursos d'água, figurava os nomes *rio Grande* ou *Belmonte* até a foz. Essa informação pode ser comprovada pelo *Mapa dos Rios Doce e Jequitinhonha* de Raimundo José da Cunha Matos, disponível na Fundação Biblioteca Nacional, provavelmente datado da primeira metade do século XIX.

⁸ Pero de Magalhães Gândavo (1980), em 1576, relatou que o rio São Francisco “procede de um lago muito grande que está no íntimo da terra, onde afirmam que há muitas povoações cujos moradores possuem grandes haveres de ouro e pedrarias (p.3)”. Gabriel Soares de Sousa (1587, p.64-65), em 1587, enfatizou que “depois que se descobriu este Estado, por ordem dos reis passados, se trabalhou

Num mapa de Joannes Lerijs, *Braziliaanze*, publicado em 1556, reproduzido na Figura 4, aparece desenhada no médio São Francisco uma lagoa de dimensão expressiva, ilustrada nas proximidades de um sumidouro, entre as Capitanias de Pernambuco e Bahia⁹. Importantes afluentes do curso d'água em foco foram representados, com certa precisão, na área que viria a ser o futuro Estado de Minas Gerais (na margem direita, talvez o rio Verde Grande, das Velhas ou Paraopeba; e na margem esquerda possivelmente o Carinhanha, Urucuia ou Paracatu).

Figura 4 - Braziliaanze



Autor: Joannes Lerijs (1556).

Fonte: Barry Lawrence Ruderman Antique Maps Inc.

muito por se acabar de descobrir este rio [de São Francisco], e todo o gentio que nele viveu e por ele andou afirmava que por aquele sertão havia serras de ouro e prata, à conta da qual informação se fizeram muitas entradas de todas as capitanias sem poder ninguém chegar ao cabo". Dizia o autor que além das duas bandas do rio São Francisco vivia uma nação de índios *Anaupirás* "que se atavia com jóias de ouro. Este gentio se afirma viver à vista de uma *lagoa grande*, tão afamada e desejada de descobrir, da qual este rio nasce". Opinião semelhante foi deixada por Frei Vicente do Salvador (1889, p.29), em 1627. Dizia o jesuíta que "pela banda do norte parte esta Capitania [da Bahia] com a de Pernambuco pelo rio de São Francisco, o qual era merecedor de se escrever não só em bom capítulo particular, senão em vários, pelas muitas e grandes coisas que dele se diziam".

⁹ Gabriel Soares de Sousa (1587, p.64) destacou a existência de um "sumidouro" há cerca de oitenta ou noventa léguas acima da atual cachoeira de Paulo Afonso. Opinião semelhante foi deixada por Frei Vicente do Salvador (1889, p.29), ao relatar que à montante da cachoeira citada era possível navegar em barcos "até um sumidouro", local aonde o rio vinha "10 ou 12 léguas por debaixo da terra". Há uma cartografia, intitulada *Um Novo e Preciso Mapa do Brasil*, de Emanuel Bowen, publicado em 1747, que apresenta no curso médio do São Francisco uma pequena interrupção, equivalente a dez léguas. Na parte superior do trecho em branco consta a seguinte observação: "Aqui, o rio São Francisco corre debaixo do chão" (Fonte do Mapa: *Harvard College Library*).

Em contrapartida, na parte leste do mapa, interior das Capitanias do Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéus, a representação dos cursos d'água é muito incipiente, principalmente se levarmos em conta as dos rios Doce e Grande (Jequitinhonha), que não passam de pequenos “filetes” próximos da costa litorânea. Por essa evidência, já se percebe o pouco conhecimento e as dificuldades de penetração dessa faixa da América Portuguesa, possivelmente por causa dos conflitos com os temidos *Aimorés*.

Após a fracassada expedição de Miguel Henriques na exploração do rio São Francisco em 1550, uma nova entrada partiu da Capitania de Porto Seguro três anos mais tarde, chefiada por Francisco Bruza de Espinoza, mineiro egresso do Peru e com prática na procura de metais. O provedor mor Antônio Cardoso de Barros passou dois mandatos a Pero de Pina, feitor da capitania citada, determinando que o vassalo concedesse toda ajuda necessária a Espinoza Castelhana para este ir ao sertão descobrir minas por ordem de Tomé de Sousa. Este governador-geral cumpria uma determinação do próprio rei de Portugal, conforme carta escrita pelo padre Anchieta a Inácio de Loyola em 1554¹⁰.

A diligência foi documentada pelo próprio padre João de Aspilcueta Navarro¹¹. O vigário relatou que eles se “internaram” como “convinha a um país inteiramente desconhecido, com todas as cautelas”, por “sertões ainda virgens, intratáveis a pés portugueses, dificultosíssimos de penetrar” cujos “matos asperíssimos” chegavam a impedir a luz do dia. Entraram “por terra adentro trezentas e cinquenta léguas, sempre por caminhos pouco descobertos, por serras muito fragosas” que tinham “tanto número de rios que em partes, em espaço de quatro ou cinco léguas”, passaram “cinquenta vezes contadas por água e, muitas vezes, se não” o “socorresse”, teria se afogado. Por mais de três meses haviam percorrido “terras muito úmidas e frias que assim eram por causa das árvores muito grossas e altas, de folhas que sempre” estavam verdes. Chovia muitas vezes. Os dias eram calorosos, as noites frias, e prosseguiram, “com largo perigo”, topando diversas nações selvagens, entre elas, os *Tapuias*, “carniceiros” que traziam flechas e despedaçavam “um homem em nada”.

¹⁰ “Estando vosso padre [Nóbrega] na Bahia de Todos os Santos, determinou Sua Alteza mandar doze homens pelo sertão a descobrir ouro, que diziam que havia, para o que o governador Tomé de Souza pediu um padre que fosse com eles em lugar de Cristo, para que não fossem desamparados, e por nosso padre não poder negar [...] mandou com eles o padre Navarro (FRANCO, 2007, p.34)”.

¹¹ Os trechos do diário do padre Navarro foram retirados das seguintes obras: Pereira (1902, p.563), Vasconcelos (1904, p.11-12), Franco (2007, p.37) e Carrara (2007a, p.583).

Os sertanistas atravessaram uma “serra muito grande que corre do norte para o meio dia” [Espinhaço] e nela encontraram “rochas muito altas de pedra mármore”. Desta serra identificaram nascentes de “muitos rios caudais”: dois deles, dizia o padre Navarro, vão sair no mar entre Porto Seguro e Ilhéus. Um foi descrito como rio Grande [Jequitinhonha] e o outro como das Orinas [Pardo]. Após transporem a serra, encontraram uma nação de gentios chamada *Cathiguçu*, de onde foram até “um rio muito caudal, por nome Pará, que, segundo os índios mansos” que os acompanhavam, era “o rio de São Francisco”, por sinal, “muito largo”. Com as canoas construídas numa aldeia, a expedição embarcou “com muito cuidado” pelo rio São Francisco abaixo. Apesar das terras ao redor desse curso d’água serem “muito formosas e planas”, não puderam prosseguir a navegação “por ser toda povoada ao redor de diversíssimas gerações de índios muito bárbaros e cruéis”. Por isso, a expedição deixou aquele rio e iniciou o caminho por terra, voltando por onde passaram¹².

No trecho litorâneo entre a Capitania do Espírito Santo e a de Pernambuco havia alguns canais fluviais para alcançar as bacias dos rios Doce, Jequitinhonha ou Mucuri. Como parte significativa dos rios situados nesse trecho da costa, em geral, drena de oeste para leste, eles servirão de vias de penetração para o interior. Do sul para o norte eram os seguintes: Doce, São Mateus, Mucuri, Caravelas, Grande ou Belmonte e São Francisco. De acordo com Abreu (1998), a expedição de Espinoza entrou pelo rio das Caravelas e foi guiada por *Tupiniquins* domesticados do litoral. Nas entradas para o sertão era comum a utilização de guias indígenas, chamados *línguas da terra*, que orientavam os sertanistas nas antigas rotas então existentes.

A diligência, após deixar o rio das Caravelas, entrou na floresta das terras frias e úmidas do vale do Mucuri (Mata Atlântica), passando pela serra do Frio (hoje Serro, anteriormente chamado Serro do Frio) até chegar à área de campos rupestres na serra do Espinhaço, bacia do rio Jequitinhonha, próxima às localidades atuais de Grão-Mogol, Itacambira e Capelinha. No Espinhaço encontram-se afloramentos de quartzito branco, como o da formação Capelinha, os quais podem ter sido confundidos com o mármore, documentado no relato. Deste ponto, os sertanistas desceram por algum afluente do São Francisco, talvez o Jequitaí, cujas nascentes

¹² Os índios conheciam o trecho do alto São Francisco (desde a nascente até a foz do rio Paraopeba) pelo nome *Pará*. Após a segunda década do século Dezenove, de acordo com a *Nova Carta do Brasil e da América Portuguesa* de Alphonse de Beauchamp, publicada em 1821, o rio Pará passou a designar apenas o primeiro grande afluente da margem direita do São Francisco. A este, foi incorporado o curso desde a serra da Canastra até a barra do Paraopeba. O mapa citado pode ser consultado na Biblioteca Nacional de Portugal.

estão no Espinhaço, e alcançaram a barra com aquele rio. Apesar de navegarem por um trecho do São Francisco abaixo, a expedição retornou pelo caminho terrestre. Não encontraram ouro, mas carta do governador Mem de Sá (1560), citada por Franco (2007, p.36), enfatizou que Espinoza “achara muitas informações de [o] haver entre o gentio”. Um dos feitos da expedição foi o mapeamento dos indígenas que ocupavam aquela imensa área, informação essencial para uma das principais atividades da época: caça e captura ou extermínio do índio. Tanto que o padre Navarro, segundo Vasconcelos (1904, p.12), “arrebanhou” vários indígenas para os aldeamentos da Companhia de Jesus em Porto Seguro.

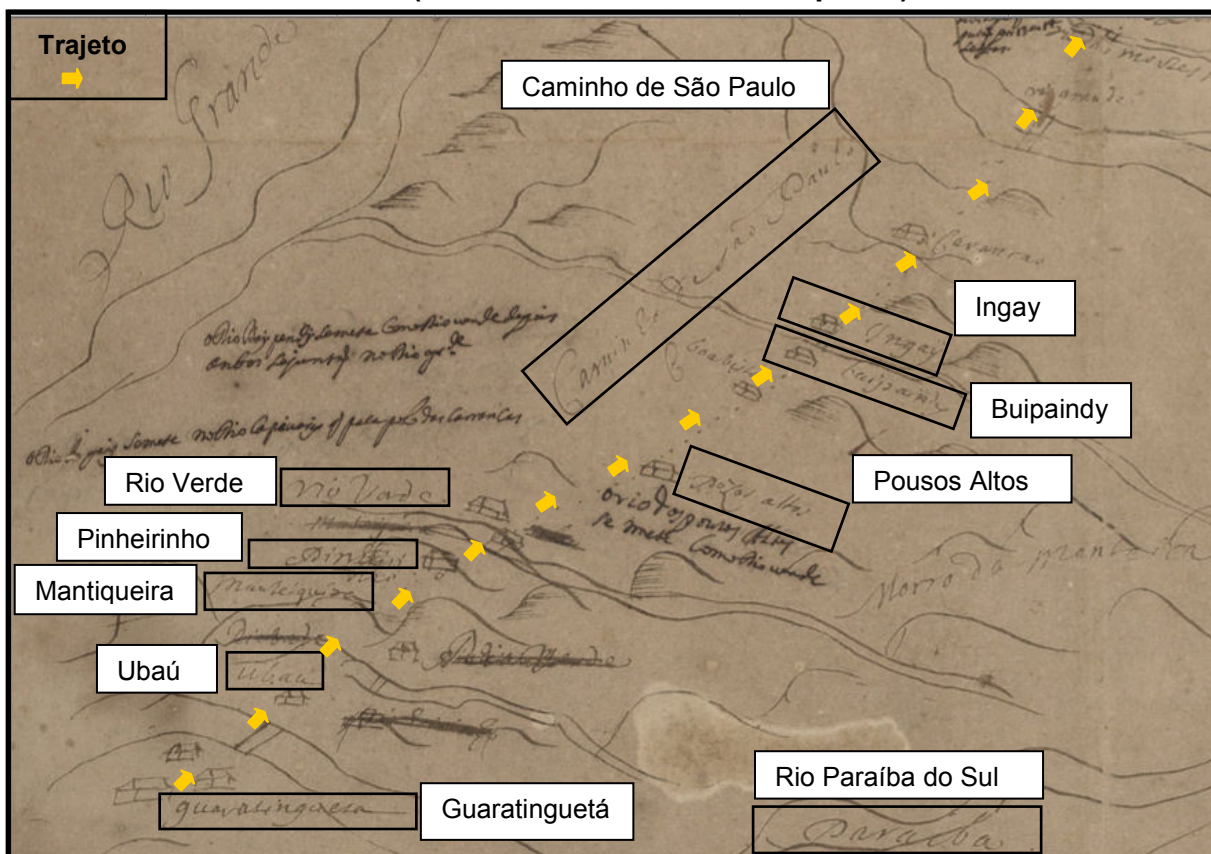
No ano de 1561, Vasco Rodrigues de Caldas montou uma bandeira com cem homens e prontificou-se a entrar pelo sertão para descobrir minas, pedindo, em troca, a isenção de todos os direitos, dízimas ou quintos sobre o ouro, prata ou qualquer outro metal que porventura descobrisse. De acordo com o padre Leonardo do Valle, as investidas iniciaram-se pela Bahia, no vale do rio Paraguaçu acima, até setenta ou oitenta léguas do litoral, onde os índios *Tupinaens* desbarataram os exploradores e os mandaram de volta à capital (VASCONCELOS, 1904). A zona examinada parece corresponder à chapada Diamantina.

O fracasso da expedição levou Mem de Sá determinar ao provedor Braz Cubas e ao mineiro Luiz Martins que fossem pelo sertão do São Francisco descobrir minas de ouro e prata. A entrada partiu em 1562 da Capitania de São Vicente, não da Bahia ou de Porto Seguro como era de costume, e adentrou 300 léguas no sertão em direção ao rio São Francisco. Da Capitania de São Vicente não há memória documentada de alguma diligência no sertão antes da de Braz Cubas. Doze anos antes da partida desse sertanista (1550), segundo Pereira (1902), o expedicionário obteve uma sesmaria que compreendia o terreno onde, mais tarde, seria fundada a vila de Mogi das Cruzes. Essa área, localizada no médio vale do rio Paraíba do Sul, figurou como posto territorial avançado na entrada do sertão e serviu para auxiliar investidas (porta de ingresso ou lugar de pouso para descanso dos sertanistas).

Num *esboço cartográfico* do “Caminho de São Paulo” para as minas, que retrata o percurso entre Guaratinguetá e Ouro Preto, existem informações geográficas relevantes para identificarmos parte do trajeto da expedição de Braz Cubas. Apesar desse croqui datar do final do século Dezesete e início do Dezoito, os resultados da análise são válidos, pois o caminho de São Paulo pelo vale do Paraíba era muito antigo. Feitas tais considerações, apresentamos na Figura 5 um

recorte do *esboço*, no qual destacamos um pequeno trecho do rio Paraíba do Sul, a serra da Mantiqueira e parte do vale do rio Grande.

Figura 5 - Esboço Cartográfico do Caminho de São Paulo para o Sertão (Trecho da Serra da Mantiqueira)



Autor: Desconhecido (sem data). Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil.

O *esboço* possui um quadro-legenda no qual consta que de São Paulo a Jacareí, passando por Mogi, eram 20 léguas de caminho por terra. De Jacareí a Guaratinguetá, atravessando por Taubaté e Pindamonhangaba, 18 léguas pelo rio Paraíba do Sul. Pelo croqui, é possível supor que a diligência percorreu o seguinte itinerário: partindo da vila de São Paulo, em direção às terras de Braz Cubas (Mogi), desceu com o intuito de alcançar a bacia do rio Paraíba do Sul, combinando um trajeto por terra e outro por água até Guaratinguetá. Após este povoado, de acordo com o *esboço*, para entrar no sertão era preciso deixar o rio Paraíba do Sul e transpor o difícil paredão da serra da Mantiqueira. Os sertanistas deveriam se dirigir ao “Ubaú” ou Embaú (atual Cachoeira Paulista). Dessa paragem se avistam os cumes da Mantiqueira. Entre os picos há uma pequena depressão cuja geomorfologia côncava, portanto, mais baixa em relação às linhas de cumeada, se tornou a porta de entrada principal para os sertanistas que almejavam alcançar o

sertão a partir do paredão da serra mencionada, recebendo, por esse motivo, a denominação de *garganta do Embaú*. Esse importante marco geográfico está apresentado na Figura 6¹³. A expedição de Braz Cubas, após deixar o rio Paraíba do Sul na paragem de Guaratinguetá, percorreu o caminho por terra até a subida da serra da Mantiqueira, em direção à garganta do Embaú, e rumou para o alto vale do rio Grande e para as nascentes do São Francisco.

**Figura 6 - Divisa de Minas e São Paulo
Serra da Mantiqueira, Garganta do Embaú, Cruzeiro (SP)**



Autor: Mardex (2010). Fonte: <http://naestradareal.blogspot.com>.

No período colonial, muitos obstáculos físicos como serras, florestas e rios somente vieram a ser transpostos com grande grau de dificuldade. O homem lutava contra esses empecilhos. Mas, da relação entre os desafios apresentados pelo meio com as tentativas humanas de apropriação da natureza surge um momento em que o homem alcança uma nova fase de conquista sobre o obstáculo, transformando-o em ponto de apoio. Era o caso do Embaú. Em fins do século XVII e século XVIII, para se alcançar a área aurífera, os caminhos que partiam de São Paulo ou do Rio de Janeiro por Parati se bifurcavam no arraial da vila da Piedade (hoje Lorena, cidade próxima da de Cachoeira Paulista), ponto a partir do qual se buscava o marco geográfico da tal “garganta”.

¹³ No próprio esboço é possível notar que o caminho, ao tracejar a Mantiqueira, passa, exatamente, no meio da depressão das duas elevações próximas, ou seja, a garganta do Embaú. Esse marco geográfico hoje corresponde ao limite político-administrativo entre os Estados de Minas Gerais (município de Passa Quatro) e São Paulo (município de Cruzeiro).

O trajeto percorrido pela expedição de Braz Cubas se tornaria conhecido pela designação de *Caminho Geral do Sertão* (*Caminho Velho* após a construção do *Caminho Novo*, o qual partia das proximidades da serra do Mar) e era muito frequentado até a bacia do rio São Francisco para captura de índios pelos sertanistas, fato comprovado pelo registro de um ex-governador do Rio de Janeiro, que escreveu uma informação sobre as minas no princípio do século XVIII¹⁴. Nos primeiros tempos da Colônia, a principal artéria de comunicação de São Paulo com o norte foi o *caminho geral do sertão*. Calógeras (1904, p.42) destacou que essa rota, “aberta certamente pelos índios”, seguia, de modo geral, parte do curso do rio Paraíba, transpondo a serra da Mantiqueira nas proximidades da atual localidade de Cruzeiro. De acordo com Pereira (1902, p.577), esse caminho foi “senhoreado e frequentado pelos paulistas”, tornando-se, então, a “linha de penetração mais importante do Brasil, senão da América do Sul”. Por ele, passariam as principais entradas paulistas responsáveis pelo devassamento e conquista do interior da América Portuguesa.

Da expedição de Braz Cubas pelo *caminho geral do sertão* não há documentos conhecidos que comprovem ou confirmem os feitos ou achados. Em 1562, o sertanista escreveu ao rei de Portugal, D. Sebastião, algumas impressões sobre a diligência¹⁵. Talvez, as referidas *amostras* fossem de ouro, cristais ou esmeraldas, a depender das áreas que eles percorreram no sertão de São Paulo ou do Rio de Janeiro, o que se desconhece. Todavia, após seis anos, em 1568, um morador da Capitania de Porto Seguro, Martim Carvalho, de posse das informações dos índios, que levaram amostras de pedras verdes à vila, e motivado pela descoberta de esmeraldas, montou uma expedição que tendo por guia também os

¹⁴ “[Das vilas de São Paulo para o Rio de São Francisco, os paulistas] *descobriram antigamente* um caminho a que chamam *Caminho Geral do Sertão*, pelo qual entravam, e cortando os vastos desertos que medeiam entre as ditas vilas e o dito rio nele fizeram várias *conquistas de tapuias* e passaram a outras para os sertões de diversas jurisdições como o do Maranhão, Pernambuco e Bahia. Para todas [jurisdições] [era] geral o dito caminho, até aquele termo fixo que faziam nesta ou naquela parte do Rio de São Francisco, no qual mudavam de rumo conforme a jurisdição ou capitania a que se encaminhavam [...] (Grifos nossos)”. INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.172, 1935.

¹⁵ “Por uma nau, que desta Capitania de São Vicente partiu para esse Reino no ano passado, escrevi a Vossa Alteza: como vindo a esta capitania o Governador Men de Sá, lhe parecera vosso serviço que eu fosse por este sertão dentro com um homem que V. A. de lá mandou, a buscar minas de ouro e prata; e fora à minha custa a gente que levava comigo e que andara de jornada trezentas léguas; e por respeito das águas que se vinham me tornei; e as amostras do que trouxe mandei a V. A. e ao Governador da Bahia, para que por ambas as vias se soubessem o que achara daquela viagem (PEREIRA, 1902, p.593)”. O braço principal de Braz Cubas, o mineiro Luiz Martins, mencionou a descoberta de pintas de ouro em pelo menos seis locais, “bons para minerar”, na serra do Jaraguá, próxima de São Paulo de Piratininga, não no sertão dos rios Grande e talvez São Francisco, para onde a expedição havia se deslocado, e apresentou 690 gramas do metal precioso à Câmara de Santos.

indígenas penetrou, por oito meses, nos sertões pelo rio Grande (Jequitinhonha), em direção à atual serra de Itacambira e Minas Novas. O grupo percorreu 200 léguas e atravessou paisagens nas quais havia muito cristal e, em certa terra azulada, deram com grãos amarelos, que pareciam ouro, e abundantes pedras verdes, tidas como esmeraldas de má qualidade. A expedição foi narrada, em 1576, por Pero de Magalhães Gândavo¹⁶.

Não há provas documentais que dêem plena certeza de que as amostras coletadas pela expedição, apesar de “pesadas” e resistentes, eram, de fato, ouro, pois se perderam no caminho de volta. Caso considerarmos que foram percorridas duzentas e vinte léguas, portanto, mais de mil e trezentos quilômetros, poderíamos aventar a hipótese de que a expedição chegou ao centro da futura Capitania das Minas (bacia do rio das Velhas ou alto vale do rio Doce), local da ocorrência de jazidas auríferas. A descrição geográfica da terra como “muito fragosa” pode corresponder à atual região do quadrilátero ferrífero ou, mais provavelmente, ao vale do Jequitinhonha (serra do Espinhaço), haja vista a presença de “outras muitas serras” e de “fino cristal”. Como o retorno sucedeu pelo rio São Mateus, a expedição esteve também no vale do Mucuri, local de ocorrência de pedras preciosas, e passou por área semelhante à percorrida por Francisco Bruza de Espinoza em 1553. No entanto, pela descrição de Gândavo, não foram encontradas as famosas esmeraldas, pois, na retirada devido à guerra que o gentio estava armando, os índios que guiavam a expedição noticiaram que poderiam estar a “cem léguas da serra das pedras verdes”.

Da expedição de Martim Carvalho, Pero de Magalhães Gândavo (1980, p.14) relatou que “os que deste perigo escaparam” afirmaram “haver naquelas partes muito ouro, segundo as amostras e sinais que acharam. E se lá tornasse *gente*

¹⁶ Transcrevemos, a seguir, trecho de grande relevância da expedição narrada por Gândavo (1980, p.14): “A esta Capitania de Porto Seguro chegaram certos índios do sertão a dar novas de umas pedras verdes, que havia numa serra muitas léguas pela terra adentro, e traziam algumas delas por amostras, as quais eram esmeraldas [...] e diziam que daquelas havia muitas e que esta serra era muito formosa e resplandecente. Tanto que os moradores dessa capitania, disto certificados, fizeram-se prestes cinquenta ou sessenta portugueses com alguns índios da terra e partiram pelo sertão adentro com determinação de chegar à serra onde as pedras estavam. Ia por capitão dessa gente um Martim Carvalho; entraram pela terra algumas duzentas e vinte léguas [...] Acharam entre a areia uns grãos miúdos amarelos [...] Todos assentaram ser aquilo ouro [...] Não fizeram mais experiência por ser aquilo deserto e haver muitos dias que padeciam grande fome nem comiam outra coisa senão sementes de ervas e alguma cobra que matavam [...] [Acharam pelo caminho] muitos outros metais que não conheceram, nem podiam esperar pelas guerras dos índios que se alevantavam contra eles. Alguns índios lhes deram notícia segundo a menção que faziam que podiam estar cem léguas da serra das pedras verdes que foram buscar [...] [Finalmente], tornaram-se outra vez em almadias por um rio que se chama Cricaré [São Mateus], onde se perdeu numa cachoeira a canoa que vinha com os grãos de ouro trazidos para amostra. Nesta viagem gastaram oito meses e, assim, desbaratados, chegaram a esta Capitania de Porto Seguro”.

apercebida” como convinha, “com toda provisão necessária”, e levassem “pessoas que disto” conhecessem diziam que “descobririam nesta terra grandes minas”. É evidente, portanto, que na diligência não havia mineiros práticos e provisão necessária para permanência num sertão “áspero”, onde os exploradores padeciam de fome, eram obrigados a se alimentar de sementes de ervas e animais peçonhentos e se encontravam na iminência de serem atacados por índios. Não obstante o naufrágio da canoa que trazia as possíveis amostras de ouro e o relativo fracasso da expedição, a notícia da “boa nova” existente no sertão espalhou-se pela Capitania de Porto Seguro.

Após cinco anos, em 1573, outro morador da Capitania de Porto Seguro, Sebastião Fernandes Tourinho, montou uma diligência composta por 400 homens com o intuito de descobrir pedras preciosas (esmeraldas). O sertanista, ao entrar pela foz do rio Doce, procurou evitar os combates com os índios *Aimorés*, habitantes das serras e dos altos vales dos rios da capitania citada, mas se expôs aos *Botocudos*, tidos como antropófagos. O roteiro foi descrito por Gabriel Soares de Sousa, em 1587¹⁷. A expedição, de maneira semelhante à de Martim Carvalho, esteve na zona dos vales dos rios Mucuri e Jequitinhonha. A entrada explorou os rios Cricaré (São Mateus), Mandi e Suassuí Grande (afluente do rio Doce cujas nascentes estão nas proximidades da atual cidade do Serro) e a serra do Espinhaço. Apesar das notícias indígenas de *ouro muito descoberto*, não o encontraram, mas a diligência foi responsável pela descoberta de pedras preciosas no *serro das Esmeraldas*, situado no vale do rio Mucuri¹⁸. O mapa *Terra de Santa Cruz*, de Robert

¹⁷ “Este rio Doce vem de muito longe e corre até o mar oeste-leste, pelo qual Sebastião Fernandes Tourinho fez uma entrada [...] [Após subir pelo rio] que chamam Aceci [Suassuí Grande], a expedição encontrou umas pedreiras. O gentio aí vizinho afirmou que no cimo do monte se tiravam pedras muito azuis, e que havia outras que, segundo sua informação, têm ouro muito descoberto. E quando esta gente passou o Aceci a derradeira vez, dali cinco ou seis léguas da banda do norte, achou Sebastião Fernandes uma pedreira de esmeraldas e outra de safiras, as quais estão ao pé de uma serra cheia de arvoredos do tamanho de uma légua, e quando esta gente ia do mar por este rio Doce acima, sessenta ou setenta léguas da barra, acharam umas serras ao longo do rio de arvoredos, e quase todas de pedra, em que também acharam pedras verdes; e indo mais acima, quatro ou cinco léguas da banda do sul, está outra serra, em que afirma o gentio haver pedras verdes e vermelhas, tão compridas como dedos, e outras azuis, todas muito resplandecentes. Desta serra para a banda de leste, pouco mais de uma légua, está uma serra [Espinhaço], que é quase toda de cristal muito fino, a qual cria em si muitas esmeraldas, e outras pedras azuis (SOUSA, 1587, p.89)”.

¹⁸ As riquezas descobertas, águas marinhas (pedras azuis), quartzitos com mica verde (pedras verdeongas), turquesas, topázios azuis (safiras), ametistas e turmalinas verdes, vermelhas ou de duas cores, ocorrem, em sua maioria, nos arredores do atual município de Teófilo Otoni, vale do Mucuri, considerado um dos maiores produtores de gemas e jóias do Brasil. Essa região, juntamente com parte do alto vale do Jequitinhonha, compõe o roteiro das pedras preciosas. Além do vale do Mucuri e Jequitinhonha, na área dos municípios de Itabira, Nova Era e Ferros (bacia do rio Doce) também são encontradas jazidas de esmeralda, como é o caso das minas de Oliveira Castro (da Belmont mineração), Piteiros e Córrego São José. A primeira é considerada uma das maiores e melhores minas de esmeralda do mundo.

de Vaugondy, reproduzido na Figura 7, traz assinalada as “*minas descobertas por Sebastião Tourinho*”. O cartógrafo as representou na margem direita do rio Acecy (Suassuí Grande), lugar onde, na concepção dos sertanistas, se localizava a famosa *serra das Esmeraldas*¹⁹.

Figura 7 - Fragmento do Mapa Terra de Santa Cruz, agora chamada Brasil



Autor: Robert de Vaugondy (sem data).

Fonte: *Paulus Swaen old Map auction and galleries*.

Ainda no mapa de Robert de Vaugondy é possível observar a representação de diversas tribos indígenas. Havia certa noção da *diversidade* e da *localização*

¹⁹ A antiga serra das Esmeraldas se posicionava como divisor de águas entre as bacias dos rios Doce, São Mateus e Mucuri, a leste, e a do Jequitinhonha/Araçuaí, ao norte. Tal elevação atualmente deve corresponder à serra Negra, situada no município de Itamarandiba, alto vale do Jequitinhonha. Este planalto, parte da cadeia do Espinhaço, apesar de não apresentar depósitos de esmeraldas, é um importante marco de referência geográfica da região das pedras preciosas devido à sua altitude elevada, 1658 metros, um dos mais altos do leste/nordeste de Minas, e que permite apreciar, com vista panorâmica, o alto vale do Jequitinhonha (rio Araçuaí) e partes do médio vale do rio Doce e do alto vale do Mucuri. Esta serra pode ter servido de baliza para que diversas expedições como a de Tourinho penetrassem rumo ao interior dos vales mencionados.

dessas tribos, dispersas pelo litoral ou pelo sertão, conhecimento até mais preciso se comparado ao dos lugares onde existiam riquezas minerais. Como o interior estava dominado por muitos grupos indígenas, o conflito desses povos com os portugueses tornou-se inevitável. As expedições partiam com a justificativa de pesquisa de recursos minerais, mas, a maioria retornou com índios cativados para o litoral. Isso aconteceu por causa da resistência/conflito ou talvez porque o “simples” objetivo de prear era complementar ou central em quase todas as entradas em razão da existência de quantidade expressiva de “braços humanos” e da necessidade de mão-de-obra na costa.

A diligência de Tourinho retornou à Bahia pelo rio Jequitinhonha, percorrendo algumas serras de “cristal”, provavelmente o Espinhaço, por mais de cento e onze léguas até chegar ao mar. Ela teve importância geográfica fundamental para outras entradas que se seguiram. Assim que Tourinho chegou à Baía de Todos os Santos e prestou as informações colhidas sobre o sertão ao governador Luiz de Brito de Almeida, este logo ordenou a Antônio Dias Adorno que saísse à procura das minas a partir da Capitania de Porto Seguro²⁰. Antes de partir, em 1574, Adorno procurou conselhos com o próprio Tourinho²¹.

Da entrada de Antônio Dias Adorno, Gabriel Soares de Sousa (1587, p.86-90) deixou algumas evidências. Ele relatou que a expedição partiu com 150 colonos e 400 índios “de paz” e escravos pelo rio das Caravelas, situado na Capitania de Porto Seguro. Apesar dos constantes ataques dos índios *Aimorés* nessa área, a opção de entrada por esse rio, quanto comparada à pelo Doce, não era tão perigosa e tinha menos empecilhos naturais. À montante do rio das Caravelas, a terra era “muito boa”, “povoada do gentio bem acondicionado que não fazia mal aos homens brancos” que iam “por ele acima para o sertão”. Já no rio Doce, os bancos de areia

²⁰ O governador Luís de Brito de Almeida (1573-1578) também incentivou entradas a partir do rio São Francisco. No *Tratado Descritivo do Brasil*, Gabriel Soares de Sousa, em 1587, relatou que o governador “mandou entrar por este rio [de São Francisco] acima um Bastião Álvares, que se dizia de Porto Seguro, o qual trabalhou por descobrir enquanto pôde, no que gastou quatro anos e um grande pedaço da Fazenda de El Rei, sem poder chegar ao sumidouro [possivelmente algum lugar acima da Cachoeira de Paulo Afonso], e por derradeiro veio acabar com quinze ou vinte homens entre o gentio *Tupinambá* a cujas mãos foram mortos, o que lhe aconteceu por não ter cabedal e por querer fazer esta jornada contra a água (p.65)”.

²¹ Estudos como o de Andrade (2009, p.2) afirmam que “as expedições exploratórias dos séculos XVI e XVII não costumavam dar atenção às investidas anteriores”. Essa observação, portanto, é equivocada. Na maioria das vezes, as expedições entravam e voltavam pelos mesmos lugares. As portas de partida geralmente eram os rios Paraguaçu, São Francisco, Doce, Caravelas, São Mateus, Mucuri e Paraíba do Sul. Dentre as principais portas de saída figuravam os rios São Francisco, Jequitinhonha e Doce.

na foz e as diversas corredeiras permitiam apenas a entrada de poucas e pequenas embarcações.

A entrada galgou os contrafortes da serra dos Aimorés após deixar o rio das Caravelas, em direção ao vale do Mucuri, densamente coberto de matas, e às chapadas desnudadas das serras da Penha e da Noruega, nas vertentes do Araçuaí e do Jequitinhonha. Da banda do norte, possivelmente na serra do Espinhaço, Adorno encontrou esmeraldas (turmalinas verdes) e da de leste, provavelmente no vale do Mucuri, safiras (topázios azuis), que “nasciam” no cristal, em afloramentos de granito e de gnaiss. Os sertanistas trouxeram muitas pedras, algumas bem grandes, mas imperfeitas. Adorno presumiu que “debaixo da terra” encontraria pedras “finas”, pois a maioria que trouxera “estava à flor da terra”. Em “muitas partes”, a expedição encontrou pedras “de grande peso” e afirmaram “ter ouro e prata, de que não trouxeram amostras por não poderem trazer mais que as primeiras e com trabalho”. Isso porque os perigos eram grandes devido aos “graves encontros” com os índios *Tupinaés* e *Tupinambás*. No retorno da expedição à Bahia formaram-se duas frentes: a primeira desceu pelo rio das Contas, enquanto a segunda pelo rio Grande (Jequitinhonha) até as proximidades da fazenda de Gabriel Soares de Sousa, com “muito trabalho e risco”²².

Na penúltima década do século XVI, João Coelho de Sousa percorreu o sertão do rio São Francisco por mais de cem léguas acima do sumidouro, à procura de recursos minerais durante três anos (1580-1583). De acordo com Frei Vicente do Salvador (1889, p.101), o sertanista recolheu “algumas amostras de ouro, prata (improvável) e pedras preciosas”, mas percebeu que sem uma exploração regular era impossível obter-se o proveito das jazidas. No regresso, faleceu nas cabeceiras do rio Paraguaçu, principal porta de entrada no sertão a partir de Salvador. O roteiro dos achados foi entregue a seu irmão, Gabriel Soares de Sousa, e continha recomendações para que ele próprio fosse à Europa solicitar ao rei mercês e auxílios para o bom êxito do descobrimento e informasse à Sua Majestade que “as riquezas” existentes no sertão “eram por si capazes de restaurar os tesouros da Coroa e fazê-la a mais rica do mundo (VASCONCELOS, 1904, p.15)”.

²² A expedição, apesar de mencionar a presença de ouro, não trouxe amostras. Tanto que, em 1576, dois anos após a entrada de Adorno, Gândavo (1980, p.41), apesar de mencionar os diversos relatos indígenas da existência de muito ouro no sertão, relatou que esse metal ainda não estava descoberto. Ele dizia que a “Província de Santa Cruz, tão fértil e abastada de todos os mantimentos necessários para a vida do homem, deveria ser também muito rica em ouro e pedrarias, dos quais se tinham grandes esperanças”. Completou ainda que “além da certeza por esta via”, havia “outros muitos indícios na terra”.

Gabriel Soares de Sousa seguiu as recomendações do irmão. Em 1584, viajou à Espanha, a fim de requerer à Sua Majestade a autorização para entrar no sertão e benefícios caso descobrisse as esmeraldas e outras riquezas. Nesse mesmo tempo, ele redigia o famoso *Tratado Descritivo do Brasil*, longo memorial publicado em 1587, talvez com o intuito de justificar seus planos e requerimentos. Na obra, Sousa (1587, p.350-351) relatou várias impressões sobre a existência de riquezas no interior, entre elas, a de pedras azuis-escuras, verdes, roxas e vermelhas, tidas por “esmeraldas muito limpas e de honesto tamanho, as quais” nasciam “dentro de um cristal” no sertão do São Francisco, muito provavelmente no local onde o irmão havia percorrido. O autor do *tratado* ainda registrou que os sertanistas trouxeram as pedras de superfície, tostadas pelo sol, não as localizadas debaixo da terra, cogitadas como mais finas.

Um dos capítulos da obra de Gabriel Soares de Sousa figura com o seguinte título: “*em que se declara a muita quantidade de ouro e prata que há na comarca da Bahia*”. Consiste num apelo à Sua Majestade para investir na empresa do descobrimento das riquezas minerais cujo custo, na opinião do autor, não despenderia muito cabedal da Fazenda Real. Consequência ou não da obra e da capacidade persuasiva do autor, o rei Felipe II passou extensas provisões ao português, ordenando ao governador geral da Colônia que pusesse à disposição do expedicionário, logo que ele chegasse da Europa, 200 índios flecheiros das aldeias reais e o auxiliasse com mantimentos, embarcações, armas e outras coisas necessárias para a diligência²³.

A expedição partiu de Lisboa com trezentos e sessenta homens e quando alcançou a costa da América Portuguesa naufragou. Os tripulantes, no entanto, chegaram a Salvador, onde foram recebidos pelo governador Dom Francisco de Sousa que, segundo Frei Vicente (1889, p.101-102), procurou “executar as provisões” angariadas por Gabriel Soares com o rei. Em 1592, a entrada deixou aquela cidade, passando pela fazenda do Jaguaribe rumo ao alto Paraguaçu, em busca das famosas minas que se supunham localizar no rio São Francisco. Quando percorreram as primeiras cinquenta léguas “fizeram uma fortaleza de sessenta

²³ Antes da partida, Gabriel Soares obteve o título de *Governador da Conquista do Sertão do São Francisco*, jurisdição que podia ser estendida a outras áreas caso o sertanista as alcançasse, com prerrogativa de designar os sucessores de privilégios e nomear ministros para os cargos de Fazenda e Justiça. Para quatro cunhados e dois primos que o iriam acompanhar, angariou o hábito de Cristo e o foro de fidalgos com tença. Conseguiu também o direito de conferir graças e mercês a outros membros da diligência, conforme as circunstâncias e o merecimento de cada um, e de retirar da prisão, a fim de fazer parte da expedição, oficiais mecânicos e mineiros de profissão (VASCONCELOS, 1904).

palmas de vão com suas guaritas nos cantos”, como havia determinado Sua Majestade, para servir de apoio à conquista e segurança dos caminhos. O frei relatou que “se tirou prata” (improvável) e os sertanistas adentraram por mais cinquenta léguas para construir outra fortaleza, “onde nasce o rio de Paraguaçu”, mas, pelo fato das “águas serem ruins e os mantimentos piores (cobras e lagartos), adoeceram muitos”, entre eles, o próprio Gabriel Soares. Este português e o índio Araci, guia da comitiva e grande conhecedor do sertão, segundo Vasconcelos (1904, p.19), morreram próximo ao local onde o irmão de Gabriel, João Coelho de Sousa, havia falecido²⁴.

O trajeto percorrido por Gabriel Soares aparenta corresponder ao domínio da atual chapada Diamantina. Porém, de acordo com Frei Vicente do Salvador (1889, p.102), o intento do sertanista “era chegar ao Rio de São Francisco e depois, por ele, até a *lagoa dourada*, donde dizem que [este rio] tem seu nascimento”. Por essa época, parece que já eram conjeturadas as diferenças existentes entre as riquezas dos vales dos rios Doce/Mucuri e do São Francisco, em que pese o fato do pouco ou nenhum conhecimento dos altos vales dos rios mencionados, exceção para o do Mucuri. Segundo Gabriel Soares de Sousa (1587, p.64-65), a “*lagoa grande*, tão afamada e desejada de descobrir”, se localizava nas nascentes do rio São Francisco, onde era possível encontrar serras de ouro e prata, enquanto nos vales dos rios Doce/Mucuri estavam as pedras preciosas ou as famosas *esmeraldas*.

Uma questão merece ser investigada com maior profundidade! Por que as expedições que estiveram em várias entradas nos sertões dos atuais Estados da Bahia, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais não foram capazes de descobrir as riquezas em ouro dispersas por algumas áreas, sobretudo, do último espaço citado? O metal precioso, encontrado, na maioria das vezes, na forma de pepitas, podia ser extraído nos leitos e margens de córregos, no fundo dos vales e ainda ocorria nas fendas das encostas das serras, agregado a alguns minerais como quartzo e pirita e em rochas metamórficas. Em alguns cursos d’água com depósitos aluviais mais recentes era até possível catar o ouro sem o auxílio de bateias. Então, por que os sertanistas não o exploraram regularmente?

²⁴ Numa outra versão da morte de Gabriel Soares de Sousa, Pedro Barbosa Leal relatou que certa noite eclodiu “uma grande pendência” entre o “gentio manso e o do sertão”, o último, recém escravizado e incorporado ao acampamento. Gabriel, a “golpes de espada”, procurou apaziguar as partes e “maltratou a uns e a outros”, motivo pelo qual os índios fugiram, deixando os exploradores à mercê daquele “deserto”. Todos os sertanistas, com exceção de um mineiro prático que contou a história, teriam morrido (MONTEIRO, 2001, p.16). Esse relato evidencia um dos objetivos das expedições que se internavam pelos sertões: o apresamento de índios e ainda mostra como os “línguas da terra” foram guias fundamentais nas entradas.

A explicação para tais questionamentos pode estar na própria característica geográfica do sertão, visto que a maior dificuldade não era tão somente penetrá-lo, devassá-lo, mas, principalmente, explorá-lo com certa regularidade de permanência, com segurança. Os portugueses ainda não tinham instalado núcleos de colonização além do Planalto de Piratininga. Era impossível, devido à carência de mantimentos, fazer paradas mais longas, de meses ou ano, para a realização de pesquisas mineralógicas ou com o intuito de extrair quantidades maiores de ouro. O grande número de membros nas expedições, dezenas ou centenas de homens, escravos e índios, dependia das “bondades” da natureza em termos de caça e coleta, gerando escassez de alimentos disponíveis frente à alta demanda. Além disso, o sertão era perigoso e imprevisível, habitado por índios valentes, “antropófagos”, mestres na arte da emboscada.

Os sertanistas, a própria Coroa e os administradores coloniais também estiveram fascinados por tesouros associados a lagoas douradas, montanhas e serras cobertas de ouro e prata, semelhantes ao Potosí peruano²⁵. Por essa razão, possivelmente, os exploradores acabaram por dar pouca importância ao ouro miúdo que corria por baixo do cascalho de rios e ribeirões (trazendo dele apenas *amostras*), em nada parecido com as jazidas de beta (ouro maciço) conjecturadas nas lendas. Na opinião de um ex-governador da Capitania do Rio de Janeiro, que escreveu nos primeiros anos do século XVIII, não se buscava o “ouro de beta” “por necessitar de mais indústria e cabedal”, mas asseguravam “haver dele e de prata muitas minas²⁶”.

As tentativas particulares ou oficiais de descoberta de riquezas, formadas no imaginário social por lagoas e serras cobertas de ouro e prata, muitas vezes frustradas em meio a um sertão imprevisível e perigoso, eram compensadas para os exploradores com a redução de tribos indígenas ao cativeiro. Enquanto os célebres tesouros não eram revelados (e, de fato, eles não existiam no sertão), outro tipo de “riqueza”, mais útil, podia ser “caçada” e “aprisionada” com total liberdade em guerras arriscadas, sem intervenção das autoridades coloniais e sob a justificativa

²⁵ O governador geral Tomé de Sousa, por exemplo, era um dos partidários da visão que acreditava na presença de tesouros fabulosos, semelhantes aos encontrados na América Espanhola. Para ele, Cuzco, capital do Império Inca, não ficava tão distante do litoral da América Portuguesa. Em carta ao rei, escreveu: “desejo eu muito saber o que vai por esta terra para ver se posso descobrir alguma boa ventura para Vossa Alteza, pois esta terra e o Peru é toda uma (PEREIRA, 1902, p.557)”.

²⁶ INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.159, 1935.

da procura de jazidas minerais²⁷. Essa finalidade das expedições também explica o porquê da descoberta tardia das esmeraldas e do ouro, já que a maioria das diligências, tanto as do século XVI quanto as do XVII, estiveram atreladas à prática ilícita da redução e escravização dos índios, atividade de grande utilidade e rendimento, visto que havia uma complementaridade entre engenho e trabalho escravo indígena, viabilizado pelas capturas. Talvez, por isso, os exploradores pouco se importaram com a pesquisa de recursos minerais como o ouro de aluvião.

Não foram poucos os incentivos, as determinações e as mercês prometidas pela Coroa aos colonos empregados na tarefa do descobrimento de jazidas minerais. No entanto, diversos desafios como o empecilho imposto pelos índios, a falta de mantimentos durante o trajeto, os embaraços ao longo da navegação de rios, entre outros, se antepunham para “descobrir” e, sobretudo, explorar proveitosamente as riquezas. Essa era a opinião de um ex-governador da Capitania do Rio de Janeiro, que escreveu nos primeiros anos do século XVIII em relação à exploração das esmeraldas.

O administrador postulou que os sertanistas demoravam em torno de três meses na navegação do rio Doce em cujas embarcações, “limitadas para muitos”, encontravam-se a “passos tão dificultosos” das pedras por causa de “penedos e serras” que tinham que atravessar, obrigando-os a “carregar as embarcações por terra” devido aos impedimentos. Não obstante atingirem o lugar do roteiro deixado por alguns exploradores, aos sertanistas faltava “sempre o mantimento” para buscar a famosa serra das Esmeraldas, pois o que tinham aprovisionado acabava se estragando por causa da “dilação da viagem” ou das “umidades sombrias daquelas

²⁷ Em 1627, Frei Vicente do Salvador (1889, p.64 e 69) enfatizou que a entrada de Antônio Dias Adorno (1574) “trouxe as amostras” de esmeraldas e o “governador as mandou ao reino” onde, examinadas pelos lapidários, foram consideradas “muito boas”. Todavia, “nem por isso se mandou mais [gente] a elas, sinal que foram lá mais para buscar peças [escravos da terra] do que pedras”. Pois, a diligência trouxe “sete mil almas dos gentios *Tupinaés*”, numa viagem de 200 léguas. Outros trechos do relato apontam situações semelhantes de cobiça pela captura do indígena. O frei destacou que durante o governo de Luiz de Brito de Almeida foi ordenado a Sebastião Álvares que efetuasse uma entrada pelo rio São Francisco, “com oficiais e tudo o mais necessário para fazer uma embarcação para por ele navegar e descobrir minas”. Quando voltou da expedição, próximo à cachoeira do referido rio, o sertanista “não achou já os seus, que se haviam metido com outros de Pernambuco a descer gentio, como ele também fez, e todos lá acabaram”. De acordo com o frei, não só da Bahia, mas também de Ilhéus e Pernambuco saíram várias entradas com o fim relatado. De Ilhéus foi Luís Álvares Espinha com o pretexto de fazer guerra, há trinta léguas da costa, a certas nações de índios que tinham matado alguns brancos. Mas, não se contentou com o confronto e esteve a cativar várias aldeias mais para o interior, de onde “desceu infinito gentio”. Da Capitania de Pernambuco foram Francisco de Caldas e Gaspar Dias de Taíde com muitos soldados ao rio de São Francisco. “Entraram muitas léguas pelo sertão, matando os que resistiam e cativando os mais. Tornando-se depois para o mar com sete mil cativos”.

serras”. Estavam com a “esperança tanto à porta”, mas, “faltos sempre dos mantimentos”, voltavam sem conseguir o descobrimento²⁸.

O ministro de El-Rei sugeriu então que no último porto do rio Doce, local em que desembarcavam os sertanistas, se plantasse “frutos e sementes para o sustento”, combatendo, deste modo, a “falta de mantimentos” na entrada do caminho por terra. Em seu discurso, o administrador ainda relatou que ao norte do rio Doce se encontrava o rio de São Mateus, posicionado na mesma altura da serra das Esmeraldas. Este era “mais apto à navegação e limpo de penedos”, com capacidade para “maiores embarcações”, as quais poderiam “levar mantimentos em abundância”. Ademais, asseverava o ex-governador que no sertão do rio de São Mateus habitavam “índios naturais”, que pela “língua mais prática e pela docilidade [ao] Português abririam o conhecimento” do que se buscava²⁹.

Se os índios do sertão do rio São Mateus, muito próximos da costa litorânea, eram, de fato, “dóceis” aos portugueses, nas entradas ou desembocaduras dos rios por onde as diligências para o interior eram empreendidas pelo lado de Ilhéus e de Porto Seguro (geralmente o rio Doce), habitavam os temíveis *Aimorés*, grupo que bloqueou e retardou o avanço de várias expedições, impedindo que as esmeraldas encontradas fossem exploradas com regularidade. Nos relatos de Pero de Magalhães Gândavo (1980, p.4-5), Gabriel Soares de Sousa (1587, p.78), Ambrósio Fernandes Brandão (1618, p.33-34) e Frei Vicente do Salvador (1627, p.28), a “ferocidade” e o caráter guerreiro desses indígenas nas capitanias citadas está ressaltado. Isso obrigou os exploradores e os administradores régios a buscarem outros locais a partir dos quais pudessem ingressar ou incentivar a entrada no sertão com maior segurança. Era o caso de São Paulo, na Capitania de São Vicente.

2.1.2. Bandeiras

As entradas documentadas durante o Quinhentos, com exceção da ordenada por Martim Afonso de Souza, que partiu do Rio de Janeiro em 1531, e da de Braz Cubas, que saiu de São Vicente em 1561, adentraram nos sertões a partir das capitanias do Norte. O objetivo era descobrir as supostas nascentes auríferas do São Francisco e prear índios. No entanto, na cartografia colonial, desde a segunda metade do século XVI, alguns mapas apresentam o rio São Francisco com grande

²⁸ INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.167-168, 1935.

²⁹ Ibidem.

curvatura no sertão da Capitania da Bahia e nascentes relativamente próximas à vila de São Paulo, configuração, até certo ponto, precisa e muito diferente dos traços retilíneos que o caracterizaram nas primeiras representações da América Portuguesa³⁰. O mapa de Hendrik Hondius, *Acuratíssima Brasiliae Tabula*, de 1630, representado na Figura 8, é um exemplo.

Figura 8 - Acuratíssima Brasiliae Tabula



Autor: Hendrik Hondius (1630).

Fonte: *Library of Congress Geography and Map Division Washington*.

Nesse mapa, observam-se uma grande lagoa, alguns afluentes do São Francisco e outros aspectos. A precisão cartográfica desse rio é o que mais chama atenção e isso pode ter contribuído para que governantes e sertanistas

³⁰ Em 1610, boa parte da bacia do baixo e médio São Francisco estava palmilhada. O padre Jacome Monteiro relatou que “navegava-se até 70 léguas” acima deste rio e “daí por diante não, por respeito a uma cachoeira [Paulo Afonso] que teria de altura mais de 400 braças”. Diogo Moreno já declarou que os sertanistas tinham navegado mais de 300 léguas acima, até que “espantados da multidão de gentios que encontraram” resolveram retornar (CARRARA, 2007a, p.578).

percebessem as possibilidades mais favoráveis para se alcançar as famosas nascentes desse curso d'água a partir da Capitania de São Vicente, já que a distância e o risco de confronto com a tribo “belicosa” dos *Aimorés* (encontrados na costa Norte) eram menores. Na concepção de Vasconcelos (1904, p.28), “nenhuma dúvida deixava sobre a continuidade do país até as nascentes do São Francisco. O que bastava ser visto para se demonstrar com certeza a possibilidade física de se passar de São Paulo ao sertão das Esmeraldas”.

Desde 1590 havia relatos e registros da existência e exploração de ouro na Capitania de São Vicente, provavelmente em algumas áreas dos atuais Estados de São Paulo e Paraná³¹. Então, fatores diversos como as maiores possibilidades de se alcançar as nascentes do São Francisco através da vila de São Paulo, a presença e exploração de ouro neste sertão e o desvio das guerras com o gentio *Aimoré*, constantemente mencionado nos registros da época como os principais empecilhos por onde entravam as expedições que saíam do Norte (Ilhéus e Porto Seguro), estariam entre os motivos que despertaram o interesse dos sertanistas de se passarem ao Sul, explicando, portanto, porque a maioria das bandeiras durante o século Dezesete partiu justamente da Capitania de São Vicente, não daquelas do Norte.

O rei de Portugal, desde 1592, já havia determinado ao governador Dom Francisco de Sousa “que se transportasse para o sul em busca de melhores caminhos para se atingir o ponto identificado pelos invasores da Bahia e do Espírito Santo (LIMA JÚNIOR, 1978, p.20)”. Por essa época, amostras de ouro da Capitania de São Vicente foram enviadas ao governador citado, que avisou Sua Majestade e se ofereceu para a empresa do descobrimento das riquezas minerais. Da Bahia, antes mesmo de seguir para São Paulo, Dom Francisco, coadunado com os interesses dos sertanistas da Capitania de São Vicente, começou a incentivar a formação de *bandeiras* para descobrir as desejadas minas, algo não muito novo

³¹ De acordo com Frei Vicente do Salvador (1889, p.109), “muitos anos [...] voava a fama de haver minas de ouro e de outros metais na terra da Capitania [de São Vicente] [...] e havia mostras [dele]”. O frei salientou que “um soldado de crédito” lhe disse “que indo de São Vicente com outros [eles] entraram muitas léguas pelo sertão, donde trouxeram muitos índios e, em certa paragem, lhes disse um” deles que “dali a três jornadas estava uma mina de muito ouro limpo e descoberto”, de onde se poderia “tirar em pedaços”, mas o gentio receava a morte caso lhe mostrasse, porque assim morreram outros que tentaram mostrá-la aos brancos. Ambrósio Fernandes Brandão (1618, p.35) também apresentou uma observação importante sobre as minas de ouro da Capitania de São Vicente. Ele relatou que “agora, com as minas que nela se descobriram, se vai aumentando, e houve já de estar muito, se os seus moradores e os nossos portugueses fossem mais curiosos de lavrarem minas do que são; porque eu vi grãos de ouro tirados de suas minas como a natureza o criou que tinha peso de sete mil réis (Grifos nossos)”.

para os paulistas, que já se utilizavam dessas entradas com o intuito de capturar indígenas.

Bandeiras eram “partidas de homens empregados na tarefa de prender e escravizar o ‘gentio’. O nome provém, talvez, do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de se levantar uma bandeira em sinal de guerra (ABREU, 1998, p.108)”. A expedição saía de São Paulo e era composta por um chefe, quase sempre um dos principais sertanistas da capitania, experiente e prático do sertão, tradicionalmente vinculado à conquista de indígenas, detentor de cabedal necessário, neste caso, índios escravos, para levar a cabo tal empreitada³². Sob o comando do sertanista supremo estavam demais pessoas, muitos parentes, capelão e vários indígenas aliados (geralmente inimigos das tribos que se esperava prear) e os escravizados. Tendo em vista os imprevistos e os riscos da viagem pelo sertão, o bandeirante deixava um testamento antes da partida.

Nos deslocamentos pelo sertão, a expedição partia de madrugada e pousava antes do entardecer para no resto do dia extrair frutos necessários à sobrevivência e caçar animais. Como armas ofensivas, as melhores da época, iam com arcabuzes, mosquetes e espadas; como armas defensivas, levavam acolchoados de algodão, com que se revestiam, úteis contra as setas indígenas. Os bandeirantes, quase sempre, levavam guias e *línguas da terra*, conhecedores dos trajetos fluviais e terrestres, das “bondades” da mata e dos campos em termos de caça e coleta. Mas, os índios da diligência eram empregados também no trabalho braçal e militar: carregavam os arcos e flechas e transportavam a carga, em geral, composta por pólvora, bala, machado e outras ferramentas, cordas e grilhões para amarrar os cativos, às vezes, sementes, sal e poucos mantimentos.

O sertão era alcançado a partir da combinação de rotas terrestres e fluviais. O interior era cortado por diversas e antigas trilhas indígenas que atingiam as bacias dos rios Paraná, Amazonas e São Francisco, através das quais tribos do litoral se comunicavam com o interior. Os sertanistas preferiam os campos abertos e nas áreas de mata aproveitavam a fisionomia natural dos terrenos para romper os obstáculos, já que se balizavam pelas serras em busca de gargantas e veredas, subindo pelos vales fluviais de forma a evitar as áreas de topografia mais íngreme e altitude muito elevada. Havia diversos trechos de rios navegáveis em que se

³² Os sertanistas, quando procuravam peticionar sesmarias no sertão, nas citações de seus serviços “se diziam conquistadores e povoadores”, sempre “prontos para a defesa da terra com suas pessoas, bens, mantimentos e armas (LUÍS, 2004, p.229)”.

improvisavam canoas feitas da casca de árvores nobres. Tal era a importância desses atributos da natureza que, de acordo com Abreu (1998, p.117), “as montanhas foram sempre a baliza, o farol” que os exploradores tiveram, e “os rios foram os caminhos que seguiram de preferência”. Aos trechos fluviais, segundo Jaime Cortesão, citado por Viana (1963, p.204), “ficamos devendo nada menos que a atual configuração geográfica do país”.

No final do século XVI, a Capitania de São Vicente possuía quatro vilas: Santos, São Paulo de Piratininga, São Vicente e Itanhaém. Juntas, somavam pouco mais de 700 moradores portugueses. Fundada em 1532, a vila de São Vicente foi visitada pelo padre Fernão Cardim em 1585. Este vigário relatou que ela apresentava apenas “oitenta vizinhos” e estava “despovoando”; havia sido “rica”, mas, naquele momento era “pobre”. O “porto de mar e barra antiga” tinham sido fechados, as terras estavam “gastas” e faltavam “índios que as cultivassem (LUÍS, 2004, p.277)”.

A vila de São Paulo, instituída em 1554, já possuía “muita escravaria da terra”, pois a principal atividade econômica era a redução do indígena à escravidão, em guerras perigosas para cuidar das poucas criações de porcos e gados, do plantio de algodão, de marmeleiros e de cereais para consumo local³³. João de Laet, que no princípio do século dezessete esteve na vila, relatou que ela tinha 100 casas e 200 habitantes, entre portugueses e mestiços, dos quais 65 se encontravam “homiziados” (fugido da justiça) por causa das entradas no sertão.

A vida cotidiana era muito simples. As casas eram construídas de taipa de pilão ou de pau-a-pique e cobertas, em sua maioria, de palha, a minoria de telhas. Os inventários dos bandeirantes envolvidos na conquista do sertão demonstram, nos primeiros tempos, condições de penúria e desconforto, “tal a mesquinhez e insignificância do acervo descrito e avaliado, quer no sertão, quer no povoado”, de “habitantes desamparados da metrópole”, continuamente assolados “por epidemias de varíola e sarampo”, sem médicos e farmácias que os curassem (LUÍS, 2004, p.277 e 336)³⁴.

³³ Em 1586, os oficiais da Câmara de São Paulo reconheciam o mau estado dos caminhos e das pontes. Mas, sobre o conserto, alegavam o fato de que “toda a gente do povo estava ausente da capitania com o capitão Jerônimo Leitão, tendo ido à guerra” contra o gentio, ficando apenas mulheres e, por esta razão, por ora, não podiam tomar as providências de reparo (LUÍS, 2004, p.239 e 278).

³⁴ Frei Vicente do Salvador (1889) destacou que tão pobre era a vila de São Paulo, a mais próxima das minas, que os homens e mulheres se vestiam de pano de algodão tinto. Caso possuíssem alguma capa de baeta e manto de sarja eram emprestados aos noivos e noivas para irem à porta da Igreja. Calmon (2002, p.83) também relatou que “os testamentos dos bandeirantes revelam a sua

Outros aspectos contribuíram para alavancar o pioneirismo paulista no devassamento do sertão. Diferentemente de outras áreas da América Portuguesa, a vila de São Paulo possuía um padrão de instalação singular, caracterizado pelo rompimento dos limites naturais impostos pela serra do Mar (adentrada no interior) em função da apropriação de itinerários de populações autóctones. Desde cedo, segundo Ab'Saber (2001, p.178), na Capitania de São Vicente “tornou-se necessário encontrar pontos onde a um sítio portuário da costa correspondesse uma passagem mais fácil na serra do Mar”, a fim de romper o degrau oferecido pelo paredão e iniciar a conquista do planalto. Este caso não foi apenas o de São Vicente em relação a São Paulo de Piratininga, mas, mais tarde, de São Paulo e do Vale do Paraíba paulista em relação a Minas Gerais. A vila planaltina constituía, então, uma espécie de “porta” de entrada para o dilatado sertão. A partir dela, se abriam vastos espaços pouco conhecidos, alguns deles inclusive frequentados pelo colonizador. Tanto que os paulistas do planalto tinham um estilo de vida mais “ameríndio” do que português, decorrente das constantes entradas, contatos e conflitos com os “naturais” da terra.

A concorrência das capitanias do Norte no uso de escravos africanos, a necessidade de mão-de-obra para a agropecuária, a ocorrência de diversas tribos indígenas no sertão, preadas com pouco ônus, as insuficiências do meio e a pobreza dos habitantes, a posição geográfica da vila planaltina e as promessas de honras e de mercês oferecidas pelas autoridades régias estão entre os motivos que moveram os paulistas por locais inóspitos e perigosos. Como expressou Holanda (1990, p.15-16), para uma sociedade constituída no planalto, imatura e instável, “a vocação estaria no caminho”, que convidava ao movimento, não na grande propriedade rural, que criava indivíduos sedentários³⁵. A primeira bandeira oficial que partiu de São Paulo com o intuito de descobrir minas nas nascentes do São

relativa indigência, apesar das pilhagens famosas”, chegando a afirmar que a pobreza, a rusticidade e a indiferença dessa gente pelo conforto corroboraram o seu espírito aventureiro. Mas, para a historiografia recente, o avanço territorial dos paulistas não foi impulsionado pela pobreza, e sim pelo desenvolvimento de uma agricultura comercial, sobretudo o trigo, que, em meados do século XVII, já extrapolava a bacia paulistana, adentrando-se pelos vales circunvizinhos. Da necessidade de mão-de-obra surgiu a opção barata da captura de índios, pois, de acordo com Holanda (1994) e Venâncio (2007), os paulistas, distanciados dos centros de consumo, não conseguiram concorrer com os senhores de engenho do Nordeste na aquisição de africanos, ficando assim, por muito tempo, marginalizados em relação ao tráfico internacional de escravos.

³⁵ Para o historiador Luís (2004, p.223), “mais que a curiosidade aventureira e ávida, a necessidade imprescindível de, pela ocupação efetiva”, através da posse, “assegurar os descobrimentos feitos iriam impulsionar” as “expedições” através dos “desertos selvagens ou inimigos”. No entanto, essa fase dos descobertos auríferos representa um novo momento das bandeiras paulistas e se enquadra na segunda metade do século XVII.

Francisco, incentivada pelo governo de Dom Francisco de Sousa, foi chefiada por João Pereira de Souza Botafogo, em 1596 (SANTOS, 2004). O líder da expedição não chegou ao local desejado, mas encontrou jazidas minerais, pois, segundo Carvalho Franco (1953), um dos grupos da expedição, liderada pelo fundidor de ferro Domingos Rodrigues, percorreu o território hoje pertencente a Goiás, onde alguns de seus homens, desviando-se da rota, dirigiram-se à Bahia e entregaram amostras de minério ao governador geral, recolhidas a setenta ou oitenta léguas de São Paulo.

Dois anos após a bandeira de João Botafogo (1598), os vales dos rios Capivari e Verde, afluentes do Grande, foram percorridos pela expedição de Francisco Dias d'Ávila, que partiu de São Paulo pelos rios Jaguari e Paraíba do Sul até a localidade atual de Cruzeiro, por onde transpuseram a serra da Mantiqueira na garganta do Embaú, caminho semelhante ao da entrada de Braz Cubas. Naquele mesmo ano, o governador Dom Francisco de Souza novamente recebeu um aviso do Rei para que mudasse para o Sul, a fim de regularizar os serviços de aproveitamento das jazidas na Capitania de São Vicente. Já se falavam das minas de Jaraguá, Biraçoiaba, Paranaguá e Bituruna, locais hoje pertencentes aos Estados de São Paulo e Curitiba. No entanto, de acordo com Guilherme Glimmer, morador da Capitania de São Vicente, antes de partir, o governador recebera amostras, que supunham ser de ouro ou prata (esta, pouco provável), “dos montes de Sabarabuçu (CALÓGERAS, 1904, p.31)”. Em 1599, Dom Francisco de Souza deixou a Bahia em direção à vila de São Paulo. Quando chegou neste povoado, elevou-o à sede do Governo Geral, aí se estabelecendo com sua guarda, composta por mineiros, ensaiadores de ouro, fundidores etc.

Durante a administração de Dom Francisco de Souza forjou-se o imaginário sobre a existência de uma serra rica em prata no sertão, denominada *Sabarabuçu*, que seria semelhante à jazida do mesmo metal explorada pelos espanhóis no Peru. Antes do governo desse português, como vimos, vigorava na percepção dos sertanistas as imagens da *lagoa dourada* e das serras *Resplandecente* e das *Esmeraldas*. Theodoro Sampaio, citado em Calógeras (1904, p.31), aventou uma hipótese, provavelmente correta, de que a serra *Resplandecente* era conhecida pelos indígenas sob o título de *Itaberabuçu*, que na língua tupi-guarani significa *montanha grande resplandecente*, e, por grãos sucessivos de corruptela, o termo

passou a figurar como *Sabarabuçu*. Essa lendária serra era a esperança para a Coroa de um novo “Potosí peruano”³⁶.

Instalado na Capitania de São Vicente, o governador Dom Francisco de Souza tratou de incentivar outra bandeira, organizada por André de Leão para descobrir as minas de prata do *Sabarabuçu*. Em 1601, a expedição partiu da vila de São Paulo com cerca de 80 homens. O roteiro foi descrito por Guilherme Glimmer e apresentado por Carrara (2007a, p.584).

A expedição deixou o rio Paraíba do Sul nas vizinhanças da localidade atual de Cachoeira Paulista e atravessou a serra da Mantiqueira na garganta do Embaú, próximo ao atual município de Cruzeiro, em direção às bacias do alto Rio Grande e São Francisco, partindo em demanda das imediações da serra da Canastra, já que os sertanistas seguiram a orientação noroeste. O percurso de entrada para o sertão passando pelo rio Paraíba e pela Mantiqueira em direção ao alto vale do rio Grande e ao São Francisco não era novidade para os paulistas, pois fora trilhado por Braz Cubas (1561), Francisco Dias d’Ávila (1598), entre outros. Após chegarem “a uma estrada larga e trilhada e a dois rios de grandeza diversa, entre as serras de Sabarabuçu”, os membros da diligência “rompem para o norte”, mas, precisaram recuar porque corria a notícia de que “além das montanhas vivia uma tribo de selvagens assaz numerosa”. De acordo com Luís (2004, p.300), os sertanistas voltaram ao povoado de São Paulo “sem descobrir minas de ouro ou prata, por terem escasseados os víveres e por medo dos selvagens que povoavam os lugares alcançados”.

No ano de 1602, uma bandeira, sob o comando de Nicolau Barreto, composta por moradores de São Paulo principalmente e de outras capitanias, partiu com 300 homens brancos, além de índios auxiliares e escravos. Segundo uma carta do padre Justo Mancilla (1629), citada por Luís (2004, p. 305 e 314-317), o objetivo da expedição foi “descobrir minas” e “trazer índios” e os conquistadores entraram por um dos trajetos seguintes: pela localidade atual de Atibaia ou, mais provavelmente,

³⁶ Duas áreas exploradas por entradas tiveram, mais tarde, o nome vinculado a *Itaberabuçu*: o município de Itaberaba (BA), localizado na Chapada Diamantina, vale do rio Paraguaçu, e o de Itaverava (MG), no entorno de Ouro Preto. O primeiro não teve importância em termos de presença de jazidas minerais. O segundo foi o berço do primeiro descoberto aurífero *comunicado à Coroa*, isso no final do século XVII. É provável, então, que o nome em questão atrelou-se ao segundo povoado devido à associação comum da época entre o ouro e a serra Resplandecente, não obstante a inexistência dessa “montanha”. Num momento inicial, o termo *Itaberabuçu* referenciou o local situado nos arredores do atual município de Itaverava (MG) e, pouco depois, com a revelação das minas de Sabará, muito mais ricas, passou a designar o trecho das jazidas de ouro existentes na bacia do rio das Velhas, que por corruptela passaram a ser conhecidas por *Sabarabuçu*. Deste termo originou-se o nome do distrito e, depois, vila do Sabará ou de Nossa Senhora da Conceição do Sabará.

pelo vale do Paraíba, percurso conhecido e trilhado por várias diligências, onde já eram comuns as concessões de sesmarias próximas à área atual de Mogi das Cruzes, posto avançado e “porta” de entrada no sertão. O segundo autor destacou que diversos inventários atestam a chegada de Nicolau Barreto nas bacias dos rios Paracatu e das Velhas, respectivamente, afluentes das margens esquerda e direita do São Francisco, mas “*da região das minas não se trouxe metais, nem notícias deles, apenas índios*”.

Na primeira administração, Dom Francisco de Sousa não obteve sucesso no descobrimento das minas. Não satisfeito, ele partiu, em 1602, para a Europa, a fim de convencer o governo Espanhol da existência das famosas riquezas e solicitar a divisão do Brasil. Essa proposta se concretizou em 1608 quando Felipe III criou a *Repartição Sul*, constituída pelas Capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente³⁷. Dom Francisco de Sousa foi encarregado da conquista e administração das minas futuramente descobertas nestas três capitanias. Investido no cargo de Governador Geral, com poder semelhante ao que possuía o da Bahia, recebeu o título de *Administrador Geral das Minas*, a maioria delas localizadas na parte meridional de São Paulo. Além disso, de acordo com Vasconcelos (1904), o rei prometeu ao administrador uma pensão anual de 30 mil cruzados e a mercê de *Marquez das Minas*, caso estas produzissem renda equivalente ou superior a 500 mil cruzados.

Os resultados da procura de metais também não foram frutíferos na segunda administração de Dom Francisco de Sousa. Tanto que, em 1609, Diogo de Menezes, governador geral da Repartição Norte, aconselhou o rei a reduzir os investimentos na Repartição Sul. O argumento utilizado pelo governador, reproduzido em Figueiredo (2011, p.80-81), residia numa justificativa simples: “eram as concretudes da Bahia e não os sonhos de São Paulo que geravam lucros para a Coroa”. Diogo de Menezes enfatizou que “as verdadeiras minas do Brasil” eram o “açúcar e pau-brasil, de que Vossa Majestade” tinha “tanto proveito sem lhe custar de sua fazenda um só vintém”. E os números confirmavam sua afirmação, já que desde o princípio do século Dezesete, ou seja, após cem anos com a contabilidade

³⁷ A divisão da América Portuguesa em dois governos (Repartição Sul/Norte) foi expediente utilizado pela Coroa em determinadas ocasiões para atender objetivos específicos. A divisão governativa figurou em três momentos: 1572-1577, 1608-1612 e 1658-1662. No entanto, o termo *Repartição Sul* apenas apareceu no segundo e terceiro períodos. Na primeira divisão, o objetivo visava garantir a defesa do extenso território. Na segunda, incentivar o descobrimento de minas. Na terceira, conter os problemas que afetavam o Rio de Janeiro cuja população encontrava-se bastante insatisfeita devido à opressão de novos tributos (RIBEIRO, 2006).

negativa, o Brasil, enfim, dava lucro graças ao açúcar do Nordeste. O produto estava em alta no mercado e a Colônia, por sua vez, acabava de conquistar o posto de maior produtora mundial da mercadoria.

Com a morte do governador Dom Francisco de Souza e com os efeitos positivos da cana-de-açúcar atalharam-se as esperanças da descoberta de minas, as quais, segundo Brandão (1618, p.34), “não eram pequenas”. Mesmo assim, em 1618, o rei publicou o *Regimento das Minas*. No cabeçalho consta que “por muitas diligências feitas por Dom Francisco de Sousa” não foi possível “averiguar a certeza das ditas minas e não se têm tirado delas proveito algum para a Real Fazenda”. Por esse regimento, o monarca continuou a prometer mercês aos descobridores. Estes deveriam lavrar à própria custa as minas encontradas e as que porventura fossem descobertas, com a obrigação de “se tirar o quinto” para a Fazenda. Fato interessante é que os serviços prestados pelo governador geral no incentivo à descoberta de riquezas minerais renderam a seu neto, D. João, o título de *Marquês das Minas*³⁸.

Ainda na primeira metade do século Dezesete, há registros documentados de outras quatro entradas, com descrição dos roteiros trilhados. Após a diligência de Nicolau Barreto (1602), Marcos de Azeredo Coutinho fez uma expedição em 1611. O sertanista, com base no itinerário de Sebastião Fernandes Tourinho, saiu da Capitania do Espírito Santo e entrou pelo rio Doce até a barra do Suassuí. Conta um ex-governador da Capitania do Rio de Janeiro que “por benefício de amizade” que o sertanista teve com “um índio natural” do sertão, Azeredo, guiado pelo “gentio”, “em breves dias” alcançou a serra das Esmeraldas, “sem as demoras e embaraços das embarcações”³⁹.

Entre as bacias dos rios Doce, São Mateus e Mucuri, a Leste, e a do Jequitinhonha e Araçuaí, a Oeste, Marcos de Azeredo encontrou esmeraldas, possivelmente nas proximidades do local alcançado pelas expedições de Adorno e Tourinho. Frei Vicente do Salvador (1889, p.7) relatou, em 1627, que “de cristal sabemos, em certo, haver uma serra na Capitania do Espírito Santo [Espinhaço?] em que estão metidas muitas esmeraldas, de que Marcos de Azeredo levou as amostras a El-Rei”. Após os exames, os lapidários relataram que “aquelas eram de superfície e estavam tostadas do sol”, mas caso cavassem encontrariam pedras

³⁸ REGIMENTO para as minas do ouro de São Paulo e São Vicente do Brasil. 8 de agosto de 1618. Lisboa. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 08 jun. 2010.

³⁹ INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.167, 1935.

“claras e finíssimas”. No entanto, dentre as pedras enviadas à Europa uma produziu “estrepitoso resultado”, pois, segundo Vasconcelos (1904, p.22), era “diamante”. Para este autor, “cessava, à vista dessas peças preciosas, a dúvida que ainda anuviava o sertão, e se firmou a crença [da presença] de riquezas superiores às da América Espanhola”. Azeredo recebeu do rei a mercê do hábito de Cristo e dois mil cruzados para que retornasse ao local, mas a velhice não o permitiu e ele morreu sem regressar à zona das Esmeraldas.

Marcos de Azeredo Coutinho deixou roteiro com indicação do local explorado. Após a restauração de Portugal, em 1644, D. João IV resolveu resgatar o empenho dos descobrimentos e se dirigiu às câmaras de Santos e São Paulo, aos potentados paulistas e a Salvador Corrêa de Sá e Benevides, Almirante do Sul, Vice-Rei nas Capitanias da Repartição Sul. Ao governador do Rio de Janeiro, Dom Francisco de Souto Maior, também foi encaminhada ordem para “se entender com afinco e prontidão no serviço dos descobrimentos, pondo-se em comunicação com Salvador Corrêa”. Dois filhos de Marcos de Azeredo Coutinho, Antônio e Domingos, os quais haviam participado da diligência com o pai e possuíam o roteiro, foram convocados para fazer uma entrada. Antes de se embrenharem pelo sertão, eles enviaram uma carta ao rei, pedindo-lhe que lhes assegurasse o direito de preferência nos possíveis descobertos. E assim conseguiram.

A expedição saiu da Capitania do Espírito Santo em 1647 e foi composta por 17 “homens brancos” e 150 índios, distribuídos em 25 canoas. Os filhos de Coutinho subiram os rios Doce e das Caravelas, passando pela *lagoa grande* e por “inacessíveis brenhas onde nações ferozes continuamente embargaram-lhe os passos”. Nos arredores das nascentes do rio Suassuí Grande encontraram a serra das Esmeraldas. Da diligência trouxeram muitas pedras, as quais supuseram que eram esmeraldas, pois, mais tarde, foram reconhecidas como falsas. Quando retornaram da expedição, os sertanistas quiseram guardar segredo sobre o lugar das explorações, mas foram ameaçados pelo governo sob pena de prisão⁴⁰.

⁴⁰ No final da década de 1640 saíram ainda alguns padres das Capitanias de Porto Seguro e do Espírito Santo a comando do jesuíta Ignácio de Siqueira. De acordo com Vasconcelos (1904, p.23-24), este vigário se dirigiu ao rei, solicitando permissão de entrada no sertão. O pedido foi deferido pelo Conselho Ultramarino em 1644 com a alegação de que os referidos padres dispunham “de pessoal idôneo em seus aldeamentos, índios habituados ao sertão e, ademais, justaposto ao ódio que os selvagens mostravam aos seculares, prevalecia o respeito que votavam aos vigários, havidos como seus amigos e protetores”. A expedição adentrou cinquenta léguas pelo sertão e se deparou com os *Aimorés*, conhecidos pela prática da antropofagia, inimigos dos *Tupinakis* levados pelos padres. Deste contato resultou o fracasso da diligência. Enquanto alguns indígenas desertaram outros regressaram às vilas das capitanias citadas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.7, n.1/2, p.31, 1902.

A tendência geral das frentes de devassamento em direção ao interior até a primeira metade do século Dezesete foi a do despovoamento: para as entradas que desceram do Norte houve uma combinação do extermínio com a escravização dos índios; para as bandeiras que subiram do Sul o predomínio da escravização⁴¹. Não obstante a entrada de diversas expedições privadas e oficiais em direção ao sertão da América Portuguesa, bem como as várias notícias da existência de metal precioso, o ouro não foi descoberto ou, pelo menos, revelado. Quais os fatores, então, explicariam o longo tempo transcorrido entre as primeiras entradas e a época das descobertas efetivas?

Vimos que os exploradores estavam fascinados por um imaginário social fundado na lenda sobre a existência de lagoas douradas e serras fabulosas, semelhante às riquezas do Potosí peruano. Esse encantamento pode ter atrasado a descoberta de riquezas minerais, o ouro de aluvião, que somente será explorado após os diversos esforços frustrados para encontrar a prata ou o ouro de beta. Destaque-se também que, além do próprio despreparo técnico dos paulistas (falta de mineiros práticos), havia outras atividades, menos nobres e rentáveis, que podem ter motivado a omissão dos achados auríferos ou desviado a atenção dos sertanistas da pesquisa de recursos minerais: trata-se, como já descrito anteriormente, da prática corriqueira e útil de captura de “gentio”, principalmente por parte dos moradores da Capitania de São Vicente, ponto privilegiado de onde partiam as bandeiras.

Os paulistas tinham a fama de grandes conquistadores de “gentio”. Frei Vicente do Salvador (1889, p.7-8), que escreveu em 1627, não se arriscou a tratar “da largura que a terra do Brasil” tinha “para o sertão”, pois, *“quando os portugueses iam a esta área era com o intuito de “buscar índios forros, trazendo-os à força e com enganos para se servirem deles e os venderem com muito encargo de suas consciências”. E era “tanta a fome” desta atividade que, “caso encontrassem pelo caminho mostras ou novas de minas, não as cavavam, nem ainda as viam ou demarcavam”*. Opinião semelhante era a de um ex-governador do Rio de Janeiro, que escreveu no final do século XVII. Ele relatou que os moradores de São Paulo e

⁴¹ As entradas pelo Norte irão apresentar novas configurações ao longo e após a segunda metade do século XVII, em função da expansão extensiva de grandes fazendas de gado no sertão do rio São Francisco, onde o processo de escravização e de extermínio dos índios passará a se vincular também à conquista de suas terras com a chegada de colonos paulistas, a exemplo de Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira, e baianos como Antônio Guedes de Brito, grande sertanista e afamado guerreador de “gentio”, dono de um dos maiores latifúndios de criação de gado no Brasil colonial. Nas frentes do Sul, as bandeiras somente darão início à colonização do novo espaço após a manifestação das primeiras lavras de ouro, portanto, no final do Seiscentos.

das vilas e povoações circunvizinhas, para suprirem suas lavouras, “faltos da escravidão de Guiné”, buscavam a mão-de-obra dos “índios naturais” no sertão. Nas andanças pelo mato, “muitos dos ribeiras” que cortavam o *caminho geral do sertão* “tinham as mesmas disposições de outros” dos “distritos de São Paulo em que se tinha achado ouro”, porém, para os paulistas as “*melhores minas*” eram “*matar e capturar Tapuias, sem fazerem mais exames passavam às conquistas, contentando-se com a fama pública que entre si conservavam muitos anos de que naquelas partes havia ouro*”⁴².

Outros fatores como os conflitos com tribos guerreiras e as características geográficas dos sertões dos vales dos rios Doce, Grande e São Francisco atrasaram a descoberta e, principalmente, a exploração das riquezas minerais. Brandão (1618, p.47) salientou que o gentio do Brasil se diferia, “em grande maneira, assim na fala” como nos “costumes e mais ações, do gentio do Peru, o qual” era “*fraquíssimo por natureza e pouco inclinado a guerras*”. “Os desta outra costa, belicosíssimos”, viviam “de guerras e correrias”. Não havia “pessoa, nem dos naturais nem dos portugueses, que ousasse atravessar tão grande terra”. Para os que intentassem caminhar para o interior ou “passar do Brasil ao Peru”, o autor ainda destacou que se *antepunham de “permeio”, além do “gentio belicoso”, “mil dificuldades de grandes desertos e espessas matas, altíssimas serras e, sobretudo, pouca ou nenhuma água*”. As trilhas indígenas, cortando campos e, na maioria das vezes, mata fechada, sombria, inculta, úmida e entrelaçada, rasgando serras elevadas por passagens estreitas e precipícios, assim como os conflitos com animais ferozes tornavam a viagem bastante arriscada e a permanência no sertão uma questão incerta e perigosa.

2.2. A preparação e as investidas decisivas dos paulistas

No devassamento do interior, a segunda metade do Seiscentos representa uma nova fase devido à descoberta das minas de ouro pelos paulistas. Esse acontecimento não foi resultado apenas dos incentivos oficiais, pois, durante o século XVI e primeira metade do XVII, reis e governadores gerais enviaram várias cartas a diversos moradores das capitâneas do Norte e do Sul, nas quais incitava e, até mesmo, ordenava a procura de jazidas minerais, em troca de nobilitações e

⁴² Para Brandão (1618, p.35), “os moradores de São Paulo que podiam lavrar datas ainda assim não queriam fazer, mesmo se levassem fábrica de escravos e outras coisas necessárias à dita capitania”. INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.163 e 172, 1935.

hábitos da Ordem de Cristo. Os incentivos da Coroa à procura de riquezas não fizeram parte de um plano estratégico, rigidamente seguido, mas de uma série de esforços difusos, que sobressaíram entre alguns reis e ministros. Portanto, a promessa de honras e mercês não é o fator principal na descoberta do ouro, apesar de importante. Casso fosse determinante, porque o metal não fora encontrado desde as primeiras entradas, tendo em vista a frequência dos incentivos oficiais⁴³.

A metrópole continuou a incitar a formação de bandeiras oficiais, em que pese o fato de, em alguns casos, os colonos arcarem com suas despesas, com vistas a recompensas posteriores, ou também partirem para o sertão sem determinação régia, com o intuito de prear índios. Fato tão relevante quanto os próprios incentivos oficiais eram duas características dos paulistas, favoráveis para eles adentrarem no sertão: a localização geográfica (estavam no planalto e haviam vencido os empecilhos das densas matas fechadas do paredão da serra do Mar); e a condição social (levavam uma vida mais ameríndia do que portuguesa e conheciam as trilhas e os perigos do interior devido às constantes capturas de “gentio”). Em relação ao segundo aspecto, um ex-governador da Capitania do Rio de Janeiro fez a seguinte observação por volta de 1700:

Os paulistas são homens capazes para penetrar todos os sertões, por onde andam continuamente sem mais sustento que caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus, e não lhes é molesto andarem pelos sertões anos e anos, pelo hábito que têm feito daquela vida⁴⁴.

O crescimento demográfico no planalto e sua expansão territorial em direção ao vale do rio Paraíba do Sul seguiam em ritmo acelerado desde os últimos anos da primeira metade do século XVII, dando origem a pequenos núcleos, como é o caso de Taubaté (1639), Guaratinguetá (1651), Jacareí (1652), Lorena (1657) e Pindamonhangaba (1672), além de Mogi das Cruzes (1560), onde se encontrava a sesmaria do sertanista Braz Cubas. A segurança das novas localidades foi garantida

⁴³ Erroneamente, alguns autores, com base em documentos que apontam a determinação Real para a montagem de bandeiras como a de Fernão Dias, afirmam que as descobertas de ouro no final do século Dezesete ocorreram por causa do incentivo oficial. É o caso, por exemplo, de Figueiredo (2007, p.256). Esse pesquisador destacou que “o desbravamento do inóspito sertão colonial pelos paulistas em busca de índios para cativar em suas lavouras de planalto, em fins do século XVI, movera os bandeirantes a percorrer o território, animados por honras e mercês oferecidas pela Metrópole que, *até ali negligente*, decide investir na experiência daqueles súditos [...] Os bandeirantes passariam a dedicar seu faro na busca de fabulosos metais” (Grifos nossos).

⁴⁴ INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.157, 1935.

com a instalação de aldeamentos indígenas como o da Escada (Guararema), dos índios Guarulhos e de São José (São José dos Campos). As vilas e os aldeamentos citados se estendiam como um corredor entre São Paulo de Piratininga e as proximidades da garganta do Embaú, ponto privilegiado de transposição da serra da Mantiqueira para o ingresso no sertão. Tanto as sesmarias concedidas quanto os novos arraiais fundados, auxiliados pelos aldeamentos, funcionarão como centros de pouso e de irradiação das bandeiras paulistas. E daqueles núcleos urbanos, a vila de São Francisco de Taubaté se tornou o ponto principal de referência⁴⁵.

Os bandeirantes que saíam de São Paulo ou do vale do Paraíba para o sertão navegavam até Guaratinguetá, onde deixavam o rio e caminhavam em direção à serra da Mantiqueira, a fim de subi-la através da garganta do Embaú. Tal era a importância dessa entrada que entre os arredores dela e a jusante da bacia do rio citado a área era praticamente desconhecida. Ao longo dos séculos Dezesseis e Dezesete houve pouco interesse dos sertanistas em descer o curso d'água principal até a foz, na Capitania do Espírito Santo. A prova está no mapa de João Teixeira Albernaz, *Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz, chamado vulgarmente o Brasil*, publicado em 1640, apresentado na Figura 9. O rio Paraíba é o primeiro da esquerda para a direita e não possui mais do que uma légua de extensão da foz à nascente (assinalada pelo cartógrafo como oriunda de uma lagoa situada no atual município de Campos dos Goitacazes, conhecida por *Campelo*), prova do desconhecimento total do médio vale dessa bacia, explicado pela importância notável adquirida pela garganta do Embaú.

Na entrada pela Mantiqueira, além dos aldeamentos implantados, era necessário “desbaratar” o empecilho formado por aqueles grupos de índios alheios à redução. Já por volta de 1636, segundo Vasconcelos (1904, p.28), o capitão Felix Jacques, morador opulento de São Paulo, cumprindo ordens do rei, passadas pelo governador do Rio de Janeiro, Duarte Corrêa, obteve provisão para conquistar terras dos índios *Jerominis* e *Puris* pelo lado do vale do rio Paraíba até o planalto do rio Verde. Os índios *Cataguases*, que também habitavam os arredores da passagem da garganta do Embaú, devido aos conflitos com os portugueses se refugiaram nas matas a oeste do rio Grande. Com a entrada do sertão relativamente “livre”, os

⁴⁵ A importância da localização geográfica da vila de São Francisco de Taubaté para a entrada das bandeiras foi de tal ordem que “desse núcleo populacional, e não de São Paulo, partiu o movimento de conquista do interior (VASCONCELOS, 1904, p.28)”. Em razão disso, durante o período colonial houve, inclusive, certa rivalidade entre taubateanos e paulistanos.

bandeirantes passaram a enfrentar menos perigos no caminho em direção às nascentes dos rios Doce e São Francisco.

Figura 9 - Fragmento da *Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil*.



Autor: João Teixeira Albernaz (1640). Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Por volta de meados da década de 1650, Pedro de Sousa Pereira, provedor da Fazenda Real no Rio de Janeiro e administrador geral das minas da Repartição do Sul, destacou que existiam informações e “grandes notícias na vila de São Paulo de algumas pessoas antigas que tinham ido à serra de Sabarabuçu, no sertão da repartição do Reino de Portugal, distante três meses de viagem pela aspereza dele”, e “achado pedras de metal de prata” (improvável) e “outras diversidades dela (DINIZ, 1964, p.145)”. O ministro, então, passou provisão a Álvaro Rodrigues do Prado para montar uma bandeira com o intuito de descobrir essas minas. Entretanto, dos feitos dessa diligência não se têm notícias.

Em 1664, o rei de Portugal, D. Afonso VI, ordenou a Agostinho Barbalho Bezerra que se dirigisse a São Paulo, a fim de organizar uma expedição que “fizesse o caminho” e descobrisse o “distrito das esmeraldas cuja *situação orográfica* ficara descrita por Marcos de Azeredo”. Expediu-se carta patente ao bandeirante para descobrir e beneficiar “as minas de Paranaguá [atual Paraná] e da serra das Esmeraldas”, situada “no sertão da Capitania do Espírito Santo”, de que já tinham colhido e levado ao reino “algumas amostras”. Segundo carta do governador da Repartição Sul, Salvador Correia de Sá e Benevides, se Barbalho descobrisse minas de prata o sertanista seria angariado com o título de *administrador geral* (VASCONCELOS, 1904, p.28; DERBY, 1901, p.260).

Às câmaras de Santos e São Paulo e aos potentados dessas vilas foram endereçadas Cartas Régias, prometendo honras e mercês aos que prestassem todo auxílio à diligência de Barbalho. Fernão Dias Paes Leme, sertanista afamado, foi um dos potentados paulistas que recebeu carta do rei, em 1664. Sua Majestade prometeu-lhe benefícios e ordenou-lhe que ajudasse Barbalho no que fosse necessário para o descobrimento das minas. O monarca destacou a grande utilidade do empreendimento para a vila de São Paulo e se mostrou ansioso em ver “resolvido este grande problema no seu reinado (VASCONCELOS, 1904, p.29)”. A seguir, transcrevemos pequeno fragmento da carta.

Capitão Fernão Dias Paes. Eu El-Rei vos envio muito saudar. Bem sei que não é necessário persuadir-vos a que concorrais da vossa parte com o que for necessário para o descobrimento das minas [...] Hei de ter muita particular lembrança de tudo o que obrardes nesta matéria, para vos fazer mercê e honra que espero me saibais merecer⁴⁶.

O sertanista enviou a Barbalho “cem negros carregadores, cem arrobas de carne de porco, mil varas de algodão tecido e muitos outros gêneros próprios da ocasião (VASCONCELOS, 1904, p.28)”. Mas, com a morte de Agostinho, a expedição não obteve sucesso e, em 1672, Fernão Dias Paes solicitou licença ao governador geral, Afonso Furtado de Mendonça, para ele próprio levar a cabo a empreitada proposta por Barbalho. Por essa época, a câmara de São Paulo também comunicava ao rei os desejos de outros sertanistas entrarem pelo sertão adentro às suas custas. Após dois anos, missivas reais foram diretamente endereçadas a diversos paulistas, entre eles, Fernão Dias Paes novamente, Cornélio de Arzão, Manoel Rodrigues de Arzão e Lourenço Castanho Taques.

A Fernão Dias Paes, o rei elogiou os grandes serviços prestados, o zelo e a dedicação com que sempre esteve nas incumbências mais árduas, além de mencionar a conquista dos índios *Goianás*. Ao último sertanista citado, D. Pedro II ordenou que ele penetrasse “o sertão dos bárbaros índios cataguases” e descobrisse “minas de ouro e prata”. “Corria em São Paulo a versão de haver” minas de ouro “abundantíssimas à beira de rios numerosos em Goiás (VASCONCELOS, 1904, p.49 e 60)”. Em direção a essa área, Taques partiu com a patente de Governador e foi responsável pelo deslocamento dos índios *Cataguases* da serra da

⁴⁶ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.19, p.12, 1921. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.7, n.1/2, p.31, 1902.

Mantiqueira para o sertão onde habitavam os índios *Araxás*, promovendo a “limpeza” dos inimigos existentes na bacia do rio Grande, um fator, senão decisivo, importantíssimo para a conquista e ocupação do futuro território central das minas a partir das vilas paulistas do vale do Paraíba.

Fernão Dias Paes, por Carta Régia, foi nomeado *Governador da Expedição e da Terra das Esmeraldas*. Uma grande leva de paulistas, destacando-se o capitão Matias Cardoso de Almeida, prático velho dos sertões, Manoel de Borba Gato e Garcia Rodrigues Paes, os dois últimos, respectivamente, genro e filho de Fernão Dias, foi reunida na bandeira, formada também por índios “mansos”, conhecedores do sertão que iriam explorar. O chefe da diligência ambicionava passar pela serra de Sabarabuçu, na visão dos sertanistas, formada de prata e, desse ponto, alcançar a serra das Esmeraldas, trilhada pelas expedições de Sebastião Fernandes Tourinho, Antônio Dias Adorno, Marcos de Azeredo Coutinho, entre outras. Em 1674, Carta Régia de D. Pedro II a Fernão Dias atesta que os sertanistas partiram com o objetivo do “descobrimento das minas do sertão de São Paulo e terras das esmeraldas (VASCONCELOS, 1904, p.34)”.

A bandeira saiu de São Paulo e seguindo picadas e pousos trilhados pelos antigos sertanistas alcançou o vale do Paraíba, descendo até a conhecida paragem da Cachoeira. Até Guaratinguetá, a marcha ofereceu pouca dificuldade, pois era um vale aberto e frequentado há anos, penetrado por diligências anteriores. Após transpor o paredão da serra da Mantiqueira pela garganta do Embaú, a expedição passou pelo alto vale do rio Grande (rios Passa Quatro, Capivari e Verde) e esteve por procurar o rio Piumhi, Pitangui (atual Pará), Paraopeba ou das Velhas, pois, segundo relato do governador Afonso Furtado de Mendonça (1672), citado por Calmon (2002, p.102), “do pé das serras do Sabarabuçu” havia “um rio navegável” que desaguava “no de São Francisco” e que por este abaixo poder-se-ia “conduzir mais brevemente a prata” até o distrito da Bahia⁴⁷.

⁴⁷ O percurso da bandeira pode ser suposto por um esboço cartográfico intitulado *Curso do Rio São Francisco e a Navegação ao Longo dele de São Paulo para as Minas de Pitangui*, disponível na Biblioteca Digital Mundial. O mapa, de autoria anônima, é provavelmente da primeira metade do século XVIII, pois já traz representadas algumas casas da vila de Pitangui e do arraial de Mathias Cardoso. Dentre os afluentes do São Francisco, figuram vários: Pitangui, Velhas, Paraopeba, Jequitaiá, Indaiá, Paracatu, Verde Grande etc. Pelo esboço, as principais portas de entrada marítima para se atingir o alto vale do São Francisco a partir da vila de São Paulo eram os rios Pitangui e Paraopeba. Destaca-se também um ponto de entrada pelo rio Piumhi (afluente do rio Grande até o fechamento das comportas de Furnas em 1963, quando foi transposto para a bacia do São Francisco). Tanto o rio Piumhi quanto o Grande estão estrategicamente representados no esboço. No curso inicial do São Francisco, chamado rio Pará até receber as águas do Paraopeba, consta um lago com a seguinte inscrição: “Lagoa do nascimento do rio de São Francisco”. Há várias indicações,

Após grandes dificuldades, a diligência se fixou na localidade denominada *Anhanhohacanhuva*, lugar onde a bandeira ergueu duas edificações: a primeira capela do sertão, com invocação a Nossa Senhora do Rosário; e o primeiro domicílio da futura capitania do ouro (hoje *Casa de Fernão Dias*), provavelmente utilizada como base de apoio para diversas explorações⁴⁸.

No *Diálogo das Grandezas do Brasil*, Brandão (1618, p.35) alertou que o problema da mineração não consistia em encontrar metais (pois estes existiam, não restava dúvida), mas residia na alimentação dos mineiros. Por isso, nas entradas durante a segunda metade do Seiscentos uma estratégia se tornaria fundamental para a descoberta e exploração regular das minas de ouro: a implantação de roças de mantimentos ao longo do trajeto palmilhado pelas bandeiras e no entorno das zonas onde existiam as riquezas. O próprio autor inclusive sugeriu proceder da seguinte maneira na conquista das minas:

O primeiro [plano a se fazer] antes de bulir nelas, depois de estarem certos que eram de proveito, [seria] plantar muitos mantimentos ao redor do sítio onde elas estavam, e quando eles existissem em abundância tratar-se-ia da lavoura das minas; mas isto se fez pelo contrário porque, sem terem mantimentos, entenderam em tirar o ouro, e como as minas estavam muito pelo sertão, os que iam levavam de carreto o mantimento necessário, e como acabavam [as ditas provisões] tornavam-se e deixavam a lavoura que tinham começado. E esta [...] é a verdadeira causa de darem as ditas minas pouco de si. Pois, eu tenho para mim que para o diante hão de vir a ser essas minas de muita importância.

Também na opinião de um ex-governador da Capitania do Rio de Janeiro, que escreveu ao rei uma *informação sobre as minas do Brasil* nos primeiros anos do século XVIII, os mantimentos eram essenciais para a descoberta e exploração regular das minas. Ele relatou que apenas os paulistas tinham “cabedal de escravaria” (leiam-se índios) para conseguir tirar algum ouro, tarefa impossível para os “pobres de três e quatro até dez escravos” pela distância que se “alongavam” das suas casas quando iam ao sertão inculto. Inclusive ainda enfatizou que próximo da

ilegíveis, do tempo de jornada e da distância do percurso por terra e por canoas entre a vila de São Paulo e as minas de Pitangui.

⁴⁸ A palavra *Anhanhohacanhuva* significa, em tupi-guarani, água parada que some em buraco. Geograficamente, corresponde à atual localidade da Quinta do Sumidouro, distrito de Fidalgo, na divisa do município de Pedro Leopoldo com o de Lagoa Santa. Esse local, que se tornou um posto de ocupação territorial permanente, administrado por Borba Gato quando Fernão Dias Paes partiu para a serra das Esmeraldas, ficou conhecido pela designação de São João do Sumidouro, fato advindo da característica geográfica da região cuja geologia calcária é favorável à formação de grutas por onde a água ressurge ou desaparece.

costa litorânea, por causa da fuga dos “índios naturais”, não se encontrava mais “mantimento algum” para os sertanistas “se sustentarem” e os exploradores não podiam levar tanta provisão para a alimentação na ida e na vinda. Nessas condições eram impossíveis as “diligências para [se] tirar ouro” por “mais de doze ou quinze dias”, motivo pelo qual “tão poucos” eram os que iam e “não muito” o que se tirava⁴⁹.

O paulista Fernão Dias Paes, diferentemente de outros exploradores, foi um dos sertanistas que mandou “preparar mantimentos em feitorias por diversas partes”, ordenando o plantio de “roças de milho de distância em distância”. Esse método de implantar roças ao longo das picadas, copiado depois por outras expedições, visava garantir a subsistência das bandeiras, haja vista o grande tempo despendido, geralmente meses e anos, nos percursos de ida e volta e na permanência no sertão para efetuar as pesquisas mineralógicas. Na diligência sob seu comando, o sertanista ainda ordenou a instalação de marcos de pedra ao longo das trilhas frequentadas, a exemplo do observado na localidade atual de Ibituruna (MG), apresentado na Figura 10, os quais serviram como ponto de orientação e facilitaram o retorno do grupo e, mais tarde, a comunicação de São Paulo com as minas descobertas⁵⁰.

A bandeira de Fernão Dias, por quatro anos, efetuou “várias entradas” nos “morros de Sabarabuçu”, serra “vizinha do Sumidouro”, em busca de prata (DINIZ, 1964, p.14). Apesar de ter percorrido terrenos posteriormente reconhecidos como ricamente auríferos, não existe, para a região do rio das Velhas, registros do descobrimento de ouro, muito menos de prata, por membros dessa expedição. Na comitiva, provavelmente, não havia faiscadores de ouro de lavagem, a despeito deles não faltarem em São Paulo, ou os bandeirantes se obstinaram pela descoberta de prata e esmeraldas, a exemplo do próprio Fernão Dias cujo objetivo principal era chegar às pedras verdes, na serra do Espinhaço. Entre 1677 e 1678,

⁴⁹ O ex-governador propôs algumas medidas para as minas se tornarem rentáveis: primeiro, mandar “povoar aquela terra [cem léguas do litoral] e Costa” com os “índios naturais”; segundo, transferir “da miséria das Ilhas dos Açores imensidade de povoadores”. Como consequência, pela “natural fertilidade”, “em menos de um ano”, aquelas zonas desprovidas estariam “cheias e prevenidas de frutos, legumes e mantimentos”. Então, os sertanistas, “seguros de lhes não faltar o mantimento pela lavoura já feita dos índios”, seriam “muitos” e se dedicariam a “tirar o ouro”, permanecendo “vários dias” nas lavagens. INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.161-166, 1935.

⁵⁰ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.19, p.12, 1921.

Garcia Rodrigues Paes relatou que foram enviadas algumas amostras de cristais e outras pedras (esmeraldas) ao rei⁵¹.

Figura 10 - Marco da Bandeira de Fernão Dias Paes, Ibituruna (MG)



Autor: J. L. Figueiredo (2009). Nome original: *Marco Sesmaria*.
Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/17746052>.

À Coroa, interessava o descobrimento de minas de prata, conforme carta a seguir, do Vice-Rei, endereçada a um cabo dos paulistas da comitiva de Fernão Dias Paes que se encontrava no sertão do Alto São Francisco em 1674.

Há tempos tenho encarregado a Fernão Dias Paes o descobrimento da prata da serra de Sabarabuçu [...], tanto que, [assim que] Vossa Mercê receber esta, me remeta uma ou duas pessoas, as mais práticas, para me virem informar assim de tudo o que souberem que ele tem obrado, como da altura em que fica a dita serra, qualidade dos caminhos e rios que há desde a dita serra até os campos das aldeias desbaratadas dos *Tupis* e *Maracás* que mandei destruir, que léguas há deles à dita serra, que dias poderão ter de jornada qualquer tropa escoteira que eu possa mandar à dita serra, assim à

⁵¹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.7, n.1/2, p.32, 1902. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.19, p.13, 1921. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.69, n.1, p.277-281, 1908.

ida como à volta, tudo com a clareza que convém saber-se (DINIZ, 1964, p.146).

As serras de *Sabarabuçu* e das *Esmeraldas*, em alguns documentos, são equivocadamente tomadas como sinônimos, como se referenciassem o mesmo lugar⁵². Os sertanistas, ao empregarem as expressões *serro de Sabarabuçu* ou *das Esmeraldas*, porventura, não faziam distinção entre os dois espaços, pois a altimetria elevada e a provável presença de riquezas minerais eram importantes elementos análogos de ambos. A primeira, pela proximidade da feitoria do Sumidouro, deve corresponder à atual formação da Piedade, elevação de 1.751 metros situada nos arredores da cidade de Caeté, que os aventureiros acreditavam ser formada de prata. A segunda refere-se à serra Negra, próxima da atual cidade do Serro Frio. Em uma passagem, Garcia Rodrigues Paes relatou que o *Sabarabuçu* era formado por *campos gerais*, característica observada nas margens do rio das Velhas, onde se encontra a primeira serra aludida. Esses campos se estendiam até Itacambira, vale do Jequitinhonha, onde se localizava o “serro das Esmeraldas”. O bandeirante ainda enfatizou que uma distância de 150 léguas separava o Sabarabuçu das Esmeraldas.

Na Figura 11 reproduzimos o mapa *América Meridional*, do padre Vincenzo Maria Coronelli, publicado em 1692. Ele traz representada a serra de Sabarabuçu (escrita como *serra de Sarabaffu*), local onde na imaginação dos portugueses existia prata em abundância, ilustrada a sudeste da serra de Guasembaga (hoje da Canastra) e ao sul de uma elevação rochosa que se estende de norte a sul (Espinhaço). Ela se encontra precisamente nas proximidades da alta bacia do rio Gaibuig (atual rio das Velhas), principal afluente da margem direita do São Francisco. A representação cartográfica desse imaginário provavelmente teve um peso significativo no desencadeamento de várias bandeiras que se internaram pelo sertão nas últimas duas décadas do século XVII e foram responsáveis pela descoberta ou revelação do ouro. Junto a essa serra, há ainda um lago representado a leste. Apesar de ele figurar entre dois afluentes do rio Paraná, encontra-se relativamente próximo de um dos principais afluentes da margem direita

⁵² Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (1904, p.124) e Pizarro (1909, p.524) foram autores que tomaram as duas serras como indistintas. O primeiro destacou que a serra de Sabarabuçu é uma “serra alcantilada, a que chamam hoje Serra Negra ou das Esmeraldas”. O segundo relatou que os bandeirantes fizeram várias entradas numa serra altíssima, vizinha do Sumidouro, denominada Sabarabuçu, a qual se diz hoje “Serra Negra ou das Esmeraldas”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.19, p.14, 1921. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.6, n.3/4, p.785, 1901.

Muito antes do descobrimento das minas de ouro, nas margens daquele rio e do seu afluente principal (Velhas) havia várias famílias entregues à atividade pecuária. Bandeirantes paulistas, que estiveram empregados nas guerras do Norte (Bahia e Pernambuco), preferiram a vida de grandes proprietários de terras conquistadas no embate com os indígenas. Tal eram os casos de Mathias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira, os quais implantaram ricas fazendas de criação de gado, fundando, posteriormente, os arraiais de Morrinhos e Brejo Grande⁵⁴. A estes, se somaram os baianos que expandiam a pecuária ao longo do baixo e médio vale do São Francisco. Era o caso de Antônio Guedes de Brito. O ex-procurador desse potentado, Martim Afonso de Melo, em carta citada por Carrara (2007a, p.587-588), relatou que o baiano fora o responsável pelo descobrimento dos rios São Francisco e das Velhas e pela extinção naquelas partes do “gentio bárbaro”.

Uma segunda evidência merece atenção no mapa de Vincenzo Coronelli: as cenas de guerras indígenas no vale do São Francisco. Nenhuma, porém, retrata a prática de antropofagia, muito comum na cartografia da época. Isso porque as tribos de índios temidos, guerreiros e antropófagos, a exemplo dos *Tapuias*, representados no mapa sob o título de *Tapouyes*, estavam localizados na parte leste da Província de Santa Cruz, sertões das Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, próximas das nascentes dos rios Grande (Jequitinhonha) e Doce e da serra das Esmeraldas (cartografada no sentido norte-sul). Esses indígenas ocupavam uma grande extensão territorial do leste, formando, portanto, uma barreira às diligências que entravam a partir dessa zona. Ou seja, podem ter retardado a descoberta e a exploração regular de jazidas minerais (ouro e pedras preciosas) pelas expedições que saíram das capitanias do Norte. Foi em demanda do leste que Fernão Dias Paes partiu em busca do *serro das Esmeraldas* no ano de 1678, após permanecer quatro anos no Sumidouro, base de apoio das bandeiras, um dos locais de abastecimento da comitiva devido ao plantio de roças⁵⁵.

Do distrito do Sumidouro até as pedras preciosas, segundo relato anônimo de 1690, a distância era “outra tanta ou mais” quando comparada à de São Paulo ao Sabarabuçu. Nessa diligência, entre viagens e explorações, Fernão Dias Paes

⁵⁴ Dizia um ex-governador da Capitania do Rio de Janeiro no princípio do século XVIII que pelo *Caminho Geral do Sertão* muitos paulistas com suas mulheres e famílias também “mudaram totalmente os seus domicílios de São Paulo para as beiras do rio de São Francisco”. Na opinião desse ministro, da Cachoeira de Paulo Afonso para cima havia paus de boa qualidade para a construção de canoas e “antes de se tirar ouro naqueles distritos [das minas] as faziam os paulistas e por negociação as vinham vender pelo rio abaixo”. INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.172, 1935.

⁵⁵ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v.11, p.147, 1964.

gastou em torno de três anos. Nos arredores de Itacambira e Itamarandiba, o sertanista fundou outro pouso⁵⁶. A expedição percorreu boa parte do alto e médio vale do Jequitinhonha. Nas vizinhanças dos rios Araçuaí e Pardo, conforme Vasconcelos (1904), a comitiva encontrou uma horda de “selvagens”. Um deles, aprisionado, foi levado à presença do bandeirante chefe. O indígena conduziu Fernão Dias ao sítio das esmeraldas, na serra de Grão Mogol, onde foram localizadas as desejadas pedras verdes. De acordo com Garcia Rodrigues Paes, ao encontrar o “serro das ditas esmeraldas”, o pai tirou “amostras com muita cautela”, mas, no retorno para a “feitoria do Sumidouro, distrito de Sabarabuçu”, o sertanista e “quase todos os índios que o acompanhavam” morreram próximo ao rio das Velhas, em função das influências do clima, da vegetação fechada e de “miasmas de horrível podridão⁵⁷”.

À mesma época (1678), o rei resolveu enviar ao Brasil o fidalgo espanhol D. Rodrigo de Castelo Branco, provido no posto de *Administrador Geral das Minas*, encarregado do “descobrimento de metais e das mesmas esmeraldas⁵⁸”. Cartas Régias, dirigidas aos camaristas da vila de São Paulo, determinaram que fosse publicado um Bando “em que se declaravam perdoados os criminosos foragidos que se apresentassem para fazer parte da força” que o administrador estava formando para a “descoberta de metais e pedras⁵⁹”. Uma parte da tropa esteve incumbida de preparar roças em vários pontos adequados no sertão para auxiliar o abastecimento da comitiva, visto que, um ano depois, num regimento passado a D. Rodrigo, consta, no primeiro capítulo, a recomendação para que “toda pessoa de qualquer qualidade, que fosse ao sertão a descobrimentos”, estivesse “obrigada a levar milho, feijão e mandioca para fazer plantas e deixá-las plantadas, *porque com esta diligência se poderiam penetrar os sertões, que sem isso era impossível*⁶⁰”.

Na penúltima década do século XVII, os caminhos de São Paulo até o rio das Velhas, conforme depoimento dos oficiais da referida câmara, já estavam “livres e conhecidos”. Em 1681, D. Rodrigo e sua comitiva se deslocaram para o sertão, movendo-se com “oportunidades nunca proporcionadas a iguais empreendimentos, sendo a principal o transporte em animais de cargas e montaria, os primeiros que

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.19, p.13, 1921.

⁵⁸ Informação relatada por Bento Fernandes Furtado (1750) no código Matoso (1999, p.187).

⁵⁹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.19, p.13, 1921.

⁶⁰ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.64, n.103, p.53, 1901. Segundo Vasconcelos (1904, p.47-49), “as providências tomadas para a provisão de víveres pelo caminho, além dos subsídios levados de São Paulo, bastavam para não se pensar em fome no sertão”.

entraram em Minas (VASCONCELOS, 1904, p.49)". Coube a Garcia Rodrigues Paes, com a morte de Fernão Dias, assistir o administrador geral no "descobrimento das Minas da serra de Sabarabuçu". No arraial da Paraopeba, o sertanista deu conta a Dom Rodrigo das "amostras" de esmeraldas colhidas, entregando-lhe parte delas, e passou-lhe as roças e feitorias implantadas pelo pai em benefício do Real Serviço⁶¹".

O administrador Dom Rodrigo seguiu para a feitoria do Sumidouro, à época dirigida por Borba Gato, enquanto Garcia Rodrigues Paes se encaminhou para a vila de São Paulo, onde apresentou, à câmara, as pedras colhidas pela expedição coordenada pelo pai, a fim de serem remetidas ao Reino. Essas amostras, pouco finas e transparentes, segundo Souza (1985, p.123), não eram esmeraldas (pedras preciosas), mas turmalinas (pedras semipreciosas). Tanto que o rei recomendou o aprofundamento das catas para a retirada das pedras. Como recompensa, principalmente pelos trabalhos de Fernão Dias, em 1683, o monarca nomeou Garcia Rodrigues no posto de *capitão-mor da entrada e descobrimento e administrador das minas de esmeraldas*⁶².

2.2.1. A descoberta ou revelação das minas de ouro

Nas duas últimas décadas do século Dezesete, um conjunto de condições interna e externa à Colônia desencadearia a descoberta e estimularia a exploração regular do ouro. Na América Portuguesa manifestou-se a maior crise do período colonial até então. Ferlini (1988, p.79) enfatizou que o preço do açúcar caiu a partir de 1660 e "a década de 1680 representou, para Portugal e suas colônias, o ponto mais baixo de depressão econômica". De acordo com Schwartz (1988), em 1630, cerca de 80% do açúcar vendido em Londres provinha do Brasil. Em 1690, o percentual reduziu para menos de 10%. O Brasil passava por uma profunda crise devido ao acirramento da concorrência da sua produção açucareira com as colônias holandesas, francesas e inglesas.

⁶¹ Prova da prática paulista de implantação de roças para o sustento das expedições foi a certidão, emitida em 1681 pelo administrador Dom Rodrigo a Garcia Rodrigues, na qual consta que no pouso do Sumidouro havia "abundância de milho e feijão e princípio de mandioca, como também criação de porcos (SANTOS, 2004, p.78)". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.19, p.13, 1921.

⁶² Em 1683, o rei ainda enviou carta ao Governador do Rio de Janeiro, Conde de Valadares, comunicando a provisão de Garcia Rodrigues no posto citado e solicitou que desse a este sertanista "toda ajuda e favor" no descobrimento das minas de esmeraldas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.7, n.1/2, p.33-34, 1902. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p. 277, 1913.

O historiador Furtado (1977, p.48) destacou que da redução do efeito dinâmico do estímulo externo, a economia açucareira entrou numa “etapa de relativa prostração”, notavelmente após a expulsão dos holandeses. De uma situação altamente favorável passou-se para outra de rentabilidade relativamente baixa. A metrópole portuguesa apresentava um déficit elevado na balança de pagamentos, aprofundado pela crise de 1670-1692, fatores que impulsionavam a busca de novas alternativas econômicas. O imaginário da serra de Sabarabuçu, na concepção dos portugueses rica em prata, era a promessa de um novo Potosí e havia se espalhado pela Europa desde o final da década de 1680, quando foi divulgada nos mapas de Gio Giacomo de Rossi (*América Meridional*, 1687) e Vincenzo Maria Coronelli (*América Meridional*, 1692).

Na Capitania de São Vicente, um conjunto de condições geográficas, analisadas anteriormente como a localização da vila de São Paulo e do vale do Paraíba na “boca” do sertão e o conhecimento pormenorizado deste espaço devido às constantes entradas para capturar índios, colocavam os paulistas em condição de privilégio nas frentes de entrada para o interior. Segundo Holanda (2001), existiam lavras auríferas na capitania, particularmente em Paranaíba, Curitiba e Paranaguá, apesar de modestas, pois, em 1681, de acordo com Franco (2007), os quintos cobrados na última área citada, a mais rentável, orçaram apenas 6.038 oitavas e rapidamente decresceram, visto que nove anos mais tarde foram pagos somente 1.279 oitavas (valor que ainda agregava as lavras de Ribeira ou Iguape). O somatório da experiência e a queda na importância da mineração de ouro na capitania motivaram pessoas práticas na atividade aurífera a se deslocarem para os sertões em busca de novas áreas para exploração do metal.

O marco temporal dos primeiros descobertos auríferos na zona central da futura Capitania de Minas Gerais é provavelmente anterior ao registrado nos documentos (duas últimas décadas do século XVII), pois, boa parte do interior onde existiam as riquezas havia sido palmilhada pelos paulistas após a fundação da vila de São Paulo, ocorrida em meados do Quinhentos. Por motivos diversos como longa distância, fuga de mão-de-obra cativa, extorsões dos ministros de El Rei, carência de mantimentos etc houve dificuldade em garantir a exploração regular das minas. Os três primeiros fatores citados foram confirmados por um ex-governador da Capitania do Rio de Janeiro, que deixou o seguinte relato no princípio do século XVIII:

[Os paulistas], marchando muitas léguas [da costa com o intuito de capturar índios para mão-de-obra], mostrou-lhes a experiência nas escaruas (sic) das águas do inverno grãos de ouro, que despertou a diligência, com que conheceram haver em toda a terra de cem léguas daquela costa o ouro das minas sobreditas; e a distância em que o descobriram de suas povoações e a fuga dos índios naturais por causa do cativoiro os impossibilitaram ao logro de sua ambição e, ainda os mais poderosos, experimentando despesas e dificuldades ajudadas das extorsões de alguns ministros de Sua Majestade, desistiram da lavoura dessas minas, ocupando-se das que possuíam de gado, trigo e algodão⁶³.

Havia vários indícios da circulação de ouro em São Paulo antes da data oficial do descobrimento, ocorrido em 1694 quando Carlos Pedroso da Silveira avisou o governador do Rio de Janeiro, Sebastião Castro Caldas. Monteiro (2001) citou o caso do inventário do comerciante português Gonçalo Lopes, falecido em 1689, que deixou um espólio superior a 12 contos de réis, incluindo mais de 6 contos em dinheiro amodado e 207 oitavas de ouro em pó. O comerciante, antes de falecer, foi citado num atestado da Câmara Municipal de Paranaíba como um dos principais credores de Fernão Dias Paes.

O governador Antônio Pais de Sande, em uma carta escrita ao rei em 1692, revelou que os paulistas se esforçavam em “ocultar os tesouros”: eram “adversíssimos a todo ato servil”, preferindo viver, ainda que pobres, com autonomia. Liberdade e oposição à autoridade externa eram características dos homens do planalto e eles tinham em mente que a revelação do ouro descoberto atrairia para aqueles sertões o braço normatizador e tributador do Estado português. Por essa via interpretativa, aqueles vassallos “rebeldes”, após a descoberta das primeiras pintas de ouro, procuraram ocultar as informações sobre a localização das riquezas para não atrair os interesses da metrópole e ainda comprometer a rentável atividade de captura de “gentio”. Nas palavras do governador, para dissolver a mágoa que os paulistas tinham de perder autoridade era preciso adotar três medidas: a) oferecer-lhes honras e mercês; b) convencê-los de que mesmo após o descobrimento e a manifestação das minas eles que iriam governar a sua pátria; c) e garantir-lhes que a utilidade das minas seria beneficiária a eles próprios⁶⁴.

⁶³ De acordo com Andrade (2008, p.338), o descobrimento das minas de ouro foi a *manifestação do descobrimento*. O autor destacou que esse episódio não aconteceu espontaneamente, mas foi construído a partir de uma negociação entre a Coroa e os “homens coloniais” mais poderosos, ou seja, uma “política de dominação e de exploração colonial do Estado português através de um enquadramento político das ações de descobrimento que visava o controle sociopolítico das fronteiras”. INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.163, 1935.

⁶⁴ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p. 283-284, 1913.

Na proposta de concessão de honras e mercês, Cartas Régias, expedidas em vários anos (1690, 1693, 1697, 1698 etc), continuaram a expor o interesse Real em distribuir títulos honoríficos aos moradores de São Paulo e de demais capitanias que se empregassem no descobrimento das minas de ouro e prata do sertão⁶⁵. Por exemplo, na Carta Régia de 1693, D. Pedro II prometeu o foro de fidalgos e de cavaleiros fidalgos, os hábitos das três ordens militares, além de rendimentos e outras graças aos paulistas. Também ordenou ao governador Antônio Pais de Sande que persuadissem aqueles homens na empresa do descobrimento e que destacasse a importância e as utilidades das honras, das riquezas e do enobrecimento das famílias. O administrador supremo entendia que “só por este meio” seria possível “conseguir o descobrimento das minas⁶⁶”.

No dia 18 de março de 1694, segundo Figueiredo (2011, p. 115-117), D. Pedro II expediu uma resolução curta, de um parágrafo, que marcaria a história da futura Capitania das Minas Gerais. Na ordem, o ponto mais importante afirmava que caso uma mina rica fosse descoberta, ela pertenceria ao descobridor, com a obrigação do pagamento do quinto. Essa normativa alterava o cerne da legislação mineral portuguesa que há mais de 200 anos postulava a propriedade da Coroa sobre as riquezas minerais. Entretanto, de acordo com o autor citado, a promessa de beneficiar os descobridores com a posse definitiva da mina era generosa, mas, mais que isso, era falsa. Então, de maneira repentina, nos últimos anos do século Dezessete os paulistas começaram a encontrar [ou seria revelar?] ouro no sertão.

Os documentos históricos convergem em apontar a penúltima e, principalmente, a última década do século XVII como a época dos primeiros “descobertos” ou manifestos auríferos, mas, divergem na apresentação dos lugares e dos sertanistas responsáveis pelos feitos. Vejamos alguns. O mestre de campo José Rebelo Perdigão, um dos primeiros habitantes das Minas, passou uma informação ao padre Diogo Soares. Nela, consta que os primeiros achados de ouro foram devidos a companheiros de Fernão Dias Paes na jornada de Sabarabuçu (1674-1681), em particular a um sertanista chamado Duarte Lopes, o qual, fazendo experiências nas areias de um ribeirão que deságua no Guarapiranga (talvez o do

⁶⁵ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.13, p.526, 1909.

⁶⁶ Quando o governador Antônio Pais de Sande retirou-se do trono por motivo de doença foi nomeado para o cargo Arthur de Sá e Menezes. “Por Carta Régia de 1695 foi lhe ordenado que passasse aos descobrimentos das minas do Sul” para examinar as jazidas de ouro e de prata do Sabarabuçu em São Vicente e São Paulo e executar o que se havia encarregado a Antônio Pais de Sande, “praticando com os paulistas beneméritos as mesmas honras, mercês, hábitos e foros de fidalgos contidos na Real instrução”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.7, n.1/2, p.40, 1902. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p. 293-294, 1913.

Carmo, Gualaxo do Norte ou do Sul, os quais atravessam parte do atual município de Mariana), tirou ouro em sua bateia⁶⁷.

O vigário João de Faria, que esteve no sertão de São Paulo por volta da década de 1690, apresentou um *roteiro das minas de ouro*, transcrito em Derby (1901, p.266-269). O padre contou que ele e outros parentes encontraram “pinta muito boa e geral de ouro de lavagem” no rio Sapucaí (atual Sul de Minas), localizado nos “campos defronte da vila de Taubaté”. Para alcançá-los, era preciso descer de Taubaté para Guaratinguetá e tomar a “estrada Real [ou Geral] do Sertão” para a “parte do Norte sobre o monte da Mantiqueira” em “dez dias de jornada” (trajeto percorrido pelas expedições já citadas que partiam de São Paulo pelo vale do rio Paraíba do Sul). Nos morros de Ibitipoca e de Baependi, o vigário também descobriu “umas serras escalvadas”, com “minas de cristais finos” e “muitas experiências que se têm feito”, mas ainda não descobertas “por falta de mineiros⁶⁸”.

No depoimento do padre Andreoni, escrito em 1711, consta que “há poucos anos” começaram a ser exploradas as “minas gerais dos *Cataguás*” e o primeiro descobridor foi um mulato que tinha experiência de lavra de ouro nas minas de Paranaguá e Curitiba. De acordo com o padre, *o mulato se dirigiu “ao sertão com uns paulistas a buscar índios”* e chegou ao “serro do Tripuí” (arredores da atual cidade de Ouro Preto). Aí, nas proximidades de um ribeiro, desceu às suas margens e posicionou “a gamela na ribanceira para tomar água”, quando percebeu a existência de “granitos cor de aço”. O mulato e os companheiros não “souberam conhecer e estimar o que haviam achado tão facilmente”. As amostras foram levadas para a vila de Taubaté, onde algumas foram vendidas, até que se resolveu mandá-las ao governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, que decidiu enviá-las para exame por pessoas práticas, as quais concluíram ser “ouro finíssimo (ANTONIL, 1982, p.75)”.

O juiz Luís José Ferreira de Gouveia também escreveu, em 1750, uma informação sobre o princípio das Minas. Ele salientou que em 1691 a bandeira dos capitães Francisco Rodrigues de Sirigueio e Antônio Pires Rodovalho chegaram ao rio de Guarapiranga (hoje chamado Piranga, principal formador do rio Doce quando

⁶⁷ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.69, n.1, p.277-281, 1908.

⁶⁸ De acordo com Derby (1901, p.270), quando o governador geral, em 1694, se dirigiu às câmaras de São Paulo, São Vicente e Santos, ordenando a construção de uma nova fortaleza na última, provavelmente, ele procurou garantir a defesa dos descobertos do Sapucaí, pois, nas palavras do próprio administrador real, era “tão grande a fama do muito ouro que de novo se tem descoberto” que poderia a última vila citada “excitar o desejo de alguma nação inimiga e ainda de alguns corsantes ou piratas”.

encontra as águas do ribeirão do Carmo). Às margens do primeiro curso d'água citado, os sertanistas arrancharam em uma capoeira do “gentio” e descobriram ouro em um córrego que faz barra no rio Piranga (atualmente denominado ribeirão da Sirigueia, onde se localiza o povoado de nome análogo). Após dois anos, uma légua abaixo, os exploradores “fizeram roças e, ao mesmo tempo, descobriram ouro em outro córrego”, o das Almas, também afluente do rio Piranga. Então, “formaram um arraialzinho, o de Guarapiranga, e foram trabalhando neste córrego (MATOSO, 1999, p.255-261)”.

O paulista Bento Fernandes Furtado de Mendonça, um dos moradores mais antigos das Minas, deixou uma importante memória sobre os primeiros descobrimentos de ouro, escrita em 1750. De acordo com o sertanista, por volta de 1693, o bandeirante Antônio Rodrigues Arzão, “homem sertanejo, *conquistador do gentio dos sertões da Casa da Casca*”, e outros cinquenta, naturais das vilas de “Serra Acima”, chegaram à Itaverava, de onde avistaram os picos agudos da serra de Arrepiados, hoje conhecida por serra do Brigadeiro (Figura 12). Os bandeirantes desceram o rio Guarapiranga e se depararam com alguns índios *Puris*, os quais lhes deram notícias de um rico manancial, o da Casca, originário na serra referida. Ao chegarem à paragem da Casa da Casca, os sertanistas ficaram “aquartelados alguns anos”, de onde fizeram “entradas e assaltos ao gentio mais para o centro do sertão”. Observando “por aquelas veredas alguns ribeiros com disposição de ter ouro, pela experiência que havia das primeiras minas que se tinham descoberto em São Paulo, Curitiba e Paranaguá”, Arzão “juntou três oitavas⁶⁹”.

A comitiva estava “*sem ferramenta alguma de minerar*”, prova de que tinha ido ao sertão da Casa da Casca mais para prear índios do que para pesquisar recursos minerais. Na diligência, quase todos os membros da expedição desapareceram, mortos pelas febres, cansaço e combates com os índios. Arzão e os sobreviventes romperam o sertão pelo lado do rio Doce em direção à Capitania do Espírito Santo, aonde chegaram, “escapando de grandes perigos do gentio, fomes e esterilidades”. A câmara da vila dessa capitania tinha por ordem Real que semelhantes conquistadores fossem socorridos com aquilo de que necessitassem.

⁶⁹ De acordo com Cláudio Manoel da Costa (1897, p.11), “dos sertões penetrados era o mais notável o da Casa da Casca, nome que se deu a uma aldeia sobre as costas do rio Doce”. Este sertão se localizava na atual Serra do Brigadeiro, formação rochosa que se estende por vários municípios da atual Zona da Mata, entre eles, os de Araponga e Fervedouro. Em 1750, conforme Bento Fernandes Furtado, o sertão da Casa da Casca ainda estava por descobrir. O motivo principal era o entrave formado por “bravos e orgulhosíssimos gentios”, os quais impediam “várias diligências” feitas pelos bandeirantes (MATOSO, 1999, p.170). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.6, n.3/4, p.780, 1901.

Mas, o sertanista chefe morreu e não pôde retornar ao local explorado (MATOSO, 1999, p.170)⁷⁰.

Figura 12 - Serra do Brigadeiro, Araponga (MG)



Autor: Patrício A. S. Carneiro (2011).

O cunhado de Antônio Rodrigues Arzão, Bartolomeu Bueno Siqueira, acompanhado de outros poderosos (Miguel de Almeida, Antônio de Almeida etc), deu prosseguimento à diligência. Em 1697, eles se dirigiram à Casa da Casca e romperam os campos e os matos gerais, servindo-lhes de balizas os picos de algumas serras, principais referências na penetração das densíssimas florestas. Da serra da Mantiqueira aos Campos Gerais, o *caminho do sertão* era conhecido, pois havia sido palmilhado por diversas expedições. Os sertanistas não chegaram ao destino pretendido, pois “acharam amostras de ouro” na povoação hoje chamada Itaverava, limite dos campos com os matos. Esta paragem, além de ser conhecida pelos bandeirantes, que avistavam os seus montes da serra das Taipas (atual serra de Camapuã, município de Entre Rios de Minas), era o ponto privilegiado de entrada nos sertões da Casa da Casca (alto vale do rio Doce), lugar explorado por diversos sertanistas com o intuito de prear índios⁷¹.

⁷⁰ Para Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (1807), as três oitavas de ouro juntadas por Arzão foram “as primeiras de que se” achou “nos registros da cidade de São Paulo, descobertas nas Gerais”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.6, n.3/4, p.780, 1901.

⁷¹ Na memória escrita pelo mestre de campo José Rebello Perdigão, um dos primeiros moradores das Minas, a entrada de Bartolomeu Bueno fez “suas primeiras experiências” na serra de Itaverava. Nela, “descobriram o primeiro ouro”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.7, n.1/2, p.34-35, 1902. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.69, n.1, p.278, 1908.

A expedição de Bartolomeu Bueno instalou uma feitoria na Itaverava e plantou “um alqueire de milho” para auxiliar novas investidas nos matos dos arredores e na Casa da Casca. Mas, este sertão “era muito agro e falto de víveres silvestres, por serem tudo matos e aspérrimas brenhas, e falto do mais favorável gênero de caças”, que pelos “campos eram mais abundantes do que pelos sertões de matos incultos montanhosos e penhascosos”. Então, os sertanistas resolveram se retirar para os vales dos rios das Velhas e Paraopeba e, com isso, ainda esperar o tempo necessário para madurar a sementeira de milho que haviam plantado.

Após a estação desfavorável das águas, chegou o tempo em que os mantimentos estavam em condições de colheita. Os sertanistas retornaram à Itaverava “*para fazerem mais experiências no mesmo lugar e continuar a diligência principal, que era a da Casa da Casca*”, portanto, caça e captura do “gentio”. Em 1698, eles realizaram novas experiências e “achando ouro com mais conta” plantaram novas roças e avisaram a seus parentes e amigos de São Paulo e de outras vilas para que viessem estabelecer nas minas e ampliar os descobrimentos (MATOSO, 1999, p.171).

Nos últimos anos do século Dezessete, os paulistas Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, Miguel Garcia Velho e outros saíram de São Paulo e das vilas do vale do Paraíba. De acordo com a informação deixada por Bento Fernandes Furtado, todos eram “*conquistadores dos mesmos gentios*” da Casa da Casca e se encaminharam à paragem da Itaverava, “*onde os descobridores estavam com bastantes gentios que traziam conquistados de outras partes do mesmo sertão do Cuieté e rio Doce*”. Ainda conforme o relator da memória, “*deu-se a busca ao ouro, que havia a pouca experiência e menos agilidade daquele tempo extraído entre os intervalos do divertimento da caça e outros empregos necessários aos sertanejos para o alimento e conservação da vida*” (MATOSO, 1999, p.171).

O próprio sertanista e filho do bandeirante Salvador Fernandes Furtado de Mendonça deixou claro que o objetivo central das diligências era a captura de índios. Não fosse essa a finalidade principal das expedições porque, segundo o depoimento de Cláudio Manoel da Costa (1897, p.12-13), os bandeirantes mencionados “*não tinham instrumentos para a laboração mineral?*” O poeta assinalou que os sertanistas “apenas se contentavam com o pouco [de ouro] que podiam apurar em pequenos pratos de pau ou estanho, servindo-lhes os mesmos paus” agudos para “cavar a terra” e revolver os cascalhos. Mas, numa dessas diligências na Itaverava, os aventureiros da comitiva de Salvador Fernandes Furtado,

[...] na barra de um córrego, à flor do cascalho que convidava a experiência, aguçando cavadeiras de pau e lavando em pratos de estanho as areias, colheram ainda assim faíscas, as mais belas do precioso metal, e que excederam a toda expectativa pelo deslumbrante da cor e tamanho dos granitos (VASCONCELOS, 1904, p.96)⁷².

O sertanista Miguel Garcia, de posse do ouro descoberto por Salvador Furtado na Itaverava, partiu para a vila de Taubaté. Carlos Pedroso da Silveira, “achando a novidade” do “descobrimento” e “havendo a si as ditas doze oitavas”, marchou para o Rio de Janeiro, “dando conta delas e do novo descobrimento” ao governador Sebastião de Castro Caldas. A amostra aurífera minerada pelos aventureiros da comitiva de Salvador Fernandes e Miguel Garcia foi a primeira declarada a público, na forma do *Regimento das Minas*. O manifesto não era propriamente do ouro, mas do ribeiro que possuía o metal. Carlos Silveira foi premiado com a patente de capitão-mor da vila de Taubaté e nomeado provedor dos quintos, com ordem para assentar casa de fundição na vila citada, “por ser [uma] das primeiras onde desembocava” o “caminho que vinha do sertão da situação das minas”, ou seja, o *Caminho Geral do Sertão* (MATOSO, 1999, p.172)⁷³.

Na feitoria da Itaverava reuniram-se as bandeiras de Bartolomeu Bueno Siqueira e Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. O leste já havia sido percorrido pela diligência de Antônio Rodrigues Arzão quando o sertanista partiu para a Casa da Casca. O sul fora trilhado por diversas expedições que da Mantiqueira atingiam os campos gerais. Então, restavam para explorar as direções norte e oeste. Na opinião de Vasconcelos (1904, p.91 e 99), a bandeira de Bueno Siqueira se dirigiu para o oeste e chegou às minas de Pitangui e ao rio das Velhas. A de Salvador Fernandes se encaminhou para o norte e subindo e descendo montes chegou ao ribeirão do Tripuí (*água de fundo sujo*, por correr num leito de pedras e areias negras) cuja serra é formada por um grupo de penhascos, entre os quais se distingue uma formação rochosa que os índios e os sertanistas conheciam pelo

⁷² O sertanista Salvador Fernandes Furtado, que havia minerado doze oitavas de ouro, trocou-as por duas índias (Aurora e Célia) das mais belas de Miguel Garcia. A primeira é personagem principal do *Canto Segundo* do Poema *Vila Rica* de Cláudio Manoel da Costa (1897, p.9). Esse acontecimento demonstra o peso da escravização dos índios nas diligências no sertão, ainda que nessas entradas fossem descobertos veios auríferos.

⁷³ A casa de fundição de Taubaté foi a primeira estrutura territorial fiscal instalada em ponto estratégico para cobrar os impostos sobre o ouro dos bandeirantes que voltavam do sertão. Sua implantação na “boca” do sertão decorreu do artigo 53 do *Regimento das Minas do Brasil* (1603), o qual previa a instalação de uma casa para que todo o metal extraído (ouro e prata) fosse marcado com as Armas Reais. Segundo Renger (2006, p.97), em 1704, o posto fiscal foi transferido para Parati, pois não foi possível subir a serra do Mar com o chamado *balancim*, prensa utilizada para aplicar as armas reais nas barras de ouro.

nome *Itacolomi* (*ita* = pedra, *columi* = filho), ou seja, *pedra menino*, porque existe uma rocha isolada, pequena, mas de destaque, junto à elevação mais alta, dando a impressão de mãe e filho (Figura 13). O pico do Itacolomi, avistado de diversos lugares vizinhos frequentados várias vezes pelos bandeirantes, se tornou o marco de orientação para atingir o Tripuí, um vale rochoso profundo, caracterizado por serras fragosas cobertas de campos e florestas, ribanceiras, margens de ribeiros e montes cravados de blocos de minério cor de aço. Foi nesses arredores que Salvador Fernandes descobriu o famoso ribeirão aurífero do Carmo.

Figura 13 - Pico do Itacolomi, Ouro Preto (MG)



Autor: Patrício A. S. Carneiro (2006).

Nos últimos anos do século Dezesete e nos primeiros do Dezoito, novas minas de ouro foram descobertas nos divisores das bacias dos rios São Francisco e Doce e na do rio Grande, como as do rio Gualaxo do Sul, na serra de Itatiaia, as do morro de Ouro Preto, as do rio das Mortes, as do Caeté, do Brumado, do Sumidouro, de Ouro Branco etc. Nos aluviões do rio das Velhas, o paulista Borba Gato revelou ricas jazidas do metal precioso. Apesar do possível envolvimento desse paulista no assassinato do fidalgo espanhol Dom Rodrigo de Castelo Branco, ele não foi punido, já que a revelação de minas de ouro era a melhor defesa e importava em sentença absolutória dos maiores crimes. Tal foi a fama das minas descobertas ou reveladas e de outras que iam sendo encontradas que, em 1696, o

governador Arthur de Sá e Menezes, segundo Franco (2007, p.61), avisou ao rei D. Pedro II que era “um nunca acabar de riquezas”.

No novo contexto, um aspecto chama atenção: antes das cartas régias emitidas nas últimas décadas do século Dezesete, os paulistas sempre foram citados como *insolentes, régulos, maus vassalos e adversíssimos a todo ato servil*. No bojo dos incentivos e das ordens emitidas pela Coroa para que eles se empregassem na tarefa do descobrimento das minas e, particularmente após as notícias dos primeiros achados de ouro no sertão, mudou-se o desdenho para exaltação. Em benefício do rendimento da Real Fazenda, o rei e os administradores coloniais, sábios da aptidão dos paulistas em se embrenharem durante anos pelo sertão, passaram a tratá-los como *briosos, valentes, animosos vassalos, ambiciosos de honra e corajosos*. Em 1693, o governador Antônio Pais de Sande empregou alguns desses termos para se referir aos homens de “Serra Acima”.

Uma questão merece maior investigação: até que ponto os interesses privados e o incentivo oficial provocaram mudanças nas características das bandeiras, que passaram a se preocupar, especialmente, com a descoberta de jazidas minerais, em que pese o fato de continuarem a apresar indígenas? Sabe-se que até por volta do final do século Dezesete, época dos primeiros descobertos auríferos, as expedições, não obstante encontrarem amostras de ouro, ainda partiam, sobretudo, com o objetivo de prear índios, especialmente os do sertão da Casa da Casca. Isso é confirmado por diversos relatos históricos⁷⁴.

⁷⁴ Para Antonil (1982, p.75), o propalado discurso da presença de riquezas minerais no interior do Brasil foi constante desde o princípio do “descobrimento”, mas “houvera sempre bastante descuido de descobri-las e de se aproveitar delas” porque “o gênio de buscar índios nos matos desviou” os paulistas “desta diligência menos escrupulosa e mais útil”. Para João Leme do Prado, que escreveu por volta da primeira metade do século XVIII, os sertanistas eram “mais cobiçosos do gentio do que de ouro (TAUNAY, 1981, p.211)”. Bento Fernandes Furtado, em memória sobre os primeiros descobrimentos das minas no *códice Matoso*, enfatizou em 1750 que a “busca do ouro” era feita com “pouca experiência e menos agilidade”, geralmente “extraído entre os intervalos do divertimento da caça e outros empregos necessários aos sertanejos para o alimento e conservação da vida”. Também no *códice* citado, um narrador anônimo das *Notícias do que ouvi sobre o princípio destas Minas* salientou que os paulistas percorriam os leitos dos rios, os campos e as serras para “apanharem gentios para se utilizarem deles e repartirem entre todos o número deles”. Outro autor anônimo escreveu que quando os paulistas chegaram ao sertão do rio das Mortes encontraram uma aldeia dos índios *Cataguases* e “prenderam muito gentio”. Não obstante os cativos perguntarem por que os perseguiam e ainda mostrarem o “ouro no capim, em folhetas, e outro, como grãos de munição”, os sertanistas “nunca deixaram de os prender (MATOSO, 1999, p. 171, 217 e 218)”. Isto porque, segundo a visão de um jesuíta português que visitou a vila de São Paulo em 1700, os moradores desse povoado estavam “tão firmes” na concepção de que os índios “eram cativos” e “ainda que o Padre Eterno viesse do céu com um Cristo crucificado nas mãos, a pregar-lhes que eram livres os índios, não haveriam de crer nessa ideia (MONTEIRO, 2008, p.2)”. Também para autores como Cláudio Manoel da Costa, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e Monsenhor José de Souza Azevedo e Araújo Pizarro, não há controvérsias de que o primeiro objeto dos conquistadores

É possível que os bandeirantes se utilizassem das pretensões da Coroa, que incentivava a pesquisa de recursos minerais com promessas de enriquecimento econômico e projeção política e social pelas honras e mercês asseveradas, para justificar entradas que tinham como intenção a costumeira e rendosa escravização do “gentio”. E se, por algum tempo, os sertanistas passaram por despercebidos ou deram pouca importância ao ouro de aluvião foi porque sonhavam com formidáveis tesouros de prata como os do Potosí peruano ou estavam acostumados à vida liberta, sem intervenção direta do controle da Coroa, que poderia estender os tentáculos do Estado caso as riquezas minerais fossem reveladas.

As tribos indígenas foram tão marcantes na vida cotidiana dos paulistas e das bandeiras que os locais dos primeiros veios auríferos de grande rendimento descobertos no sertão foram designados por *Minas dos Cataguases*, *Cataguá* ou *Cataguás*⁷⁵. O termo *Cataguases*, de acordo com Buzatti (1991, p.257), significa “habitante do mato ralo ou do cerrado”, associação confirmada por Garcia Rodrigues que, em 1682, fez menção aos “campos gerais dos *Cataguás*”, tribo que habitava as áreas de vegetação campestre no sul e no centro do atual Estado de Minas Gerais. Este grupo indígena se encontrava disperso por vários locais onde ocorriam as jazidas de ouro. Mas, possivelmente, o termo não designava apenas uma nação de “gentio”, mas várias, como se subentende a partir da análise do caso dos índios “*Cataguases*” cativados pelos paulistas no distrito do rio das Mortes (MATOSO, 1999, p.218). Neste relato, consta que os sertanistas prenderam muito “gentio do beijo e orelhas furadas”, ou seja, índios *Botocudos* se considerarmos a descrição e cruzá-la com as informações deixadas por viajantes no século XIX⁷⁶.

de São Paulo foi o cativo dos índios. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.6, n.3/4, p.779, 1901. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.13, p.524, 1909.

⁷⁵ Em 1695, por exemplo, Carta Régia, citada por Derby (1901, p.270-271), mencionou o descobrimento de umas “novas minas chamadas *Cataguases*” no “sertão da vila de Taubaté”, distantes duzentas léguas das de Paranaguá, motivo pelo qual o rei resolveu prover Carlos Pedroso da Silveira e Bartholomeu Bueno de Siqueira nos cargos de oficiais dos novos achados. Em 1698, o governador Arthur de Sá e Menezes relatou que “as minas de Taubaté” eram “chamadas dos *Cataguases*”, distantes cem léguas da vila citada, cujo ouro era “excelentíssimo” e os ribeiros de “grandíssimo valimento”. Ainda no último ano citado, Camargo Pimentel recebeu o título de *guarda-mor das minas do sertão de Cataguases*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p.331-332, 1913.

⁷⁶ Durante o período colonial, na zona de ocorrência dos índios *Cataguases*, lócus das primeiras minas de ouro encontradas, figurou o arraial do “Cataúá” (atual cidade de Lagoa Dourada). Neste município, localizado no centro-sul do Estado de Minas Gerais, ainda se encontra erguida a famosa fazenda dos Cataguases, hoje conhecida como do Engenho (Figura 14). O interior abriga um rico acervo de utensílios indígenas dos séculos XVIII e XIX e a arquitetura se assemelha mais a uma fortaleza (cercada de grandes muros de pedra), provavelmente por causa da necessidade de defesa frente aos constantes embates com as tribos da área. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.19, p.16, 1921.

Figura 14 - Fazenda do Engenho ou dos Cataguases, Lagoa Dourada (MG)



Autor: Patrício A. S. Carneiro (2011).

O trecho entre a atual região do *campo das vertentes* e a borda extremo-sul da serra do Espinhaço, passando por Piranga, Itaverava e Ouro Preto, é o berço das *minas dos Cataguases*. Já a famosa serra de Sabarabuçu (hoje da Piedade) se encontra entre as localidades atuais de Sabará e Caeté, onde o ouro foi descoberto pouco mais tarde (1699). Antonil (1982, p.75-76), por exemplo, relatou que “além das minas gerais dos *Cataguás*” descobriram-se “várias outras por paulistas no rio que chamam das Velhas” e “a principal” era a do “serro de Sabarabuçu”. O jesuíta fez uma diferenciação entre as “minas novas”, chamadas do “Caeté” ou de Sabarabuçu, e as dos “*Cataguases*”. Estas eram mais antigas, pois, segundo relato anônimo, datado de 1750, após a repartição das minas do ribeirão do Carmo, Ouro Preto, Antônio Dias e Padre Faria, a população se dirigiu ao “Sabarabuçu”, onde surgiria o distrito de Sabará (MATOSO, 1999, p.245).

O termo *Sabarabuçu*, após os primeiros descobertos, passou a figurar em alguns documentos como *Itaveravuçu* ou *Itaberabuçu*, expressão indígena que significa *pedra reluzente* ou *serra resplandecente*. A terminologia *Itaberabuçu*, segundo Derby (1901), estava na moda entre os sertanistas paulistas durante o final do Seiscentos e, talvez, até seja uma corruptela de *Sabarabuçu*. Caso esta interpretação esteja correta, o *Sabarabuçu* ou *Itaberabuçu* referenciava, então, a feição já descrita da serra da Piedade, situada na divisa das bacias de alguns afluentes da margem esquerda do rio Doce com o das Velhas. Por outro lado, se a

suposição estiver equivocada, o *Itaberabuçu* sinalizava outra forma topográfica ou afloramento rochoso próximo a algum dos locais dos primeiros achados auríferos, as *minas dos Cataguases*, encontradas na alta bacia do rio Doce⁷⁷. O *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brasil*, de autoria anônima, destacado na Figura 15, apresenta uma síntese de algumas informações geográficas acumuladas pelas entradas e bandeiras ao longo dos séculos XVI e XVII⁷⁸.

A cartografia em análise retrata a ligação das minas com o Rio de Janeiro, assinalada pelo “Caminho do Garcia Rodrigues para as Minas” e pelo Caminho Velho de Parati, a feitoria do “Sumidouro”, construída por Fernão Dias Paes na margem esquerda do rio das Velhas etc. A representação fiel da drenagem do rio São Francisco, com sua grande curvatura para leste, prova o amplo conhecimento desse curso d’água pelo menos desde a segunda metade do século XVII. Em 1698, por exemplo, uma consulta do Conselho Ultramarino, citada em Carrara (2007a, p.578), mencionou que o rio São Francisco “já estava descoberto de uma e outra banda [e] povoado”.

Os inúmeros pontos vermelhos, localizados após a barra do rio das Velhas, sinalizam a presença de várias fazendas de gado, as quais aparecem nas duas margens do São Francisco e em alguns dos seus afluentes como o Paracatu, Verde Grande etc, muitas delas com a indicação do nome do proprietário. Do rio das Velhas ao Carinhanha, segundo Renger (2007, p.113-114), existe um espaçamento médio em torno de três léguas entre cada fazenda, prova irrefutável da ocupação do norte e partes do noroeste e nordeste de Minas por paulistas e baianos antes da descoberta do ouro⁷⁹.

⁷⁷ Na alta bacia do rio Doce há relevos de referência na paisagem regional, associados a nascentes de importantes rios auríferos, como a serra de Ouro Branco (divisor entre as bacias do Doce e São Francisco), a do Itatiaia (nascente do rio Gualaxo do Sul), a do Itacolomi (nascente do ribeirão do Carmo), a do Caraça (nascente do rio Santa Bárbara), entre outros. Todos, juntamente com a serra da Moeda (bacia do rio Paraopeba, afluente do São Francisco), possuíram importância significativa durante os primeiros descobrimentos de ouro.

⁷⁸ Esse mapa, depositado no Arquivo Histórico do Exército, é uma cópia, com algumas modificações, do original confeccionado pelo Padre Cocleo (1628-1710). Do mapa deste pároco, talvez a primeira representação cartográfica das minas do Sertão de São Paulo e dos Currais do São Francisco, não se tem notícia, mas acredita-se que foi publicado por volta de 1700. Essa informação parece ser procedente, pois há menção ao descobrimento de minas no ano de 1699 no rio Paraopeba e, apesar de já estarem assinaladas as vilas Rica e do Rio das Contas, respectivamente criadas em 1711 e 1724 (atualizações em relação ao original), não consta a vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas (Capitania de Porto Seguro), ereta por Alvará Real de 1701. Agradeço a Renger (2007), responsável pelas primeiras interpretações desse mapa e que me enviou fragmentos do mesmo.

⁷⁹ Do sul para o norte, os paulistas buscavam as cabeceiras do rio São Francisco. Do norte para o sul, os criadores de gado baianos e pernambucanos se expandiram pelas margens do rio citado. Na margem esquerda, jurisdição dos pernambucanos, estes se estabeleceram com rebanhos até os rios Carinhanha e Paracatu. Na margem direita, jurisdição dos baianos, estes alcançaram o rio das

Figura 15 - Mapa da maior parte da costa e sertão do Brasil



Autor: Desconhecido (17??), com informações extraídas do mapa do Padre Jacobo Cocleo (1700). Fonte: Renger (2007), com suas marcações.

No mapa em análise estão ainda representadas as “minas grandes achadas” no “ano de 1694 e 1699” nas cabeceiras dos rios “Gualaxo” e “Paraopeba”, as “minas do Sabarabuçu”, do rio das Velhas e do “rio da Peste ou Guarapiranga” (Piranga), onde se lê, “aqui há muito ouro, mas houve muita peste”. Nas nascentes dos rios “Gualaxo” e “Guarapiranga”, cartografados erroneamente como formadores do rio “Grande do Sul” (Jequitinhonha), encontram-se assinalados vários círculos, provavelmente *locus* de origem dos primeiros arraiais, também observados nas cabeceiras do rio Paraopeba, na barra do Sabará, local de confluência com o das Velhas, e nas Minas do Sabarabuçu. Os principais distritos devem corresponder às áreas de origem dos povoados de Ribeirão do Carmo e Ouro Preto, deslocados no

Velhas. Na foz deste curso d'água era onde se encontravam as últimas fazendas de gado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.5, p.279-296, 1901.

mapa e figurados entre as bacias dos rios das Velhas e Paraopeba; de Congonhas do Campo (vale do Paraopeba); de Piranga e Itaverava (vale do Guarapiranga); de Itatiaia e Ouro Branco (vale do Gualaxo); e de Caeté e Sabará (vale do rio das Velhas)⁸⁰.

O descobrimento das minas de ouro na parte central da futura Capitania das Minas e das Gerais não arrefeceu os imaginários sobre a *serra das Esmeraldas* e a *lagoa dourada*, os quais continuaram a atrair a atenção dos colonos e das autoridades metropolitanas. Em 1700, carta de Pedro Taques a Dom João de Lencastre relatava que os indícios de grandeza “dos serros e ribeiros” e a “opinião comum dos mineiros mais experimentados em minas de ouro dispostas por todo” o “sertão” indicavam que, com o tempo, as riquezas também deveriam mostrar “a continuação para a parte das esmeraldas”, que distavam das minas um mês de viagem por campinas e serras fragosas, e pela aspereza semelhante havia esperanças de muito ouro e pedras preciosas. Mas, “por falta de mineiro de profissão”, os “homens de Serra Acima” não se animavam a “trilhar aqueles desertos. Ou, de acordo com a opinião do ouvidor Caetano da Costa Matoso (1999, p.910), “sempre tiveram casos de desunião que perturbaram” os paulistas nessas descobertas⁸¹.

No final do século Dezesete, os moradores de São Paulo, por meio de carta dos oficiais da câmara, intermediada pelo governador Arthur de Sá e Menezes, solicitaram ao rei para que as terras das minas dos *Cataguases* “só fossem dadas de sesmaria aos paulistas, por serem estes os primeiros conquistadores e descobridores⁸²”. De fato, nos primeiros anos das minas, topônimos paulistas, vinculados a sobrenomes dos homens de “serra acima”, estão presentes em muitas serras e localidades, confirmando o pioneirismo dos bandeirantes no descobrimento das jazidas, um mecanismo de apropriação e conquista de porções do novo

⁸⁰ Também estão representados no mapa, entre os rios Guarapiranga e Mucuri, algumas iconografias dos principais imaginários que moveram os bandeirantes em suas entradas pelo sertão, a saber: o “Monte que resplandece” (em alguns documentos figurado como a *serra resplandecente*), a lendária “serra das Esmeraldas”, a “luituberaba” (Itaberaba ou Itaverava), a “serra dos Minerais”, o “Monte que vai ao Sol”, uma “lagoa” sem nome etc.

⁸¹ No princípio do século Dezenove (1810), José Rodrigues Betim apresentou ao Conde de Linhares um *Roteiro para se procurar a lagoa dourada*. Pela descrição, os exploradores deveriam descer o rio Jequitinhonha, passando pelas “caatingas” e depois pelas “matas verdadeiras”, até encontrarem “uma grande tromba de serra que embeíça no mesmo rio”, chamada dos Aimorés, localizada no vale do Mucuri. Neste ponto, os sertanistas deveriam abandonar o rio Jequitinhonha, plantar roça e percorrer a serra citada pela parte do nascente até encontrarem a lagoa referida. Caso descobrissem as riquezas anunciadas, a ordem era para imediatamente regressar ao rio citado, queimar a roça plantada e embarcar de volta. Mas, da expedição não se tem notícias. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.8, n.3/4, p.1077-1092, 1903.

⁸² *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p. 431-432, 1913.

território⁸³. Mas, o espaço das *minas* iria apresentar novas configurações e territorialidades devido à grande onda migratória, oriunda de Portugal e da Colônia, que invadiu o sertão de aventureiros, motivados pela notícia dos achados auríferos e ávidos pelas possibilidades de enriquecimento rápido. Migração, desordens sociais, carestia de víveres e conflitos entre paulistas e forasteiros marcam os primeiros anos na zona das minas, justificando a necessidade de interiorização do Estado metropolitano. É o que veremos no próximo capítulo.

⁸³ Tal é o caso, por exemplo, do paulista Lourenço Castanho Taques que, em 1675, partiu com uma bandeira para o sertão e enfrentou os índios *Cataguases*, deslocando-os até o chapadão dos *Araxás* em cuja área, mais ao norte, se formaria um dos núcleos urbanos do período do ouro: o arraial de Paracatu. Um conjunto de serras ao norte da cidade de Unai, próxima a Paracatu, recebeu o nome de serra do Castanho, conservando até os dias atuais.

3. MIGRAÇÃO, DISPUTAS E ORIGEM DO GOVERNO NAS MINAS

Os primeiros anos após a descoberta das minas se caracterizam por um dos maiores deslocamentos de indivíduos para um interior remoto. Pessoas de diversas condições sociais, oriundas da Colônia e de Portugal, repentinamente migraram para o sertão, movidas pela ambição da riqueza proporcionada pela extração do ouro. Várias medidas foram tomadas pela Coroa para conter o fenômeno emigratório, mas, nem os trajetos ásperos, nem a falta de mantimentos nos caminhos, em que morreram muita gente, contiveram o surto demográfico cujas consequências iniciais foram a carestia de mantimentos, a alta vertiginosa dos preços, a fome e os conflitos sociais. O rápido crescimento da população, a riqueza estratégica da área, as possibilidades de acumulação, o senso de liberdade, a ausência de justiça e de ordem “pública”, a criação de poderes paralelos, os conflitos entre paulistas e forasteiros e dos colonos com a Coroa motivaram a metrópole a implantar o Estado nas minas.

O marco inicial da interiorização do poder metropolitano na zona do ouro ocorreu quando a Coroa Portuguesa decidiu criar um governo no sertão, a *Capitania de São Paulo e Minas do Ouro*, desmembrada da do Rio de Janeiro, já que, administrativamente, a área de ocorrência do metal estava vinculada a esta jurisdição. O novo governo, instalado paulatinamente, é de natureza coercitiva, tributária e discricionária, apesar da presença das câmaras (mecanismos de “representação” da população). Estudar o contexto sócio-político que motivou a metrópole a dar os primeiros passos para sujeitar os habitantes das minas e organizar o sertão constitui objeto do presente capítulo, discussão importante para compreensão dos dois capítulos seguintes, que tratam do conjunto de políticas territoriais adotado pela Coroa para consolidar o domínio sobre a área como a abertura de caminhos, a instalação de registros fiscais, a fundação de vilas e a criação de aldeamentos indígenas.

3.1. Gênese do povoamento e escassez de alimentos

Os movimentos migratórios em direção às minas se caracterizam pelas “mais audazes aventuras de deslocamentos humanos de que há memória”, somente comparável ao que ocorrera no Oeste americano (LIMA JÚNIOR, 1978, p.32). O descobrimento das riquezas em ouro no sertão do Rio de Janeiro, a ordem para

instalação da casa de fundição em Taubaté, as possibilidades de rápido enriquecimento para os detentores de cabedal, a crise econômica na Colônia e na metrópole, entre outros fatores, estimularam paulistas, colonos e reinóis a se deslocarem para explorar o interior. De Piratininga, do Nordeste, de Portugal e da Europa, a população emigrou em massa, apresentando uma direção até então inédita: os sertões da América Portuguesa. De acordo com Prado Júnior (1977, p.39), este é um período sombrio para a agricultura litorânea que assiste ao “encerramento do seu primeiro ciclo de prosperidade”. “Terras abandonadas, engenhos em ruína” dariam lugar ao “pujante eldorado das minas”¹.

A rápida invasão migratória de indivíduos foi motivada, principalmente, pela ambição da riqueza proporcionada pela exploração do metal. Em 1698, carta de Arthur de Sá e Menezes ao rei relatou que o rush estava francamente estabelecido nas minas². Entre 1695 e 1705, a população da área atingiu a cifra de 30 mil habitantes. O governador da Repartição Sul, D. Álvaro da Silveira Albuquerque, preocupado, escreveu em 1704 ao dirigente da Bahia relatando que a cada dia se encontravam menos soldados e moradores em sua jurisdição, em virtude do “excesso com que” fugiam “para as minas”. Na Bahia, o cônego Gaspar Ribeiro enfatizou que era “tanto o excesso de gente” que entrava pelo sertão em direção às minas que “brevemente” a capitania estaria despovoada (ANASTASIA, 2005, p.30). O impulso desenfreado do fenômeno migratório foi documentado, em 1711, pelo padre Antonil (1982, p.77), que deixou a seguinte impressão:

A sede insaciável do ouro estimulou a tantos deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas que dificultosamente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nelas nesses últimos anos por largo tempo e as correram todas, dizem, que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, outras em mandar catar nos ribeiros do ouro e outras em negociar [...] Cada ano vem nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e

¹ A atividade açucareira, em crise e concentrada na faixa litorânea das Capitanias da Bahia, Pernambuco e São Vicente, sofreria um colapso vigoroso em razão do aumento nos preços dos escravos e da emigração de mão-de-obra especializada. O padre Antonil (1982, p.80), em 1711, enfatizou que os valores “tão altos e tão correntes nas minas foram causa de subirem os preços de todas as coisas” nos portos das cidades e vilas do Brasil e de “ficarem desfornechos muitos engenhos de açúcar das peças [escravos] necessárias [...], por se levarem quase todos aonde vendidos davam maior lucro”.

² *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.5, p.240-279, 1901.

plebeus, seculares e clérigos, além de religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.

Nuno Marques Pereira, na obra *Peregrino da América*, descreveu em 1728 o impacto do êxodo para as Minas: “Ide a Pernambuco, passai ao Rio de Janeiro, subi a São Paulo, entrai nesta cidade [da Bahia], correi essas vilas e seus recôncavos [e] vereis [o] quanto tem a soberba e os interesses feito notáveis destroços (LIMA JÚNIOR, 1978, p.35)”. Aos escravos africanos, vendidos por altos preços para aqueles interessados na exploração do ouro, somava-se a fuga de milhares de negros, forros, brancos e soldados. Segundo Calmon (2002), somente da praça do Rio haviam desertado para as minas cerca de 4 mil pessoas nos primeiros anos após a descoberta do metal³.

As minas de ouro eram a riqueza e o objetivo comum de paulistas e forasteiros, litorâneos e sertanejos, homens de diversas procedências e condições sociais. De Portugal, povos das mais diversas castas e regiões (Minho, Entre Douro, Trás-os-Montes e Beira) migraram, cruzando o Oceano Atlântico em busca da fortuna nos sertões indefinidos e fugindo das importunações do Santo Ofício. Fidalgos, militares, negociantes, artífices, trabalhadores do campo, entre outros, venderam tudo o que possuíam e lançaram-se à corrida do ouro. Várias tripulações das naus que aportaram na Bahia se enveredaram pelo sertão adentro em busca da riqueza.

A administração portuguesa, preocupada com o despovoamento decorrente do processo emigratório do Reino e do litoral para as minas, editou vários decretos e dispositivos legais com o intuito de freá-lo cuja frequência revela as inutilidades das ordens⁴. Em 1732, a emigração ainda persistia como problema e as medidas da

³ Pela Carta Régia de 1704 proibiu-se a passagem de escravos da Bahia para as minas, os quais deveriam ser confiscados e repartidos entre o tesouro e o denunciante. “Mas, segundo autor anônimo, “em tão vasto e deserto país era impossível guardar todas as passagens”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.7, n.1/2, p.40, 1902.

⁴ Carta Régia de 1704, por exemplo, proibiu a ida, sem licença, de “qualquer pessoa” às minas, sob pena de rigorosa prisão e degredo para Angola caso fosse soldado. Em 1720, de acordo com Carvalho (1875, p.59-61), Dom João mandou publicar na cidade de Braga (Portugal) uma lei cujo conteúdo especificava o seguinte: “não tendo sido bastantes as providências” dadas em decretos anteriores (1667, 1674, 1694, 1709, 1711, 1713 etc) “para se proibir que deste reino passe para as capitanias do Estado do Brasil a muita gente que todos os anos se ausenta dele”, principalmente da província do Minho, que “sendo a mais povoada se acha hoje em estado que não há gente necessária para a cultura das terras, nem para o serviço dos povos”, [ordeno que] “nenhuma pessoa de qualquer qualidade ou estado que seja passe às Capitanias do Brasil”, exceto as despachadas com governos, postos, cargos ou ofícios de justiça e fazenda, às quais não será permitido levar mais criados do que a cada uma competir conforme sua qualidade e emprego. A legislação ainda impunha fiscalização rígida nos navios de partida para o Brasil, os quais deveriam ser revistados, presos e deportados todos os indivíduos sem passaportes, procedimento aplicado também na chegada à América Portuguesa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.7, n.1/2, p.40, 1902.

metrópole para contê-la não alcançaram o efeito esperado. Numa consulta do Conselho Ultramarino ao rei, Antônio Rodrigues da Costa dizia que “a fama das riquezas” minerais convidava os vassalos do Reino a se deslocarem para o Brasil com o intuito de procurá-las e

[...] ainda que por uma lei se quis dar providência a esta deserção, por mil modos se vê frustrado o efeito dela, e passam para aquele Estado muitas pessoas, assim do Reino como das ilhas [...] e por este modo se despovoará o Reino, e em poucos anos virá a ter o Brasil tantos vassalos brancos como têm o mesmo Reino; e bem se deixa ver que posto numa balança o Brasil e na outra o Reino, há de pesar com grande excesso mais aquela que esta [...]⁵.

Os trajetos ásperos entre as repartições do Rio de Janeiro e São Paulo com as minas, as enchentes dos rios, as quais dificultavam o trânsito e as comunicações, sobretudo com a Bahia, e as estações chuvosas não impediram os deslocamentos. Havia possibilidades de rápida acumulação de riqueza, pois a exploração do ouro de aluvião, encontrado no fundo dos rios, era uma empresa de menor investimento de capital quando comparada ao engenho ou às grandes minas de prata no Peru e no México. Mas, a atividade aurífera não era tarefa fácil. Quando os aventureiros chegavam a um lugar de ocorrência do metal, abarracavam-se como ciganos e, pouco a pouco, iam construindo os seus ranchos, cobertos de sapé.

O poeta Cláudio Manoel da Costa (1897, p.15) relatou que “as faisqueiras eram invencíveis pela grande frialdade das águas, despenhadeiros e matos cerradíssimos” que cercavam os ribeiros de ambas as margens e só era possível minerar em torno de quatro horas por dia. Ainda segundo o autor, em razão das “brenhas, do frio, dos penhascos, bem como do terror que a natureza infundia [nos mineradores] nestes vales profundos e ásperos”, os exploradores passavam as noites no alto da serra, onde tinham o seu “arraial”, mais seguro contra surpresas e assaltos de feras ou índios⁶.

O rápido acúmulo de população oriunda da Repartição Sul, das Capitanias do Norte como Bahia e Pernambuco e da Europa, as dificuldades de transporte e a distância dos principais centros produtores trouxeram a carestia e as calamitosas

⁵ De acordo com Lima Júnior (1978, p.35-38), os livros de navegação acusam que entre 1705 e 1750 mais de dez mil pessoas, a cada ano, deixaram Portugal em direção à Colônia. Embora milhares de migrantes tenham retornado, aquele país viu transferir para o Brasil, em menos de cem anos, cerca de oitocentas mil pessoas, quase 50% da sua população, as quais povoaram as Minas Gerais, além de outras capitanias, situadas no litoral e no sul. *Revista Trimestral de História e Geographia*, Rio de Janeiro, v.6, p.506, 1866.

⁶ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.7, n.1/2, p.36 e 116, 1902.

crises de abastecimento nas minas. Para uma sociedade prematura, organizada na base da aventura e do risco, a fome e a morte foram consequências, em certos momentos, inevitáveis. Um autor anônimo escreveu em 1750 que a avidez “animava a esterilidade” dos caminhos, nos quais morreram “muita gente naquele tempo” por motivos de “doenças”, “necessidade” e ambição (MATOSO, 1999, p.196). O paulista Baltazar de Godói Moreira, procurador da Fazenda Real do Rio das Velhas, em carta a D. Pedro II, contou em 1705 que “os primeiros sertanistas se sustentavam somente com o milho e o feijão; havia muito mel de abelha, caça e frutas agrestes que ajudavam a alimentar o seu gentio, mas *a gente cresceu [e] diminuiu tudo*”, ficando “*exausto o sertão*”⁷.

Na partida para o sertão, os aventureiros lançavam-se numa viagem perigosa e incerta. Um autor anônimo destacou que “pela altura e disposição” em que as minas se achavam e pela “qualidade dos sertões que as cercavam” muitos paulistas não conseguiram penetrá-las devido à condição “*intratável das serras, vastidão dos matos, falta de águas em uns caminhos e de mantimentos em outros*”⁸. Bento Fernandes Furtado de Mendonça (1750) enfatizou que na jornada de trinta a quarenta dias partindo de São Paulo, os migrantes, não poucas vezes, “viajavam sem provimento algum e muitos acabaram mortos de fome”. O autor também destacou que “houve ainda tal que matou ao seu companheiro por lhe tomar com a sua tenaz de pau uma pipoca de milho que do seu borralho saltou para o do outro, dos poucos grãos que cada um tinha para alimentar a vida naquele dia”, aprovando-se, por este caso, com realidade, o provérbio comum de que “a fome não tem lei”. Quando se tornou pública a notícia da grande quantidade de ouro descoberta pelos paulistas nas minas dos *Cataguases*, disse o sertanista que ele próprio, por volta de 1697, “quis logo vir” a elas, mas hesitou, “por falta de mantimentos nos caminhos, onde morria muita gente (MATOSO, 1999, p.174-175 e 245)”⁹.

As escassas roças plantadas não eram capazes de sustentar a grande quantidade de aventureiros. O ouro em pó era a principal moeda de troca, mas existiam poucas mercadorias à venda frente a alta demanda. O Mestre de Campo

⁷ Carta de Baltazar de Godói Moreira a D. Pedro II. 31 de julho de 1705. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Baltazar_de_God%C3%B3i_Moreira>. Acesso em: 01 abr. 2011.

⁸ INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.166, 1935.

⁹ Opinião semelhante foi deixada pelo padre Antonil (1982, p.78), ao relatar que “sendo a terra que dá ouro esterilíssima de tudo o que se há mister para a vida humana, e não menos estéril a maior parte dos caminhos das minas, não se pode crer o que padeceram ao princípio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento”.

José Rebelo Perdigão, morador do ribeirão do Carmo desde 1701, relatou que a migração foi “tanta” que no ano de 1697 o alqueire de milho chegou a custar “sessenta e quatro oitavas e o mais à proporção¹⁰”. O padre Antonil (1982, p.79-80), com base nas informações de quem esteve três anos nas *gerais*, apresentou uma lista dos preços praticados em 1703. Entre os comestíveis, um boi custava o equivalente a 100 oitavas, uma rês, 80 oitavas, um alqueire de farinha de mandioca, 40 oitavas, uma mão com sessenta espigas de milho, 30 oitavas, uma galinha ou queijo da terra, 3 ou 4 oitavas. De acordo com o jesuíta, esse era o sintoma de um tempo marcado pela insignificância das lavouras e pela riqueza das minas e refletia a ambição dos negociantes que, antes de entrarem na área das *minas*, deixavam a consciência dependurada ou sepultada na “serra afamada da Amantiqueira”.

As elevadas dificuldades nos transportes, as grandes distâncias dos principais centros fornecedores e a preocupação obsessiva com a extração do ouro desencadearam a escassez e a elevação do preço dos víveres, culminando na ocorrência de duas grandes crises de fome nas minas (1697-1698 e 1700). Segundo Bento Fernandes Furtado, esses episódios obrigaram a população, inicialmente concentrada na área mineradora, a abandonar as lavras e retornar às suas casas de origem ou a se dispersar para outros espaços menos rudes e devastados,

para fugir das grandes fomes que padeciam por falta de mantimentos, pelos poucos que no passado ano haviam plantado para sustentar os muitos que haviam concorrido à fama que retumbava das grandezas de ouro que se tinha descoberto; e os campos e montanhas já estéreis de caças e víveres silvestres, que o muito povo que por todas as partes penetrava tinha destruído e consumido (MATOSO, 1999, p.174-175)¹¹.

Nas áreas de ocorrência das jazidas de ouro figuram extensos afloramentos rochosos. Em função disso, os locais preferidos pelos sertanistas para se refugiarem da escassez de alimentos e da fome foram os de cerrado, localizado na porção oeste e noroeste, caracterizado por formações relativamente planas, campestres e

¹⁰ É possível ter uma idéia geral da magnitude do preço do alqueire milho no princípio nas minas. Apesar do lapso temporal, vejamos a seguinte comparação. Entre 1751 e 1823, a oitava de ouro em pó custou o equivalente a 1\$200 réis. Com este valor era possível comprar em torno de 4 alqueires de milho, tomando como base o preço do produto em alguns inventários dos lavradores de Guarapiranga, o qual não ultrapassou 300 réis. Se compararmos este valor médio ao registrado por José Rebelo Perdigão em 1697, no início da mineração o preço do alqueire custava nada menos que 76\$800 réis, ou seja, 256 vezes maior do que o avaliado nos inventários de Guarapiranga (CARNEIRO, 2008, p.150). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.69, n.1, p.279, 1908.

¹¹ O relato do autor, de 1750, destaca que o fenômeno migratório foi tão intenso a ponto de gerar consequências como a extinção das caças e dos víveres silvestres na zona das minas.

arbustivas, favorável à prática da caça quando comparado aos ásperos e temidos matos da floresta atlântica a leste ou aos restritos e esgotados campos rupestres das minas. Essa prática já era costumeira, pois quando a expedição de Bartolomeu Bueno Siqueira chegou aos “matos gerais” de Itaverava, por volta de 1697, os paulistas perceberam que aquele sertão “era muito agro e falto de víveres silvestres, por serem tudo matos e aspérrimas brenhas, e falto do mais favorável gênero de caças” que “pelos campos gerais eram mais abundantes do que pelos sertões de matos incultos montanhosos e penhascosos”, motivo pelo qual a diligência resolveu partir para os campos do rio das Velhas (MATOSO, 1999, p.170-171).

No ano de 1698, o governador Arthur de Sá e Menezes, em comunicado ao rei, relatou os grandes rendimentos da mineração, mas enfatizou que os quintos não foram maiores pelo fato dos mineiros não terem lavrado naquela data devido à grande fome que experimentaram, obrigando-os a “se aproveitarem dos mais imundos animais e, faltando-lhes estes para poderem alimentar a vida, largaram as minas e fugiram para os matos com os seus escravos” e “sustentaram-se com as frutas agrestes”. Entretanto, o ministro estava cheio de esperanças “pela abundância de novidade presente” e pelas “notícias” de que “as minas” seriam “de grande rendimento”, pois, “quanto mais” entravam pelo sertão, diziam os práticos que as lavras eram “mais ricas”. Os experientes ainda falavam que as minas durariam “muitos anos” porque “em todos” os “ribeiros e serras” encontrava-se “ouro”¹².

Nas minas do Ribeirão do Carmo houve grandes privações na entrada do ano de 1700. O governador Arthur de Sá e Menezes, segundo Romeiro (2008), relatou que apesar da riqueza a área mencionada era pobre em mantimentos, o que impulsionou muitos mineiros com sua gente a abandonarem a povoação, retirando-se ou para os arredores ou para suas casas até a época da colheita dos mantimentos, geralmente no mês de março, momento que correspondia ao término da estação das águas e, desse modo, permitia iniciar a safra e os trabalhos de mineração. Exemplo dessa situação, citada no relato de Bento Fernandes Furtado (1750), é o do alcaide mor Camargo que diante do “perigo inevitável” da fome se retirou para São Paulo juntamente com sua comitiva e escravatura, “como faziam os mais mineiros que não tomavam a resolução de se transmontarem pelo sertão adentro e campos gerais a procurar os lugares mais desertos, menos combatidos e mais férteis de víveres silvestres (MATOSO, 1999, p.174-175)”. Em 1701-1702, a deserção foi geral nas minas de Ouro Preto. Até o responsável pelo seu

¹² *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p. 333-334, 1913.

descobrimento, Antônio Dias de Oliveira, não se manteve no lugar (VASCONCELOS, 1904, p.124).

Nos primeiros anos do Setecentos, as estações chuvosas, as cheias dos rios e a impraticabilidade dos caminhos isolaram as comunicações do distrito das minas, principalmente com o norte (Bahia), que, à época, apresentava o maior trânsito de pessoas e mercadorias. Uma epidemia de bexigas (varíola) devastou os incipientes estabelecimentos paulistas. Lima Júnior (1978, p.31) enfatizou que “defendia-se uma quarta de milho ou saco de mandioca de armas na mão”. Os animais de carga, cavalos e muares eram vigiados dia e noite, para que não aparecessem descarnados pelos famintos. No princípio de 1700 (março), os retirados para São Paulo e os “refugiados nas montanhas” voltaram a lavrar suas datas, já que os mantimentos, plantados no ano anterior, “estavam capazes de socorrer” a população (MATOSO, 1999, p.175). Mas, em 1705, segundo carta de Baltasar de Godói Moreira a Dom Pedro II, os mineiros novamente tiveram que se retirar porque o “tempo” corria “pouco favorável às sementeiras”, visto que naquele ano “as muitas águas duraram oito meses e apodreceram os mantimentos da terra”, a ponto do alqueire de milho chegar ao custo de 25 oitavas de ouro¹³.

A prática do plantio de mantimentos com a posterior retirada para as serras, campos, matos ou inclusive para São Paulo até a época da colheita foi recorrente para driblar os períodos críticos assolados pela fome nos primeiros anos das minas. Na estratégia de fuga, os paulistas estavam acostumados com a aspereza da vida agreste. De acordo com relato anônimo de 1750, esses sertanistas se alimentavam de “todo o gênero de caças”: antas, veados, macacos, quatis, onças, capivaras, cervos, jacus, gaviões, pombas e outros pássaros. Muitas vezes, cobras, lagartos, formigas, “uns sapinhos que dão pelas árvores”, bichos de taquara e de paus pobres. Era comum ainda o consumo de peixe, mel de abelhas, cocos, palmitos de muitas castas, grelo de samambaia, carás do mato, raízes de pau e “outras mais variedades que inventava a necessidade”. O conhecimento das técnicas de caça e dos frutos silvestres era parte de um universo rústico imprescindível para obter “o alimento” e garantir a “conservação da vida (MATOSO, 1999, p.171 e 218)¹⁴”.

¹³ Baltasar de Godói Moreira ainda requereu ao rei que solicitasse ao Governador Geral da Bahia que não proibisse a vinda de gado para as minas. Carta de Baltasar de Godói Moreira a D. Pedro II. 31 de julho de 1705. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Baltasar_de_God%C3%B3i_Moreira>. Acesso em: 01 abr. 2011.

¹⁴ O bicho de Taquara, por exemplo, tinha que ser ingerido da seguinte forma: primeiro eram colocados dentro de um tacho no fogo quente; os que estavam vivos logo se mexiam e eram os bons;

A escassez de mantimentos e a carestia de víveres impulsionaram a Coroa a se preocupar com a questão do abastecimento da população das minas e nas zonas de acesso a elas antes mesmo da implantação da estrutura político-administrativa. Além da abertura e manutenção de vias de comunicação com os mercados abastecedores, a administração portuguesa, por meio da concessão de sesmarias, procurou incentivar a produção de alimentos básicos. Em 1700, por exemplo, o governador do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Menezes, concedeu uma sesmaria com três léguas de testada e uma de sertão a três moradores do vale do rio Verde. Os peticionários, José Moreira de Castilhos, Ignácio Moreira e Gaspar Martins, alegaram no pedido que o “dilatado sertão” que se experimentava até as minas fazia “amedrontar o ânimo dos mineiros por falta de mantimentos cujo temor” era “motivo de não haver maiores descobrimentos”. Após um ano, o próprio governador, em visita à zona mineradora, ordenou o plantio de mantimentos com o objetivo de evitar o “dano que se experimentava com a falta deles, perecendo à miséria os mineiros¹⁵”.

A ocupação demográfica das minas ao longo do Setecentos foi marcada pela relativa dispersão, consequência da pulverização dos descobertos auríferos, da itinerância da mineração e, conforme Furtado (1977, p.55), do “estado de prostração e pobreza” em que se encontravam a metrópole e a Colônia. As crises de abastecimento também obrigaram a população se disseminar pelos campos, matos e minas menos devassados e povoados, mais distantes da zona central, estimulando, desse modo, a disseminação do povoamento. Os exploradores se espalharam em busca dos *descobertos* (mina encontrada à distância de meia légua de outra), fazendo com que, em apenas um decênio (1709-1719), a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro fosse a mais movimentada e populosa do Brasil. Mas, a mobilidade da população não resolveu por completo o problema da carestia, que permeou a sociedade mineira de tempos em tempos por fatores diversos (econômicos, políticos e naturais). Daí a importância das concessões de sesmarias, da formação de mercados abastecedores (internos e externos) e da abertura e conservação de vias terrestres¹⁶.

os que estavam mortos era veneno refinado. Conta o autor da memória que não foram poucos os *Tapuias* e *Carijós* vitimados pelo consumo inadequado desse alimento (MATOSO, 1999, p.218).

¹⁵ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p. 426-427 e 484, 1913.

¹⁶ Em 1726, carta do rei Dom João ao governador Dom Lourenço de Almeida solicitava informações sobre a “carestia do país das Minas”. O administrador respondeu que a escassez ainda durava e duraria enquanto elas fossem minas porque era sabido que não podia haver terra rica com preço barato. De acordo com o ministro, os preços do milho e da carne não eram tão caros, princípio, contudo, não extensivo a todos os anos devido ao desabastecimento em algumas épocas. Já a maioria dos gêneros oriundos do Rio de Janeiro e de Portugal eram “caríssimos porque, além dos

As disputas existentes em torno do abastecimento resultaram em importantes revoltas como a própria *guerra dos Emboabas*. Mas, o contexto sócio-político, a rapidez e a intensidade da migração e o quadro natural do sertão compunham um ambiente favorável às desavenças. Os aventureiros que se deslocaram para o interior, ávidos por riquezas, levavam uma vida desregrada, marcada pela prepotência e pelo senso de liberdade. A inexistência de lei e de ordem “pública”, num solo tão rico, tornava necessária a interiorização do fisco para cobrar os quintos pertencentes à realza e da justiça para resolver as querelas surgidas da exploração do metal. Os conflitos internos entre os colonos, de distintas origens e condições socioculturais, e destes com a Coroa ameaçavam o domínio de Portugal nas minas, exigindo uma resposta imediata das autoridades metropolitanas. É o que veremos a seguir.

3.2. Conflitos sociais e instalação da administração metropolitana

Bem se pode considerar o estado em que se achariam as Minas por todo este tempo [princípio dos descobertos], em que só o despotismo e a liberdade dos facinorosos punham e revogavam as leis a seu arbítrio. O interesse regia as ações, e só se cuidava em avultar em riquezas, sem se consultarem os meios proporcionados a uma aquisição inocente. A soberba, a lascívia, a ambição, o orgulho e o atrevimento tinham chegado ao último ponto (Cláudio Manoel da Costa. *Poema Villa Rica*, pg.20).

O cenário social nos primeiros anos após a descoberta das minas é marcado por tensões. Área interiorizada, afastada do poder metropolitano, encravada nas serras distantes dos sertões da Colônia, a zona do ouro foi ocupada por aventureiros de várias condições sociais, de limitados escrúpulos e gananciosos pela acumulação do metal, marcados por um forte senso de liberdade individual, que não se contentavam em viver sob o controle do governo colonial e da metrópole. Não havia lei que obrigasse a população a obedecer às normas sociais ou para tratar da “ordem pública”. A legislação mineral em voga (regimentos de 1603 e 1618) versava apenas sobre a repartição de datas dos ribeiros e não previa ministros para administrar a justiça aos povos e punir os crimes de homicídios e furtos, muito frequentes. As minas estavam administrativamente vinculadas à Capitania do Rio de Janeiro, mas os governadores dessa jurisdição não tinham forças necessárias para

fretes, direitos e comissões”, pagos naquela cidade, se tornavam onerados ainda por “outros tantos custos” quando entravam nas Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.30, p.234, 1979. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p.216, 1980.

fazer executar as leis do soberano, pois fatores diversos como inacessibilidade e distância, mobilidade da população e independência tornavam os paulistas e forasteiros refratários ao controle régio.

Os incipientes povoados se encontravam segmentados em inúmeros territórios sobrepostos de *mando*. Pobres e potentados, entregues ao desejo de acumulação do metal, ao banditismo e a outras atividades pecaminosas, faziam das minas uma terra da lei do mais forte, dominada pelos poderosos locais, homens enriquecidos que construía territórios onde se exercia o controle mediante o uso da força física, por eles controlados direta ou indiretamente com vistas à perseguição e aplicação arbitrária da justiça àqueles considerados inimigos. Parentes, afilhados, vizinhos e agregados se articulavam nessas vastas cadeias clientelares, unindo os homens pobres aos poderosos locais em relações de dependência e cooperação. Mas, de acordo com Silva (2001), em meio à aparente desordem havia uma legitimidade do domínio e do poder privado reconhecidos coletivamente, embasada na prática costumeira do uso da valentia e da vingança, das mostras de honra e da fama pública¹⁷.

O padre Antonil (1982, p.67) considerou que a grande abundância do ouro, “contínuo instrumento e causa de muitos danos”, e o desejo de acumulação do metal, tão formoso e precioso, desenvolviam os “vícios”. Os interesses e direitos régios encontravam-se profundamente prejudicados no que diz respeito à tributação dos quintos, dos dízimos e dos direitos de entrada sobre as mercadorias devido a diversos fatores, motivados tanto pelas divergências oriundas de universos culturais distintos dos povos quanto pela “insaciável cobiça dos homens”, causadora de contendas na repartição e demarcação de datas minerais, de disputas pela posse dos cursos d’água (sem a qual era impossível minerar), de crimes diversos, impetrados por vadios e potentados, e de conflitos em torno da delimitação de sesmarias. Havia dificuldade de cobrar os impostos daqueles mineiros intratáveis, rebeldes e poderosos em tão remota, vasta e interiorizada área da Colônia. Numa memória sobre o princípio das minas, datada de 1750, o reinol José Álvares de Oliveira, contrário ao grupo dos paulistas, enfatizou que os “naturais de Serra Acima”

¹⁷ O paulista Bento Fernandes Furtado (1750), morador do princípio das minas, relatou que “o governo do país ficou reduzido a tantas governanças patriarcais quanto eram os distritos, recorrendo os moradores nas suas dependências e desavenças aos seus poderosos (MATOSO, 1999, p.209)”. O melhor direito de cada um era “o do mais forte (COELHO, 1994, p.55)”. Por isso, na concepção de Vasconcelos (1904, p.296), “as Minas não tiveram infância”: “nasceram como a Deusa de Atenas, já feitas e armadas”.

se apoderavam de todo o descoberto encontrado pelo “ditame de ‘assim quero, assim o mando, e à razão prevalece a vontade (MATOSO, 1999, p.230)’”.

À dura lide da atividade mineradora, realizada sob condições adversas do ambiente físico, em meio a perigos e limitações como a aspereza dos matos, a frialdade das águas e a carência de recursos alimentos básicos, somou-se uma diversidade de tensões, derivadas do rápido surto demográfico de aventureiros, oriundos de várias áreas e com diferentes concepções culturais, manifestadas nos conflitos de territórios de atuação de paulistas e forasteiros. O mito da riqueza fácil, acumulada com a exploração do ouro de aluvião, se desdobrou num universo de embates e dificuldades, agravado pelas características limitantes de um meio natural hostil.

O cenário social turbulento, conjugado à inexistência de instituições jurídicas e administrativas para controle da população, passou a colocar em risco o domínio de Portugal sobre as minas. Em 1701, o governador-geral do Brasil, D. João de Lencastre, alertou a Coroa sobre a necessidade de interiorizar o poder metropolitano para transformar aquele sertão em território. O ministro destacou que se as hordas de aventureiros, que povoavam a zona do ouro levando uma “vida licenciosa e nada cristã”, manifestassem a mesma propensão para amar a liberdade demonstrada pelos paulistas, o distrito das minas iria se transformar rapidamente num “valhacouto de criminosos, vagabundos e malfeitores”, pondo em risco todo o Brasil (COSTA, 1982, p.4).

O padre Antonil (1982, p.83, 98 e 436) manifestou juízo semelhante ao enfatizar que se a população das minas continuasse a viver “soltamente, sem o freio e o temor das leis e da justiça”, poderia acontecer dela se rebelar contra o rei, sua justiça e seus impostos, a ponto de criar uma instância autônoma. O jesuíta salientou que esses habitantes não tinham conhecido “coaçoão ou governo bem ordenado”. Opinião similar foi externada pelo guarda-mor geral das minas, Baltasar de Godói Moreira, em 1705. Preocupado com as possíveis consequências do crítico contexto turbulento, ele escreveu uma carta ao rei, conforme se observa a seguir, na qual destacou o comportamento criminoso da população e clamou pela implantação urgente de um governo na zona do ouro.

A falta de justiça motiva os maiores insultos, porque ainda os mais pobres se atrevem a fazer mortes e latrocínios uns aos outros, que neste ano se tem morto mais de 100 homens. E como não se tiram devassas [...] passeiam escandalosamente. E se alguém, com zelo,

vocalmente os repreende, não somente lhes prometem balas, mas o executam com obra [...] E desta sorte se extraviam os reais quintos [...] *Senhor, sem quem nos governa [é a] causa por que receamos sempre grandes confusões e maus sucessos como estamos sempre experimentando (grifos nossos)*¹⁸.

A agitada conjuntura social era motivo de grande relevância para que a Coroa colocasse em prática os planos iniciais para a organização do novo território via criação de estruturas jurídicas, administrativas e fiscais para romper com o estado de natureza do sertão e garantir os direitos do soberano. Mas, a característica geográfica peculiar das minas, entranhada em zona longínqua, distante da metrópole e do litoral da Colônia, e a situação econômica desfavorável de Portugal tornavam impossíveis, naquele contexto, implantar o domínio político da Coroa sobre a população e submeter os vassallos aos interesses reais. Essa era a opinião de certos membros do *Conselho Ultramarino*, órgão que se ocupava de todas as matérias e negócios relativos à Índia, Brasil, Guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde e outros domínios. Um dos procuradores desse conselho, num discurso transcrito em Romeiro (2008, p.111), defendeu que “as minas de ouro deveriam permanecer intactas, como uma lebre em seu covil”, em razão da impossibilidade econômica de Portugal colonizar uma área em meio a sertões tão distantes.

Artur de Sá e Meneses, governador da Capitania do Rio de Janeiro, foi o primeiro administrador colonial a se deslocar até as minas. Ele empreendeu nada menos que três viagens, entre os anos de 1697 e 1702, com o objetivo de conhecer o universo da mineração e dos povos envolvidos na extração do ouro, corporificar a presença do poder real no novo espaço e lembrar a todos os aventureiros que, como vassallos de El Rei, estabelecidos em terras pertencentes à Coroa, deveriam pagar o imposto do quinto. Na perspectiva de apaziguar as contendas na distribuição das datas auríferas, uma das principais medidas adotadas pelo ministro foi a nomeação de importantes e respeitados “homens coloniais” para atuarem como braços do Estado. O governador instituiu os primeiros cargos administrativos, entre eles, os de *guarda-mór* e de *provedor dos quintos*, respectivamente, responsáveis pela distribuição das datas minerais e pela arrecadação do imposto sobre o ouro extraído¹⁹.

¹⁸ Carta de Baltasar de Godói Moreira a D. Pedro II. 31 de julho de 1705. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Baltasar_de_God%C3%B3i_Moreira. Acesso em: 20 mar. 2010.

¹⁹ Em 1698, por exemplo, o governador do Rio de Janeiro investiu Garcia Rodrigues no posto de *Guarda-mór das Minas dos Cataguases*, por “ter notícias da má forma” na repartição das datas, “faltando-se a boa arrecadação daquelas que tocavam a Sua Majestade”, e das violências cometidas

A estratégia adotada pelo ministro de delegar autoridade a certos homens, a maioria potentados paulistas, tidos como vassalos rebeldes, pode parecer uma medida arriscada num ambiente social dominado por territórios de poder privado. Todavia, num primeiro momento, era a única alternativa, necessária para garantir o controle inicial do novo espaço diante do quadro anteriormente descrito. Na prática de conferir comando, a Coroa, personificada no governador Artur de Sá e Menezes, esperava construir um canal de negociação com os sertanistas para que eles se transformassem em súditos no processo de administração das minas. A forma de sujeitá-los ao domínio real passava pela tentativa de despertar entre os homens indômitos do planalto o interesse pela distinção social via distribuição de cargos e patentes, para que eles se tornassem vassalos úteis, exímios atuantes no manifesto das datas descobertas e na procura de novos veios de ouro.

A inadequação da legislação mineral em voga (regimento de 1618), que versava tão somente sobre a repartição de datas dos ribeiros e não previa ministros nem medidas judiciais para tratar da boa ordem pública, levou o governador Artur de Sá e Menezes a lançar, em 1700, o *Regimento que se há de guardar nas minas dos Cataguases e em outras quaisquer do distrito destas capitanias de ouro de lavagem*²⁰. Nesse instrumento normativo, o *guarda-mór* exercia a função mais importante, a quem competia o papel de autoridade suprema na distribuição das datas minerais, na resolução dos conflitos surgidos da exploração do ouro, na fiscalização dos caminhos e na cobrança dos quintos. Esse cargo foi ocupado por paulistas poderosos, principais nomeados para a função, prova evidente do acordo forjado entre o governador e os homens do planalto de Piratininga cujo objetivo era muito simples: a manutenção da ordem pública, a correta repartição e administração das datas e a devida cobrança do imposto do quinto em troca da hegemonia política sobre a área.

A figura do guarda-mór reinou soberana na zona mineradora somente por dois anos, pois, em 1702, a Coroa publicou uma nova legislação acerca da

às pessoas de menor poder, expulsas das lavras quando encontravam ouro. Em 1699, o mestre de campo Domingos da Silva Bueno foi provido no posto de *Procurador da Fazenda Real das Minas dos Cataguases* para resolver a “má fama na repartição das datas” e por “ser conveniente para a boa arrecadação”. Em 1700, Borba Gato foi nomeado no posto de *Guarda-mor das Minas do Rio das Velhas*. O objetivo desse paulista, “prático no dito sertão”, era garantir a “boa arrecadação das datas” e a “melhor repartição dos ribeiros”, de modo a evitar “mortes e perturbações entre os mineiros”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p.324-325, 371-372 e 418-419, 1913.

²⁰ REGIMENTO para as minas de ouro, feito em São Paulo por Arthur de Sá e Menezes, de 03 de março de 1700. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p. 407-415, 1913.

exploração mineral, denominada *Regimento original do superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas do ouro que há nos sertões do Estado do Brasil*, com o intuito de garantir “a boa direção e governo das gentes que trabalhavam nas minas que havia nos sertões do Brasil²¹”. No conjunto geral dos artigos publicados não havia muitas diferenças em relação ao regimento anterior, mas apenas um subterfúgio cuja novidade estava na criação do cargo de *superintendente*. Esse ministro, nomeado diretamente pelo rei, foi investido de funções ordinária, civil e criminal, com ampla autonomia em relação aos administradores coloniais, inclusive de lançar ordens para o guarda-mór, nomear guardas-menores etc. Ele representava diretamente o governo de Lisboa nas minas e deveria assegurar os privilégios da Coroa na exploração dos veeiros ricos.

A administração de Artur de Sá e Menezes é um marco na instalação inicial da autoridade régia na área das minas. O governo desse ministro representou o esforço da metrópole em ditar as regras que garantissem os interesses da Coroa em meio a um delicado e conturbado contexto. O controle da atividade mineradora era condição necessária para assegurar a produção regular das lavras e a arrecadação do quinto. Se, à primeira vista, o governador favoreceu os paulistas na distribuição dos principais cargos e patentes criados, outras medidas por ele implantadas parecem representar uma tentativa de instalar o controle político via redução da hegemonia dos homens do planalto, tidos como os vassalos mais rebeldes de El Rei. Inclusive, como veremos no capítulo seguinte, foi esse ministro que se empenhou para buscar interessados na abertura de um novo caminho para as minas a partir do Rio de Janeiro, talvez mesmo com o intento de reduzir a influência dos homens de “serra acima” e, paralelamente, garantir a expansão do território da capitania que governava.

A criação do cargo de superintendente e a entrada expressiva de forasteiros nas minas, oriundos das Capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e de Portugal, passaram a ameaçar as pretensões e os interesses dos paulistas, minando a supremacia política daqueles homens poderosos que, por alguns anos, reinaram soberanos no sertão. Enquanto os homens de “serra acima” eram considerados audazes sertanistas, os forasteiros se reputavam pela fama de eficientes mineradores, dizia o Marquês de Angeja, governador geral do Brasil (FRANCO, 2007). Em função disso, a aptidão dos forasteiros para a extração, somada às suas

²¹ REGIMENTO das Minas do Ouro. 19 de abril de 1702, pg. 28-34. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 08 jun. 2010.

melhores condições financeiras e superioridade técnica para a exploração lucrativa das lavras de ouro, desencadeou a perda de poderio econômico dos homens do planalto, presos às velhas formas de mineração. Aqueles, utilizando-se do direito de conquista dos descobertos e do discurso da opressão impetrada pelos potentados do planalto na disputa em torno da concessão de cargos e postos principais, também se tornaram mineradores poderosos na zona do ouro, construindo outros territórios de atuação do poder privado que passaram a se contrapor aos já existentes e sob controle dos potentados paulistas.

Os conflitos com os forasteiros levantaram a ira dos homens do planalto, preocupados com a entrada maciça de pessoas de outras jurisdições, particularmente de moradores do Rio de Janeiro. Os homens das vilas de “serra acima” viam no grande afluxo de pessoas uma ameaça aos esforços por eles despendidos como pioneiros no descobrimento das minas e no ano de 1700 fizeram, por meio da câmara de São Paulo, uma representação ao rei nos seguintes termos:

Senhor, temos notícia de que os moradores da Cidade do Rio de Janeiro pedem ou querem pedir datas das terras das minas dos *Cataguases* e seu distrito, assim de campos como de matos lavrados, sem serem conquistadores nem descobridores das ditas minas; é notório a Vossa Majestade que os moradores da vila de São Paulo e das vilas anexas foram os conquistadores e descobridores das ditas minas, a custa de suas vidas e gasto da sua fazenda sem dispêndio da Fazenda Real. Por este título, pedimos a Vossa Majestade que seja servido mandar passar uma ordem para que as ditas terras, assim de campos como de matos, sejam doadas aos paulistas por cartas de data, passadas por pessoa a quem Vossa Majestade for servido ordenar (LOPES, 1985, p.42).

Os paulistas tinham a convicção de que, como descobridores, mereciam a exclusividade na repartição das datas. Esse ponto de vista encontrava fundamento legal na Carta Régia de 1694, quando o governo de Lisboa determinou que qualquer mina de ouro encontrada pertenceria, por direito, ao descobridor, obrigado a pagar o quinto. No entanto, o descontentamento não se resumia apenas à distribuição de datas a forasteiros, mas com a nomeação desses homens de “fora”, não vinculados aos círculos sociais de poder privado dos potentados do planalto, em cargos com importantes atribuições como a da repartição e administração das datas. Isso motivou o paulista Garcia Rodrigues Paes, em 1706, a encaminhar uma carta ao rei, citada por Romeiro (2008), com o objetivo de solicitar a Sua Majestade para que os

principais cargos nas minas fossem concedidos apenas aos homens de “serra acima”.

Os núcleos de poder privado estavam se reconfigurando, suplantando a tradicional hegemonia paulista sobre a área e evidenciando o desenho de uma nova territorialidade dominada pelos forasteiros. No exercício das funções políticas desempenhadas por estes indivíduos para garantir a manutenção da ordem nas minas manifestavam-se tensões e conflitos com os homens do planalto. É o caso do ano de 1705, quando o superintendente português José Vaz Pinto, dotado de funções ordinária, civil e criminal, resolveu tirar devassa de uma morte. O paulista Valentim Pedroso mandou comunicar ao funcionário, nomeado diretamente pelo rei, para não tirá-la “porque se o fizesse poderia lhe custar a vida”. O ministro respondeu que “a devassa infalivelmente a havia de tirar”. Não satisfeito, “tomou o tal paulista armas e se pôs em termos de ir descompor o ministro”, obrigando-o a fugir para o Rio de Janeiro (MATOSO, 1999, p.222).

A expulsão do superintendente, funcionário que representava a Coroa nas minas, devolvia aos paulistas o desejo de reinarem absolutos nos cargos e postos mais importantes. No entanto, após um ano, segundo Romeiro (2008), os reinóis Francisco do Amaral Gurgel e Pascoal da Silva Guimarães receberam, respectivamente, as patentes de capitão-mor e sargento-mór das minas de Ouro Preto e seus distritos. O primeiro encontrava-se subordinado apenas ao governador. As nomeações de não-paulistas pelo então administrador do Rio de Janeiro, Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, faziam parte da estratégia de enfraquecimento político dos “homens de serra acima” e contribuíam para a ascensão dos forasteiros, intensificando as tensões entre os dois grupos na disputa pelos cargos, por territórios e pela hegemonia política.

Os forasteiros conseguiram se articular em torno de funcionários e autoridades como o próprio governador Dom Fernando, levando vantagem sobre os paulistas por estarem imbricados nas complexas redes clientelares que ligavam o mercado das minas aos grandes centros econômicos do Rio de Janeiro, Salvador e Lisboa. E conseguiram persuadir o ministro de El Rei para obter preferências em certos assuntos econômicos e acesso a posições políticas mais vantajosas (cargos e mercês). Na época em questão, um dos contratos mais rentáveis era o da carne, gênero de primeira necessidade, base da alimentação dos brancos. Esse contrato, arrematado a particulares pela Coroa, era uma das principais atividades de enriquecimento nas minas, superando, inclusive, o rendimento obtido na exploração

de lavras auríferas. Os paulistas, grandes pecuaristas como os baianos no sertão do rio São Francisco, estavam vinculados ao comércio desse gênero com as minas e enviavam boiadas para suprir o crescente aumento da população na área que, por volta de 1707, alcançou a cifra de cinquenta mil habitantes.

Os elevados preços praticados pelo reinol Francisco do Amaral Gurgel na administração do contrato das carnes era motivo de descontentamento entre os paulistas, insatisfeitos ainda com a nomeação desse forasteiro para o posto de capitão-mor de Ouro Preto. Em 1706, o contrato estava findando e o governador Dom Fernando decidiu arrematá-lo no Rio de Janeiro, não em Santos. Para Romeiro (2008, p.151), isso significava uma grave derrota para os homens do planalto: a perda do reconhecimento de que, como descobridores, gozavam do privilégio de manter as arrematações sob sua área de influência. O contrato dos açougues foi arrematado por Salvador Vianna da Rocha, considerado personagem de fachada dos verdadeiros interessados: Amaral Gurgel, Pascoal da Silva Guimarães e religiosos como os freis Francisco de Meneses, Firmo e Conrado. Esse acontecimento rapidamente desencadeou uma rebelião encabeçada pelos paulistas que, sob o comando de Domingos da Silva Monteiro e Bartolomeu Bueno Feio, obrigaram Amaral Gurgel a se retirar do negócio. Ao impugnar o contrato dos açougues, Domingos da Silva Monteiro alardeou que “o seu poder era maior que o do Papa porque se este, com tanto trabalho, podia mandar almas para o céu, ele, com facilidade, as mandava para o inferno²²”.

Os anos transcorriam e o conflito militar pela disputa e afirmação de domínio territorial se tornava inevitável. Em 1709, reinóis, baianos e outros forasteiros se reuniram no arraial da Cachoeira e juntaram entre cinco e seis mil homens armados. De acordo com o relato de um autor anônimo, datado de 1750, os mais poderosos “fizeram conselho” e elegeram seis eleitores, os quais escolheram um “governador que os governasse”: o capitão-mor Manuel Nunes Viana. Esse homem português era um dos maiores potentados do sertão do Rio São Francisco, grande criador de gado envolvido no abastecimento da zona mineradora. Nunes Viana usurpou o poder da Coroa nas minas: criou cabos, postos e ministros de justiça e de fazenda para a repartição dos ribeiros de ouro; convocou moradores para se juntarem à milícia; editou bandos estabelecendo pena de morte aos apoiadores dos paulistas; e emitiu ordens para a prisão dos naturais de “serra acima” detentores de armas de fogo, obrigando-os a desertar para São Paulo (MATOSO, 1999, p.198).

²² *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.13, p.138, 1909.

Os homens do planalto de Piratininga resolveram contra atacar e na vila de São Paulo formaram um grande exército, liderado por Amador Bueno da Veiga, para restaurar o controle político das minas. O confronto entre os dois grupos era desejável para os planos da Coroa que almejava como resultado a redução do poder dos paulistas devido à sua fama de vassalos rebeldes. Mas, por outro lado, Nunes Viana, ao se apoderar do governo das minas, praticou crime de lesa Majestade e, portanto, havia colocado sob ameaça a autoridade e o domínio da Coroa na área. Apesar desse grande problema, a fórmula pretendida pela administração portuguesa no novo ordenamento geopolítico das minas era a da conciliação entre paulistas e forasteiros, pois, afinal, ambos eram importantes ou complementares no processo de interiorização do poder metropolitano, já que os reinóis tinham a fama de práticos mineradores e os paulistas de exímios sertanistas ou descobridores de ouro.

No desencadeamento do conflito entre paulistas e forasteiros algumas causas foram determinantes: a disputa pela distribuição das datas minerais e ocupação dos cargos mais importantes; o embate entre núcleos de poder privados; o interesse de forasteiros poderosos residentes em áreas sub-representadas (vale dos rios das Velhas e das Mortes) que, apesar de periféricas, se despontavam na atividade mineradora; e o descontentamento dos paulistas em relação ao monopólio e ao contrabando dos alimentos básicos pelos reinóis e baianos. Numa área distante do centro do Império Português, cuja população reunia concepções culturais distintas, as divergências sociais trouxeram à tona o levante. O comportamento e o estilo de vida colocavam os paulistas à parte dos forasteiros, denominados por aqueles de *emboabas*²³. Os homens do planalto possuíam um forte componente indígena – língua, valores, vida doméstica, costumes e habilidades – e sua cultura, de acordo com Russel Wood (1999, p.103-104), “não era nem totalmente européia, nem totalmente indígena, mas um amálgama, suficientemente perceptível para ser *sui generis*”. Essas diferentes concepções culturais dos dois grupos explicam também o nascimento das tensões.

O embate se tornou inevitável num contexto marcado pela escassez de alimentos e carestia de víveres, disputas de núcleos territoriais, povoamento rápido e presença de aventureiros de várias condições econômicas e diferenças multiculturais, ávidos pela riqueza do ouro. No episódio da espingarda, que gerou a

²³ Na língua dos índios, o termo *emboaba* significava galinha de pernas cobertas de penas, calçadas. Naquele tempo, os europeus e alguns forasteiros (baianos e pernambucanos) usavam calções chamados de *rôlo*, que cobriam a maior parte das pernas. Por isso, ficaram apelidados de *emboabas*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.7, n.1/2, p.44, 1902.

deflagração do conflito armado, marcado pela dissidência entre Manuel Nunes Viana e o paulista Jerônimo Pedroso, estava em foco o conflito entre dois territórios de poder privado, construídos e mantidos por dois dos maiores potentados paulista e reinol na base da fama, da honra e da valentia, reconhecidos coletivamente.

Desde os primeiros anos da descoberta do ouro, provavelmente a Coroa não dimensionou a importância do achado ou, como vimos, não possuía condições econômicas para viabilizar as possibilidades oferecidas pelo empreendimento. Logo, ao creditar confiança aos forasteiros, mesmo com o objetivo da redução de poder dos paulistas, a metrópole talvez subestimou a gravidade do conflito quando a balança pendeu para a ameaça à soberania da própria América Portuguesa, naquele momento representada pela usurpação do poder real pelos reinóis revoltosos.

A Infanta Dona Catarina de Bragança, Regente de Portugal, foi quem ordenou a Dom Fernando Martins Mascarenhas Lencastre que passasse às minas imediatamente após tomar posse da administração da Capitania do Rio de Janeiro. O objetivo consistia em conter as desordens entre paulistas e forasteiros e dar boa forma à extração do ouro e à arrecadação dos quintos. Essa determinação ocorreu somente dez anos após a revelação das primeiras amostras do metal. O referido ministro tomou posse do governo em 1705, mas, ainda assim, não se deslocou ao sertão, vindo a cumprir essa ordem no fim da sua administração, ou seja, somente quatro anos mais tarde (1709), obrigado, provavelmente, pela situação insustentável a que tinha chegado a área das minas quando o poder político da Coroa fora usurpado pelo reinol Manuel Nunes Viana, proclamado governador pelos seus pares.

O governador Dom Fernando, antes de seguir viagem, manifestou um aparente interesse em restituir aos paulistas a hegemonia política sobre a área, como está evidente numa comunicação endereçada à Corte, transcrita a seguir:

Vou [...] fazer executar as ordens reais, tratando da arrecadação da fazenda de Vossa Majestade; prender os delinquentes cabeças deste tumulto quanto o permita a ocasião; conservar os Paulistas nas minas por serem seus estes descobrimentos e só eles capazes de os prosseguirem e aumentarem, pois nos forasteiros não se acha o préstimo de trabalharem os sertões para novos descobrimentos que sem estes acabam as minas [...] À câmara de São Paulo e às mais vilas da serra para cima escrevi a minha resolução de passar às minas, comunicando a aqueles que haviam se retirado para suas casas, obrigados das vexações e tumultos, que podiam outra vez

continuar em seu exercício, porque pessoalmente passava a segurar-lhes o passo e pacificar dúvidas (LOPES, 1985, p.57).

Na opinião do administrador Dom Fernando era conveniente haver nas minas governador, presídio e ministro de letras para que os vassallos vivessem debaixo da proteção da justiça. Da Capitania do Rio de Janeiro ele seguiu para o distrito do rio das Mortes, onde procedeu à retirada dos postos que Nunes Viana havia dado, concedendo-os a alguns paulistas e a homens da jurisdição da qual dirigia. De acordo com Pizarro (1909), Manuel Nunes Viana estava ciente das intenções do ministro de El Rei e, por isso, armou grande número de homens a cavalo e a pé, a quem distribuiu circunstanciadas ordens, convocando os moradores dos arraiais vizinhos de Ouro Preto, sob pena de morte, a se aprontarem para uma diligência muito importante, qual seja, barrar a entrada da autoridade real na área mais rica: as *minas dos Cataguases*.

Os homens de Nunes Viana, acampados em local indefinido entre os distritos de Congonhas e Itatiaia, impediram o ministro Dom Fernando de seguir caminho em direção às minas de Ouro Preto e do Ribeirão do Carmo. Numa informação intitulada *Relação de algumas antiguidades das Minas*, o autor, anônimo, que escreveu em 1750, contou que “toda a gente na condição de guarda ao dito Viana clamava com vozes descompostas: ‘Fora, Dom Fernando, e venha o nosso governador (MATOSO, 1999, p.223)’”. O momento exato do encontro entre o potentado Manuel Nunes Viana e o administrador Dom Fernando Martins Mascarenhas foi documentado pelo paulista Bento Fernandes Furtado na *Notícia dos primeiros descobridores das minas de ouro*. Apesar da posição contrária do autor em relação aos forasteiros, ele relatou o seguinte:

Manuel Nunes Viana foi com o seu bastão alvorado como capitão-mor da Vila do Penedo, e foi logo falar ao senhor Dom Fernando em sua barraca, e lhe dissera que aquele povo estava de ânimo a não deixá-lo entrar para as Minas se ele não excedesse de sua opinião em tirar os postos que estavam dados e dá-los a outrem. E como não excedeu da opinião, [o ministro] pediu três dias para se retirar ao seu governo do Rio de Janeiro e em dois se retirou (MATOSO, 1999, p.199).

O governador agiu com *prudência* ao retornar para o Rio de Janeiro. Essa forma de atuação, clássica, reapropriada por vários administradores do *Antigo Regime*, pode ser vista como um correlato político da mediocridade, entendida como

a moderação que enquanto virtude intelectual deveria orientar as ações²⁴. Nunes Viana era um dos maiores potentados do vale do São Francisco e das minas, apaziguador de contendas, detentor de cabedal e de respeito entre os forasteiros. Entrar em conflito com esse homem poderoso poderia trazer como resultado aquilo que acontecera com o fidalgo castelhano Dom Rodrigo de Castelo Branco, administrador que seguiu em nome do rei para o rio das Velhas e fora assassinado no arraial do Sumidouro por volta de 1682. Por que, então, o ministro arriscaria a sua vida se o tempo do seu governo à frente da Capitania do Rio de Janeiro estava no fim?

O comportamento despótico de Manuel Nunes Viana e o episódio de enfrentamento e vexação do governador Dom Fernando, principal representante do poder real nas minas, demandavam uma resposta firme e imediata da Coroa, sob pena de se perder não só a Capitania do Rio de Janeiro, mas toda a Colônia portuguesa. Antônio Rodrigues da Costa, membro do Conselho Ultramarino, soube dimensionar a gravidade do perigo. De acordo com Romeiro (2008, p.292), o conselheiro relatou que o acontecimento exigia “*remédio prontíssimo*”, pois Nunes Viana havia deposto um governador nomeado pelo rei, crime à época considerado de lesa-majestade. Por essa razão e ainda por criar cargos, nomear ministros de justiça e de fazenda ao seu arbítrio, principiar uma sublevação e arregimentar homens armados para perseguir os paulistas, o potentado e os aliados ao seu partido foram, pelo menos num primeiro momento, considerados os principais culpados²⁵.

O governador da Capitania do Rio de Janeiro, Dom Fernando Martins Mascarenhas Lencastre, foi então substituído por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho em 1709. Este ministro figurava entre os mais experientes e importantes funcionários do quadro régio, oriundo de uma tradicional família cujo nome ligava-se à administração portuguesa no ultramar. Em sua carreira destacavam-se os feitos militares. Por ordem real, Antônio de Albuquerque tomou posse do governo do Rio de Janeiro e, em seguida, subiu secretamente às minas, até o distrito do Caeté,

²⁴ Em 1781, por exemplo, o administrador Dom Rodrigo José de Menezes (1781) destacou que “uma bem calculada e dirigida *prudência* seria suficiente em quem governa para ganhar os corações dos homens e obrigá-los com uma força voluntária a cumprirem suas obrigações, sem que parecessem conduzidos mais que pela própria vontade”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.4, n.1-2, p.5, 1899.

²⁵ Essa foi a primeira avaliação de membros do Conselho Ultramarino, extremamente prejudicial aos interesses dos *emboabas*. Mas, segundo Romeiro (2008, p.292), após o conflito, tal opinião foi abandonada e substituída pela tese do levante legítimo dos forasteiros contra a tirania dos paulistas, inclusive endossada por todos os membros do Conselho Ultramarino com o intuito de “garantir a vitória dos reinóis e enfraquecer a gente do planalto”.

território dominado pelos *emboabas*. Numa carta posteriormente escrita pelo novo governador, ele detalhou os motivos que obrigaram Sua Majestade a mandá-lo na viagem ao sertão. Consta que por “se acharem alterados os paulistas e mais gente que havia corrido às minas”, sem respeito às justiças e utilizando-se da “força e do rigor da guerra e da jurisdição despótica e absoluta”, na condição de administrador da Capitania do Rio de Janeiro ele seguiu para as minas com o objetivo de “sossegar tais alterações pelas danosas consequências” que a desunião entre paulistas e forasteiros poderia resultar (VASCONCELOS, 1904, p.262).

A conjuntura política para transferir a negociação do campo militar para o diplomático era particularmente favorável. Segundo a memória de Bento Fernandes Furtado de Mendonça (1750), o povo de Sabará e do Caeté estava levantado contra o próprio capitão mor Manuel Nunes Viana, “por este querer que nenhuma pessoa tivesse cortes de gados”, exceto os das suas boiadas procedentes do sertão do rio São Francisco (MATOSO, 1999, p.200). Ou seja, o governo e a legitimidade do principal representante dos *emboabas* encontravam-se abalados devido às denúncias dos próprios partidários de Manuel Nunes Viana, o qual queria impor o monopólio sobre o comércio do gado abatido nas minas. Mais uma vez, a questão do abastecimento das carnes, base fundamental da alimentação da população branca, disseminava discórdias, mas agora entre os forasteiros, num contexto ainda crítico de carestia e escassez de mantimentos.

O governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho provavelmente fora informado das dissidências internas entre os *emboabas*, já que subiu às minas apenas com algumas pessoas de sua guarda. Do distrito de Caeté, o ministro ordenou a Manuel Nunes Viana “que convinha ao serviço de Sua Majestade que dentro de três dias se despejasse das Minas, em direção às fazendas do sertão”, no São Francisco (MATOSO, 1999, p.200). Por lealdade à Coroa e seu representante, como mais tarde declarou, ou, principalmente porque já não pudesse mais contar com o apoio de alguns baianos e forasteiros como os Pereira de Aguiar, o potentado não ofereceu resistência e acatou a ordem do representante de El Rei.

No retorno para a Capitania do Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque encontrou com o exército liderado por Amador Bueno da Veiga na vila de Guaratinguetá. Os paulistas solicitaram do ministro que os acompanhassem até as minas, a fim de expulsar os forasteiros e prender os criminosos. Cauteloso, porém, o governador se recusou, alegando, segundo Romeiro (2008), que nada podia fazer sem ter ordens do rei e que logo este mandaria governador e ministro para as

minas, os quais tomariam informações sobre o levante para abrir devassas e punir os delinquentes. Mas, da vila de Guaratinguetá o administrador enviou mensagem aos *emboabas* situados nas minas do rio das Mortes, avisando-os sobre a pretensão dos paulistas e comunicando o deslocamento da tropa. O exército liderado pelos homens de “serra acima” se dirigiu até o local anteriormente mencionado, berço de um dos principais conflitos armados entre forasteiros e paulistas. Apesar das possibilidades de aperto do cerco aos forasteiros e, até mesmo, da vitória, por divergências internas de lideranças ou pelo temor da vinda de reforços, os homens do planalto desertaram.

O simples deslocamento do governador do Rio de Janeiro para apaziguar os conflitos nas minas não resolveria a questão central: ausência de governo. Dada a distância daquele sertão em relação à sede da capitania por caminhos intratáveis era preciso que o rei nomeasse um ministro para fixar residência naquele território e, desta forma, implantar um braço legítimo e corporificar a presença da Coroa. Em terras tão ricas e longínquas do litoral e da metrópole, o mais conveniente era a criação de um novo governo, com administração civil e militar para assegurar os interesses da realeza sobre os de cunho privado, garantir a cobrança dos impostos e a aplicação da justiça. Então, por volta de 1709, os membros do Conselho Ultramarino fizeram a seguinte recomendação ao rei:

É sempre necessário que entre aqueles homens [das minas] fique pessoa a quem eles respeitem e que os governem, pois ficam separados das Capitânicas dos governos do Rio e da Bahia [...] e lhes parece que Vossa Majestade deve dar ao dito Antônio de Albuquerque a jurisdição e governo [daquela área] [...], separado e independente dos mais, e que ao Rio de Janeiro se deve mandar novo governador (ROMEIRO, 2008, p.64).

A sugestão dos conselheiros dos assuntos de ultramar foi colocada em prática em 9 de novembro de 1709, quando o monarca Miguel Carlos emitiu Carta Régia, transcrita a seguir, oficializando a criação da *Capitania de São Paulo e Minas do Ouro*, desmembrada da do Rio de Janeiro. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, militar que obteve sucesso na imposição da ordem sobre o potentado reinol Manuel Nunes Viana, foi nomeado para o cargo, conforme se observa a seguir.

Para substabelecer em melhor forma o Governo das Minas fui servido nomear-vos [Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho]

para *Governador de São Paulo e das Minas do Ouro* de todos aqueles distritos. E ordenar-vos [...] [que] passeis à Capitania de São Paulo ou Distrito das Minas e façais a vossa residência ao Meu Serviço, pondo em execução que se *fundem algumas povoações para que as pessoas que assistem nas Minas vivam reguladas e na subordinação da justiça* [...] Da vossa prudência e zelo, com que me servis, *confio o acerto e a melhor arrecadação dos quintos*; tomando as informações necessárias procureis estabelecer a fórmula com que se possam evitar os descaminhos que se cometem no pagamento dos quintos do ouro [...] E por evitar alterações entre os governos me pareceu declarar-vos que não haveis de ter nesse São Paulo, em que vos tenho por estar nomeado, outra subordinação mais que ao Governador e Capitão Geral da Bahia (Grifos nossos)²⁶.

A instalação da nova unidade territorial refletiu o desejo da metrópole de implantar uma autoridade lusa “representativa” nas minas, capaz de sujeitar os povos à condição de vassalos obedientes e, com isso, resolver as tensões entre paulistas e emboabas, reduzir o poder dos homens de “serra acima”, dos forasteiros, que tinham colocado em ameaça a soberania da Colônia, e garantir a aplicação das leis e da justiça e a eficiência na arrecadação do quinto. Oficialmente, a sede da nova capitania era a vila de São Paulo, povoado elevado à categoria de cidade para servir de capital do governo recém criado. Mas, ali, o ministro apenas tomaria posse, já que, conforme determinação real, após esse ato ele deveria imediatamente passar às minas e fixar residência no lugar mais conveniente.

A investidura em São Paulo, segundo a concepção de Romeiro (2008), era um ato simples, mas recheado de simbolismo, pois, ao negociar primeiramente com os paulistas, a metrópole procurou despertar no espírito desses homens a visão de que eram proeminentes diante dos outros povoadores, reconhecendo-os como responsáveis pelo descobrimento do ouro. E ainda procurava resolver duas pendências: a) reparar o incidente ocorrido em Guaratinguetá, quando o governador no retorno da sua viagem às minas encontrara com o exército de paulistas liderado por Amador Bueno da Veiga e se recusara a subir com eles para destronar os forasteiros; b) e persuadir os paulistas à sua obrigação de vassalos, de modo a trazê-los para o novo ordenamento político proposto pela metrópole para as minas, qual seja, o da conciliação com os *emboabas*.

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, após a posse, seguiu para as minas dos *Cataguases* e, em dezembro de 1710, estabelecido no precário povoado de Ribeirão do Carmo, convocou os vigários das varas dos distritos dos Rios das

²⁶ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.11, n.1, p.685-686, 1907.

Velhas e das Mortes, de Caeté, Sabará e Ouro Preto, os superintendentes, capitães-mores, guarda-mores e procuradores da real fazenda e os habitantes para notificar sua investidura na administração da nova capitania. Como ordenado pelo rei, o governador deveria implantar as medidas necessárias para conservação daquela conquista, buscando, principalmente, tratar “da criação das vilas para que nelas e em seus termos os povos vivessem em sociedade segundo as leis”, do “meio mais suave para arrecadação dos quintos” e “do mais que fosse preciso para o aumento e conservação da capitania”. O monarca primeiramente determinou o levantamento de um Regimento de Infantaria para “executar as ordens” e a justiça “com toda liberdade²⁷”.

No conjunto geral das instruções reais passadas a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, a idéia principal da administração do novo governo proposta pela Coroa fundava-se no princípio básico da conciliação entre paulistas e *emboabas*. A jurisdição recém criada deveria ser “representativa” para todos, isto é, homens do planalto, reinóis, baianos, pernambucanos, cariocas etc. Na criação dos postos do Regimento de Infantaria, por exemplo, a normativa real determinou que paulistas e forasteiros fossem providos com igualdade. O governador, além de confirmar cargos e pessoas em postos, criou outras funções, atendendo às demandas surgidas para a nova administração, procurando manter o princípio básico da paridade na nomeação dos membros. A estratégia adotada pelo ministro era semelhante à empregada por Artur de Sá e Menezes: cooptar os “homens coloniais” (paulistas e forasteiros) por meio da distribuição de honras e mercês, a fim de despertar entre eles a vocação para se tornarem vassalos úteis ou braços fundamentais do Estado nascente²⁸.

²⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.7, n.1/2, p.55, 1902. COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. p.125-126.

²⁸ Em 1711, há vários registros de patentes concedidas pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho a diversas pessoas como: a) Borba Gato (patente de *guarda-mór* dos distritos do rio das Velhas, Sabará e Caeté, com o objetivo de coibir os extravios, policiar os distritos citados e remeter os quintos para o Rio); b) Domingos da Silva Bueno (patente de *guarda-mór* das Minas dos Cataguases); c) Joseph Rabelo Perdigão (patente de *superintendente* do distrito do Ribeirão do Carmo, com objetivo de cumprir as funções civil e criminal); d) Lourenço Carlos (patente de *superintendente* do Serro Frio, com o objetivo de administrar “a justiça a todos os moradores, por se achar separado e em tão grande distância destas minas gerais e se evitar as desordens”); e) Antônio Correa Arzão (nomeado para “o governo do distrito do Serro Frio”, com o objetivo de “zelar pela conservação da paz entre a população, de modo a sujeitá-la à boa administração da justiça”, fazer as diligências necessárias para novos descobrimentos e ajudar o superintendente na boa arrecadação da Fazenda Real”); f) Antônio Dias de Oliveira (patente de *capitão e guarda-mór* de todos os descobrimentos de ouro para “se evitarem os descaminhos e desordens com que se estavam lavrando o ouro ocultamente” pelos sertões do Caeté); g) Garcia Rodrigues Velho (patente de *capitão mor* do novo descobrimento das Esmeraldas, “pela conveniência de se repetir a mesma diligência” e

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho criou uma força estabilizadora, uma estrutura regulatória e um instrumento de governo “representativo”. Investido de autoridade legítima, com privilégios e prerrogativas passados pelo monarca, o novo governador assegurou que a presença real fosse corporificada e percebida nas Minas. O memorialista José Joaquim da Rocha (1995, p.89) destacou que Albuquerque foi “o primeiro que susteve com desembaraço as rédeas do governo; que pisou as Minas com luzimento e firmeza do caráter em que o rei o pusera; que promulgou as leis do soberano e fez respeitar neste Continente o seu nome”. Elementos territoriais implantados por esse administrador nas vilas como a igreja, o pelourinho, a câmara etc figuraram como importantes símbolos do ethos reinol: lembranças da herança portuguesa, da fé católica, da lealdade ao rei e ao Estado.

O governo com os homens locais significou um voto de confiança na habilidade daqueles poderosos de exercer, em prol da Coroa, a autoridade a eles delegada. Findado o levante entre paulistas e *emboabas*, o rei concedeu perdão aos revoltosos. O uso da anistia reforçava a autoridade moral do monarca. Foi um instrumento, amparado nos princípios da *persuasão* e *prudência*, invocado pelos administradores em posições insustentáveis e sem tropa para instaurar a obediência e impor a estabilidade. E, de acordo com Russel Wood (1999, p.118), exerceu “pressão no espírito de indivíduos ou grupos, tornando os colonos menos resistentes ao mando da Coroa ou à centralização do governo”. Afinal, esses homens, independentemente da origem (paulista ou *emboaba*), eram indispensáveis ao empreendimento colonial.

A institucionalização do poder governamental na *Capitania de São Paulo e Minas do Ouro* não significou a vitória total dos interesses metropolitanos e o controle político do espaço sem contestações e rebeliões. Conspirações, revoltas, motins e levantes criaram marcas indelévels dos diversos processos de territorialização gestados na nova base territorial ao longo do século do ouro, especialmente nas duas primeiras décadas do Dezoito. As ameaças eram de tal magnitude que o segundo administrador nomeado para a capitania, Dom Braz

para colher informações sobre “as várias inquietações e desordens” que estavam ocorrendo no Serro Frio); h) Manoel de Araújo (patente de *capitão da ordenança* e moradores do distrito do Caminho Novo da Borda do Campo até o Rio Paraibuna, “para que os conservasse em paz, com respeito e obediência”); i) Domingos Francisco Pinto e Sebastião Pereira de Aguiar (providos no posto de *mestre de campo dos auxiliares*, respectivamente, dos distritos de Ribeirão do Carmo e Rio das Velhas, Sabará e Caeté, para levantarem “forças de auxiliares” nos povoados destacados, capazes de, com “melhor forma e prontidão, marcharem em qualquer ocasião da defesa e conservação do novo governo e acudirem aos portos de mar mais vizinhos” quando invadidos por inimigos etc). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.777-794, 1897.

Balthazar da Silveira (1713-1717), ao comunicar publicamente a ordem emanada de Lisboa para instalação das casas de fundição do ouro nas minas, enfrentou grande oposição do povo, que o obrigou a rejeitar a prescrição real. Isso motivou o ministro de El Rei a pedir licença à Coroa para se retirar do governo e ele relatou que esperava da “magnanimidade” de Sua Majestade que não se persuadissem, pois os perigos a que estava exposto o faziam “não sacrificar, como tantas vezes” havia feito, a sua vida em prol do real serviço (VASCONCELOS, 1904, p.308).

O novo administrador empossado no cargo, Dom Pedro de Almeida (1717-1721), precisou enfrentar resistências ainda mais graves, a exemplo dos conflitos na Barra do Rio das Velhas, liderados por Manuel Nunes Viana, e do levante de 1720. Após sentir a índole insubordinada do povo e dos potentados da localidade da Barra, o ministro previu que não levaria seu governo “a bom termo”, pois, em suas palavras, “a experiência ia lhe demonstrando que a cada dia podia menos, porque nas matérias em que devia usar a força se descobriam a fraqueza e a impossibilidade”. Por isso, em 1719, de modo semelhante ao ministro anterior, o governador solicitou permissão à Sua Majestade para também se retirar do cargo, súplica atendida apenas dois anos depois²⁹.

O território da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro abarcava um “continente” dilatadíssimo, com sertões longínquos e distantes do comando central, notadamente pela parte da Comarca do Rio das Velhas cuja população crescia rapidamente e precisava de limites à falta de respeito às leis e, principalmente, às insubordinações e recusas do pagamento do quinto. Numa carta régia emitida em 21 de fevereiro de 1720, o rei manifestou a intenção de separar os distritos de São Paulo dos das Minas e criar “um novo governo”, mas precisava que o administrador Dom Pedro de Almeida tomasse as providências acerca dos limites com as jurisdições do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Pelo norte, a fronteira da Capitania das Minas se estendia até o povoado da Barra do Rio das Velhas (inclusive), área sob litígio com o governo da Bahia, que reivindicava o pertencimento desse espaço à vila da Cachoeira³⁰.

No mês de março de 1720, Dom Pedro de Almeida relatou ao ouvidor geral da Comarca do Rio das Velhas que recebera uma carta do rei na qual Sua Majestade enfatizou a intenção de estender o novo governo não só até o distrito da

²⁹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.529-532, 1933.

³⁰ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.20, p.504 e 522, 1926. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.335, 1911.

Barra, mas pelo rio São Francisco abaixo, e para efetivar essa medida necessitava que fosse assentado os limites das Minas com Pernambuco e Bahia. Um mês antes, o monarca já havia ordenado a divisão da Comarca do Rio das Velhas, muito extensa pelo vale do São Francisco, e a criação de outra unidade territorial: a do Serro Frio. A nova comarca passou a abarcar a parte norte-nordeste do sertão e, nas palavras do monarca, para evitar qualquer disputa com o governo da Bahia, “enquanto não se resolvesse o contrário” determinou que a unidade territorial recém criada, mais próxima de Ouro Preto do que de Salvador, ficasse sob o domínio da Capitania das Minas.

Passados alguns meses, em dezembro, Dom João V, após consultar o Conselho Ultramarino, o Marquês de Angeja e “várias pessoas” práticas do assunto, declarou que para o “bom governo das Capitanias de São Paulo e Minas e sua melhor defesa” era conveniente que a de São Paulo se separasse das Minas, “ficando dividido todo aquele distrito que até agora estava na jurisdição de um só governador em dois governos e dois governadores”. O monarca novamente ordenou ao Conde de Assumar, administrador da Capitania das Minas, que “se informasse sobre os confins da nova jurisdição com os governos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco para evitar qualquer disputa entre eles³¹”.

Os principais acontecimentos que impulsionaram a Coroa a dividir a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro foram os conflitos de jurisdição entre os governos da Bahia e das Minas pela disputa de localidades situadas no alto vale do São Francisco e os diversos movimentos (motins e rebeliões) de contestação à territorialidade implantada pela metrópole, ora liderados por escravos como os ocorridos entre 1711 e 1719, ora por potentados como os do Morro Vermelho em Vila Rica (1715), de Pitangui (1717-1719), da Barra do Rio das Velhas (1718-1719) e de Ouro Preto (1720)³². Com o novo recorte territorial, a administração portuguesa intentava marcar, mais ostensivamente, a sua presença em outras partes das Minas, dividindo um território de grande extensão continental para melhor governá-lo, de modo a expandir o complexo aparato administrativo, judiciário e militar implantado

³¹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.24, p.505, 569 e 660-661, 1933. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.30, p.123-124, 1979.

³² No movimento sedicioso de 1720, comandado por Pascoal da Silva Guimarães contra a instalação das casas de fundição pelo governador Conde de Assumar, os potentados portugueses viram na atuação de Dom Pedro de Almeida uma ameaça aos seus interesses, já que o Conde tinha assumido o governo da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro com o intuito de fazer exatamente o contrário: reforçar o poder da Coroa Portuguesa. Uma das consequências desse movimento foi o envio da tropa de dragões para as Minas, que na opinião do Conselho Ultramarino tinha como missão a “guarda dos governadores”, o “comboio da fazenda de Sua Majestade” e o “socorro contra algumas pessoas poderosas que se faziam fortes com seus escravos (FONSECA, 2007, p.559)”.

desde a fundação daquela capitania, fundamental para garantir a previsibilidade da ordem social e a eficácia na arrecadação tributária, em especial do quinto.

A administração de Dom Pedro de Almeida, governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro no período entre 1717 e 1720 e da Capitania das Minas entre 1720 e 1721, foi um divisor de águas em relação ao exercício e implantação do poder metropolitano no Estado das Minas. Talvez porque a maioria dos motins e rebeliões anteriormente citados estiveram concentrados no seu governo, exigindo do mesmo uma posição enérgica, até mesmo discricionária. De acordo com Souza (1999), o Conde de Assumar foi o primeiro governador português que na história da administração colonial executou, sumariamente, um homem branco de certa “qualidade”: Felipe dos Santos, envolvido na sedição de 1720. A condição social desse insurreto o tornava passível de ser julgado por uma Junta de Justiça, mas para justificar sua atitude arbitrária, Dom Pedro redigiu o famoso *Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*³³.

Na oratória, o ministro postulou que desde o princípio da extração do ouro surgiram as primeiras dúvidas e contendias nas minas. A justiça havia se retirado para o céu e o metal inquietava os ânimos, ocultava e encerrava em si muitos males, produzindo “gigantes e poderosos”, homens “atrevidos, rebeldes, insolentes, brutos e facinorosos”, célebres “estátuas de ouro”. A riqueza da mineração e o poderio dos potentados arrastavam os homens para os movimentos turbulentos e conspirações e até a natureza, conforme se observa na opinião do conde, a seguir transcrita, formava um clima favorável aos motins, inclinava a tumultos e persuadia desordens.

Necessariamente temos de confessar que os motins são naturais das Minas e que é propriedade e virtude do ouro tornar inquietos e buliçosos os ânimos dos que habitam as terras onde ele se cria [...] [Nas Minas], os dias nunca amanhecem serenos; o ar é um nublado perpétuo; tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre [...] A terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo e amotinada lá por dentro, é como no inferno. Bramam graves trovões continuamente. Donde se precipita o raio ardente³⁴.

O Conde sabia das limitações para garantir um eficaz e abrangente controle territorial sobre as áreas mineradoras e seu entorno. Fatores como a criação de

³³ DISCURSO histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

³⁴ Idem, p. 59, 60, 61 e 65.

territórios privados, extensão territorial da jurisdição, com alguns distritos situados a centenas de léguas dos principais centros de comando, divergências e corrupções entre funcionários empossados pelo monarca e conflitos de governança entre vilas, termos e capitanias dificultavam a implantação de um governo sólido. Ainda assim, o passo inicial para buscar tal objetivo foi a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, depois a das Minas Gerais, quando passou a existir uma presença direta e cotidiana do governo metropolitano nas minas. A disseminação e o fortalecimento desse poder ocorreram por causa da política adotada pela administração metropolitana, levada a cabo pelos governantes coloniais, de instalação de um conjunto de estruturas territoriais formado por caminhos, registros fiscais, vilas e aldeamentos, assuntos trabalhados nos dois próximos capítulos.

Os súditos, contudo, não se sujeitaram ao controle político imposto sem contestação e na perspectiva da *alteridade* buscaram se adaptar ao domínio investido pela metrópole nas autoridades portuguesas locais por meio de negociações empreendidas entre membros da elite econômica e política da capitania e ministros nomeados pelo monarca. Como veremos no próximo capítulo, os vassalos de El Rei adotaram formas de transgressão e de rebeldia à política territorial emanada do governo metropolitano para garantir interesses particulares, criando estratégias, ilegais na concepção dos dirigentes coloniais, como a construção de caminhos alternativos aos oficiais, a adoção de práticas de contrabando do ouro e a sonegação de imposto, aspectos que chegaram a ameaçar a territorialização do poder metropolitano nas Minas, mas, não a ponto de inviabilizá-lo³⁵.

³⁵ Em 1788, meio século após a instalação do Estado na capitania, às vésperas de mais uma importante rebelião, a *Inconfidência Mineira*, o ministro Martinho de Melo e Castro frisou que “entre todos os povos” integrantes das diferentes jurisdições do Brasil nenhum tinha custado mais a “sujeitar e reduzir à devida obediência e submissão de vassalos ao seu soberano” do que “os de Minas Gerais”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.6, p.14, 1844.

4. ORDENAMENTO DO ESTADO E CONTROLE DO TERRITÓRIO

O território pode ser definido por uma *dimensão material* das relações sociais, de natureza predominantemente econômica e política, e uma *dimensão cultural*, referente ao conjunto de representações sobre o espaço que confere uma identidade específica aos grupos sociais. A perspectiva materialista remonta ao geógrafo alemão Friedrich Ratzel, para o qual o território é um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado. Por essa via interpretativa, o território constitui um espaço qualificado pela dominação estatal ou de grupos: jurisdição legal, militar ou religiosa, unidade político-administrativa ou área de exercício de um domínio. É terra pertencente a alguém: um quadro determinado da superfície terrestre onde impera a posse ou o poder de um grupo sobre o espaço (HAESBAERT, 2004).

Soberania, propriedade, disciplina, vigilância, jurisdição e contestação são aspectos que caracterizam o território cuja acepção mais ampla imprime o sentido de *fechamento*. Ele encerra, portanto, uma forma de controle sócio-político do espaço pelo poder estatal ou privado, alcançada a partir de um conjunto de estratégias (ações, discursos e interesses), responsáveis por imprimir um sentido peculiar à base espacial por meio da sua repartição, gestão e ordenamento, fundamental para o controle da população e implantação da vida em sociedade. Na investigação da relação entre Estado e políticas territoriais ou do papel desempenhado pela Metrópole e pelos “homens coloniais” na conquista, organização e domínio do novo espaço, as Minas se inserem amplamente na concepção materialista de território.

Na história moderna, a repartição do espaço terrestre encontra-se entrelaçada com a afirmação das dominações estatais. O “território moderno”, de acordo com Moraes (2011, p.8), é estatal e o “estado moderno” é territorial, duas construções históricas que se complementam. Investigar a formação territorial de um país, região ou lugar pode ser um caminho fértil para o entendimento da sua geografia histórica. Toda colonização implica a expansão territorial sobre um determinado espaço por certo grupo que procura organizá-lo, ordená-lo. Na relação tecida entre sociedade e espaço destacam-se a política de conquista de “novas” terras, agregadas ao domínio territorial do Estado metropolitano, a apropriação do espaço e dos recursos

naturais nele existentes, a submissão de populações nativas e a difusão do modelo cultural da sociedade dominante.

Na Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, posteriormente denominada das Minas Gerais, a análise do conjunto de estruturas territoriais instalado pela metrópole (caminhos, registros, vilas e aldeamentos indígenas) é de fundamental importância para compreensão do papel do ordenamento na implantação e consolidação da nova jurisdição. Por meio dessas estruturas, a Coroa procurou implantar uma nova configuração socioespacial, controlar a população e normatizar a conquista, assuntos abordados neste e no próximo capítulo. Entretanto, diversas ações e estratégias, concebidas pelos dirigentes da metrópole (monarca, governadores e ministros), foram reconfiguradas nos embates tecidos com os habitantes locais, os quais se aproveitaram de características peculiares da Colônia para alcançar os seus objetivos. Como salientou Straforini (2009, p.13-14), “a essência do território aurífero foi o forjamento de uma *alteridade territorial*”: um território que não era produzido segundo as lógicas exclusivas do poder metropolitano e tão pouco dos interesses internos, mas da “sobreposição contraditória e conflituosa dos mesmos”.

Os conflitos se tornaram evidentes nos embates comandados por potentados locais, nos motins e rebeliões da população das vilas, nas práticas de contrabando de ouro e diamantes, na abertura de picadas clandestinas, por onde circulavam pessoas e mercadorias, nas corrupções dos funcionários régios no exercício das suas funções “públicas”, nos choques com grupos indígenas etc, evidências que refletem movimentos de resistência e tentativas de implantação de territorialidades distintas. Mudanças e reorientações em diversas ações concebidas pelo governo metropolitano não inviabilizaram o empreendimento da Coroa que se distanciou tanto da idéia de um pacto civil, a instituir o poder monárquico, quanto do modelo de conquista soberana, e se materializou, expandiu e consolidou com base no conflito/interação entre verticalidade e horizontalidade, duas dimensões distintas, mas complementares, marcadas, sobretudo, respectivamente, pela *centralização* e *reconfiguração* ou, de um prisma espacial, conforme destacou Straforini (2009), pela *alteridade territorial*¹.

¹ O Estado lusitano enfrentava fortes obstáculos na tarefa de impor sua soberania no território das Minas Gerais. Mas, como postulou Silveira (2001, p.142-143), “isso não significou a ineficiência completa das regras e das instituições do Estado, uma vez que a escravidão manteve-se sempre em funcionamento, os tribunais atuaram na solução de conflitos cotidianos, os impostos foram cobrados e os mercados se expandiram”.

Na análise do papel desempenhado pelas rotas de circulação na produção do território colonial mineiro, responsáveis pela articulação dos interesses ora convergentes ora divergentes da Coroa portuguesa e dos “homens coloniais”, o estudo de Rafael Straforini, aqui tomado como ponto de partida para a construção do próximo item deste capítulo, oferece importantes contribuições². De acordo com Straforini (2007, p.113-114; 2009, p.14), para que a Metrópole estendesse seu poder às minas era preciso primeiramente fazê-lo chegar à zona, ou seja, “criar uma contiguidade territorial” entre aquela área e os portos de escoamento. Essa função coube ao sistema de circulação terrestre, que se tornou uma “base material e normativa” responsável pela sustentação da nova configuração territorial. Mas, como nenhuma Provisão Régia se impunha da forma como fora emitida, pois ao rebater no espaço colonial encontrava uma sociedade já enraizada, que tinha projetos políticos, econômicos e sociais já estabelecidos, as diversas ações e interesses (coloniais e metropolitanos) tiveram que se ajustar. Ou seja, as redes de circulação também se tornaram espaços de manifestação da *alteridade*, produzida por aqueles que exerciam o poder e/ou utilizavam os caminhos para o trânsito, bem como por toda a sociedade colonial que dependia dessas estradas em suas múltiplas e ricas atividades cotidianas. É o que veremos a seguir.

Estruturas espaciais de circulação e de fiscalização

4.1. As estradas reais

O homem empenhou-se, desde o princípio, em todos os lugares onde o destino o levou, na resolução do problema da circulação (LA BLACHE, 1954, p.291), imputando às comunicações e aos transportes uma influência considerável sobre a formação territorial dos territórios dos Estados-nações. No caso do Brasil, país de grande dimensão continental, a situação não foi diferente. Os caminhos, concebidos no âmago dos conflitos de interesses entre os funcionários a serviço da metrópole e os “homens coloniais”, ambos responsáveis pela utilização das vias, seja para práticas legais ou ilícitas, cumpriram a função de assegurar o domínio e a expansão da colonização portuguesa.

² STRAFORINI, Rafael. *Tramas que Brilham: Sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII*. Tese (Doutorado em Geografia). 293f. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

As vias de circulação terrestre constituíram uma *variável espacial* importante na interiorização do poder da Coroa. Na opinião de Straforini (2007, p.151; 2009, p.7-8), elas figuraram como “estruturas materiais representativas da territorialização do Estado”, fundamentais para a conquista e consolidação do empreendimento metropolitano, a “condição material necessária para o movimento” de “invasão” (migração) e inversão dos sertões³. Os caminhos eram tecnicamente limitados pelo imperativo da natureza devido à aspereza dos terrenos e abundância de cursos d’água. O método de construção, visando melhor orientação e economia, estava determinado por dois condicionantes geográficos básicos: direcionamento pelas gargantas de serras e acompanhamento de rios. Não existiam recursos para construir, em extensões tão consideráveis, estradas regulares. Salvo nas áreas de terreno plano, com cobertura florestal esparsa, as dificuldades de trânsito eram enormes e as picadas consistiam de veredas estreitas e tortuosas, a exemplo das passagens da serra do Mar e de algumas zonas acidentadas próximas às minas. O transporte de cargas era efetuado no dorso de animais (nas zonas íngremes esse papel era desempenhado pelo burro em razão da sua resistência física), descarregados e carregados várias vezes para cruzar empecilhos como rios, serras e desfiladeiros⁴.

As características geográficas da zona da mineração e de algumas áreas de acesso a elas, a grande distância do litoral, a presença de obstáculos físicos (relevo

³ No deslocamento para as minas, as vias fluviais tiveram também importância fundamental, mas foram utilizadas, especialmente, nas zonas mais próximas do litoral devido às características favoráveis da navegação de vários rios, ponto de entrada principal de diversas expedições desde o início do período colonial. Em contrapartida, nas áreas interioranas ou das minas, dada as peculiaridades do relevo acidentado, muitos cursos d’água são impróprios à navegação, pois a drenagem é, geralmente, interrompida por saltos e cachoeiras ou formada por corredeiras. O clima tropical dessas áreas ainda dificulta a navegação em algumas épocas do ano pela extrema irregularidade, pois na estação das chuvas as águas se avolumam e na seca o leito do rio pode não dar calado para determinadas embarcações, se tornando perigoso devido ao afloramento de rochas e outros empecilhos, às vezes intransponíveis ao longo do percurso. Isso tornava necessário contornar os obstáculos por terra, levando às costas as barcas e suas cargas. Os rios se passavam, em geral, a vau, dada a inexistência de pontes, o que obrigava, muitas vezes, a voltas consideráveis em busca de lugares próprios para a travessia. Daí o emprego prioritário de “canoas” nas vias fluviais, embarcação indígena de fundo chato, talhada num único tronco inteiriço de árvore que oferecia as vantagens de grande resistência e pequeno calado.

⁴ As viagens eram condicionadas pela estação climática. Na maioria dos casos, como o leito das vias não era revestido, na época das chuvas as rotas se tornavam escorregadias, perigosas pelos lamaçais, erosões e rochas soltas. No verão, os caminhantes começavam a percorrer as estradas pela madrugada (entre cinco e seis horas da manhã) até por volta do meio dia. O ouvidor Caetano da Costa Matoso (1999, p.893), quando passou pelo Caminho Novo em 1749, fez a seguinte observação sobre a forma do deslocamento: “[...] Quem faz por este caminho jornada com mais cômodo, neste tempo se arrancha de manhã porque ou entra o Sol a fazer impressão com excesso, por andar por cima da cabeça dos que habitam estas alturas, ou se entra a nublar (que é o mais ordinário) e armam-se trovoadas insofríveis, pelo horror que metem por entre estes matos e fazem maior eco pela quantidade de chuva que lançam”.

acidentado, coberturas florestais e rios com diversos acidentes naturais) irão dificultar o trânsito nesses espaços de difícil penetração. Disso resultam comunicações difíceis e morosas, que imprimem aos transportes na Colônia uma temporalidade lenta, mas, ainda assim, importante para compreender a expansão e a consolidação do empreendimento metropolitano nas Minas. Apesar dos diversos empecilhos impostos pela geografia do terreno e das imensas distâncias entre o litoral e o interior, a condução de gêneros do comércio colonial, essencial para a sustentação da sociedade mineradora, não se tornou inviável, pois, segundo Prado Júnior (1977), as duas principais mercadorias da época, gado e escravos, se autotransportavam.

As dificuldades de circulação culminaram na rápida apropriação pelos colonizadores dos itinerários tradicionais preexistentes nas áreas onde existia uma ligação terrestre regular entre o litoral e o interior. Isso porque algumas das mais importantes vias terrestres abertas no princípio do século Dezoito levaram apenas alguns anos para serem concluídas. Essas rotas existiam como trilhas antes da descoberta do ouro e foram percorridas pelos bandeirantes em suas entradas. José Álvares de Oliveira, autor de uma informação datada de 1750, confirmou que “os primeiros caminhos que davam acesso às Minas eram antiquíssimos” e, por eles, as bandeiras paulistas seguiam para o sertão dos índios *Cataguases* (MATOSO, 1999, p.277). Os próprios nativos capturados no sertão foram os responsáveis por fornecerem indicações sobre os percursos. Por isso, na fase inicial de expansão dos homens do planalto, as trilhas indígenas foram responsáveis por fixar a direção do deslocamento, de maneira semelhante ao papel desempenhado pelos cursos d’água nas zonas mais próximas do litoral⁵.

As *estradas reais* eram caminhos oficiais onde o poder metropolitano se fez presente, ao longo ou no seu entorno, por meio de políticas de ordenamento. Essas rotas foram concebidas desde o século XV nas *Ordenações Afonsinas* como direito

⁵ Os exemplos de antigas trilhas indígenas, usurpadas por colonizadores, são vários como os da picada de Piabiru para Guairá, trafegada pelas bandeiras de ataque às missões, a de Guaianá, que do Rio de Janeiro dava acesso aos arredores das minas, trilhada pela expedição de Martim de Sá, a do Caminho Novo, “aberta” por Garcia Rodrigues Paes a partir de antigas “malhas viárias indígenas pré-cabralinas” segundo Venâncio (1999, p.181-189), entre outras. A vereda dos índios *Guaianases* se transformou numa das primeiras rotas de entrada para o interior. Da praia de Parati, a picada demandava o cume da serra do Mar, em direção aos campos do Cunha para daí atingir o vale do rio Paraíba nos arredores de Taubaté. Na opinião de Abreu (1998, p.266), o governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, quando visitou as minas pela primeira vez, “seguiu uma trilha antiquíssima dos *Guaianases*, pois, do mesmo modo que a gente de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, os fluminenses não se animaram a varar a mata de um a outro lado”. Mais tarde, essa estrada passou a ser denominada *caminho do Mar*, em função do trecho de viagem marítima entre Angra dos Reis e Parati.

real e por elas transitavam comerciantes, escravos, viajantes e animais, além de uma diversidade de mercadorias como gado, cavalos, fazendas secas e molhadas, ferro, aço, ferramentas empregadas na mineração e agricultura, ouro e diamantes. A administração colonial procurou obrigar os viajantes a se deslocarem exclusivamente por essas vias, concedendo sesmarias para incentivar a formação de roças e pousos, fundamental para garantir o deslocamento de tropeiros e o abastecimento dos animais, e emitindo ordens para a conservação dos trajetos pelos roceiros. Os impostos arrecadados na capitania (em moeda, ouro em pó ou em barra e diamantes) eram enviados ao Rio de Janeiro exclusivamente pelas *estradas reais* sob forte escolta militar. Para garantir o controle sobre o trânsito, a metrópole determinou a implantação de *registros* ao longo das vias, postos destinados à fiscalização dos viandantes e à cobrança e conferência do imposto sobre as mercadorias circulantes e as riquezas extraídas na capitania⁶.

Nos primeiros anos da descoberta do ouro havia dois caminhos principais que ligavam o litoral ao sertão das minas: a estrada da Bahia e a de São Paulo. A via paulista era uma das mais antigas do período colonial, trilhada pelos bandeirantes desde quando esses povos se deslocavam para os vales dos rios Doce e São Francisco com o intuito de prear índios. Do distrito de São Paulo existiam duas possibilidades para se alcançar os arredores do rio das Mortes: pelo vale do rio Paraíba ou por Atibaia. Essas duas rotas se encontravam nas imediações do morro de Caxambu, pouco depois de ambas transporem o rio Verde. A primeira estrada era mais antiga, trilhada por várias bandeiras como vimos no Capítulo 2, e o acesso ao interior era efetuado através de veredas indígenas, percorrendo as atuais localidades de Penha, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Laranjeiras, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá. Desse ponto em diante, os sertanistas deixavam o rio Paraíba para caminhar em direção à garganta do Embaú, ponto de subida menos declivoso da serra da Mantiqueira⁷.

⁶ A função de *estrada real* foi desempenhada particularmente pelo *Caminho Novo*. Em 1729, por exemplo, o sertanista Garcia Rodrigues Paes, em carta ao rei, escreveu que a via servia de “Estrada Real para as Minas (RENGER, 2007, p.134)”. Esse papel foi reiterado por Anastácio de Santana, no *Guia dos Caminhantes*, quando o autor, em 1817, representou as Capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais e assinalou a seguinte expressão ao longo da principal via que ligava essas duas jurisdições: “Estrada Real que vai da cidade do Rio de Janeiro para as Minas e sertões e continua até a Bahia”. O mapa desse cartógrafo encontra-se disponível na *Fundação Biblioteca Nacional*.

⁷ O caminho de Atibaia, em alguns mapas denominado “caminho que vai para o Rio das Mortes”, mais recente quando comparado ao do vale do Paraíba, provavelmente surgiu na segunda metade do Seiscentos. A porta de entrada era pelo arraial de Atibaia, povoado cuja construção da capela, dedicada a São João Batista, data de 1665. A via atravessava, além do arraial citado, as localidades atuais de Bragança Paulista e Extrema e os vales dos rios Mandu e Sapucaí. A subida da serra da Mantiqueira era efetuada pelo vale do rio Jaguari. Uma das principais referências ao longo do trajeto

O sertão das minas pertencia administrativamente à Capitania do Rio de Janeiro, o que motivou, logo após os primeiros anos da descoberta do metal, a abertura de uma estrada a partir dessa cidade. A rota ficou conhecida como caminho do *Perequê, do Mar* ou de *Parati* e consistia numa combinação de vias terrestre e marítima. A picada começava na baía de Guanabara, aproveitando-se da estrada do Taguaí até os arredores da localidade de Santa Cruz, onde a deixava para atingir a guarda de Sepetiba. Desse “porto” em diante, até alcançar a costa litorânea do arraial de Parati, a rota era percorrida por via fluvial, passando no estreito entre a vila de Angra dos Reis e a Ilha Grande. Para subir o íngreme paredão da serra do Mar, a estrada valia-se da antiga trilha dos índios *Goianases*, cruzando a localidade à época denominada Facão (atual cidade de Cunha, SP), no alto vale do rio Paraitinga. Do cume da elevação citada, o caminho descia rumo ao vale do rio Paraíba até a Encruzilhada, nas imediações entre Taubaté e Guaratinguetá, onde se juntava à estrada principal, ou seja, que partia de São Paulo pelo vale do Paraíba⁸.

Os trajetos paulista e fluminense faziam parte do *Caminho Geral do Sertão*. Um ex-governador da Capitania do Rio de Janeiro, que escreveu a *Informação sobre as minas do Brasil* nos primeiros anos do século Dezoito, relatou que essa via era a “única” existente “para as minas a partir de todas as povoações do Sul”, ou seja, “os distritos de São Paulo e Rio de Janeiro”. O itinerário, após o entroncamento das duas rotas nos arredores da vila de Guaratinguetá, era o seguinte: do sopé da serra da Mantiqueira caminhava-se em direção à garganta do Embaú, passando depois pelas localidades de Passa Trinta, Pinheirinhos, Rio Verde, Pouso Alto, Boa Vista, Caxambu, Baependi, Pedro Paulo, Carrancas, Rio Grande, até o arraial do rio das

consistia no morro do Lopo (localizado entre os municípios de Bragança Paulista e Extrema), citado em relatos de viajantes e amplamente representado na cartografia do século XVIII. Dom Rodrigo de Castelo Branco, quando partiu de São Paulo para o sertão em 1681, passou por essa rota (ANTONIL, 1982; COSTA, 2005, p.55; VILLANUEVA, 2006). INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.173, 1935.

⁸ Os administradores Rodrigo César de Meneses e Antônio da Silva Caldeira Pimentel, governadores de São Paulo, mostraram-se preocupados com o transporte dos quintos entre esta jurisdição e a cidade do Rio de Janeiro em função dos constantes riscos de naufrágios das embarcações e dos ataques de Piratas no trecho marítimo do *caminho do Mar*. Como consequência, o rei de Portugal, D. João V, em 1728, ordenou ao dirigente da Capitania do Rio de Janeiro, Luís Vaia Monteiro, a construção de uma via unicamente terrestre entre o vale do Paraíba paulista e a dita cidade. Este governador respondeu ao monarca que tinha promovido a abertura da picada e facilitado a sua construção com a concessão de várias sesmarias ao longo dela, obrigando os sesmeiros a cultivarem a terra e a ajudarem na nova empreitada. A via começava nos arredores da localidade de Facão e passava ao norte da serra da Bocaina (proximidade da atual cidade de Bananal), cruzando a serra do Coutinho, a alta bacia do rio Pirai, a freguesia de São Marcos, o alto e o baixo vale do ribeirão das Lages até encontrar-se com o caminho de Taguaí, nas imediações da localidade de Santa Cruz. Informações retiradas da *Planta em que se mostram as guardas e os registros que há na Capitania do Rio de Janeiro*, autor desconhecido (1767), e do *Mapa da Capitania de São Paulo e seu Sertão*, de Francisco Tosi Columbia (1766), depositados na Fundação Biblioteca Nacional.

Mortes (atual São João Del Rei). A partir deste povoado, de acordo com Francisco Tavares de Brito, autor de um itinerário com a descrição dos caminhos para a zona do ouro (1729), chegava-se às minas dos *Cataguases* em cinco ou seis dias, passando pelas localidades de Lagoa Dourada, Carandaí, Camapuã, Suaçuí, Redondo, Congonhas (serra da Moeda), Chiqueiro (arredores da serra de Itatiaia) e Ouro Preto (MATOSO, 1999, p.902-903)⁹.

Figura 16 - Trecho do Caminho Velho. Serra da Moeda, Moeda (MG)



Autor: Glauco Umbelino (2011).

O percurso pelo *Caminho Geral do Sertão*, do Rio de Janeiro às minas dos *Cataguases*, era longo, em torno de 60 a 75 dias. Dom Álvaro da Silveira e Albuquerque, governador da jurisdição citada, em 1702 relatou ao rei que “a maior parte da estrada era andada a pé, subindo e descendo serras em muitos dias”. Em função da presença de vários cursos d’água, os viajantes eram obrigados a transpô-los com o próprio corpo, em canoas ou em pontes de dois paus, comumente

⁹ A *Estrada Geral do Sertão*, após a “abertura” de uma nova rota de acesso às minas a partir do Rio de Janeiro (o *Caminho Novo*), ficou conhecida como *Caminho Velho*. Um pequeno trecho desta via está apresentado na Figura 16.

armadas pelos que chegavam primeiro aos ribeiros. Ao longo da via, até o “sustento grosseiro era muito custoso (DINIZ, 1961, p.175)”. Outra grande dificuldade no percurso estava na passagem da serra do Mar, onde o trajeto era precário devido aos constantes lamaçais na época chuvosa, precipícios e subidas íngremes. Esse ponto da estrada demorou a comportar a utilização de animais, ainda assim com grande risco, pois os cavaleiros tinham que apear, retirar as cargas dos burros e caminhar puxando as montarias. O trecho marítimo entre Angra e Parati era também de grande risco para os viajantes, especialmente para os funcionários da fazenda real, responsáveis pelo transporte dos quintos do ouro, tanto pelos frequentes naufrágios das embarcações quanto, sobretudo, pelos ataques de piratas, refugiados na Ilha Grande.

A estrada paulista se estendia pelo sertão até o vale do São Francisco. Esta área, trilhada desde quando as bandeiras paulistas e entradas baianas se deslocavam para o interior com o objetivo de capturar índios, foi ocupada com criação de gado ao longo do século Dezesete. Com a descoberta de ouro nos altos vales dos rios das Velhas e Doce, um ex-governador da Capitania do Rio de Janeiro, autor da citada *Informação sobre as minas do Brasil*, relatou que “os moradores das beiras e sertões” do primeiro rio aludido, das povoações da Bahia, Pernambuco e Maranhão, assim das “costas do mar como dos recôncavos e sertões dos seus distritos”, atraídos pela fama do metal, “começaram a subir para as minas pelo mesmo caminho que trazia os paulistas” para o São Francisco¹⁰. Muitas fazendas situadas no vale desse curso d’água eram entrecortadas por picadas como a do “Mestre de Campo Matias Cardoso” (que de São Paulo alcançava o curso superior do rio São Francisco), a do “Caminho Novo do Gado” (que acompanhava o rio das Velhas pelo lado esquerdo, cruzava o São Francisco e passava por Paracatu e Goiás até chegar ao Piauí, importante centro pecuário), a do “Caminho de João Gonçalves do Prado” (atalho entre as minas e a Bahia pelo vale do Jequitinhonha), a estrada do Figueira (aberta para ligar as fazendas de gado do potentado Antônio Gonçalves Figueira, localizadas no sertão do rio Verde, ao distrito de Pitangui), entre outras¹¹. O memorialista Francisco Tavares de Brito destacou que o distrito de Sabará era a porta de entrada da área mineradora pelo norte, lugar onde, por causa

¹⁰ INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.173-174, 1935.

¹¹ Informações retiradas do *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brasil* (Figura 15, p.135). Alguns dos caminhos citados, a exemplo dos de João Gonçalves do Prado e Antônio Gonçalves Figueira, surgiram apenas após a descoberta do ouro.

da necessidade de abastecimento da população da zona de exploração do ouro, vinham parar “todas as carregações que saíam da Bahia e Pernambuco pelas estradas dos Currais e rio São Francisco” e entravam os gados, “comum sustento das Minas (MATOSO, 1999, p.908)”.

Da cidade da Bahia para o arraial de Sabará, o deslocamento ocorria, basicamente, a partir de dois trajetos. Ambos partiam do recôncavo em direção à paragem da Cachoeira, passando pelo vale do rio Paraguaçu até Tranqueira, nas proximidades do rio das Contas, onde a via se dividia. O primeiro percurso, numa distância de 237 léguas, atravessava as localidades de Brejo Grande, Morrinhos e Matias Cardoso até alcançar o São Francisco, percorrendo boa parte do trajeto pelas margens desse curso d’água e cruzando os currais do Figueira. Na barra do rio das Velhas, a estrada deixava aquele curso d’água e subia pela margem do afluente citado para alcançar o povoado de Sabará. O segundo caminho, numa distância de 186 léguas, demandava as nascentes do rio Verde Grande, passando pelo espigão divisor de águas das bacias do São Francisco a oeste e do Pardo e Jequitinhonha a leste, em direção ao sul e sudoeste, cortando o alto vale do rio Verde Grande e a localidade de Itacambira até sair no Campo da Garça (altura do rio Paraúna, proximidades da atual cidade de Curvelo), último curral do rio das Velhas, onde se encontrava com o primeiro caminho. A construção desse trajeto alternativo, aberto pelo lado leste da serra do Espinhaço, foi ordenada pelo sertanista baiano João Gonçalves do Prado e tinha como objetivo encurtar o percurso entre a Bahia e as Minas e evitar as margens do rio São Francisco, atingidas pela malária e por alagamentos na época da cheia (CALÓGERAS, 1904, p.55)¹².

As estradas da Bahia formavam uma importante rota de ligação mercantil entre o recôncavo e a zona da mineração e por elas era efetuado o provimento da população das minas com boiadas engordadas no vale do São Francisco. Muito extensas quando comparadas aos outros dois importantes caminhos de acesso às minas (o velho de São Paulo e o novo do Rio de Janeiro), as vias baianas

¹² No retorno às capitânicas do norte, muitos viajantes preferiam a rota fluvial oferecida pelos rios das Velhas e São Francisco (primeiro caminho). De acordo com um ex-governador do Rio de Janeiro, comerciantes e negociantes podiam adquirir ou fabricar “grandes e boas canoas” com madeira extraída das matas que cercavam as lavras de ouro e efetuar a viagem de volta até o trecho encachoeirado de Paulo Afonso, num percurso de apenas 15 dias. O memorialista ainda completou que “só nessas partes” das minas “havia paus capazes” de fazerem canoas “e antes de se tirar ouro naqueles distritos [Sabará etc], os paulistas as faziam e por negociação as vinham vender pelo rio abaixo”. INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.175, 1935.

dispunham de uma grande vantagem do ponto de vista da topografia e hidrografia dos terrenos: menos entraves físicos (rios e serras) ao longo dos trajetos. O percurso aberto por João Gonçalves do Prado, por exemplo, cortava, em sua maioria, áreas planas, favoráveis ao transporte de gado e com recursos alimentares. A conveniência do trânsito por essas estradas, advinda da infra-estrutura de hospedagem e alimentação, era de tal ordem que um ex-governador do Rio de Janeiro relatou que “em todo o caminho” da Bahia encontravam-se “águas abundantes, farinhas, carnes, peixe, frutas, laticínios, cavalos para a condução, postos para a troca deles e pousos, sem risco de *Tapuias* nem de outros inimigos¹³”.

O vale do São Francisco, dilatado em extensão territorial, era pontuado de currais até a barra do rio das Velhas, razão pela qual o percurso entre a Bahia e as minas passou a ser conhecido por *Caminho dos Currais*. O gado tinha uma importância elementar no abastecimento da população mineira, sobretudo nas primeiras décadas após a descoberta do ouro, e como a negociação era efetuada com o metal não quintado a administração colonial temia o descaminho e a evasão do quinto. As condições geográficas do percurso eram favoráveis ao contrabando e dificultavam o controle pelas autoridades, haja vista as facilidades de comunicação devido ao relevo majoritariamente plano e vegetação esparsa e à presença de diversos atalhos, muitos deles construídos para desviar dos postos fiscais e permitir aos viajantes burlar a cobrança de impostos e a revista dos que saíam das minas. Esses motivos relatados e o florescente comércio de boiadas, escravos e mercadorias motivaram a Coroa a proibir o trânsito de pessoas e fazendas ao longo do caminho da Bahia, conforme se observa na ordem a seguir transcrita:

E porque podem vir vários gêneros da Bahia às Minas para serem vendidos, dos quais não se pode fazer averiguação do seu precedido [...], o guarda-mór mandará logo despejar aos que os trouxerem porque não fique prejudicada a Fazenda Real no ouro em pó que hão de levar para a Bahia¹⁴.

O monarca autorizou a introdução de fazendas, pessoas e escravos apenas pelo porto do Rio de Janeiro, ou seja, pela estrada de São Paulo, pois, na visão da administração colonial, a presença de somente um caminho de acesso às minas

¹³ Idem, p.179-180. Em 1711, o padre Antonil (1982, p.187) relatou que “o caminho da Bahia para as minas” era “muito melhor que o do Rio de Janeiro e o da vila de São Paulo”, pois, apesar de “mais comprido”, era “menos dificultoso, por ser mais aberto para as boiadas, mais abundante para o sustento e mais acomodado para as cavalgaduras e para as cargas”.

¹⁴ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p.407-415, 1913.

garantiria melhor eficiência na cobrança dos impostos e redução no extravio do ouro, muito frequente à época no percurso da rota dos currais. Contudo, o fornecimento de gado proveniente do vale do São Francisco à população dos núcleos mineradores era uma prática consolidada e o crescimento demográfico acentuado e os episódios periódicos de fome no princípio da exploração do ouro tornavam inexequível a proibição da entrada de animais. Logo, após dois anos (1702), o rei estipulou uma exceção na proibição para o comércio do gado, mas, paralelamente, emitiu outra ordem para obter controle sobre os impostos advindos da comercialização das boiadas.

Nenhuma pessoa do distrito da Bahia poderá levar às Minas, pelo caminho do Sertão, outras fazendas ou gêneros que não sejam gado. E querendo trazer outras fazendas, as naveguem pela Barra do Rio de Janeiro e as poderão conduzir por Taubaté ou São Paulo, como fazem os mais, para que, desta sorte, se evite levar ouro em pó¹⁵.

[E como] muitas pessoas da Bahia ou daquele distrito trazem ou mandam gados para serem vendidos nas Minas, de que se pode seguir o descaminho de meus quintos porque como o que se vende é a troco do ouro em pó, toda aquela quantia se há de desencaminhar, [ordeno ao] superintendente, guarda-mor ou menor ou outro qualquer oficial que tendo notícia [da chegada de] algum gado às Minas façam logo notificar à pessoa ou pessoas que o trouxeram para que venham dar entrada das cabeças [...] para, conforme a isso, se cobrarem os quintos do ouro que se lhe der [ou lhes derem] em pagamento (MATOSO, 1999, p.318).

A sistemática ordenada pelo rei foi a seguinte: assim que os negociantes entrassem com os animais nas minas estavam obrigados a declarar o número de cabeças e efetuar o pagamento do quinto. E a administração colonial nomeou habitantes respeitados para trabalharem na diligência de cumprimento dessa determinação. Foi o caso, por exemplo, de Antônio Correa Arzão, designado em 1711 por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho para governar o distrito do Serro Frio. Entre os objetivos, o vassalo “não deveria consentir que se quebrassem as leis de Sua Majestade, principalmente sobre os comboios vindos pelas estradas dos Currais”. A diligência de fiscalização coube ao tenente de cavalos Francisco Leite de Faria, para o qual foi passada a ordem para se deslocar à “estrada dos currais da Bahia e confiscar os comboios de fazendas proibidas” para evitar a saída

¹⁵ REGIMENTO das Minas do Ouro. 19 de abril de 1702, pg. 28-34. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 08 jun. 2010.

de ouro não quintado. Ao superintendente do distrito do Serro à época, sargento mor Lourenço Carlos, duas funções foram atribuídas: a) levantar a quantidade de cabeças introduzidas pelos negociantes, o preço pago na venda para daí cobrar o imposto do quinto; b) e apreender o ouro contrabandeado desse comércio¹⁶.

Contudo, a estrada dos currais era a principal via de ligação entre a área das minas e o maior núcleo urbano da América Portuguesa (Salvador), porto principal da chegada de escravos africanos e produtos europeus. A presença de grandes comerciantes nesta cidade, interessados nas possibilidades de enriquecimento em negócios com a população da zona do ouro, foi um fator relevante para que nas duas primeiras décadas de exploração do metal a via baiana se tornasse muito utilizada apesar da proibição oficial. E as vantagens da circulação ao longo desse caminho fizeram com que diversos comerciantes assumissem os riscos de contravenção da determinação régia, pois, das estradas de acesso às minas, essa era a mais favorável para o trânsito de pessoas e transporte de criações e mercadorias, tendo em vista o relevo majoritariamente plano e a ocorrência de estalagens para pouso e descanso dos viajantes e animais em toda a extensão. Dos currais do vale do São Francisco partiam para as minas fazendas de todo gênero, escravos e outros produtos com preço bem menor quando comparados a aqueles transportados pelo Caminho Novo do Rio de Janeiro ou Velho de São Paulo. Dada a precariedade dos mercados do sul até as três primeiras décadas após a descoberta do ouro, a entrada de gado, cavalos e sal a partir do São Francisco, com pecuária consolidada à época, era o único meio de garantir o abastecimento e a sobrevivência dos mineiros. Até o ano de 1724, o caminho da Bahia, quando comparado ao conjunto dos caminhos Novo e Velho, apresentou os maiores valores nos contratos dos direitos de entrada sobre as mercadorias, dado que comprova o alcance limitado da proibição do comércio e do trânsito pela via.

A finalidade pretendida pela Coroa com a interdição da estrada dos currais era extinguir a evasão fiscal e o contrabando do ouro. Mas, a proibição da circulação foi motivada pelo governador-geral do Estado do Brasil, D. Rodrigo da Costa, que procurou convencer o rei sobre a necessidade de vedar a comunicação da Capitania

¹⁶ No governo de Dom Braz Balthazar da Silveira, uma carta emitida pelo rei em 1717 abriu outra exceção para a proibição do comércio através do caminho dos Currais, ao permitir a condução de escravos da Bahia para as Minas. Mas, o monarca impôs “um tanto por cabeça”, a ser declarado nos passaportes expedidos pelo Marquez de Angeja, os quais deveriam ser examinados nos registros por um *provedor* dos escravos, atribuição passada a Luiz Botelho de Queiroz. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.781-782 e 788-789, 1897. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.21, n.2, p.312, 1927. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.21, n.3-4, p.652, 1927.

da Bahia e outras do norte com as minas pelo vale do rio São Francisco. Um ex-governador da jurisdição do Rio de Janeiro, autor da citada informação sobre as minas, relatou que o caminho em foco se achava vedado ou proibido com graves penas e nos primeiros anos da mineração “Dom Rodrigo da Costa trabalhou para impedir a comunicação por ele”. Este ministro defendeu o fechamento da estrada, pois por ela “subiram tantos moradores das praças” da Bahia e Pernambuco a ponto de faltar mão-de-obra “à cultura dos açúcares e mais lavouras necessárias para a conservação dos povoados”, além de escravos e gados, os quais se dirigiam para o mercado das minas, comprometendo o abastecimento e o sustento dos povos das capitanias do norte. O desvio de mão-de-obra negra dos canaviais e engenhos nordestinos para as lavras de ouro figurou, então, como justificativa adotada pelo governador-geral para persuadir o rei acerca da necessidade de proibição da circulação pela rota dos currais¹⁷.

Na aludida informação sobre as minas, o ex-governador do Rio de Janeiro julgou impraticável a medida de interdição do caminho do São Francisco. O administrador salientou que encontrar-se-iam certas diligências que conseguiram impedir a saída de “alguns sujeitos da praça da Bahia” para as minas, inclusive de comboios que foram confiscados e outros que nem mesmo chegaram a deixar o recôncavo. Todavia, era possível também encontrar outros comboios que foram “por entre todas as guardas, no tempo mais vedado” da estrada. De acordo com o ex-ministro de El Rei, todos que intentassem passar dos sertões da jurisdição da Bahia para as minas iriam com facilidade, não só pessoas, mas fazendas, boiadas, negros e “tudo o mais que os homens quisessem levar, sem que fosse eficaz alguma diligência para impedi-los”. Em seu prognóstico, se essa prática acontecia na área de competência da Bahia, difícil não imaginá-la nos “sertões e povoados das outras capitanias que não tinham nem podiam ter” fiscalização pela “largueza e falta de guardas nos caminhos¹⁸”.

As estradas da Bahia e de São Paulo para as minas eram desfavoráveis para o deslocamento daqueles indivíduos que partiam da Capitania do Rio de Janeiro, pois ambos os trajetos davam voltas para chegar à zona da mineração. Apesar

¹⁷ Em carta escrita por Dom Rodrigo da Costa ao provedor da Fazenda do Rio de Janeiro (1704), o governador-geral afirmou que as Minas eram o “castigo de Deus”. O ministro apontou a agricultura como a única forma de restaurar a ordem, referindo-se à Bahia como a “terra do trabalho padecido”, pela falta de gente para a defesa das capitanias do norte em virtude da migração da população para a zona da mineração (RESENDE, 2007, p.35). INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.176 e 183-184, 1935.

¹⁸ Idem, p.176.

disso, o caminho paulista era o preferido pelos viajantes e negociantes cariocas em função da menor distância, não obstante o longo tempo de duração da viagem, entre dois a três meses. Esse, contudo, não era o principal entrave da via, que apresentava perigosas e precárias condições de trânsito particularmente em dois trechos, situados entre a baía do Rio de Janeiro e a descida para o vale do Paraíba paulista: a) o percurso marítimo entre Angra dos Reis e Parati, cercado de riscos de assaltos por piratas; b) e a subida da serra do Mar, dificultosa para o tráfego de animais de montaria e de carga (restrito no princípio das minas) devido aos desfiladeiros e lamaceiros na época das chuvas, local de frequentes perdas de cavalos carregados por causa da mata densa.

O porto do Rio de Janeiro era o lugar privilegiado de escoamento dos quintos para a metrópole. Ao administrador dessa jurisdição, Arthur de Sá e Menezes, interessava buscar uma solução para os problemas decorrentes do longo deslocamento pela perigosa e precária estrada geral do sertão e ainda ampliar a jurisdição da sua capitania e reduzir o poder dos paulistas e do governador geral da Bahia, pois as minas dos *Cataguases*, não obstante administrativamente pertencerem à Capitania do Rio de Janeiro, apresentavam maiores articulações com Salvador devido à grande importância do caminho dos Currais nas primeiras décadas após a descoberta do ouro. Então, em 1698, o administrador mencionado enviou um ofício ao rei, no qual propôs a abertura de uma nova picada, mais curta e segura, entre a cidade do Rio e a área de campos dos índios *Cataguases*, atualmente localizada nos arredores de Barbacena¹⁹. Para convencer o monarca, o governador salientou que a construção do novo caminho resultaria em grande “utilidade” à Fazenda Real, em função da ocupação dos “campos gerais”, “tão férteis para os gados” que os homens conhecedores do assunto diziam que a área viria a constituir outro “Buenos Aires”, com condições para abastecer não só os moradores das minas, mas, inclusive, os do Rio de Janeiro e render uma “considerável fazenda

¹⁹ O governador Arthur de Sá e Menezes encaminhou o seguinte ofício ao rei: “[...] Pareceu-me conveniente ao serviço de Vossa Majestade buscar todos os caminhos para que os quintos do ouro de lavagem não se extraiem e [continue] o aumento das minas; como as dos *Cataguases* são tão ricas pareceu-me preciso facilitar aquele caminho de sorte que convidasse a facilidade dele aos mineiros de todas as vilas e os do Rio de Janeiro a irem minerar e poderem ser os mineiros mais providos de mantimentos, o que redundará em grande utilidade da Fazenda de Sua Majestade [...] Sabido deste negócio, Garcia Rodrigues, o descobridor das chamadas esmeraldas, veio oferecer-me com todo o zelo e desinteresse [...] [A este governo fará grande obra] para aumentar os quintos pela brevidade do caminho, porque por essa [Estrada Geral do Sertão] donde agora se vão aos *Cataguases* [gastam-se do Rio de Janeiro] não menos que três meses e de São Paulo 50 dias. E pelo caminho que se intenta abrir, conseguindo-se, se porão pouco mais de 15 dias”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p.338-339, 1913.

para os dízimos”. Como consequência da abertura da via, o ministro lembrou também que estaria remediada a “esterilidade” que ameaçava as minas dos *Cataguases* e os caminhos de acesso a elas²⁰.

Na opinião de Straforini (2007, p.160), a “opção” que a Coroa fez pelo caminho do Rio de Janeiro, em detrimento da estrada da Bahia, amplamente reconhecida como a via que dispunha de melhores condições para a circulação, fora “política e econômica”. Do ponto de vista político, com a nova rota intentava-se reduzir o poder ou a influência territorial dos paulistas. Do ponto de vista econômico, com o novo caminho, o deslocamento a partir da cidade do Rio de Janeiro até os *campos gerais* foi estimado em sete dias, quinze caso o viandante desejasse chegar às *minas dos Cataguases*. Comparado aos quase três meses demandados quando se percorria pela estrada paulista do sertão, o tempo de viagem foi substancialmente reduzido, um dos motivos que levou o rei a agradecer o empenho do governador na proposta de abertura da via e a aprovar a “contratação” de Garcia Rodrigues para a empreitada. Este sertanista possuía uma roça na Borda do Campo, próxima do *Caminho Geral do Sertão* (rota paulista que dava acesso à área central das minas), e outra às margens do rio Paraíba do Sul, provavelmente com conexão viária com a cidade do Rio de Janeiro pela íngreme serra dos Órgãos. A construção da picada, segundo Abreu (1998), iniciou-se dos campos gerais em direção ao vale do Paraíba e o sertanista aproveitou-se de antigas trilhas indígenas, às quais estava habituado, pois, decorridos apenas dois anos do início dos trabalhos, o percurso se encontrava quase concluído, não fosse alguns problemas e perigos por ele enfrentados como a morte e fuga de escravos e o esgotamento dos recursos financeiros²¹.

²⁰ A argumentação da preocupação com a esterilidade nas minas e nas zonas de acesso a elas foi de notável importância para convencer o rei sobre a necessidade do novo caminho, já que nos primeiros anos da descoberta do ouro, devido ao rápido surto migratório, houve alta vertiginosa dos preços, carestia de mantimentos e fome, fatores que obrigaram os mineiros a se retirarem para o entorno das datas ou para as suas capitâneas de origem, ameaçando a exploração do ouro nas minas dos *Cataguases* e a arrecadação do quinto.

²¹ O paulista justificou o atraso da obra devido à perda de “consideráveis conveniências”, advinda do fato de não estar extraindo ouro nas minas dos *Cataguases* por causa do empreendimento do novo caminho. Para finalizar a abertura do percurso, ele solicitou dos homens nobres, mercadores e futuros sesmeiros da cidade do Rio de Janeiro, interessados na obtenção de terras nos “campos gerais”, a quantia de dez mil cruzados. Entretanto, os negociantes cariocas se recusaram a contribuir com o valor solicitado e o governador Arthur de Sá e Menezes, para compensar os trabalhos do paulista, concedeu-lhe, a partir de 1º de junho de 1700, o uso privativo da picada por um prazo de dois anos. O rei autorizou a decisão tomada pelo governador, mas com a cláusula de que o bandeirante acabasse totalmente “a estrada à sua custa”. Após três anos da concessão, Garcia Rodrigues enfrentava novamente os problemas da falta de escravos e carência de cabedais para concluir o itinerário. O governador D. Álvaro da Silveira e Albuquerque, então, escreveu uma carta à corte, transcrita em Vasconcelos (1974, p.221-222), na qual relatou que a picada era “coisa tão útil e necessária para maior segurança e arrecadação da Fazenda de Sua Majestade”, mas, sem a ajuda

O caminho apresentava trechos de passagens íngremes e estreitos na altura da serra do Mar e nos anos iniciais após a abertura não dava trânsito a animais. Contudo, esse não era o maior inconveniente, como também demonstrou Straforini (2007, p.176-179). A ausência de infra-estrutura mínima de hospedagem e alimentação ao longo das bordas tornava inviável o deslocamento até mesmo de viajantes. Um ex-governador do Rio de Janeiro, que escreveu ao rei a já citada informação sobre as minas na mesma época de conclusão da via, relatou que o caminho de Garcia, “se de todo estivesse aberto”, era “mais breve”, porém “menos frequentado, por ser muito escabroso e deserto” quando comparado às vias que partiam de São Paulo e da Bahia²². Opinião semelhante era a de Amador Bueno que em 1704 enviou uma carta ao monarca na qual criticou o estado de trafegabilidade da nova estrada. Inconformado desde quando Arthur de Sá e Menezes preferiu Garcia Rodrigues a ele na abertura da picada, o paulista, de acordo com Santos (2001, p.84), relatou que a via de Garcia não dava trânsito a cavalgaduras carregadas e gados, além de ser “estéril de mantimentos” e “prolongada por três meses de viagem por [entre] matos”.

O rei solicitou do governador Dom Álvaro da Silveira e do próprio Garcia Rodrigues Paes esclarecimentos acerca das condições de circulação da via em 1705. O primeiro informou à Sua Majestade que o sertanista “estava por acabar de colocar o caminho *capaz de fazer jornadas para as minas*” e em breve tempo “estaria finalizado”. O segundo destacou os principais aspectos positivos da nova picada como a redução do tempo de viagem do Rio de Janeiro para as Minas em um terço (de 60 para 15 dias), a presença de menor número de passagens ásperas por rios e serras e a conveniência por evitar o trecho marítimo perigoso do *caminho do Mar* entre Angra dos Reis e Parati. Mas, relatou que, apesar da conclusão da obra desde junho de 1704, ainda não era possível por ela transitar devido à “falta de mantimentos”. Essa condição perdurou até por volta de 1710, quando os homens de negócio da cidade do Rio de Janeiro enviaram ao governador dessa capitania um requerimento solicitando autorização para continuarem a se deslocar pelo longo e perigoso Caminho Velho²³.

real, o sertanista não podia tornar a estrada transitável. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p.338-339 e 360, 1913.

²² INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.173, 1935.

²³ O depoimento do governador Dom Álvaro da Silveira foi citado por Franco (2007, p.56-57) e a carta dos homens de negócio da cidade do Rio de Janeiro por Antezana (2006, p.40) e Straforini (2007,

O monarca concedeu a Garcia Rodrigues Paes a mercê de levantar uma vila em suas terras situadas às margens do rio Paraíba do Sul em 1711, forma de retribuição pelo serviço de abertura do Caminho Novo para as minas. No entanto, na mesma data, em outra carta régia, transcrita em Santos (2001, p.86), o rei exigiu que o sertanista colocasse a estrada que se abriu “capaz de por ela irem bestas com cargas para as Minas”, a fim de lhe conceder as sesmarias que havia solicitado. Essa carta confirma que o sertanista fez retoques na via à época do governo de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, pois tinha “continuado [a obra] até o presente para pôr o dito caminho de todo corrente”, possivelmente para a circulação de animais. Com base nessas observações, é possível concluir que a picada ainda não permitia a passagem de tropas de muares, mas apenas de viajantes, pois o padre Antonil (1982), cuja obra foi publicada também em 1711, descreveu uma paisagem no entorno da estrada formada por pousos e roças, de ocupação demográfica incipiente, porém, com os atributos básicos para o deslocamento de pessoas.

Entre os anos de 1704, marco da conclusão da abertura da estrada, e 1711, quando a via foi aperfeiçoada para dar trânsito à passagem de animais, havia uma baixa ocupação demográfica nas margens do Caminho Novo. A presença de poucos moradores nas bordas da rota foi responsável pela carência de mantimentos e pela sua reduzida utilização nos primeiros anos de funcionamento. Essa rarefação demográfica, resultado do fato da zona abranger uma área de floresta virgem, densa e com poucos ou limitados recursos, pode ser analisada ainda como consequência da forma como se deu a expansão da propriedade e da posse ao longo da estrada, marcada pelo controle privado de Garcia Rodrigues Paes. Como esse paulista detinha o monopólio da cobrança das passagens dos rios Paraíba e Paraíba do Sul e sobre o trânsito de pessoas e mercadorias, concedido pelo governador Arthur de Sá e Menezes como forma de retribuição pelo serviço de abertura da picada, esse privilégio, outrossim, pode explicar a reduzida circulação de viajantes ao longo do caminho enquanto durou a regalia, extinta por volta de 1711.

Garcia Rodrigues Paes e sua extensa rede familiar se tornaram os maiores detentores de terras ao longo das margens do caminho, concentrando a maioria das sesmarias concedidas para a área. Essa particularidade teve uma consequência na estruturação espacial da zona: a consolidação de um espaço agrário marcado pela

p.181). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.19, p.15-16, 1921. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.20, p.464, 1926.

elevada concentração fundiária, notável nos valores de pagamento do imposto do dízimo e na presença de vários potentados, muitos deles com vínculos de parentesco com o paulista. Era o caso de Pedro Dias, filho do sertanista, lembrado por Costa Matoso (1999, p.888) quando o ouvidor passou pelo Caminho Novo em 1749. Quase cinquenta anos após a abertura da picada, o ministro relatou que o filho do bandeirante agia como “potentado absoluto” ao longo da estrada, onde era senhor de duas léguas de terreno entre a descida da serra do Mar e a borda do rio Paraíba do Sul, de cinco até a Paraibuna e de mais duas até Três Irmãos, “e sem medida de largura, por ser tudo sertão, de que usava como lhe parecesse” melhor. Outros parentes de Garcia, de modo semelhante, possuíam terras nas bordas da estrada como o Alcaide Mor do Rio, Tomé Correa Vasquez (sogro), Manuel de Sá (cunhado), Luís Fortes (juiz de fora do Rio, irmão de Manuel de Sá) etc²⁴.

A tarefa de Garcia Rodrigues foi fazer o poder real chegar às minas por um caminho que partia do Rio de Janeiro. Mas, sua “obra” foi executada segundo os seus interesses próprios de apropriação do território, que lhe garantiram não só o direito normativo sobre as minas enquanto guarda-mor, mas, sobretudo, poder político e econômico com o controle da circulação que se estabeleceria a partir do seu caminho [...] Evidentemente, o simples traçado do caminho não garantia poder a ninguém, mas se apoderar previamente dele ou de parte dele sob a forma de sesmarias, dos direitos de cobrança de entradas e passagens de rios e da garantia para “fazer vila” em uma de suas dilatadas sesmarias lhe garantiu a base institucional e normativa para o pleno exercício do poder, e esse parecia ser, desde 1698, o objetivo de Garcia Rodrigues (STRAFORINI, 2007, p.180).

Na abertura do Caminho Novo, de acordo com Straforini (2007, p.167), a opção que o governador do Rio de Janeiro fez pelo paulista custou ao ministro assumir “garantias” não só com o “descobridor” das esmeraldas, mas com outros moradores das vilas de São Paulo, “pois eles foram os primeiros a receberem sesmarias” ao longo da estrada citada. O autor mencionado inclusive destacou que os paulistas, ao perceberem que os habitantes do Rio de Janeiro também estavam obtendo sesmarias ao longo da nova estrada, provavelmente por causa de garantias e compromissos semelhantemente assumidos pelos governadores daquela

²⁴ Esses parentes do sertanista Garcia Rodrigues Paes, juntamente com ele, foram os primeiros potentados povoadores do Caminho Novo e emprestaram seus nomes às localidades. É provável que existam mais roceiros com vínculos de parentesco com o sertanista, mas não conseguimos encontrá-los, pois diversos outros topônimos se referem a atributos indígenas (é o caso de *Carijós*, menção a um grupo tribal “manso” e “civilizado”) e geográficos (eram os casos do sítio do *Piabanha*, menção ao rio de mesmo nome, da fazenda da *Mantiqueira*, alusão à serra mencionada etc), tornando difícil a identificação do proprietário/posseiro e, muitos menos, dos vínculos consanguíneos.

jurisdição com os seus vassallos, imediatamente escreveram uma carta ao Rei solicitando exclusividade nesse tipo de mercê, alegando o fato de serem os conquistadores e descobridores das minas dos *Cataguases*. Isso mostra, segundo o autor citado, que o “jogo da alteridade” não era somente uma característica dos vassallos mais baixos na hierarquia clientelista do Antigo Regime Metropolitano. Pelo contrário, “era preciso, sempre e constantemente, adequar o poder e as normas às demandas cotidianas e aos interesses metropolitanos e dos homens coloniais”.

O novo caminho iria reduzir o poder de influência de alguns potentados paulistas na zona do ouro. Na medida em que a circulação se intensificou pela estrada, um número variado de pessoas, sobretudo portugueses e comerciantes fluminenses, passou a ter acesso direto às minas, não mais dependentes do longo percurso pelo *Caminho Geral do Sertão*. Essa entrada maciça de pessoas, com possibilidades de participarem, com maiores vantagens, do crescente mercado consumidor nas minas, passou a ameaçar as redes de poder constituídas e mantidas pelos homens de “serra acima”, já comprometidas desde o fim da guerra dos *Emboabas*. Como consequência, os oficiais da Câmara de São Paulo enviaram uma petição ao rei em 1710. Eles diziam que “esperavam da Real Grandeza que fosse Sua Majestade servida mandar considerar os danos que se seguiam dos muitos caminhos abertos para as minas”, não só porque davam passagem a “pessoas prejudiciais, como as muitas que entravam via Rio de Janeiro”, como porque contribuíam para os “descaminhos dos reais quintos”. Sob esses dois argumentos, solicitaram que a nova estrada fosse “tapada”, de modo a permanecer apenas a de São Paulo (ROMEIRO, 2008, p.60-61). Essa petição “inoportuna” dos paulistas coincidiu justamente com a época em que a picada passou a apresentar trânsito expressivo de pessoas e mercadorias.

O itinerário do Caminho Novo era o seguinte: a) pela rota marítima, partia-se da baía de Guanabara até a freguesia de Nossa Senhora do Pilar e seguindo pelos rios Irajá e Iguaçu chegava-se ao sítio do Couto, nas proximidades da serra da Estrela; b) pela rota terrestre, com o intuito de se evitar os alagadiços da baixada e a precária navegação dos rios de pequeno porte, a via passava por Irajá, Tomé Correia, Inhaúma e Iguaçu em direção ao sopé da serra da Estrela, também chamada dos Órgãos. A partir desse ponto, a picada, ao cruzar o sítio do Couto e o contraforte do Tinguá, se tornava muito íngreme e demandava as localidades de Pousos Frios, Pati, Pau Grande, Cabaru e sítio do Werneck, para descer em direção ao rio Paraíba do Sul. Após transpor esse curso d’água, a estrada subia pela

margem esquerda do rio Paraibuna, atravessando diversas roças (Simão Pereira, Matias Barbosa, Antônio de Araújo, capitão José de Sousa, Alcaide-mor Thomé Corrêa, Azevedo, Manuel Correia, Manuel de Araújo, Bispo etc) em direção à serra da Mantiqueira, na Borda do Campo, onde estava localizada a fazenda do Coronel Domingos Rodrigues da Fonseca.

Os viajantes dispunham de duas opções de trajeto quando entravam na Borda do Campo. O primeiro, à esquerda, demandava as minas do rio das Mortes e seguia, atravessando as roças de Alberto Dias e Manuel Araújo, em direção aos arraiais da Ponta do Morro (São José Del Rei) e de São João Del Rei, onde a estrada se encontrava com o Caminho Velho. O segundo, à direita, demandava as minas dos *Cataguases* e do rio das Velhas e os viajantes passavam pela roça de Manuel de Araújo, pelas localidades de Carandaí, Casa Grande, Carijós e Carreiras e pelas serras de Ouro Branco e do Deus Te Livre (Itatiaia), onde a estrada se reunia com o Caminho Velho, oriundo através de Congonhas e Estalagem do Chiqueiro, e apresentava duas ramificações: à esquerda, para os que desejassem seguir para as minas do rio das Velhas, a via atravessava as paragens da Cachoeira, Casa Branca, Garavato, Raposos e Sabará; à direita, para os que se dirigissem às minas de Ouro Preto, a rota passava por Capão do Lana, José Correia, Três Cruzes, Tripuí e Vila Rica²⁵.

Havia ligação direta do distrito de Ouro Preto com os arraiais de Sabará e Tijucu. No primeiro caso, os viajantes retornavam ao Tripuí e à localidade de Três Cruzes e passavam pela Bocaina, Casa Branca, Garavato, Curralinho, Raposos até

²⁵ O *itinerário* de Francisco Tavares de Brito (MATOSO, 1999, p.902-903) apresenta uma questão controversa acerca de dois trechos nas estradas de acesso às minas. O percurso entre Carandaí e Ouro Branco, passando por Carijós, atual Conselheiro Lafaiete, cidades hoje pertencentes à antiga rota do *Caminho Novo*, foi por ele designado de “estrada velha” e o trajeto entre Lagoa Dourada e Congonhas, cidades atualmente enquadradas na histórica via do *Caminho Velho*, foi classificado pelo memorialista como “estrada nova”. Existem vestígios que confirmam a procedência dessas informações e, por isso, sinalizam a necessidade de uma possível revisão dos estudos sobre esses dois caminhos nos trechos dos percursos anteriormente citados. Um deles é um mapa sem autoria reproduzido na obra de Miranda (1991, p.6), intitulado *Roteiro do Caminho Velho do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas do Ouro*, de 1707, no qual está representada a localidade de Carijós em certo ponto da via. Esse arraial, mais antigo quando comparado ao de Congonhas, pelo qual passava a estrada nova na opinião de Tavares de Brito, era o ponto privilegiado de onde os bandeirantes partiam para adentrar no alto vale do rio Doce e prear índios. Outra evidência refere-se a uma carta de sesmaria concedida ao Coronel Antônio de Oliveira em 1713, morador de um sítio na paragem da Paraopeba, próximo a Congonhas, que menciona esse roceiro como responsável pela abertura do “Caminho Novo” que vinha da “vila de São João Del Rei para as Minas Gerais”. Como, originalmente, o caminho do Rio de Janeiro correspondia ao trecho entre esta cidade e a Borda do Campo, tornou-se necessário, após a roça de Garcia, aproveitar a antiga via do caminho geral do sertão ou abrir outras variantes entre Barbacena e São João Del Rei para as minas. Isso pode explicar os termos *estrada nova* e *velha*, mencionados por Tavares de Brito. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.21, n.3-4, p.631, 1927.

alcançar o povoado do rio das Velhas. Contudo, esse não era o único trajeto, pois, de acordo com o itinerário de Francisco Tavares de Brito, existiam “outras duas ou três estradas (MATOSO, 1999, p.904)”. De Vila Rica ao arraial do Tijuco, centro da exploração de diamantes, a rota principal partia da vila de Ribeirão do Carmo e atravessava os distritos de Camargos, Bento Rodrigues, Inficionado, Catas Altas, Santa Bárbara, Itambé do Mato Dentro, vila do Príncipe até o Tijuco. A partir deste importante povoado, os viajantes podiam se dirigir pelo *caminho das esmeraldas* ao arraial de Itacambira, onde também havia mineração²⁶.

O percurso mais áspero ao longo do Caminho Novo era o da passagem da serra dos Órgãos, na altura do contraforte do Tinguá, arredores do sítio do Couto. Francisco Tavares de Brito enfatizou que o cume dessa elevação serrana era alcançado “com bastante trabalho” e dava trânsito a apenas um cavalo descarregado e sem montaria, ainda assim com grande risco de se precipitar nos abismos (MATOSO, 1999, p.902). Isso colocava sob vulnerabilidade a condução dos impostos da Fazenda Real e o deslocamento de viajantes e animais. Por isso, em 1720, quando a Coroa Portuguesa determinou a exclusividade do transporte do ouro e diamantes pelo novo caminho, tornou-se necessário buscar um atalho para substituir esse arriscado trecho, figurado em alguns mapas como *caminho do Couto*.

Existiam algumas variantes alternativas à picada de Garcia entre a serra da Estrela e a fazenda do guarda-mór geral nas margens do rio Paraíba do Sul, ponto forçado para todos que subiam ou desciam das Minas. O atalho escolhido pela metrópole para condução dos quintos reais foi o do sargento mor Bernardo Soares de Proença, chamado *caminho da Estrela, do Proença* ou *do Inhomirim*, aberto por volta de 1718 e concluído em 1725. Ele partia do porto da Estrela e seguia o rio Inhomirim, em direção à serra dos Órgãos e às fazendas do Córrego Seco (Petrópolis) e do Padre Correia para alcançar o sítio e o rio Piabanha. Desses arredores, o percurso descia em direção aos distritos de Sumidouro, Fagundes e Cebolas (Paraíba do Sul), onde se encontrava com a estrada de Garcia. Comparada ao caminho do Couto, a variante reduziu o tempo de viagem do Rio a Vila Rica de quatorze para dez dias e tornou-se a opção preferida pelos tropeiros e caminhantes em função dos menores entraves físicos oferecidos pelo terreno (STRAFORINI,

²⁶ As informações dos trajetos foram coletadas a partir das obras do padre Antonil (1982, p.87-88), publicada em 1711, do itinerário de Francisco Tavares de Brito, elaborado por volta de 1717 e com intervenções na versão original em 1729, e do diário da viagem de Caetano da Costa Matoso em 1749, os dois últimos, publicados no *códice* Matoso (1999, p.882-897 e 898-910). Em relação ao Caminho Novo, as descrições dos pousos, roças e povoados correspondem à fase de ocupação demográfica expressiva da via.

O mapa em análise, publicado em 1767 por autor desconhecido, retrata as principais vias que partiam da Baía de Guanabara para as Capitanias das Minas e de São Paulo. Havia três caminhos em direção ao rio Paraíba, assim representados da direita para esquerda: Inhomirim, Couto e Santana. Esta via perfazia uma ligação entre a picada do Couto e a do Taguaí. Em demanda da Capitania de São Paulo, os viandantes seguiam pela estrada do Taguaí, que possuía uma bifurcação nos arredores da localidade de Santa Cruz: à direita, o percurso, terrestre, atravessava o vale do ribeirão das Lages, o arraial de São João Marcos, o alto vale do rio Pirai e as serras do Coutinho e Bocaina até a vila do Facão; à esquerda, o percurso, marítimo e terrestre, partia do porto de Sepetiba, passando pelo estreito entre a Ilha Grande e a vila de Angra dos Reis, em direção a Parati. Após esse povoado, os caminhantes subiam a serra do Mar em direção à vila do Facão, atravessando o registro do Boqueirão do Inferno.

A administração colonial concedeu atenção especial ao Caminho Novo quando o comparamos às outras duas principais vias que davam acesso às Minas: a estrada de São Paulo e a da Bahia. Antes da instalação dos registros, a fiscalização do quinto do ouro esteve a cargo de Garcia Rodrigues Paes, que devido à regalia do uso exclusivo da estrada cobrava para si os impostos sobre as passagens dos rios Paraíba e Paraibuna e tinha o privilégio sobre as entradas de mercadorias. Quando a nova picada passou a apresentar crescimento acentuado no trânsito de pessoas e fazendas, a partir de 1711, o governo metropolitano emitiu ordens para instalação das primeiras estruturas fiscais, a fim de garantir o controle dos viajantes, das mercadorias e das riquezas transportadas ao longo da rota. O poder fiscal assumirá materialidade com a implantação do primeiro registro, o da Mantiqueira, posto de cobrança dos impostos sobre a entrada e saída de fazendas e de arrecadação do quinto do ouro. Essa obra é atribuída a Garcia Rodrigues Paes, mas o posto fiscal esteve sob o controle de um *provedor* da Fazenda Real, pois, no governo de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, os benefícios concedidos ao paulista foram cassados por este ministro logo que ele assumiu a administração da recém criada Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, por considerá-los prejudicial à Coroa (até porque perduraram nove anos após a data prevista para extinção).

Incentivar a ocupação demográfica nas margens da nova estrada por meio da concessão de sesmarias foi uma política adotada pela Coroa para promover o surgimento de uma infra-estrutura com vistas a dar suporte ao trânsito de pessoas e animais. Havia um interesse por parte da administração colonial no barateamento

dos gêneros alimentícios nas margens da via, pois, segundo um parecer do Conselho Ultramarino, citado por Alveal (2002, p.104), a presença de “muitas e repetidas povoações” nos arredores do caminho, com oferta de gêneros, levaria à redução do preço dos mantimentos. Com a distribuição de terras, a administração colonial buscou instigar a implantação de roças para o abastecimento dos viandantes, de ranchos para o descanso e proteção dos caminhantes e de estalagens para troca e alimentação das bestas de carga. Nas cartas de sesmarias, os roceiros instalados no entorno dos caminhos foram obrigados a manterem conservados os trechos que passavam em frente às suas glebas. Coube, portanto, a esses vassalos garantir o deslocamento e a segurança de viajantes e funcionários a serviço dos interesses reais e viabilizar a condução de mantimentos para os centros urbanos, o transporte de riquezas etc²⁸.

As precárias condições de trânsito em alguns trechos do novo caminho motivaram governadores das Capitanias das Minas e do Rio a publicarem bandos, nos quais determinavam a imediata reparação dos segmentos pelos roceiros, sob risco de penalidades severas para os desobedientes. A política de conservação foi posta em prática já no governo de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho e a preocupação desse ministro com o conserto da via foi consequência da sua própria experiência de passagem por ela. Em 1711, ele foi convocado para formar um exército nas minas e re-estabelecer o controle da cidade do Rio de Janeiro, invadida pelas forças navais do corsário francês Duguay-Trouin. O governador enviou ordens a alguns homens principais, habitantes de localidades entre os distritos de Sabará e Rio das Mortes, para cumprirem o objetivo de alistar moradores para a diligência. A gravidade da ocorrência e a necessidade de uma rápida resposta de contra-ataque levaram o administrador a descer com o exército pela nova estrada, que dava acesso ao Rio de Janeiro em apenas quinze dias, portanto, um terço do tempo se comparado ao longo percurso de sessenta a noventa dias pela estrada velha de São Paulo.

As condições de circulação da picada, particularmente no trecho de passagem íngreme da serra do Mar, entre o rio Paraíba do Sul e o sítio do Couto, estavam precárias e o trânsito de milhares de pessoas teve que ser efetuado por

²⁸ Pelo alvará de 5 de outubro de 1795, referente às concessões de sesmarias, o rei lembrou aos roceiros que, após a obtenção das terras, eles deveriam cumprir “o maior e não menos útil benefício público do reparo e conserto das suas estradas, ao qual já são e ficarão sendo ao futuro obrigados os sobreditos sesmeiros, cada um nas suas respectivas testadas (Grifos nossos)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.298, p.218-227, 1973.

grupos. Esses entraves ao deslocamento, enfrentados pelo próprio governador, o induziram a emitir ordens, como a que se observa a seguir, para que os moradores do caminho o conservassem nas suas respectivas testadas, sob pena de prisão.

[...] [Ordeno a] todos os moradores [do Caminho Novo], desde o Couto até o sítio de Matias Barbosa, para que tratem de consertar os caminhos e desviarem morros como mais fácil for; de sorte que fiquem menos custosos aos passageiros e se possa com mais prontidão acudir e socorrer esta cidade [do Rio de Janeiro] em qualquer invasão do inimigo, para o que lhes dou dois meses de tempo no fim dos quais serão presos e remetidos a esta cidade os que faltarem com isso e pagarão dois mil cruzados para a Fazenda Real (ANTEZANA, 2006, p.46).

Alguns governadores, para garantir o cumprimento das ordens de reparo passadas aos moradores da estrada, nomearam habitantes importantes e respeitados para percorrer a via e notificar os roceiros em desacordo com as determinações. Dom Braz Balthazar da Silveira, por exemplo, em 1717, concedeu a patente de capitão mor das ordenanças dos Caminhos Novo e Velho a Francisco Viegas Barbosa, incumbido da função de cuidar para que os roceiros procedessem aos consertos das vias nas partes não concernentes às câmaras. Na opinião do governador, essa medida era fundamental para evitar o prejuízo aos passageiros e negociantes que cursavam os caminhos com fazendas e mantimentos para o abastecimento da população das vilas. O vassalo citado ainda obteve a prerrogativa de nomear capitães para ajudá-lo na fiscalização das diligências de reparos pelos moradores²⁹.

Os ministros de El Rei ainda publicaram bandos com o intuito de garantir a “boa” ordem da ocupação nas imediações da principal via de ligação das Minas com o Rio. Já em 1711, o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho passou a patente de *Capitão da Ordenança e Moradores do Distrito do Caminho Novo* a Manoel de Araújo para que no trecho entre a Borda do Campo e a passagem do rio Paraibuna o súdito conservasse os moradores “em paz e com respeito e obediência”, cabendo a ele apurar os crimes ocorridos e remeter os culpados para as Minas³⁰. Outras determinações sinalizam tanto o interesse de inventariar os habitantes às margens da via quanto de obrigá-los a efetuar o reparo do caminho. É o caso de uma ordem de 1718, quando o administrador Dom Pedro de Almeida

²⁹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.21, n.3-4, p.622, 1927.

³⁰ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.793-794, 1897.

enviou uma resolução ao coronel Domingos Rodrigues da Fonseca para demarcar os habitantes entre o rio Paraibuna e o sítio da Borda do Campo, os quais, em sua opinião, estavam procedendo com “omissão e insolência”, e notificá-los para “consertar os caminhos” e fazer “atalhos nos morros” para tornar mais fácil a passagem dos mercadores e pessoas que se deslocavam para o interior³¹.

A instrução normativa, que propunha severas penalidades para os moradores desobedientes, evidencia a preocupação do governo colonial com o levantamento dos roceiros e o estado de conservação do caminho em um dos trechos de maior perigo e insegurança: a área de floresta situada entre a Borda do Campo e a serra do Mar. Na concepção do Conde de Assumar, a principal estrada de acesso às Minas “continuamente necessitava de conservação”, pois era formada por umas “ladeiras tão grandes, postas aos soslaios dos morros”. Esse ministro, em 1722, publicou outra determinação com o objetivo de garantir o conserto da via, visto que ordenou às autoridades militares para observarem “se os roceiros do Caminho Novo”, nas partes lhes pertencentes, estavam mantendo “as estradas conservadas na forma das ordens”. Caso os oficiais notassem descumprimento da medida, deveriam notificar os moradores para executarem o devido reparo do caminho. Essa diligência ainda contou com o auxílio de um importante morador da estrada, Estevão Pinto de Andrade, nomeado no posto de mestre de campo pelo governador, porque, nas palavras do ministro, era preciso existir pessoa que executasse entre os roceiros as ordens por ele emitidas acerca dos consertos, alguém que tivesse “respeito e autoridade entre os seus homens de roças³²”.

No governo de Dom Lourenço de Almeida, uma das determinações para conservação do Caminho Novo foi emitida pelo próprio rei, consequência da carta que o monarca recebeu dos arrematantes do contrato das entradas do Rio de Janeiro. Na comunicação, datada de 1725, os licitantes se queixavam do “grande descuido” que havia “em não mandar consertar as estradas pelos donos das roças” localizadas nas circunvizinhanças da via e reclamavam que no tempo das águas, “demasiadamente contínuas”, havia grande mortandade de cavalos por causa dos precipícios e das dificuldades de transposição dos lamaçais. Argumentavam que por

³¹ Ordem semelhante foi passada a Garcia Rodrigues Paes. Esse paulista, porém, foi obrigado a efetuar a diligência no trecho entre a serra do Mar e o rio Paraíba do Sul, percurso de difícil trânsito devido às características florestais e íngremes da zona, área sob domínio do potentado. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.508, 1933.

³² O governador se referiu aos moradores das margens do Caminho Novo como os “*meus homens de roças*”, em função da importância desses vassalos no deslocamento e na segurança de viajantes e animais pelos percursos. O grifo é nosso. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p.132-133, 1980.

essas e outras razões, o contrato estava sujeito a prejuízos, pois muitas cargas, quando não entravam pelo registro devido ao contrabando, não chegavam aos postos fiscais em função da morte de animais. O trecho considerado mais perigoso foi o da Boa Vista, uma elevação do conjunto da serra do Mar, situada na jurisdição do Rio de Janeiro. De acordo com os arrematantes, “não havia viandante que não clamasse pelo seu conserto por causa do intratável da serra e dos muitos desastres que sucediam nos seus precipícios”. O rei, então, ordenou ao governador das Minas que mandasse os roceiros “repararem os caminhos da melhor forma possível e fazerem as reformas necessárias todos os anos”³³.

A política de estímulo à ocupação e reparo da via e a distribuição de patentes a moradores influentes nos caminhos, levada a cabo pela administração colonial, possuía um objetivo de extrema importância: formar uma infra-estrutura necessária para garantir a segurança na condução dos quintos reais, a circulação de viajantes e o transporte de mercadorias. Quando da passagem dos funcionários a serviço do rei, todos os moradores das bordas da rota, sem exceção, e inclusive pedestres estavam obrigados a dar o suporte necessário. Em 1720, por exemplo, às vésperas de Joseph de Souza Guimarães partir de Ouro Preto para o Rio de Janeiro com os quintos reais, o Conde de Assumar enviou uma carta aos roceiros do Caminho Novo na qual ordenou a esses moradores a obrigação de concederem “bom e seguro alojamento” ao oficial citado, oferecendo-lhe gêneros pelo preço comum, “qualquer auxílio” necessário e ajuda nas passagens dos rios³⁴.

O trânsito nos caminhos que levavam às Minas era perigoso não apenas porque os trajetos eram ásperos, acidentados e irregulares, mas também por causa dos frequentes ataques de grupos armados, organizados para roubar e matar viandantes em áreas solitárias, distantes dos principais ranchos e povoados, em passagens que se tornavam obrigatórias e não possuíam desvios. Daí a necessidade de viabilizar, pelo menos, um mínimo de segurança. No Caminho Novo, o percurso ao longo da serra da Mantiqueira, próximo à Borda do Campo, era um dos mais temidos pelas várias emboscadas, favorecidas pela presença de precipícios e boqueirões. Vasconcelos (1918, p.246) comparou essa elevação serrana a “uma selva escura, lembrando a entrada do inferno”, pois aí as ocorrências de mortes e assaltos foram muitas. A maioria foi atribuída a uma

³³ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.30, p.207-208, 1979.

³⁴ Em 1773, o Conde de Valadares publicou ordem semelhante em prol da “boa guarda, condução e segurança dos cabedais Régios (VASCONCELOS, 1918, p.245-246)”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.643, 1933.

quadrilha de ciganos e mestiços, liderada por um homem branco apelidado de “Montanha”, que atacava tanto contrabandistas de ouro e diamantes, disfarçados de mascates e caixeiros-viajantes, quanto indivíduos com profissão e prestígio.

Na concepção dos administradores coloniais, os principais responsáveis pelas atrocidades nas rotas de acesso às Minas eram os escravos fugidos, forros, quilombolas e malfeitores, vistos como assaltantes e assassinos. Em 1714, o governador Dom Braz Balthazar da Silveira, após emitir uma determinação proibindo o uso de armas por pessoas de “qualquer qualidade”, abriu uma exceção para aqueles proprietários de sítios no entorno das vilas e para os que intentassem se deslocar para lugares mais remotos como Sabará, Caeté, Itabira, Serro do Frio, Rio das Mortes, vilas da Capitania de São Paulo e cidade do Rio de Janeiro. O governador ressaltou que para garantir a “defesa e segurança” dos roceiros nos caminhos permitiu, respectivamente, o uso de dois e de seis escravos armados nos trajetos para os sítios localizados no entorno das vilas e naqueles de longa distância. Em 1719, para reduzir os riscos representados pelos quilombolas nos caminhos, o governador Dom Pedro de Almeida, segundo Antezana (2006, p.35), proibiu o porte de armas de fogo, facas, punhais ou semelhantes pelos negros nas estradas, além do consumo de aguardente nos engenhos próximos às vias³⁵.

As medidas, entretanto, não foram suficientes para conter as atrocidades e, décadas depois, as queixas dos moradores dos caminhos sobre as “barbaridades” cometidas pelos salteadores ao longo e nas margens das vias chegaram a incomodar a real presença. Elas motivaram o rei de Portugal, D. José I, a emitir, em 1766, uma carta régia na qual proibiu os sítios volantes, “ranchos sem estabelecimento permanente e sólido”. De acordo com Anastasia (2004, p.192), o monarca determinou a todos os indivíduos dispersos nos caminhos que se estabelecessem em povoações civis com mais de 50 fogos, com juiz ordinário, vereadores e procurador do conselho. Do contrário, seriam considerados ladrões das estradas e inimigos do Estado e, nessas condições, severamente punidos. Os roceiros, tanto os residentes em suas fazendas com criados e escravos quanto os estabelecidos nas estradas públicas “com seus ranchos para a hospitalidade e comodidade dos viandantes em benefício do comércio e da comunicação das gentes”, e as tropas de bandeira foram dispensados de cumprir tal ordem. Mas, a

³⁵ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.21, n.3-4, p.555, 1927.

eles foi atribuída a função de prender e remeter às cadeias públicas das comarcas todos os homens dispersos nos caminhos e nos matos³⁶.

A infra-estrutura de povoamento das margens do Caminho Novo também teve um papel importante na viabilização do transporte dos presos remetidos ao Rio de Janeiro, das tropas de defesa enviadas para as Minas e dos materiais necessários à implantação do fisco na capitania do ouro. Em 1719, o Conde de Assumar emitiu uma ordem aos moradores dessa estrada para prestarem todo auxílio ao sargento mor Antônio Menezes Lesa e seus auxiliares durante a condução do preso Antônio de Oliveira Leitão³⁷. No mesmo ano, o governador emitiu outra determinação a um conjunto de moradores importantes do Caminho Novo, localizados entre a serra do Mar e o sítio de Amaro Ribeiro (próximo ao arraial de Carandaí), para em suas respectivas áreas de influência notificarem os habitantes da estrada a fim de prepararem mantimentos para o abastecimento das tropas de soldados e cavalos que seguiam para as Minas³⁸. Às vésperas de instalação das casas de fundição do ouro (1720), o Conde de Assumar emitiu mais uma ordem a “todos os moradores” do caminho do Rio de Janeiro para prestarem “todo o auxílio” ao alferes Joseph Vianna e ao capitão Manoel da Cruz Ferreira, condutores dos cunhos da cidade citada para as casas de fundição das vilas dos rios das Velhas e das Mortes. Potentados como o capitão Joseph de Souza, morador entre as localidades de Três irmãos e Mantiqueira, foram encarregados de notificar, em suas áreas de influência, os habitantes para consertarem os atalhos, as pontes e os caminhos nos limites das suas respectivas testadas, a fim de garantir o transporte seguro dos materiais que posteriormente seriam empregados na construção da casa da moeda³⁹.

Cinquenta anos após a abertura do caminho do Rio de Janeiro, a circulação de pessoas e mercadorias ao longo dessa estrada, as sesmarias aí concedidas e o lançamento de posses haviam impulsionado a ocupação demográfica nas margens da via. Um conjunto de roças, pousos, vendas e povoados cumpria a função, indispensável, de oferecer abrigo, sustento e descanso aos funcionários a serviço do governo colonial e aos viandantes e animais na jornada para ou das Minas⁴⁰. Os

³⁶ Idem, p.595 e 600.

³⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.564-565, 1933.

³⁸ Idem, p.573-574.

³⁹ Ainda em 1720, o Conde de Assumar publicou outra ordem endereçada aos roceiros do Caminho Novo para prestarem, sob pena de castigo, todo auxílio aos oficiais responsáveis pela condução das peças de artilharia para a Capitania das Minas. Idem, p.677-680.

⁴⁰ Caetano da Costa Matoso (1999, p. 882-897), que percorreu o Caminho Novo em 1749, observou que ele estava pontuado por diversas roças e sítios como o do Fagundes, Pedro Dias, Pinho Velho, Pinho Novo, Capoeira, Ressaca, José Fragoso, Itamarati, Juiz de Fora, João Gomes, Borda do

habitantes das bordas da estrada se aproveitaram das possibilidades oferecidas desde a abertura da rota para apropriação do espaço, obtendo renda por meio da venda da produção agropastoril e da prestação de serviços diversos (hospedagem, aluguel de escravos e de animais, entre outros). Esse papel desempenhado pelos roceiros, permeado de conflitos devido à implantação por eles de territorialidades às vezes contraditórias aos interesses da Coroa, cumpriu o objetivo político pretendido pela administração colonial: transformar as minas e, principalmente, a área de acesso a elas em território apropriado, finalidade desempenhada pelas outras estruturas de circulação (caminhos da Bahia, de São Paulo de Goiás etc)⁴¹.

O Caminho Novo se tornou a via mais importante da Capitania das Minas em termos do volume de circulação de pessoas e mercadorias (contratos das entradas), apresentando, ao longo da segunda metade do século Dezoito, o maior movimento fiscal dessa jurisdição. Saint-Hilaire (1975a, p.39; 1975b, p.22), ao percorrer essa estrada em 1816, relatou que ela não era menos frequentada que a de Paris a Toulouse. O naturalista, ao passar pelo “porto” da Estrela, acrescentou que dos vários lugares que tinha andado pelo Brasil nenhum outro era “tão cheio de vida e de movimento” em função dos burros de carga que chegavam das Minas ou partiam do Rio, dos fardos, dos tropeiros e das mercadorias de toda espécie⁴².

A intensa circulação de viajantes e tropeiros ao longo da rota do caminho do Rio foi um dos motivos que induziu a rainha D. Maria I, após o famoso episódio da Inconfidência Mineira, a determinar, no mandado da sentença de execução de Tiradentes, que os quartos desse “rebelde” fossem pregados distribuídos pelos

Campo etc. Essa característica da ocupação era extensiva inclusive ao trecho florestal de maior perigo e risco para o trânsito de viajantes, situado entre a Borda do Campo e a Serra do Mar. As primeiras fazendas opulentas, de acordo com o ouvidor, surgiam a partir da Borda do Campo e eram construções “novas” e “quadradas”, formadas por “cinco janelas por banda e de pedra. Essas edificações coloniais marcariam, por séculos, a paisagem no entorno da zona mineradora e nos arredores dos principais caminhos de acesso a ela.

⁴¹ O caminho para Goiás, mais conhecido como *picada de Goiás*, ligava a área das minas às zonas de extração do ouro situadas a oeste do rio São Francisco (a chamada *Conquista do Campo Grande*), espaço pertencente à jurisdição de São Paulo antes da criação da Capitania de Goiás. O caminho foi aberto em 1733 por um conjunto de potentados mineiros (Matias Barbosa da Silva, Caetano Álvares Rodrigues de Horta, Maximiano de Oliveira Leite, Manoel da Costa Gouveia, Francisco Bueno da Fonseca e Manoel Álvares de Melo), atraídos pelas possibilidades lucrativas da descoberta do metal, alguns deles enriquecidos na arrematação dos contratos das entradas. Como justificativas para a construção da rota, os mineiros citados alegaram o interesse de favorecer o comércio legal entre as duas áreas e de implantar um maior controle fiscal e militar para evitar os extravios e contrabandos, danosos tanto à Fazenda Real quanto aos contratos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.9, n.3-4, p.876, 1904.

⁴² O Porto da Estrela, naquela época situado no sopé da serra do Mar, era a principal base de apoio no Caminho Novo para o comércio entre a Capitania das Minas e a cidade do Rio de Janeiro, núcleo urbano que se transformou na porta primaz de entrada de migrantes, comerciantes, escravos e mercadorias para as Minas e de escoamento da produção mineral dessa capitania, suplantando a importância antes ocupada por Salvador.

lugares mais frequentados da estrada (assim escolhidos: sítio de Cebolas, atual distrito de Paraíba do Sul, Barbacena e sítio da Varginha, hoje zona rural de Conselheiro Lafaiete), a fim de servir de exemplo a todos os caminhantes e viajantes que passassem pelo trajeto, ao redor do qual, em algumas fazendas, o criminoso plantara as sementes do motim e cometera suas “abomináveis” práticas.

4.1.2. A alteridade territorial: picadas clandestinas e descaminhos

A administração colonial, desde o princípio da exploração do ouro, esteve preocupada com o controle das estradas de acesso às minas, dotando-as de registros fiscais, pontos estratégicos para cobrança de impostos sobre a entrada de mercadorias e do quinto, e de guardas para fiscalização do trânsito de pessoas e fazendas. Nas duas primeiras décadas após a descoberta do metal, a principal via de ingresso nas minas era o caminho dos Currais, que cortava uma área de grande extensão territorial, de difícil fiscalização e com condições geográficas favoráveis ao contrabando. Por isso, no governo de Artur de Sá e Menezes (1700), a Coroa resolveu proibir a circulação e o comércio através dessa estrada, permitindo a entrada e saída de viajantes e fazendas apenas pelo porto do Rio de Janeiro, ou seja, pelo caminho paulista do sertão⁴³.

O objetivo da administração colonial com a interdição do caminho da Bahia era combater a rede de drenagem do ouro extraído nas minas para Salvador, para onde se dirigia o maior volume do metal não quintado. A evasão do ouro e do imposto do quinto ocorria, pois o comércio de mercadorias, gados e negros era efetuado com metal não quintado e os contrabandistas se aproveitavam de vias terrestres (picadas e o caminho dos Currais) e fluviais (rios das Velhas, das Contas, São Francisco, Itapicuru e Jequitinhonha) para a prática da sonegação. Ao determinar a permissão da circulação por apenas uma rota, a metrópole esperava obter maior controle sobre a ilegalidade. Mas, a ordem de interdição se tornou letra morta e o guarda mor Baltasar de Godói Moreira, em carta transcrita a seguir,

⁴³ Dada a importância da área dos descobertos auríferos, ausência de sistema de arrecadação do imposto e contrabandos frequentes, a Coroa resolveu ainda proibir a construção de vias secundárias de acesso às minas. Em 1703, por exemplo, o rei emitiu um alvará para restringir a abertura de “novos caminhos ou picadas para quaisquer minas”, descobertas ou futuramente encontradas, enquanto não tivesse implantado um modo de “arrecadação” da Real Fazenda para evitar o extravio do quinto (ANTEZANA, 2006, p.29). Em 1713, Dom Braz Balthazar da Silveira ordenou a Amador Bueno que ele se “abstivesse” do intento de “principiar uma picada” do centro das minas para o descobrimento de Pitangui, sob pena do “maior castigo”. A abertura desse caminho “pendia da resolução de Sua Majestade”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.16, p.457-458, 1911. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.21, n.3-4, p.558, 1927.

encaminhada ao rei D. Pedro II em 1705, foi um dos que destacou a inexecutabilidade da medida por causa dos “muitos caminhos” por onde entravam e saíam pessoas.

Vossa Majestade proibiu o caminho do sertão da Bahia e o Superintendente José Vaz Pinto o executou enquanto pôde, mas incumbe à minha obrigação fazer presente que este sertão tem muitos caminhos por onde entram e saem os homens que vêm com negócios da Bahia, porque é o menos árduo para a condução tanto de gado quanto de comboios de Fazendas [...] E como essas [estradas] se dividem para várias partes das Minas, só se chegam a sequestrar alguns que entram nas Minas Gerais e no Rio das Velhas e ainda por estas duas partes entram muitos sem se saber⁴⁴.

O vale do São Francisco, ocupado com criação de gado antes da descoberta do ouro, estava trilhado por inúmeras picadas que convergiam para o arraial de Matias Cardoso. Um ex-governador da Capitania do Rio de Janeiro, autor da *informação sobre as minas do Brasil*, escreveu que “de todas as partes e povoações” da Bahia, Pernambuco e Maranhão, “assim das costas do mar como dos recôncavos e sertões dos seus distritos”, existiam “caminhos, comunicação e trato para os currais do São Francisco, com maior ou menor distância conforme o local demandado pelos viajantes. “Tantas e tão várias eram as estradas como a vastidão dos lugares que se comunicavam com os currais”. Do distrito de Matias Cardoso para a barra do rio das Velhas havia apenas o percurso pela margem do rio São Francisco. Entretanto, quando os viandantes alcançavam a bacia daquele afluente surgiam “outra vez diversos caminhos para todas as minas descobertas, assim para as chamadas gerais [dos *Cataguases*] como para as do Serro do Frio e para todas as outras que se tirava ouro por entre aquelas dilatadas serras⁴⁵”.

A existência de diversas rotas entre as minas e a Bahia, alternativas ao caminho oficial, inviabilizava a manutenção da proibição do trânsito pela estrada dos currais. Muitas picadas e veredas foram abertas por causa da necessidade de abastecimento da zona do ouro com boiadas oriundas do vale do São Francisco. Eram os casos do “Caminho Novo do Gado” (que do rio das Velhas cruzava o São Francisco e passava por Paracatu e Goiás até chegar ao Piauí, importante centro pecuário), do “Caminho de João Gonçalves do Prado” (atalho entre as minas e a cidade da Bahia, via de menor extensão por atravessar o vale do Jequitinhonha), da

⁴⁴ Carta de Baltasar de Godói Moreira a D. Pedro II. 31 de julho de 1705. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Baltasar_de_God%C3%B3i_Moreira>. Acesso em: 01 abr. 2011.

⁴⁵ INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.174, 1935.

estrada do Figueira (que ligava as fazendas de gado do sertão do rio Verde Grande ao distrito de Pitangui), entre outras. O ex-governador do Rio de Janeiro enfatizou que enquanto existisse exploração de ouro “sempre entrariam para as minas e saíam delas todos que quisessem”. Ainda na opinião do memorialista, a impossibilidade de se vedar a circulação pelo vale do rio São Francisco não decorria apenas da presença de vários caminhos clandestinos e secundários, mas de outros motivos que tornavam inexecutável a manutenção da ordem de interdição⁴⁶.

Um dos primeiros pontos consistia na “conveniência” do caminho dos Currais para os moradores das minas e dos sertões do rio São Francisco. Por essa estrada, que partia da área mais importante da Colônia, introduziam-se escravos, fazendas de todo o gênero e outras coisas necessárias para o sustento da crescente população da zona mineradora, com menor valor quando comparado à rota que partia do Rio de Janeiro. A carne era o mais importante gênero de consumo entre a população branca e os sertões de São Paulo e do Rio de Janeiro não tinham condições de garantir o fornecimento desse produto, pois os mercados ainda não estavam formados. A condução das boiadas para as minas demorava de 15 a 40 dias. Mas, o tempo de viagem não era o único elemento favorável porque enquanto o preço médio do gado em pé custava entre 3 e 5 oitavas nas Capitanias da Bahia e Pernambuco, nas minas era vendido por valores que variavam entre 15 e 30 oitavas. Esse motivo explica porque os moradores dos sertões do rio São Francisco preferiam comercializar suas boiadas com os habitantes das minas.

A “qualidade” da população da zona do ouro e dos sertões, formada por mineradores, comerciantes, clérigos e vaqueiros, era outro fator que tornava impossível vedar o trânsito ao longo da estrada da Bahia. Dizia o ex-governador da Capitania do Rio de Janeiro, com certo tom dramático, que “nem todos os exércitos da Europa” pareciam suficientes para impedir que “qualquer vaqueiro ou Paulista, metido com a sua escopeta pelos matos daqueles sertões, entrasse e saísse por onde quisesse”. Os ricos e potentados, em nome da honra, provocavam contendas ou descompunham as pessoas da maior esfera, sem respeito às leis divinas ou humanas. O autor da *informação* ainda questionava: “[...] como será possível impedi-los? Com preceitos? Não obedecem. Com força? A maior não basta. Com indústrias? Não se descobrem eficazes”. Existia um quadro bastante favorável aos desmandos dos potentados locais, a contribuir para a proliferação de uma rede de

⁴⁶ Idem, p.178-181.

caminhos secundários e para a fragilização da percepção entre os sertanistas do direito régio sobre o território das minas⁴⁷.

A administração colonial criou guardas nas minas e nos sertões, nomeando para a função alguns paulistas poderosos para trabalharem nas diretivas do cumprimento da interdição e do controle das entradas e saídas pela estrada dos Currais. Entrementes, de acordo com o ex-governador da memória em foco, “os mesmos guardas, por si ou por outrem, introduziam pelo caminho os mais importantes comboios e boiadas em ordem aos seus lucros”. E mesmo nos casos de gado confiscado, em não poucas vezes a mercadoria “foi restituída a seus donos” porque o condutor disse que “as levavam determinadas por tal e tal paulista”. Como os homens de “serra acima”, muitos deles responsáveis pela inspeção, costumavam dar passagem livre a pessoas e fazendas, o autor da informação então supôs a existência de um “pacto oculto” entre paulistas e os senhores das terras e dos gados, subterfúgio utilizado por ambos para garantir a introdução de mercadorias proibidas nas minas⁴⁸.

No maior núcleo urbano da América Portuguesa, ricos comerciantes, interessados nas possibilidades de aumento da fortuna em negócios com a população das minas como a venda de gado e, sobretudo, de escravos africanos e produtos europeus, engrossavam a fila do contrabando. A probabilidade de apreensão de mercadorias era remota já que qualquer medida para garantir a fiscalização do sertão do São Francisco esbarrava ou na corrupção existente entre os agentes responsáveis pelo fisco e confisco ou em duas características geográficas da área: grande extensão territorial e presença de muitas saídas e entradas por terra e por água. Essa opinião foi externada pelo ministro Baltasar de Godói Moreira, quando ele destacou a impossibilidade de se vedar a estrada dos currais da Bahia em virtude da existência de muitos caminhos, abertos por várias partes, e da largura do sertão e campos gerais, tanto a jusante quanto a montante da barra do rio das Velhas.

O funcionário régio, em carta ao governador Arthur de Sá e Menezes, destacou que “era impossível deixar de vir de lá [Bahia] carregações porque lhe

⁴⁷ Idem, p.180.

⁴⁸ Idem, p.177-178 e 186. Para combater o contrabando, o ex-governador da Capitania do Rio de Janeiro sugeriu que as autoridades coloniais procedessem com penas de confisco e infâmias para os poderosos e sua descendência. Pois, dizia o ex-ministro que os paulistas e os homens moradores dos sertões “não temiam as leis penais” que ameaçavam suas vidas porque “destas lhes pareciam estar livres nos lugares em que habitavam”, protegidos em redutos territoriais formados por cadeias clientelares compostas por parentes, afilhados, agregados, vizinhos e escravos.

escreveu um ‘barrigudo’ [algum desembargador] que quisesse o governo sim ou não, os negociantes haveriam de vir e mandar, uns movidos pela necessidade, outros pelo interesse”. Em carta a Dom Pedro II (1705), Baltasar de Godói Moreira sugeriu que os guardas mores e menores, assistentes nas minas, se informassem das pessoas que entravam pelo sertão da Bahia e afixassem editais no vale do São Francisco determinando a permissão da introdução de gados e fazendas pela estrada dos Currais, contudo, estipulando a obrigatoriedade do retorno pelo Rio de Janeiro. O objetivo era recolher o imposto do quinto nessa cidade. Caso os negociantes se recusassem a pagar a quantia ou insistissem em voltar pelo caminho da Bahia, o ministro sugeriu que as autoridades competentes procedessem à apreensão do ouro e dos escravos passados e à aplicação dos castigos conforme o previsto na legislação para “evitar maior descaminho dos reais quintos⁴⁹”.

As vantagens da circulação pelo caminho da Bahia (topografia plana, infraestrutura de hospedagem e recursos alimentares) faziam ainda com que vaqueiros e negociantes assumissem os riscos de contravenção da determinação régia. De acordo com um ex-governador do Rio de Janeiro, autor da *informação* sobre as minas, a “facilidade e o provimento” eram os principais incentivos ao trânsito ao longo da via e desde a barra do rio São Francisco junto à vila do Penedo, de uma e outra banda das margens desse curso d’água, havia várias povoações, umas mais próximas outras distantes, com as fazendas de gado se estendendo até a foz do rio das Velhas, razão pela qual os viandantes não precisavam dormir ao relento, pois podiam se abrigar nas casas dos vaqueiros “como ordinariamente faziam pelo bom acolhimento”. O ex-ministro ainda destacou que na maioria do percurso encontravam-se sal, água em abundância, “farinha em bastante quantidade, carne de toda espécie, peixe, frutas, laticínios, cavalos para a condução, postos para eles e pousos para abrigo dos viajantes” e, o mais importante, “sem risco de *Tapuias*, nem de outros inimigos⁵⁰”.

A saída de ouro em pó não quintado ocorria com maior intensidade ao longo da estrada da Bahia, daí a imediata resolução da metrópole de interditar o trânsito

⁴⁹ Carta de Baltasar de Godói Moreira a D. Pedro II. 31 de julho de 1705. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Baltasar_de_God%C3%B3i_Moreira>. Acesso em: 01 abr. 2011.

⁵⁰ Além da “brevidade e suavidade do caminho”, das suas “comodidades e facilidades”, nas matas das minas encontravam-se paus apropriados para a construção de canoas com pouco custo, evitando-se, desse modo, a compra de cavalos, que nas minas eram muito caros, reduzindo ainda os custos da viagem de volta, efetuada pelo rio São Francisco abaixo até o “porto” da cachoeira de Paulo Afonso, onde as embarcações eram vendidas pelo dobro do valor de custo. *INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.179-181, 1935.

por essa via. No entanto, a expansão do comércio na cidade do Rio de Janeiro, o crescimento do tráfego de pessoas e mercadorias ao longo do Caminho Novo e a redução do trânsito pela estrada dos Currais tiveram como consequência a intensificação do contrabando de riquezas ao longo e nas bordas da rota “aberta” por Garcia Rodrigues. Para o ex-governador do Rio de Janeiro, apesar das características distintas desse caminho em relação ao dos currais e dele desembocar numa praça onde Sua Majestade possuía ministros de notório zelo, também por ele era impossível “evitar que saíssem das minas todos quantos quisessem porque estando elas entranhadas em tão vastos sertões e tão distanciadas umas das outras, de qualquer parte delas” os contrabandistas “podiam buscar o caminho de Garcia por veredas incógnitas” e, desta sorte, “se livrarem de topar com quaisquer ministros na chegada aos povoados”.

O Caminho Novo foi uma via que “nasceu descaminhada” porque, na concepção de Oliveira Júnior (2002, p.90), desde o momento em que o governador das Minas e a Coroa concederam o privilégio do uso exclusivo da estrada a Garcia Rodrigues, ele iria colocar em prática os direitos adquiridos e vender autorizações durante os anos do monopólio. O próprio sertanista não conseguiria controlar inteiramente o caminho enquanto deteve o privilégio sobre a via, pois negociantes caloteiros do Rio, que se recusaram a ajudá-lo na conclusão da estrada, se empenhariam na burla dos controles, inclusive após a maior influência da autoridade administrativa da Coroa nas Minas, resultado da guerra dos *Emboabas*. Essa prática de burlar os controles ocorria também no caminho paulista do sertão onde, conforme o ex-governador da memória citada, os moradores da vila de São Paulo transitavam facilmente pelas veredas devido às suas habilidades, segundo se observa no trecho a seguir reproduzido.

Parece clara a impossibilidade de evitar o *caminho geral do sertão* nas entradas para as Minas, pois lhe poderão fazer tantas [entradas] quantas forem as pessoas que o quiserem seguir, de todas e quaisquer povoações que saírem porque todas estão entre matos ou vizinhas deles, com moradores tão práticos nas suas veredas que ainda sendo tantas as guardas como os paus dos mesmos matos pode-se duvidar [que consigam] reprimir de entrarem por onde quiserem. E nas saídas das Minas, [os homens de “serra acima” têm] a chegada livre em São Paulo, nas vilas e povoações em que todos [os viandantes] e cada um dos moradores possuem nas suas próprias casas o melhor e mais seguro couro⁵¹.

⁵¹ Idem, p.175.

O ex-funcionário régio ainda acrescentou na memória escrita ao rei que “alguns ou muitos” habitantes se “achavam nas ditas minas vivendo com a soltura e liberdade notória”, desprezando as leis, apesar da regulação e das graves penas impostas. Não as usavam e muito menos as obedeciam, evadindo-se no “couto dos matos”. Mesmo quando chegavam às praças principais, animados pelo pouco volume que o ouro faz, se disfarçavam e se misturavam entre os povos delas. Em face dos motivos anteriormente relatados, o ex-governador chegou à conclusão de que era “praticamente impossível evitar a entrada nas minas por quaisquer dos referidos” caminhos (Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro) “e muito menos a saída delas”. Pelo contrário, na opinião do ex-ministro, ao invés de vedar qualquer estrada, seria mais acertado conceder a “liberdade de entrar e sair das minas pelos caminhos mencionados, a todos e a tudo”, de forma geral ou combinada, ou seja, com certas condições e limitações⁵². Isso porque, na concepção de Straforini (2007, p.146),

Os caminhos de acesso [às minas] tinham significados diferentes para ambos os lados [metrópole ou descobridores, mineradores e comerciantes]. Se, para a Coroa, os caminhos eram uma das poucas possibilidades de se controlar e normatizar a exploração aurífera; para quem estava nas minas comercializando ou minerando, os caminhos também eram a possibilidade de lá chegar e sair, de fazer chegar os alimentos e demais mercadorias necessárias à manutenção da vida, bem como uma das formas de desviar o pagamento do Quinto Real.

Então, a administração metropolitana procurou controlar o trânsito ao longo de algumas vias principais como a *geral do sertão* e a do Rio de Janeiro e manteve a proibição da circulação para a rota dos Currais, apesar dos subterfúgios utilizados pelos habitantes para ludibriar o interdito. No caminho que se tornaria o mais importante das Minas, o governo colonial emitiu ordens para sujeitar os habitantes, combater os extravios de ouro, a ineficiência dos próprios registros fiscais e a corrupção das guardas militares. É o caso de uma determinação passada em 1730 por Dom Lourenço de Almeida, transcrita em Soares (2009, p.52). Ele mandou uma patrulha ao caminho “aberto” por Garcia Rodrigues para averiguar o escoamento clandestino do metal no trecho entre a “borda do mato” e o rio Paraibuna, considerado de maior perigo para a circulação de viajantes devido à presença de bandidos e criminosos, refugiados em veredas no interior da densa cobertura vegetal. O objetivo dos soldados era *patrulhar as estradas*, pois picadas no meio da

⁵² Idem, p.174.

floresta facilitavam a ação dos contrabandistas pelas possibilidades de desvio da rota oficial e a relativa proximidade desse ponto da Capitania do Rio de Janeiro o transformava em espaço estratégico para “lavagem” de ouro não quintado.

A construção de rotas clandestinas, abertas para facilitar o transporte ilegal de ouro, diamantes e mercadorias e para burlar a fiscalização e revista de viajantes nos registros instalados nas *estradas reais*, se tornou, junto aos problemas apresentados pelo trânsito nos caminhos oficiais, uma das maiores preocupações para o governo metropolitano, motivando as autoridades a editarem várias ordens com a tônica de proibir a abertura de caminhos alternativos. Segundo o ex-governador do Rio de Janeiro, o objetivo dessa política era garantir “a segurança dos quintos” em espaços onde não existia forma regular de arrecadação da Real Fazenda, “principal fim pelo qual se pretendia vedar as estradas” secundárias⁵³. Em 1733, por exemplo, durante o governo do Conde de Galveias, a Coroa emitiu um bando acerca da proibição da abertura de picadas⁵⁴. Após três anos, o administrador Gomes Freire de Andrade, diante de problemas decorrentes da abertura de veredas por causa do avanço de colonos em direção às áreas de fronteira, proibiu o lançamento de posses “nas extremidades não povoadas do governo”, sob pena de duzentas oitavas e de se julgarem nulas. Os roceiros com interesse no apossamento de alguma terra foram obrigados a solicitar licença prévia, que poderia ser concedida ou negada. Mais uma vez, as autoridades esperavam combater a proliferação de picadas clandestinas em áreas distantes do centro das minas e os possíveis extravios de riquezas por elas.

A reiteração desses instrumentos proibitivos, e isso aconteceu diversas vezes, demonstra a indiferença dos povos pelos decretos reais e governamentais, frequentemente publicados, de forma quase idêntica, por cada nova administração (reis e governadores)⁵⁵. O próprio caráter itinerante da atividade mineradora, a impulsionar os avanços dos colonos em direção às áreas distantes do centro das

⁵³ Idem, p. 182.

⁵⁴ “Ordem de 26 de setembro de 1733 para se publicar e observar a lei, que com ela se remeteu a de 27 de outubro do mesmo ano, pela qual se determina a não abertura de novos caminhos ou picadas para as minas [nas quais inexistem] alguma forma de Arrecadação da Real Fazenda. E que por estes caminhos ou picadas proibidos não se possa entrar ou sair e impõe-se aos que abrirem ou por eles entrarem as mesmas penas dos que desencaminham os quintos do ouro. E as Fazendas introduzidas pelos ditos caminhos ou picadas fiquem perdidas, a metade para a Fazenda Real e a [outra] metade para o denunciante (CARNEIRO, 2008, p.240)”.

⁵⁵ Em 1738 e 1757, o instrumento normativo que proibia o lançamento de posses nas áreas não povoadas da capitania foi novamente publicado. Especificamente na segunda data, o objetivo foi impor limites à ocupação das *áreas proibidas* da Mantiqueira. Essa reiteração nos permite inferir que lavradores e mineiros continuaram a ignorar a proibição da abertura de caminhos e do lançamento de posses. *Arquivo Público Mineiro*, Seção Colonial, Códice 224, fl.26. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.1, p.707, 1896.

minas para procura de novas jazidas de ouro, a expansão da fronteira agropecuária e a mercantilização crescente do espaço rural mineiro concorriam para os povos abrirem picadas e entrarem e saírem por lugares pouco devassados, muitos deles situados em zonas distantes, até mesmo próximas da fronteira com outras capitanias. Aliás, vários mineiros e lavradores eram sertanistas, experientes no devassamento do sertão ou, nas palavras de um ex-governador do Rio de Janeiro, “práticos no couro dos matos e hábeis em transitar por veredas incógnitas”, desprezando as leis de interdição apesar da gravidade das penas⁵⁶. E o volume do contrabando se tornou maior depois da migração de sertanistas e mineiros para as minas de Cuiabá, Goiás e Paracatu, descobertas entre os anos de 1718 e 1730. Após esse acontecimento, o sertão oeste da capitania se inseriu no conjunto das áreas preocupantes para a Coroa devido à drenagem de ouro não quintado para as capitanias do norte.

A principal via de ligação entre as Minas e o este era pela *picada de Goiás*. Essa rota foi aberta por volta de 1733 e os potentados responsáveis por tal diligência, para convencer a metrópole acerca da necessidade do caminho, alegaram os interesses de favorecer o comércio legal e de implantar um maior controle fiscal e militar entre as duas zonas para evitar os prejuízos à Real Fazenda e aos contratadores (alguns deles estavam vinculados à rendosa arrematação de contratos). Os mineiros foram atraídos pelas possibilidades lucrativas da exploração do metal recém encontrado e, relativizada suas “boas vontades” de atuarem na legalidade, o fato é que a picada oficial e suas diversas variantes se tornaram, além de importantes vias de trânsito e comércio, rotas de extravio de diamantes, a princípio, explorados no rio Abaeté, e de ouro. Apenas três anos após o início da abertura da estrada oficial, os caminhos e descaminhos já eram tão numerosos a ponto do mestre-de-campo Ignácio Pamplona, em correspondência ao governador Gomes Freire de Andrade, mencionar que “tantas eram as picadas e a tudo iam chamando *picada de Goiás* (BARBOSA, 1995, p.236-238)⁵⁷”.

⁵⁶ As penas aos infratores que circulassem pelos caminhos não oficiais ou proibidos incluíam confisco das cargas, multas e prisões. No entanto, o descumprimento das ordens pelos viajantes e negociantes, os poucos recursos disponíveis pelo governo colonial para tornar eficiente a fiscalização e a corrupção de funcionários régios fizeram com que reis e governadores oferecessem a terça parte dos bens tomados como forma de incentivo àqueles vassallos dispostos a delatar os carregamentos ilícitos. INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.175, 1935.

⁵⁷ Algumas das diversas estradas que davam acesso a Goiás se juntavam nos arredores de Paracatu para atravessar a fronteira da Capitania das Minas na localidade da Caveira, entre Arrependidos e Cachoeira. Eram os casos da picada de Pitangui, a dos sertões da Bahia e Pernambuco, a do rio São Francisco e a de São João Del Rei (BARBOSA, 1995, p.236-238).

Na Comarca do Rio das Mortes, a serra da Mantiqueira e os limites indefinidos das Capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo com a das Minas constituíam condições propícias para que contrabandistas de ouro e criminosos transitassem por picadas ilegais, fugindo, conforme suas conveniências, das aplicações da justiça de um ou outro governo e dos registros fiscais instalados nas margens dos caminhos oficiais. A ocupação da Mantiqueira, precisamente nas extremidades interiores do Caminho Novo, era vedada por lei. Entretanto, como a zona se localizava no entorno da via mais movimentada da capitania, os colonos se aproveitaram dessa condição para devassá-la, particularmente no trecho compreendido entre a Borda do Campo e a divisa com o Rio de Janeiro, onde algumas áreas, a exemplo da serra de Ibitipoca, mostravam sinais da existência de recursos minerais. Em 1729, as constantes passagens ilícitas de ouro para as jurisdições do Rio e São Paulo levaram o governador das Minas, Dom Lourenço de Almeida, a ordenar ao Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes a publicação de medidas legais para controlar os “tão excessivos descaminhos do metal, furtado aos reais quintos⁵⁸”.

A administração colonial estava preocupada com os extravios decorrentes da abertura de diversas rotas ocultas na Mantiqueira, a exemplo da construída por Antônio Gonçalves de Carvalho. Esse roceiro e outros sócios abriram uma picada dos arredores das minas de Ibitipoca e Aiuruoca para a Capitania do Rio de Janeiro e “costa do mar”. O “caminho clandestino” chegou até mesmo ao conhecimento do rei em 1745, por meio de uma representação dos oficiais da câmara de Santo Antônio de Guaratinguetá e do governador de São Paulo. O monarca, então, emitiu uma comunicação ao administrador das Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, para tomar as providências necessárias. Este ministro, em carta ao Intendente da Comarca do Rio das Mortes, ordenou-lhe que tomasse conhecimento das “devassas gerais de umas novas picadas abertas” e aplicasse a lei de 27 de outubro de 1733, pela qual “exatissimamente se proibia a abertura de novas vias⁵⁹”.

Muitos roceiros estavam com posses e serviços de mineração nos sertões de Ibitipoca e o devassamento da serra da Mantiqueira seguia à revelia da legislação proibitiva. Entre 1752 e 1758, o governador interino, José Antônio Freire de Andrade, também procurou combater essa prática da ocupação ilegal. Ele determinou ao alferes João Carvalho de Vasconcelos, responsável pela patrulha do Caminho Novo,

⁵⁸ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.16, p.457-458, 1911.

⁵⁹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.22, p.125, 1928.

que passasse uma ordem ao capitão Manoel Lopes de Oliveira, morador da Borda do Campo, com o intuito de notificar as pessoas contidas numa relação para que elas cessassem a abertura de caminhos secundários. O oficial partiu para a diligência em 1754 e enviou ao ministro uma denúncia, transcrita a seguir, sobre a presença de várias picadas, situadas nos arredores de Ibitipoca, às margens do rio Paraibuna e, inclusive, nas proximidades do registro fiscal de Simão Pereira.

Dou parte a Vossa Senhoria como por esse distrito que compreende da Borda do Campo até Simão Pereira há vários moradores que andam botando [posses] pelos matos gerais, seguindo uns aos outros por picadas, de sorte que um já tem sesmarias [...] e outros me dizem andam na mesma diligência, a saírem a várias partes [...], botando roças para pedi-las a Vossa Senhoria por sesmarias, com grande prejuízo da Real Fazenda e, nesta forma, em breves tempos, haverá várias estradas para os transgressores de ouro e diamantes, as quais não se poderão vadiar [...] E me dizem que isto tem princípio pelas partes da Ibitipoca [...], roça de Simão [Pereira] e rio da Paraibuna acima (SOARES, 2009, p.53).

O capitão Sebastião Gonçalves Pinto foi também convocado pelo governador para participar de outra diligência semelhante, com o objetivo de avisar os abridores das picadas “para que as mesmas não continuassem” até o ministro tomar sobre elas o conhecimento necessário, sob “pena de serem presos⁶⁰”. Todavia, vale ressaltar que nem todos os caminhos na serra da Mantiqueira foram abertos com o objetivo de se desviar dos registros ou para encobrir o comércio ilegal de ouro, diamantes e fazendas, mas para viabilizar o escoamento da produção agropecuária, comercializada nas vilas mineradoras e nas estradas de acesso a elas, atividade lucrativa e importante fonte de renda para muitos roceiros. O sistema de viação terrestre oficial era precário e a distância de algumas roças das margens da via principal e dos esparsos núcleos de povoamento tornava necessária a abertura de rotas alternativas. Esse foi o motivo alegado por dois lavradores da freguesia da Borda do Campo, Antônio Gonçalves Ribeiro e Constantino da Silva, notificados na diligência de 1754 pelo capitão Manoel Lopes de Oliveira.

Os roceiros, em carta ao governador José Antônio Freire de Andrade, se defenderam da acusação da abertura de picadas para descaminhar metais preciosos. Eles ressaltaram que eram “senhores e possuidores de umas terras” nos “matos gerais por títulos de sesmaria”, com “criações de toda qualidade”, cultivo e plantio de mantimentos e os caminhos abertos tinham apenas o objetivo de facilitar a

⁶⁰ *Arquivo Público Mineiro*, Seção Colonial, Códice 224, fl. 35.

circulação de carros de boi e bestas muares com produtos cultivados, pois a estrada geral, oficial, carecia de conservação. Além da comodidade, os lavradores destacaram que era “justa causa” e “conveniente” “fazer e conservar os caminhos mais breves”. Então, rogavam ao ministro que não os interpretasse mal e permitisse a continuação das suas fazendas e a circulação pelas estradas secundárias. Apesar dos argumentos, a decisão tomada pelo governador foi categórica e exemplar, visto que proibiu os lavradores de transitarem pelas rotas secundárias, sob pena de incorrerem nos castigos de prisão e confisco de mercadorias, previstos nas leis de 1720 e 1733, e ainda determinou o fechamento das picadas clandestinas⁶¹.

O governador José Antônio Freire de Andrade escreveu ao Provedor da Fazenda Real para informá-lo acerca da abertura dos caminhos ocultos na Mantiqueira e relatou como essas rotas secundárias favoreciam o desvio de mercadorias e tropeiros dos postos fiscais. O ministro ainda destacou a queixa do administrador do contrato das entradas, José Muniz Maciel, sobre o prejuízo que as picadas construídas nos “matos gerais”, entre a Borda do Campo e Simão Pereira, acarretavam ao contrato, pois viajantes e devedores costumavam desviar dos registros as cargas de gado e fazendas e os escravos. Entretanto, na opinião do administrador, esse problema não tinha como ser resolvido porque o governo colonial não dispunha de capital suficiente para implantar outros postos fiscais e patrulhas de soldados para “bater” as picadas clandestinas⁶².

O Provedor da Fazenda Real concordou com a decisão tomada por José Antônio Freire de Andrade de indeferir a justificativa da abertura de caminhos apresentada pelos lavradores Antônio Gonçalves Ribeiro e Constantino da Silva, visto que, de acordo com aquele oficial, era necessário cumprir a lei do interdito, pois, a ordem de 1733, que proibia a abertura de veredas ou picadas nos matos gerais das minas sem prévia autorização do governador, achava-se “em sua verde observância”, solapada pelos interesses particulares de roceiros. Na discussão sobre a ilegalidade da abertura e do trânsito por algumas picadas, certos habitantes das margens do Caminho Novo até concordaram com a resolução adotada pelo ministro. Esses lavradores eram responsáveis por diligências como o conserto da rota oficial para que viandantes, sem perigo, levassem os víveres necessários à área mineradora, aquartelamento dos soldados em suas casas, transporte seguro dos quintos etc. Como os rendimentos financeiros desses roceiros advinham dos gastos

⁶¹ *Arquivo Público Mineiro*, Seção Colonial, Códice 115, fl. 138.

⁶² *Idem*, fls. 114-114v.

dos viajantes ao longo da estrada real, eles se diziam prejudicados em função do desvio do fluxo de pessoas de suas roças, sítios e fazendas, causados pela abertura de caminhos clandestinos⁶³.

As notícias de descaminhos de riquezas por picadas proibidas na serra da Mantiqueira incomodaram também o governador Luiz Diogo Lobo da Silva. Esse ministro chegou, inclusive, a se deslocar com uma comitiva pela Comarca do Rio das Mortes em 1767 com o objetivo de “examinar os registros” fiscais. Na análise do posto do Itajubá, o funcionário régio não evitou o “incômodo de passar duas vezes a serra mencionada nas partes da sua maior aspereza e elevação” e, não satisfeito com o número de registros estabelecidos na divisa com a Capitania de São Paulo, determinou a implantação de mais três: os de Jacuí, Ouro Fino e Jaguari. O governador passou as “providências necessárias para acautelar os extravios que por essas partes imponentemente se podiam praticar, maiormente vendo que nelas corria o ouro em pó”, e “julgou necessário não só as cautelas e estabelecimento de registros e patrulhas”, mas a abertura de uma

[...] estrada de comunicação do Jacuí para o Rio Claro e deste para Cabo Verde, atalhando a picada que havia do primeiro arraial para o de Camanducaia, de sorte que fazendo tapar todas as mais, que podiam ser prejudiciais ou facilitar os descaminhos para São Paulo, os descobertos recentes tivessem pelas novas estradas que se abriam comunicação mais fácil pelo interior das Minas para a sua respectiva Casa de Fundição⁶⁴.

Na jurisdição da Campanha do Rio Verde, os extravios eram frequentes pelo navegável rio Sapucaí abaixo, situado a apenas três léguas do registro de Itajubá, onde os contrabandistas tinham a opção de pegar uma estrada ilegal e passar à Capitania de São Paulo. O ministro Luiz Diogo Lobo da Silva ordenou o fechamento dessa picada e mandou abrir um caminho do posto fiscal do Itajubá para o de Capivari para que os viajantes desta localidade também não passassem para o distrito de São Paulo. Com isso, ele esperava coibir o trânsito dos moradores das Minas por capitania “estranha”, frear os frequentes contrabandos de ouro para o

⁶³ Em 1755, o governador José Freire de Andrade passou a vários oficiais militares da capitania uma ordem para prender as pessoas que continuavam a utilizar as picadas interditas. O ministro ainda lançou outra proibição acerca da abertura de novas vias e ratificou o interdito um mês depois. Mas, o desrespeito às ordens persistiu, pois, após um ano, o capitão Manoel Lopes de Oliveira informou ao governador que os caminhos proibidos continuavam a ser utilizados e davam passagem aos “extravios de ouro”. *Arquivo Público Mineiro*, Seção Colonial, Códice 115, fls. 01, 116, 136-137, 151-151v, 153 e 158.

⁶⁴ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 25, p.463-465, 1910.

“porto” de Santos e drenar todo o metal extraído nos arredores da divisa com São Paulo para o posto fiscal do Itajubá, a fim de ser encaminhado à Intendência do Rio das Mortes.

As medidas tomadas pelo governador Luiz Diogo Lobo da Silva não tiveram significativo efeito e o problema da passagem de ouro para a jurisdição de São Paulo persistiu, chegando a incomodar a próxima administração, a cargo do Conde de Valadares. Esse ministro, em 1772, informou ao rei sobre “as muitas desordens cometidas pelos moradores” que desobedecendo às autoridades da Capitania das Minas iam quintar o metal na casa de fundição de São Paulo ou não o quintavam. O Marquês de Pombal mandou a Junta de Administração da Real Fazenda redobrar a vigilância para “cessar de vez esses abomináveis descaminhos” e “colocar um fim nos extravios do ouro” e enviou uma carta ao governador de São Paulo na qual ordenou ao ministro a instalação de uma nova guarda no rio Sapucaí, a fim de dar buscas aos viandantes que por ali continuavam a transitar, e a fiscalização de um “novo caminho” que os moradores de São Paulo haviam aberto do rio Pardo para o arraial de Cabo Verde, distrito pertencente à jurisdição do governo das Minas, por onde ocorriam extravios de riquezas minerais (ANASTASIA, 2004, p.194-195).

O crescimento da circulação e da ocupação ao longo do Caminho Novo, principal via de comunicação da Capitania das Minas, levou os administradores coloniais a se preocuparem não apenas com o devassamento ilegal na margem oeste dessa via, onde se encontrava a serra da Mantiqueira, mas também com a abertura de rotas clandestinas no trecho leste da estrada, pertencente às bacias dos rios Pomba e Doce, conhecido genericamente por *sertões do leste*. Essa área proibida, cujos limites se estendiam até as jurisdições do Rio de Janeiro e Espírito Santo, estava vinculada à Comarca de Vila Rica e abarcava um espaço de grande extensão territorial, marcado pela baixa densidade demográfica, cobertura florestal densa, rios navegáveis e atividade agropecuária em expansão, fatores que dificultavam a fiscalização da abertura ilegal de picadas e dos extravios. Após algumas denúncias, o governador Dom Antônio de Noronha, preocupado com as características favoráveis da área ao contrabando de ouro e diamantes, passou a seguinte advertência ao capitão mor Francisco Pires Farinho em 1779.

[Chegou-me à presença] que algumas pessoas desse distrito [Brás Pires?], movidas por seu filho Manoel Pires Farinho e juntas em bandeira, penetraram no mês de março deste ano os *Matos* que ficam nas vizinhanças do Turvo Novo e se encaminharam à serra

[do Brigadeiro] cujas vertentes da parte do Norte formam os ribeirões e rios que deságuam no Doce e da parte do Sul os que deságuam no Pomba, o qual divide esta capitania [das Minas] da do Rio de Janeiro⁶⁵.

O ministro de El Rei estava apreensivo com a construção de rotas clandestinas nos arredores da alta bacia do rio Doce e, particularmente, do Pomba que, por ser relativamente plano, apresentava condição geográfica favorável para a abertura de caminhos secundários entre a Capitania das Minas e a do Rio de Janeiro através dos *campos dos Goitacazes*, zona por onde ocorriam extravios de riquezas. E advertiu o capitão mor para cumprir suas obrigações de vassalo e aplicar as ordens dos governadores anteriores, pois caso tivesse levado a risca as regras estipuladas não teria consentido o rompimento dos matos daqueles sítios pela entrada da bandeira. O governador ainda ordenou o fechamento das picadas, a prisão de todos os posseiros compreendidos na “área proibida” e condicionou o armamento de novas bandeiras à sua expressa autorização. No entanto, as medidas por ele determinadas teriam efeito reduzido por dois motivos. Primeiro porque nos vales dos rios Piranga e Pomba, onde as características geográficas eram muito favoráveis à implantação da atividade agropecuária, as veredas e caminhos se multiplicavam devido às constantes entradas para captura de índios e lançamento de posses, efetuadas, basicamente, a partir de três freguesias, representadas na Figura 18.

A primeira área de entrada era pela zona pertencente ao arraial de Guarapiranga (Comarca de Vila Rica), de onde se adentrava pelo alto vale do rio Piranga, passando pelos distritos de Senhora de Oliveira, Brás Pires, Calambau, São Caetano, São José e Rocha. A segunda e terceira entradas se localizavam na Comarca do Rio das Mortes: uma pela freguesia de Itaverava, no alto vale do rio Piranga, de onde se penetrava através dos arraiais da Noruega, Espera e Lamim; e a outra pela Borda do Campo, alto vale do rio das Mortes e Pomba, de onde se adentrava pelos arraiais de Igreja Nova (Barbacena), Senhora dos Remédios e Melo. Em segundo lugar, é preciso salientar que a própria administração colonial agiu de forma contrária à desejada estratégia de isolamento do leste florestal ao conceder sesmarias e ao incentivar a descoberta de novas lavras e a entrada de bandeiras para combater indígenas nessas extremidades não povoadas da

⁶⁵ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.6, n.1, p.197-198, 1901.

capitania, fato que resultou na formação de alguns dos arraiais retratados na Figura 18⁶⁶.

Figura 18 - Frentes de Expansão e Tribos Indígenas nos Altos Vales dos Rios Piranga e Pomba, 1750



Fonte: Carneiro (2008, p.107).

O próximo governador das Minas, Dom Rodrigo José de Menezes, apresentou uma postura diferente dos anteriores quanto à proibição da ocupação das áreas não povoadas da capitania. Esse ministro, em 1780, após receber informações relativas ao descaminho de metal por caminhos “ocultos” na serra da Mantiqueira, área vedada à ocupação, emitiu uma ordem a Félix Vital Nogueira, intendente do ouro da Comarca do Rio das Mortes, para averiguar os fatos. O intendente então lhe comunicou que na cabeceira do rio Paraibuna, paragem compreendida nas “áreas proibidas”, João Homem da Costa e outros mineiros se

⁶⁶ Em 1726, os altos vales dos rios Doce (Piranga) e Xopotó já possuíam alguns povoados e vários caminhos, roças, lavras e fazendas segundo o relatório elaborado por Luiz Borges Pinto. Havia ligação terrestre da área citada com o vale do Pomba. Em 1750, a ocupação daquela zona chegou a tal importância que o autor de uma memória no códice Matoso (1999, p.260), Luís José Ferreira de Gouveia, sugeriu a abertura de uma estrada do distrito de Guarapiranga para o Rio de Janeiro passando pelo vale do Xopotó.

ocupavam da extração de ouro no córrego das Pedras, “lugar vedado para semelhante trabalho”. O sítio encontrava-se “devassado, roçado, plantado e com paiol para recolher os frutos, fabricados por ordem do sargento mor José Aires Gomes”. O quadro da ocupação era mais acentuado nos gerais de Santa Rita do Ibitipoca onde, de acordo com o intendente, “muita gente” havia se introduzido, “devassando”, desde os governos anteriores, “as áreas proibidas com posses e serviços de mineração⁶⁷”.

A confirmação das denúncias da abertura de picadas, a presença de vários posseiros e as condições favoráveis ao extravio de ouro na serra da Mantiqueira motivaram a diligência de averiguação da área pelo próprio governador Dom Rodrigo José de Menezes e sua comitiva. O objetivo: alargar a fiscalização da exploração do metal, implantar registros nos caminhos secundários entre a Capitania de Minas e a do Rio de Janeiro e reduzir o estado de decadência da exploração aurífera. Após investigar a zona, o governador chegou a algumas conclusões. Ele considerou que a ocupação ilegal fora comandada pelo tenente-coronel Manoel Lopes de Oliveira que no governo interino de José Antônio Freire de Andrade enviou a este ministro a notícia de que várias pessoas haviam entrado nos matos gerais por três picadas e que por elas poderia ocorrer contrabando de ouro. O vassalo, a “pretexto da necessária serventia das suas fazendas”, convenceu o governador interino a interditar a área, pois, em 1755, aquele administrador das Minas publicou um bando no qual declarou os sertões da Mantiqueira como “área proibida”. Com o interdito, garantia-se a manutenção de “interesses particulares” e desviava-se a atenção dos representantes metropolitanos para o efetivo devassamento e povoamento que vinha ocorrendo no espaço citado⁶⁸.

Dom Rodrigo José de Menezes, diferentemente dos governadores anteriores, que lançaram ordens com o intuito de tornar os espaços periféricos às minas

⁶⁷ Francisco Antônio Rebelo e o capitão mor Antônio José Machado foram designados para investigar o quadro do devassamento nos arredores da serra de Ibitipoca em 1780. Eles adentraram na zona seguindo o curso do ribeirão de Santa Rita. O primeiro encontrou “roças antigas e modernas”, “caminhos abertos e cultivados”, através dos quais andavam “bestas carregadas conduzindo mantimentos até o rio do Peixe”. De acordo com suas observações, existiam pelo menos sete entradas para a área proibida, todas povoadas e interconectadas por picadas. O segundo contabilizou 20 habitantes numa das entradas, estabelecidos antes da proibição lançada no governo de José Antônio Freire de Andrade, e “92 moradores e posses modernas”. Ao longo do ribeirão de Santa Rita, o vassalo identificou 80 povoadores, “com terras apossadas e compradas” e tempo de permanência no local entre 3 e 40 anos. No rio do Peixe foram contabilizados 7 moradores e na entrada do Salto 26 habitantes modernos. *Arquivo Público Mineiro*, Seção Colonial, Códice 224, fls. 36 e 38. As folhas seguintes, especialmente 41, 42 e 45, trazem a relação dos povoadores das “áreas proibidas” da Mantiqueira.

⁶⁸ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, p.312, 1897. *Arquivo Público Mineiro*, Seção Colonial, Códice 224, fls. 31, 34 e 61.

restritos à abertura de picadas e à ocupação, considerou que as determinações com vistas à proibição impediam a descoberta de novos veios auríferos e a existências de áreas afastadas da civilização facilitava os descaminhos. Era o caso da Mantiqueira cujo interdito, segundo o administrador, fora “fundado sobre princípios totalmente impraticáveis e de cuja observância resultava a ruína da capitania”, pois

[...] se [sertanistas e roceiros] tivessem observado as ordens de 1720 e 1733, em que se funda a mesma provisão [declaração da proibição de abertura de caminhos ou picadas] e outras da mesma natureza [...], as Minas estariam na sua primeira infância. Não haveria Goiás, Paracatu, Campanha do Rio Verde, Minas Novas do Araçuaí e outros distritos de menor ponderação [...] Enquanto na capitania houvesse sertões dilatados [...], mal se poderia conhecer o sem número de veredas no interior dos matos [e combater a] cobiça ajudada pela natureza⁶⁹.

O governador das Minas, em ofício dirigido ao rei, relatou que “a espoliar” os habitantes dos seus respectivos domicílios na serra da Mantiqueira seria mais vantajoso para a Real Fazenda conservá-los como “vassalos laboriosos”. E das suspeitas “muito bem fundadas” de contrabando não era possível “dar remédio sem que os distritos fossem habitados⁷⁰”. Ou seja, a barreira mais eficaz para combater os descaminhos do ouro devido às várias estradas e ao “imenso número de habitantes”, mineradores e fazendeiros encontrados na Mantiqueira passava pela “abertura” da área, através de uma regularização do povoamento. Essa política, posta em prática, foi ainda aplicada para os *sertões do leste* quando o governador, em 1781, efetuou uma viagem ao Cuieté, no médio vale do rio Doce, e à Casa da Casca, na serra de Arrepiados. Ao todo, o ministro procedeu à repartição de mais de novecentos pedidos de sesmarias e datas minerais. O objetivo: promover o reordenamento do território, de modo a anexar o sertão ao domínio da Coroa e, com isso, “civilizar” e subjugar os habitantes desse espaço periférico, transformando-os não apenas em povoadores, mas em pagadores de tributos e, acima de tudo, súditos do Estado.

O governador determinou ainda a construção de uma “nova estrada interior”, entre os rios Preto e Paraibuna, chamada *caminho do Menezes*, e para fiscalizá-la nomeou o alferes Joaquim José da Silva Xavier. Em demanda do vale do rio Doce, o ministro ordenou também a conclusão de um caminho partindo dos distritos de

⁶⁹ Idem, fls. 29-31v, 34 e 35.

⁷⁰ Idem.

Santana do Deserto (povoado no atual município de Rio Doce) e Inficionado (Santa Rita Durão, hoje distrito de Mariana)⁷¹. A abertura de novas vias não era um problema, pois, na opinião do administrador das Minas, o essencial da questão não consistia em haver muitos ou poucos caminhos, mas em “serem dirigidos”, de forma a desembocarem em certos pontos fixos, os registros, “para fora dos quais não pudesse passar coisa alguma de todo o recinto interior sem ser registrado”⁷².

A política adotada por Dom Rodrigo para as “áreas proibidas” influenciou a próxima administração das Minas, a cabo de Luís da Cunha Menezes. Esse ministro relatou em 1784 que “não parecia ser útil aos interesses do governo haver terras inúteis pela falta de se conhecer as utilidades que se poderiam tirar delas”. Por isso, o governador lançou uma portaria encarregando o sargento mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho, o coronel Manoel Rodrigues da Costa e o alferes Joaquim José da Silva Xavier para efetuarem uma “exatíssima averiguação” das “áreas proibidas” da Mantiqueira⁷³. Ao último oficial, que se encontrava destacado na ronda do mato, entre a Borda do Campo e o rio Paraíba do Sul, foram dirigidas as seguintes ordens: efetuar o levantamento de todas as características do território como as povoações, com destaque para suas forças, ocupações e distâncias dos principais centros, as riquezas naturais, as serras, os rios, os pontos estratégicos para estabelecimento de registros e as estradas e caminhos abertos da Capitania das Minas para a do Rio de Janeiro.

O objetivo da diligência era evidente: conhecer a parte leste para garantir a subordinação dos seus habitantes à política colonial, já que fazendeiros e mineradores, instalados ilegalmente na zona desde governos anteriores, se aproveitavam de fraquezas do sistema administrativo para alcançar objetivos particulares, a exemplo da mineração clandestina de Macacu, na divisa da Capitania do Rio de Janeiro com a das Minas. O governador Luís da Cunha Menezes ainda

⁷¹ No *Mapa da Comarca de Vila Rica*, de José Joaquim da Rocha (1995), datado de 1778, o caminho para o sertão do rio Doce figura com a seguinte expressão: “estrada nova do Cuieté”, o que nos permite depreender a existência de outra picada mais antiga. Na *Carta da América Meridional*, de Jacques Nicolas Bellin, por exemplo, essa via foi representada em 1758: da área central das vilas do ouro ela seguia o rio Doce pela margem esquerda até alcançar o litoral do Espírito Santo. Nessa carta é possível observar também um caminho que do vale do rio Pomba demandava a costa litorânea nas proximidades de Guarapari (Capitania do Espírito Santo), portanto, passando pela área vedada. José Joaquim da Rocha, no mapa anteriormente citado, ainda apontou a existência de dois outros caminhos nos *sertões do leste*: o primeiro seguia do distrito de São Sebastião para o sertão de Abre Campo; e o segundo do arraial de Guarapiranga para o de São Manoel dos Coroados através dos vales dos rios Piranga, Xopotó e Pomba. Essas evidências indicam como as “áreas proibidas” estavam cortadas por diversas estradas. O mapa de Jacques Nicolas Bellin encontra-se disponível na *Paulus Swaen old Map auction and galleries*.

⁷² *Arquivo Público Mineiro*, Seção Colonial, Códice 224, fls.20, 29, 30 e 31.

⁷³ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, p.347 e 349-350, 1897.

ordenou a implantação de alguns registros fiscais (Cunha, Louriçal e Ericeira). Essas estruturas territoriais de fiscalização e de cobrança de impostos constituem o tema do próximo sub-capítulo⁷⁴.

4.2. Os registros fiscais

A imposição do Estado na Capitania das Minas teve como objetivo primário assegurar a tributação do ouro. Desde os primeiros anos da descoberta do metal, a administração metropolitana se mostrou preocupada principalmente com a arrecadação do quinto e a evasão fiscal. Numa instrução passada por Martinho de Mello e Castro ao Visconde de Barbacena (1788), governador das Minas Gerais, apesar do lapso temporal, aquele ministro salientou que devido ao baixo número de tropas e aos “muitos e diferentes caminhos impraticáveis de se guardar” dois propósitos se destacavam como finalidades básicas nas partes “mais importantes do governo” da jurisdição citada: 1) agir com “*cuidado*” e “*vigilância na boa e exata administração e arrecadação da Real Fazenda*”; 2) e tomar “*as cautelas praticáveis para se evitar os contrabandos e descaminhos*”⁷⁵. Para tanto, de acordo com Straforini (2007, p.245), coube aos “caminhos reais do ouro”, associados aos registros, acrescentarem ao território “conteúdos normativos e fiscais” para cumprirem os objetivos pretendidos, garantindo, dessa forma, a presença do poder régio na figura de seus representantes e de suas leis. Ainda conforme o autor, ambas as estruturas territoriais compunham um “único sistema, onde a circulação e o controle tributário só podem ser entendidos na sua indissociabilidade”.

Os principais impostos incidentes sobre as atividades econômicas, os moradores e os viajantes na Capitania das Minas eram os *dízimos* dos gêneros agrícolas, o *quinto* do ouro e os *direitos de entrada* de mercadorias e das *passagens* dos rios. O sistema adotado pela Coroa para arrecadação desses tributos era híbrido: enquanto o quinto do ouro e dos diamantes foi coletado diretamente pelo Estado, os *dízimos* e os *direitos de entrada* e sobre as *passagens* foram cobrados por meio do sistema de contratos, arrematados por particulares. Os contratadores operavam por meio de sociedades e arrematavam tanto a cobrança de impostos quanto monopólios de comércio. Arrendar contratos régios a homens da Colônia foi

⁷⁴ Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, Códice 224, fls. 31, 66 e 75.

⁷⁵ Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v.6, p.4-5, 1844.

a estratégia adotada pela metrópole para interiorizar o fisco e tentar garantir o pagamento em zonas remotas⁷⁶.

O contrato dos dízimos foi implantado em 1704, no governo de Arthur de Sá e Menezes. Mas, a cobrança se tornou efetiva após a criação das comarcas em 1714. Os arrematantes responsáveis pela arrecadação desse tributo efetuavam a avença dos produtores rurais a crédito. Em 1710, na administração de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, foi implantada a cobrança sobre as entradas de mercadorias. Esse governador convocou uma junta com os procuradores dos povos e decidiu impor uma taxa sobre os negócios de fazenda, escravos, gados e cavalos introduzidos nas Minas. Essa tributação visava arrecadar fundos para cobrir as despesas dos soldos e ordenados dos militares e ministros, mas, pouco depois, foi adotada para complementar o pagamento do quinto do ouro. A arrecadação dos direitos de entrada não cessou mesmo durante a vigência das casas de fundição, o que resultou em bitributação de gêneros e mercadorias⁷⁷.

O imposto sobre as passagens foi implantado em cursos d'água caudalosos a partir de 1714. Dez anos antes, o monarca ordenou ao governador Dom Álvaro da Silveira para pôr em pregão as passagens dos rios. Em 1711, o rei enviou outra carta sobre o assunto, dessa vez ao governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, para que “desse toda ajuda e favor” para pôr em “arrematação as passagens dos rios” das Minas, por “entender que poderiam render alguma coisa para a Real Fazenda (MATOSO, 1999, p.619)”. O local da cobrança se situava em pontos estratégicos como na barra de algum afluente importante ou próximo de determinado caminho de movimentação expressiva de viajantes e comerciantes, os quais precisavam transpor o rio de um lado para outro e, para tanto, contavam com as barcas da Fazenda Real para realizar a travessia. Em 1750, de acordo com Costa Matoso (1999), a metrópole tinha implantado o controle sobre as passagens dos rios das Mortes, Baependi, Grande, Paraopeba, Jequitinhonha, São Francisco, Verde e das Velhas, mas, a duro custo e, em certos casos, com interrupções, pois

⁷⁶ Na Demarcação Diamantina, o sistema de arrematação por contrato vigorou até 1771. A partir dessa data, marco da instalação da *Real Extração dos Diamantes*, a exploração das pedras passou a ser comandada exclusivamente pela Coroa.

⁷⁷ No governo de Antônio de Albuquerque, os seguintes valores foram estabelecidos para pagamento das entradas: cada carga de fazenda seca, quatro oitavas de ouro; cada carga de molhados, duas oitavas; cada escravo negro, quatro oitavas; cada escravo mulato, seis oitavas; cada cabeça de gado vacuum ou cavalar, uma oitava. Por *fazenda seca* enquadravam-se as mercadorias utilizadas para se vestir. Por *fazenda de molhados*, os comestíveis, ferro, aço, pólvora etc (COELHO, 1994). Essas tarifas variaram durante o período colonial. Em 1715-1716, por exemplo, houve redução das alíquotas e os seguintes valores foram estipulados: carga de secos, uma oitava e meia; carga de molhados, meia oitava; cada cabeça de gado, meia oitava; cada escravo, duas oitavas (RENGER, 2006).

enfrentara grandes resistências da população local e de potentados na arrematação de algumas travessias⁷⁸.

A arrecadação do quinto do ouro foi uma das preocupações centrais da Coroa. Com o objetivo de cobrar esse imposto, a administração metropolitana criou em 1702 os cargos de superintendente, escrivães e tesoureiros. Pela instrução normativa do *Regimento original do superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas do ouro que há nos sertões do Estado do Brasil*, o rei determinou que “para a boa arrecadação dos quintos”, pertencentes por direito à Fazenda Real, “todo o ouro” exportado das Minas teria que partir “com registro”. Na anotação deveria constar a declaração da pessoa proprietária, dos marcos ou oitavas correspondentes, da oficina dos quintos para onde seria levado (ainda não havia casas de fundição nas minas) e do dia, mês e ano em que o registro fora efetuado. O ouro não quintado, apreendido sem registro, deveria ser confiscado para os cofres reais. O recolhimento desse imposto sofreu inúmeras alterações no percentual e na forma de arrecadação ao longo do período colonial, mas os diversos regimes tributários ficaram em torno da regra geral do *quinto*⁷⁹.

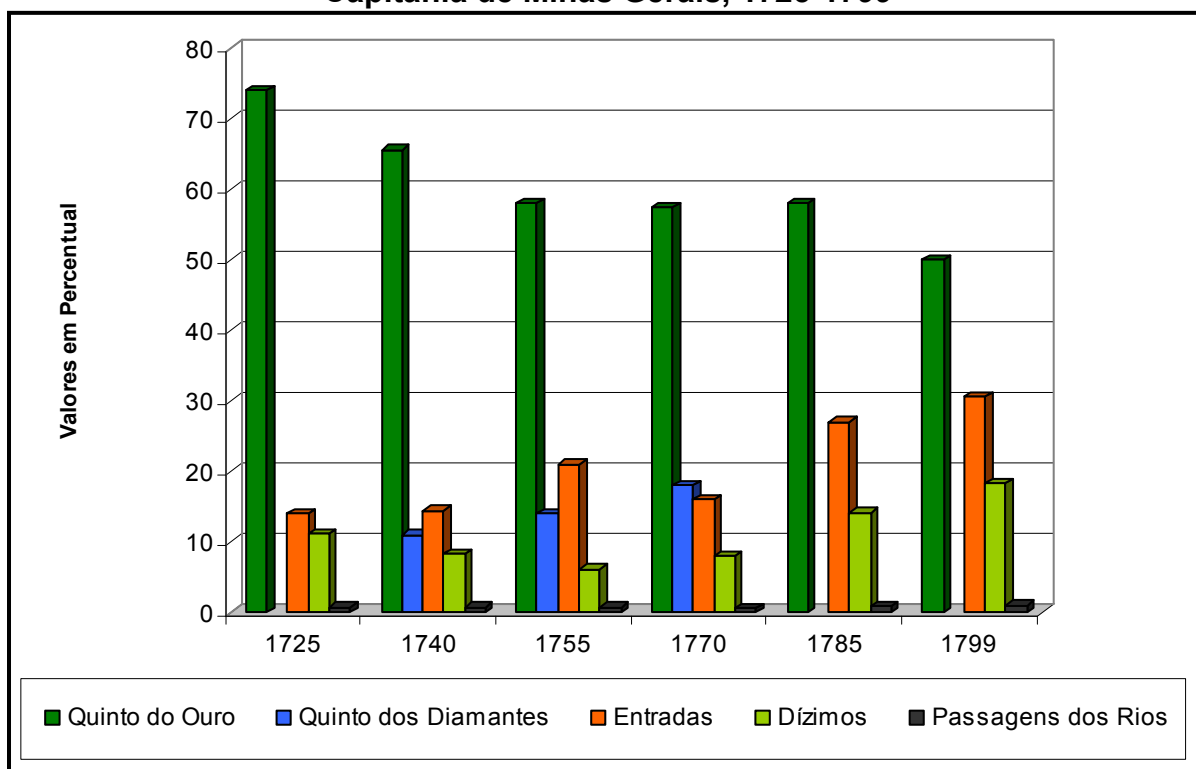
A participação percentual dos principais impostos na composição da receita total arrecadada na Capitania de Minas no período entre 1725 e 1799 está apresentada na Figura 19. O tributo com maior importância era o quinto do ouro, que na formação da renda apurada no período em questão respondeu por mais da metade, exceto em 1799 cujo valor foi exatamente 50%. A cobrança desse imposto foi de tal prioridade que a administração colonial, desde o princípio da descoberta oficial do ouro, ocorrida por volta da década de 1690, tratou de dar forma à sua

⁷⁸ Na passagem do rio Paraíba, pertencente à jurisdição da Capitania do Rio de Janeiro, segundo Pizarro (1820), cada pessoa pagava 640 réis pelo aluguel da barca e 200 réis pela passagem; os animais eram taxados em 360 réis. Na Comarca do Rio das Mortes, o viajante deveria pagar o imposto de 80 réis na passagem das Pontes do Porto Real e por cada animal 160 réis. Outras passagens de rios, aqui não citados, chegaram a ser arrendados em determinados momentos. Por exemplo, no triênio de 1793-1796 a administração colonial arrematou os contratos das passagens dos rios Sapucaí, Piedade e Araçuaí. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.3, n.1-2, p.89-99, 1898.

⁷⁹ Na arrecadação do quinto do ouro, as seguintes formas e percentuais vigoraram durante o período colonial e parte do imperial: 1700-1710 (quinto do ouro em pó); 1710-1713 (quinto por bateia); 1714-1718 (sistema de convênio: ajuste ou finta pela qual os mineiros se comprometeram a remeter 30 arrobas anuais de ouro); 1718-1722 (sistema de convênio: ajuste realizado entre o fisco e os mineiros pelo qual se comprometeram a remeter 25 arrobas anuais de ouro mais as rendas dos registros); 1722-1725 (quota fixa de 52 arrobas); 1725-1730 (quinto do ouro fundido nas Casas de Fundição e Moeda, instaladas em 1724); 1730-1732 (doze por cento do ouro em pó); 1733-1735 (quota fixa de 100 arrobas); 1735-1750 (capitação, imposto taxado sobre a propriedade de escravos); 1750-1803 (quinto do ouro fundido com cláusula de quota fixa de 100 arrobas anuais); 1803-1808 (décimo do ouro fundido); 1808-1827 (quinto do ouro fundido). A partir de 1827, o imposto do quinto foi reduzido para 5% e, finalmente, abolido em 1848 (PAULA, 2007). REGIMENTO das Minas do Ouro. 19 de abril de 1702, pg. 28-34. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 08 jun. 2010.

arrecadação, ao determinar a instalação da primeira casa de fundição nos últimos anos do Seiscentos (1695-1697) na vila de Taubaté. Este povoado se encontrava localizado na entrada ou saída do famoso *caminho geral do sertão*, trilha que do vale do Paraíba paulista dava acesso, pela garganta do Embaú, às ricas *minas dos Cataguases*⁸⁰.

Figura 19 - Participação dos Impostos Arrecadados na Receita Total. Capitania de Minas Gerais, 1725-1799



Fonte: Resende (1983, p.376).

Nas primeiras décadas da segunda metade do século Dezoito houve o crescimento dos contratos dos direitos das entradas e dos dízimos, contexto que reflete a crise da mineração e a expansão da atividade agropecuária e do comércio de mercadorias em novas áreas da capitania. Mesmo assim, o quinto do ouro ainda representava a principal fonte de arrecadação da metrópole. De modo geral, no período em foco (1725-1799), enquanto o contrato das entradas apareceu em segundo plano na arrecadação da receita, superado pela arrecadação do quinto dos diamantes apenas no ano de 1770, vésperas da criação da *Real Extração*, o

⁸⁰ Em 1704, o posto fiscal de Taubaté foi fechado, pois não foi possível subir a serra do Mar com o *balancim*, prensa utilizada para aplicar as armas reais nas barras de ouro. Então, a Coroa determinou a fundação de uma casa de fundição em Parati e outra em Santos. Esses dois povoados, juntamente com o de Salvador, eram as principais portas por onde as riquezas auríferas deixavam a Colônia nos primeiros anos da mineração.

contrato das passagens dos rios foi o de menor expressão econômica. Dada a grande importância da arrecadação do quinto do ouro e dos diamantes e do contrato dos direitos de entrada, eles se tornaram os principais objetos de preocupação e controle por parte da Coroa.

Os governantes das Minas, sobretudo durante a fase áurea da mineração, enfrentaram diversas resistências dos povos e de potentados quando tentaram implantar medidas para combater a evasão fiscal do principal imposto: o quinto. Caso exemplar ocorreu na administração de Dom Pedro de Almeida quando, em 1720, a população se levantou contra a instalação das casas de fundição. Mas, a complexa e extensa rede de caminhos, oficiais e clandestinos, tornava necessária a implantação de uma estrutura fiscalizadora para garantir a arrecadação de certos direitos reais sobre o território explorado. Isso motivou a metrópole a implantar os *registros*, estruturas territoriais com o objetivo de viabilizar a arrecadação dos *direitos de entrada* e de fiscalizar o contrabando do ouro em pó.

Um dos primeiros postos fiscais a funcionar em Minas Gerais foi o da *Contagem das Abóbora*s, instalado no governo de Arthur de Sá e Menezes, por volta de 1701. Esse registro, também denominado da *Encruzilhada*, se localizava na bifurcação de dois caminhos: o primeiro, oriundo do sertão da Bahia para o Curral Del-Rei e o distrito de Sabará, responsável por um dos maiores trânsitos de pessoas e mercadorias do litoral para o interior; o segundo, que se dirigia do centro das minas para as lavras descobertas em Pitangui. O cruzamento das duas estradas era um local estratégico para estabelecer uma barreira fiscal e tomou o nome de *Contagem* por ser o lugar onde eram computadas as reses, procedentes das fazendas dos rios das Velhas e São Francisco, para o pagamento dos direitos das entradas.

No trajeto do caminho Velho, o único posto fiscal em funcionamento até 1714 era o registro de Parati, no Rio de Janeiro. O governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, Dom Brás Baltazar da Silveira, além de na data citada mencionar o registro aludido, emitiu uma comunicação ao dirigente da do Rio de Janeiro, Francisco de Távora, para implantar postos fiscais nos caminhos Velho e Novo, pois, segundo o ministro, como havia ajustado com os povos o pagamento de trinta arrobas de ouro pelos quintos, com a cláusula de levantamento dos registros “para que pudessem levá-lo livre como se fosse quintado”, tornava-se necessário instalar imediatamente as barreiras fiscais. Atenção especial foi solicitada na implantação do registro do Caminho Novo que vinha para as Minas, rota que estava se tornando

importante devido ao trânsito expressivo de pessoas e mercadorias. Da cidade de São Paulo deveriam ser remetidas certidões autênticas do levantamento das estruturas fiscais. Ainda em 1714, por iniciativa de Garcia Rodrigues Paes, foi erguido um registro no Caminho Novo, na altura da serra da Mantiqueira (Borda do Campo)⁸¹.

O governador da Capitania de São Paulo e Minas, Conde de Assumar, em 1719, acordou com o ministro da do Rio de Janeiro, Ayres de Saldanha, acerca da instalação de um posto de fiscalização nas margens do rio Paraíba, vinculado à segunda capitania citada. O ouvidor Caetano da Costa Matoso (1999, p.888-890) atravessou essa barreira em 1749. Ele relatou que pagava-se à Real Fazenda pela passagem sobre aquele rio em uma embarcação. O mesmo valor era cobrado na transposição do Paraibuna, onde havia uma casa com provedor, escrivão e alferes com soldados para receber os direitos de trânsito sobre os passageiros e animais e ainda conferir as licenças de entrada dos viajantes nas Minas. A arrecadação do imposto, ou seja, o pagamento dos valores relativos a cada pessoa e cavalo passado, era efetuado na entrada e saída e as licenças conferidas apenas na entrada. Segundo o ouvidor, o registro do Paraibuna estava naquele sítio há trinta anos e, quando da abertura do caminho, havia um posto na serra da Mangalarga, onde permaneceu poucos anos, até quando Garcia Rodrigues entregou as passagens do Paraíba e Paraibuna a El Rei⁸².

No princípio das minas, o objetivo dos registros era cobrar os impostos sobre as mercadorias introduzidas na capitania, evitar a saída do ouro e diamantes sem o

⁸¹ Denominado *Registro do Caminho Novo*, o posto fiscal foi removido a partir de 1720 para a divisa das Capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, nos arredores da roça de Matias Barbosa, provavelmente para tornar a fiscalização mais eficiente, pois a segunda área estava próxima às passagens dos rios Paraibuna e Paraíba, pertencentes à Real Fazenda e fiscalizadas por ela. O ouvidor Caetano da Costa Matoso (1999, p.891) passou pelo novo posto fiscal em 1749. Ele relatou que em Matias Barbosa estava situado o “registro do contrato das entradas das fazendas” que pelo Caminho Novo iam para as Minas, “o melhor de todos”, antes localizado no “sítio da Borda do Campo”. Com a transferência, a área onde se situava o primeiro posto fiscal passou a ser conhecida por Registro Velho e hoje corresponde à fazenda de nome homônimo, nas imediações do município de Antônio Carlos, divisa com Barbacena. Memória da Receita Federal (Registros). Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria>>. Acesso em: 03 dez. 2011. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, v.6, n.1, p.87, 1934. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.21, n.3-4, p.559-561, 1927. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.595, 1933.

⁸² O registro do rio Paraíba foi construído em estilo de fortificação, pois, além de servir como posto de cobrança da passagem do curso d’água, deveria funcionar como base de apoio na condução dos presos das Minas para o Rio de Janeiro. O governador Dom Lourenço de Almeida relatou que com essa fortificação esperava colocar um “freio aos moradores” das Minas pelo seu “gênero e liberdade” com que queriam viver, “incorrendo facilmente em muitos crimes”, pois no deslocamento desses malfetores haveria menos receio, já que os soldados encontrariam no caminho “um depósito seguro”, onde os presos estariam vigiados até que do Rio de Janeiro outra diligência viesse buscá-los (ANTEZANA, 2006, p.40 e 56).

pagamento do quinto, fiscalizar a entrada de pessoas e arrecadar o direito real sobre a passagem de rios (quando situados nas margens de cursos d'água). A fiscalização, no caso específico do ouro, era efetuada por meio da conferência de uma guia na qual constava o destino do metal, geralmente uma casa de fundição da Bahia, São Paulo ou Rio de Janeiro, já que não havia essa estrutura nas Minas até 1724, e o montante pago ou a ser descontado. Esses postos fiscais funcionavam como barreira para impedir a saída de viajantes das Minas com metal não registrado ou sem quintar e se encontravam localizados, especialmente, ao longo das principais vias de acesso à capitania (caminhos do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco), em áreas estratégicas como travessias de rios, gargantas de serras e encruzilhadas de estradas.

Na serra da Mantiqueira, o registro Velho, posto de cobrança sobre a entrada de mercadorias, se localizava na garganta de João Aires, trecho de passagem obrigatória do Caminho Novo logo após galgar a elevação mencionada. Instalação estratégica também apresentava o registro da Paraíba, fato destacado por Dom Pedro de Almeida quando o ministro resolveu solicitar a implantação desse posto para obter maior controle sobre a entrada na zona do ouro. Assim relatou o monarca: “Procurei tomar nesta cidade [do Rio de Janeiro] informação de todas as pessoas que nela achei mais praticáveis no caminho das Minas e também de alguns moradores que vieram do sítio da Paraíba”. Eles “me disseram, uns e outros, que o dito sítio é o mais apto para nele fabricar *uma importante chave para as Minas*”. Tanto no rio Paraíba quanto no Paraibuna, os registros estavam situados nas margens de dois cursos d'água que exigiam dos viajantes a travessia em barcas da Fazenda Real, facilitando, portanto, a cobrança da passagem e a fiscalização⁸³.

Os registros contavam com funcionários nomeados pela Fazenda Real - os *provedores*, cuja função era recolher e levar o ouro em pó à casa de fundição da comarca mais próxima - e pelos arrematantes dos contratos, que designavam empregados (os *fiéis*) para efetuarem a cobrança dos impostos sobre as entradas de mercadorias. Estes funcionários deveriam manter um controle diário das cargas tributadas, registrando o nome do viajante, a procedência e o destino, o volume ou unidade, o valor dos impostos, o dia da passagem etc. Para evitar o descaminho do

⁸³ Para o governador Dom Lourenço de Almeida (1721), o Paraibuna era um rio “caudaloso: não dava vau e não tinha mais do que um porto” por “causa da aspereza das suas margens que, além de serem barrocais, tinham os impenetráveis matos para romper. Por determinação, em sua margem só podia existir a embarcação da Fazenda Real. À noite, a barca ficava presa com uma cadeia a um madeiro e fechada com um cadeado cuja chave era guardada pelo provedor do posto fiscal. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p.81-82, 1980.

ouro e a evasão das mercadorias, os registros estavam protegidos por um destacamento militar, responsável pela fiscalização das estradas em busca de contrabandistas e pela destruição de picadas ilegais. Viajantes, moradores e comerciantes eram obrigados a seguir os caminhos oficiais e passar pelos registros neles instalados. Quando entravam na capitania, os viandantes deveriam apresentar os passaportes nos postos fiscais e permutar a moeda provincial por ouro em pó. Na viagem de retorno trocavam o ouro em pó restante por moedas provinciais.

Os comboieiros pagavam o imposto sobre as mercadorias introduzidas na capitania assim que passavam pelos registros. Na ida, porém, os viajantes entravam com pouco ouro ou dinheiro, levantando quantias apenas após a venda das cargas. Por isso, a forma de cobrança gerou insatisfações e, inclusive, a proposta para mudá-la esteve entre as reivindicações da revolta de Vila Rica (1720). Os sublevados desse motim exigiram, entre outras coisas, que os impostos sobre as cargas, arrecadados no registro da Borda do Campo (serra da Mantiqueira), fossem pagos não na entrada, mas na saída das Minas. Consequência ou não, o modo de arrecadação desse tributo foi modificado: passou a ser efetuado a crédito, por meio da emissão de uma *guia* que indicava o valor das taxas devidas no momento da passagem das mercadorias pelos postos fiscais, a ser paga quando os negociantes retornassem das Minas⁸⁴.

Muitos registros foram alterados de lugar conforme os interesses dos contratadores ou para coibir o contrabando e a evasão fiscal. Em 1727, Dom Lourenço de Almeida repreendeu o desejo de um arrematante que intentou mudar o posto fiscal. O vassalo detinha o monopólio do contrato das entradas dos caminhos do Sertão, Bahia e Pernambuco cuja rentabilidade era advinda, principalmente, dos gados e cavalos oriundos do Ceará e Piauí. Ele pediu permissão ao governador para instalar o registro nos “limites do governo, aonde lhe parecesse” mais vantajoso, para cobrar os direitos sobre todos os animais introduzidos na capitania. No entanto, esse imposto tributava apenas os gados abatidos e os cavalos vendidos nas Minas e como ocorriam mortes tanto no trajeto após a entrada na jurisdição citada quanto durante a permanência desses animais para engorda em pastos das fazendas dos

⁸⁴ Em 1727, os direitos de entrada já eram arrecadados na saída dos comerciantes das Minas. Nessa data, o próprio Dom Lourenço de Almeida salientou que “ninguém” trazia ouro ou dinheiro, mas *fazenda*, e os negociantes só tinham condições de pagarem os impostos devidos após a comercialização das mercadorias. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p. 226-227, 1980.

rios das Velhas e São Francisco (pois chegavam muito magros), os criadores ficariam sujeitos a pagarem taxas sobre gados e cavalos não comercializados.

A instalação do posto fiscal nos limites da capitania poderia trazer ainda consequências perigosas, pois, de acordo com Dom Lourenço de Almeida, os homens do sertão, mais parecidos com “brutos do que racionais”, iriam se exasperar por terem que pagar, logo na entrada da jurisdição das Minas, uma oitava de ouro por cada boi e duas por cada cavalo. Como certamente ocorreria mortandade entre os animais, essa forma de cobrança iria gerar descontentamento e contribuir para intensificar os excessos que os criadores de gado já estavam praticando todos os dias nos sertões. Mas, o ministro considerava que o maior prejuízo decorrente da instalação do registro “em lugar tão distante” poderia estar no furto do ouro através dos currais, pois a grande distância em que o posto fiscal se encontraria do centro do governo, a mais de um mês de jornada, a “vastidão daqueles sertões”, a presença do rio São Francisco e a relativa proximidade da Bahia dificultariam o trabalho de fiscalização das guardas. Ademais, com o registro localizado nos confins do governo das Minas, muito próximo dos limites com a Bahia, não haveria razão para tomar o ouro por perdido enquanto o metal se encontrasse dentro da jurisdição do posto fiscal pertencente à primeira capitania citada⁸⁵.

Os registros ficaram sob administração da Câmara de São Paulo até 1718. A partir daí foram repassados à Fazenda Real, responsável por arrematar os direitos de entrada de mercadorias em praça pública por meio do sistema de contratos, administrados por particulares. No contexto da arrecadação do quinto do ouro, os postos fiscais ganharam destaque, sobretudo, quando da instalação das casas de fundição (1725-1730) e após a extinção do regime de capitação (1750)⁸⁶. Nesta data, no *regimento* lançado pelo rei para a cobrança dos quintos foi determinado que:

Toda pessoa de qualquer qualidade, estado ou condição que levar para fora do distrito das Minas ouro em pó ou em barra, que não seja fundido nas Casas Reais da Fundição e que não seja aprovado por legítimas guias, incorrerá na pena de perdimento de todo o ouro

⁸⁵ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p.224-228, 1980.

⁸⁶ Em 1725, o governador Dom Lourenço de Almeida relatou ao rei que como “princiara a quintar o ouro na Casa de Fundição e era preciso guarda de soldados nas estradas” que saíam das Minas para “dar busca aos viandantes para não levarem ouro em pó ou em barra sem ser primeiro quintado”, resolver ordenar o envio de uma esquadra de doze soldados para os “caminhos dos currais” da Bahia e Pernambuco e outra para os “caminhos Novo e Velho” de São Paulo e do Rio de Janeiro. O objetivo dessa medida era proteger os registros e combater o contrabando. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.30, p.197, 1979.

desencaminhado [...] Toda pessoa que for achada com ouro em pó, que exceda um marco, seguindo algum caminho diverso daqueles onde se acham e acharem estabelecidos os registros do Contrato das Entradas, seja tido por desencaminhador⁸⁷.

O imposto estipulado sobre o ouro extraído após a extinção do regime de capitação, até o ano de 1803, foi aquele acordado com os povos entre 1733 e 1735 (quota fixa de 100 arrobas), mas com cláusula adicional de funcionamento das casas de fundição para garantir maior eficiência dos registros na fiscalização do contrabando. Nesse novo contexto, devido à crise da mineração e ao crescimento de atividades subsidiárias (comércio e agropecuária), a cobrança dos direitos de entrada de mercadorias apresentou crescimento expressivo na participação da receita da capitania (passando de 20 para 30% do conjunto total arrecadado).

A redução do ouro extraído e a expansão comercial irão desencadear maiores rigores na fiscalização do ouro não quintado. Num aviso de 1750, o rei solicitou aos moradores do Sertão, Caminho Velho e Novo e a todos os capitães das freguesias que tivessem “especial cuidado” na vigia dos distritos para evitar o “descaminho de ouro”. Aos vassalos que atuassem com “zelo e fidelidade”, fazendo alguma obra relevante nessa matéria ou denunciando os descaminhos, o monarca prometeu atender “como fosse conveniente”, mas ficaria “por mal servido do descuido” desse serviço. Nas apreensões de ouro em pó, a metade cabia ao denunciante, enquanto a outra parte deveria ser recolhida para o cofre dos quintos. Caso os valores confiscados excedessem duas arrobas, os delatores seriam angariados com cargos públicos, honras e mercês⁸⁸.

O rei Dom José, após um ano (1751), com o objetivo de aumentar o controle sobre a evasão fiscal das mercadorias e coibir o contrabando do ouro, lançou outro regimento: o *das Intendências e Casas de Fundição*. Entre as normas, o monarca ordenou aos intendentes que comunicassem aos provedores dos registros das suas respectivas comarcas a obrigatoriedade do envio mensal de uma lista dos comboieiros e comerciantes que entrassem e saíssem pelos postos fiscais, na qual deveria constar o nome, a localidade de procedência, os números de negros, cavalos e gados introduzidos e a descrição das cargas. Esse levantamento tinha

⁸⁷ REGIMENTO para a nova forma de cobrança do Direito Senhorial dos Quintos dos moradores das Minas Gerais, abolida a da Capitação, que antes se praticava. 3 de Dezembro de 1750. pg. 316-324. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 08 jun. 2010.

⁸⁸ AVISO para se cumprir a Lei de 3 de dezembro de 1750 acerca dos Quintos do Ouro. 18 de fevereiro de 1752. pg.125-126. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 08 jun. 2010.

como propósito auxiliar os intendentess nas diligências de arrecadação dos impostos sobre as cargas e escravos passados pelos registros e, sobretudo, no combate ao descaminho do ouro, visto que comércio e contrabando eram atividades imbricadas, pois ambos estavam diretamente relacionados ao ouro em pó, principal meio de troca na capitania devido à evasão e à escassez de moeda. O arrolamento, portanto, era estratégico em face da expansão crescente da atividade comercial e suas vinculações com o descaminho⁸⁹.

A arrecadação expressiva de ouro não quintado em registros de grande tráfego de pessoas e mercadorias e as possibilidades de descaminho desse mineral levaram o rei a publicar uma *provisão* em 1755, pela qual vedou a acumulação do metal por qualquer pessoa nos postos fiscais. A fim de garantir as necessárias permutas dos viandantes, o monarca autorizou a manutenção de certas quantias, que seriam definidas em junta pelos governadores, ministros e pessoas mais inteligentes. O *fiel* tinha a obrigação de guardar o metal excedente no cofre do registro e imediatamente remetê-lo à casa de fundição da comarca respectiva para ser reduzido a barras. Se algum funcionário do posto fiscal (provedor, fiel, contratador, pessoas por este nomeadas para cobrança dos direitos das entradas etc) infringisse a regra seria tratado como contrabandista e as penas incluíam o degredo para Angola, a perda do ofício e a impossibilidade de ocupar outros cargos de Justiça e Fazenda. Após dois anos, alvará régio divulgou as quantias máximas permitidas de ouro em pó em cada registro⁹⁰.

Na definição dos valores máximos de ouro em pó permitidos em cada registro é provável que o volume de tráfego de mercadorias e de viandantes tenha sido o fator determinante. Apesar da imprecisão na localização de alguns postos fiscais com valores expressivos (Campo Aberto, por exemplo, com 400 oitavas), dos identificados, os maiores montantes foram fixados para os seguintes registros:

⁸⁹ REGIMENTO das Intendências e Casas de Fundição no Brasil. 4 de março de 1751. pg. 40-52. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 08 jun. 2010.

⁹⁰ Os valores máximos de ouro em pó (oitavas) estipulados foram os seguintes: a) Registros na Comarca do Rio das Velhas (Tabatinga - 2.000, Rio das Velhas - 1.000, Nazareth e Olhos d'água - 60 cada um, Santo Antônio e Santa Izabel - 40 cada um, Zabelê e Onça - 40 no total); Registros na Comarca do Serro Frio (60 para todos); Registros na Comarca do Rio das Mortes (Paraibuna - 300 e Capivari - 150); registros cuja localização não foi possível identificar (Campo Aberto - 400, São Bernardo, São Bartolomeu, Três Barras e Pé da Serra - 200 cada um); Registros nas Comarcas dos Rios das Velhas e das Mortes (Abóboras, Jaguari e Pitangui - 60 no total). PROVISÃO acerca da quantidade do ouro em pó que se deve conservar nos Registros das Entradas para as Minas. 1 de janeiro de 1755. pg. 328. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 08 jun. 2010. ALVARÁ determinando a quantia de ouro que se deve conservar nos Registros de Entrada para Minas. 15 de janeiro de 1757. pg. 485-486. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 08 jun. 2010.

Tabatinga (próximo a Paracatu, Comarca do Rio das Velhas, ponto principal de acesso à Capitania de Goiás e às minas de Cuiabá para os viajantes que partiam de Vila Rica e Sabará, com valor de permuta de 2.000 oitavas); Rio das Velhas (porta de saída para o caminho da Bahia, com valor de 1.000 oitavas); e Paraibuna (ao longo da estrada do Rio de Janeiro para as Minas, com valor fixado em 300 oitavas).

Note-se que esses três registros, os mais importantes, estão situados nas fronteiras de três capitanias (Goiás, Bahia e Rio de Janeiro), vinculados à Comarca do Rio das Mortes ou das Velhas. O padrão observado reflete o contexto econômico de início da crise da atividade mineradora em Minas Gerais, caracterizada pela perda de importância das Comarcas de Vila Rica e Serro Frio, de expansão da extração aurífera nas minas de Cuiabá e na Capitania de Goiás (criada em 1748 pelo desmembramento da de São Paulo) e de crescimento da agropecuária em determinadas áreas como na Comarca do Rio das Mortes, responsável pelo abastecimento de parte do mercado em expansão da futura sede da Colônia, o Rio de Janeiro, cidade mais populosa do Brasil à época.

Na Tabela 1 apresentamos a relação dos principais registros e guardas militares existentes na Capitania de Minas em 1778. Havia postos fiscais distribuídos por todas as comarcas, protegidos por destacamentos militares. A maior parte se localizava em zonas distantes das minas centrais, em áreas próximas da fronteira com outras jurisdições para evitar a saída do ouro não quintado para capitanias vizinhas.

Nas Comarcas do Serro Frio e do Rio das Velhas existia o maior número de registros e guardas militares. A segunda área era a principal porta de saída de ouro contrabandeado para a Bahia e Pernambuco. Na primeira, se localizava a famosa Demarcação Diamantina e o elevado número de destacamentos militares no Tejuco (maior da capitania) é justificado pela necessidade de combater o descaminho de diamantes e garantir o monopólio da Real Extração.

Na Comarca do Rio das Mortes, os postos fiscais estavam assim localizados: ao longo do Caminho Novo, estrada de maior trânsito de viajantes (registros de Matias Barbosa e da Paraíba, que pertenceu ao Rio de Janeiro); em áreas nas quais era frequente o descaminho de ouro por picadas, a exemplo dos limites com São Paulo (registros de Jaguari, Ouro Fino e Jacuí); e, por fim, na entrada e em certos atalhos do Caminho Velho (registros da Mantiqueira, Itajubá e Capivari). A Comarca de Vila Rica constitui um caso a parte, pois não possuía registros, exceto o da Espera.

Tabela 1 - Registros e Guardas Militares. Capitania de Minas Gerais, 1778

Comarca	Comandância	Registro	Guarda
Vila Rica	Vila Rica	Espera	Cachoeira
Rio das Mortes	São João Del Rei	Mantiqueira	Pinheirinho
		Itajubá	Toledo
		Jaguari	Garambeu
		Ouro Fino	Aiuruoca
		Jacuí	Caminho Novo
		Matias Barbosa	Paraibuna
		Paraíba	Rio Preto
		Capivari	Rio Negro
			Rio das Mortes
Rio das Velhas	Sabará	Sete Lagoas	Macacos
		Jequitibá	Riacho da Areia
		Zabelê	Tapera do Saco
		Ribeirão da Areia	Venda Nova
		Abóboras	Sabará
		Jaguara	
		Onça	
		Pitangui	
	Paracatu	Nazaré	Rio da Prata
		Santa Izabel	São Romão
		Santo Antônio	Porto do Bezerra
		São Luiz	Catinga
		Olhos d'Água	Vargem Bonita
			Rio da Marmelada
Serro Frio	Tejuco	Galheiro	Milho Verde
		Rebelo	Paraúna
		Caeté Mirim	Tejuco
		Inhacica	Vila do Príncipe
		Pé do Morro	Gouveia
		Bom Jardim	Picada
			Chapada
			Rio Pardo
			Três Barras
			Rio Manso
			Andaial
			Inhahi
	Minas Novas	Jequitinhonha	Gorutuba
		Itacambira	Minas Novas
		Simão Vieira	Conceição
		Rio Pardo	Santa Cruz
			Itacambiruçu
			Tucaio

Fonte: Pizarro (1820) (com adaptações).

Nota: Vasconcelos (1901) apresenta uma relação um pouco mais extensa das guardas militares existentes na capitania. Algumas foram implantadas pouco depois, na década de 1780. Mas, outras não foram instaladas com a função de vigiar o entorno de registros e combater a evasão fiscal, pois eram *presídios* cujo objetivo principal estava voltado para a defesa dos colonos contra os ataques dos indígenas em áreas de fronteira. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.6, n.3-4, p.765-769, 779-797, 846-847, 1901.

No Termo de Mariana (Comarca de Vila Rica), em que pese suas fronteiras indefinidas com as Capitânicas do Rio e Espírito Santo, a predominância de certas

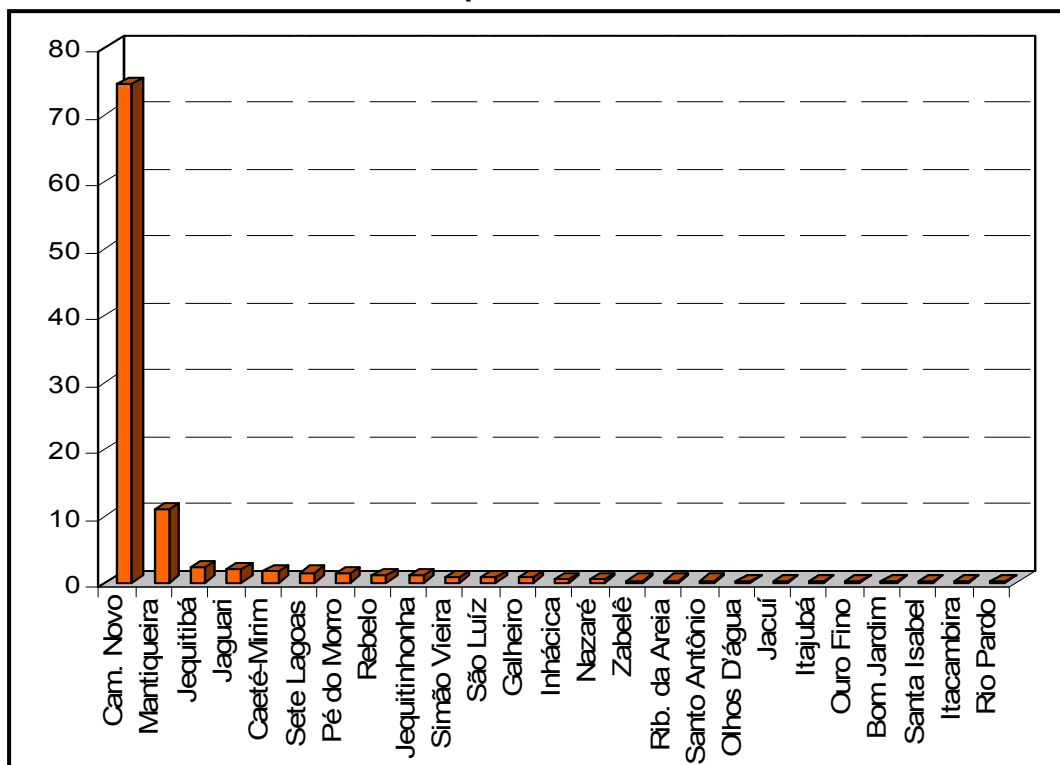
características como baixa densidade demográfica de população branca, índios belicosos e cobertura florestal possivelmente não justificassem a presença de postos fiscais. Na própria visão dos administradores coloniais, os dois últimos fatores atuavam como barreiras naturais ao contrabando de ouro e à evasão fiscal. Outra explicação refere-se ao fato de as principais áreas com maior densidade demográfica da comarca estarem situadas no centro ou relativamente próximas das minas. Isso não justificava a presença de registros, muito menos o da Espera, próximo de Ouro Preto, na adjacência das minas, pois o objetivo dos postos fiscais era barrar, nos limites do governo, a saída de ouro em pó não quintado para outras capitanias. Mesmo assim, o posto fiscal da Espera representa um caso enigmático. Vinculado à Comarca de Ouro Preto, geograficamente se localizava na do Rio das Mortes (Termo de São José Del Rei, freguesia de Itaverava), na fronteira com aquela jurisdição⁹¹.

A participação percentual no valor total dos contratos das *entradas de mercadorias* de aproximadamente 80% dos postos fiscais em funcionamento na Capitania de Minas Gerais no ano de 1776 está apresentada na Figura 20. O registro do Caminho Novo (também denominado de Matias Barbosa, retratado na Figura 21) representou 74,5% do valor dos contratos, com um rendimento da ordem de 109:668\$715 réis. Ele era o posto de arrecadação mais lucrativo por se localizar na estrada do Rio de Janeiro para as Minas, caminho com maior frequência de viajantes e suas mercadorias. O registro ainda estava situado nos arredores dos rios Paraibuna e Paraíba, os quais se encontravam “cercados” de guardas e, por isso, talvez dificultassem, um pouco mais, a ação de contrabandistas. Na margem do rio Paraibuna, um destacamento militar era responsável por vistoriar a entrada de viajantes, impedir o extravio do ouro e de diamantes transportados do interior das Minas e cobrar pela passagem sobre o curso d’água. Na do Paraíba se encontrava outra guarda com a função de arrecadar os direitos da travessia. Ambos os postos fiscais estavam servidos por barcas da Fazenda Real, necessárias para condução

⁹¹ Uma das explicações para a contradição pode estar na presença de um importante e movimentado atalho do Caminho Novo, que começava após o arraial de Igreja Nova. O viajante, ao invés de seguir a estrada principal (que passava pelos distritos da Ressaca, Carijós, Ouro Branco, Itatiaia e Lavras Novas, até atingir Vila Rica), adentrava à direita e percorria os altos vales dos rios Xopotó, Piranga e Gualaxo do Sul (passando pelas proximidades ou pelo registro da *Espera* e pelos arraiais da Noruega, Manja Léguas, Santa Rita até chegar a Ouro Preto). A instalação do registro em foco talvez apresente relação com essa variante, em que pese o fato da estrada do Caminho Novo possuir o posto fiscal de Matias Barbosa, tendo em vista ainda a proximidade do atalho da crítica área do *mato*. Tanto o registro da Espera quanto o atalho citado foram cartografados por José Joaquim da Rocha (1995) no *Mapa da Comarca do Rio das Mortes* (1778).

das cargas, do povo e dos animais que deveriam atravessar aqueles largos e caudalosos rios, o que facilitava, pelo menos em tese, a fiscalização.

Figura 20 - Participação (%) dos Registros no Valor do Contrato das Entradas de Mercadorias. Capitania de Minas Gerais - 1776



Fonte: Coelho (1994, p.206).

Figura 21 - Ruínas do Registro do Caminho Novo, Simão Pereira (MG)



Autor: Anderson Luiz da Silva (2012).

O posto fiscal do Caminho Novo não se destacou na arrecadação dos direitos das entradas durante todo o período colonial. Esse registro só se tornou o mais importante após a perda da superioridade econômica dos caminhos da Bahia e de São Paulo e o respectivo crescimento do comércio e do trânsito na estrada do Rio de Janeiro para as Minas. O caminho da Bahia foi o mais movimentado da Colônia até a metade da segunda década do século Dezoito, apesar dos interesses políticos da metrópole em proibir a circulação por ele desde 1701, motivada pelo desvio de mão-de-obra dos engenhos nordestinos para as lavras de ouro, evasão fiscal e contrabando de ouro. No rendimento do contrato das rotas da Bahia, Sertão e Pernambuco, a maior parte dos impostos advinha dos direitos arrecadados sobre a entrada de animais, pois, todos os anos, chegavam às Minas trinta mil cabeças de gado e cinco ou seis mil cavalos, oriundos do Piauí e Ceará⁹².

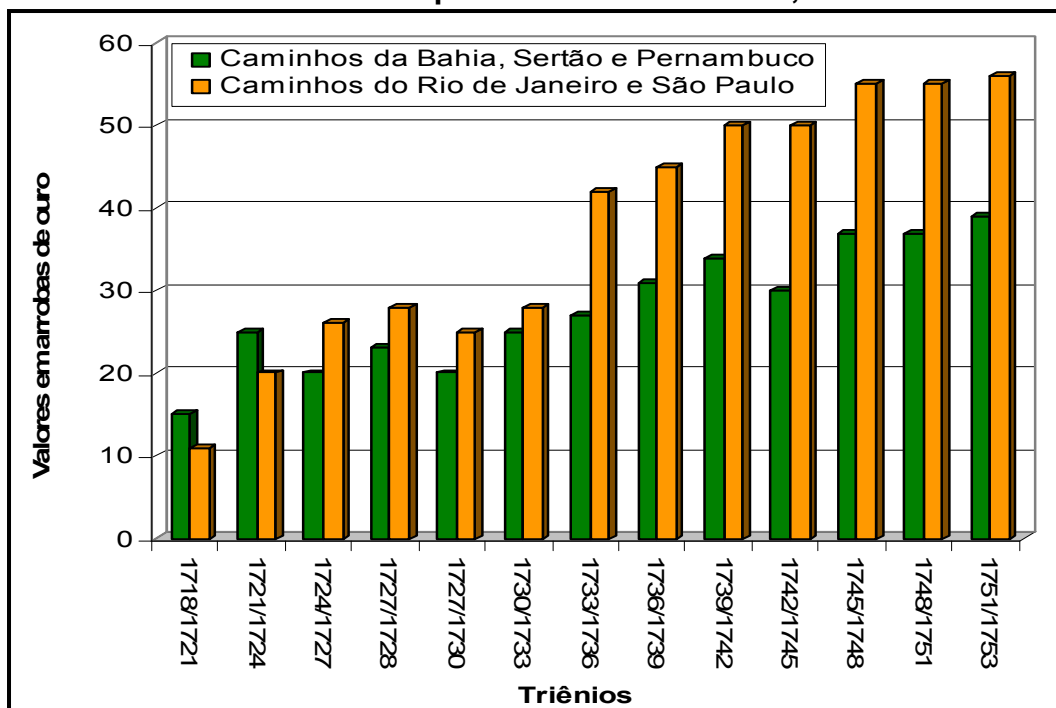
O marco do deslocamento progressivo das relações mercantis do norte (Capitania da Bahia) para o sul (Capitania do Rio de Janeiro) encontra-se por volta de 1725, determinado, em grande medida, pelo crescimento comercial da última cidade citada. Na Figura 22, que retrata a participação agregada dos registros dos principais caminhos de acesso às Minas (assim reunidos: Bahia, Sertão e Pernambuco / Rio de Janeiro e São Paulo) no *contrato das entradas* entre 1718 e 1753, a mudança na circulação mercantil está evidente. Observa-se que as estradas do Rio de Janeiro e São Paulo renderam 11 arrobas de ouro no triênio de 1718-1721, enquanto as da Bahia, Sertão e Pernambuco 15 arrobas. No período de 1721-1724, as vias das capitanias do sul arrecadaram 20 arrobas, ao passo que as do norte 25. A partir desse triênio, ambas as cifras apresentam crescimento (vagaroso até 1733), mas com os valores dos acessos por Rio de Janeiro e São Paulo superando os da Bahia, Sertão e Pernambuco.

O rei de Portugal, Dom João, em carta de 1725 ao governador das Minas, Dom Lourenço de Almeida, relatou que “a razão” do “contrato das entradas dos caminhos do Sertão, Bahia e Pernambuco” não alcançar as 25 arrobas de ouro do triênio anterior (1721-1724) era porque “muitas carregações de fazendas e negros, que vinham da Bahia pelo sertão”, estavam chegando pelo Rio de Janeiro. Esse motivo explicava porque o “contrato das entradas do dito Rio crescera de 20 arrobas de ouro, em que andava, a 26” no triênio de 1724-1727, superando os valores dos caminhos da Bahia, Sertão e Pernambuco. Após 1733, os montantes das rotas de

⁹² *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.30, p.206-207, 1979. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p.224-228, 1980.

São Paulo e, particularmente, do Rio de Janeiro passam a apresentar crescimento acentuado. Ao longo da segunda metade do século Dezoito, não representada no gráfico, enquanto os valores dos contratos dos caminhos do Sertão, Bahia e Pernambuco sinalizam redução, o do Rio de Janeiro mantém elevadas quantias.

Figura 22 - Participação dos Registros dos Principais Caminhos no Contrato das Entradas. Capitania de Minas Gerais, 1718-1753



Fonte: Elaborado com base nos dados divulgados por Antezana (2006, p.80-82)

O registro da Mantiqueira, na participação percentual no valor agregado dos contratos das *entradas de mercadorias* no ano de 1776 (Figura 20, página 233), aparecia na segunda posição, portanto, após o posto fiscal do Caminho Novo. Localizado na estrada Velha, próximo da garganta do Embaú, divisa da Capitania de Minas Gerais com a de São Paulo, representou 10,9% do montante arrecadado naquele ano, com um rendimento equivalente a 15:972\$844 réis. Esse destaque corrobora a importância comercial das rotas do sul (vias de São Paulo e do Rio de Janeiro). Saint Hilaire (2002, p.124-129), na viagem de Minas para São Paulo, passou por esse registro em 1822. O naturalista relatou que o posto fiscal da Mantiqueira ficava “na raiz da serra” mencionada, do lado da Capitania de Minas, e era composto pela “casa da barreira, ocupada pela repartição, e de um rancho onde estava a balança responsável pela pesagem das mercadorias” oriundas das vilas paulistas. As construções estavam situadas em torno de um “grande pátio, fechado do lado da montanha por uma porta de madeira”.

O sistema de arrecadação implantado pela metrópole não se efetivou da forma como a Coroa almejou, a garantir tanto a “*boa e exata administração e arrecadação da Real Fazenda*” quanto a eficiência na contenção dos “*contrabandos e descaminhos*”, como era o desejo de Martinho de Mello e Castro, ministro de El Rei. A estrutura territorial fiscal se materializou nas Minas, mas a custo de resistências a ordens impostas, reconfiguração de determinações emanadas da metrópole e tentativas de implantação de novas territorialidades. Na arrecadação do imposto do quinto, dizia Antonil (1982), em 1711, que menos de um terço do metal extraído era declarado. Quase setenta anos depois (1780), já no contexto da crise da mineração, o governador Dom Rodrigo José de Menezes relatou que no “no giro interior” da capitania havia sempre “uma grande porção” de ouro em pó que “passando de uma a outra mão nunca” chegava a ser fundido, ficando “sempre frustrada a percepção do quinto”⁹³.

Na arrecadação dos *direitos de entrada* sobre as mercadorias, “a forma e o método” estabelecidos para cobrança era “o mais absurdo e diametralmente oposto aos interesses da Real Fazenda e à prosperidade dos habitantes da capitania”. Essa era a opinião do próprio Martinho de Mello e Castro, na instrução passada ao Visconde de Barbacena em 1788. Ele relatou que os instrumentos necessários para extração do ouro, cultura e produção da terra eram “sobrecarregados de direitos”, ao passo que os “efeitos e fazendas”, os quais serviam apenas para “cômodo, fausto e luxo”, encontravam-se “tão aliviados como se fossem gêneros de primeira necessidade”. Em vários casos, as taxas cobradas pelos contratadores oneravam, em muito, os gêneros transportados para as Minas e o preço pago nos registros foi motivo da carestia de víveres na capitania. Num discurso anônimo sobre as “*causas que impediam a prosperidade da colônia de Minas*”, o autor relatou que os produtos oriundos do Reino chegavam “tão gravados pelos custosos transportes e pelos direitos das alfândegas no Rio de Janeiro e das entradas em Minas” que explicavam o encarecimento do preço, o limitado consumo e a prática do contrabando⁹⁴.

⁹³ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, p.321, 1897. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.6, p.4-5, 1844.

⁹⁴ Basílio Teixeira de Sá Vedra Freire, em 1805, enfatizou que os impostos pagos no registro de Matias Barbosa sobre o ferro, aço e pólvora, materiais imprescindíveis para a mineração, aumentavam as dificuldades dessa atividade. Um “quintal de ferro manufaturado” no Rio de Janeiro custava entre 4\$800 e 6\$000 réis, mas pagava de direito de entrada em Minas Gerais 4\$500 réis. Uma arroba de algodão, avaliada em 2\$025 réis, devia pagar o imposto de 1\$125 réis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.6, p.44, 1844. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.678, 1897.

Registros implantados no centro da capitania ou mudados a arbítrio dos arrematantes dos contratos das mercadorias dificultavam o comércio interior, onerado pelas distâncias, dificuldades nos transportes e presença de inúmeros intermediários. Se os gêneros oriundos de outras capitanias fossem comercializados na Demarcação Diamantina eram bitributados, pois pagavam os direitos na entrada das Minas e ainda nos postos fiscais do entorno e da zona diamantífera. Outros registros, colocados a grandes distâncias do centro das minas (100, 200 léguas) para cobrança dos direitos dos gêneros procedentes de outras capitanias (Bahia, Pernambuco e Goiás), segundo Basílio Teixeira de Sá Vedra Freire, deixaram “um país fertilíssimo fora da fiscalização, de muita criação de gado vacuum e cavalos, povoado de grandes fazendas”.

No contexto da tributação do ouro e dos diamantes extraídos, os pesados encargos favoreciam a exportação clandestina. Essa prática oferecia enormes possibilidades de ganho seguro pelo grande valor de pequenos volumes. Como veremos a seguir, o contrabando foi o recurso, costumeiro na Colônia, utilizado pela população em geral, seja para enriquecimento ilícito ou para ludibriar as onerosas taxas cobradas nos registros, portanto, no segundo caso, visando fugir da opressão e da vexação do fisco⁹⁵.

4.2.1. A alteridade territorial: contrabando e sonegação

No princípio da descoberta das minas, um dos primeiros documentos escritos sobre a área, atribuído a um ex-governador da Capitania do Rio de Janeiro, revela o considerável desafio enfrentado pelo poder metropolitano para se instaurar na zona do ouro. Entre variadas questões, o autor apresenta as medidas necessárias para se coibir o contrabando e os descaminhos do metal, num contexto de preponderância dos interesses particulares sobre os direitos régios, de caminhos não oficiais, ordens desrespeitadas etc⁹⁶. Na implantação da administração colonial nas minas, uma categoria geográfica que se tornou perigosa foi a distância do lugar em relação à metrópole, apropriada pelos colonos como instrumento de diálogo com os governadores e o rei. Ela foi incorporada ao discurso político dos povos para evidenciar sua condição de vassallos oprimidos e abandonados naqueles dilatados sertões, sujeitos às vexações praticadas pelo fisco excessivo. A situação locacional

⁹⁵ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.3, n.3-4, p.689, 1898.

⁹⁶ INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.157-186, 1935.

das minas em relação a Portugal assumiu tal importância que até para certos membros do Conselho Ultramarino era impossível colonizar a área.

A extração do ouro e dos diamantes, a evasão fiscal do quinto, dos impostos sobre as entradas de mercadorias e de outros tributos, os inúmeros subterfúgios criados pela população para ludibriar o fisco, o poder emanado dos potentados e as características geográficas peculiares da capitania clamavam pela instalação de uma eficiente estrutura administrativa, fiscal e militar. A metrópole procurou implantar um sistema de arrecadação e de fiscalização para obter o domínio das diversas atividades econômicas, instaurando o controle sobre as passagens de rios para cobrar as taxas devidas, fundando registros em pontos estratégicos do território para conferir guias de pagamento do quinto e arrecadar os direitos de entrada sobre as mercadorias, criando destacamentos militares para patrulhar as estradas e combater a evasão fiscal e os contrabandos de ouro e diamantes etc.

Mas, a despeito das ambições da Coroa, o Estado implantado nas Minas não conseguiu efetivar o domínio pleno sobre o novo território e fragilizado pelas corrupções praticadas pelos próprios funcionários régios acabou por estimular, paralelamente, um conjunto de atividades legais e ilegais, nem sempre com distinção clara. À medida que a administração metropolitana intensificava o cerco para assegurar a arrecadação e a fiscalização, os desvios às normas impostas prosperavam. Para cada método de cobrança introduzido, a população encontrava um novo meio de fraudá-lo.

Os descaminhos eram numerosos e de variadas formas e incluíam a corrupção dos oficiais responsáveis pela fiscalização, a falsificação dos cunhos, das barras de ouro e de moedas, a mistura de estanho raspado e/ou de areia com ouro em pó, a raspagem de moedas, a condução do ouro não quintado livremente pelos postos fiscais ou pelas picadas “ilegais”, a ocultação do metal e de diamantes em imagens barrocas como o santo de pau oco, nos saltos das botas, nas coronhas de espingardas, nas selas dos cavalos, em grandes fardos de algodão, entre outros. Religiosos, escravos, negociantes, mineradores, soldados, governadores, ouvidores, juízes, oficiais da câmara, contratadores, provedores, guardas dos registros etc procuravam desviar as riquezas extraídas sem pagar o imposto do quinto. Para Oliveira Júnior (2002), o descaminho foi uma característica inerente e indispensável à própria colonização. Segundo o autor, na casa oficial de fundição se desviava ilegalmente o ouro. O funcionário régio que cunhava as moedas na casa da moeda falsificava-as por fora. Nos registros, provedores, fiéis e guardas militares, obrigados

a dar cabo aos descaminhos e ao contrabando, precisavam conviver com eles. O homem de negócios que arrematava os contratos e fazia os pagamentos prometidos à Fazenda Real dava livre trânsito ao ouro em pó. O caminho convidava ao descaminho.

As características geográficas peculiares da Capitania de Minas Gerais tornavam o contrabando, atividade assaz rentável, uma prática de difícil descoberta. Pelo lado da Bahia, os sertões dilatados, as diversas picadas e os rios navegáveis embaraçavam a fiscalização. Nos limites com a Capitania de São Paulo, a facilidade da passagem pelos caminhos ocultos da Mantiqueira, “a multidão de tantos atalhos” e a “comunicação de tantas estradas” com as cidades do Rio de Janeiro e de Santos facilitavam o extravio. Na jurisdição do arraial de Paracatu, o distrito ficava “muito sujeito ao descaminho dos quintos pela abertura que tinha para Bahia, Pernambuco” e Goiás. Na divisa com a Capitania do Rio de Janeiro, nem os temíveis “matos ásperos” do trajeto do Caminho Novo, os indígenas belicosos e antropófagos e as quadrilhas de assaltantes como a da Mantiqueira impediram os colonos de desviar as riquezas da Coroa. Favorecidos pelas fronteiras dilatadas da capitania do ouro, os contrabandistas e criminosos passavam para outros governos com o objetivo de “lavar” o metal e fugir da aplicação da justiça⁹⁷.

O descaminho de ouro pelos sertões dos currais era um dos mais volumosos e preocupantes para o governo colonial. Em 1703, segundo Antezana (2006, p.28), o governador do Rio de Janeiro, Dom Álvaro da Silveira e Albuquerque, relatou ao rei que para a cidade da Bahia ia, de forma ilegal, “a maior parte do ouro” que se tirava das minas porque “lá não pagavam quintos”. Havia uma enorme corrente de contrabando seguindo a direção dos rios das Velhas, São Francisco, Itapicuru (Jacobina), das Contas, Jequitinhonha até alcançar o Atlântico. Em 1726, o governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro, relatou que “na saída das minas” para a Bahia “era inevitável o descaminho pela muita largueza e várias veredas e estradas (OLIVEIRA, JÚNIOR, 2002, p.148)”. Além disso, os povos se aproveitavam do conflito de jurisdição entre os governos da Bahia e das Gerais pela posse de Minas Novas para não pagarem e extraviarem o quinto. Dom Lourenço de

⁹⁷ Em 1785, para tentar resolver o problema da passagem de criminosos para outras capitanias, a rainha emitiu um alvará por meio do qual permitiu a governadores e juizes a extensão da sua autoridade ao território de outras jurisdições, em prol da prisão de fugitivos. AVISO ao Capitão General do Rio de Janeiro sobre as Casas de Fundação nas Minas e a cobrança dos Quintos do Ouro (1751). pg.109-111. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 08 jun. 2010. ALVARÁ acerca da ocorrência de extravios do ouro e outros descaminhos e contrabandos no Brasil (1785). pg.371-372. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 08 jun. 2010. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.1, n.3, p.462, 1896.

Almeida, em 1728, denunciou como os contrabandistas burlavam o fisco. De acordo com o governador, como os habitantes das Minas e os que traziam fazendas, negros e gados da Bahia vendiam tudo a troco de ouro em pó, levavam o metal para o descobrimento de Minas Novas. Quando chegavam a essa localidade, tiravam uma carta de guia como se o ouro fosse do distrito e o conduziam para a Bahia, sem pagar o imposto. A maior parte do metal ilegal que chegava a esta capitania era vendida a particulares, envolvidos no comércio Atlântico com a Costa da Mina⁹⁸.

A administração colonial procurou proibir a abertura de novas picadas e determinou o fechamento de caminhos oficiais como o da Bahia para coibir tais práticas de descaminho. No entanto, se os caminhos legais promoviam o comércio e escoavam as riquezas minerais, os gêneros agrícolas e as mercadorias tributadas, eles próprios não deixavam de facilitar o extravio do ouro, dos diamantes e das cargas ilícitas. Essas estradas deveriam ser mantidas regularmente pelos roceiros das suas testadas, os quais garantiam pouso e alimentação aos animais e viajantes e, em alguns casos, vigiavam certos trajetos contra quadrilhas de assaltantes. Mas, os moradores também podiam estar envolvidos no escoamento dos produtos contrabandeados e não foram raros os casos daqueles que protegeram criminosos em suas estalagens. Na opinião do governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro (1727), transcrita em Oliveira Júnior (2002, p.104), os roceiros do Caminho Novo para as Minas, na altura da serra do Mar, eram “as ordinárias consequências de quem serve a Vossa Majestade sem mais inclinação que do seu real serviço”, visto que se preocupavam apenas com os próprios interesses.

Na arrecadação do imposto sobre as entradas de mercadorias, os comerciantes e negociantes procuravam se aproveitar dos atributos naturais da capitania para criar meios de introduzi-las sem pagar as taxas devidas. Em 1721, o governador de Minas Gerais, Dom Lourenço de Almeida, passou pelo registro da Boa Vista, instalado na serra do Mar, no caminho que do Rio de Janeiro dava acesso às Minas. O ministro examinou a situação locacional dessa estrutura fiscal e tirou a seguinte conclusão, enviada por carta ao rei:

Na jurisdição do Rio de Janeiro, no pé da Serra da Boa Vista, está situado o registro para impedir a saída dos soldados desertores do Rio para estas Minas [...] e para cobrar os direitos que no mesmo registro pagam para a Fazenda de Vossa Majestade os negros e cavalos que vêm para estas Minas [...]. [Porém], na situação em que se encontra o dito registro é possível que se desviem dele as

⁹⁸ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.30, p.246-248, 1980.

ditas pessoas e negros, por causa das veredas que há, por onde costumam escapar-se⁹⁹.

No registro da Paraíba, caminho para as Minas, jurisdição do Rio de Janeiro, ocorria fato semelhante. Em 1719, o governador de São Paulo e Minas, Conde de Assumar, em carta ao administrador do Rio de Janeiro, Ayres de Saldanha, relatou a falta de conveniência desse posto fiscal, pois as canoas do próprio Garcia Rodrigues Paes “concorriam para descaminhos notáveis”. Para conter a evasão fiscal, Dom Pedro de Almeida sugeriu mudar o registro para a margem do rio Paraibuna. Consequência ou não da proposta, pois o posto da Paraíba não foi desativado, um novo registro foi instalado na margem esquerda do Paraibuna. Mas, apesar da proximidade dos dois registros e das maiores possibilidades de fiscalização, em 1755, o contratador da barreira fiscal do último rio citado enviou um requerimento ao governador das Minas relatando a abertura clandestina de picadas e atalhos próximos à Borda do Campo. O arrematante do contrato reclamava dos moradores que com estes caminhos ilegais escapavam do posto fiscal e ainda beneficiavam os condutores de negros e fazendas¹⁰⁰.

A administração metropolitana, além de se preocupar com a evasão fiscal do contrabando de mercadorias, precisou conceder atenção especial às práticas de descaminho do ouro em pó não quintado com a implantação das casas de fundição do ouro. Em 1720, o Conde de Assumar, em carta ao administrador do Rio de Janeiro, Ayres de Saldanha, esperava o aviso sobre o levantamento do registro na Paraibuna, pois, em sua opinião, o posto fiscal seria conveniente “para o governo das Minas quando instaladas as casas de fundição para se evitar o extravio do ouro em pó”. Um ano antes do funcionamento delas (1724), o governador Dom Lourenço de Almeida mandou “pôr todas as cautelas nas estradas” que saíam das Minas para dar busca aos viandantes e prender aqueles que levassem ouro em pó não fundido. Contudo, em carta ao rei, o ministro reconheceu que era “preciso pôr na real notícia” que as Minas tinham “tantas e tão diversas estradas para se sair delas que parecia impossível” apanhar alguém com ouro furtado. Essa opinião era também compartilhada por Tomé Gomes Moreira, vereador da Câmara de Vila Rica (1749). Para ele, “sempre haveria descaminhos porque a terra com seus desertos, sertões, veredas e infinitos caminhos ocultos os facilitaria (MATOSO, 1999, p.464)¹⁰¹”.

⁹⁹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p.81-82, 1980.

¹⁰⁰ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.609, 1980.

¹⁰¹ *Idem*, p.649. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p.169, 1980.

Na Comarca do Serro Frio, a riqueza proporcionada pela exploração e comércio dos diamantes tornava essa área vulnerável às práticas ilegais dos mineradores e contrabandistas. Apesar das diversas ordens reais publicadas para garantir o monopólio da Coroa sobre a extração das pedras e da presença de muitos destacamentos militares (o maior da capitania) para proteger a Demarcação Diamantina, o tenente comandante de uma das guardas, Antônio José de Araújo, relatou, em 1781, que nas patrulhas do sertão e do registro de Itacambira encontrou “ladrões” lavando um córrego afluente do rio Itacambiruçu. Ao se explicar, ele admitiu o provável descuido da guarda e a pouca vigilância do cabo responsável, mas, enfatizou que as características da área, “um sertão muito disperso”, a “pouca força que tinha de homens no destacamento” e a presença de “cavalos velhos e incapazes” impossibilitavam vedar as ladroeiras. Por isso, “esperava alguma providência para dar melhor solução à questão¹⁰²”.

Na função de fiscalizar os extravios de ouro em pó, os registros, segundo Basílio Teixeira de Sá Vedra Freire (1805), “não foram o bastante para tolhê-los enquanto as suas linhas [divisórias] foram fechadas por matos embrenhados, rios desconhecidos e não havia picadas sem destacamentos”. Com a crise da mineração, esses postos fiscais, muito menos, não cumpriram a função de policiamento do contrabando, pois, de acordo com o autor, o avanço do povoamento e do devassamento da capitania tinha contribuído para que os matos estivessem cortados, povoados de fazendas e estradas, os rios vadeados, até com pontes e canoas, e as guardas dos registros, geralmente com dois ou três soldados, muitas vezes mal montados, sem mínimas condições de cobrir os intervalos entre os postos fiscais. O problema do contrabando persistia, mesmo com a redução da atividade mineradora¹⁰³.

Os funcionários dos registros e as guardas dos destacamentos militares não dispunham de condição técnica e de pessoal para fiscalizar as estradas e conseguir apreender o ouro descaminhado. Eschwege (2002, p.231-234), ao passar pelo posto fiscal do rio Paraibuna, salientou que “todos os viajantes provenientes das Minas eram rigorosamente revistados para verificar se carregavam consigo ouro em pó ou diamantes, mas era raro que se achasse algo”, até porque “não era possível revistar todas as pessoas e mercadorias”. Ele ainda acrescentou que em Simão Pereira ficava um destacamento da cavalaria de Minas, com um oficial e mais nove homens

¹⁰² *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.4, n.1-2, p.5-8, 1899.

¹⁰³ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.679, 1897.

com a tarefa de fiscalizar o entorno do registro citado, patrulhar a estrada e revistar, à procura de ouro em pó e diamantes, os viajantes que se dirigiam para o Rio de Janeiro. Todavia, “raramente encontravam algo, a não ser que existisse alguma denúncia”.

Os principais funcionários régios designados para administração dos registros (provedores e fiéis), os arrematantes dos contratos dos direitos das entradas, os empregados por eles designados para a cobrança dos tributos e os guardas militares responsáveis pela patrulha dos caminhos oficiais e picadas ilegais facilitavam a evasão fiscal. Esses atos de corrupção foram comuns desde as primeiras descobertas das *minas dos Cataguases*, quando o governador Arthur de Sá e Menezes, em carta ao rei (1698), denunciou os “grandes descaminhos” do ouro dos reais quintos na vila de São Paulo, praticados pelos próprios funcionários da administração colonial¹⁰⁴. Para Martinho de Mendonça de Pina e Proença, numa carta escrita em 1734 ao governador de Minas Gerais, os contratadores eram “capa” de descaminhos. Eles obtinham favorecimento de determinados ministros da Fazenda, especialmente dos provedores dos registros, principais cúmplices nas práticas de contrabando segundo o julgamento do governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro (1725-1732). Nas palavras deste administrador,

[...] se [os provedores dos registros] fizessem melhores diligências, ninguém se atreveria a perder o muito pelo pouco. Nem me persuado que ninguém se atrevesse a passar doze arrobas de ouro sem uma certeza moral de não encontrar impedimento [...] e eu sempre entendo que [na] grande quantidade de ouro que se furta, os provedores dos registros são os primeiros passadores (OLIVEIRA JÚNIOR, 2002, p.107 e 135).

Na Demarcação Diamantina, uma ordem real emanada de Lisboa em 1771 determinou o monopólio real sobre a extração dos diamantes. Na normativa publicada para administrar e controlar a área, chamada *Regimento Diamantino*, mais conhecido como *Livro da capa verde*, o conjunto dos artigos visava garantir a exclusividade da metrópole na exploração das pedras, com ênfase especial nas medidas para combater as práticas de contrabando¹⁰⁵. Após um ano, o Conde de Valadares emitiu uma ordem ao Comandante do Tejuco, alferes Francisco José de Aguiar, especificando a forma como os administradores dos registros situados na

¹⁰⁴ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p.337-338, 1913.

¹⁰⁵ LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História dos Diamantes nas Minas Gerais*. Rio de Janeiro; Lisboa: Edições Dois Mundos, 1945.

demarcação deveriam proceder com todas as mercadorias que dela saíssem. A determinação, parcialmente transcrita a seguir, evidencia o aspecto da severidade na fiscalização.

É muito conveniente ao real Serviço que V. Mercê, em todas as ocasiões que por esse registro e guarda passarem queijos, toucinhos e fumos [...] faça furar [os queijos] pelos lados, de uma parte a outra. Os toucinhos, vendo-lhe e examinando-lhe não só os lanhos, mas fazendo-lhes outros. Os fumos, furando-lhes os rolos ou desmanchando-lhes [...]. Em todos os gêneros que saírem, qualquer qualidade e espécie que sejam, examinará miudamente, desmanchando-os e furando-os (CHAVES, 1999, p.55).

É impossível acreditar que essa instrução, marcada pelo rigor na fiscalização, foi seguida à risca em áreas da Demarcação Diamantina, onde os funcionários régios mantinham os interesses particulares sobre os da Coroa. Isso porque ela feria os lucros dos fiscais, responsáveis pela autuação, mas principais interessados na evasão dos impostos e das pedras. Em 1772, José Pereira de Sousa, morador do Tejuco, escreveu uma carta ao governador das Minas. Na comunicação, transcrita em Menezes (2000, p.174-175), o colono denunciou a pouca conveniência do contageiro do registro do Rabelo, que causava prejuízo à Real Fazenda e aos pobres viandantes que passavam pela paragem. O funcionário régio cobrava os direitos de entrada dos viajantes, mas não os lançava no livro, roubando os impostos reais. Comprava cavalos novos e escravos em zonas localizadas fora da contagem para vender nas Minas, mas não pagava à Coroa os direitos sobre as mercadorias introduzidas. A estratégia por ele utilizada para ludibriar o fiel do registro e desviar do posto de fiscalização os cativos e as fazendas contrabandeadas consistia no uso de “picadas” ilegais. Se, até mesmo na área mais vigiada da Colônia, a corrupção dos funcionários nomeados pelo Estado tornava difícil conter a evasão fiscal das mercadorias, o que dizer do contrabando de diamantes?

Os guardas dos destacamentos militares, cuja função era fiscalizar os caminhos oficiais e destruir picadas ilegais, deveriam dar ordem de prisão aos contrabandistas e confiscar o ouro em pó não quintado. Isso acontecia como em 1726, quando três soldados do Caminho Novo apanharam dois homens com ouro em pó: Antônio de Paiva Arouca, com mil cento e quarenta e três oitavas, e João Rodrigues de Abreu, com duzentas e quarenta oitavas. Os descaminhadores foram

presos e enviados a Lisboa¹⁰⁶. Mas, os militares das guardas costumavam conluir com os contrabandistas e quando faziam apreensão de riquezas minerais se ajustavam com os provedores dos registros, dando fuga aos descaminhadores e reservando para si uma parte, pois nas tomadas a legislação somente beneficiava os denunciante. Essa prática foi revelada em 1729 pelo governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro, em carta escrita ao secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, a seguir reproduzida.

[...] Se as guardas que tenho usado fizessem a sua obrigação teriam apanhado muito ouro no decurso do ano, mas as guardas são ordinariamente capazes dos mesmos furtos, o que é inevitável suposto o procedimento do auditor, porque ainda que apanhe algum oficial ou soldado em manifesta falta da sua obrigação, de tudo sai absolto, e por este modo ficam frustrados todos os meios de se atalharem estes roubos, e a este ouvidor [?] passei a ordem de que remeto cópia para despertá-lo na diligência da devassa que deve ser aberta sobre o furto do ouro, mas nada resulta da sua diligência, se é que a faz (OLIVEIRA, JÚNIOR, 2002, p.106).

Inclusive nos casos em que as diligências de fiscalização eram efetuadas pelas guardas dos registros e confiscado ouro não quintado, o destino da tomada para os cofres reais nem sempre estava assegurado. No trajeto para a casa de fundição, o metal apreendido, em certos casos, na porção ou na totalidade, costumava ser extraviado pelos fiscais e, portanto, não chegava ao destino ou chegava apenas uma parte. Oliveira Júnior (2002, p.106) reproduziu uma carta do governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro, escrita em 1729, que exemplifica algumas situações concretas sobre esse fato. O ministro relatou o seguinte:

Pelo Caminho Novo das Minas Gerais vinha uma partida de doze arrobas de ouro que tendo notícia junto do registro do aperto das minhas guardas se introduziram no mato. [Todavia], descobriu uns dragões das Minas o furto e fizeram apreensão, mas não levaram a Vila Rica mais do que cinco arrobas e isto mesmo sucedeu com outra tomada que se fez com as minhas guardas do Regimento da Paraíba que sendo várias borrachas de ouro não apareceu mais que uma, e em outra tomada que fizeram as minhas guardas no Registro de Parati somente apareceu meia.

A evasão fiscal não foi decorrente apenas da corrupção dos funcionários régios. Em 1755, com o objetivo de arrecadar fundos para a reconstrução da cidade

¹⁰⁶ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p.210-212, 1980.

de Lisboa, atingida por um terremoto, a Coroa implantou nas Minas o tributo do *subsídio voluntário*. Essa taxa, obrigatória apesar do termo, deveria ser temporária (prazo de dez anos) e versava sobre diversas mercadorias introduzidas na capitania como barril de vinho, vinagre e aguardente do reino, gado vacum, escravos e animais novos (besta muar, cavalo e égua). A cobrança desse novo imposto, paralelo a outros como os dízimos e os direitos de entrada, resultou em bitributação e os comboieiros e negociantes, para fugirem desse tipo de vexação imposta pela Coroa, criaram estratégias ilegais para burlar a fiscalização e a arrecadação do tributo nos registros¹⁰⁷.

No sertão do rio São Francisco, a política de interiorização fiscal da metrópole colocou, lado a lado, sob circunstâncias delicadas, moradores poderosos e funcionários do rei (os Intendentes) em 1735, época de implantação do novo imposto do quinto do ouro: a capitação. Proposto por Alexandre de Gusmão, o tributo versava, principalmente, sobre a propriedade de escravos. O novo método de cobrança, bem articulado para fechar as portas às fraudes, ancorava-se nos princípios da igualdade tributária e da proporcionalidade. A administração colonial obrigou os criadores de gado às margens do rio citado a pagarem ao rei o direito do quinto sobre cada escravo possuído, mas eles se revoltaram com a medida, considerada injusta. A resistência dos sertanejos ao novo método de cobrança do quinto baseava-se, fundamentalmente, num princípio muito simples: não eram mineradores, mas criadores de gado. Desse modo, era infundado obrigá-los a pagar o direito do quinto, ainda mais porque o comércio do gado já era taxado em vários outros tributos, a exemplo dos *direitos de entrada*.

A população precisou conviver ainda com as vexações praticadas pelos contratadores, responsáveis pela arrematação dos impostos reais. Na arrecadação dos dízimos, os moradores se queixavam das humilhações e das exorbitâncias cobradas pelos contratadores no momento das avenças, como exemplifica a petição encaminhada ao rei pelos oficiais da câmara de Vila Rica em 1749¹⁰⁸. Na arrecadação das passagens de alguns rios, os povos enviaram petições ao rei

¹⁰⁷ O exemplo mais notável foi a prática de passar animais supostamente velhos com pouca carga e pagar apenas os direitos de entrada sobre as mercadorias transportadas, pois o imposto do *subsídio voluntário* versava apenas sobre os animais novos. Em 1771, segundo Chaves (1999), o Conde de Valadares escreveu ao encarregado do registro de Matias Barbosa alertando-o que éguas, cavalos ou bestas novos estavam sendo passados com pequena carga para fingir serem velhos. Segundo o governador citado, em carta ao Marquês de Pombal (1773), essa estratégia era utilizada ainda nos caminhos da Bahia, onde os comboieiros costumavam passar cavalos com sela ou com carga de pouca quantidade só para pagarem os direitos de entrada sobre os gêneros.

¹⁰⁸ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 22, p.415, 1928.

pedindo ajuda para interceder por eles contra os excessos praticados pelos braços nomeados pelo Estado¹⁰⁹. Em outros casos, foi a população que enfrentou a administração metropolitana na implantação da tributação sobre certas áreas, onde os direitos da realeza estavam usurpados por moradores e potentados¹¹⁰.

Nos distritos e locais afastados dos principais centros de comando das Minas, interesses privados diversos se chocaram com o desejo da metrópole em interiorizar o controle político sobre o território e garantir a arrecadação dos impostos. Era o caso da arrematação dos contratos de passagens de cursos d'água caudalosos em áreas estrategicamente importantes. Até 1717, segundo carta do governador das Minas, Dom Pedro de Almeida, endereçada ao rei, a Coroa tinha implantado o arrendamento dos rios Paraíba, das Mortes e outros menos consideráveis, mas nenhum ministro cuidara de arrematar o lugar mais conveniente, o da Barra (arredores onde o rio das Velhas deságua no São Francisco), por onde se fazia significativo comércio do sertão e da Bahia com as Minas. O ministro ordenou ao ouvidor da Comarca de Sabará que coletasse informações sobre o local citado para avaliar a possibilidade de arrendar essa passagem para a Fazenda de Sua Majestade, por ser muito concorrida¹¹¹.

Um dos grandes desafios para implantar o arrendamento da passagem da Barra do Rio das Velhas, segundo o Conde de Assumar, residia na dificuldade de controlar a população em caso de tumulto, visto que a novidade do fato no lugar despertava movimentos no espírito dos povos. O governador tinha em mente que contestações e resistências da população para manter inalterada a ordem das

¹⁰⁹ Na passagem do rio das Mortes, uma disputa instaurou-se entre a população e os arrematantes do contrato por volta de 1720. Numa carta emitida pelo rei ao governador das Minas (1721), o monarca relatou a denúncia dos vereadores de São João Del Rei contra os arrematantes da passagem citada que, “por demasiada ambição ou por abuso”, não queriam permitir o uso de canoas pelos moradores com fazendas nas margens do rio, utilizadas para o serviço exclusivo das suas famílias, e ainda resolveram impedir as empregadas na mineração. O arrematante tinha o direito de cobrar apenas dos viandantes que passassem pelo rio, não dos moradores das suas margens. Essa contenda, possivelmente, surgiu tanto por causa da forma abusiva do contratador nas cobranças quanto devido às atitudes da população em dar trânsito livre a mercadores e viajantes com suas canoas, onerando os rendimentos do contrato. Após um ano, os abusos praticados pelos contratadores da passagem persistiam, pois Dom Lourenço de Almeida, em carta ao rei, relatou que o arrematante, “sem ter condições que o permitissem”, obrigou os moradores proprietários de canoas e fazendas nas margens do rio a pagarem um imposto todos os anos para cada barco, além de doze oitavas de ouro anuais para aqueles empregados na mineração, práticas ilegais conforme o contrato. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.30, p.196-197, 1979. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p.128-129, 1980.

¹¹⁰ Na Comarca do Rio das Velhas, em 1719, as passagens de Manoel de Queiroz, Francisco Pacheco e várias outras dessa jurisdição, segundo carta do Conde de Assumar ao ouvidor, “andavam usurpadas à Fazenda Real”. O governador ordenou que o ouvidor tomasse posse delas e as arrematasse para a Coroa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.16, p.413, 1911.

¹¹¹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.510, 1933.

coisas, conforme costumes consolidados em tempos anteriores, eram comuns na capitania, especialmente quando se tratava do pagamento de impostos. Por isso, para impedir a sublevação dos povos durante a arrematação do contrato acreditava contar com a ajuda de um dos maiores criadores de gado do vale do São Francisco: Manuel Nunes Viana. Em carta ao administrador da Bahia, Dom Pedro de Almeida solicitou a ajuda do marquês para aconselhar o vassalo citado na preparação do “espírito dos moradores” do rio das Velhas até os currais do potentado, a fim de aceitarem a imposição do tributo¹¹².

Manuel Nunes Viana era um potentado, cabeça dos forasteiros que usurparam o território das minas durante a guerra dos *Emboabas*. Àquela época, ele teve o atrevimento de impedir a entrada do governador Dom Fernando Martins Mascarenhas nas minas, arrogando a si o poder e a autoridade de governá-las. Era conhecido por ser um homem insolente, régulo, esquecido da obrigação de vassalo. Nos deslocamentos do sertão para as minas, Nunes Viana viajava com escoltas armadas para resistir às patrulhas responsáveis pela fiscalização das estradas, transportava mercadorias contrabandeadas pelo caminho proibido dos currais, não pagava os direitos sobre as entradas e, ainda, retornava com ouro não quintado para suas fazendas e para a Bahia. Ele chegou a se mancomunar com um primo, Manuel Rodrigues Soares, morador do distrito de Catas Altas, e por meio de ameaças aos moradores desse arraial tentaram se apropriar de terras minerais na jurisdição citada¹¹³.

No distrito da Barra do Rio das Velhas, Manuel Nunes Viana passou a afrontar a administração colonial no projeto de interiorização do fisco, opondo-se às ordens do Conde de Assumar relativas à instalação da cobrança da passagem do rio mencionado por meio da alegação de que as terras daquele lugar pertenciam a D. Izabel Maria Guedes de Brito, herdeira do potentado baiano Antônio Guedes de Brito, e, portanto, os povos da localidade não deveriam pagar foros ao governo de Minas, mas ao da Bahia. Em 1718, após a arrematação do contrato dos caminhos da Bahia, Sertão e Pernambuco, ele mandou publicar um bando na Barra para que os moradores não recebessem gado em suas fazendas. Com essa medida, o régulo

¹¹² Idem, p.444-445.

¹¹³ Dizia um observador do princípio das minas que Manuel Nunes Viana era “homem que levava após si muita gente por ser muito rico e facinoroso e intrépido, por cujas razões ele introduzia nas Minas muitas tropas da Bahia [pelo caminho proibido], para onde ia a maior parte do ouro que elas produziam, contra as ordens de Sua Majestade” e “com grande prejuízo de sua Real Fazenda porque não pagava os quintos, e na casa dele se encontravam pouco mais de duas arrobas de ouro (LOPES, 1985, p.47)”. Idem, p.529-532.

esperava um duplo objetivo: a) penalizar o arrematante com notável prejuízo, já que a maior fatia na formação do contrato era composta pela entrada de gado; b) e instaurar uma crise de abastecimento de carne na área das minas, pois as boiadas responsáveis pela subsistência da população dessa área eram oriundas do Piauí/Ceará e de Paranaguá, a uma distância de mais de 400 léguas, e como chegavam muito magras eram engordadas nos pastos das fazendas dos rios das Velhas e São Francisco até a comercialização¹¹⁴.

Não era interessante para Manuel Nunes Viana que o governo das Minas estendesse o controle político sobre a área, já que, como potentado, podia imperar sobre a zona. Com suas atitudes, ele esperava amedrontar os licitantes do contrato da passagem da Barra do Rio das Velhas, no intuito de não implantá-lo ou, em último caso, de consegui-lo para si mais em conta. Mas, a Dom Pedro de Almeida não interessava que o potentado arrematasse o contrato, pois o governador sabia das intenções desse régulo e temia a possibilidade de maiores problemas como dificuldades na arrecadação dos impostos sobre as entradas, na cobrança dos quintos nos registros e na arrematação do contrato dos dízimos. Em 1718, o Conde de Assumar então sugeriu ao governador da Bahia que expedisse ordens para deter Nunes Viana em seus “maus intuitos” e ao ouvidor da Comarca do Rio das Velhas determinou que observasse “o rastro” do régulo, já que ele estava de partida para os currais¹¹⁵.

O Conde de Assumar emitiu um bando em 15 de outubro de 1718 sobre os limites entre os governos das Minas e Bahia, reivindicando para a primeira capitania citada a jurisdição sobre a Barra do Rio das Velhas. Na normativa, o governador determinou aos moradores desse local rio acima que pagassem impostos apenas à Comarca de Sabará e não obedecessem às ordens de Manuel Nunes Viana, procurador de D. Isabel Maria Guedes de Brito. Ao coronel Martim Afonso de Melo, o conde ordenou que afixasse o bando na porta da capela do arraial da Barra e convocasse os licitantes para arrematarem o contrato das passagens e dos dízimos. Mas, de Jequitaiá, Nunes Viana escreveu ao coronel, descompondo-o e tratando-o como “embusteiro” por estar ao lado da Capitania das Minas. De Matias Cardoso, o vigário do povoado, Antônio Corvelo, estendeu arbitrariamente, por mais de 160

¹¹⁴ O Conde de Assumar temia a carestia de carne nas Minas e para revidar o plano de Manuel Nunes Viana enviou uma carta ao Ouvidor da Comarca de São Paulo, Rafael Pires Pardini, solicitando informações sobre os currais de Curitiba, se estes poderiam fornecer em torno de 18 a 20 mil cabeças de gado às Minas. Com essa medida, o ministro planejava mandar fechar os currais da Bahia e pôr sítio ao próprio Viana. Idem, p.501-502, 510, 519 e 522.

¹¹⁵ Idem, p.488.

léguas, a jurisdição da sua paróquia até o distrito da Barra e passou a ameaçar, com promessas de excomunhão, o coronel Martim Afonso de Melo e todos os moradores que intentassem obedecê-lo. A população da Barra arrancou o edital afixado na porta da capela e perseguiu Martim Afonso de Melo que escapou da morte, mas teve a casa roubada e queimada. Os amotinados ainda afundaram as canoas da Fazenda Real no rio das Velhas, arrancaram uma bandeira com as armas de Sua Majestade hasteada na margem desse curso d'água e impediram o cumprimento de uma ordem passada pelo conde ao ouvidor da comarca para levantar uma vila em Papagaios cujo objetivo visava garantir a jurisdição das Minas sobre aquela área e sujeitar os moradores à obediência do governo citado.

O amotinador principal do povo, Manuel Nunes Viana, não tinha experimentado castigo algum desde que se fez cabeça dos levantes à época da guerra dos Emboabas. Essa era a opinião de Dom Pedro de Almeida, em carta ao governador da Bahia (1719). De acordo com o Conde de Assumar, para garantir o sossego nos sertões da Bahia, de Pernambuco e do rio das Velhas, “centro das dissensões e cabalas” nas Minas, era necessário deportar o régulo referido e o seu primo (Manuel Rodrigues Soares) para Lisboa. Todavia, receoso pela falta de tropas e dos partidários desses homens poderosos, “entre a canalha deste governo”, o ministro “achou impraticável prendê-los”. O governador, então, passou a solicitar os serviços de oficiais ligados ao círculo desses próprios régulos para obter o controle do território contestado. Ainda em 1719, determinou ao mestre de campo Faustino Rebelo e ao capitão mor João Ferreira dos Santos que se deslocassem ao sítio do Papagaio e à Barra, a fim de persuadirem e convencerem aquele povo sobre o pertencimento das duas áreas à jurisdição das Minas e pedirem “misericórdia para facilitar o cumprimento da ordem de Sua Majestade”, qual seja, o arremate das passagens do rio das Velhas. Para o conde, ao parecer que os dois oficiais, do “partido de Nunes Vianna e Rodrigues Soares”, não se opunham a tal ordem, esperava “mais facilmente convencer” os povos “da conveniência” da medida. Mas, a estratégia não logrou o resultado esperado¹¹⁶.

Nos primeiros meses de 1720, uma instrução do Conde de Assumar aos moradores de Papagaios e da Barra do Rio das Velhas anulou a ordem publicada em 15 de outubro de 1718 e determinou que os povos dessas localidades continuassem a pagar foros ou pensões a D. Isabel Maria Guedes de Brito, moradora da Bahia, até que Sua Majestade resolvesse a que governo caberia a

¹¹⁶ Idem, p.501-502, 516, 523, 533, 563 e 570.

jurisdição das ditas terras. Mas, o rei mandou colocar em pregão as passagens dos caminhos da Bahia, especialmente as dos rios Jequitai e das Velhas, e solicitou ajuda do próprio Manuel Rodrigues Soares para efetivar a ordem e apaziguar as contendas que porventura surgissem. Esse mestre de campo deveria ir acompanhado de duas “pessoas das principais e anciãs” e tomar posse, em nome da Coroa, das passagens onde os viandantes costumavam pagar pela travessia em canoas. Digno de nota foi a deliberação emitida pelo monarca a esse potentado, prometendo-o, caso ele obtivesse sucesso na diligência, o perdão das culpas das várias devassas em que se encontrava envolvido. A administração metropolitana conseguiu então implantar a arrematação das passagens do rio das Velhas e no mesmo ano, para obter o controle sobre o território da Barra, criou a Capitania independente das Minas, não só confirmando a jurisdição do novo governo sobre a área, mas estendendo-o pelo rio São Francisco abaixo até o Carinhanha. Mas, os conflitos não pararam por aí, pois, na primeira arrematação da passagem do rio das Velhas, os moradores de Papagaios discordaram do valor cobrado pelo contratador e tentaram matá-lo¹¹⁷.

Nas minas de Pitangui, poderosos interesses privados também se chocaram com o desejo da metrópole em garantir a arrecadação devida dos impostos, e paulistas influentes como o capitão mor Domingos Rodrigues do Prado chegaram, inclusive, a publicar bandos proibindo o pagamento dos quintos pelos moradores, sob pena de morte. Esse potentado de “serra acima”, segundo o Conde de Assumar, era “homem revoltoso, régulo e por natureza matador insigne, motor principal das repetidas revoluções” que sempre existiram em Pitangui. Por influência dele, no distrito citado “só pagava os quintos quem queria”. Os próprios oficiais da câmara acobertavam a evasão fiscal. Os vereadores dessa vila eram tão audazes que em 1718, época do envio dos quintos arrecadados dos dois anos anteriores, tiveram o atrevimento de repassaram ao governo de São Paulo e Minas uma quantia ínfima: 1.600 oitavas de ouro (5,7kg), apenas 7,8% do montante de 73,5kg estipulado pela metrópole. O Conde de Assumar julgou o pagamento como “absurdo” e repreendeu veemente o ato, considerando-o um “abuso de confiança”.

No mesmo ano, o governador emitiu um bando concedendo perdão a todos os moradores da vila de Pitangui dos crimes das sublevações e daqueles cometidos em razão da exorbitância dos impostos. Apesar de alguns “privilégios” concedidos pelo governo colonial a aqueles povos, a exemplo da redução no pagamento dos

¹¹⁷ Idem, p.570 e 705-706.

quintos pela metade durante dois anos, os moradores novamente se amotinaram contra a arrecadação desse imposto e ainda se recusaram a acatar as ordens da Comarca de Sabará, a qual estavam vinculados. Para conter o levante, a metrópole nomeou o brigadeiro João Lobo de Macedo, porém, os oficiais da câmara não quiseram admiti-lo como regente do distrito e resolveram eleger um capitão mor à revelia do governo. A administração metropolitana conseguiu sufocar o motim em 1719, mas o líder do levante, Domingos Rodrigues do Prado, fugiu para Goiás¹¹⁸.

Os colonos praticaram diversos tipos de crimes como motins, contrabando do ouro e diamantes, cunhagem de moedas e barras falsas, recusa no pagamento dos impostos etc. Prender um fora da lei não era tarefa fácil e o castigo previsto para os delitos citados nem sempre era aplicado: se resumia à apreensão do material ilegal (se as guardas conseguissem confiscá-lo), à prisão do contrabandista ou do criminoso (se o culpado não fugisse para outras capitanias), à deportação para Lisboa ou exílio para as colônias portuguesas (situações que podiam ser abrandadas) ou, ainda, à pena de morte (caso raro). Quando, em determinados momentos, foi possível a abertura de devassas, a punição ao rigor da lei nem sempre foi seguida a risca, já que dependia da lógica básica do princípio da *prudência* no exercício do governo, da condição social e dos laços políticos do envolvido. Nem a possibilidade de autuação máxima para certas violações como a fabricação de barras e moedas falsas desestimulou essa prática ilícita nas Minas. As prescrições eram duras, mas as penas podiam ser moderadas, fatores que conjuntamente a outros incitaram os povos a cometerem variados tipos de delitos.

Um dos crimes mais audazes praticado durante o período colonial foi o da cunhagem de moedas e barras falsas de ouro¹¹⁹. Falsificar moedas era considerado delito de lesa majestade cuja punição, em tese, era a pena de morte. O exemplo mais notável dessa ilegalidade aconteceu na Capitania das Minas quando, por volta de 1725, uma sociedade dirigida por Inácio de Souza Ferreira foi criada para implantar uma casa de fundição ilícita nas proximidades do médio vale do Paraopeba (atual serra da Moeda). O local era estratégico: zona montanhosa de difícil acesso, centro do quadrilátero formado pelas principais minas de ouro (Sabará e Caeté ao norte, Vila Rica e Ribeirão do Carmo a leste, São José e São João Del

¹¹⁸ Idem, p.459-460, 468, 475, 477 e 637-638. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.16, p.413, 1911.

¹¹⁹ A fabricação de barras falsas de ouro foi recorrente desde o princípio da descoberta das minas. Em 1698, Arthur de Sá e Menezes, em carta ao rei, relatou o hábito de alguns paulistas que se valiam de cunhos falsos ou os vendiam, a exemplo do Frei Roberto e Domingos Dias de Torres. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p.337-338, 1913.

Rei ao sul e Pitangui a noroeste). A infra-estrutura empregada na construção se assemelhava a uma fortaleza e rivalizava com as casas de fundição e moedas oficiais. Na fortificação trabalhavam homens brancos, negros, mulatos, mestiços e até funcionários da administração colonial. Os sócios do empreendimento contavam ainda com o amparo de certos oficiais da câmara de Pitangui, mas, segundo Oliveira Júnior (2002), o fato mais considerável era o apoio do próprio governador das Minas: Dom Lourenço de Almeida. Os falsários, por meio de contatos no mundo oficial e nos negócios coloniais, conseguiram pôr em execução a empresa por uns anos, garantindo o escoamento e a circulação do dinheiro ilícito.

Outra sociedade ilícita foi constituída por volta de 1732 com o objetivo de implantar uma casa de fundição para cunhar moedas e barras falsas, do mesmo modo, nas proximidades do médio vale do Paraopeba. Em carta ao Conde das Galveias, o rei relatou que os falsários, cientes da localização da fábrica de Inácio de Souza Ferreira, decidiram procurar um lugar diferente, mais seguro, escondido e menos devassado, e optaram por instalá-la nas terras do guarda mor Luís Teixeira, posseiro de uma “roça ocultíssima entre fragosas e quase inacessíveis serras” na Itaverava. Este local, também estratégico em relação às principais minas de ouro anteriormente citadas, muito próximo de Ouro Preto, ainda possuía um importante fator diferencial: enquanto no vale do Paraopeba a cobertura florestal é rasteira (campo rupestre e cerrado), na Itaverava, a vegetação predominante é arbórea (mata atlântica) em várias partes. Isso permitia que a segunda fábrica estivesse mais escondida, dificultando as possibilidades de sua descoberta¹²⁰.

A pena para esse tipo de delito, muito grave, podia, no entanto, ser ignorada no exercício da administração. Essa forma de proceder está evidente num parecer do Conselho Ultramarino sobre as casas de moedas e barras falsas, a seguir reproduzido. Para evitar maiores prejuízos na arrecadação do quinto e ao comércio, os membros recomendaram que, *por hora se dissimulasse*, ou seja, fizesse vista grossa à clandestinidade.

Vossa Majestade seja servido ordenar que por hora se dissimule com o estilo em que se acham as ditas casas de moeda, assim do Brasil como deste Reino, não se fazendo exame à verdade ou falsidade dos cunhos das barras que forem a elas, porque se não houver esta dissimulação não só deixarão de ir às ditas casas as barras com os cunhos falsos, mas ainda as verdadeiras [...], além

¹²⁰ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.4, n.3-4, p.803-808, 1899.

do grande embaraço e confusão que causará ao comércio os ditos exames (OLIVEIRA JÚNIOR, 2002, p.230).

Nos primeiros anos da década de 1730, com a denúncia de um dos próprios sócios de Inácio de Souza Ferreira, a administração metropolitana conseguiu efetuar o desbaratamento do bando do Paraopeba, prender os criminosos e remetê-los a Lisboa. Contudo, a descoberta da atividade ilícita e a comprovação do descaminho do ouro não foram suficientes para garantir a punição dos falsários e a aplicação das medidas legais. Mesmo o delito sendo considerado de lesa majestade, a Coroa titubeou na sua decisão e os notórios contrabandistas, pelos contatos e inserções econômicas e políticas no mundo oficial, receberam sentenças abrandadas. O veredicto dado pela Relação de Lisboa aos moedeiros falsos substituiu a pena máxima pelo degredo perpétuo às galés. No caso de Inácio de Souza Ferreira, o tribunal, ao justificar a redução do castigo, apoiou-se na estranha e infundada alegação de que a fábrica do Paraopeba jamais chegara a fundir moeda porque na opinião dos membros do conselho, transcrita por Romeiro (1999, p.327), não havia um ensaiador que “pusesse o ouro no seu toque”.

O poderio exercido por potentados e os perigos de sublevação levaram a Coroa a evitar a aplicação das punições em certos casos, mesmo com a comprovação incontestável dos descaminhos dos quintos. O exemplo mais escandaloso desse fato ocorreu durante o governo de Rodrigo César Menezes à frente da Capitania de São Paulo quando em dez caixotes de ouro, trazidos das minas de Cuiabá, enviados a Lisboa a título de arrecadação, encontrou-se chumbo de munição. Os membros do Conselho Ultramarino, ao emitirem um parecer sobre o assunto em 1727, reproduzido a seguir, preceituaram a necessidade de manter sigilo absoluto caso se constatasse o envolvimento de poderosos e propuseram não prendê-los se houvesse possibilidade de ocorrência de motim.

No caso em que saiam culpados [das devassas] neste delito alguns paulistas poderosos, assistentes naquele governo de São Paulo, os ouvidores tenham esta notícia em todo o segredo, participando-a somente ao governador de São Paulo para que, no caso em que ele entenda que os pode prender para se executar neles a pena da lei e remetê-los presos para este reino, ele o faça por sua ordem; mas, persuadindo-se o dito governador que da sua prisão pode resultar alguma sublevação ou perigo iminente naquele Estado, a suspenda, dando conta a Vossa Majestade das razões que se moveram para a dita suspensão (OLIVEIRA JÚNIOR, 2002, p.229).

A administração metropolitana implantou nas Minas uma estrutura territorial de arrecadação e de fiscalização adaptada às condições gerais das possibilidades, reconhecendo a natureza das características geográficas da Colônia e as circunstâncias de difícil controle criadas pela população e pelos funcionários para burlar o fisco. Em diversos momentos, por proteção a pessoas notáveis ou por dificuldades técnicas e de gerência na máquina governamental, a Coroa precisou aceitar e conviver com variadas situações de evasão fiscal das mercadorias e de contrabando do ouro e diamantes. Essas práticas, ilegais, marcadas pela predominância dos interesses privados sobre os da metrópole, se chegaram a colocar em risco o poder territorial do monarca, como de fato ocorreu em vários casos, não inviabilizaram a manutenção e a expansão do projeto de colonização.

As diversas formas de contrabando e as atividades ilícitas foram consequências da exploração metropolitana, da indefinição entre o público e o privado, da convivência dos funcionários régios, das dificuldades de controle, favorecidas pelas características geográficas da capitania, das possibilidades de enriquecimento fácil e da opressão e injustiça do fisco. Na opinião de Oliveira Júnior (2002, p.237), “não se tratava simplesmente de roubo, furto ou corrupção, mas de um tipo determinado de prática social, encoberta pelas formalidades oficiais” e “irradiada por todo o corpo social”, a ponto de certas autoridades coloniais encararem esse hábito como algo natural: “continuou o extravio a seguir a sua natureza”, trecho de uma carta escrita por um dos vereadores do senado da Câmara de Mariana ao Visconde de Barbacena em 1789¹²¹.

Homens poderosos, potentados, funcionários régios e contratadores, amparados e protegidos pelas teias sócio-políticas e pelos laços econômicos, se enriqueceram valendo-se de atividades clandestinas e de práticas ilícitas. Muitos não foram punidos capitalmente pelos crimes que cometeram contra o fisco. Os escravos, homens pobres livres e pequenos mineradores, comerciantes e agricultores, de condições sociais desfavorecidas, também praticavam os descaminhos de ouro e diamantes e a evasão fiscal de mercadorias, particularmente como estratégias para melhorarem de vida ou para se livrarem das vexações promovidas pelo fisco e do jugo das injustiças que acobertava as pessoas de certa “qualidade”. Para essa população “desclassificada”, agir dentro da ilegalidade nas Minas, capitania na qual “*a Lei de Deus e a do Rei foram para os pobres e os coitados*”, era necessária e legítima para fugir da opressão fiscal da metrópole. Por

¹²¹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.3, p.65-75, 1898.

isso, mesmo entre esses povos, o contrabando se tornou uma cultura generalizada, natural e habitual¹²².

¹²² A frase em destaque é um extrato da carta de Pedro Leolino Mariz a Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1734), reproduzida integralmente em Oliveira Júnior (2002, p.119).

5. ORDENAMENTO DO ESTADO E CONTROLE DO TERRITÓRIO

Nas minas, a riqueza proporcionada pela extração do ouro, importante fonte de renda para os cofres régios, e o surto demográfico repentino, geradores de conflitos internos entre a população e de disputas entre grupos de poder privado, motivaram a metrópole a dar início à implantação da máquina estatal. Um dos marcos desse processo de territorialização do poder metropolitano ocorreu com a criação da *Capitania de São Paulo e Minas do Ouro*, após o episódio da guerra dos *Emboabas*. A sede oficial da jurisdição recém-criada era a vila de São Paulo, mas ao governador nomeado, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, foi ordenado que passasse às minas e residisse aonde fosse mais conveniente ao real serviço. O ministro escolheu o precário povoado de Ribeirão do Carmo, de onde, conforme determinação real, procurou dar início à implantação de um rol de ações administrativas e territoriais, entre elas, a instalação de vilas. No decorrer dos vários governos que passaram pela Capitania das Minas, o objetivo dos ministros e da metrópole se tornou evidente: garantir o ordenamento e a organização do espaço, a sujeição da população “rebelde” e a arrecadação dos impostos.

Estruturas espaciais de comando local e regional e de redução da população nativa

5.1. As vilas e o comando sócio-político do espaço

Na organização do nascente espaço urbano das minas encontra-se um dos pilares fundamentais adotado pela metrópole para garantir o domínio e a ocupação da nova conquista. Ordenar para a Coroa significava implantar o poder personificado e impô-lo sobre a população. Os rápidos movimentos migratórios de povos de diversas condições e “qualidades” sociais, os conflitos entre paulistas e forasteiros, a ausência da justiça e da ordem, entre outros fatores, tornaram necessário fundar centralidades, capazes de aglutinar os mineradores e instaurar o controle político e os órgãos administrativos para garantir a aplicação dos decretos reais e a arrecadação dos tributos. A itinerância dos povos, advinda das características da mineração, era um fator ameaçador à ordem social¹.

¹ Em 1693, o rei solicitou ao governador Antônio Paes de Sande que determinasse a “formação de povoações dos moradores espalhados pelos sertões” para “o bom governo” das minas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p.305, 1913.

O espaço urbano, ao promover a aglomeração dos habitantes, tornou-se o lócus privilegiado da disseminação de valores civilizacionais pelo domínio da política, da cultura predominante, da doutrina da fé católica e do poder protetor e coercitivo. A partir dele, códigos e normativas prescritos foram difundidos com o objetivo de determinar a conduta dos povos e combater a anomia social, de modo a construir no espaço da vila e do seu entorno uma condição mínima de “civildade”, em oposição à barbárie reinante no sertão. Fundar vilas, administradas por representantes da Coroa (governador, ouvidor, superintendente, juiz de fora, oficiais ou vereadores, soldados das tropas regulares, entre outros), foi um passo importante para reunir a população dispersa e instalar o controle local e regional sobre o novo território.

As principais estruturas “públicas” erguidas no espaço urbano das vilas (pelourinho, cadeia, casa de Câmara e igreja) estavam posicionadas em lugar de destaque e tinham por função interferir na forma de percepção e na conduta social dos povos, de modo a sujeitá-los a viverem em sociedade. Elas adquiriam expressão espacial notável não apenas pelo peso material, mas também pelo simbólico. O pelourinho, fincado na praça central, monumento de pedra ou madeira, representativo da autoridade metropolitana, da justiça régia e do poder coercitivo, era utilizado como espaço para leitura das determinações dos oficiais da Câmara e de outras autoridades. Em sua base eram punidos os praticantes de delitos graves, num espetáculo político-militar, de presença obrigatória, marcado por rigorosas formalidades, que não podia prescindir do núcleo urbano para servir de exemplo para toda população.

A casa de Câmara era a base do governo da Colônia e do Império Português, esfera principal de mediação direta entre a elite local e a metrópole. Administrada por vereadores, nomeados entre as pessoas de prestígio, a eles cabia a função de zelar pela ordem social como publicar resoluções com o intuito de normatizar o espaço urbano (conservação de pontes, limpeza de ruas, alinhamento de casas e construção de chafarizes), organizar festas religiosas importantes, emitir determinações para conservação de caminhos vicinais, regular o comércio dos gêneros essenciais, os encargos militares e jurídicos e a cobrança de impostos e contribuições financeiras. No exercício da função de vereação, os oficiais deveriam trabalhar em prol dos interesses da administração colonial, apesar da busca de autonomia e dos constantes conflitos com o poder central.

No interior das igrejas barrocas, a metrópole procurou difundir um conjunto de atos e elementos simbólicos para evidenciar e destacar o poder real. As representações persuasivas do propósito teológico procuravam transmitir a concepção geral de que o Estado era uma entidade “mística”, “sagrada”, ordenada e hierarquizada, criada pela lei natural e preocupada com o interesse do bem coletivo. Não apenas religiosos, mas também autoridades da administração colonial disseminavam os procedimentos regulares da justiça civil e eclesiástica nas celebrações cristãs, difundido códigos de valores éticos, morais, religiosos e políticos, estruturantes da sociedade mineira. Imagens de santos, pinturas nas paredes e nas naves das igrejas, entre outras simbologias, exprimem significados, mensagens e exemplos de vida que deveriam ser seguidos pelos vassalos e sua família, a fim de despertá-los para o serviço de Sua Majestade e para a aceitação “natural” do domínio da Coroa portuguesa.

O poder político se disseminou por ruas do espaço urbano das vilas, imbricado em procissões e festejos religiosos. Esses eventos, marcados pela afirmação e disseminação de valores dominantes, eram caracterizados pela pompa e suntuosidade e comandados pelas várias hierarquias da igreja, das irmandades, das tropas, dos regimentos e da administração “pública” local e metropolitana. Nas comemorações, nobreza, vereadores, juizes, oficiais e militares de alta patente, em cortejo público, ostentavam a distinção, dando sentido e legitimando a sociedade forjada nas Minas. Celebrações religiosas como o *Triunfo Eucarístico*, que aconteceu em 1733 durante a transladação do Santíssimo Sacramento da Igreja do Rosário para a nova matriz do Pilar de Vila Rica, e o *Áureo Trono Episcopal*, que ocorreu em 1748 para comemorar a criação do Bispado de Mariana, reforçaram a autoridade do Estado ao apresentar a figura do rei e instituíram padrões de comportamento social e religioso pela divulgação de preceitos e valores portugueses.

O espaço urbano das vilas desempenhou ainda o papel de centro nodal de difusão do poder local e de comando regional pela concentração dos principais serviços jurídicos, militares e fiscais. Exercendo a função de sede administrativa de uma ampla área, polarizava, a exemplo das *comarcas*, um vasto espaço (o *termo*), formado por diversas aglomerações (as *freguesias* e os *arraiais*). As vilas, com sua área de jurisdição, configuravam, portanto, uma forma “regionalizada” de divisão do território, a fim de facilitar o controle e a administração pelo governo colonial. Tal era a importância dessa unidade política que para se erigir uma aglomeração urbana e

obter a insígnia de *vila* ou *cidade* (títulos indispensáveis para se fundar uma sede com função administrativa - e todos os cargos e estruturas “públicas” a ela vinculadas - ou eclesiástica) dependia-se, na maioria das vezes, da concessão ou confirmação de um privilégio real. De acordo com Fonseca (2003), o status enobrecia a localidade que recebia e a elite local residente que, a depender do prestígio e das articulações políticas, podia angariar honras e ocupar as principais funções “públicas”.

O levantamento de arraiais em vilas na capitania do ouro é de fundamental relevância para compressão da implantação e manutenção das principais engrenagens do Estado metropolitano. A ereção dos povoados pode ser estudada a partir da periodização de três contextos: 1711, 1713-1730 e 1789-1814². Nos primeiros anos de descoberta das minas, aglomerados populacionais como os de Ouro Preto, Ribeirão do Carmo, Sabará, Caeté, Rio das Mortes, Congonhas, Guarapiranga, Itaverava, Ouro Branco, entre outros, eram compostos por simples ranchos cobertos de sapé, localizados a certa distância dos ribeirões mais promissores. Implantados na meia encosta dos terrenos acidentados, os acampamentos humanos estavam protegidos dos ventos frígidos que sopravam nas cumeadas das serras e das pestes e inundações que atingiam as margens dos cursos d’água. Junto das habitações precárias estava a capela rústica, construída de pau e barro e coberta de palha. A prosperidade do arraial e a melhoria da ermida dependiam da riqueza e da regularidade na exploração do metal³.

Após a criação da *Capitania de São Paulo e Minas do Ouro* (1709), o novo governador nomeado, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, passado um ano, fixou residência no precário povoado de Ribeirão do Carmo. O ministro

² O estudo pioneiro de Cláudia Damasceno Fonseca (Funções, hierarquias e privilégios urbanos), publicado na revista *Varia História* (Belo Horizonte, n.29, p.39-51, 2003), foi uma das principais referências aqui empregadas na análise do processo de elevação de arraiais em vilas no período colonial mineiro.

³ André Gomes Ferreira chegou às minas do Rio das Velhas em 1709. Ele relatou que as três freguesias existentes, Roça Grande, Raposos e Sabará, tinham “vigário e mais arraiais” e clérigos que “diziam missas nos terreiros dos moradores”. Os “ranchos eram de capim e beira no chão” e os mineiros “armavam altares com estacas, tapados com esteiras de taquara”. Por ordem do autor da memória, foi erguida uma “capela tapada, fechada com porta e coberta de capim, pois ainda não havia telha (MATOSO, 1999, p.67)”. Nos povoados de Ribeirão do Carmo e Ouro Preto, as capelas eram feitas de “quatro forquilhas, forradas de esteiras de taquara e cobertas de palha (MATOSO, 1999, p.218)” e as habitações não passavam de simples ranchos, também cobertos de capim. Em 1712, por exemplo, no distrito de Ouro Preto, os mineiros Diogo Fagundes e Francisco da Costa Gaia, pioneiros nos pedidos de aforamento da vila, requereram, respectivamente, “uns chãos devolutos para fazer um rancho de capim na freguesia de Nossa Senhora do Pilar” e “uns chãos para construir um rancho em Antônio Dias, junto ao rego” que ia para o “arraial dos paulistas (VASCONCELOS, 1941, p.242)”. As habitações definitivas, cobertas de telha e, em certos casos, construídas de pedra, começaram a aparecer a partir de 1713, com a fundação da primeira olaria em Mariana.

convocou a população, os vigários das varas dos distritos do Rio das Velhas, Caeté, Sabará, Ouro Preto e Rio das Mortes e os funcionários da administração colonial (superintendente, capitães-mores, guarda-mores e procuradores da Real Fazenda) para notificar sua investidura no governo da nova jurisdição. Em função da centralidade demográfica apresentada por algumas áreas do novo espaço, do contínuo afluxo de migrantes, da importância dos veios auríferos e dos conflitos internos, o governador, cumprindo ordens emanadas de Lisboa, procurou reunir os habitantes para fundar as primeiras povoações, a fim de dar início à implantação das estruturas administrativas, fiscais e militares, necessárias para sujeitar a crescente população itinerante e heterogênea e garantir a eficiência na arrecadação do quinto do ouro.

O ministro empossado pelo rei para governar a nova capitania fundou no ano de 1711 três vilas nos locais de maior concentração populacional e rendimento de lavras, que se tornariam as mais importantes em Minas durante o período colonial: Nossa Senhora do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Nossa Senhora da Conceição (Sabará). Nas Juntas convocadas pelo governador para criação das vilas, os povos do arraial de Ribeirão do Carmo se “ajustaram e concordaram que desejavam viver no distrito com vila e forma de república, sujeitos às leis e justiças de Sua Majestade”; os moradores de Ouro Preto “decidiram que se sujeitavam viver como Leais Vassalos de Sua Majestade, subordinados às suas reais leis e às da justiça com toda a obediência”; e a população de Sabará declarou que “concordava viver no distrito com vila e forma de república, sujeita às leis e justiças de Sua Majestade”. Nas Juntas constituídas pelo ministro ficou determinado que a construção da igreja, da casa de Câmara e da cadeia nesses três aglomerados estaria sob responsabilidade dos moradores locais⁴.

Dom Braz Balthazar da Silveira, quando assumiu a administração da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, procurou organizar e descentralizar a máquina judiciária e fiscal, restrita à zona central dos primeiros descobertos (Vila Rica, Ribeirão do Carmo e Sabará). Novas áreas mineradoras promissoras estavam sendo exploradas, atraindo contingentes populacionais que promoviam a formação de outros núcleos urbanos importantes. Como as primeiras vilas fundadas estavam localizadas no centro das minas tornou-se também necessário instalar o poder em outras zonas ricas de extração mais recente. O governo de Dom Braz representa, então, o início do segundo período da criação de vilas (1713-1730). Ele fundou a de

⁴ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.81-107, 1897.

São João Del Rey em 1713 e, após um ano, dividiu o território das minas em três comarcas, unidades administrativas descentralizadas para garantir a eficiência na arrecadação dos quintos: a de Vila Rica, ao centro (com sede em Ouro Preto, área dos primeiros descobertos e que abarcava ainda um extenso espaço formado pelos sertões dos rios Doce, Pomba e Cuieté); a do Rio das Mortes, ao sul (com sede em São João Del Rey, que compreendia o espaço entre os rios Paraopeba e Congonhas até o Paraibuna e a serra da Mantiqueira); e a do Rio das Velhas, ao norte (com sede em Sabará cuja jurisdição estendia-se por um sertão muito dilatado, pouco explorado, até os limites com as Capitanias de Goiás, Pernambuco e Bahia)⁵.

O governador Dom Braz Balthazar da Silveira ainda levantou a Vila Nova da Rainha (Caeté), a do Príncipe (Serro), ambas em 1714, e a de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui em 1715. A primeira era de ocupação demográfica antiga (do princípio dos descobertos) e o ministro de El Rei erigiu o povoado para “introduzir as justiças”, dar a “cada qual o que fosse seu” e àqueles que merecessem “o castigo”, para “viverem socialmente, na obediência das leis”. A segunda era um distrito novo, onde ricos veios auríferos começavam a ser explorados, característica que, somada à grande distância do arraial em relação ao centro nodal de comando das minas, tornava necessária a extensão do poder administrativo e fiscal. Pitangui, última povoação erigida na administração de Dom Braz, também conformava uma zona de descobertos recentes, mas representa um marco, pois segue um padrão distinto de fundação das vilas anteriores. O levantamento do arraial decorreu de uma petição encaminhada por “representantes” da população local, a maioria paulistas, os quais solicitaram ao rei que o povoado fosse transformado em vila “para o bom regimento” dos moradores e “para melhor expedição da cobrança dos quintos”. A elite local esteve motivada pelo desejo de obter maior autonomia nos atos decisórios em virtude da instalação de casa de Câmara e pelas possibilidades de angariar honras e privilégios devido à criação de cargos e estruturas “públicas” vinculadas ao título da aglomeração urbana⁶.

⁵ As características geográficas da Comarca do Rio das Velhas (grande extensão territorial, sertões dilatados e presença de caminhos e de diversos rios navegáveis), favoráveis ao contrabando de ouro e de diamantes para a Bahia e Pernambuco, a necessidade de interiorização do poder e da justiça e o desejo da metrópole em aumentar a eficiência na arrecadação dos impostos motivaram a divisão dessa jurisdição em dois momentos: em 1720, com a criação da Comarca do Serro Frio, e em 1815, com a fundação da Comarca de Paracatu. A primeira área dava acesso à Capitania da Bahia pela rota de João Gonçalves do Prado e a segunda às Capitanias de Pernambuco e Goiás.

⁶ Os motivos alegados pela elite local de Pitangui, particularmente o da “melhor expedição da cobrança dos quintos”, convenceram o monarca a deferir o pedido. Mas, os potentados dessa vila foram os primeiros a se recusarem a pagar o tributo sobre o ouro, conflito ocorrido no governo do

Os “principais” habitantes dos arraiais erigidos, na maioria das vezes pessoas “nobres” e “limpas de sangue”, eram convocados por meio de editais durante as formalidades de instalação da vila para ocuparem os cargos administrativos e jurídicos, elegerem os oficiais da Câmara e juízes e redigirem os limites do novo *termo*⁷. Todas as vilas, em tese, eram dotadas com um patrimônio fundiário, doado pelo governo à época do levantamento, dividido em duas partes: a primeira, chamada *rossio*, estava reservada ao uso comum dos habitantes, especialmente à pastagem de animais e à extração de madeira; a segunda era destinada à construção dos prédios “públicos” (cadeia e casa de Câmara) e à instalação do pelourinho e parte desta área ainda era aforada com o intuito de prover a Câmara de recursos (MATA, 2002)⁸.

No contexto de expansão da atividade mineradora, as duas últimas povoações a receberem as insígnias de vila no segundo período (1713-1730) foram a de São José Del Rey (Tiradentes), em 1718, e a de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, em 1730. A primeira, ereta no governo do Conde de Assumar, decorreu, à semelhança de Pitangui, de uma petição dos “representantes” dos povos, que alegaram a grande distância que ficavam da sede do termo (São João Del Rey) e o embaraço da passagem do rio das Mortes no tempo das águas. A fundação foi efetuada por Dom Pedro de Almeida, um caso rotineiro para a época, visto que, apesar da prerrogativa real no levantamento de vilas, era comum, em vários casos, o governador erigir a povoação e depois solicitar a confirmação real do título. O monarca, por meio de carta régia, aprovou, após um ano, a atitude do conde. Contudo, o mais importante nesse documento não é tanto a confirmação do atributo, mas a opinião do rei sobre a instalação de novas vilas, pois ele advertiu o ministro Dom Pedro de Almeida que não efetuasse outra criação sem

Conde de Assumar (1718-1719). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.81-107, 1897.

⁷ Cartas régias foram emitidas pelo rei com o intento de restringir a governança das Câmaras das vilas somente aos homens casados. Com essa medida, o monarca esperava incentivar a ampliação do número de uniões nas Minas para desarmar o espírito turbulento dos jovens imigrantes lusos e dos “homens coloniais”. O governador Dom Lourenço de Almeida opinou sobre essa norma. Ele esperava que com os casamentos os povos “fossem tomando amor a terra por terem nela mulher e filhos”. Com isso, intentava combater “a falta de obediência” da população e os “mais atrozes delitos”, para que os habitantes pudessem “viver com mais sossego, atendendo à conservação de sua família e da terra aonde” queriam se perpetuar, dando ainda exemplo de bom procedimento a outros. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.30, p.125-126, 1979. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p.110-111 e 271-272, 1980.

⁸ A constituição do patrimônio da Vila de Barbacena é um bom exemplo. Em 1792, ano seguinte à fundação, escrevia o governador da Capitania de Minas: “foi apresentado a mim que para o estabelecimento da mesma vila necessitam que eu, em nome de Sua Majestade, lhe concedesse uma légua de terra em quadra para seu patrimônio (MATA, 2002, p.148)”.

ordem sua, pois as ereções que “se referiam ao governo de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho foram privativas daquele tempo, em que as Minas começavam e não havia ainda povoação regulada”. Uma mudança na política metropolitana de instalação de vilas, a cargo dos governadores (confirmada depois pelo rei), pautada, até aquele momento, na estratégia de delegar poder a vassallos ilustres (dividir para reinar), passou a se tornar evidente⁹.

No princípio das minas, a política de implantação de vilas foi tratada como projeto prioritário, haja vista a inexistência de estrutura administrativa, judiciária, fiscal e militar na área do ouro. Em função das condições econômicas enfrentadas por Portugal, das características peculiares da mineração e dos conflitos entre os povos, ordenar os aglomerados humanos, utilizando-se de “homens coloniais” com reconhecido respeito entre os mineradores para implantar governos “representativos”, surgiu como estratégia necessária naquele ambiente turbulento para impor a ordem sobre a população itinerante e garantir maior controle sobre as riquezas produzidas¹⁰. Contudo, consoante à ideia defendida por Fonseca (2003), com o passar das duas primeiras décadas, em função da ocorrência de diversos casos de insubordinação e amotinamento dos povos, enfrentados pelos vários braços da administração metropolitana (governadores, ouvidores, superintendentes, entre outros ministros), a Coroa começou a perceber que conferir maior autonomia e poder às elites de certas localidades por meio das casas de Câmara poderia ser um perigo e alimentar a emergência de rebeliões. Conflitos como o de Pitangui, o da Barra do Rio das Velhas e o de Vila Rica, ocorridos entre 1718 e 1720, no governo do Conde de Assumar, geraram grandes repercussões na capitania e inclusive na metrópole e, possivelmente, contribuíram para a Coroa reavaliar a estratégia de dividir para reinar, ou seja, a fundação de novas vilas¹¹.

A expansão crescente da atividade mineradora em novas áreas ricas da capitania até era um fator indutor para criação de outras vilas. Todavia, como bem

⁹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.16, p.458-459, 1911.

¹⁰ Tal era a preocupação com a migração dos mineradores que em 1718 o Conde de Assumar lançou uma provisão, citada por Reis (2007, p.97-98), ordenando que os paulistas fizessem trabalhos minerais com serviços de água porque este seria o “caminho de estarem mais permanentes e de não andarem sempre divagando pelos matos”.

¹¹ Na vila de Pitangui, interesses privados se chocaram com o desejo da metrópole em garantir a arrecadação dos direitos reais. Repetidos motins contra o pagamento do quinto foram liderados pelo capitão mor Domingos Rodrigues do Prado, que contava ainda com a ajuda dos próprios oficiais da Câmara. Na Barra do Rio das Velhas, uma determinação real de 1718 ordenou a implantação da cobrança dos impostos (direitos dos dízimos e das passagens dos rios). Todavia, os interesses do monarca se chocaram com os de Manuel Nunes Viana, potentado que amotinou o povo contra o governo das Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.23, p.345-349, 1929. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.302-303, 1933.

destacou Fonseca (2003), em que pese a importância das motivações que poderiam embasar a justificativa para a elevação de arraiais, o fato é que governadores e o próprio monarca começaram a considerar que a multiplicação das vilas – isto é, das Câmaras - era mais danosa do que útil aos interesses reais, pois conferia maior autonomia à elite e podia alimentar a insubordinação da população e as rebeliões contra o pagamento de impostos. Então, não valia a pena erigir novas povoações. O governador das Minas, Dom Lourenço de Almeida, manifestou claramente essa opinião em 1722, ao encaminhar ao rei o seguinte parecer sobre o assunto:

Por nenhum caso convém ao real serviço de Vossa Majestade que nestas Minas se criem mais Vilas de novo, porque não têm outra serventia do que serem uma oficina de vassalos desobedientes à Vossa Majestade, porque todas as pessoas que aspiram ser Vereadores ou já foram, com o pretexto da utilidade do povo, são inimigos declarados de tudo quanto é serviço de Vossa Majestade, como testemunha a grande repugnância que todas as Câmaras fizeram para pagar os reais quintos de Vossa Majestade [...]. Antes se fora possível extinguir muitas das que estão criadas¹².

O governador Dom Lourenço de Almeida, ainda no ano em que emitiu ao rei a sugestão anterior, expediu uma ordem para que um novo ouvidor da Comarca do Rio das Velhas, Joseph de Sousa, comparecesse à Barra do Rio das Velhas, no sítio do Papagaio, para tentar levantar a vila que os povos da localidade, liderados por Manuel Nunes Viana, não permitiram instalar. O oficial, entretanto, novamente não conseguiu implantar a vila e alegou o pretexto de que a paragem não era capaz de ser ereta, pois além de não existir três moradores juntos, os vizinhos estavam numa distância de mais de meia légua uns dos outros. Dom Lourenço de Almeida, então, enviou uma carta ao rei, explicando alguns dos motivos que impediram a fundação da vila e, conforme se observa no parecer a seguir transcrito, não deixou de enfatizar os inconvenientes que surgiam entre os povos devido à criação de novas casas de Câmara.

Por nenhum caso convém ao Real serviço de Vossa Majestade que se criem de novo mais vilas porque todos estes povos, enquanto são arraiais, vivem sossegadamente, por não terem ambição de entrarem nas governanças, porque sendo vilas logo se formam parcialidades sobre quem há de ser juiz e vereadores, e o pior é que tomando o pretexto do bem comum e do povo não querem

¹² *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p.113-114, 1980.

consentir nada que seja em conveniência do real serviço de Vossa Majestade¹³.

Um dos principais administradores da Capitania das Minas, Gomes Freire de Andrade, que ficou maior tempo à frente desse governo, escreveu uma carta ao rei em 1736 na qual também manifestou a opinião de que “quanto mais vilas se erigissem, mais câmaras, e quanto mais câmaras, mais desobedientes (VIDAL, 2009, p.264)”. O ministro considerava que centralizar o poder num número restrito de vilas era melhor do que pulverizá-lo. Consequência ou não, o intervalo temporal entre 1719 e 1789 revela um padrão muito distinto dos anos anteriores, visto que somente uma vila foi fundada, a de Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí em 1730¹⁴. À época, o Ouvidor da Comarca do Serro Frio, responsável pelas formalidades de levantamento do povoado, ainda sugeriu que em outros distritos, por falta de oficiais de justiça residentes, os povos estavam envolvidos em várias desordens e insultos, as quais só poderiam ser remediadas caso o rei criasse outras vilas, assim localizadas: no arraial do Milho Verde; em Jequitáí; no meio do sertão da Comarca do Rio das Velhas; e pelo São Francisco abaixo. Entretanto, consoante à reorientação da política metropolitana, era de se esperar que nenhum dos locais citados fosse erigido em vila, como de fato aconteceu.

O contexto econômico até o final da primeira metade do século Dezoito, caracterizado pela expansão da extração aurífera e de diamantes e pelo surgimento e ampliação de núcleos urbanos de destaque como o Tijuco, era propício à fundação de novas vilas, mas nenhuma foi criada. Logo, conforme destacou Fonseca (2003), a sonegação desse status a distritos importantes nessa conjuntura só pode estar associada à estratégia da Coroa em evitar a concessão de autonomia à elite local através das casas de Câmara. Em contrapartida, na segunda metade do século citado, o momento se tornou desfavorável para elevação de antigos e novos

¹³ Idem, p.131-132.

¹⁴ O povoamento de Minas Novas foi iniciado em 1727 com a descoberta de ouro em um dos afluentes do rio Fanado (ribeirão Bom Sucesso). Enquanto no plano administrativo, militar e eclesiástico o distrito estava vinculado à Bahia, no jurídico, dada a proximidade da Demarcação Diamantina e do arraial do Tijuco (40 léguas em relação às 200 da Bahia), estava subordinado à Capitania de Minas Gerais (Comarca do Serro Frio). Desde 1722, o governador Dom Lourenço de Almeida, que ressaltou os transtornos decorrentes da fundação de novas vilas, em carta ao rei abriu uma exceção para o caso da comarca citada, pois, em sua opinião, devido à grande extensão territorial dessa jurisdição e à presença de apenas uma vila, a do Príncipe, era conveniente ao real serviço levantar mais outra. Com a atração de grandes contingentes populacionais, o arraial de Minas Novas rapidamente prosperou e passados três anos, em 1730, foi emitida uma ordem do Conde Vice Rei ao Ouvidor da Comarca do Serro Frio, Antônio Ferreira de Melo, para efetuar o levantamento da vila. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.81-107, 1897. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p.113-114, 1980.

povoados, especialmente daqueles localizados em algumas áreas como as Comarcas de Vila Rica e do Rio das Velhas, jurisdições onde a retração da atividade mineradora ocasionava a migração de população dos distritos. Alguns arraiais da fase do ouro até possuíam determinados atributos para obterem o título de vila devido ao destaque econômico e político construído na fase áurea da mineração, mas o contexto de crise da extração do metal, somado à resistência da metrópole em implantar novas vilas, não favoreceu a elevação desses povoados.

Na Comarca do Rio das Mortes, diferentemente, o crescimento da produção agropastoril mercantil e do comércio ao longo da segunda metade do Setecentos levou ao surgimento e à formação de um novo grupo de elites cujos interesses principais eram distintos daquele tradicionalmente vinculado à mineração. A comarca constituía um espaço periférico do ponto de vista do poder político na capitania, mas, aos poucos, se tornava a área mais importante das Minas, tanto em termos econômico quanto demográfico. Grupos locais de homens “notáveis” passaram, então, a reivindicar a instalação de vilas e das respectivas casas de Câmara, espaço indispensável para obterem maior autonomia e representatividade. A atividade agropecuária e a condição de pouso e de entreposto comercial de alguns lugares promoveram ainda a expansão de arraiais antigos, a exemplo de Campanha e Igreja Nova (Barbacena), surgidos desde a época áurea da mineração, os quais se tornaram notáveis em termos de centralidade regional a partir da segunda metade do século Dezoito. Esses e outros fatores contribuíram para que a fundação da maioria das vilas no terceiro período de análise (1789-1814) ocorresse na Comarca do Rio das Mortes, pois, com exceção da vila de Paracatu do Príncipe, antiga zona mineradora situada na Comarca do Rio das Velhas, que obteve a insígnia de vila em 1799, as outras seis, instaladas até o término do período colonial, estão localizadas na primeira comarca citada, assim descritas: São Bento do Tamanduá (Itapecerica), Campanha da Princesa, Barbacena, Queluz (Conselheiro Lafaiete), Santa Maria do Baependi e São Carlos do Jacuí¹⁵.

Na conjuntura de crise da mineração, de acordo com Fonseca (2003, p.42), os membros do Conselho Ultramarino passaram a solicitar pareceres de autoridades da capitania para subsidiar a análise das petições de ereção em vila encaminhadas

¹⁵ “A fundação de novas vilas no fim do período colonial também deve ser relacionada, entre outros fatores, à política de expansão dos limites de Minas Gerais – lembre-se que a parte meridional da capitania (onde foi instituída, em 1798, a poderosa vila de Campanha) era disputada por São Paulo, enquanto os confins ocidentais (em torno da vila de Paracatu, fundada em 1799) eram cobiçados pelas autoridades de Goiás (FONSECA, 2012, p.89)”.

pelas elites dos arraiais. Entretanto, ouvidores e, principalmente, oficiais das Câmaras existentes não estavam dispostos a concederem pareceres favoráveis ao desmembramento dos territórios da sua jurisdição. Muitas das Câmaras consultadas apresentavam dificuldades de arrecadação decorrentes da redução da extração aurífera e autoridades a elas vinculadas, receosas de uma maior perda de receita, foram contra os desejos dos potentados de outros arraiais em obter o status de vila para seus distritos. Isso culminou numa série de disputas entre, de um lado, grupos locais requerentes e, de outro, ouvidores e oficiais de vilas instaladas, os quais se posicionaram contra os pedidos.

As municipalidades de Minas disputaram cada arraial e cada palmo dos seus *termos*, e fizeram todo o possível para impedir que freguesias e arraiais fossem “desmembrados”. Em algumas representações enviadas à Lisboa pelas câmaras mineiras esta relação é expressa através de uma retórica sustentada por metáforas organicistas: se uma vila (*cabeça*) perdia parte do seu território, o resultado poderia ser a falência de diversos “órgãos” e “membros”, ou mesmo a morte do “corpo” (*concelho*) inteiro. Isto porque os arraiais subordinados à vila, bem como as zonas rurais circundantes, não constituíam “membros inferiores” do *concelho*, mas órgãos vitais, que produziam boa parte das receitas municipais. Cada “desmembramento” podia, assim, ser fatal para a economia do *concelho* (FONSECA, 2012, p.103).

Os “representantes” dos povos procuraram empregar uma diversidade de critérios para embasar a justificativa e persuadir o rei, mas as autoridades consultadas buscaram deturpar esses motivos, a fim de convencer o monarca sobre a inutilidade dos requerimentos. Isso mostra a necessidade de se desvendar os conflitos territoriais entre as elites da rede urbana mineira, proposição sugerida por Fonseca (2012) para compreendermos o indeferimento de algumas concessões dos títulos de vila na segunda metade do século Dezoito. Tais disputas até explicam parcialmente o porquê do lapso temporal de quase sessenta anos entre a data da última vila levantada no segundo contexto (Minas Novas, 1730) e a primeira erigida no terceiro período (Tamanduá, 1789).

Nas petições para ereção dos distritos, as elites locais ressaltavam, sobretudo, motivos políticos, históricos, geográficos e urbanos. Elas lembravam os fatos gloriosos do passado, desempenhados por alguns habitantes na defesa da Colônia, na repressão de motins na capitania e no devassamento e conquista dos sertões; a lealdade da população aos governadores e à Coroa nas ocasiões de rebelião dos povos de outros distritos; a “nobreza” e o trato suntuoso dos moradores;

a regularidade do espaço urbano (ruas calçadas, casas de telhas, sobrados, pontes e chafarizes); o fausto e a ornamentação das igrejas; a opulência do arraial; a riqueza do território; o efetivo populacional do distrito e das vizinhanças; o clima agradável; o sítio favorável etc. Propunham ainda nomes evocadores da família real para a futura vila. Mas, além das justificativas positivas, a elite destacava motivos negativos que poderiam ser minorados com a fundação da nova sede administrativa como os péssimos caminhos e as passagens por rios caudalosos no deslocamento até a cabeça da Comarca; os custos elevados dos emolumentos dos oficiais devido à distância da sede do termo; a presença de bandos de malfeitores e facinorosos nos percursos; a impunidade dos crimes pela demora nos julgamentos; o desvio dos reais quintos pela inexistência de casa de fundição; a falta de conservação dos caminhos e das pontes pelas Câmaras às quais estavam vinculadas, entre outros.

Os oficiais da Câmara de São João Del Rei, em 1749, após quatro anos da elevação da vila de Ribeirão do Carmo ao status de cidade, encaminharam uma petição ao rei solicitando que a povoação também fosse enobrecida e honrada com “o título de Cidade”. Entre os argumentos de ordem histórica, os vereadores lembraram o alistamento de vários moradores do distrito no exército formado pelo governador Antônio de Albuquerque para combater os inimigos externos da Coroa portuguesa durante a invasão do Rio de Janeiro pelo “inimigo francês” e a lealdade da população da vila no tempo dos conflitos internos na capitania quando os “desobedientes e sublevados” de Vila Rica desafiaram o Conde de Assumar. Entre as justificativas de ordem geográfica e social, conforme se observa a seguir, os “representantes” da população não deixaram de destacar o clima agradável e a notável característica urbana da vila, além da “qualidade” dos habitantes, fatores que na concepção dos oficiais tornavam a povoação distinta de outros núcleos urbanos.

A povoação desta Vila, Senhor, e seus moradores não desmerecem essa honra e mercê que pedimos porque a Vila é bem assentada e povoada com alguns edifícios nobres e regulares ruas, com bem ornados templos nos quais com muito asseio, grandeza e devoção se celebram os ofícios divinos, sendo os ares os mais puros e saudáveis desta capitania, o território mais alegre e vistoso, o assento da Vila é o melhor de todos. Há bastante número de Nobreza com estabelecimento de famílias, de sorte que têm servido na República muitos Cavaleiros das ordens militares e Cidadãos do Rio de Janeiro e outros de nobreza hereditária (FONSECA, 2003, p.46).

A petição dos oficiais da Câmara de São João não foi atendida, pois durante o período colonial apenas a vila de Ribeirão do Carmo foi enobrecida com o título e prerrogativa de *cidade*. A importância regional dessa povoação foi o motivo menos determinante na elevação, já que Vila Rica, sede da capitania, a sobrepujava em termos de concentração de serviços político-administrativos, movimento de comerciantes, opulência e abundância das minas de ouro e ainda chegou a possuir uma população quatro vezes maior (30.000 habitantes). A justificativa para ereção da primeira vila de Minas Gerais à condição de cidade foi estritamente religiosa. Como a capitania era muito extensa, com sertões dilatados e grande distância entre as povoações, o bispo da cidade do Rio de Janeiro não podia levar o “pasto espiritual” a todos os povos e outras providências oportunas com prontidão. Então, a rainha recorreu a Sua Santidade para que dividisse o bispado citado. Todavia, a sede de uma nova diocese só poderia ser instalada numa povoação com o título de cidade. Daí a elevação da vila de Ribeirão do Carmo¹⁶.

A elite local do arraial de Paracatu fez um requerimento ao rei no ano de 1760 para que o distrito fosse elevado à condição de vila e cabeça de comarca. Os “representantes” dos povos alegaram as “opressões, detrimientos”, riscos e despesas para aqueles que se deslocavam numa distância de cento e vinte léguas até a vila de Sabará para fundir o ouro e ainda solicitaram o transporte da real casa de fundição da vila do Príncipe para aquele arraial em virtude das “muitas demandas de terras minerais”. Enfatizaram que a instalação da vila e a criação da comarca amenizariam o problema do extravio dos direitos reais para as Capitanias de Pernambuco e Bahia. O governador das Minas, Gomes Freire de Andrade, solicitou que o escrivão da Câmara do Príncipe, Antônio Bernardo de Sobral e Almeida, emitisse um parecer sobre o assunto. A proposta da mudança da casa de fundição feria profundamente os interesses dos “principais” habitantes do Serro Frio e era de se esperar que a autoridade mencionada se posicionasse contra. Assim sucedeu, como se observa na opinião seguinte do escrivão, que inclusive contestou o pedido de criação da vila.

É desprezível o requerimento dos moradores do Paracatu sobre o transporte da Real casa de fundição da vila [do Príncipe] para o dito

¹⁶ Em outros núcleos urbanos mineiros dinâmicos, a explicação para a não ereção à condição de cidade pode estar na política metropolitana de sonegação desse status. Como eram frequentes os tumultos e os motins nas vilas do ouro, a Coroa procurou impedi-las de alcançar o posto citado já que aos habitantes da cidade estava assegurada, por lei, a utilização de armas de fogo, punhais, facas de ponta etc. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p.113-114, 1980.

arraial; pelas mesmas ou mais justificadas razões se faz inatendível quererem ser vila e cabeça de comarca porque se desde o princípio que se descobriu [...] se conservou até o presente com sujeição às justiças de Sabará em tempo de maior opulência, agora, havendo tanta diminuição de lavras, não poderiam sustentar uma comarca, [ainda mais] manter o lugar de um Juiz de Fora com os cargos que lhe estão anexos. Por cujo motivo nos parece indigno de atenção o requerimento [...] daqueles moradores¹⁷.

O escrivão argumentou que o arraial de Paracatu não era capaz de sustentar uma ouvidoria. Em contrapartida, ressaltou que a Comarca do Serro Frio estava estabelecida na paragem mais opulenta de todas as minas, marcada pela grande extensão territorial, abundância ou mais de cem léguas de terras minerais (muito acima das três léguas de lavras mencionadas pelos requerentes de Paracatu), nas quais trabalhavam mineiros de grande fábrica, e distinta de todas as outras comarcas pela presença de diamantes. Além do mais, o oficial alegou que os mineiros da vila de Bom Sucesso das Minas Novas do Fanado vinham ao distrito do Príncipe quintar e fundir o ouro e a mudança da casa de fundição geraria desordem e prejuízo, pois aqueles mineiros precisariam se deslocar numa viagem de treze dias até Sabará. O oficial ainda acrescentou que “se verdadeiro fosse o requerimento e o fizessem as pessoas que se diz que o assinaram não cabia ser atendido nem deferido”, pois resultaria em gravíssimos prejuízos à Comarca do Serro Frio e a seus moradores. Para concluir o parecer, ele destacou que a “pretensão” dos moradores de Paracatu era “totalmente indigna de atenção e deveria ser desprezada”, tanto pelos “prejuízos” que disso resultariam à Real Fazenda quanto porque a “inata piedade do mesmo Senhor” não poderia desejar outra coisa mais do que “conservar a todos os seus fiéis vassallos sem opressão e com o bom sossego” em que se achavam¹⁸.

No arraial de Santa Luzia, um grupo “distinto” de moradores decidiu encaminhar uma petição ao rei em 1761 para elevar o distrito. O longo requerimento apresentava diversas justificativas e foi assinado por potentados como José Ferreira

¹⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.8, n.1-2, p.324-327, 1903.

¹⁸ A rainha emitiu o alvará de levantamento da vila de Paracatu em 1799, ou seja, trinta e nove anos após a primeira petição dos moradores. A Carta Régia reproduziu as seguintes razões alegadas pelos povos para solicitar a elevação do arraial: a “grande povoação do distrito e dos lugares mais próximos”, os “gravíssimos prejuízos e danos irreparáveis” devido à distância de cento e vinte e seis léguas da vila de Sabará e a demora dos recursos ao Ouvidor da Comarca. Apesar do contexto de crise da mineração, a grande distância do povoado em relação às casas de fundição das Minas facilitava o extravio dos direitos reais para Pernambuco e Bahia e isso pode ter motivado a administração metropolitana a instalar a vila, a última fundada durante o período colonial cuja atividade principal estava ligada à decadente extração do ouro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.347-372, 1896.

do Vale, que se comprometeu com as despesas das obras “públicas” (casa de Câmara e cadeia), necessárias após a instalação da vila. Os “representantes” dos povos alegaram os seguintes motivos: a distância de três léguas da vila de Sabará, cabeça da Comarca; o impedimento de cinco ribeiros que dificultavam a travessia dos viandantes no caminho até a sede; a criação de vilas com a mesma ou menor proximidade como a de Sabará em relação à de Caeté, a de São João em relação à de São José, as de beira-mar e as do Reino; a presença de inúmeros “bandoleiros” e “facinorosos” nos sertões das Minas devido à mineração; a população de trezentas pessoas no arraial e de cinco mil nas vizinhanças; a existência de duas igrejas no distrito e de mais cinco capelas nos arredores; as desgraças cometidas por homens brancos, negros, mulatos e índios, com mortes, roubos e ferimentos; a falta de disciplina da justiça, que contribuía para aumentar as perturbações e distúrbios; o crescimento do comércio e a perda de dívidas pela distância da sede do termo; a localização geográfica estratégica do arraial, pois por ele passava a “estrada tão famigerada como geral de todos os sertões do grande rio de São Francisco, Bahia, Pernambuco e Maranhão, com infinito e numeroso comércio para todas as Minas Gerais” e para as Minas de Paracatu e Capitania de Goiás; a necessidade de construir pontes e de consertar caminhos, obras que não eram feitas pela Câmara de Sabará; a posição de pouso do distrito para governadores, cabos e ministros quando iam às minas de Paracatu, à Comarca do Serro Frio e à Capitania de Goiás e para as esquadras de soldados que protegiam os registros e as picadas para não descaminhar ouro e diamantes; os numerosos “quintais” do metal, extraídos “no grandioso e rico rio das Velhas”; e a “singularidade e o assento” do arraial, cercado de fontes¹⁹. Apesar das muitas razões alegadas, uma das petições mais extensas, o rei não concedeu o status de vila ao distrito.

A morfologia urbana foi uma justificativa bastante recorrente nas petições. É o caso do requerimento encaminhado pelos “representantes” dos povos do distrito de Campanha do Rio Verde, Comarca do Rio das Mortes, em 1763. Ao solicitarem a elevação do povoado, eles alegaram que o distrito “se encontrava com capacidade para ser vila, por estar bem formado em campo aprazível e com muitas ruas e casas de telhas e sobrados (FONSECA, 2003, p.48)”. Mas, não obtiveram o deferimento. Em diversas solicitações, a elite local ainda justificou, principalmente, a distância da sede do termo para persuadir o rei e convencê-lo da necessidade de criação da vila. Como a justiça estava concentrada neste espaço, a lonjura dos povoados da cabeça

¹⁹ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v.10, p.281-287, 1963.

da Comarca encarecia os custos dos serviços jurídicos interpostos pelos povos (que tinham que se dirigir até a sede do termo para resolver as contendas) e dos oficiais (quando estes se deslocavam aos distritos da jurisdição). Com a instalação da vila, os moradores alegavam a possibilidade de combater a impunidade dos crimes e as práticas de contrabando. Essa foi uma das motivações empregadas pela elite local das vilas de Tamanduá (1789), Queluz (1790) e Barbacena (1791), fundadas na administração de Luís Antônio Furtado de Mendonça.

O Visconde de Barbacena instalou as vilas anteriormente citadas para que os povos tivessem nas suas “dependências forenses o recurso da justiça”, meio para se evitar muitos delitos que ficavam impunes pelas distâncias que aconteciam dos referidos lugares aos Julgados e às vilas. Para os “representantes” dos moradores de Tamanduá, povoação caracterizada pelo “aumento da cultura”, da população e do comércio, a grande distância da vila de São José, a impunidade dos crimes e os frequentes extravios pela estrada próxima de Goiás tornavam necessária a criação da vila. Nos pedidos dos habitantes de Igreja Nova (Barbacena) e Carijós (Queluz), a elite local apelou para os inconvenientes decorrentes da distância da sede dos termos. Contudo, uma nova característica pode ser observada nesses dois requerimentos: trata-se da petição assinada por mais de um povoado, encabeçada por aquele considerado o mais importante pela sua localização geográfica. No requerimento de ereção do distrito de Carijós, o pedido foi assinado ainda por habitantes de Congonhas do Campo e Santo Antônio de Itaverava. Na petição dos moradores do arraial de Igreja Nova, habitantes das freguesias do Engenho do Mato, Simão Pereira e de “serra abaixo do Rio da Pomba”, pertencentes aos Termos de São João e São José, também anuíram²⁰.

Os requeridos das freguesias de Carijós, Congonhas e Itaverava alegaram que formavam uma “povoação conjunta” de quase vinte mil pessoas, com suficientes fundos, propriedades e terras incultas, de grande importância histórica, pois o primeiro descoberto de ouro fora próximo dos montes de Itaverava. Os representantes dos povos ressaltaram a considerável distância das vilas de São José, São João, Mariana e Vila Rica, os difíceis acessos às sedes por “ásperas serras, caminhos solitários e passagens de rios”, os “notáveis incômodos e prejuízos” nas questões judiciais e a ausência de “castigo de muitos e graves delitos”. Para finalizar, ainda lembraram que Vossa Excelência havia distribuído o benefício da ereção a outras povoações para avivar a necessidade, opressão e

²⁰ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.81-107, 1897.

vexame e solicitaram a instalação da vila no Campo Alegre de Carijós, por ficar no centro das três freguesias, na “Estrada Real do Rio de Janeiro para as Minas²¹”.

As elites de Borda do Campo, Engenho do Mato, Simão Pereira e “serra abaixo do Rio da Pomba” alegaram a grande distância das sedes dos Termos de São José e São João, empecilho responsável pelas “avultadas despesas” dos oficiais nas diligências da justiça, os incômodos das passagens de rios no tempo das águas, os perigosos caminhos e as repetidas mortes e roubos ocorridos na “paragem da Mantiqueira”, trecho do Caminho Novo temido pelos viajantes devido à presença de quadrilhas de assaltantes e assassinos. Pediam a criação de uma nova vila no arraial da Igreja Nova da Borda do Campo, situado na “Estrada Geral” do Rio de Janeiro, para que os viajantes pudessem andar seguros nos caminhos. No deferimento, o governador destacou a importância da localização geográfica do arraial, visto que desse distrito os negociantes podiam se comunicar com o Rio de Janeiro e com áreas das Capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a centralidade e o quantitativo populacional do povoado, as possibilidades de “melhoramento do comércio” e a necessidade de “segurança e conforto dos viajantes”, pois o arraial se localizava na “extremidade do mato”, próximo à entrada do perigoso trecho de floresta do Caminho Novo²².

A fundação das vilas de Tamanduá, Queluz e Barbacena foi muito criticada pelos oficiais da Câmara de São José Del Rei que em 1791 endereçaram ao monarca uma carta, a seguir reproduzida, na qual reclamaram do fracionamento do termo, da perda de rendas, da usurpação do trabalho árduo e arriscado feito pelos seus moradores na conquista e ocupação de novas áreas e da falta de estrutura urbana mínima dos distritos anteriormente citados.

O Estado deplorável a que esta Vila [de São José] se vê reduzida, sendo do seu termo desmembrado três porções, os gemidos dos pobres enfermos e o desamparo dos inocentes [...] foram os motivos que obrigaram os oficiais a pôr na presença de Sua Majestade as causas de todos estes inconvenientes. Os seus moradores cuidaram sempre com o maior desvelo em tudo, o que tendia aos interesses da Coroa e bens do público, ao mesmo tempo em que, com novas colônias, iam dilatando o seu termo e jurisdição. Nos seus princípios [...] tudo mais eram sertões incultos, que gentios e negros fugidos faziam inabitáveis. Não custaram menos trabalho e despesa os Matos de Itaverava, Catas Altas e outras partes mais que, livres, desembaraçados da opressão dos gentios e fugitivos, se foram pelo tempo adiante povoando. Três

²¹ Idem.

²² *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.119-121, 1896.

arraiais sem serviços, sem que tenham feito coisa por que merecem alguma atenção, vêm agora aproveitar-se de nosso trabalho, usurpar os nossos direitos e privarmos das nossas rendas. Nenhuma dessas vilas tem uma calçada; nenhuma tem uma fonte. Na de Queluz, [os povos se] servem de uma aguada má, a meia légua, e nem há modos de outra. As igrejas de umas estão a acabar, as de outras não são das mais decentes. As casas da Câmara de todas foram casas de particulares, que ainda estão por pagar. Pelo contrário, a vila de São José é bem situada, arruada e calçada. Tem um belo chafariz de excelente água, uma casa de Câmara bem decente e, além de sete igrejas, é condecorada por um templo que todos reconhecem pelo melhor, mais decente e rico de Minas. Quem poderá dizer que é justo que um corpo bem regular, excelentemente estabelecido e útil ao Estado, [seja fracionado] para dele se formar três informes, defeituosos e inúteis²³?

O levantamento de vilas na Comarca do Rio das Mortes pelo Visconde de Barbacena motivou a elite local de distritos pertencentes a outras jurisdições a também enviar requerimentos ao rei com essa finalidade. Foi o caso dos suplicantes do arraial de Conceição do Mato Dentro, na Comarca do Serro Frio, que pediram a criação do distrito em vila, “a exemplo e semelhança” das que o governador tinha fundado na capitania, as quais “não eram de melhor condição” que o povoado citado. O Conselho Ultramarino enviou, então, uma solicitação ao Ouvidor da Comarca do Serro Frio em 1792 para opinar sobre a petição. Mas, esse oficial, conforme parecer transcrito a seguir, motivado pelos prejuízos decorrentes de um novo fracionamento do termo da vila do Príncipe, que já tinha perdido a Demarcação Diamantina, posicionou-se inteligentemente contra os requerentes, alegando que a reclamação dos habitantes, pautada na distância do povoado à sede da comarca, entre dez e vinte léguas, não era motivo relevante para fundar vila no arraial.

É certo que o arraial [de Conceição] dista desta [Vila do Príncipe] onze léguas de maus caminhos no tempo das águas [...] e que para muitos dos seus moradores ficaria mais perto e, conseqüentemente, mais cômodo tratar das suas contendas naquele arraial. [Mas], tendo desanexado da jurisdição Ordinária desta vila, pelo lado do norte, o arraial do Tijuco com toda Demarcação Diamantina e tirando-lhe tão bem agora, pelo sul, toda freguesia dos suplicantes e suas filiais, que é a maior, mais próxima e mais povoada depois daquela, fica consistindo quase unicamente o seu Termo em sertões remotíssimos e muito pouco povoados, com distância de 40, 50, 60, 200 e mais léguas, aonde seria, sem dúvida, muito mais conveniente criar vilas, como na Barra do Rio das Velhas, no arraial do Rio Pardo ou, ao menos, Julgados. Pelo que me parece que tanto não convém e é desnecessária a nova

²³ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.17, p.427-431, 1913.

pretendida vila pela razão tão bem de que neste país a distância de dez, doze, até vinte léguas é muito pouco ou nada atendível quando seria interessante criar outras [vilas] como acima deixo ponderado²⁴.

Os moradores do arraial de Campanha do Rio Verde também fizeram uma nova petição à rainha em 1795. Entre os diversos motivos alegados para solicitar a elevação do distrito estavam “a grande distância” de trinta e cinco léguas da vila de São João Del Rei, cabeça da Comarca, os “gravíssimos incômodos e perigos” a que os povos estavam expostos no caminho até a sede do termo, a “ruína” em função da “prática do intolerável abuso do constrangimento praticado pelos credores”, que obrigavam os devedores a se deslocarem até a ouvidoria da dita vila para responder nas ações novas ao Juízo, e os “pesados, ruinosos e avultados emolumentos que os juízes das sesmarias, dos órfãos e provedores das fazendas dos defuntos e ausentes da cabeça da Comarca” e os enviados de Vila Rica pela Real Fazenda “extorquiam” os povos ao se deslocarem com seus oficiais em tão grande distância. Os “representantes” dos povos ainda alegaram o crescimento da população e dos arraiais vizinhos e a falta do “bom regime econômico daquelas povoações” no “tocante às obras públicas de pontes, fontes, estradas e outras semelhantes de que os suplicantes careciam e que tanto interessavam o público”, mas não eram atendidas, “pois não havia senado²⁵”.

Os oficiais da Câmara de São João Del Rei, em 1798, foram consultados sobre a petição dos moradores de Campanha. Intransigentes, eles se opuseram à emancipação do arraial onde a elite local, há mais de trinta anos, solicitava o status de vila para o distrito. Para justificar a posição contrária, as autoridades da sede do termo alegaram a “qualidade” da maioria dos habitantes do povoado, a desobediência e a criminalidade daqueles povos, ocupados com o extravio do ouro, e a experiência frustrada da elevação de outros arraiais que do ponto de vista urbano não tinham condições mínimas para ostentar o título obtido. Essas e outras razões estão evidentes no parecer a seguir transcrito:

Os moradores da Campanha do Rio Verde de Santo Antônio do Vale da Piedade procuram “pretextos” para conseguir a elevação. Já foram atendidos quando o arraial foi erigido em Julgado. Pouco contentes, ainda depois pretenderam um Juiz de Fora. Agora querem uma Câmara. Apesar da povoação já ser crescida, não deve ser atendido, tanto pelo seu número [8 mil ou mais vizinhos]

²⁴ Idem, p.242-246.

²⁵ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.1, n.3, p.457-491, 1896.

quanto pela sua “qualidade”. Os moradores daquele lugar são, a maior parte, mulatos, escravos e mestiços e Sua Majestade recomenda nas suas Leis que se elejam para Juízes e Vereadores homens de nascimento e conceito. Não há na paragem uma igreja decente e havendo algumas lavras, boas, pouco ou nada cuidam no ornato dela. O ouro que se extrai é quase todo extraviado. Uns vassalos que não obedecem as Leis de Sua Majestade, que a defraudam dos seus Direitos Senhoriais, que causam um prejuízo tão grave a toda esta Capitania devem ser atendidos? Eles são mais dignos de castigo do que de graças. São aqueles moradores pérfidos, vingativos e malfeitores, [dirigidos] mais pela vingança e paixão do que pela utilidade e justiça. Se os custos, a dificuldade dos caminhos, a longitude do lugar fossem motivos para Campanha ser criada em Vila tudo estava provido com a criação do Julgado. [Reclamam que o Visconde de Barbacena criou três vilas no tempo do seu Governo: Tamanduá, Queluz e Barbacena, mas] a experiência lhe mostrou que elas foram mais para a sua ruína do que para o seu bem. As pontes, calçadas e chafarizes, a que recorrem, são coisas que se tem até agora remediado e que podem passar sem elas. Nunca a precisão de um chafariz ou de outra semelhante obra foi causa justa de se criar uma vila como a de Queluz. Barbacena e Tamanduá são vilas e não tem chafarizes, nem ruas calçadas²⁶.

A preocupação dos oficiais da Câmara era com o fracionamento do *termo* e a consequente perda de receita, auferida da importante atividade de criação de gado na zona dos *campos* da freguesia de Campanha e das várias lojas e vendas existentes no distrito. No mesmo parecer, as autoridades relataram que não desejavam impedir o levantamento do arraial em vila, mas apenas esperavam da bondade real que os moradores de São João Del Rei não fossem prejudicados, pois, com a divisão, a Câmara enfrentaria dificuldades para obter rendimentos para pagar suas despesas. Os oficiais enfatizaram que o termo já tinha perdido trinta e cinco léguas com o desmembramento da vila de Barbacena, ocasião a partir da qual houve redução nas rendas. Não avaliavam como “justo ou equidoso” que se destruísse “um copo útil ao Estado” para criar tantas vilas, tantas câmaras, “todas doentes e fracas e nenhuma sã e vigorosa”. Por isso, consideravam que era “necessário e conveniente ao Estado, à Coroa e ao povo que” a vila fosse “conservada nos seus limites e termo e, de modo nenhum, desmembrada, destruída ou aniquilada²⁷”.

Os oficiais ainda solicitaram que caso o governador, mesmo assim, resolvesse criar a vila, não fosse confirmado os limites desejados pelos suplicantes, mas que ficasse incluído na nova jurisdição apenas o território da freguesia ou do

²⁶ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.1, n.3, p.459-466, 1896.

²⁷ *Idem*, p.459-466.

Julgado de Campanha. Esse desejo sobre a demarcação era compartilhado pelo Ouvidor da Comarca, José Antônio Apolinário da Silveira, que também foi consultado no mesmo ano e fez a seguinte observação:

É certo que a pretensão [dos suplicantes de Campanha] no peditório dos limites que exaram em seu requerimento é excessiva e sem fomento de razão e justiça. Se aqueles moradores implorassem à Sua Majestade para aquele arraial ser criado em Vila com os limites ou terrenos que agora possui, como Julgado que é, fariam um peditório digno de toda a atenção. [Mas, conforme solicitaram, a Câmara de São João], com suas exuberantes e indispensáveis despesas, ficaria inteiramente dilacerada com a usurpação dos terrenos que os moradores de Campanha imploram para unir ao seu Termo. Isso iria aniquilar a cabeça da Comarca, que têm obrigações pesadas a que deve acudir²⁸.

No terceiro período (1789-1814), das sete vilas instaladas, nada menos que seis pertenciam à Comarca do Rio das Mortes, jurisdição mais importante da capitania à época. De acordo com Furtado (2002), a decisão da metrópole em implantar quase todas as vilas nessa comarca pode ainda ter relação direta com o acontecimento da Inconfidência Mineira. Muitos dos personagens envolvidos nesse movimento eram oriundos da área em foco, onde estavam situadas, por exemplo, fazendas como as de Joaquim Silvério dos Reis, José Aires Gomes, Domingos de Abreu Vieira e Francisco Antônio de Oliveira Lopes. A conspiração foi motivada pelo descontentamento da elite local com a posição política marginal da comarca, pois, no final do século Dezoito, a zona era sub-representada na capitania, apesar da importância econômica advinda da agropecuária mercantil. Essa ocupação promovia o surgimento de um novo grupo de elites, aspirante à ampliação do poder político, com interesses nas freguesias e nos distritos de Igreja Nova, Carijós, Tamanduá e Campanha, cujos negócios principais não estavam diretamente ligados à mineração de ouro, atividade em crise na parte central das Minas e que ainda atraía maior preocupação da Coroa. Por isso, como destacou Furtado (2002, p.159),

²⁸ Não obstante os pareceres contrários das autoridades (oficiais da Câmara e Ouvidor), no mesmo ano das consultas (1798) a rainha resolveu erigir o arraial de Campanha em vila. No auto de levantamento, os seguintes motivos foram apontados: o crescimento do número de habitantes, o destaque da povoação, “uma das mais importantes da Capitania de Minas Gerais”, a grande distância da vila de São João Del Rei, cabeça da Comarca, e os gravíssimos prejuízos e incômodos enfrentados pelos moradores na decisão de seus pleitos pela dificuldade de recurso ao Ouvidor da Comarca. Na demarcação dos limites do novo termo, um dos pontos de conflito entre os suplicantes de Campanha e as autoridades de São João Del Rei, convencionou-se adotar a divisão pelo rio Grande. Em carta ao governador Bernardo José de Lorena, o Juiz de Fora da vila recém criada destacou que essa era a “melhor” solução, “feita pela natureza”. Idem, p.459-466 e 490.

Não seria mera coincidência o fato de que exatamente aqueles focos de maior rebeldia da Comarca do Rio das Mortes tenham sido, logo após a repressão do levante, os primeiros (e únicos) locais atendidos no seu antigo desejo de serem alçados à condição de vila. Isso lhes conferia o direito, não desprezível na ordem setecentista, de constituir câmaras e, portanto, de passar a possuir melhor representação “dos povos” ou “das gentes”, inclusive com eventual acesso direto à metrópole na forma de petições e requerimentos que pudessem ser apresentados à revelia dos governadores.

A elevação de seis núcleos urbanos da Comarca do Rio das Mortes à categoria de vila poderia então, do ponto de vista da relação com a inconfidência, ser uma consequência tanto do desejo da Coroa Portuguesa de controlar os moradores e a elite local por meio da eleição de oficiais da Câmara comprometidos com os interesses da metrópole quanto uma forma de apaziguamento dos “espíritos” turbulentos pela política de distribuição de cargos a pessoas “destacadas” da população. Entretanto, é necessário enfatizar que em alguns casos (Campanha, por exemplo), se partirmos da constatação de que as primeiras petições das elites foram apresentadas quase três décadas antes do acontecimento da inconfidência, é possível que o levantamento das vilas enquadradas nessa situação seja decorrente, primeiramente, do interesse e da pressão de homens influentes para implantar casa de Câmara nos distritos de sua alçada. Com essa instância política, moradores “notáveis” podiam ter acesso direto à Coroa para tratar de assuntos particulares e daqueles considerados “públicos” como a próspera atividade comercial, o crescimento urbano das povoações, entre outros, importantes para o bom ordenamento do território em formação.

A Capitania de Minas Gerais foi a principal representante da urbanização da Colônia no período colonial. Todavia, nem sempre os distritos aí localizados refletiam do ponto de vista da morfologia urbana ou do destaque econômico e demográfico o status que possuíam (*arraial*, *vila* ou *cidade*). No final daquela época, de acordo com Fonseca (2003), dos aproximadamente quatrocentos núcleos populacionais existentes na capitania, noventa eram sedes de paróquia. Destes, apenas quinze ostentavam o título de *vila* e somente um, Mariana, o de *cidade*²⁹. A concessão desse status a determinado aglomerado urbano durante o período em análise não era sempre sinônimo de uma importância demográfica ou econômica. Como bem observou Azevedo (1992, p.96-70), geralmente a elevação traduzia um

²⁹ Assim designadas, o Brasil possuía mais onze *cidades*: Belém, São Luís, São Paulo, Paraíba, Olinda, Salvador, Rio de Janeiro, Cabo Frio, Oeiras, Goiás e Cuiabá.

“simples galardão, mera honraria, que circunstâncias de momento poderiam justificar”, um “capricho de caráter pessoal do monarca ou de seus auxiliares”, “quando não um injustificável acaso” ou interesse religioso ou da elite local. Se tomarmos como exemplo as cidades de Cabo Frio, Oeiras, Goiás, Cuiabá e Mariana, a elevação à condição de cidade reflete, no mínimo, alguma circunstância eventual (criação de bispado no caso da última povoação) ou um simples desejo de governantes ou potentados.

No conjunto das vilas instituídas em Minas Gerais, em conformidade com a constatação de Fonseca (2003), as dezesseis constituem um número muito reduzido quando comparado ao total existente na Colônia antes da “independência”: 213 núcleos segundo dados apresentados por Azevedo (1992). Menos de 8% das vilas fundadas até o contexto em análise se localizavam na Capitania das Minas, não obstante essa jurisdição abrigar cerca de 20% da população da América Portuguesa e ser a principal representante do fenômeno urbano na Colônia³⁰. Os motivos da falta de coerência numérica entre o total de vilas fundadas em Minas e a situação urbana da capitania, sobretudo nas zonas de ocorrência do ouro e diamantes, em que pese o contexto econômico de crise da mineração e de retração de alguns núcleos populacionais a partir da segunda metade do século Dezoito, podem até ser explicados pela concepção metropolitana de que o número de vilas levantadas naquele espaço, restrito, era suficiente ou porque a sustentação teórica das demandas da elite local era deficiente. Mas, como demonstrou Fonseca (2003, p.41), as causas estão ligadas, principalmente, a “questões de natureza política e administrativa”, leiam-se, os conflitos de poder entre a elite solicitante e as autoridades da cabeça de Comarca e a estratégia metropolitana de sonegação do status de *vila* e *cidade* a diversos arraiais de destaque³¹.

³⁰ A Capitania da Bahia, do ponto de vista do número de vilas fundadas, aparecia, curiosamente, como a província mais urbanizada da Colônia, com nada menos que 40 vilas. Em segundo lugar, considerados os atuais limites político-administrativos, destacava-se São Paulo com 31, seguido por outras cinco jurisdições, se bem que muito distantes: Ceará com 18, Rio de Janeiro com 17, Minas Gerais com 16, Pará com 11 e Pernambuco com 10 (AZEVEDO, 1992).

³¹ Distritos muito importantes do ponto de vista econômico, populacional e urbano como o Tijuco, centro da exploração de diamantes, detentor da maior população da Comarca do Serro Frio, que competia com as mais importantes povoações do país em termos de riqueza, comércio, beleza da arquitetura e opulência, nunca chegou a ser elevado à categoria de *vila*, talvez por causa do contexto da descoberta dos diamantes, já na conjuntura de reorientação da política metropolitana no que diz respeito à criação de novas vilas. Outro exemplo era o do arraial de Congonhas do Campo cujo suntuoso templo do Bom Jesus do Matozinhos, não dos maiores de Minas, mas excedendo a todos em asseio, guisamentos e pinturas primas, para onde se dirigiam muitos peregrinos em romaria de grandes distâncias, do mesmo modo não chegou a ser erigido à condição de vila. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.17, p.242-246, 1912.

5.2. Os aldeamentos indígenas e a expansão sobre o território “alheio”

O processo de colonização é, essencialmente, uma “afirmação militar, a imposição bélica”, jurídica, ideológica e cultural de uma nova dominação política (MORAES, 2002, p.80), marcada por reconfigurações e pela alteridade territorial. Indivíduos ou grupos procuram controlar pessoas e processos pela delimitação e afirmação do poder e domínio sobre uma área geográfica. Se as terras a serem apropriadas possuem habitantes autóctones, implantam-se estruturas militares de apoio à colonização, marcadas, precipuamente, pelos componentes da violência e do poder, com vistas a garantir a conquista do novo espaço, a submissão dos nativos e a disseminação de valores dominantes. O êxito do projeto colonizador depende da capacidade da autoridade política de promover o ordenamento do território, mas também das novas territorialidades gestadas pelo grupo dominado, que constantemente contesta o poder implantado pelo grupo dominante.

Na história da América Portuguesa, a conquista territorial se fez também com base no discurso da “civilização” dos índios, forma ideológica de legitimar a expansão territorial e de alcançar um objetivo central da conquista: a apropriação de territórios dos povos nativos. Os interesses metropolitanos e sua espacialidade/territorialidade foram se conformando na conquista dos lugares e na exploração dos recursos naturais. Mas, para isso, era necessária a submissão das populações autóctones. Uma das medidas se consubstanciou na caça e captura de grupos indígenas, vítimas de ações públicas e privadas que procuraram transformá-los em mão-de-obra quando pacíficos ou exterminados quando revoltos. Aquela atividade militar foi muito recorrente durante todo período colonial.

Como os quilombolas, os índios eram considerados inimigos permanentes do Estado e da população branca. Se mansos, poderiam trair ou desertar. Se “selvagens”, poderiam comer portugueses e colonos. Era preciso combatê-los para garantir o sucesso do povoamento e a segurança dos empreendimentos. A legislação indigenista ora declarava a liberdade dos índios; ora especificava as condições para o cativeiro; ora reconhecia o direito primário das terras dos nativos; ora atuava no sentido de garantir a expropriação dos silvícolas. De acordo com Carvalho (2008), tal instrumento normativo esteve marcado por contradições,

evidenciadas nas promulgações e revogações para atender interesses políticos e econômicos em voga³².

Havia índios “mansos” como os *Manaxós* e *Maxacalis*, alvos da distribuição de ferramentas e rosários pelas expedições que adentravam o sertão. Índios “pacíficos”, mas traidores como os *Copoxós*, capazes de matar outros “gentios” ou soldados quando descuidados. E índios “bravos” e de “péssima natureza” como os *Puris* e *Botocudos*, envolvidos em contínua guerra com outras nações e conhecidos pela prática da antropofagia (SOUZA, 1999, p.91). Essa diversidade étnica, aliada às diferentes formas de comportamento cultural no contato do indígena com o homem branco, desde cedo colocou uma questão para os portugueses: reunir os índios que se apresentavam dispostos a aceitar o convívio social e o objetivo da metrópole em torná-los vassalos úteis e combater aqueles que se mostravam contrários às práticas civilizatórias. Contra os *Botocudos*, por exemplo, os governantes apontavam a necessidade de extingui-los por meio do ferro e do fogo, tendo em vista sua total relutância em se submeter ao controle e à autoridade da Coroa.

À medida que o povoamento e o poder metropolitano se interiorizaram, o embate entre o mundo “civilizado” e “bárbaro” tornou-se mais evidente. Com a descoberta das minas de ouro, índios não incorporados à sociedade passaram a se refugiar numa área compreendida entre o litoral das Capitanias da Bahia e do Espírito Santo e na porção leste da de Minas Gerais (vales dos rios Paraíba do Sul, Pomba, Doce, Mucuri e Jequitinhonha). A maior parte do leste de Minas não foi ocupada de forma sistemática durante a primeira metade do século XVIII. Nessa área, os limites impostos pelos índios para o avanço da fronteira colonial - expansão

³² Em 1570, o rei lançou uma ordem vedando a escravidão indígena, exceto para os índios apanhados em guerra justa ou que praticavam antropofagia em relação aos portugueses e outros “gentios”. Em 1595, a lei foi revogada, pois os moradores se utilizavam do pretexto da *guerra justa* para cativarem os índios. Após dez anos, por provisão de 1605, ficou estabelecido que “em nenhum caso era permitido cativar os gentios do Brasil; porque, conquanto houvesse algumas razões de direito para se poder, em alguns casos, introduzir o cativo, eram de tanto maior consideração as que existiam em contrário, especialmente pelo que tocava à conservação dos gentios à Santa Fé Católica”, pelo que convinha “ao bom governo e conservação da paz”. Em 1609, o rei declarou “todos os gentios daquelas partes do Brasil por livres”, endereçando a nova normativa, nos seguintes termos, principalmente ao governador do Estado do Brasil e das três capitanias do sul (Espírito Santo, São Vicente e Rio de Janeiro): “Hei por bem que os ditos gentios sejam senhores das suas fazendas nas povoações em que morarem, como o são na serra, sem lhes poderem ser tomadas, nem sobre elas lhes fazer moléstia, nem injustiça alguma”. Essa normativa, entretanto, não foi capaz de conter as constantes entradas para o interior com o intuito de capturar índios para utilizá-los como mão-de-obra escrava. PROVISÃO de 5 de junho de 1605. Não se cativem os Gentios do Brasil. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 08 jun. 2010. ALVARÁ de 30 de julho de 1609. Proíbe o cativo dos Gentios do Brasil e providencia acerca dos mesmos Gentios. Disponível em: <<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 08 jun. 2010.

das atividades mineradoras e agropecuárias - eram mais notórios nas freguesias de Itaverava, Guarapiranga, Furquim, Barra Longa, São Miguel e Abre Campo.

Índios “bravos”, principalmente *Botocudos* e *Puris*, dificultaram durante todo o período colonial e parte do imperial o avanço do povoamento e da colonização no leste da capitania, determinando uma série de recuos e retrocessos no processo de conquista e de afirmação da territorialidade estatal e privada. Diversas tentativas, oficiais e privadas, de implantação de povoados, atividades econômicas e fazendas estiveram ameaçadas pelos constantes ataques desses grupos, que se refugiavam nas densas áreas de mata atlântica. Em 1769, o comandante do distrito do Cuieté, Paulo Mendes Ferreira, dirigiu uma carta ao governador da Capitania de Minas Gerais, Conde de Valadares, expondo o seguinte fato:

Sem dúvida, o gentio *Botocudo* e *Puri* [eram] as nações mais brabas que há e os que têm infestado com distúrbios os moradores de Santa Rita, São José, Ribeirão do Macuco, Santana do Abre Campo e o próprio Cuieté, despovoado três vezes por conta do mesmo, roubando e destruindo tudo, de tal sorte que se acham muitos sítios desertos e povoações solitárias [...] Com o temor das suas crueldades fazem com que os moradores não se alarguem a explorarem os córregos que se acham na Barra do rio Cuieté até o Manhuaçu (AMANTINO, 2006, p.200).

Na opinião das autoridades coloniais, os índios, disseminados pelos matos e sertões, prestavam serviço relevante, apesar dos constantes conflitos com moradores de freguesias situadas no entorno da zona mineradora. Dada a impossibilidade da administração colonial em controlar todo o território, sobretudo o das áreas de florestas densas do leste, era particularmente interessante para a política metropolitana manter, intencionalmente, populações indígenas afastadas do contato com os brancos, como uma corda de isolamento entre a civilização e os sertões, a fim de intimidarem a penetração dos contrabandistas de mercadorias e de ouro, a abertura de picadas ilegais e a entrada de mineiros para exploração de novas riquezas auríferas em áreas “desabitadas”, por onde ocorria o desvio do pagamento do quinto. Portanto, ao longo da primeira metade do século Dezoito, auge do período da extração do ouro, a política metropolitana preferiu ver os índios como “selvagens”, errantes pelas matas³³.

³³ Essa era a opinião do governador Luis Diogo Lobo da Silva (1763-1768). Preocupado com os extravios de ouro e diamantes nas florestas de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, o ministro destacou os perigos que os contrabandistas corriam ao ignorarem o “risco de queda nas mãos de nações diversas de índios selvagens (RESENDE, 2003, p.303-304)”. Pouco depois, em

A Coroa tentou manter o leste da Capitania de Minas Gerais como uma área proibida à ocupação, devido à sua função de barreira contra as práticas do contrabando de ouro, seja por causa da presença do gentio antropófago, de fama guerreira, ou dos entraves naturais como a densa mata atlântica e a insalubridade da área. Os primeiros aldeamentos aí formados tinham como objetivo assegurar essa função de barreira natural, que deveria estar ocupada unicamente pelas tribos de índios selvagens, *Puris* e *Botocudos*, o que não se configurou pela constante entrada de roceiros e fazendeiros. Essa área não era apenas uma fronteira natural em relação às minas devido à vegetação densa, solos favoráveis à prática da agropecuária e vias fluviais pouco exploradas, mas uma fronteira política de limites indeterminados entre as Capitanias de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Era também, conforme relatou Carneiro (2008), uma fronteira econômica em expansão, na medida em que passava a ser progressivamente inserida no circuito de relações produtivas e comerciais, com sítios e fazendas no alto vale do Rio Doce, voltados para o abastecimento da população das minas. Espaço de contato entre a população branca e indígena, essa área se tornou ainda uma fronteira cultural, locus de embate entre os costumes portugueses e indígenas e de manifestação de conflitos violentos pela posse de territórios.

Na segunda metade do século Dezoito, a crise da mineração e o acentuado deslocamento migratório para o leste da capitania irão motivar a metrópole a reorientar a política indigenista, até então atrelada à manutenção da proibição de ocupação da área. Os vales dos rios Doce e Pomba, pouco explorados, passaram a ser imaginados como ricos em recursos minerais. Todavia, a presença do indígena e a floresta tropical fechada eram grandes impedimentos à conquista e ao avanço da colonização. Entradas, que já eram frequentes, passaram a ser incentivadas pela administração colonial com o intuito de pesquisa de novas jazidas minerais. A redução dos índios, o aproveitamento e a navegação dos rios se tornaram objetos de interesse político dos governantes para tentar romper com a estagnação da capitania. As matas, que dificultavam a conquista, foram consideradas fontes de riqueza pelas possibilidades de exploração de madeiras nobres e pelo aproveitamento do solo para agropecuária e os índios, mão-de-obra em potencial.

1769, o Conde de Valadares ordenou a Ignácio Correia Pamplona que deixasse alguns soldados no rio São Francisco para impedir o contrabando de ouro. No entanto, o mestre de campo respondeu-lhe que de nada adiantaria tal medida, uma vez que o rio era muito extenso e com numerosas cabeceiras, e que ninguém se atreveria a tentar passar por ali por causa dos negros e índios que lá viviam e que eram “as melhores guardas” que Vossa Excelentíssima tinha para “segurança do prejuízo” naqueles sertões (AMANTINO, 2002, p.81-82).

Na opinião do padre Francisco da Silva Campos, a abertura de uma estrada da Capitania do Espírito Santo para a de Minas Gerais, passando pelo vale do Rio Pomba, facilitaria o transporte, por água e por terra, das produções do último governo citado, sobretudo de madeiras para a construção de navios e casas, ervas medicinais, óleos, resinas, frutas e pedras preciosas, assim como desencadearia a “povoação do sertão” que se encontrava entre as três capitanias: Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esse novo projeto intentava reduzir em sessenta léguas a distância que separava a Capitania de Minas Gerais da do Rio de Janeiro, evitando-se a passagem por montes e ásperas serras (trajeto do Caminho novo), já que as margens do rio Pomba são planas. Mas, havia um problema segundo o padre: “segurar todos aqueles contornos das incursões dos gentios”, os quais tinham “tornado desertas grandes fazendas”, abandonadas por seus donos “por não poderem resistir aos contínuos assaltos, roubos e mortes” praticados pelos nativos³⁴.

A ocupação pelas populações indígenas de solos favoráveis à prática agrícola e de terras com promessas de novas riquezas era uma ameaça à expansão da colonização e os índios passaram a ser vistos como empecilhos que bloqueavam, principalmente, a descoberta de novas minas de ouro, fundamentais para alavancar a economia em crise. Tanto os exploradores quanto as autoridades coloniais procuraram construir, por meio do discurso ideológico, uma nova imagem dos nativos habitantes dos sertões dos rios Pomba, Doce e Paraíba do Sul, que justificasse as políticas de apropriação e controle territorial das suas terras e legitimasse a imposição dos valores “civilizados” sobre os “bárbaros”. De ingênuos, fracos, bestas e selvagens, assim a Coroa designava os índios enquanto eles cumpriram a função de barreira natural ao contrabando, os nativos foram estigmatizados, alçados à condição de belicosos, antropófagos, feras, bravios, indomáveis, traiçoeiros, cruéis, inimigos irredutíveis que deveriam se submeter ao poder da metrópole.

Com o intuito de resolver o embate entre os mundos “civilizado” e “selvagem”, a metrópole procedeu à instalação de estruturas territoriais nos sertões: os *aldeamentos*. Esses espaços tinham como função básica reunir e controlar os índios dispersos, uma maneira de buscar a sedentarização das populações nativas e obter maior controle sobre suas práticas culturais. A justificativa estava embasada no

³⁴ Juntamente com a proposta de abertura da estrada, o padre relatou a conveniência do estabelecimento de “um registro e destacamento nos limites da Mata, junto à Cachoeira Grande, onde deságua o Rio da Pomba no Paraíba, lugar único e melhor para reprimir os extravios”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.686, 713 e 716, 1897.

discurso da “civilização” e da difusão da religião católica entre os pobres “selvagens”, mas, caso eles oferecessem resistência à redução no aldeamento, a exterminação era permitida e necessária para o avanço da colonização. Essa era a opinião do Conde de Valadares, descrita em Souza (1999, p.92). O ministro considerou que os aldeamentos deveriam privilegiar a redução dos índios “invasores” através da persuasão, “com brando e suave modo”. Entretanto, caso os nativos não abraçassem o “amigável trato” dos brancos, era preciso adotar o terror do “ferro” e do “fogo”, de modo a “arruiná-los de todo”, para que os moradores das vizinhanças onde eles faziam “repetidas hostilidades” vivessem “sossegados.

Particulares e religiosos, incentivados e legitimados pela administração colonial, passaram a ser responsáveis pela sujeição daqueles povos “bárbaros”. Um dos vigários nomeado para diretor de aldeia no leste da capitania, o padre Francisco da Silva Campos, defendia que com a implantação do aldeamento e a efetivação das várias medidas apontadas no *Diretório dos Índios* se conseguiria “aqueles fins que sempre foram objeto da Paternal Piedade, da Real Grandeza e Caridade dos Augustos Soberanos”, qual sejam, “a dilatação da fé, a extinção do gentilismo, a propagação do evangelho, a civilidade dos índios, o bem comum dos vassallos, o aumento da agricultura e comércio e, finalmente, o estabelecimento e a felicidade do Estado³⁵”.

A tarefa de conquistar e colonizar sob o interesse católico, mercantilista e militar num território indígena não era simples: dependia da capacidade persuasiva e combativa dos nomeados pela administração colonial em se comunicar com as “alteridades radicais” ameríndias, cooptá-las e atuar de modo a mudar as formas de pensar e de agir dos nativos. Para alcançar essas finalidades, segundo Malheiros (2008), os aldeamentos foram idealmente concebidos como territórios de imposição de valores cristãos, onde os grupos indígenas deveriam abrir mão de comportamentos “bárbaros” como nudez, antropofagia, nomadismo e poligamia e adotar um estilo de vida católico e “civilizado”. Além de abandonarem condutas “radicais” e costumes “selvagens” e se transformarem em cristãos, os índios precisariam se converter em súditos e aliados do próprio Estado no projeto de colonização. Em troca, aos nativos foram prometidos certos “privilégios” como a não escravização, a posse efetiva das terras dos aldeamentos, títulos honoríficos, patentes militares e cargos de liderança para os que se destacassem entre seus pares nos relevantes serviços prestados a El Rei.

³⁵ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.700-715, 1897.

A implantação de aldeamentos sob o incentivo da Coroa remonta aos primórdios das minas, apesar dessa medida se intensificar com a crise da mineração, ou seja, a partir da segunda metade do século Dezoito. Os primeiros foram concebidos para garantir a defesa da população nas áreas remotas das estradas que davam acesso às minas, locais onde os índios foram empregados como defensores do território contra ataques de negros quilombolas, tribos “selvagens” e salteadores. Em 1714, Dom Brás Baltasar da Silveira comunicou ao rei a necessidade da criação de um aldeamento na Comarca do Rio das Velhas devido às constantes “incursões dos negros” que assolavam e roubavam nas estradas. Como os capitães do mato eram insuficientes, o ministro mandou fundar uma aldeia em lugar apropriado e armar os índios para combaterem as ditas incursões³⁶. Após cinco anos, Dom João, segundo relato citado por Resende (2003, p.303), sugeriu a “criação de uma aldeia do gentio doméstico em cada comarca” para se pôr “limite às insolências” praticadas pelos negros emboscados, pois, na opinião do monarca, somente “outros bárbaros” que viviam nos “matos” eram capazes de competir com os quilombolas.

Os índios foram arregimentados em aldeamentos para participar também de contingentes que rumavam em expedições militares contra nativos “não-aliados” dos portugueses ou tribos inimigas. Em 1748, numa passagem citada por Amantino (2006, p.198), o coronel Antonio Pires de Campos conseguiu obter autorização para estabelecer aldeias de índios *Bororos* em determinados trajetos da *picada de Goiás*, com o objetivo de servir de escudo contra os *Caiapós*, que entravavam o caminho para a capitania citada. De acordo com a instrução real, o coronel deveria fazer a diligência de modo que os *Bororos* andassem “sempre explorando as estradas, fazendo sortidas de umas partes para outras, especialmente pelas paragens em que o gentio *Caiapó*” costumava “insultar os viandantes e roceiros, a fim de intimidar e evitar as hostilidades desta tribo”.

De acordo com Resende (2003), apenas entre os rios Paranaíba e Grande, arredores da *picada de Goiás*, foram constituídas duas dezenas de aldeamentos por índios rivais àqueles do território que se objetivava conquistar. No leste da Capitania de Minas Gerais, a administração colonial procurou adotar essa estratégia para tentar domesticar os “ferozes” *Botocudos*, utilizando-se dos índios *Puris* e *Coroados*. Dizia o padre Francisco da Silva Campos, vigário da capela de São João Batista, que importava “muito arranjar não só o índio *Coroados*, mas também domesticar o

³⁶ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.20, p.182, 1924.

Puri”, que principiava “a mostrar-se propenso” ao trato português, e quando “seguros da sua amizade, senhores do seu terreno e ajudados da sua força”, então, poderiam “repulsar (senão domesticar) o índio *Botocudo*”, que de todos era o “mais feroz e antropófago³⁷”.

Os aldeamentos se tornaram espaços de apoio aos empreendimentos coloniais devido ao fornecimento de mão-de-obra. No *Diretório dos Índios da Capitania de Minas Gerais*, o padre Francisco da Silva Campos, comandante do distrito dos índios *Puris*, enfatizou a necessidade de se inspecionar e “mandar abrir, atalhar e consertar as estradas nas vertentes do rio da Pomba” e das povoações circunvizinhas (arraiais de Ponte Nova, Turvo, Barra dos Ferros, Tapera e Calambau) para facilitar “o trato, comunicação e introdução de povo para a nova colônia”, tendo em vista a omissão do conserto das estradas naqueles povoados³⁸. Para tanto, ordenou o emprego de mão-de-obra formada pelos *Puris* ou *Coroados*. Não foram poucos os caminhos, a exemplo das estradas dos rios Xopotó e Pomba, que interligavam essas duas áreas ao centro político-administrativo da capitania e ao caminho para o Rio de Janeiro, construídos com mão-de-obra indígena e que se tornaram fundamentais para o povoamento e ocupação dos sertões e para a implantação e o desenvolvimento de atividades comerciais e agropastoris.

No contexto de expansão da fronteira agropecuária, arregimentar indígenas pela prática do aldeamento era uma maneira de garantir o fornecimento de mão-de-obra barata para empreendimentos privados nas recém instaladas fazendas em áreas de população branca rarefeita, além de garantir a proteção dos novos colonos na dilatação dos limites econômicos da área agro-mineradora contra os ataques de índios considerados selvagens, principalmente *Puris* e *Botocudos* em se tratando do leste da capitania. De acordo com Amantino (2002, p.82), um dos mais importantes diretores dos índios de Minas Gerais, o capitão Guido Marlière, tinha a opinião de que dada a grande extensão territorial do país e à população rarefeita, as tentativas de povoamento e defesa de várias regiões só seriam solucionadas com a organização de “índios mansos em companhias e batalhões, capazes de pegar em armas”. Os oficiais de cada companhia seriam selecionados entre os próprios índios que formariam “excelentes tropas ligeiras, pouco dispendiosas em tempo de guerra, para defesa do país e dos matos impenetráveis”.

³⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.687, 1897.

³⁸ *Idem*, p.714.

As zonas de contato entre o sertão e a área agro-mineradora formavam espaços onde o domínio territorial se apresentava sobreposto, disputado entre os colonos que expandiam a fronteira agrícola e mineral e os índios que procuravam defender a posse das suas terras. Isso aconteceu em diversos povoados de freguesias posicionadas no limite das duas áreas como Itaverava, Guarapiranga, Furquim, Barra Longa e São Miguel, locais onde as incursões do “gentio” eram frequentes e causavam atritos com a população envolvida na dilatação da colonização. Em 1747, por exemplo, Carta Régia comunicava ao governador das Minas a petição dos moradores de Guarapiranga na qual expunham o grande dano que sofriam do “gentio bravo dos sertões vizinhos”. Os habitantes diziam que “por estarem de posse das melhores terras” era necessário entrar com bandeiras com o objetivo de conquistar os índios e descobrir ouro. Na carta, eles pediam permissão para escravizar os nativos apanhados em guerra e solicitavam que não se tirassem devassas nos casos de ocorrência de mortes entre os índios³⁹. Os moradores do distrito de Ponte Nova, freguesia do Furquim, também sofriam as incursões promovidas pelos nativos. No *Diretório dos Índios da Capitania de Minas Gerais*, o padre Francisco da Silva Campos relatou que “para livrar o miserável povo deste arraial das invasões” dos índios *Botocudos* foi determinada a abertura de uma pequena estrada por trás da serra de São Geraldo, partindo da povoação dos índios *Puris* até o distrito citado. O comandante ordenou que por esse caminho fossem armadas “patrulhas alternativamente”, chefiadas por um ou dois cabos “civilizados” e por uma esquadra de índios *Puris* domesticados⁴⁰.

Com o objetivo de proteger a população, as fazendas, os sítios e os povoados constituídos na fronteira leste, a administração colonial incentivou a implantação de aldeamentos no interior da própria floresta. A instalação de aldeias no sertão da Casa da Casca, alto vale do rio Doce, é um exemplo. Em função da crise da mineração a partir da segunda metade do Setecentos, a área passou a figurar como estratégica para o avanço da colonização portuguesa. A localidade era afamada pelos imaginários sobre a existência de veios auríferos de excelente pinta desde as primeiras bandeiras paulistas. Na opinião de alguns administradores coloniais, naquele sertão estava a saída para o estado de decadência em que se encontrava a capitania. Entretanto, conforme relato escrito por Bento Fernandes Furtado em 1750, transcrito no *código* Costa Matoso (1999, p.170), a área estava povoada por “bravos

³⁹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.22, p.85, 1928.

⁴⁰ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.714, 1897.

e orgulhosíssimos gentios”, os quais impediam “várias diligências” feitas por bandeirantes. Esse entrave só poderia ser resolvido com a redução e submissão dos índios. Por isso, em 1767, a Coroa ordenou a implantação de um grande aldeamento de *Cropós*, *Coroados* e *Puris* no distrito de Arrepiados, à época pertencente à freguesia de Furquim.

A bacia do rio Pomba, de modo semelhante, oferecia novas alternativas econômicas para a crise da mineração: era uma área favorável do ponto de vista geológico e topográfico para o avanço da fronteira agropecuária, com vários recursos ambientais disponíveis para exploração, e estratégica pelas potencialidades de navegação e comércio apresentadas entre os vales dos rios Pomba e Paraíba do Sul. Essa rota era vista como porta de saída mais rápida e eficiente para o Rio de Janeiro, quando comparada à do Caminho Novo, por apresentar menos entraves naturais, principalmente serras, já que o vale do Pomba é relativamente plano. Todavia, o aproveitamento desses atributos não era possível por causa da quantidade expressiva de índios existentes na área, o que motivou a metrópole a determinar em 1767 a instalação de um grande aldeamento na zona, o de *São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Coroados*. Essa redução foi de tal importância que desde o princípio da sua fundação recebeu o título de freguesia e um pároco colado: o vigário Manoel de Jesus Maria.

O pároco designado para a nova freguesia possuía diversas atribuições (religiosas, econômicas e militares) como a fundação da igreja, a promoção da catequese e “civilização” dos índios e a administração da mão-de-obra dos silvícolas nas obras privadas e públicas (combates de tribos inimigas, abertura de estradas e emprego nas lavouras). O sacerdote chegou a destacar a riqueza da área, mencionando os matos abundantes em óleos e madeiras de construção, os produtos medicinais como a poaia, as culturas de tabaco, algodão e café, a abundância de víveres e a presença de copiosos veios auríferos e jazidas de pedras preciosas. De acordo com Paiva (2009, p.228), o vigário asseverou que cabia aos índios a função de defesa e de garantia dos interesses do rei e dos novos colonos. Ao serem aldeados e arregimentados, o padre destacou que *Cropós* e *Croatos* representavam os “melhores marinheiros para navegação e defesa dos rios”, “milhares de soldados”

contra os extravios dos direitos régios e “a melhor guarda das Minas” contra as “nações ferozes dos *Puris* e *Botocudos*⁴¹”.

O governo provincial, no ano de 1827, solicitou um recenseamento dos principais aldeamentos existentes nos vales dos rios Pomba e Doce, apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Aldeias nos Vales dos Rios Pomba e Doce, 1827¹

Aldeamentos	Grupo Indígena	Total
Vale do Rio Pomba		
Pomba	Cropós	300
São João Batista	Coroados	700
Meia Pataca	Puris	400
Manoel Burgo	Puris	1.000
Vale do Rio Doce		
Santana de Abre Campo	Puris	800
Petersdorff	Botocudos	“São ambulantes”
Bananal Grande	Botocudos	“São ambulantes”
Cuieté	Botocudos	“São ambulantes”
Barra do Cuieté	Botocudos	“São ambulantes”
Lorena	Botocudos	“São ambulantes”
Laranjeiras	Naknenucks	“Imenso”
D. Manoel	Naknenucks	“Incógnito”
Rio de Santo Antônio	Naknenucks	“Indeterminado”
Ribeirão do Félix, Peçanha	Malalis	“Indeterminado”

Nota: ¹ O quadro está incompleto, pois há diversos aldeamentos não listados como os de Santa Rita, Ponte Nova, Rio Casca, Calambau etc.

Fontes:

Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v.11, p.312-316, 1907.

Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v.12, p.497-509, 1908.

Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v.17, p.426-431, 1913.

Os dados não são tão precisos, mas, ainda assim, é possível extrair deles algumas conclusões gerais. No vale do Pomba havia as aldeias de Manoel Burgo, Meia Pataca, São João Batista e Pomba, habitadas pelos índios *Puris*, *Cropós* e *Coroados*. Essas tribos, provavelmente, ofereceram menor resistência às políticas de redução implantadas pela administração colonial, pois a maioria se encontrava

⁴¹ Decorridos alguns anos da implantação da freguesia do Pomba, o vigário Manoel de Jesus Maria, com certo exagero, relatou que conservava os índios *Cropós* e *Croatos* em uma “continuada paz” para “utilidade dos interesses do rei e dos vassalos, de forma que qualquer pessoa caminhava pelos matos sem risco”. Em sua opinião, a área era estratégica para “acautelar o extravio”, apesar das concessões de sesmarias, e sugeriu a instalação de um registro e um destacamento na confluência do rio Pomba com o Paraíba. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.3, n.3-4, p.761-765, 1898.

sedentarizada. Muitos foram empregados como mão-de-obra nas nascentes fazendas. No vale do rio Doce foram arroladas as aldeias do Abre Campo, Petersdorff, Bananal, Cuieté, Barra, Lorena, Laranjeiras, D. Manoel, Santo Antônio e Peçanha. É provável que nessa área, os *Botocudos* e outras tribos ofereceram maior resistência à prática do aldeamento, inclusive evidenciada na dificuldade do dimensionamento dos nativos devido à adoção de termos como “ambulantes”, “imenso”, “incógnito” e “indeterminado”. Os indígenas do vale do rio Doce se organizaram e impuseram uma prolongada batalha ofensiva contra os colonos e a zona se tornou o último reduto da maior parte da população nativa nas Minas, o que motivou, desde o início do Oitocentos, a declaração de *guerra justa* aos silvícolas desse espaço.

Além dos aldeamentos (estruturas territoriais implantadas para redução da população nativa), a metrópole determinou a instalação de postos militares em locais estrategicamente situados no entorno leste da zona mineradora. Essas bases espaciais formavam uma espécie de cordão de isolamento das tribos indígenas refugiadas no vale do rio Doce e visavam garantir a proteção da população envolvida na extração do ouro e na dilatação da fronteira agropecuária. Segundo Eschwege (2002, p.67), elas foram denominadas de *presídios*, lugares onde se estabeleciam “as forças militares destinadas à defesa contra os índios, bem como à prevenção do contrabando”. Fundados tanto por bandeiras privadas quanto, principalmente, pela iniciativa estatal para reprimir os ataques dos índios *Puris* e *Botocudos*, que invadiam os povoados situados na borda das minas e expulsavam e matavam os colonos nas terras usurpadas da fronteira, os *presídios* eram postos avançados no interior da floresta para dar suporte militar à conquista.

O *presídio* fora concebido como estrutura militar de ataque defensivo cuja função básica era formar um anteparo entre a zona mineradora e a floresta habitada pelos indígenas no leste, arranjo espacial para viabilizar o controle gradual do território dos nativos. Um dos papéis dessa base militar está evidente na carta do governador de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, ao Visconde d’Anadia em 1807, quando aquele ministro destacou o seguinte: “propos levantar *presídios* indispensáveis para a defesa das vidas dos fazendeiros e roceiros expostos à sanha de tais e tão ferozes monstros”, os índios *Botocudos*. Após o estabelecimento dos *presídios*, o administrador considerou que o estrago feito pelos índios era menor, já que havia mandado implantar tal “corda”, “muito comprida”, para a “defesa dos habitantes” da capitania, com “intervalos de uns e outros *presídios*,

pelos quais, a salvo, os comandantes das estruturas militares “rompiam os inimigos do gênero humano”, enquanto atacavam os indígenas em outra parte⁴².

O quartel era guarnecido por uma tropa de soldados denominados *pedestres*, sem vínculo com o regimento regular, destacados, de forma compulsória, entre os povos considerados a “escória” da sociedade. Nas épocas de recrutamento, a população alvo, geralmente formada pelos “desocupados”, “desordeiros”, “vadios” e “vagabundos” das vilas, costumava fugir e se esconder no sertão por causa das diversas privações e perigos existentes nessas bases militares incrustadas no mato. Um dos governadores que colocou em prática a arregimentação de “desclassificados” para empregá-los nas frentes de conquista foi Dom Rodrigo José de Menezes. Em 1780, esse ministro mandou “prender os vadios” encontrados dispersos por toda a capitania para comporem a mão-de-obra responsável pela abertura de uma estrada de Vila Rica para o presídio do Cuieté. Eles foram incumbidos de tornar a área economicamente rentável por meio do cultivo de algodão e da exploração de veios auríferos e madeira. De acordo com o governador, “com pouca despesa” seria construída “aquela importante obra” do caminho, “purgando, ao mesmo tempo, os perturbadores da sociedade civil⁴³”.

Um dos primeiros presídios fundados, o do Cuieté, decorreu das diversas incursões dos índios *Botocudos* nas proximidades das freguesias de Furquim, Barra Longa e São Miguel, localizadas na borda leste da zona mineradora. Ainda na primeira metade do século Dezoito (1734), o Conde de Galveias encarregou o Coronel Mathias Barbosa da Silva de armar uma expedição oficial para entrar nas florestas dos sertões do rio Doce e explorar essa bacia. O rio foi percorrido em canoas e nas barras de alguns afluentes foram efetuadas pesquisas de recursos minerais, as quais sinalizaram a presença de ouro. Na opinião do Desembargador José João Teixeira Coelho, a exploração regular das serras e cabeceiras dos rios onde existiam riquezas, particularmente o do Cuieté, dependia da expulsão dos “índios bravos” que habitavam “aquele continente”. Houve, então, diligências com o intuito de estabelecer guardas militares nos arredores do rio citado para garantir tanto a defesa dos novos colonos que se dispusessem a se deslocar para aquele sertão para aproveitar os recursos minerais quanto dos povoados situados na borda da área agro-mineradora (PIMENTA, 1969)⁴⁴.

⁴² *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 11, p. 301, 1906.

⁴³ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 2, p. 311, 1897.

⁴⁴ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.3, p.60-61, 1898. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.8, p.487, 1903.

Outros presídios como os de Abre Campo, São João Batista, Arrepiados e Peçanha também foram implantados para conter as incursões, “assaltos” e mortes cometidas pelos indígenas. A localização espacial dessas bases militares evidencia o movimento de avanço e recuo da fronteira no leste das minas de ouro e alguns dos quartéis, de forma semelhante aos aldeamentos, se tornariam pequenos povoados. Muitos, por se encontrarem distantes das áreas “civilizadas”, cercados por serras, rios, mata fechada, índios “belicosos” e sezões, passaram ainda a serem utilizados como espaço para exílio de malfeitores. Era o caso do próprio Cuieté. Nos primeiros tempos da sua conquista, o isolamento, as precárias comunicações na estação chuvosa devido às enchentes do rio Doce e o “gentio” antropófago dificultavam a fuga dos criminosos, que dispunham de poucas alternativas de saídas, a não ser pelos rios em certas épocas. De acordo com um parecer da administração colonial, reproduzido em Resende (2003, p.307), “nenhum preso escapava sem ser comido pelo gentio *Botocudo*”. Mas, com o passar dos anos, os índios se tornaram “amigos” dos prisioneiros e eram os próprios nativos que guiavam os degredados.

Os postos militares ou presídios estavam localizados numa zona de contato entre mundos e concepções culturais distintas, de difícil acesso e povoamento branco rarefeito. Com frequência, eram destruídos pelos conflitos com índios. Fatores de ordem natural como o mato denso, carestia de víveres, abundância de chuvas, dificuldade na formação de roças, inundação dos rios e de terrenos férteis na época das cheias, sezões e doenças dificultavam a manutenção desses núcleos, seja em termos da estrutura fortificada ou do efetivo populacional. Abre Campo, por exemplo, foi fundado em 1734 por uma expedição chefiada por Matias Barbosa. Após sete anos, de acordo com Barbosa (1995), criou-se a freguesia de Santana e Senhora do Rosário da Casa da Casca, mas a paróquia não se manteve devido aos constantes ataques dos indígenas que, em determinado momento, arrasaram completamente as capelas de Santana e do Rosário pelo fogo. Apenas nas últimas décadas do século XVIII o arraial tomou novo impulso.

No sertão da Casa da Casca, o presídio de Arrepiados também encontrou dificuldades para se manter não apenas como estrutura militar, mas como povoado regular. Em 1781, o próprio governador D. Rodrigo José de Meneses se dirigiu ao distrito para conceder sesmarias e datas minerais. O ministro ordenou o recrutamento de “vadios” nas vilas para promover a abertura de picadas e a exploração dos matos com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento da povoação

e a exploração dos veios auríferos. Apesar das várias imagens criadas sobre a abundância e a qualidade do ouro naquele sertão, o metal encontrado não foi suficiente para manter o dinamismo e os moradores se dispersaram, reduzindo o povoado à mais completa decadência. Os limites à ocupação do distrito não foram determinados apenas pela exploração efêmera do ouro, rapidamente tornado escasso, mas, sobretudo, pela presença do indígena que, segundo o ministro Dom Rodrigo, deveria ser “domesticado” ou “afugentado”⁴⁵.

No presídio do Cuieté, os índios *Botocudos* não se intimidaram com a estrutura militar implantada, pois, passados mais de cinquenta anos após a fundação dessa base territorial (1796), uma representação dos oficiais da Câmara da Vila Nova da Rainha a D. Maria I, a seguir transcrita, ainda ressaltava os constantes danos provocados pelos nativos.

O gentio silvestre que a longos anos se continha nos confins do Cuieté, agora, atravessando sem medo o Rio Doce, tem cometido nos últimos habitantes do círculo deste Termo os mais horríveis e funestos estragos, por seus insultos feroz e antropófago, por cujo motivo muitos dos mesmos habitantes, fugindo à morte, têm lastimosamente desamparado as suas fazendas que constam de terras minerais e de culturas, não só em gravíssimo prejuízo àqueles, como do bem público, dos dízimos e reais quintos (AMANTINO, 2006, p.192).

Nos primeiros anos do século Dezenove, os conflitos dos índios com colonos ainda rendiam petições dos portugueses, que solicitavam socorro à administração metropolitana. Preocupado com os “insultos” cometidos pelos *Botocudos*, principal tribo responsável por “consideráveis estragos” entre os desbravadores da fronteira, o governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, para manter a barreira de defesa contra as “invasões”, ordenou a replantação de algumas estruturas militares anteriormente arrasadas em combates como o quartel do Prata e os presídios de Belém, Casca, Guanhães e Peçanha. De acordo com Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, este era o “único meio de preservar os portugueses das invasões de tão feroz inimigo e de fazer aproveitar quatrocentas ou mais fazendas desamparadas de seus donos”⁴⁶.

⁴⁵ *Arquivo Público Mineiro*, Seção Colonial, Códice 224, fl. 20.

⁴⁶ O governador ordenou também o estabelecimento de três destacamentos, guarnecidos com setenta homens “práticos e aptos para semelhante gênero de serviço”, “acostumados ao exercício e trabalho do mato e navegação”, os quais deveriam cruzar, “em patrulhas contínuas”, as margens dos rios Peixe e Casca e do ribeirão Belém. O ministro de El Rei destacou a conveniência da medida e a comparou à política adotada pelo Visconde de Barbacena quando este administrador ordenou o

Depreende-se, então, que a dilatação da fronteira agro-mineradora e a incorporação de terras indígenas foram marcadas por avanços e recuos, refletindo, consequentemente, o processo de resistência dos grupos nativos. Os aldeamentos e presídios configuraram-se como espaços de afirmação do domínio territorial português. Com base nos discursos ideológicos da “civilização” e da catequese e na imposição do poder militar procuraram viabilizar o “descimento” dos indígenas e a defesa da população e dos povoados situados no entorno das minas. Essas estruturas territoriais contribuíram para a realização do projeto de avanço da colonização e para a implantação do Estado, tanto por meio da cooptação e sujeição dos grupos indígenas quanto pelos ataques defensivos e ofensivos.

Sob forte coação, violência, escravização ou extermínio, muitos índios se inseriram no mundo colonial português, fornecendo mão-de-obra para empreendimentos “públicos” e privados e alistando-se em companhias militares para exercício das atividades de defesa. No entanto, a disputa pelo território fez da fronteira um espaço de variados tipos de subversão, embates interétnicos, rebeliões, resistência de aldeados, dispersão espacial dos nativos, conflitos com soldados dos presídios, com colonos etc. Apesar de toda opressão, os nativos, especialmente os índios *Puris* e *Botocudos*, não se intimidaram e sustentaram uma evidente resistência, tanto pela guerra quanto, em alguns casos, pelos meios judiciais⁴⁷.

No princípio do século Dezenove, a política de civilização (aldeamentos) e de ataque defensivo (presídios) exigia uma reorientação. Os governantes destacavam os resultados insuficientes e modestos: os presídios eram ineficientes para defesa dos povos e contenção dos ataques promovidos pelos silvícolas e os aldeamentos não conseguiam cumprir a função de civilizar os índios mais “selvagens”. Numa *Informação sobre a Capitania de Minas Gerais* (1805), Basílio Teixeira de Sá Vedra Freire relatou que na jurisdição citada ainda se encontrava “terreno incomensurável ocupado pelo gentio chamado *Botocudo*, o mais bravo do Brasil, particularmente nas margens do rio Doce”, reputado por ser “muito rico em ouro e fértil em todos os gêneros, aonde, caso se expulsasse o gentio, descortinasse o rio e fizesse as povoações capazes de resistir aos ataques”, o avanço da colonização traria uma nova fase de prosperidade para a capitania. O memorialista ainda considerou que

estabelecimento de seis presídios para “grande utilidade dos povos (RESENDE, 2003, p.91)”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.6, n.3/4, p.847-848, 1901.

⁴⁷ Ver, por exemplo, os trabalhos de Resende (2003), Malheiros (2008) e Paiva (2009).

com “pequena despesa, alguma proteção, privilégios e isenção temporária” de impostos aos povoadores, a área citada poderia produzir muita riqueza⁴⁸.

A vinda da família real para a Colônia em 1808 promoveu uma mudança na essência da política indigenista. Em Carta Régia endereçada ao governador da Capitania de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, Dom João relatou a continuidade das “graves queixas” sobre as invasões que diariamente praticavam os “índios *Botocudos* antropófagos” sobre as margens do rio Doce, devastando muitas fazendas, com grave prejuízo dos proprietários e da Real Coroa. O príncipe regente destacou que devido a “inutilidade de todos os meios” para reduzi-los à civilização através do aldeamento, resolveu, então, declarar uma “*guerra ofensiva*”, que só deveria terminar quando os portugueses tivessem a “felicidade de senhorear das habitações daqueles indígenas e de os capacitar da superioridade” das “Reais Armas”. Os nativos deveriam “viver em sociedade” para que pudessem se tornar “vassalos úteis”. Estava oficializada a permissão para escravizar e exterminar os índios que impusessem obstáculos à colonização no leste.

O príncipe Dom João ainda destacou a necessidade de se incentivar a navegação e a exploração do rio Doce e romper os empecilhos formados pelas cachoeiras e bancos de areia. Motivado possivelmente pela sugestão dada por Basílio Teixeira de Sá Vedra Freire em 1805, o príncipe decidiu conceder privilégios aos colonos dispostos a “povoar aqueles preciosos terrenos auríferos”: pelo prazo de seis anos, moratória aos devedores da Fazenda Real; e pelo prazo de dez anos, isenção no pagamento do dízimo e no comércio dos gêneros importados e exportados tanto para a Capitania das Minas quando para a do Espírito Santo pelo rio citado. Para garantir a defesa e a conservação da conquista, o regente ordenou a instalação de sete divisões militares no “terreno infestado pelos índios *Botocudos*” e nomeou comandantes, a cabo dos quais ficaria encarregada a “guerra ofensiva”. A esses diretores caberiam, entre outras funções, a proteção dos novos colonos e a atribuição de ordenar e coordenar a abertura e conservação de estradas para, por intermédio delas, avançar a conquista e estabelecer comunicações mais rápidas com os portos marítimos⁴⁹.

A política joanina de *guerra justa* e “limpeza” étnica nos vales dos rios Doce, Pomba, Mucuri e Jequitinhonha se insere no contexto da crise do Império Português. A área em foco era o último reduto de população “selvagem” na capitania, espaço

⁴⁸ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.676, 1897.

⁴⁹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.4, n.3-4, p.783-786, 1899.

não incorporado, desejado pela Coroa desde a crise da mineração devido às promessas para alavancar a economia da metrópole. Empregando justificativas pautadas na defesa da população portuguesa, frente aos assaltos e mortes praticadas pelos silvícolas, surgia como uma nova tentativa, agora declarada, de enfrentamento militar direto dos principais inimigos que ameaçavam o império e as políticas de colonização de áreas vistas como promissoras, mas marcadas pela alta densidade demográfica indígena. Rotas fluviais importantes, ainda não incorporadas como a do rio Doce, exigiam a submissão dos índios para se tornarem economicamente viáveis. Por essa via interpretativa, a nova política indigenista visava dar uma roupagem diferente, clara e evidente, a questões que sempre permearam os pensamentos dos administradores coloniais: a presença do indígena entravando a conquista do território e a expansão da fronteira econômica.

Na vila de Ouro Preto foi criada a *Junta de Conquista e Civilização dos Índios, Comércio e Navegação do Rio Doce*, a cabo da qual estariam as responsabilidades de fundar as sete divisões militares e escolher os meios mais adequados para implantar a *guerra justa*. De acordo com Aguiar (2007), a área de atuação de cada divisão militar ficou distribuída da seguinte forma: 1.^a, da foz do rio Piracicaba à barra do Suassuí Pequeno; 2.^a, rios Pomba, Muriaé e nascentes do Casca; 3.^a, rios Casca, Matipó e nascentes do Manhuaçu; 4.^a, rios Casca e Piracicaba; 5.^a, rios Suassuí Grande e Pequeno, rio Corrente, parte do rio Mucuri e média bacia do Doce; 6.^a, da cachoeira das Escadinhas ao rio Suassuí Pequeno; 7.^a, rio Jequitinhonha e afluentes. Entre 1800 e 1814, de acordo com a informação de Mata (2002), foram implantados 61 quartéis militares e 73 aldeamentos vinculados às sete divisões militares. No primeiro caso, por exemplo, se enquadravam os presídios do Vianna, morro do Óleo, Borba, Melgaço e Ourem, situados ao longo da estrada que ligava a capitania do Espírito Santo à de Minas Gerais. O objetivo desses quartéis era “obstar as invasões do gentio”, “proteger” os viandantes que transitavam pelo caminho e “animar os lavradores” a se estabelecerem naqueles “férteis terrenos”⁵⁰.

As divisões foram providas por aproximadamente 600 soldados. Entretanto, para a maioria dos homens pobres livres da capitania, fazer parte do contingente militar nas florestas do rio Doce era um emprego perigoso e rejeitado, pois significava colocar a própria vida em risco. Não foram poucos os casos de deserção de soldados encaminhados para a área, já que nesses postos avançados a

⁵⁰ Ofício de Antônio Dias Bicalho ao governador do Espírito Santo (1818). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.6, p. 474-488, 1844.

população estava submetida a uma série de privações, isolada num ambiente hostil de mata virgem, sujeita a epidemias de malária e varíola, a constantes ameaças de animais ferozes, de ataques e de emboscadas indígenas, a carências de ordem alimentícia, ao trabalho árduo de defesa, com pouca capacidade de se proteger frente ao isolamento, distância e vulnerabilidade dos quartéis. A concentração de atribuições civis e militares nas mãos dos comandantes das divisões, responsáveis pela distribuição das terras, assentamento dos novos colonos, repartição da mão-de-obra indígena nas fazendas e abertura de estradas, iria aprofundar o conflito nessa delicada fronteira devido ao predomínio do poder discricionário desses dirigentes que procuraram manter seus interesses em primeiro plano.

O resultado prático das medidas implantadas pela nova política indigenista joanina não correspondeu, de todo, às intenções desejadas pela Coroa. Em 1815, Eschwege (2002, p.77 e 81) dizia que “nem o território dos *Botocudos*” – que compreendia, à época, um distrito de 1.200 léguas quadradas – “fora conquistado, nem os indígenas curvaram-se sob o brando jugo da lei; nem se abriram estradas, nem foi incentivada a navegabilidade do rio Doce”. Aquela tribo ainda compunha uma das maiores nações de “povos selvagens”. E naquele contexto, “das tristes condições” em que viviam “os índios, do ódio e da desconfiança indelével” que nutriam “pelos portugueses”, o mineralogista alemão salientou que era possível “constatar que todas as providências pouco contribuíram para a civilização e o progresso” dos nativos, pois “a vil cobiça dos diretores fez com que fossem permitidos todos os meios para prejudicar os pobres índios”. Nos arredores do rio Xopotó, afluente do Pomba, os índios *Puris* ainda causavam estragos nas plantações por culpa dos próprios habitantes. Em contrapartida, nos vales dos rios Pomba e Paraíba se encontravam, quase civilizados, os *Coroados* e *Coropós*. O processo de redução dessas duas tribos por meio do aldeamento talvez seja um caso particular, pois a consolidação mercantil de freguesias como a de São Manoel foi impulsionada pelos importantes serviços prestados por esses nativos na derrubada da mata e na formação das primeiras fazendas de café⁵¹.

Com a instalação das engrenagens territoriais do Estado metropolitano e a organização do espaço das Minas, a capitania começou a apresentar alguns

⁵¹ O capitão Guido Marlière, em 1827, dizia que os trezentos *Coropós* aldeados no Pomba eram todos cultivadores e de “grandíssima utilidade aos fazendeiros”. Estes haviam entrado com “nenhum ou poucos escravos” e “com a ajuda dos próprios índios não deixaram de promover o degrau eminente de cultura e de comércio” em que se achava a freguesia. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.12, p.497-509, 1908.

espaços tipificados, categorias proto-regionais de percepção, elaboradas no universo mental dos viajantes, da população e das autoridades coloniais, definidas por fatores econômicos, naturais e políticos. As *minas* e seu perímetro de influência imediata constituíam a área dos primeiros descobertos auríferos, marcada pelo adensamento populacional e pela urbanização. Os *sertões*, continuamente deslocados, representavam espaços pouco conhecidos e de fraca presença de população não-mestiça. Os *currais* e os *campos*, localizados, respectivamente, nos vales dos rios São Francisco e Grande, compunham as zonas das antigas entradas e bandeiras, com produção agrária direcionada para o abastecimento da população das *minas* e, no segundo caso, da Corte. Os *matos*, situados nos vales dos rios Doce, Pomba, Mucuri, São Mateus e partes do Jequitinhonha e do Grande, referenciavam o espaço de domínio da floresta tropical e do indígena “selvagem”, área de expansão da fronteira agrícola. O estudo das principais características distintivas dessas primeiras bases proto-regionais constitui objeto do próximo e último capítulo.

6. VIAJANTES E HABITANTES NA PERCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS PROTO-REGIÕES DA CAPITANIA

O termo *região* deriva do verbo latim *regere*, que significa governar (CORRÊA, 1991, p.22). Historicamente, o conceito surgiu como referência a um recorte específico no contexto de grandes impérios, a fim de auxiliar políticas de ação, controle e administração de territórios sob a dependência de um domínio central. No entanto, o significado experimentou várias mudanças ao longo da trajetória de evolução do pensamento geográfico, advindas da influência de paradigmas como o positivismo, o materialismo histórico e dialético, as geografias humanista e cultural, a política etc. Tais matrizes teóricas e suas diversas acepções levaram à formação de múltiplas interpretações, algumas até mesmo contraditórias¹.

Um recorte regional está ligado à noção básica de *diferenciação de área*, em função da existência de alguma (s) característica (s) ou condição peculiar. Os geógrafos empregam o critério da *homogeneidade*, alicerçado na similaridade de aspectos do espaço para identificar uma área singular. É o caso da perspectiva naturalista da regionalização do século XIX, na qual a região natural apresenta-se como palco e resultado da articulação entre natureza (o ambiente físico) e ação humana. Todavia, com o desenvolvimento das redes urbanas no século XX, os estudiosos passaram a empregar o critério da *funcionalidade*, que define regiões a partir das relações existentes entre os lugares. Nessa concepção, cujo exemplo mais notável é o da perspectiva quantitativa das regiões urbano-industriais, áreas distintas são definidas a partir da heterogeneidade, determinada pela dimensão e articulação dos fluxos organizados a partir das relações de mercado e de trocas.

Nas últimas décadas, a discussão regional incorporou a reflexão política de base territorial e as análises passaram a focar os discursos sobre regionalismos. Essa perspectiva, influenciada pela geografia crítica, oferece um campo fecundo para elucidar as relações entre política e espaço. Entretanto, possui limites para compreensão do significado do recorte regional numa perspectiva histórica, tendo em vista o foco incisivo da abordagem no tempo presente e no modo de produção capitalista. Analisar uma área regional no passado implica necessariamente pensá-

¹ Na *geografia histórica*, a região é um dos principais conceitos por meio do qual operacionalizamos a relação entre as disciplinas “irmãs” (história e geografia): funciona como base de articulação, ponto de conexão espaço-temporal entre os discursos da localização (explicação sobre o porquê dos objetos se encontrarem em determinado lugar), do ambiente (elucidação de como os seres humanos se adaptam ao meio em que vivem e são adaptados) e da paisagem (compreensão acerca da forma dos lugares, suas causas históricas, características e consequências na estruturação espacial).

la de forma diferente em relação ao contexto atual pelos seguintes motivos: 1) nem todas as regiões são definidas pelo Estado; 2) o peso do mundo físico na influência ou determinação da temporalidade lenta e na conformação de paisagens regionais é relevante em vários casos; 3) e a economia no período pode não ser essencialmente *de mercado*, mas *com mercado*, limitando o emprego irrestrito do critério econômico na partição do espaço. É até desejável que adotemos determinados quadros espaciais do presente para buscar subsídios para compreensão daquela área, distinta, no plano histórico. Porém, ressalvas e cuidados são fundamentais para não causar reducionismos e anacronismos.

O pesquisador em geografia histórica precisa analisar os processos de formação, produção e percepção do espaço regional: recuar no tempo para estabelecer, com base no desvendamento das singularidades da dimensão espacial, os critérios que conformam, diferenciam e dão unidade à base territorial, mas também aqueles responsáveis pela sua mudança. A historicidade do recorte é dada pela ação de transformação do espaço e, particularmente, pela sua apreensão pelos habitantes. Uma região pode ser tanto uma construção mental, concreta, observável pelos seus habitantes a ponto deles identificarem genericamente os limites espaciais, quanto uma criação intelectual, demarcada pelo pesquisador segundo alguns critérios. Em ambos os casos, ela é dinâmica, pois está sujeita a transformações, muda historicamente a partir das práticas e ações humanas. Isso implica três cuidados importantes: 1) a região não é uma configuração estática; 2) não há um único recorte, mas múltiplos, tornando arriscada a tarefa de segmentar e apresentar uma área; 3) e o segmento recortado precisa dialogar com a totalidade do espaço, com o universo mais amplo.

No estudo da formação territorial da América Portuguesa, Moraes (2011, p.74) destacou que a expansão dos núcleos de povoamento difundiu a colonização no espaço, criando “economias” de extensão e características variadas, “enclaves que evoluíram para regiões”. Na Capitania de Minas Gerais, ao longo do século Dezoito e parte do Dezenove, *categorias tipificadas* de espaços foram sendo gestadas no universo mental dos habitantes, viajantes e autoridades coloniais, resultado da descoberta das minas, do avanço em direção a novas áreas, da especialização de algumas zonas em certas atividades produtivas, do quadro natural, do surto urbano etc. Por isso, a tarefa de recortar essa capitania requer a integração da diversidade natural (o campo e o mato), econômica (a agricultura e a pecuária, a mineração e o comércio, a hierarquia urbana) e social (o sertanejo e o

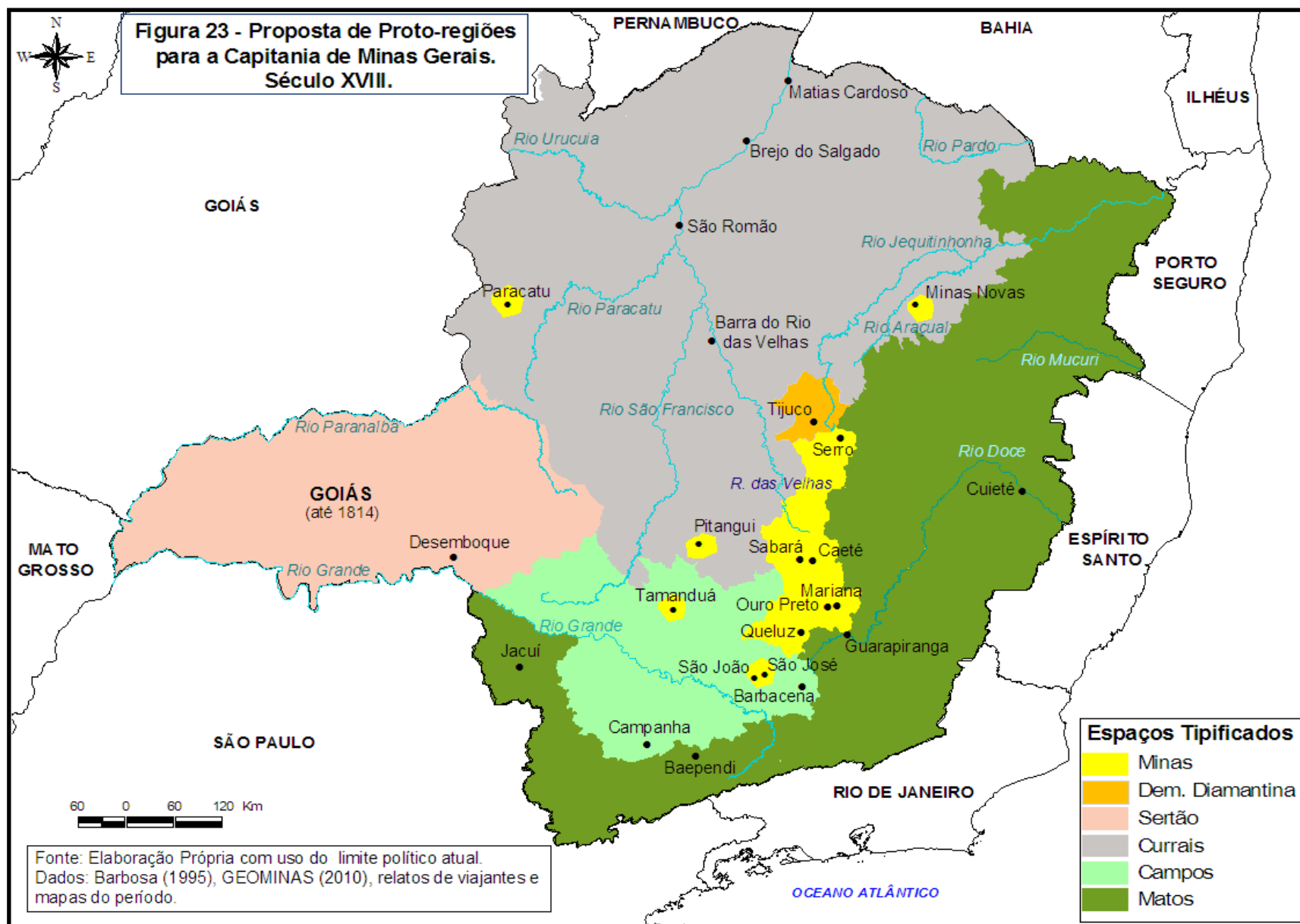
mineiro), pois, como dizia Torres (1994, p.26) *apud* Carrara (1996, p.40), “o palco da vida econômica mineira comportava muitos cenários, não apenas os vales sombrios rodeados por altas montanhas”.

Isso implica empregarmos dimensões superpostas de diferentes perspectivas de análise para identificação de áreas espaciais com características distintas. É com base nessa proposição que articulamos os relatos de viajantes e as memórias de moradores da capitania com mapas do período colonial, elementos da geografia física, a base político-administrativa atual, entre outros fatores, para elaborar uma proposta de recorte cartográfico da Capitania de Minas Gerais no século XVIII, apresentada na Figura 23². Essas *unidades proto-regionais*, formadas pelas *minas*, *currais*, *campos*, *matos* e *sertões*, elucidam a primeira diferenciação interna da jurisdição citada, ou seja, nos permite segmentá-la em *zonas* distintas.

A concepção de “*proto-região*” aqui empregada se aproxima da ideia de *áreas espaciais*, definidas como uma determinada extensão do espaço geográfico em formação e diferenciação precoce, com a predominância de algum atributo peculiar, responsável por fornecer o *critério chave* de distinção. Todavia, em alguns casos, a interpenetração de certas características ou a descontinuidade de algumas delas torna um desafio a apresentação cartográfica do recorte espacial com precisão dos limites. Por esses e outros motivos, algumas das *categorias tipificadas* ou *áreas espaciais* apresentadas são marcadas por limitações e generalizações.

As diferenças na delimitação das primeiras bases proto-regionais da capitania são dadas por elementos do meio natural: antes da descoberta do ouro toda a área palmilhada pelas bandeiras estava sob o peso exercido pela hidrografia, relevo, vegetação e tribos indígenas, no último caso, explicando a designação daquele espaço como “Minas dos *Cataguases*”. Desde as entradas baianas e bandeiras paulistas, no imaginário social o *sertão* aparece como primeira categoria. Após a descoberta do ouro, com a ocupação das áreas de mineração e o impacto das transformações exercidas pelas forças econômicas, políticas e sociais (migração e adensamento de população, instalação de aparelhos administrativos e implantação e diversificação de atividades urbanas), há um deslocamento espacial daquela área, que deixa de representar a zona mineral e continua a referenciar espaços não ocupados, de escassa presença de população não-indígena.

² Infelizmente, pesquisas que estudam a formação das primeiras bases proto-regionais da capitania são escassas, tanto na historiografia quanto na geografia. No primeiro caso, destacam-se as publicações de Godoy (1996), na perspectiva da homogeneidade (*caracterização produtiva*), e a de Cunha, Simões e Paula (2008), na vertente da funcionalidade (*relações de interdependência*).



Da oposição entre áreas conhecidas e desconhecidas surge, então, a primeira distinção interna entre um espaço apropriado, as “minas”, e um imaginado, os “sertões”, deslocado, que começava nos arredores dos núcleos mineradores e se estendia até a divisa com as Capitanias da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo (posteriormente Goiás e Mato Grosso). “Sertões” e “Minas” foram as duas primeiras categorias espaciais, de oposição civilizacional, tão presentes no universo mental dos habitantes que marcariam intensamente as representações e percepções sobre o território mineiro ao longo de todo o século XVIII e parte do XIX. Esses dois conjuntos se tornaram tão importantes a ponto de regularem o tamanho das concessões de sesmarias na capitania: meia légua em quadra nas terras onde houvesse *minas* e três nos *sertões* (CARRARA, 1996).

A influência dos quadros naturais e o movimento de ocupação de outras áreas delinearam o aparecimento de novas categorias espaciais: os *currais*, os *campos* e os *matos*, em algumas partes subpostas à zona das *minas*. Aqueles conjuntos estão vinculados à oposição das diferenças apresentadas pelo meio físico e foram gestados ainda como resultado do trânsito pelos principais caminhos, das atividades produtivas de destaque e das relações de dependência, criadas em função da necessidade de abastecimento dos moradores das minas e dos que percorriam os caminhos de acesso a elas. Os *currais*, no vale do São Francisco, estendendo-se até os “confins” da Bahia, representavam áreas relativamente planas, de cerrado e caatinga, de ocupação antiga, destinadas à criação de gado, mercadoria direcionada para o abastecimento da população das *minas* após a descoberta e “corrida” do ouro.

Os *campos*, no vale do rio Grande, Comarca do Rio das Mortes, eram cortados pelo antigo caminho paulista do sertão, com altitudes elevadas e atividade agropecuária dedicada ao abastecimento dos caminhantes e da população das *minas*, posteriormente, com vínculos com o abastecimento da Corte. Da oposição com os *campos*, os habitantes e viajantes construíram a imagem dos *matos*, localizados no leste da capitania, cortados ao sul pelo Caminho Novo e limitados com aqueles pelo cume da serra da Mantiqueira, a chamada “borda do campo”. A área do *mato* abarcava uma extensão indefinida das Comarcas de Vila Rica, Serro Frio e Rio das Mortes, marcada pela presença de densas florestas virgens, população indígena “belicosa”, lavras de ouro difusas e fronteira agropecuária em expansão cuja ocupação mais intensa se consolidaria no século XIX.

O foco deste capítulo consiste na análise dos elementos ou diferenciais internos capazes de conferirem uma identidade às primeiras *categorias espaciais* da capitania. Investigar as características dessas conformações proto-regionais é mais importante do que a apresentação propriamente dita de um recorte do espaço para cada unidade “regional”, com fronteiras precisamente estabelecidas em determinado momento. Isso é praticamente impossível, dada a sobreposição e a evolução contínua dos limites, bem como as intensas mudanças internas na capitania. O recorte cartográfico anteriormente apresentado é, portanto, generalista e só tem sentido se compreendido enquanto dinâmico (mutável), marcado pela modificação contínua dos contornos, resultado da condição itinerante de atividades como agropecuária e mineração, da própria migração da população e do deslocamento e ocupação dos sertões.

A proposta de segmentação da capitania não se vincula à perspectiva da heterogeneidade, mas à da homogeneidade, considerando que procuramos investigar nos quadros espaciais destacados a ocorrência de um conjunto particular de atributos ou a presença de um aspecto em especial. Estudar a formação dos primeiros espaços proto-regionais da capitania do ouro é de fundamental importância para compreensão das bases fronteiriças e regionais do futuro estado e pode, inclusive, oferecer subsídios para a explicação do seu regionalismo precoce e da diversidade sócio-econômica apresentada no contexto atual. Já dizia o poeta Guimarães Rosa (1978, p.43) que “Minas Gerais é muitas”. Quiçá as explicações iniciais para a gênese dessa diversidade não se encontrem na história da constituição das suas “proto-regiões” ¹!

6.1. As minas e os aglomerados urbanos

No sertão da Capitania do Rio de Janeiro, após a descoberta do ouro, a área onde foram encontradas as primeiras lavras do metal passou a ser designada por alguns termos: “Minas”, “Minas dos Cataguases”, “Minas Gerais dos Cataguases”,

¹ Até por volta da década de 1930 não havia uma força “unificadora” capaz de integrar o território mineiro num conjunto. O que se configurava era um agrupamento de várias regiões que mantinham relações muito mais com unidades federais de sua vizinhança do que propriamente com a unidade política à qual estava vinculada administrativamente, dando ao estado uma “longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos”. Daí a noção de “mosaico mineiro”, formulada por Wirth (1982, p.41). Os acentuados vínculos atuais das regiões mineiras com outros estados, como entre o Sul e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba com São Paulo, da Zona da Mata com o Rio de Janeiro, do Norte com a Bahia e do Noroeste com Brasília ainda marcam o desenvolvimento econômico diferenciado do estado.

“Minas Gerais”, “Minas do Ouro” etc. A escrita com iniciais maiúsculas assinalava o lugar, enquanto a com iniciais minúsculas designava as jazidas minerais. Na documentação colonial, referências às “minas” ou “Minas” são abundantes, dado o significado e a importância da palavra, mas, às “gerais” são escassas². A importância das duas terminologias foi de tal ordem que a sua utilização conjunta foi ganhando força, tanto entre os moradores quanto entre as autoridades coloniais, a ponto de se generalizar e ser oficialmente empregada nas cartas régias a partir de 1732, conforme destacou Barbosa (1995, p.203-204). O significado do termo *minas* não é causa de controversa como o da nomenclatura *gerais*, que possuiu fontes raras, algumas inclusive ambíguas.

Há, pelo menos, duas hipóteses explicativas para a segunda palavra. Na primeira suposição, as “gerais” são alusão ao conjunto de várias minas, posteriormente descobertas nos vales de outros cursos d’água (o das Velhas, por exemplo), pois nos dos rios Paraopeba, Gualaxo, Piranga e Carmo, locais dos primeiros achados, as “minas” foram designadas como dos “Cataguases”. No *códice* Matoso (1999, p.277 e 281), José Álvares de Oliveira relatou em 1750 que a expressão “Minas Gerais” adveio da “extensão das [minas] que depois foram sendo descobertas”. O autor ainda destacou que após o conflito entre paulistas e emboabas no capão da Traição (vale do rio das Mortes) “determinou o dito Francisco do Amaral Gurgel retirar-se e, com efeito, se pôs em marcha *de volta destas minas* [mais antigas] *para as gerais*” [mais modernas].

Saint-Hilaire (1975a, p.45) expressou opinião semelhante ao enfatizar que o termo foi uma denominação inicialmente dada à área correspondente a uma “longa sequência de minas”. Vasconcelos (1904, p.59) foi mais claro ao lembrar que as *minas*, “chamadas Cataguases ao princípio de seu descobrimento e, depois, estendendo-se” “em muitos lugares, mas no mesmo sertão, vieram a ficar conhecidas como *Gerais*”. Então, as chamadas *Minas dos Cataguases* designavam o espaço dos primeiros descobertos, geograficamente limitados entre a serra de São José (atual Tiradentes) e a borda extremo-sul do Espinhaço (hoje Santa Bárbara).

² A primeira referência ao termo “*gerais*” apareceu no *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brasil*, cartografia do princípio do Setecentos, já citada neste trabalho (Figura 15, p.135). O autor, anônimo, grafou a expressão nas proximidades do primeiro afluente da margem direita do rio das Velhas, arredores das Minas de Sabarabuçu.

Com a pulverização dos achados auríferos, todo o espaço de ocorrência de jazidas minerais na capitania ficou conhecido como *Minas Gerais*³.

Na segunda suposição, os “gerais” são uma analogia aos *campos* existentes nos sertões das Capitanias do Rio de Janeiro e Bahia, como os do atual sul de Minas e os do vale do rio São Francisco. No final de 1690, por exemplo, o padre João de Faria relatou que na estrada geral do sertão, após transpor o monte da Mantiqueira, “ficava o serro da Boa Vista”, localizado no vale do rio Grande, “donde começavam os *campos gerais* até confinar com os da Bahia”. Em 1705, quando o desembargador José Vaz Pinto foi expulso das minas, disse um autor anônimo no *código* Matoso (1999, p.222) que o ministro “deixou os seus poderes de superintendente sobre todo o distrito do Sabará a Manuel de Borba e, na parte das *gerais*, na paragem chamada Cachoeira [do Campo], a Baltasar de Godói”.

Na época da guerra dos *Emboabas*, segundo José Joaquim da Rocha (1995, p.86), os forasteiros “saíram do Sabará e Caeté para as *gerais*, até a Cachoeira, denominada do Campo”, área de vegetação e relevo muito semelhantes às campinas do sul e do vale do São Francisco, mas distinta da dos afloramentos rochosos das *minas* e da zona florestal a leste. O próprio Conde de Assumar destacou que a localidade da Cachoeira era formada por “campões mais limpos de matos e terreno menos fragoso”. Essa via interpretativa nos leva a considerar que o termo *Minas Gerais* surgiu como resultado da junção das *minas*, alusivas às jazidas de ouro descobertas na parte central, com os *campos*, comuns especialmente na parte sul e norte da capitania⁴.

³ Em 1751, quando a região mineradora da Colônia havia se alargado consideravelmente e incorporado os descobertos de Paracatu, Minas Novas, Goiás e Mato Grosso, o termo *Minas* também expandiu a sua escala e nomeou este vasto território. Numa transcrição no *código* Matoso (1999, p.586), que aborda a desigualdade na aplicação da lei da derrama sobre as diferentes zonas mineradoras, há passagens que buscam fazer a diferenciação entre o que seriam as *Minas remotas* - Bahia, Mato Grosso e Goiás - e as da região central da principal capitania do ouro, denominadas *Gerais*. No documento está explícito que a derrama “ainda se fará mais sensível aos mineiros das *Gerais* quando virem que aos das *outras minas* [as remotas] não impõe a lei que toca, digo, a lei cota certa nem derrama, donde necessariamente há de resultar grande desconsolação nos das *Gerais*, que justamente entenderão não serem menos merecedores que os outros do favor de Vossa Majestade (GOMES, 1999)”. Pizarro (1909, p.619) também destacou comparação semelhante ao enfatizar que o “ouro do continente de Paracatu” era considerado de “toque assaz inferior ao das *Gerais*”, ou seja, em relação ao metal da antiga área central das Minas.

⁴ A *Carta que Representa a Parte Meridional do Brasil*, de Santini e Remondini (1776-1784), corrobora a segunda suposição. Nela, figura na margem direita do Rio São Francisco a seguinte expressão: *campos gerais ou planos muito extensos*. Essa cartografia nos leva a interpretar que o termo *gerais* constitui uma referência às áreas de *campos*, neste caso, situadas no baixo e médio vale do São Francisco, já que não era comum nesse espaço a ocorrência de metais (minas). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.5, p.284, 1901. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.5, n.1-2, p.226, 1900. Mapa disponível em: <<http://www.swaen.com/>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

A área das *minas* abarcava um conjunto interrupto de espaços caracterizados pela ocorrência de recursos minerais (ouro e diamantes) e pelo rápido adensamento demográfico em acampamentos de aventureiros, fatores responsáveis pela formação de importantes arraiais, processo, até então, inédito na história da colonização da América portuguesa. O recorte formado por esses núcleos urbanos, para onde, pelo menos no momento inicial, convergiam os migrantes e as principais rotas de comércio, representa o primeiro espaço produzido pelo critério econômico no começo das minas e, a despeito da existência de algumas diferenças da paisagem natural, tal demarcação, mais esquemática, sinaliza, pela presença de características peculiares, a primeira perspectiva de uma proto-regionalização dentro do *sertão* da futura capitania do ouro.

A descontinuidade era uma das marcas desse espaço, que se sobrepunha a outras unidades, consequência da relativa dispersão das lavras de ouro. Os povoados de São João, São José Del Rei e Tamanduá, por exemplo, se situavam nos *campos* do sul, propícios à atividade agropecuária. Os núcleos urbanos de Mariana, Ouro Preto, Sabará e Caeté se localizavam na zona central, lócus das primeiras descobertas do metal, com a paisagem assinalada pelos morros escarpados da serra do Espinhaço, atributo que se estendia ao arraial do Tijuco, povoado que surgiu após o encontro de diamantes. Os distritos de Pitangui e Paracatu estavam situados nos *currais*, apesar da importância expressiva da mineração, e os arraiais da Vila do Príncipe e de Minas Novas, com economia semelhante, na borda dos *matos*. Dada a grande distância da área das *minas* centrais, os povoados de Paracatu e Minas Novas não passavam de enclaves urbanos.

No contexto da primeira metade do século Dezoito, o urbano precede o rural e se conforma a partir das determinações e características da economia do ouro e suas atividades correlatas, com impactos significativos na criação e na estruturação do espaço agrário. A “região” *mineradora* é a mais importante no período em foco, centralizada pelas vilas do ouro e por alguns aglomerados populacionais de menor expressividade, acrescida pelo importante Distrito Diamantino, com sede no Tijuco. A zona mineral da capitania possuía articulações diretas com o Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia pelos principais caminhos existentes. Os outros espaços conformavam áreas a ela vinculadas, de parco povoamento de população não-indígena e predominância de atividades econômicas distintas, mas com atributos peculiares, ou apenas desconhecidas, qualificadas como *sertões*.

Os núcleos populacionais mantinham um entorno de influência imediata, desempenhando a função de pontos de polarização (centralidade) na atração e difusão de pessoas, ideias e mercadorias, lugares privilegiados da oferta de bens e serviços. As primeiras habitações nas minas eram precárias, simples ranchos cobertos de capim, de quatro esteios de paus roliços, com as paredes edificadas a partir das técnicas de pau-a-pique ou taipa-de-pilão. Na época de elevação dos três primeiros arraiais à categoria de vilas (1711), os distritos de Ribeirão do Carmo, Ouro Preto e Sabará estavam longe de constituírem *aglomerados urbanos*. Em 1717, quatro anos após a fundação da vila de São João Del Rei, um autor anônimo relatou que o distrito era um dos “piores”, “por ter quase todas as casas de palha, muito separadas”, próximas às lavras de ouro, e uma irregularidade decorrente da itinerância da mineração que não sucederia se os moradores construíssem suas residências em um plano, onde não havia ouro⁵.

Figura 24 - Vista de Sabará, século XIX



Autor: Jules Alexandre Monthelier (1804-1883).

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

⁵ O núcleo populacional mais importante era a vila de Ouro Preto, nas palavras de um autor anônimo, que escreveu em 1717, “uma das [vilas] de maior comércio das Minas” porque funcionava como “uma barra de todas” as outras povoações, onde “continuamente entravam carregações do Rio de Janeiro e da cidade de São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v.3, p.313-316, 1939.

A capela ocupava o centro ou um lugar de destaque no núcleo urbano. Em vários distritos, conforme destacou Mata (2002), a tríade capela-patrimônio-arraial explica a formação da incipiente rede urbana mineira, pois, na maioria das vezes, o núcleo populacional crescia dentro do patrimônio da capela e a ereção de uma ermida com a respectiva constituição do seu patrimônio favorecia a fixação da população e o crescimento das habitações no entorno do templo religioso. Era como se a rede eclesiástica, ligada ao próprio Estado, precedesse e determinasse a civil, tendo em vista que a institucionalização dos povoados dependia da oficialização da ermida. A partir do centro erguiam-se as principais construções, surgia um lugar público e se delineava, progressivamente, o traçado original das primeiras ruas.

O reconhecimento do templo religioso ocorria com sua elevação ao título de *capela curada*. Isso significava a ascensão daquele *sertão* à condição de espaço reconhecido pela igreja, simbolizando a inclusão da área ao governo colonial, às *minas* (no caso de núcleo urbano minerador), garantindo a visita periódica de um pároco, chamado *cura*. A subsequente promoção, à condição de “Freguesia”, permitia o acesso dos habitantes aos sacramentos do batismo e casamento, o amparo dos enfermos, os registros de nascimento, matrimônio e óbito, além de outras implicações religiosas e civis. A elite local, com o intuito de convencer os bispos acerca da necessidade de ereção da capela, procurou justificar sempre o isolamento geográfico à qual os moradores estavam submetidos, assim como as dificuldades e perigos enfrentados nas viagens até as paróquias mais próximas⁶. O topônimo recebido pelo arraial poderia referenciar um nome do calendário cristão, atributo geográfico de destaque, acontecimento histórico, nome de uma propriedade ou do seu proprietário, entre outros aspectos.

Das primeiras capelas rústicas e precárias habitações dos mineradores, construídas para durar tão pouco por causa da condição itinerante da mineração, passou-se, num segundo momento (final da primeira metade do século XVIII) a erigir construções estáveis, sinal evidente de fixação da população nos arraiais. Nas técnicas construtivas passou-se a empregar o adobe (tijolos de terra crua, água e palha) e a cantaria (pedra talhada), com reforços de madeiramento e cobertura de

⁶ Caso exemplar refere-se ao dos moradores das cabeceiras do ribeirão Brejaúba, na serra do Melo (Mantiqueira), zona não mineradora, onde surgiria a futura cidade de Senhora dos Remédios. Em 1764, alguns habitantes justificaram que a matriz da Borda do Campo distava da localidade cerca de sete léguas e a capela mais próxima, a da Ressaca, estava a cinco léguas. Esse era o motivo pelo qual poucos “ouviam” missa mais do que de ano em ano, padecendo uma “total falta de pasto espiritual pela distância referida”, com evidente perigo de morrerem sem alguns sacramentos. Os suplicantes então solicitaram permissão para erigir uma capela no “pé” da fazenda de Manoel Sousa Barbosa, que já havia consentido e estava “pronto para fazer o patrimônio (MATA, 2002, p.210)”.

telhas. Muitas residências, anteriormente simples casas térreas de chão batido, deram lugar a imponentes sobrados, com janelas envidraçadas, dois andares e tetos forrados com esteiras de taquara. Os pavimentos térreos, quando não utilizados como vendas, serviam para a acomodação de escravos e animais. Os principais núcleos urbanos da mineração, aos poucos, se tornavam mais do que simples espaços de produção mineral: representavam a primeira manifestação da modernidade na Colônia, pois aí se manifestou uma cultura local vigorosa, expressa nas artes, na arquitetura pública e civil, na música, nos movimentos literários, na imprensa e na organização política.

O distrito Diamantino constituía uma sub-espço dentro das *minas*. A excepcionalidade desse recorte residia na peculiaridade advinda da ocorrência de diamantes e no vínculo direto com a administração colonial em Lisboa, o que garantia a independência da Intendência em relação ao Ouvidor da Comarca do Serro Frio e ao próprio governador da capitania. A notícia oficial da descoberta das pedras foi tornada pública em 1729. Após cinco anos, como medida de controle, a metrópole determinou a delimitação da área onde ocorriam os achados, denominando-a *Demarcação Diamantina*. A zona formava uma poligonal ao redor do Tijuco e incluía ainda os povoados de Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro, com extensão diametral variando de 7 a 12 léguas, sujeita a mudanças caso se descobrisse jazidas em novas áreas. Os minerais eram explorados no rio Jequitinhonha e em alguns afluentes. A sede da Comarca do Serro era a vila do Príncipe, contudo, dada a excepcionalidade da demarcação, a residência da Intendência e da Extração Régia se encontrava no Tijuco⁷.

A paisagem natural da zona diamantífera se assemelhava à das *minas*. O clima era um pouco mais seco, mas várias características as aproximavam: solo arenoso e terreno ferrenho, cobertos por pedregulho, matas baixas, serras escalvadas, picos desiguais, revestidos de vegetação rasteira e de musgos, e temperatura fria, “batida” por ventos frigidíssimos, daí até o nome *Serro do Frio*. Mesmo com essas condições limitantes, as minas de diamantes alimentavam a

⁷ Os distritos de Indaiá e Abaeté, localizados no *sertão da Farinha Podre*, eram também conhecidos pela presença de diamantes. Porém, havia duas diferenças básicas entre essa área e a Demarcação Diamantina. Naquela, a extração era muito mais incerta porque encontravam-se “areias inteiramente isentas”, o que não acontecia no Serro do Frio onde se conhecia, com segurança, a quantidade determinada de diamantes que uma porção de terra seria capaz de fornecer. Outro aspecto era o fato de que enquanto os diamantes do Serro Frio se distinguiam pela beleza, os de Indaiá e do Abaeté se destacavam pelo tamanho (FREIREYSS, 1906, p.190).

imaginação dos mineiros e a área vivia cercada de mitos e lendas. Poucos anos após a divulgação oficial do descobrimento das pedras, o arraial do Tijuco ostentava uma rápida prosperidade, a ponto de ameaçar a extração de ouro na parte central das *minas*, o abastecimento de gêneros e as rendas dos quintos. Entretanto, a maioria dos habitantes da capitania não sabia a exata localização das riquezas diamantíferas. De acordo com um documento citado por Furtado (2006, p.190), a viagem até a demarcação era demorada e “tudo era feroz e contrário à penetração humana naquelas terras misteriosas e sinistras”.

O intenso afluxo demográfico, o crescimento urbano, a demanda por produtos importados, a expansão das atividades comercial e de serviços, da manufatura e da classe média contribuíram para formar nas *minas* uma economia urbano-regional hierarquizada e articulada, com impactos significativos na organização territorial da Colônia. A área central da capitania deixou de ser um *sertão* e influenciou a formação de um conjunto de sub-espacos, se não integrados pelo menos interdependentes. A importância das *minas* pode ser avaliada não apenas pela sua capacidade de promover a constituição de um mercado interno na capitania, com articulações intra e inter-regionais, mas por desencadear impactos significativos na própria articulação econômica da Colônia. Entretanto, a partir da segunda metade do Setecentos, a zona mineradora passou por reconfigurações em suas características básicas, particularmente no que diz respeito à proeminência regional e à intensidade da polaridade dos principais centros urbanos, resultado da queda na exploração do metal e do crescimento em importância do espaço rural de outras zonas. Uma nova conformação sócio-econômica se encontrava em gestação na capitania, sobretudo nas áreas dos *campos* e dos *matos*, determinada pela ampliação da atividade agropecuária mercantilizada.

O antigo núcleo central minerador não sofreu um processo total de decadência, pois a estrutura do sistema de cidades, segundo Rodarte (1999), conseguiu capitalizar a riqueza gerada em outras regiões e manter parte da polaridade outrora existente, pelo menos até a primeira metade do século Dezenove. Houve, entretanto, uma perda na intensidade da polaridade regional dos distritos centrais, decorrente da crise de extração do ouro e do destaque progressivo de novos centros populacionais situados na Comarca do Rio das Mortes, oriundos das articulações crescentes com um espaço rural mercantilizado e diversificado. Nesse contexto distinto, o rearranjo do espaço em Minas foi resultado das novas relações tecidas entre o rural e o urbano, com aquele produzindo este, em sentido oposto à

produção do rural pelo urbano no momento inicial e durante o auge da mineração. O impacto econômico das novas atividades produtivas e a contínua expansão e consolidação da fronteira agropecuária até promoveram a constituição de alguns núcleos urbanos, mas eles eram marcados pela fraca divisão sócio-espacial do trabalho e possuíam características muito diversas dos primeiros distritos das *minas*, pois cumpriam a função de entrepostos comerciais, empórios e centros de serviços.

Os viajantes visitaram muitos arraiais e vilas nas *minas* durante a primeira metade do século XIX, época de redução da exploração mineral, e a imagem que eles registraram desses núcleos está associada a uma *paisagem em decadência*. De acordo com Matos (2012, p.49), eles vinham sempre com a expectativa de encontrar “sinais de grandiosidade nas cidades do ouro e ao constatarem que o ‘boom’ da mineração já tinha passado, a frustração levava-os a carregar nas tintas sombrias de suas descrições”. Ademais, o parâmetro comparativo dos naturalistas se vinculava ao modelo de aldeia ou pequena cidade européia. Eles registraram que alguns distritos apresentavam apenas alguns vestígios da fase de opulência: as casas estavam velhas e mal cuidadas, os jardins abandonados, os córregos lamacentos, as ruas escuras, os terrenos nos arredores dos distritos esburacados, sem vegetação e com amontoados de cascalho revolvido. A paisagem aparentava um ar de tristeza e melancolia, de *declínio* ou de *estagnação*, e poucos indícios, a exemplo de algumas construções públicas e edificações religiosas, lembravam o passado rico e glorioso.

O francês Saint-Hilaire (1975a, p.89) escreveu que um “grande número de povoações da região aurífera”, outrora “ricas e prósperas”, foi edificada com “muito mais esmero” do que a maioria das que se viam na França e na Alemanha. Contudo, naquela ocasião (1816), “não apresentavam, como toda a zona circunjacente, senão o espetáculo do abandono e da decadência”. O naturalista Freireyss (1906, p.174), por volta de 1814, visitou a capital Vila Rica. Ele destacou que o núcleo urbano “não merecia mais esse nome”. O viajante, de modo semelhante a Saint-Hilaire, observou mais as condições desfavoráveis do assento urbano, rodeado entre morros, do que a sua “decadência”, apoiando-se nos aspectos geográficos do terreno que, por ser “um lugar muito montanhoso, onde cada um edificava onde queria”, se tornava “o mais irregular possível”. Apenas o palácio e algumas igrejas causaram-lhe grande admiração.

Os novos aglomerados urbanos, localizados na Comarca do Rio das Mortes, apresentavam acentuado incremento populacional e expansão da agropecuária

mercantil no espaço rural. Eles possuíam uma característica muito distinta daqueles antigos e opulentos distritos mineradores, descrita nas várias viagens efetuadas por Saint-Hilaire (2002, p.212): consistia na “escassez de população permanente”. A maioria das casas daqueles arraiais visitados pelo naturalista citado pertencia a agricultores, que nelas permaneciam somente aos domingos e feriados para assistirem às solenidades religiosas, “conservando-as fechadas durante os demais dias do ano”, ou seja, passando o resto do tempo em suas fazendas. Alguns distritos até apresentavam lojas regularmente sortidas, vendas e farmácia, mas eram habitados durante a semana apenas por operários, artesãos, comerciantes e prostitutas.

A característica anteriormente destacada se estendia a praticamente quase todos os arraiais da província de Minas segundo o depoimento do viajante francês. Esse padrão relativiza a noção de decadência da capitania no contexto da importância assumida pela sociedade rural após a crise da exploração do ouro. Nessa fase, o espaço agrário, elemento dinamizador principal, não mais se posicionava como complementar e interdependente a uma economia urbana, a exemplo do que acontecera no princípio e no apogeu da mineração, pois ele é que gerava pequenos núcleos urbanos nas áreas mais prósperas dos *campos*. A presença de arraiais não era, portanto, uma característica exclusiva das *minas*, em que pese o fato de nos *campos* os distritos não alcançarem o posto de destaque e a proeminência ostentada por aqueles da antiga área da mineração⁸.

O viajante Saint-Hilaire (1975, p. 61-62) se surpreendeu com a vila de Barbacena. Embora tenha julgado que o arraial não apresentasse “mais do que uma reunião de miseráveis choupanas”, ficou “agradavelmente surpreso” por ter encontrado uma pequena cidade que podia rivalizar com todas as da França de igual população, com casas “bonitas”, “ruas principais bastante largas e bem traçadas”, “várias lojas sortidas, diversas vendas e algumas estalagens”. O destaque apresentado pelo núcleo urbano não advinha da atividade mineradora, nem da agropecuária, apesar de se encontrar nos *campos*, mas da sua posição geográfica.

⁸ Saint-Hilaire (2002, p.56 e 71), ao passar pelo distrito de Carrancas, observou que ele “merecia o nome de aldeia” e era composto de umas vinte casas arrumadas em volta de uma praça coberta de grama e uma igreja pequena. Baependi possuía várias ruas “desiguais e irregulares”, com casas, “em geral, muito pequenas, longe de atestar opulência”. Os arraiais de Aiuruoca e Ibitipoca, também pertencentes à Comarca do Rio das Mortes, foram visitados pelo naturalista. O primeiro compunha-se de apenas cerca de oitenta casas, três ruas, uma das quais bastante larga, e uma igreja pequena, sem sino, que nada ofereceu de notável ao viajante. O segundo exibia algumas “casinhas apenas”, “a maioria abandonada” e do “pior aspecto (SAINT-HILAIRE, 2002, p.40 e 61)”. Como vimos, muitas dessas casas permaneciam fechadas durante a semana, justificando, em alguns casos, a visão registrada pelo naturalista.

Freireyss (1906, p.174), que passou pelo arraial em 1815, observou que o povoado “lucrava muito” e ali reinava “certa abundância” por causa do intenso tráfego do interior com o Rio de Janeiro, em virtude de “naquele local se reunirem os muitos caminhos em um só, para conduzir à capital”, Vila Rica. O distrito funcionava como entreposto mercantil na distribuição de produtos importados pelo Rio de Janeiro e era a última povoação de importância expressiva antes de se adentrar na área dos *matos*, também conhecidos por *sertões do Leste*.

6.2. Os sertões e os povos não “civilizados”

A ideia mais difundida entre aqueles que procuraram caracterizar o “sertão” remete às noções espaciais de *interior* e *vazio demográfico*. O termo, provavelmente cunhado no século XV, originário do radical latino “desertanu”, é uma das categorias mais importantes do período colonial e foi empregado já no princípio da colonização da América portuguesa para designar o espaço distante do litoral. Na carta de Pero Vaz de Caminha, ele é retratado como zona “muito extensa”, marcada pela imensidão interior. O conceito traduzia uma vastidão geralmente desconhecida e imprecisa em termos dos limites, à espera de ser incorporada à “região colonial”: referenciava uma área caracterizada pelo domínio da natureza bruta e indomada, perigosa, habitada por índios “selvagens” e animais bravios, sobre a qual as autoridades detinham pouco conhecimento e controle.

A discussão sobre o conceito implica analisarmos os significados conferidos à natureza e aos povos na construção de discursos, apoiados em visões de mundo tomadas como “superiores”, pois as imagens produzidas sobre o sertão, em sua maioria, têm a ver com o intento de “civilizar” e, se preciso, extinguir os inimigos que viviam na zona, qual sejam, a população “rebelde” e, principalmente, os índios. Isso explica porque historicamente a palavra foi carregada, maiormente, de sentidos negativos. Nas observações de Amado (1995, p.148-149), o termo absorveu o significado original, conhecido dos lusitanos desde antes de sua chegada ao “novo” mundo (“espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados”), acrescentando-lhe outro, adequado a uma situação histórica particular: “o da conquista e colonização” da América Portuguesa. “Litoral”, “urbano” ou “minas” *versus* “sertão” representavam categorias opostas, que expressavam o contraste entre dois universos de culturas distintas. Enquanto as “regiões” colonizadas e os núcleos urbanos referenciavam um espaço conhecido, delimitado, ocupado ou em

processo de ocupação pelo colonizador, dominado pela cristandade, pela cultura portuguesa e pelo poder do Estado, o mundo da “ordem”, o sertão aparecia como a sua antítese, dominado pela barbárie, pela selvageria, pelos hereges e infiéis, onde não havia chegado as “benesses” da religião e da “civilização”, enfim, o mundo da “desordem”, que precisava ser conquistado.

Na perspectiva eurocêntrica do colonizador, o sertão existia como espaço da ausência de características tidas por ele como positivas, definido por oposição a uma situação que aparecia como sua antípoda, o lugar do outro. Ele exercia repulsa e atração. A ameaça advinha do medo infundido pelas muitas imagens, muitas delas extravagantes, sobre seres abomináveis e povos “selvagens” que habitavam aquelas paragens, e os indígenas são os personagens mais recorrentes, descritos como ferozes, primitivos, “sem fé, lei ou rei”, em contraposição aos habitantes do litoral ou dos centros urbanos, considerados “civilizados”. De acordo com Pero de Magalhães Gândavo (1980, p.10), “ninguém podia pelo sertão adentro caminhar seguro, nem passar por terra onde não encontrasse povoações de índios armados contra todas as nações humanas”. Além de estar associado a guerras contra tribos, o sertão infundia a repulsa por causa da fome e das doenças. No entanto, ele despertava mistério: era um pólo de atração para os que buscavam riquezas, desejado pelas várias notícias de lugares lendários (as fascinantes montanhas de ouro e prata). O interesse de conquista e a crença da esperança do enriquecimento fácil alimentavam o imaginário sobre uma terra que valia a pena palmilhar mesmo frente aos malogros de várias investidas dos sertanistas, advindos das dificuldades impostas pelo terreno, doenças e confrontos com grupos indígenas.

O sertão denotou uma perspectiva dual desde o princípio da conquista da Colônia, com sentidos amplos, alguns até antagônicos, evidenciado de um lado pela contemplação da natureza em seu estado primitivo e de outro pelos perigos advindos das barbáries praticadas pelo “gentio”, portanto, contendo em seu significado uma virtualidade: a da inversão. De acordo com Amado (1995, p.150), o significado dependia da localização espacial e da condição social do enunciante. Na concepção dos habitantes da cidade, o sertão era o espaço do desconhecido, habitado por índios, feras e seres indomáveis; na do bandeirante era o interior perigoso, mas fonte de riquezas (prata, ouro, pedras preciosas e mão-de-obra indígena); na dos governantes era o lócus do perigo da sublevação, dos conflitos, mas trazia a esperança pelas várias notícias da existência de recursos minerais e ainda podia servir de exílio temporário para degredados; e para os marginalizados

da sociedade (quilombolas, índios, posseiros, homens pobres livres etc) representava a promessa da liberdade e de uma vida melhor, pois ali era possível viver longe dos impostos e se refugiar da aplicação das leis e da justiça e das normas ditadas e impostas por uma sociedade opressora.

O processo de percepção e construção do espaço colonial ocorreu por meio da elaboração e difusão de concepções que misturavam a realidade com o universo mítico dos europeus. Nessa perspectiva, segundo Delvaux (2009, p.54), podemos falar de uma “invenção do sertão”, resultado da combinação de elementos da tradição, da experiência de exploração do território, da alteridade e do confronto com o outro. Nas diversas vezes em que a categoria foi utilizada, os atores buscaram difundir a impressão de que se tratava de um mundo alheio, selvagem, arcaico e atrasado, totalmente oposto ao espaço civilizado do litoral e dos centros urbanos. Essa forma de percepção, incutida de uma ideia de evolução, de finalidade a ser alcançada, implicava, necessariamente, a eliminação daquilo que era considerado selvagem nas condições vigentes daquela sociedade. Por quê? Porque o sertão simbolizava uma ameaça à colonização, o quanto o projeto civilizador ainda estava inacabado. E, sem conquistá-lo, ocupá-lo e modificá-lo, o desejo de transformação da totalidade do espaço colonial em espaço territorial continuava como projeto.

O sertão era definido por duas oposições: aquilo que ele não era e o que ele deveria vir a ser. Imaginado como lugar de possibilidades, de novas conquistas, do avanço da fronteira e da ação colonizadora, estava potencialmente sujeito à incorporação na ótica das autoridades coloniais. Desenhado na cartografia da época, integrava o espaço metropolitano, contudo, estava dominado pela natureza e pelos índios “bravios”, ou seja, não efetivamente territorializado pelos agentes coloniais por meio do povoamento “branco” e da exploração econômica mercantil, mas submetido a uma mera jurisdição formal⁹. Cartografar ou discursar valorativamente acerca do sertão implicava despertar o interesse de agentes sociais para o estabelecimento de formas diferentes de ocupação e exploração daquela zona, projetar uma intenção futura para mudar a sua condição. Essa ideia foi postulada por Moraes (2011, p.76), que associou o conceito de “sertão” à concepção de “fundos territoriais”. Na opinião desse autor,

⁹ Essa concepção de sertão como espaço exterior à “civilização”, terra de fora, *outland*, talvez explique o incômodo sentido pela proprietária da fazenda Sobradinho, a quatro léguas e meia de Paracatu, quando indagada por Saint-Hilaire se suas terras pertenciam ao sertão. Ao negar, ela completou que “o deserto era mais além (CARRARA, 1996, p.42)”.

O sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação [...], um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão [...] Um conceito nada ingênuo, veículo da difusão da modernização no espaço (MORAES, 2003, p.20-21).

[Portanto], é uma ideologia geográfica, adequada a certos contextos históricos, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes no processo de conquista (MORAES, 2011, p.99).

Inclusive nos casos dos discursos que veiculam uma imagem positiva dos sertões, o atributo que se enfatiza é o da potencialidade do lugar, que demandaria ações transformadoras da realidade vigente. Em 1728, por exemplo, o governador Dom Lourenço de Almeida enfatizou que em poucos meses se povoaria o “Sertão da Casa da Casca”, pela “bondade das terras”, aparentemente muito produtivas em mantimentos, e pelas “esperanças da abundância de ouro”. O capelão Manoel Luiz Branco, que averiguou pessoalmente a área em 1780, destacou que aquele “sertão era sadio”, os “matos férteis”, com muitas serras, compostas de uma pedra chamada *tapanhuacanga*, “um bom sinal de ouro” no imaginário popular, mas era preciso dominar a “bárbara nação” dos índios *Puris* que ali habitavam. No “Sertão da Farinha Podre”, o potencial residia na condição favorável da área à navegação, tanto para a exportação quanto para a importação de mercadorias, e na “boa qualidade dos pastos” conforme as palavras de Inácio Correia Pamplona, que tinha avistado “16 burros achiotes”, “gordos, fortes e reluzentes”¹⁰.

Na Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, o “sertão” foi a primeira categoria percebida pelos sertanistas, inclusive reformulada após a conquista do espaço das *minas*. A baixa densidade demográfica de população não indígena constitui uma das primeiras e principais ideias definidoras do conceito e está presente nos relatos de Saint-Hilaire (1975a, p.92 e 307), quando o naturalista caracterizou algumas áreas do oeste da província, descrevendo aquele “sertão” como uma “imensa região desértica”, marcada pela “escassez de população”. O sentido atribuído a “deserto” faz alusão aos poucos indícios de moradas e, sobretudo, de ocupação humana “civilizada”, pois, como relatou o próprio autor,

¹⁰ A *fronteira* figurava como a antítese do *sertão*, como o avanço territorial de uma condição que se materializa no sertão, pois estava relacionada aos processos de incorporação econômica e ocupação do “vazio” pela população não-indígena. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v.7, p.705-708, 1960. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.14, p.269-271, 1910. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.31, p.246-248, 1980. As informações registradas por Inácio Pamplona foram citadas por Pinto (2010, p.67).

“quando digo ‘despovoada’ refiro-me, evidentemente, aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios está povoada em excesso”. Spix e Martius (1981, p.50), quando passaram por Minas Novas, salientaram que “agora se achavam no *sertão*”, termo, segundo eles, empregado pelos mineiros para designar a “vastidão deserta”. O mineralogista Eschwege (2002, p.10) também associou os “sertões” a “espaços quase ou totalmente desabitados”, “regiões onde pouca ou nenhuma civilização” havia sido introduzida¹¹.

O isolamento geográfico foi outro importante elemento definidor da categoria. O naturalista Pohl (1976, p.249 e 287), quando visitou o interior do país, lembrou dos “vastíssimos sertões goianos” e chamou a atenção para essa “área perdida, escondida, esse sertão das Gerais¹²”. O distanciamento promovia a persistência secular de hábitos quotidianos e os ritmos se tornavam ainda mais lentos, com o tempo limitando-se às permanências de longa duração. No entanto, ressalte-se que a circulação e as comunicações morosas não eram resultado somente da grande distância dos centros administrativos, mas, principalmente, da pobreza, pois, como observou Carrara (1996, p.44-45), no conjunto do espaço econômico da mineração os sertões configuravam uma das “regiões” de menor circulação, por não dispor de produção econômica com demanda equiparável às outras. A “vastidão deserta”, no modo de ver de Spix e Martius (1981, p.75-85), impunha a “solidão” aos sertanejos, cercados por muitos perigos da natureza como onças, cobras, sezões, doenças e febres malignas. Tais riscos enfrentados pelos moradores eram incompatíveis com a visão edênica da terra formulada por alguns atores.

O atributo paisagístico e a cultura peculiar dos habitantes foram dois outros significados atribuídos à área. Os naturalistas Spix e Martius (1981, p.76), quando passaram pelos arredores de Minas Novas, já no “sertão”, observaram que o cenário se diferenciava da zona anteriormente visitada, as *minas*, pois enquanto as vilas e povoados mineradores se distribuíam no alto de terrenos montanhosos, a serra do

¹¹ A concepção de “vazio” demográfico está presente ainda no relato de Georg Wilhelm Freireyss (1906, p.183-188). Quando o naturalista seguiu de Vila Rica para o “Sertão do Abaeté”, destacou que “nos arredores de Pompeu começava o que chamavam sertão”. Todavia, o viajante destacou que nesse caminho encontrou ainda algumas habitações e o terreno não tinha mais aspecto de “deserto” do que aquele por onde já havia passado há dias, de maneira que, dessa forma, “podia-se chamar o Brasil todo de sertão”. Mas, ele reconsiderou que somente após alguns dias chegaram finalmente ao “deserto porque em todo o caminho de cinco léguas não tinha encontrado sequer uma habitação”.

¹² Essa concepção de sertão associado à área dispersa, extensa, está retratada no relato de Antônio José de Araújo, Tenente Comandante de um dos destacamentos do Serro Frio. Em 1781, ele comunicou ao governador a prática abusiva de alguns “ladrões” que lavravam ilegalmente um córrego afluente do rio Itacambirucu. Na opinião do tenente, um dos motivos de tal ato abusivo residia na própria característica da zona, que estimulava a ilegalidade por ser um “sertão, muito disperso”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.14, n.1-2, p.31, 1899.

Espinhaço, o lugar onde estavam se distinguia pela presença de “planuras cobertas por cerrado”, dilatadas até se perderem de vista. Os alemães compararam o “esplendoroso Distrito Diamantino” com o sertão e caracterizaram o segundo pelo “vazio” e “ignorância” de seus moradores. Saint-Hilaire (1975b, p.75) também registrou uma observação paisagística e outra cultural sobre o “deserto”, ao ressaltar que nos limites do sertão as fazendas se compunham de várias edificações isoladas e não eram muito diferentes das residências dos agregados, pois no meio dessas construções mal se distinguia a casa do proprietário da terra. O viajante julgou que “os moradores dessas fazendas não se pareciam em nada com os mineiros das Comarcas de Sabará, Serro Frio e Vila Rica, pois eram grosseiros e ignorantes”.

Na classificação dos naturalistas, o sertão é definido como um lugar ocupado por povos culturalmente inferiores, descritos pelos viajantes e pelas autoridades coloniais como “irracionais”, “estúpidos” e “arrogantes”. Spix e Martius (1981, p.66), por exemplo, destacaram que o homem sertanejo tinha como características a pouca intelectualidade e a baixa civilidade: faltava-lhe a “instrução” e a “delicadeza” no trato e, diferentemente de seus “irmãos do sul”, possuía traços “rudes”. A razão desse feitio, segundo os alemães, advinha da constante solidão infundida pelo sertão e do contato íntimo dos moradores com a natureza. Os naturalistas até não estavam totalmente equivocados na explicação, mas, acrescenta-se que o jeito de ser peculiar do sertanejo, tido por alguns como “insociável”, advinha do fato dele estar obrigado a se adaptar e sobreviver num espaço demasiadamente marcado pela *alteridade* e por conflitos. Isso levava à formação de um comportamento próprio frente a alguns desafios, como o de ter a coragem suficiente para defender a sua liberdade e a de sua família contra qualquer violação.

Os poucos habitantes do sertão, em contato com o ambiente hostil onde residiam, relativamente isolados pela convivência restrita com os povos de outras áreas, pelas amplidões de terra, pela pobreza e pela morosidade dos meios de comunicação, adquiriam características e um comportamento próprio. Entretanto, para os naturalistas, que consideravam a importância da influência do meio, um dos principais fatores que explicava as diferenças existentes entre europeus e sertanejos era a falta de “civilização” dos segundos, advinda da acentuada mestiçagem existente, tendo em vista que no sertão apenas uma pequena parcela da população era “puramente” européia. De acordo com os viajantes, a cultura “inferior” do sertanejo era decorrente da junção das características de um meio adverso com a miscigenação formada pelo contato do indígena com o negro, que contribuía para a

composição de uma “raça” enfraquecida. Tamanha mestiçagem, segundo Spix e Martius (1981), só possuía uma explicação: no sertão a lei era frouxa, a moralidade e as regras sociais flexíveis, fazendo com que homens e mulheres se deixassem contaminar pelas práticas sensuais.

A visão eurocêntrica dos naturalistas sobre os sertanejos, associada a um estereótipo, não significa que estes habitantes possuísem um padrão cultural único, pois a área incluía interações, apesar do isolamento, dos embates interétnicos e das dificuldades impostas pelo meio. O sertão era o lócus de uma experiência cultural híbrida, posicionada entre o mundo “selvagem” e o “civilizado”, espaço socialmente construído, com características e dinâmicas sociais peculiares, marcado por contatos e choques de mundos distintos, pela manifestação da *alteridade radical*. Esses aspectos e os diversos conflitos aí existentes contribuíram para que autoridades coloniais e viajantes elaborassem uma imagem dos moradores da área associada a insurgentes. Tal representação está presente em Saint-Hilaire (1975a, p.118), quando o naturalista, ao atravessar o trecho entre a margem esquerda do São Francisco e o distrito de Paracatu, salientou que os habitantes dessa área, possivelmente índios e mestiços, constituíam a “escória da Província de Minas”. Outro viajante que apresentou o sertanejo do vale do São Francisco de forma pejorativa foi Freireyss (1906, p.186), ao associar os habitantes da área a “criminosos que fugiram da justiça ou descendentes de criminosos”.

A categoria *sertão* nem sempre esteve relacionada a uma realidade espacial delimitável, com precisão dos limites, como as outras áreas (*minas*, *matos* e *campos*) porque podia não se tratar exatamente de um lugar, mas uma “condição” atribuída a vários espaços, com características físicas diferentes, e ainda expressar espaços onde existiam povos “alheios” ao movimento colonizador¹³. O *sertão* estava presente na área dos *matos*, associado à floresta, na dos *campos*, identificado ao cerrado ou à caatinga. Saint-Hilaire (1975a, p.247-248) foi um dos únicos naturalistas a registrar que aquele termo “não designava uma segmentação política

¹³ Em 1804, por exemplo, Caetano Luís de Miranda, na *Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais*, empregou a palavra “sertão” para assinalar as terras habitadas por tribos indígenas. As seguintes expressões foram utilizadas: “Sertão do Cuieté habitado pelo gentio *Botocudo*”, “Sertão inculto habitado pelo gentio bravo *Puri*” e “Sertão vadiado pelo gentio *Caiapó*”. A associação entre sertão e população indígena está presente também em Pizarro (1909, p.550), quando o autor destacou que o “sertão” das Minas era habitado “quase todo pelo gentio”, “semelhantemente o sertão que terminava com a Capitania do Espírito Santo, que não conhecia outros povoadores além dos *Botocudos* e *Puris*”. O mapa citado encontra-se disponível na Biblioteca do Exército Português (<http://www.exercito.pt/bibliopac/>).

do território, uma espécie de seção, mas se tratava de uma “divisão vaga e convencional, determinada pela natureza do espaço”.

Na descrição de Vasconcelos (1901, p.819), os “sertões” assinalavam “as terras além dos registros e, particularmente, as que vizinhavam com as raia das Capitâneas da Bahia e Pernambuco”. A ideia não estava errada, pois eles estiveram associados, principalmente, à zona dos *currais* e às terras situadas a certa distância dos postos fiscais e dos núcleos urbanos, onde o poder fiscal da metrópole e o raio de ação da igreja e dos aparatos administrativo, jurídico, militar e político estavam praticamente ausentes. Tal combinação comporta uma multiplicidade de localizações e revela a dificuldade de se levantar a delimitação dessa área, particularmente no que diz respeito à precisão cartográfica dos seus contornos ou limites com outras unidades espaciais.

De acordo com Moraes (2011, p.98-99), é impossível realizarmos uma identificação precisa das localidades sertanejas por elas não corresponderem a uma materialidade terrestre individualizável, passível de ser delimitada, cartografada com precisão. O autor destaca que enquanto algumas “regiões coloniais” possuíam referências, limites e extensões concretas, aferíveis no campo, o sertão recobriria “situações telúricas, díspares e variadas”, por isso, não fornecendo fundamento para divisões objetivas do espaço terrestre. A afirmação do autor está parcialmente correta porque o sertão não ocorre atrelado exclusivamente a uma zona. Mas, destaque-se que havia, por parte de alguns atores coloniais, a percepção da proximidade de certas áreas colonizadas com o sertão ou, até mesmo, o conhecimento de alguns viajantes quando se encontravam nesta área¹⁴.

A ocorrência de um conjunto de atributos até nos permite caracterizar o sertão, mas não favorece a sua identificação precisa. No mapa da Figura 23, por exemplo, o sertão foi associado à área da *Farinha Podre*, mas, como veremos adiante, ele não se resumia a este espaço. No próprio imaginário espacial da população da América Portuguesa não havia um “sertão”, mas muitos. Interruptamente, ele se estendia desde as capitâneas sulinas aos Estados do Maranhão e Grão Pará, ocorrendo a centenas de léguas do litoral, na parte central (Goiás e Mato Grosso) ou a pouca distância dos mais importantes centros urbanos

¹⁴ Em 1758, por exemplo, o governador de Minas Gerais decidiu criar uma Companhia de Ordenança no arraial da Onça, Termo da Vila de Pitangui, “muito conveniente por ficar *contígua* ao sertão”. Em 1819, Saint-Hilaire (1975a, p.75), ao visitar uma fazenda próxima a Bambuí, destacou que “depois de Tamanduá, nos *limites* do sertão, as casas da sede das fazendas se compunham de várias edificações isoladas”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.25, p.447, 1910.

coloniais, Rio de Janeiro e Vila Rica, núcleos relativamente próximos das densas matas habitadas por indígenas “alheios” à “civilização”. Como reduzi-lo a uma área claramente delimitada, tendo em vista sua múltipla ocorrência, descontinuidade, oscilação (ampliação e retração) à medida que a colonização avançava pelos “confins” do interior? Olhando para a Capitania das Minas, o sertão era a categoria mais presente porque, de acordo com Saint-Hilaire (1975a, p.247-248), compreendia “cerca de metade da província”, situado em boa parte do território não-aurífero.

Com exceção da área das *minas*, “o sertão estava em toda parte”, para utilizar a famosa frase de Guimarães Rosa (1994, p.4). No leste, encontrava-se nos *matos*, vale dos rios Pomba, Doce e Mucuri (*Sertões do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos, do Abre Campo, de Arrepiados, da Casa da Casca, do Cuieté e do Mucuri*), habitados pelos índios *Cropós, Croatos, Botocudos, Puris*, entre outros; no sul, na área dos *campos* (*Sertões da Mantiqueira e do Rio Grande*); no oeste, em diversas partes da também área dos *campos* (*Sertões do Abaeté, de Pium-Í, do Bambuí, de Campo Grande, de Paracatu, da Farinha Podre e da Paranaíba*), zona ocupada pelos índios *Caiapós e Araxás*; e no norte recobria quase toda a paisagem dos *currais* (*Sertões do São Francisco, do Urucuia e do Rio Pardo*)¹⁵.

Nas imensas extensões de terras dos sertões habitava ou vagava uma população apartada do trabalho regular, alheia ao controle efetivo do Estado e da Igreja. Indígenas, malfeitores, criminosos, homens pobres livres, facinorosos, aventureiros, quilombolas e fugitivos viviam e transitavam “livremente” por espaços “ignotos”. Exercer a justiça nessa zona, onde “campeava a liberdade sem sujeição a nenhuma lei”, era impossível, disse Bento Fernandes Furtado de Mendonça, em 1750, no *código* Matoso (1999, p.193). Os insultos, as violências e as mortes eram “tão frequentes que os homens pareciam se esquecer da sua racional natureza”, assim se expressou, em 1769, Manoel Jacome Soeiro, numa carta reproduzida por Anastasia (2005, p.74). Para o juiz de fora José Joaquim Carneiro de Miranda, em

¹⁵ A ocorrência múltipla explica porque o termo geralmente vinha adjetivado, acompanhado de outra palavra que especificava alguma peculiaridade geográfica, topográfica, histórica, simbólica ou cultural. É o caso do “*Sertão da Farinha Podre*”. Ele se localizava no trecho compreendido entre os rios Grande e Paranaíba. Quando os bandeirantes penetravam esses lugares, pertencentes à Capitania de Goiás até 1815, costumavam fazer o depósito de víveres em pontos específicos do caminho para servirem de alimento no regresso para a principal povoação da área: a de Desemboque. Num dos retornos, os sertanistas encontraram os víveres avariados, entre os quais, a farinha de milho apodrecida. Por tal motivo, o ribeiro próximo ao lugar ficou conhecido como *Farinha Podre*, nome que posteriormente foi estendido ao vasto território compreendido entre os rios Grande e Paranaíba, atualmente conhecido por *Triângulo Mineiro*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.14, p.266, 1909.

carta escrita em 1803 ao governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, transcrita por Anastasia (2004, p.190), as serras e as matas dos sertões, particularmente as localizadas nas fronteiras da capitania, eram o palco de constantes violências praticadas por “caboclos e mestiços que não tendo estabelecimento, nem modo de vida ou trabalho” estavam prontos para dar pancadas e fazer mortes atrozíssimas.

Os donos de vastos latifúndios, proprietários de dezenas de escravos, se sentiam absolutamente soberanos e impunes dentro dos seus domínios, exercendo o poder de coerção sobre a população de uma grande área. Esses régulos construíam relações de reciprocidade com as próprias autoridades coloniais, pois a Coroa não tinha condições de se fazer presente em zonas distantes e a única opção por ela vislumbrada, apesar de uma postura às vezes ambígua sobre o assunto e da desconfiança entre as partes, era valer-se de alianças e conferir aos potentados o exercício do controle local¹⁶. Devido ao abuso de poder dos potentados, a troca de favores chegou a abalar o controle da metrópole sobre algumas áreas da capitania e nos momentos em que o domínio sobre o território e da ordem “pública” foram reivindicados pelos governantes, a comprometer, portanto, os núcleos de atuação do poder privado, houve movimentos de resistência, a exemplo da sedição de 1736 no vale do São Francisco. Os atores coloniais à frente dessas manifestações, poderosos aliados à população pobre, conseguiram enfrentar, com certa eficácia, a expansão do controle tributário e administrativo do governo colonial, chegando, inclusive, a ameaçar a jurisdição da metrópole sobre o sertão.

Os conflitos de jurisdição entre capitanias nas fronteiras, a ausência de autoridades governamentais em terras distantes, a impunidade dos delitos, a formação de territórios de atuação do poder privado, defendidos com base na intimidação física e psicológica e na violência armada, contribuíam para dificultar a expansão do poder central e favoreceram o desencadeamento de inúmeros conflitos

¹⁶ Exemplo do pensamento das autoridades coloniais sobre a necessidade de se fazer alianças com os potentados do sertão é a carta escrita por Dom Pedro de Almeida ao Marquês de Angeja em 1717. Dizia o governador que “se estes homens [poderosos] abusam do seu poder, [por outro lado] são muito essenciais ao mesmo serviço de Nosso Rei, pois servem aos governadores de instrumento para conseguir cobrar os quintos, reprimir os revoltosos de menos poder, prender criminosos (ROMEIRO, 1999, p.334)”. Tal foi a importância desses poderosos que mesmo em função dos conflitos por eles gerados, os reis ainda os presentearam com mercês. Citamos o caso do régulo Manuel Nunes Viana, proclamado governador entre os “emboabas” no princípio da descoberta do ouro. Além de ter usurpado temporariamente o poder da Coroa, ele praticou diversos delitos como o de ter instigado a população da Barra do Rio das Velhas contra a cobrança de tributos. Expulso da capitania em razão da sua infidelidade ao rei, ainda obteve carta de mercê de Diogo de Mendonça Corte Real em 1727 pelos “merecimentos” e “serviços” prestados à Coroa, que incluía os seguintes privilégios: hábito de Cristo, tença, inclusive para os filhos que indicasse, e provimento em ofícios e postos militares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, p.392-396, 1897.

sociais nos sertões. Esses aspectos, somados a algumas características culturais da zona, formada por povos com visões de mundo distintas, origens e condições sociais diferentes, imersos sucessivamente num confronto que opunha, de um lado, os considerados “selvagens” e, de outro, os chamados “civilizados”, por um bom tempo contribuíram para conferir aos sertões a imagem de um espaço marcado pela *alteridade radical*. Na visão dos administradores coloniais, os moradores dessas áreas deveriam ser pacificados e sujeitados ao controle do governo metropolitano, com um projeto de incorporação religiosa, civilizacional e até mesmo bélica caso fosse necessário, de modo a “integrar” aquele território “hostil” ao espaço dominado pela colonização.

A administração colonial procurou incentivar a armação de expedições militares, a fundação de capelas, a criação de arraiais, a abertura de caminhos, a concessão de sesmarias, a regularização das terras ocupadas pelos colonos, o conhecimento e o levantamento cartográfico do espaço, a construção de aldeamentos e presídios, entre outras medidas, para cumprirem o objetivo de conhecer, reunir e controlar a população “rebelde” do sertão. Uma das ações anteriormente citadas, a regulamentação das glebas ocupadas pelos posseiros, foi colocada em prática principalmente no governo de Dom Rodrigo José de Menezes, quando ele visitou os *sertões da Mantiqueira*, de *Arrepiados* e do *Cuieté* em 1781. O ministro decidiu repartir legalmente as sesmarias entre os moradores porque, em suas palavras, era preciso “anexar o sertão à ordem colonial, penetrar, conhecer e civilizar as áreas inóspitas, de modo a transformá-las em colônia” e os seus habitantes não apenas em povoadores, mas em pagadores de tributos e, acima de tudo, vassalos do Estado.

Na estratégia de fundação de capelas vislumbrava-se o interesse de difundir o respeito para com os poderosos e reforçar a autoridade dos administradores coloniais. Essas instituições atendiam às motivações religiosas dos moradores, mas expressavam o enraizamento territorial do poder central no sertão. Eram erguidas próximas de lugares estratégicos como cruzamento de rotas, margens de rios, passagens obrigatórias, imediações de registros, ranchos e pousos ou de áreas com relativa densidade demográfica. Os templos se transformaram num importante instrumento de conquista e ocupação dos *sertões* e das áreas do entorno das *minas* (os *campos* e os *matos*), particularmente ao longo e após a segunda metade do século XVIII, momento de expansão das atividades agropecuárias, tendo em vista que, na maioria das vezes, a construção da capela dependia da doação do

patrimônio (porção de terra) por um fazendeiro local. Um dos principais nomes que se destacou no ofício de sujeitar os moradores do sertão a partir da implantação dos serviços religiosos foi Inácio Correia Pamplona¹⁷.

O incentivo à criação de arraiais foi outra medida adotada para fixar os habitantes “errantes” do sertão, de modo a submetê-los ao controle da autoridade régia mediante a instalação de um aparato político-administrativo, apropriado para conferir “representatividade” e legalidade na conquista e na ocupação territoriais. O governo metropolitano defendia a importância dessa ação e em 1766 encaminhou uma carta ao governador das Minas, Luís Diogo Lobo da Silva, determinando, segundo Anastasia (2004, p.192), que “todos os homens dos sertões” encontrados na condição de “vagabundos” ou “dispersos”, “sem estabelecimento permanente e sólido”, escolhessem lugares acomodados para “viverem juntos em povoações civis”, com pelo menos 50 fogos, com juiz ordinário, vereadores e procurador do conselho. Caso contrário, seriam severamente punidos. Apesar da importância dessa medida, por muitos anos, a formação e, sobretudo, a consolidação dos arraiais localizados no sertão se caracterizou por uma série de avanços e retrocessos: a maioria dos núcleos populacionais ficou restrita a um contingente demográfico muito pequeno, com poucas casas, habitadas, especialmente, por uma gente pobre que dispunha de poucos recursos para fazer frente aos contra-ataques de índios e quilombolas¹⁸.

O levantamento geográfico também figurou como fundamental para a conquista dos sertões e para o enquadramento social de seus habitantes. Era preciso avaliar as potencialidades dos territórios “desconhecidos”, pois, conforme as palavras do governador Luís da Cunha Menezes, “não parecia ser útil aos interesses da capitania haver terras inúteis pela falta de conhecimento das suas utilidades”. Por

¹⁷ Inácio Correia Pamplona apresentou-se como um vassalo a serviço do governo colonial no projeto de conquista territorial dos *sertões da Farinha Podre*. A obra por ele efetuada foi de tal importância que em 1769 o Conde de Valadares enfatizou a sua astúcia de ter “principiado pela casa de Deus”. Os padres que o seguiam ou os dos distritos por onde passava exortaram esse representante do governador em poemas laudatórios, enfatizando seu trabalho de pacificação dos conflitos e de sujeição da população “rebelde (ANDRADE, 2007, p.161)”. Apesar do avanço da fronteira, houve uma reação guerreira dos índios *Caiapós* que, em certa medida, atrasou a instalação de atividades econômicas mercantis, leiam-se fazendas de gado, que datam do princípio do século XIX.

¹⁸ Exemplo notável dos avanços e retrocessos de arraiais situados no sertão constitui o de Abre Campo, localizado no vale do rio Doce. O distrito foi fundado em 1734 e a freguesia em 1741. Todavia, por um bom tempo, a paróquia não se manteve devido aos “sucessivos ataques dos indígenas” que espantavam os moradores, destruíam as habitações e chegaram inclusive a incendiar as duas capelas existentes. José do Vale Vieira, habitante do arraial, relatou que os moradores foram então expulsos, mas, após alguns anos, voltaram em maior número, conseguindo se conservar no distrito por uma década, quando novamente se retiraram, voltando a povoá-lo cinco anos depois (BARBOSA, 1995, p.16-17).

isso, em 1784, o ministro encarregou o sargento mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho, o coronel Manoel Rodrigues da Costa e o alferes Joaquim José da Silva Xavier para fazerem uma “exatíssima averiguação” e um “total conhecimento físico” da “verdadeira situação” dos “Sertões do Leste”. Ao terceiro, foram dirigidas as seguintes ordens expressas: efetuar o mapeamento da área, com destaque para as serras, os rios, os pontos estratégicos para o estabelecimento de registros, os caminhos abertos e os elementos naturais que poderiam servir de divisa entre as Capitanias de Minas e do Rio de Janeiro; levantar as principais povoações, com ênfase em suas forças, ocupações e distâncias dos centros mais próximos; e pesquisar a possível ocorrência de riquezas naturais e minerais. Conhecer a área era fundamental para planejar a sua incorporação territorial e a subordinação dos seus habitantes à política colonial¹⁹.

6.3. Os currais e a criação de gado

O naturalista Saint-Hilaire (1837, p.9), no princípio do século XIX, destacou que a serra do Espinhaço compartimentava a Província de Minas Gerais em duas áreas com características muito distintas: o leste, chamado pelo viajante de “domínio das florestas”, figurado em alguns documentos como “matos”; e o oeste, designado pelo francês de “campos”, famosos pelos numerosos currais dedicados à criação de gado. Quando os tropeiros partiam de Vila Rica para o arraial do Tijuco, eles tinham duas opções de caminho: o do *campo* ou o do *mato*. O primeiro descia pelo vale do rio das Velhas, passando por Sabará e Macaúbas, e rumava para a direção nordeste, percorrendo ao longo da crista da serra do Espinhaço até a Demarcação Diamantina; o segundo passava pelas nascentes dos afluentes da margem esquerda do rio Doce, atravessando as freguesias de Catas Altas, Santa Bárbara, Cocaís, Itabira (do Mato Dentro), Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar e Conceição do Mato Dentro, até se juntar ao caminho do *campo* nos arredores das nascentes do rio Paraúna.

Os *campos* do São Francisco abarcavam uma extensa área do norte, noroeste e inclusive parte do nordeste da capitania, no então vale diamantífero do Jequitinhonha, limitada com a Bahia pelos rios Carinhanha e Verde, com Goiás pelas serras da Tabatinga, Parida e Cristais e a leste com a bacia do rio Doce ou a chamada zona dos *matos*. Os moradores possuíam intensas ligações econômicas

¹⁹ Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v.2, p.347, 1897.

com as *minas* e Salvador, apesar da proibição pelas autoridades coloniais da circulação e do comércio com a cidade citada. Do ponto de vista administrativo, a área estava submetida às Comarcas do Rio das Velhas e do Serro Frio, mas no que se refere à jurisdição eclesiástica ligava-se aos bispados de Olinda e Bahia. O relevo plano e a vegetação rasteira, em sua maioria, tornavam os *campos* “magníficos para a criação de gado”, depoimento registrado por Carlos Ottoni. E a pecuária foi o motor principal do desbravamento e da ocupação desses vastos espaços, implantada antes mesmo da descoberta do ouro²⁰.

**Figura 25 - Criação de gado nos campos das margens do Rio das Velhas
Século XIX**



Autor: Richard Parkes Bonington (1801-1828).

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Os *currais* estavam localizados nos *sertões* da capitania. Estes, como vimos, abrangiam áreas situadas no leste, oeste, sul e norte. Em que pese essas diversas ocorrências, os *sertões* estiveram associados, principalmente, às terras que davam

²⁰ A criação de gado constituiu uma atividade importante durante a fase áurea da mineração, uma das mais rentáveis dos *sertões* campestres em função da pouca exigência de capital e de mão-de-obra e do baixo custo no transporte dos animais. Apesar do isolamento promovido por essa atividade, ela ligou diferentes partes da Colônia aos núcleos de povoamento, promovendo o intercâmbio interno e contribuindo para a formação territorial do país. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.11, n.4, p.681. 1907.

acesso e àquelas mais próximas das divisas com os governos da Bahia e Pernambuco, zona cortada pelo rio São Francisco ao centro, afastada das povoações urbanas das *minas*, onde não existia mineração, mas criação de gado. Tal associação entre *sertões* e *currais* está presente em obras como as de Diogo Pereira de Vasconcelos (1901), José Vieira Couto (1994) e Saint-Hilaire (1975b, p.118). O francês, ao passar pela Comarca de Paracatu, importante área curraleira, destacou que ela não passava, pois, de um “imenso deserto”, sertão na acepção do termo. O viajante não visitou o trecho compreendido entre o rio São Francisco e a serra do Espinhaço, mas supôs que “esse sertão era ainda menos civilizado” porque se encontrava “muito afastado” dos centros urbanos da província.

A paisagem campestre do São Francisco apresentava semelhanças físicas com a de outras áreas da capitania, notadamente o sul, vale do rio Grande. Apesar dessa correspondência, em diversos documentos, o emprego do termo *campos* denomina, especialmente, a zona de pecuária do São Francisco. Exemplo notável é o da carta de Pedro Taques de Almeida, escrita a Dom João de Lencastre em 1700. O paulista relatou que os “*campos* do rio das Velhas” e daquele curso d’água eram “capazes de criar gados”. Outra evidência se trata de uma carta de sesmária concedida a Antônio Francisco da Silva em 1707, fazendeiro que havia comprado terras para “criar gados vacuns e cavalares” nos arredores da localidade de Papagaios, situada nos “*campos* do rio das Velhas”. O relato de viagem de um alferes, de sobrenome Moreira, que percorreu os arredores de uma fazenda às margens do rio São Francisco em 1731, denominada Bambuí, na jurisdição da vila de Pitangui, também é esclarecedor. Ele denominou a área de “campo dos *Cayapós*”, por causa da tribo de mesmo nome e da presença de “matos carrasquinhos, campos abertos e catandubas”²¹.

Animais domésticos e caças diversas eram muito frequentes nos *campos*²². Enquanto na zona da mineração destacavam-se as serras escarpadas e os matos fechados, na paragem do rio das Velhas o terreno era plano e a vegetação possuía um aspecto ralo, tornando possível percorrer os caminhos sem o embaraço oferecido pela cobertura florestal. Notavam-se apenas capões, isolados entre campinas ou nas margens de cursos d’água. Ao passo que nas *minas* o solo perdia

²¹ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.69, n.1, p.271, 1908.

²² Havia grande número de emas, pombos, perdizes, codornas, inhambus, macucos, jacutingas, jacus, araras, jaburus, veados, pacas, antas, onças, lobos etc. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, São Paulo, v.5, p.279-296, 1901. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.23, p.345-349, 1929.

rapidamente a fertilidade após o desmatamento, pois a encosta dos morros facilitava o escoamento superficial, nos *currais* ele era favorável à prática da agropecuária, principalmente nas margens de rios como o São Francisco, por causa das fertilizações promovidas pelas cheias. As vantagens topográficas desse terreno pareciam prometer aos cultivadores e criadores uma riqueza e um estabelecimento sólido da atividade agropecuária, mas os gêneros, sobretudo agrícolas, eram onerados pelas longas distâncias de transporte até os principais centros consumidores.

Um dos limites mais evidentes de transição da área dos *currais* para a dos *matos* estava localizado no vale do Jequitinhonha, em função da mudança brusca nas características do relevo e da vegetação. O gado ainda era criado na área, mas a paisagem campestre dava lugar ao norte à caatinga e a leste às extensas florestas virgens, domínio habitado por tribos indígenas “belicosas”, que se estendia até o litoral entre morros ondulados e planícies. O terreno montanhoso no vale do Jequitinhonha lembrava o das *minas*, mas as características eram distintas, inclusive em relação aos *currais*. Pohl (1976, p.331-332) observou matas fechadas nos vales úmidos, carrasqueiros, espécie de vegetação rala, nas “extensas chapadas ou tabuleiros”, cobertos por solos vermelhos e pedregosos, onde nasciam arbustos entremeados por capinzais. Nas partes baixas predominava a caatinga, um misto de matagal, arbustos e plantas trepadeiras, com presença de cactus, bromeliáceas e canela-de-ema.

No inverno, os córregos tornavam-se intermitentes, o solo esturricado, os capinzais morriam e as folhas dos arbustos caíam. Saint-Hilaire (1975a, p.239-249 e 368), ao percorrer essa zona de transição, registrou um notável descontentamento, advindo da monotonia da paisagem, do “calor excessivo, da terra árida” e da pouca existência de flores e insetos. Os solos da área, acinzentados e arenosos, com afloramentos rochosos, combinados às condições climáticas, favoreciam o plantio de algodão. Essa cultura se tornou uma atividade de grande expressão no Termo de Minas Novas cujo produto final era bem conceituado, inclusive pelos comerciantes da Europa, por conter fios compridos, regulares e finos, resistentes e brilhantes, em qualidade inferior apenas ao cultivado em Pernambuco. De acordo com Restitutti (2006), apesar da maior proximidade da zona produtora com o mercado da Bahia, o algodão era vendido, sobretudo, no Rio de Janeiro, por causa dos preços mais favoráveis, não obstante o custo um pouco mais elevado do frete. Esta capital era suprida, quase que exclusivamente, pelo algodão do Jequitinhonha.

No vale do São Francisco, a presença de salitre e fosfatos, a ocorrência de extensas pastagens, a disseminação do sal gema de fácil extração, a inexistência de recursos minerais, a natureza do solo e do clima, as facilidades geográficas de comunicação, tanto por via fluvial quanto pelos caminhos relativamente planos, favoreceram a reprodução do gado bovino. Esses fatores, combinados à demanda por carne advinda do crescimento populacional dos principais centros de consumo nas *minas*, contribuíram para a consolidação dos *currais* como importante centro abastecedor da zona mineradora. Em 1803, dizia José Gregório de Morais Navarro, numa passagem citada por Carrara (1996, p.48), acerca dos arredores de Paracatu: “ali não se trata da agricultura [...] porque a natureza parece que destinara aquelas terras só para a criação de gados”.

O clima no noroeste da capitania era muito quente e seco, com marcante escassez de água, em alguns casos, salobra. Essa situação era semelhante à das imediações de Minas Novas, com o agravante de nesta zona predominar nas baixadas a caatinga, conhecida como “mato seco”. Nas duas áreas, a pecuária dependia da estação das águas, sofrendo grande perda nos momentos de estiagem devido à carência de pastagem no campo, ocasião na qual os animais eram levados para os topos das chapadas, onde a vegetação era composta por campinas e algumas veredas nos vales mais úmidos.

Os currais estavam localizados, principalmente, nas imediações do rio São Francisco e de seus afluentes (Urucuia, Paracatu, Verde Grande, Velhas, Jequitaí, Carinhanha, Verde Pequeno, Gortuba etc) porque, de acordo com o padre Antonil (1982, p.95), as fazendas de gado se situavam onde havia “largueza de campo” e água sempre manante de rios ou lagoas. Esse jesuíta, baseando-se nas informações de várias pessoas que percorreram aquele sertão, destacou que ali existiam “mais de quinhentos currais”. A média registrada por Santos (2004) foi de um estabelecimento a cada 20,6 quilômetros de extensão linear do rio.

O gado era a alimentação básica de boa parte da população das *minas* e à época nenhuma outra parte (sertões de São Paulo e do Rio de Janeiro) podia suprir a elevada demanda por esses animais na zona mineradora. Enquanto os rebanhos trazidos de zonas longínquas (Piauí e Ceará, por exemplo) passavam, em média, dois anos no caminho, os do São Francisco chegavam à área das *minas* em apenas um mês.

Na condução das boiadas para os centros de consumo, Antonil (1982) destacou que elas variavam de cem a trezentas cabeças e os que traziam eram

brancos, mulatos, negros e índios, que com este trabalho procuravam obter algum lucro. Uns guiavam-se à frente cantando, para serem, dessa sorte, seguidos pelo gado; outros vinham atrás, tangendo as reses para que se mantivessem no caminho certo. As jornadas diárias eram de quatro, cinco ou seis léguas, conforme a comodidade dos pastos onde haviam de pernoitar. A porta de entrada na área das *minas* era a vila Real de Sabará. Todavia, antes da comercialização e abate das boiadas nos centros mineradores, as reses que chegavam muito magras por causa do longo percurso eram levadas para os currais instalados no vale do rio das Velhas, especializados na engorda desses animais.

O baixo custo de capital necessário para implantação da pecuária, a posse de grandes extensões territoriais, usurpadas de indígenas ou recebidas em forma de sesmarias, e os lucros obtidos com a comercialização dos produtos das atividades agropastoris indicavam uma possibilidade de alta capitalização dos fazendeiros dos currais. Contudo, esses habitantes, proprietários de muitas léguas de terras e de milhares de cabeças de gado, possuíam uma moradia chã, sem grandes luxos. Dizia um autor anônimo que uma “casinha baixa, quase sempre de palhoça, era a habitação de um senhor de 20 ou 50 léguas de belas terras, que colhia 10 ou 12 mil bezerros²³”.

O viajante Freireyss (1906, p.186), quando visitou algumas dessas moradas nas margens do São Francisco, destacou que elas eram “miseráveis”. No entanto, convém fazer uma ponderação: enquanto os mineiros viviam endividados, os criadores apresentavam relativa riqueza, uns abastados, outros remediados. A explicação para esse aparente paradoxo foi esclarecida por Vasconcelos (1901), pois, segundo o autor, a atividade pecuária não era menos rendosa do que a extração de jazidas minerais, visto que atraía, por vias diferentes, o metal. Iam para as *minas* o gado e outros gêneros e voltavam para os *currais* o ouro quintado e, inclusive, o contrabandeado.

A criação extensiva e a divisão da terra em currais, administrados por um vaqueiro responsável pela reunião dos animais de tempos em tempos para efetuar a contagem e separação daqueles a serem negociados, estimulava o isolamento dos habitantes, a formação de grandes propriedades e a baixa densidade demográfica na área. Mas, o principal elemento agregador da população não se tratava da pecuária, mas do rio São Francisco. Dizia o capitão mor Pedro Taques de Almeida, em 1700, num documento transcrito por Abreu (1998), que o curso d'água em foco,

²³ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.25, p.431, 1862.

de uma e outra banda (lado baiano e pernambucano), desde a sua barra no mar junto à vila de Penedo tinha “às suas beiras várias povoações, umas mais chegadas, outras mais distantes” das margens, continuando a montante por um espaço de seiscentas léguas, até a foz do rio das Velhas, onde se encontravam as últimas fazendas de gado. Na opinião de um ex-governador do Rio de Janeiro, era “grande” a conveniência dos moradores das *minas* com o comércio por esse rio, pois por ele adentravam fazendas de todo o gênero, escravos e mais coisas necessárias, com menor valor quando comparado ao caminho do Rio de Janeiro²⁴.

Nas embarcações desciam as mercadorias produzidas na área (farinha de mandioca, milho, feijão, toucinho, carne seca e salgada, cera, couros crus e rapadura) e subiam o fumo e os chamados “produtos do reino” (tecidos, vinho, azeite e ferragens), comprados “a peso de ouro”. O abastecimento das capitanias do norte ficava, em parte, dependente dessa exportação, pois, conforme observaram Spix e Martius (1981), as zonas interioranas da Bahia e Pernambuco eram flageladas por longas secas e colheitas minguadas. Outra atividade de destaque desenvolvida ao longo desse curso d’água consistia na importação de sal, extraído das terras e das lagoas das duas capitanias anteriormente citadas.

O sal era transportado em sacos de couro (surrões), cada um dos quais pesando trinta ou quarenta libras, comprados pelos comerciantes tropeiros com o objetivo de revendê-lo nas povoações de Goiás e das Minas (Paracatu, Serro Frio e Minas Novas), ou seja, naquelas onde a criação de gado era uma atividade importante, já que o uso doméstico do produto era limitado por causa das impurezas e da presença de muito salitre. As barcas condutoras navegavam até os distritos da Barra do Rio das Velhas, Matias Cardoso, Brejo do Salgado e São Romão, principais centros de distribuição. O último arraial era o mais importante da área cuja opulência advinha, além da transação do sal, do negócio de couros de veados e cabras e da venda de peles de outros animais²⁵.

A população precisou se adaptar às contingências do rio São Francisco porque ao mesmo tempo em que ele era um importante agregador de habitantes,

²⁴ INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p. 178-181, 1935.

²⁵ O arraial de Matias Cardoso, principal entroncamento de rotas comerciais terrestres e um dos portos do rio São Francisco, obteve grande destaque na área dos *currais* (pelo menos durante o período de maior circulação econômica ao longo do caminho da Bahia), a ponto das autoridades coloniais sugerirem ali, em 1705 e 1706, a instalação de uma casa dos quintos, provavelmente com o objetivo de controlar a circulação do ouro extraído na zona mineradora, em parte transportado ilegalmente através do sertão mineiro, baiano e pernambucano, e a “lavagem” ilegal desse metal por meio do comércio das diversas mercadorias mencionadas.

centro de comércio e navegação, atuava como repulsor na época da estação das cheias, quando o curso d'água transbordava em virtude das características planas do terreno no entorno, algumas vezes atingindo localidades numa distância de dez léguas das margens e deixando submersos animais e fazendas. Após as águas retornarem para o leito normal, as campinas, fertilizadas, eram recobertas por vegetação rasteira e o pasto formava-se novamente. Mas, nesse tempo de vazantes, as sezões e moléstias endêmicas se tornavam frequentes, problema que, juntamente com a carência de água na estação seca nas zonas mais distantes das margens, obstava o crescimento de algumas povoações e a expansão das fazendas de gado. O médico português Luís Gomes Ferreira, que percorreu a área por volta de 1710, destacou, num relato reproduzido por Dias (2002, p.45-46), que por muitos anos as “malignidades” do sertão do rio São Francisco fizeram vítimas entre índios, vaqueiros, moradores e viajantes. O cirurgião tinha visto muitos doentes com terríveis sintomas, que passaram a febres malignas, chegando ele próprio a experimentar uma moléstia na barra do rio das Velhas, onde padeceu por cinco meses. Esta zona de confluência de rios, por causa do fenômeno inundações/vazantes, era considerada um lugar insalubre.

No vale do São Francisco, baianos e paulistas foram os que se transformaram nos grandes pecuaristas, após se embrenharem na zona com o objetivo de desbaratar tribos, capturar índios e pesquisar recursos minerais. Potentados como Garcia d'Ávila, Antônio Guedes de Brito, Matias Cardoso, Antônio Gonçalves Figueira, João Gonçalves do Prado, Manuel Nunes Viana simbolizavam um tipo de sertanejo, o homem poderoso dos currais, que contribuiu para a formação de territórios marcados por extensas incorporações fundiárias. Propriedade ou posse territorial era sinônimo de poder e respeito. Na margem esquerda do São Francisco, por exemplo, na Capitania de Pernambuco, Garcia d'Ávila possuía terras com mais de duzentas e sessenta léguas de testada, as quais se prolongavam por mais de oitenta léguas em direção ao rio Parnaíba segundo Abreu (1998). Na margem direita, na área sob jurisdição da Capitania da Bahia, estendendo-se pela de Minas Gerais, Antônio Guedes de Brito, proprietário da Casa da Ponte, detinha mais de cento e sessenta léguas, contadas desde o Morro do Chapéu até a barra do rio das Velhas. Nas terras desse latifundiário se assentaria, após a descoberta das minas, o régulo Manuel Nunes Viana.

Os potentados detinham poderes administrativo, civil e jurídico. Em suas mãos estava o controle e a cobrança das passagens de rios caudalosos, que pela

legislação pertenciam à Fazenda Real, a influência sobre os vigários das capelas, muitas delas localizadas nas terras da sua própria fazenda, quando não na varanda da moradia principal, a aplicação da “justiça”, a fiscalização e a arrecadação de impostos, o confisco de mercadorias, entre outros aspectos. Em razão do respeito ou do medo que impunham sobre a população, a Coroa procurou delegar poder a esses homens em troca da concessão de honrarias, títulos, cargos e sesmarias, esperando deles a manutenção da ordem ou certa estabilidade social nas áreas do sertão. A administração colonial dependia dos potentados para qualquer iniciativa “pública” nas áreas mais distantes da Colônia como a abertura e conservação de caminhos, a construção de capelas e prédios “públicos”, a instalação de registros fiscais, o combate e a redução de indígenas, a implantação da cobrança de impostos nas passagens de cursos d’água etc²⁶. Uma das principais consequências desse tipo de aliança na zona foi a formação de territórios de atuação de criadores influentes, *de mando*, aspecto estudado minuciosamente por Silva (2001) e Anastasia (2005). Era o poder dos pecuaristas poderosos, reconhecido coletivamente pela população, que influenciava ou ditava o ritmo da vida social nos *currais*.

Memorialistas, viajantes, autoridades coloniais e historiadores cunharam a imagem do criador de gado dos *currais* associada a um homem *insolente, régulo e facinoroso*. Essas qualificações resultam dos diversos motins e rebeliões que ocorreram na zona do São Francisco e contribuíram para cristalizar um retrato veraz de alguns dos sertanejos habitantes dessa área. Entretanto, tais características não eram exclusivas do potentado pecuarista, pois elas estiveram presentes entre os povos de outros espaços da capitania, para não dizer no restante da Colônia. Outra questão a ser destacada é que quando consideramos os *currais* como uma área assinalada por *territórios de poder privado* não estamos pressupondo que essa característica não ocorresse em outros espaços (os *matos* ou os *campos*, por exemplo) ou, até mesmo, naqueles mais institucionalizados, as *minas*, locus dos poderes administrativo, civil e jurídico. O próprio discurso das autoridades coloniais evidencia a insegurança vivenciada pelos habitantes dos núcleos urbanos onde a violência, os motins e o uso da força física e do poder eram frequentes.

²⁶ Em 1726, por exemplo, Dom Lourenço de Almeida elegeu Sebastião Barbosa Prado para o posto de “capitão-mor dos sertões dos currais da Bahia”. Nas palavras do governador, o pecuarista era uma “pessoa de muito merecimento”, proprietário de “muitas fazendas que o faziam um dos mais opulentos moradores daquelas partes”. Ao provê-lo no cargo aludido, o administrador esperava “evitar as desordens e inquietações” de algumas pessoas mal “morigeradas”, pela falta de justiças e oficiais em sertões tão distantes das *minas*.

Na visão das autoridades coloniais, interiorizar a administração metropolitana no vale do São Francisco era medida extremamente necessária, pois ali os moradores “rebeldes” estavam fora do alcance da lei, da igreja e da civilização. Em carta ao rei de Portugal, Dom Pedro de Almeida afirmou em 1720 que a Comarca do Rio das Velhas, “mais distante” de todas, era o “centro das dissensões e cabalas”, “a mais remissiva” e que “a tudo se opunha mais facilmente ao que às outras convinha”. E tal problema só poderia ser resolvido quando se deportasse para Lisboa muitos potentados ali residentes²⁷. Outro administrador das Minas, Martinho de Mendonça, relatou em 1736 que os moradores daquela área, “um país habitado por régulos, não conheciam outra lei que a da força” e por isso deveriam ser submetidos à boa ordem e sujeição da justiça²⁸. As determinações emanadas de Portugal e dos centros de governo da capitania não chegavam a serem aplicadas nos *currais*, pois, segundo José de Sá Bittencourt e Acióli (1799), em documento transcrito por Anastasia (2005, p.56), em “quase todo o sertão das extremidades da Bahia, Minas Gerais, Goiás e Pernambuco, o respeito da régia autoridade” era “bem à semelhança da luz cujos raios” eram “tanto mais fracos quanto maior era a sua distância do foco”. E os criadores de gado do São Francisco resistiram quando a metrópole buscou estender sobre essa área a ordem pública implantada nas *minas*.

No projeto de interiorização da máquina administrativa e fiscal nos *currais*, certos fatores dificultavam sua instalação e efetividade. O primeiro, antecipado por José de Sá Bittencourt e Acióli, se resumia à grande extensão das Comarcas do Rio das Velhas e Serro Frio, característica agravada pelas disputas e fronteiras imprecisas com as Capitanias de Goiás, Pernambuco e Bahia. Os limites da área de competência de cada jurisdição não eram muito perceptíveis: se estendiam até onde a autoridade do governo vizinho não reivindicasse sua possessão. Como eram frequentes os litígios entre vilas e capitanias pelo controle de territórios, a aplicação da justiça se tornava confusa. Outro aspecto residia na distância de dezenas, até centenas de léguas, de muitos locais dos principais e mais próximos centros jurídicos: as vilas de Pitangui, Sabará, do Príncipe e de Minas Novas. Isso deixava uma extensa zona sem autoridades “representativas” e órgãos administrativos, favorecendo o “clima” de impunidade entre os poderosos. Destaque-se ainda a presença de certa autonomia na área, advinda da pequena intervenção da Coroa, já

²⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.24, n.2, p. 501, 516, 523, 533 e 563, 1933.

²⁸ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.1, p.649, 1896.

que a atividade principal (pecuária) estava desvinculada de um maior controle, que recaía, especialmente, sobre o circuito de exportação principal, a mineração.

Os motins nos *currais* ocorreram com maior magnitude em dois momentos: na administração de Dom Pedro de Almeida (1718-1720) e na de Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1736). O primeiro governador quis estender o imposto das passagens dos rios e dos dízimos sobre a área em 1718, mas encontrou resistência da população, liderada pelo régulo Manuel Nunes Viana, que se envolvera em conflitos nas minas desde a época da guerra dos “Emboabas”. Esse potentado, que chegou a afrontar a administração colonial no projeto de interiorização do fisco, especialmente no que diz respeito ao arrendamento da passagem da Barra do Rio das Velhas, se opôs às ordens do governador por meio da alegação de que as terras daquele lugar pertenciam a D. Izabel Maria Guedes de Brito, herdeira de Antônio Guedes de Brito, e, por isso, os povos da localidade não deveriam pagar foros ao governo de Minas, mas ao da Bahia. O Conde de Assumar tinha a opinião de que enquanto Nunes Viana estivesse naquele sertão haveria de “trazer sempre inquieto as partes da Bahia, de Pernambuco e quase todo o governo” das Minas, que não tinha condições de reprimir um levantamento da população. O ministro temia que o potentado pusesse a capitania em “sítio de gados”, principal mercadoria consumida nas vilas do ouro, pois tivera a notícia de que o pecuarista ordenara a seus vaqueiros a soltura das boiadas nos campos, ao invés do envio para as *minas*, para, com isso, incitar outros criadores a fazerem o mesmo²⁹.

Mas, os conflitos nos *currais* não foram desencadeados apenas por potentados. Esses eventos foram, inclusive, liderados por eclesiásticos e pela população local, os quais, de maneira análoga, se utilizaram de justificativas semelhantes, como o fato de estarem subordinados à Capitania da Bahia, para tentar fugir do controle do governo das Minas e dos impostos devidos a esta jurisdição. Em 1720, quando Dom Pedro de Almeida publicou um bando determinando que as terras compreendidas entre o Serro do Frio e as Barras dos Rios das Velhas e Paraopeba ficariam sujeitas à sua administração, não ao comando do governador da Bahia, estratégia por ele utilizada para incorporar a área

²⁹ Manuel Nunes Viana, com o intuito de prejudicar o arrematante do contrato das entradas da Bahia e o abastecimento de carne nas *minas*, ainda mandou publicar uma ordem na Barra do Rio das Velhas para que “ninguém recebesse gado em suas fazendas”, onde era de costume a engorda das reses magras que chegavam dos sertões. O régulo também arregimentou violentamente o povo, obrigando-o a impugnar a diligência do Ouvidor Bernardo Pereira, que vinha para a zona com o objetivo de instalar uma vila na localidade de Papagaios e garantir a jurisdição das Minas sobre aquela área. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.3, n.1-2, p.252-261, 1898. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.444-445, 1933.

à sua jurisdição e garantir a cobrança dos tributos, houve sublevação da população. O padre Antônio Corvelo, vigário do arraial de Matias Cardoso, estendeu arbitrariamente a alçada da sua paróquia por mais de 160 léguas, até o distrito da Barra, e passou a ameaçar, com promessas de excomunhão, os moradores que obedecessem às ordens emanadas do governo da Capitania das Minas, ainda convocando os habitantes para um levante e impedindo sistematicamente a posse de outros clérigos enviados pelo conde de Assumar para a área.

Outro importante levante ocorrido nos *currais* sucedeu durante a administração interina de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, em 1736. Vale primeiro lembrar que, desde o princípio das minas, a ocupação do sertão do São Francisco não seguiu os pressupostos básicos da política metropolitana para as áreas de extração de ouro, marcada pela montagem de um aparato burocrático, tributário e fiscalizador. Ao contrário, a zona sofria pouco com a tributação, que se restringia aos dízimos e aos impostos cobrados nos registros. No levante, a população se negou a ser incorporada à nova ordem fiscal implantada na capitania (imposto por capitação), estendida, após a abolição das casas de fundição, inclusive aos *currais*. O governo taxou a cobrança de quatro oitavas e meia/ano por cada escravo possuído, independentemente das atividades ocupadas pelo cativo. Isso gerou a contestação dos grandes proprietários de terras vinculados às atividades agropastoris por causa da quebra de acordos costumeiros entre colonos e metrópole (já que a área não era mineradora e, portanto, estaria isenta do quinto) e, principalmente, por causa do avanço da ordem “pública” sobre territórios dominados por potentados, a ameaçar a extensa rede de poder, alianças e negócios existentes na zona³⁰.

6.4. Os campos e a produção agrária mercantil

Os termos *campos* e *matos* foram duas construções toponímicas regionais recorrentes na capitania, definidos por oposição e referenciam as percepções dos

³⁰ Em carta dirigida ao rei de Portugal, o administrador das Minas, Martinho de Mendonça, relatou em 1737 que no norte da capitania habitavam “homens poderosos [...] que acostumados a viver sem mais lei que a da sua vontade procuravam impedir o pagamento da capitação não tanto para não pagarem, como pelo receio de que com a introdução do intendente e correição haveria uma grande facilidade para o castigo das insolências que com frequência cometiam”. À resistência dos povos dos *currais* em pagar o novo tributo houve a repressão das autoridades, gerando uma onda de rebeldias. A sedição compreendeu movimentos intermitentes, em pontos diversos do norte mineiro, que gradativamente integraram-se, resultando na tomada do arraial de São Romão, onde eram entregues os bilhetes de capitação. A investida contra esse distrito explica-se pelo fato de que nele estavam instaladas as únicas autoridades de todo norte da capitania (ANASTASIA, 1989, p.82).

sertanistas, viajantes e habitantes em virtude de diferenças na cobertura natural. Presente tanto no vale do rio Grande quanto no do São Francisco, a vegetação campestre encontrava-se separada pelos afloramentos rochosos das *minas*, limitada ao norte e ao sul com a área dos *matos*, respectivamente, pela serra do Espinhaço e pela elevação da Mantiqueira. No final da década de 1690, o padre João de Faria, no *roteiro das minas de ouro*, relatou que na estrada geral do sertão, após transpor o monte da Mantiqueira na garganta do Embaú, ficava o “serro da Boa Vista”, onde começavam os “campos gerais” até confinar com os da Bahia. O vigário ainda se referiu ao atual sul de Minas como “campinas da Mantiqueira” e “campos defronte da vila de Taubaté³¹”.

A distinção entre as duas principais paisagens vegetais da capitania, definidora de particulares proto-regionais, foi evocada durante a condução de estratégia militar no princípio da instalação do governo nas Minas. Em 1711, quando o administrador recém nomeado para a nova Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, convocou as forças militares para enfrentar os franceses que haviam tomado o Rio de Janeiro, o ministro de El Rei ordenou a Damião de Oliveira que marchasse com a “gente do rio das Velhas” e se encontrasse com a “do rio das Mortes” na “Borda do Campo”, arredores do futuro arraial da Piedade (atual Barbacena), um dos limites perceptíveis, como veremos à frente, entre as duas áreas. Um autor do *código* Matoso (1999, p.241), José Álvares de Oliveira (1750), relatou que após a junção do exército, a comitiva desceu pelo Caminho Novo e “abalando do *campo*, companhia por companhia, entraram no *mato*”.

A ocorrência de um desses tipos de cobertura natural, vegetação densa ou aberta, foi de tal relevância que algumas freguesias chegaram inclusive a expressá-la em seus topônimos. Os termos *Conceição do Mato Dentro*, *Itambé do Mato Dentro* e *Caeté* (o último na língua indígena significa mato “bravo”, sem mistura de campo) são exemplos da importância da ocorrência da mata tropical, que se estendia do litoral até esses distritos. Em outras paróquias como as de Congonhas do Campo, do Serro, do Araxá e do Sabará (o termo *congonha* na língua indígena significa *mato desaparecido*), a vegetação de realce era o cerrado, formação vegetal

³¹ Em 1717, no diário da jornada de Dom Pedro entre o Rio de Janeiro e as Minas pelo Caminho Velho, o autor, anônimo, também lembrou que após transpor a serra da Mantiqueira e passar por Pinheirinho, Rio Verde e morro da Boa Vista, o viajante se deparava com os “campos grandes”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v.3, p.312, 1939. O *roteiro das minas de ouro* foi transcrito por Derby (1901, p.266-269).

campestre que explica o emprego da terminologia. No sul da capitania, a expressão *Campanha do Rio Verde* decorre da combinação de duas características físicas da área: extensa zona de campos de altitude, cujas características eram a existência de “terreno plano” e vegetação “rala”, e rede hidrográfica destacada pela presença de um importante rio, o Verde.

Os campos estavam presentes, sobretudo, na Comarca do Rio das Mortes. Quando Saint-Hilaire (1975b, p.45), em 1819, passou pelos arredores do rio Grande, assim se pronunciou: “entrei na região dos *campos*”. Ele observou uma “enorme extensão de colinas arredondadas, cobertas por um capim acinzentado”. Nos altos dos morros se encontravam pastagens, compostas por gramíneas, a exemplo do capim-frecha, cássia, melastomácea e rubiácea, com pequena presença de subarbustos, e nas baixadas observavam-se capões, muito menos vigorosos do que as florestas virgens. À medida que o solo se tornava úmido, as plantas lenhosas ocorriam com maior frequência. Nos fundos dos vales, a despeito da aparição de alguns poucos matos, o viajante notou que o terreno mostrava-se “coberto de arbustos”. A fauna na zona era diversificada, formada por tatu, tamanduá, cobras, jaburu, garça, onça, anhumá (parra), formigas, pica-paus, borboleta, mosca, jacu, capivara, mergulhão etc.

Uma distinção ambiental entre os *campos* do sul (vale do Rio das Mortes) e aqueles do norte (vale do Rio das Velhas) residia nas diferenças de altitude entre eles, fato que inclusive explica a ocorrência da araucária, árvore de terras altas, entre os primeiros. Essa vegetação foi observada por Saint-Hilaire (2002, p.41) ao passar pelos arredores de Ibitipoca e Barbacena. Ele notou “um bosque quase que inteiramente” composto por pinheiros, os quais ainda cresciam em outros terrenos visitados pelo naturalista como as “altas montanhas do Rio de Janeiro”, os arredores de Curitiba e a Capitania do Rio Grande, onde eles desciam até a *borda do campo*. O viajante considerou que a araucária se encontrava nos limites das matas com os campos, atuando como um indicador de temperatura, uma espécie de termômetro. Como no inverno essas zonas eram frias e os “ventos cortantes e desagradáveis”, os fazendeiros costumavam fechar os ranchos das suas propriedades com paredes, a fim de evitar tais incômodos.

Nos vales dos rios São Francisco e Grande, a característica econômica primaz dos campos residia na atividade pecuária, com algumas diferenças, pois a finalidade principal das boiadas no primeiro era, como vimos, a comercialização para o corte, enquanto no segundo o gado destinava-se à produção de derivados (leite e

queijos). No sul, em algumas zonas, observava-se ainda uma ocupação agrícola variada, voltada para a subsistência e, em poucos casos, para o mercado. Saint-Hilaire (2002, p.42), quando passou pelos “campos” do Termo da vila de São João notou que os habitantes aplicavam-se também à agricultura³². O naturalista considerou que os lavradores, por trabalharem ao lado dos escravos e passarem um bom tempo nas plantações e no meio dos animais, “tomavam, necessariamente, algo da rusticidade das ocupações”. Eram diferentes, por exemplo, se comparados aos mineiros da área das *minas*. Estes, por apenas vigiarem os cativos, tinham mais ocasiões para conversar e pensar, além de cuidar da própria educação e da dos filhos.

A Comarca do Rio das Mortes, com a crise da extração do ouro na área central da capitania e a migração da população das vilas, passou a experimentar um vigoroso crescimento demográfico, com destaque para o espaço rural e para os núcleos urbanos de São João Del Rei, Barbacena e Campanha, os quais se tornaram entrepostos regionais e provinciais, pólos de exportação e do comércio atacadista. As memórias de José João Teixeira Coelho (1994, p.79) e José Joaquim da Rocha (1995, p.127), escritas, respectivamente, em 1776 e 1781, atestam que a comarca citada, na época em que os autores redigiram os trabalhos, era a mais “vistosa” e “abundante” de víveres de toda a capitania, pois supria a própria demanda interna e exportava diversos produtos para outras, principalmente gados, suínos, toucinho, queijos, milho, feijão e arroz. Era onde, segundo Vasconcelos (1901, p.830), a “agricultura mais florescia”. Todavia, a importância da comarca não decorria apenas da expansão da agropecuária, mas ainda do comércio interno e interprovincial³³.

Os naturalistas Spix e Martius (1981, p.194-195), ao passarem pela vila de São João Del Rei em 1818, observaram que as ruas calçadas, as belas igrejas, guarneçadas com pinturas de artistas “nacionais”, as lojas com artigos de luxo e do comércio europeu e as várias oficinas indicavam “a riqueza do lugar que, por suas transações com o sertão”, era um dos “mais animados do Brasil”. A mineração de ouro, outrora significativa, dava lugar ao comércio. Outro distrito importante, a vila de Barbacena, foi caracterizado por Saint-Hilaire (1975a, p.61; 1975b, p.40), em 1816 e

³² Pizarro (1909, p.589) confirmou a presença da agricultura nos “campos” do sul, “muito bem cultivados” em suas palavras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.13, p.589, 1909.

³³ Entre 1776 e 1820, o percentual de habitantes da Comarca do Rio das Mortes no conjunto total da população da Capitania de Minas passou de 24,2 para 43% segundo dados apresentados por Cunha (2007).

1819. O francês notou a presença de várias lojas bem sortidas, diversas vendas e algumas estalagens e afirmou que em “nenhuma outra vila” da capitania a mão-de-obra era tão cara, devido ao fato daquele núcleo urbano ser “incessantemente atravessado por viajantes”. Burmeister (1952, p.278), que também passou pela última vila, destacou em 1850 que havia gente “muita rica no lugar” e o distrito desempenhava a função de primeiro depósito das mercadorias vindas do Rio de Janeiro para a Província de Minas, pois, de cada três casas, uma era venda ou loja e alguns estabelecimentos comerciais se comparavam aos da capital do país.

O viajante Freireyss (1906, p.174) ficou impressionado com o quadro econômico da paisagem quando entrou na área dos *campos*, proximidades da vila de Barbacena, em 1814. O naturalista notou que a partir dali a “criação começava a ser a indústria da população e a monotonia do extenso planalto” ou dos *matos* era interrompida por “grupos de gado, cavalos, burros, cabras e carneiros pastando³⁴”. Todos os animais estavam soltos nas imensas pastagens e quando o viajante os observou encontravam-se magros porque na época em que percorreu a área, tempo das águas (novembro a abril), era incomum o fornecimento de alimento. O gado criado nesses campos era oriundo dos *currais* do São Francisco. Mas, a pecuária diferia dos moldes daquela zona. Apesar do fornecimento de carne verde para a Capitania das Minas e para a Corte, o principal resultado que se tirava da atividade de criação no sul provinha da fabricação de queijos e leite, artigos lucrativos que juntamente com o toucinho abasteciam os mercados local e provincial e a cidade do Rio de Janeiro.

O conteúdo econômico da organização territorial dos *campos* foi, portanto, outro atributo responsável pela conformação da sua distinção, principalmente quando comparado aos *matos*. Eram notáveis as diferenças produtivas entre as duas áreas: enquanto na zona florestal encontravam-se estabelecimentos rurais com atividade agrícola voltada para a subsistência e/ou para o abastecimento de mercados intra-regionais criados pelos centros urbanos nas *minas* e pela circulação de viajantes ao longo dos caminhos de acesso a elas, nos *campos*, a ocorrência de formação vegetal assinalada pela presença de arbustos e campinas tornava o espaço muito favorável à criação de gado. Um importante registro dessa diferença foi deixado por Saint-Hilaire (2002, p.53), quando o naturalista pousou numa fazenda

³⁴ Oscar Canstatt (2002, p.344), quando passou pela área em 1871, quase sessenta anos após o registro de Freireyss (1906), fez uma observação semelhante ao destacar que “por trás das colônias de Batalha, Confisco, Borda do Campo e Rancho Novo” havia “culturas de cereais e numerosos rebanhos de gado”, os quais “davam vida à paisagem”.

localizada nos arredores de Barbacena. O viajante mencionou que o proprietário dela possuía outro estabelecimento, na “*mata*, ao lado do rio Pomba”, mas com uma característica peculiar: “lá se plantava milho e aqui”, onde o francês estava hospedado, se “criava gado”. Isso individualizava as duas zonas: a primeira, dedicada, especialmente, à agricultura e a segunda, à pecuária³⁵.

O naturalista Saint-Hilaire (2002, p.53) deve ter sido o primeiro a empregar o termo *mata* quando se apôs ao *campo*. O viajante lembrou que a cultura do milho na segunda área produzia apenas cem por um. Esse era um dos motivos pelo qual os proprietários abastados tinham plantações a alguma distância, em melhores terrenos, os *matos*, e criavam animais em pastos excelentes, os *campos*, os quais explicavam a riqueza de distritos como o de São João Del Rei. Naqueles, a presença de grandes extensões de florestas era de fundamental importância para sustentar o sistema de cultivo agrícola baseado nas queimadas, o qual exigia a constante incorporação de novas terras de matas virgens para promover a fertilização do solo pela decomposição vegetal advinda do uso do fogo. Destacou ainda o francês que enquanto na agricultura implantada nos matos havia elevada necessidade de mão-de-obra, nos campos, as características da criação de gado exigiam pequeno número de mulatos e os escravos estavam para os homens livres na proporção de um para três.

A pecuária ocorria ao longo do vale do rio Grande. Todavia, de acordo Teodoro Sampaio e Jesuíno de Mello (1870), entre as situações pastoris do atual sul de Minas, onde alguns núcleos de criação tiveram grande desenvolvimento, destacavam-se, principalmente, os “belíssimos campos” que se estendiam entre as últimas nascentes do rio Pardo e as do Jaguari-mirim. Particularmente no sudoeste da província, a vegetação campestre fazia parte do sistema de mercantilização do gado oriundo dos sertões do Brasil central. Os fazendeiros-criadores daquela área, cujos estabelecimentos se localizavam entre o vale do rio Grande e as proximidades do rio Uberaba, aguardavam os negociantes ou “sociedades de marchantes” do Rio para venderem as boiadas das suas propriedades. Os agentes dessas companhias alugavam as maiores invernadas em Caconde (Província de São Paulo), Passos e

³⁵ Há, portanto, um grande equívoco em Paula (2006, p.3 e 9-10), ao afirmar que “não se pode falar em Zona da Mata antes da década de 1870”. O pesquisador defende que a formação dessa região enquanto “espaço delimitado e diferenciado” ocorreu apenas após a modernização dos transportes (rodovia e ferrovia), propiciada pela expansão da atividade cafeeira. Infelizmente, o autor considera somente a cultura da rubiácea como o primeiro instrumento de estruturação regional, ignorando o critério físico/natural, as atividades econômicas de subsistência e as voltadas para o mercado local ou regional, antes existentes.

Uberaba para engorda do gado trazido do oeste de Minas, de São Paulo, do sul de Goiás e de Cuiabá. Esses atravessadores estavam ligados ao monopólio da oferta de carne verde à Corte (RESTITUTTI, 2006, p.198-199).

A proximidade do mercado do Rio de Janeiro colocava a pecuária do sul em posição favorável. De acordo com Saint-Hilaire (1975b, p.50), o gado, alimentado em “ótimos pastos”, tinha “justificada fama graças ao tamanho e força”, e as “excelentes pastagens do rio Grande” forneciam “a maior parte dos animais vendidos na capital do Brasil”. As vacas produziam um leite tão rico em nata quanto o das montanhas da Europa, do qual eram feitas grandes quantidades de queijos, também exportados para a Corte. O viajante, quando pousou no rancho de Carrancas, observou a presença de “várias caravanas”, umas oriundas do Rio de Janeiro, com destino a São João Del Rei e Barbacena, carregando sal em sacos, e outras dos arredores onde ele estava, com destino à capital, transportando toucinho e queijos. Estes dois gêneros formavam os ramos de comércio mais importantes da Comarca de São João e eram exportados em cestos de bambu, achatados e quadrados, cada um deles possuindo cinquenta queijos e os de toucinho pesando três arrobas³⁶.

As culturas de milho e feijão estavam presentes na zona entre os distritos de São João Del Rei e Aiuruoca, mas atendiam apenas o mercado local, pois, do ponto de vista mercantil, segundo Saint Hilaire (2002, p.62), o destaque advinha mesmo da criação de animais (gado e suínos), principal ocupação dos agricultores, única fonte de renda. Alguns fazendeiros possuíam até cinco mil cabeças de gado e cada um dispunha de uma tropa de burros para envio ao Rio de Janeiro de produtos como o leite, queijo e outros derivados. Nesse serviço e nas tarefas do campo havia grande participação de “homens brancos”. O caminho do Rio Preto era a principal via de ligação da vila de São João e de quase de toda a parte sul da província com a Corte, substituído pela estrada do Comércio por volta de 1822. A maior parte das mercadorias, dos porcos e dos bois oriundos de Goiás e do oeste de Minas (vale do rio Grande e do alto Paranaíba, de Paracatu e dos arredores das nascentes do São

³⁶ Os mercadores sanjoanenses comumente participavam ainda do atravessamento de queijos produzidos em zonas mais distantes como Araxá e Pitangui, motivo pelo qual essa mercadoria não era oriunda apenas dos arredores de São João, mas daquele comércio, efetuado em troca de importações, fato descrito por alguns viajantes e ressaltado por Restitutti (2006).

Francisco) passava por aquela rota que possuía uma dupla vantagem quando comparada ao Caminho Novo: menor distância e impostos mais em conta³⁷.

Nos arredores dos distritos de Baependi e Pouso Alto, a atividade mercantil mais rentável não era a pecuária, mas o cultivo de fumo, plantado no alto vale dos rios Verde e Sapucaí desde a segunda metade do século Dezoito, quando se expandiu a partir da primeira localidade. A cultura não demandava grandes extensões, pois onde se plantava um alqueire de milho era possível cultivar 20.000 pés de fumo, e obteve tamanho destaque a ponto de transformar aquela área na segunda maior produtora de tabaco no país, atrás somente da Bahia. O fumo era escoado para o Rio de Janeiro a partir do porto de Parati pelos tropeiros que na viagem de retorno traziam sal e ferro. Quando o viajante Saint-Hilaire (2002, p.218), em 1822, passou pelas localidades produtoras registrou a importância do plantio e do comércio daquela mercadoria ao fazer a seguinte observação:

[...] Principia-se a cultivar um pouco de fumo nas imediações de Carrancas: planta-se igualmente nas de Aiuruoca; mas, perto de Baependi e da cidade de Pouso Alto [...], quase todos se entregam a esta cultura, que dá lugar a comércio muito importante entre esta região e o Rio de Janeiro. Calcula-se a riqueza dos proprietários pela quantidade de pés de fumo que plantam anualmente e há alguns que chegam a 60.000³⁸.

Um dos limites perceptíveis de transição da paisagem do mato para a do campo estava localizado nas imediações da fazenda do Coronel Domingos Rodrigues da Fonseca, sugestivamente denominada *Borda do Campo*, final da subida da serra da Mantiqueira para os que seguiam a estrada entre o Rio e Vila Rica. Alguns viajantes e autoridades que percorreram essa rota, ao alcançarem os arredores daquela localidade, situada nas proximidades da futura vila de Barbacena, registraram a mudança nos aspectos fitogeográficos do terreno e contribuíram para consolidar a acepção do *campo* e da *mata* enquanto áreas distintas, no princípio, opostas e definidas pelo critério físico/natural. A característica vegetal dessas duas

³⁷ Na estrada do Caminho Novo, os bois eram taxados no registro do Paraibuna em uma pataca, enquanto no posto fiscal do Rio Preto o valor era a metade. Os burros de carga pagavam 460 réis no primeiro e 80 no segundo. O caminho do Rio Preto para a Corte era ainda mais curto se comparado a outros percursos como as estradas do Picu e Passa Quatro (SAINT-HILAIRE, 1975b, p.31).

³⁸ O fumo se tornou uma mercadoria importante na aquisição de cativos, sobretudo no tráfico daqueles escravos oriundos da Costa da Mina. O próprio Saint-Hilaire (2002, p.78) percebeu a relação entre o tabaco e o tráfico, ao salientar que os proprietários dos *campos* do sul da província tinham mais ou menos um gênero de negócio semelhante aos de Minas Novas, pois costumavam “procurar negros” no Rio de Janeiro, revendê-los em troca de fumo aos cultivadores menos abastados e, com isso, ganhar algum lucro.

paisagens, retratada nas Figuras 26 e 27, a primeira formada pela cobertura campestre de cerrado e a segunda pela florestal de mata atlântica, foi desenhada pelo viajante Hermann Burmeister em 1850, quando o naturalista percorreu duas áreas com aspectos semelhantes, localizadas nos arredores de Lagoa Santa e Guarapiranga.

O ouvidor Caetano da Costa Matoso (1999, p.891-897) foi um dos primeiros a documentar, em 1749, a mudança entre as duas paisagens. Ao transitar no trecho entre as serras do Mar e Mantiqueira, ele relatou que veio “continuando todo este caminho sempre por entre *matos*” e “subindo e descendo com pouca ou nenhuma diferença”, por “estradas cada vez piores”. A margem da via no segmento percorrido pelo ministro era “quase toda copada”, com “raridade de arvoredos” e ocorrência de “paus excelentes”. Mas, quando ele alcançou o cume da Mantiqueira, observou que a paisagem se tornava menos “embaraçada”, “desafogada” nos arredores da fazenda da Borda, “por nela encerrar o caminho do *mato*”. Assim que ingressou na nova área, ele fez uma importante consideração: “vim entrando” pelo caminho que “chamam *campo*, por descoberto a respeito do *mato*”, mais “espaçado”, “caminho excelente e desafogado”.

O *caminho do mato* era a designação dada para o trecho da estrada do Rio de Janeiro localizado entre as serras do Mar e Mantiqueira. O *caminho do campo* se estendia desde a fazenda da Borda até a subida da serra de Ouro Branco, onde a paisagem adquiria características semelhantes às da zona das *minas*. Aquele era marcado por subidas e descidas abruptas, enquanto este pela ocorrência de relevo mais plano. Por isso, considerou o ministro que a estrada no espaço descampado, após alcançar a Borda, era de melhor comodidade para andar. À medida que caminhava, o ouvidor avistou “morros “descobertos”, “revestidos nas áreas mais planas por um feno de uns dois palmos” e nas baixadas por “nódoas de mato” virgem, chamado “capões” e “galerias”. A vegetação campestre, espaçada e de menor porte quando comparada à mata fechada, explicava porque o “calor já apertava bastante³⁹”.

³⁹ No contexto recente, ainda é possível observar a transição da paisagem do *campo* para a do *mato* quando passamos da atual região do *Campo das Vertentes* para a da *Zona da Mata* (em que pese a redução de boa parte da cobertura florestal original da segunda área). A mudança pode ser notada nos arredores dos municípios de Conselheiro Lafaiete, Carandaí e Barbacena, após deixarmos a BR 040 e seguirmos em direção a um dos seguintes municípios: Itaverava (BR 482), Caranaíba (AMG 0405), Capela Nova (MGT 275), Senhora dos Remédios (AMG 420), Desterro do Melo (MGT 265) ou Rio Pomba (MG 448).

Figura 26 - Vista do *Campo*. Lagoa Santa (1850)



Fonte: Hermann Burmeister (1952, p.251).

Figura 27 - Vista do *Mato*. Guarapiranga (1850)



Fonte: Hermann Burmeister (1952, p.107).

O mineralogista Eschwege (2002, p.247-248) também observou atentamente a mudança da paisagem ao alcançar o cume da serra da Mantiqueira em 1811. O alemão relatou que “depois de 50 léguas de estrada mata adentro, com uma vista muito limitada”, chegava-se a um “*mundo novo*, onde “descortinava-se diante dos olhos um horizonte aberto e pradarias”. A floresta desaparecia pouco a pouco pelos lados e após o lugar chamado Batalha surgiam cumes pelados, chamados por ele de “*campos*”. A distinção entre as duas paisagens do mesmo modo não passou despercebida por Pohl (1976, p.82), pois quando ele subiu a elevação citada e alcançou a fazenda da Borda relatou que “ficavam para trás serras e florestas, abrindo-se à vista campos relvados, exuberantemente cobertos de plantas”.

Outro registro foi deixado por Freireyss (1906, p.174), em 1814. O viajante enfatizou que após atingir o cume da Mantiqueira deparava-se, logo à saída da mata, com o povoado de Batalha, distante meia légua da grande fazenda por sinal denominada *Porto do Campo*. O naturalista observou que “o dia já tinha começado e viu o cenário mudado: morros chatos e nus até se perderem de vista, cobertos apenas por capim baixo e árvores e arbustos atrofiados”, um “contraste notável com as densas matas virgens” por onde passara. O viajante deixou a seguinte reflexão:

Que diriam aqueles que acreditam nas narrações dos viajantes anteriores, que só falam de *matas*, de laranjeiras e regiões onde a caça de toda espécie se atropela e onde as mais extravagantes flores enchem a atmosfera com os seus aromas? *Que diriam se lhes mostrassem o campo?* [...] *Sai-se de um extremo a outro; desde a Serra da Estrela somente mata impenetrável, aqui morros calvos.* Também são outros os animais que aqui vivem (FREIREYSS, 1906, p.174) (Grifos nossos).

O francês Saint-Hilaire (1975a, p.42; 2002, p.47) observou detidamente e descreveu com detalhes a mudança da paisagem. O naturalista assinalou que entre o rio Paraíba do Sul e a serra da Mantiqueira, “antes de Barbacena”, localidade onde começavam os “pastos naturais”, a característica que sobressaía era a “cobertura de florestas” nas “montanhas”. “O mato era, em geral, mais comum do que os pastos”, situação que se invertia depois da vila citada, tanto em direção às *minas* quanto à Capitania de São Paulo, pois, “em subidas e descidas, a altitude se elevava gradualmente e a vegetação se tornava pouco a pouco menos vigorosa e variada”. O viajante fez uma consideração sobre a transição da paisagem do mato para a do campo, enfatizando os aspectos intermediários na mudança, como se observa no fragmento seguinte.

[...] As árvores que se vêem têm pouco menos vigor, e não se apresentam mais em agrupamentos condensados [...] O viajante, fatigado de atravessar florestas, avista subitamente vastas pastagens. Não se pense, todavia, que a transição das matas para os campos se faz bruscamente e sem aspectos intermediários; durante algumas léguas se vêem ainda muitas de arvoredo de espaço a espaço; mas, pouco a pouco, vão se tornando mais raras, e acabam por desaparecer. A vegetação que se tem sob os olhos é absolutamente diferente das matas virgens; as árvores gigantescas sucedem gramíneas frequentemente mal desenvolvidas, entremeadas de outras ervas, e os vegetais que se fazem mais notar no meio dessas pastagens não passam de arbustos (SAINT-HILAIRE, 1975a, p.59)⁴⁰.

A limitação de perspectivas visuais na paisagem do *mato* contribuiu para que alguns viajantes, a exemplo de Costa Matoso (1999, p.895), externassem um profundo sentimento de “melancolia” ao passarem pela zona. Saint-Hilaire (1975a, p.31), por outro lado, nunca se aborreceu com essa restrição, pois relatou que as características da vegetação florestal, “tão majestosa e variada”, e os efeitos “pitorescos” eram dignos de contemplação e o ocupavam durante o percurso. Mas, esse naturalista não conseguiu esconder o fascínio e o sentimento de felicidade frente à alteração inesperada do panorama na entrada do campo cuja altitude elevada e cobertura natural rasteira permitiam uma vista dilatada. Ele próprio registrou que apesar dos campos logo se tornarem monótonos era “impossível que na súbita mudança de cenário” não ocorresse certo deslumbramento por parte do observador, já que no lugar de “árvores gigantes”, cuja folhagem mal se distinguia, “descortinava-se, repentinamente, uma “imensa extensão de terreno”, marcado pela brisa suave e por “pastos salpicados de flores encantadoras, das quais, de longe, se percebiam a família e o gênero⁴¹”.

Os campos se estendiam pelo oeste da capitania por “muitas milhas de distância”, indo além dos limites com Goiás, ocorrendo sobre um “vasto planalto”,

⁴⁰ O último registro de um naturalista da mudança da paisagem do mato para a do campo nos arredores de Barbacena foi deixado por Canstatt (2002, p.334-346), que percorreu a área em 1871, quase cinquenta anos após a passagem de Saint-Hilaire (2002). O viajante ressaltou que nas margens do rio Paraíba “as matas tomavam aspecto viçoso e o reino vegetal pareceu-lhe mais rico”. As florestas nas encostas das serras exibiam “folhagem variada e os soberbos tons do sumarento verde das palmeiras davam ao quadro um aspecto tropical”. Mas, na vertente oposta da elevação da Mantiqueira, a “região apresentava aparência inteiramente diferente. A floresta, que até então possuía certas interrupções apenas por algumas grandes clareiras, pouco a pouco fracionava e picos escavados, com vastos campos, estendiam-se até onde a vista alcançava. Após a fazenda da Borda, predominavam “imensas campinas onde raramente se via alguma mata”.

⁴¹ Nos arredores da serra de Ibitipoca, Saint-Hilaire (2002, p.34) não conseguiu conter a emoção pela paisagem das campinas e registrou que “à vista dos belos campos” que se apresentaram aos seus olhos não pôde deixar de “sentir verdadeiro aperto de coração”, ao pensar que logo os deixaria “para sempre”.

cortado em todas as direções por pequenos vales e gargantas, onde só se viam “colinas cobertas por capim” segundo o depoimento escrito pelo mineralogista Eschwege (2002, p.247-248). Quando o viajante Freireyss (1906, p.182-185) partiu para aqueles arredores, no “sertão de Abaeté”, após passar por *Congonhas do Campo*, relatou que o caminho era “agradável: “ora atravessava campos, ora matas baixas”, denominadas pelo naturalista de “arbustos”, com morros “suaves” e uma vista que “divisava unicamente lugares desabitados”. Na direção norte, o limite dos campos era dado pela serra de Ouro Branco, à época conhecida como do *Deus Te Livre*, onde a paisagem se tornava “áspera” e íngreme, com ocorrência de afloramentos rochosos, ainda que não cobertos totalmente por matos, mas por uma vegetação arbustiva. Interrompido pela zona de ocorrência do ouro, a chamada “região” das *minas*, os campos voltavam a aparecer no vale do São Francisco, porém, como vimos anteriormente, em altitudes mais baixas.

A vegetação campestre se prolongava ainda pela serra da Mantiqueira, em direção ao sul da capitania, pois quando Saint-Hilaire (2002, p.70-79) desceu essa elevação pela garganta do Embaú, na divisa com a jurisdição de São Paulo, registrou que o “aspecto da região começava a mudar pouco a pouco”, ficando mais “austero” e as campinas “menos risonhas e de verdura mais escura”, onde se destacava a “majestosa e sombria araucária. O observador gozava, por intervalos, de uma vista “muito dilatada”, mas a zona “descortinada” mudava, pois se tornava “cheia de mata”. Na direção leste da capitania, o limite das campinas era dado pelos matos, chamados por Costa Matoso (1999, p.891-897) de “gerais” porque, em sua opinião, “continuavam igualmente até a Capitania do Espírito Santo e Campos dos Goytacazes⁴²”. Objeto do próximo item, essa floresta tropical se estendia num espaço marcado pelo povoamento “branco” tardio, presença de diversas tribos indígenas, fronteira agrícola aberta, atividade rural predominantemente familiar e, mais tarde, pela difusão da cultura mercantil do café, responsável pela descaracterização do critério físico-natural da área e pela sua re-funcionalização econômica, não apenas da *mata* como também do *campo*⁴³.

⁴² A expressão “matos gerais” foi utilizada também pelo padre Manoel Luís Branco para descrever a paisagem florestal do leste da capitania, após o vigário avistá-la do cume da serra de Arrepiados em 1780 (PINTO, 2010, p.135).

⁴³ Na primeira metade do século XIX, a maior parte das exportações mineiras (cerca de 97%) trafegava na rota central através de Barbacena ou pelas vias que partiam de Campanha e São João Del Rei. Todavia, os percursos pela atual “Zona da Mata” progressivamente aumentariam sua participação percentual devido à expansão do cultivo comercial do café nessa “região” (RESTITUTTI, 2006, p.147 e 200). Por volta da década de 1860, a cultura da rubiácea, voltada para exportação,

6.5. Os matos e a fronteira agrícola

No princípio de 1818, os viajantes Spix e Martius (1981, p.218) fizeram uma viagem entre a cidade de Mariana e o presídio dos índios *Coroados*, no distrito de São João Batista. Quando os naturalistas alcançaram o rio Mainart, onde começava a ocorrer a vegetação de mata atlântica, eles relataram que “mais ricas do que pelo metal” eram aquelas “terras em virtude de sua fertilidade” e era de se esperar que ali “as minas fossem suplantadas pela lavoura”. Os alemães anotaram uma importante distinção entre as áreas das *minas* e dos *matos*, ao registrarem que “a formação do gnaiss e granito, que se encontrava em muitos lugares da segunda zona, explicava o tipo de cobertura natural e indicava que haviam saído da “região alpina do mica-xisto e do xisto argiloso” e entrado no espaço das florestas, as quais se prolongavam até a “serra do mar”⁴⁴.

A florestal tropical no leste da capitania exerceu grande fascínio sobre a população, os viajantes e as autoridades. Tal foi a sua importância que inclusive no contexto atual, apesar do intenso desflorestamento, ela ainda figura como principal critério de definição regional de parte da vasta área antigamente por ela coberta. A mata se estendia ao longo dos vales dos rios Paraíba do Sul, Pomba, Muriaé, Doce, São Mateus, Muruci e partes do Jequitinhonha e do rio Grande, abarcando uma extensa zona compreendida entre as Capitânicas de Minas Gerais com as da Bahia, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com a memória escrita por José Joaquim da Rocha (1995, p.77), datada de 1778, essa área não passava de “sertões pouco penetrados” pelos portugueses, mas estava “povoada de gentios de várias nações”, refugiados nas densas e “impenetráveis” florestas.

O topônimo *mata* aparece no século Dezoito, quando se iniciou o processo de ocupação da área florestal do leste. Em 1777, o reverendo Manoel de Jesus Maria, citado numa certidão escrita por Inácio Lopes da Silva, manifestou o interesse de “aldear por diversas partes os índios do *Mato*”⁴⁵. Em 1792, o padre Francisco da

alcançaria também os *campos* do “Sudoeste da província” e a atividade pecuária deixaria de ser o principal elemento de estruturação econômica dessa área.

⁴⁴ Observação semelhante foi registrada por Eschwege (2002, p.56 e 60), quando visitou a mesma localidade. O viajante destacou que “o solo da região era muito fértil, motivo pelo qual diversos fazendeiros se assentaram” na área. O mineralogista também notou a presença de rocha gnaiss na maior parte da zona, responsável por dar origem a um “solo fértil e coberto de matas”, distinto das características pedológicas dos “extensos campos desnudos” das *minas* cujo solo advinha, normalmente, da decomposição de “xistos argilosos e ferruginosos”.

⁴⁵ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, p.354-363, 1897.

Silva Campos, capelão do distrito de São João Batista, propôs o estabelecimento de um “registro nos limites da *Mata*” com a Capitania do Rio de Janeiro para reprimir os extravios⁴⁶. Em 1804, Caetano Luís de Miranda empregou a expressão “*Mata dos gentios coroados*” na *Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais*⁴⁷. Após dois anos, o governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo referiu-se à “*Mata geral de aquém do rio Doce*”. O ministro procurou levantar o melhor modo de afugentar os nativos para garantir a segurança dos colonos daqueles “*Matos*”⁴⁸.

A presença indígena, que estava associada à mata, foi outro atributo que contribuiu para a distinção da zona. Enquanto nos *campos* da serra do Espinhaço e do vale do rio São Francisco predominava a vegetação de cerrado com suas faixas de matas descontínuas, onde se encontravam silvícolas com quase dois séculos de contatos com os portugueses, no leste, ao contrário, as florestas densas, quase impenetráveis, com trilhas “ocultas” e muitos cursos d’água, facilitavam a resistência de certos grupos indígenas e contribuíram para atrasar a conquista da área. Esses nativos, desde quando foram rechaçados pelos portugueses de suas antigas habitações no litoral, viviam em isolamento constante, inclusive guerreando entre si pela disputa de território. A população das *minas* e da fronteira conviviam com as notícias vindas dos matos acerca de colonos mortos a flechadas ou devorados pelos temidos *Botocudos*⁴⁹.

O espaço de ocorrência da floresta tropical foi fechado à ocupação desde a publicação, em 1736, do bando de aditamento ao Regimento de Minerar por Gomes Freire de Andrade, normativa que proibiu o lançamento de posses em zonas não povoadas da capitania. Essa política de restrição objetivava conter o avanço de colonos em direção à fronteira e a abertura de picadas clandestinas no entorno das *minas*. Isso contribuiu para que a zona de mata atlântica fosse tratada como “área proibida” à ocupação, pois o contrabando de riquezas minerais através desse espaço poderia ocorrer em virtude da inexistência de registros e patrulhas no interior da floresta. Ao vedar o povoamento dessa faixa, a administração colonial esperava combater, de forma “natural”, o descaminho do ouro em virtude da presença da vegetação fechada e, principalmente, da ocorrência entre ela de tribos de índios

⁴⁶ Idem, p.713.

⁴⁷ Carta disponível na Biblioteca do Exército Português (<http://www.exercito.pt/bibliopac/>).

⁴⁸ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, p.354-363, 1897.

⁴⁹ No princípio do século Dezenove, o príncipe Maximilian destacou que “o rude selvagem *Botocudo*”, habitante do vale do Rio Doce, “era mais formidável que todas as feras, o terror das matas impenetráveis (DUARTE, 2002, p.275)”.

belicosos como a dos *Botocudos*, considerados antropófagos⁵⁰. No entanto, apesar das restrições e das condições adversas ao devassamento da área, ela não se manteve intacta à ocupação durante o período colonial.

A própria administração metropolitana, ao mesmo tempo em que procurou vedar o povoamento do leste, com resoluções impedindo o acesso dos colonos em virtude das possibilidades de descaminho do metal, foi conivente com o devassamento da zona, pois chegou a conceder sesmarias situadas em paragens não povoadas, ou seja, restritas pelos bandos lançados. Muitas dessas concessões visavam reconhecer o direito de posse, lançada ou comprada, ou atender alguma petição de colono, pois, ao longo do devassamento da capitania, o processo predominante de ocupação do espaço rural foi o da difusão generalizada de posses em áreas de fronteira, com a expansão populacional interiorizando-se pelas bordas das *minas*, apesar dos regimentos proibitivos. Aliás, bandos ou ordens que restringiam a ocupação de espaços não povoados ou remotos foram reiterados diversas vezes, o que demonstra uma indiferença dos povos pelos decretos coloniais.

A imagem do leste da capitania como área não ocupada foi resultado da existência, na maior parte da zona, de um povoamento “rarefeito”, da presença da mata fechada e de grupos indígenas “selvagens”. Tal visão ainda pode ser explicada pela ausência de sedes distritais de grande importância econômica e demográfica e pela inexistência de núcleos urbanos erigidos à condição de vila, já que, durante o período colonial, não houve na área um arraial sequer com tal atributo, o que contribuiu para criar a ideia de um espaço onde os valores da “civilização” e o poder/governo metropolitano estavam ausentes⁵¹. Características marcantes como fronteira “inexplorada”, predomínio da agropecuária de subsistência, cobertura florestal e tribos indígenas belicosas talvez não justificassem a honraria de elevação de arraiais aí localizados. O primeiro distrito a receber o título de vila foi o de São

⁵⁰ O desejo de se utilizar da mata e dos seus habitantes “selvagens” para evitar o contrabando está implícito na fala do governador Luiz da Cunha Menezes (1784): “Sertão para a parte de Leste, denominado áreas proibidas, na hipótese de servirem os ditos sertões de uma barreira natural a esta Capitania, para segurança da sua fraude”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.1, p.707, 1896. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, p.347, 1897. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.16, p.457-458, 1911.

⁵¹ Na *mata*, a importância demográfica se encontrava disseminada no espaço rural, exatamente na borda extremo-oeste, por causa da proximidade dessa parte com as *minas*. A freguesia de Guarapiranga, localizada nas adjacências das vilas de Ouro Preto e Mariana, é um exemplo. Em 1813, ela possuía 13.814 habitantes, a maior população da Comarca de Vila Rica. Entretanto, desta soma, o arraial não possuía mais do que 1.500 habitantes, ao passo que distritos como Ouro Preto e Mariana apresentavam, já no contexto de crise da mineração, respectivamente, em torno de 8.500 e 4.700 pessoas (COSTA MATOSO, 1999, p.706-707; ESCHWEGE, 2002, p.152).

Manoel do Pomba, no segundo quartel do século XIX (1831), ou seja, período de expansão mercantil do café.

A fronteira “aberta” nos vales dos rios Doce e Pomba foi um estímulo à busca de liberdade e independência para o agricultor familiar por meio da posse da terra. As características do solo e da topografia, se comparadas às das *minas*, eram favoráveis ao desenvolvimento e à implantação de atividades agropastoris e a área estava “acessível” a quem se dispusesse devassá-la e ocupá-la. Esse espaço foi conquistado paulatinamente ao longo do princípio e do auge da exploração mineral e, de modo semelhante aos *campos* da Comarca do Rio das Mortes, se tornou uma das áreas preferidas pelo movimento migratório com o declínio da extração do ouro⁵². A perda de lucratividade da atividade mineral foi amenizada com o deslocamento para a fronteira. Com algumas poucas sementes, ferramentas básicas (foices, machados e enxadas) e animais formava-se uma roça. O que distinguia as unidades produtivas era o tamanho e a diversificação do estabelecimento agrícola (extensão territorial, mão-de-obra cativa e atividades econômicas), visto que as diferenças no processo material de produção eram mais quantitativas do que qualitativas.

Havia freguesias cujos distritos se encontravam nas *minas*, mas, a maior parte do território de sua jurisdição estava localizado nos *matos*. Eram os casos de Guarapiranga, Itaverava, Furquim, São José da Barra, Conceição do Mato Dentro, São Miguel do Piracicaba, Serro Frio, Santa Bárbara, entre outras, situadas no alto vale do rio Doce, algumas com povoamento rural até expressivo. Entre a margem direita do rio Doce e a divisa com a Capitania do Espírito Santo não havia sequer um arraial elevado à condição de freguesia. Aquelas mencionadas, quando comparadas às dos *campos* das Comarcas dos Rios das Mortes e das Velhas, possuíam uma característica peculiar: importância da atividade agrícola e inexpressividade da criação de bovinos. Os inventários de Guarapiranga, por exemplo, estudados por Oliveira (2006) para o período entre 1749 e 1820, indicam, com frequência, a presença de pequenos plantéis de bovinos e a criação de porcos. Na agricultura, o destaque advinha do plantio do feijão e do milho, utilizado na produção de farinha, angu e canjica e na engoda dos suínos. Os gêneros cultivados, conjugados à

⁵² A crise da mineração gerou declínio e estagnação da população na maioria dos distritos mineradores antigos. Nas freguesias de fronteira (parte oriental do Termo de Mariana e Comarca do Rio das Mortes) ocorreu um aumento do número de lavradores e dos valores do dízimo. Isso nos leva a considerar que o deslocamento para a fronteira surgiu como alternativa frente à crise da exploração mineral nos principais núcleos urbanos (CARNEIRO, 2008, p.156-158).

presença de alguns poucos animais de tiro e tropa para os trabalhos da roça, apontam para uma estreita ligação entre atividade roceira e produção voltada, principalmente, para o consumo doméstico⁵³.

No universo da produção agrária estritamente mercantil, duas atividades se destacavam na borda extremo-ocidental dos *matos*, particularmente nos arredores do distrito de Calambau e no vale do rio Xopotó. A primeira era o plantio de fumo cujo abastecimento estava voltado, principalmente, para o centro urbano de Ouro Preto. A segunda atividade consistia no cultivo de cana-de-açúcar, associada aos engenhos e alambiques para a fabricação de aguardente, açúcar e rapaduras. Em 1832, na “Relação das Fábricas de Engenho de Cana do Distrito de Calambau”, citada por Godoy (2004, p.10), foram arroladas 21 unidades produtivas, nas quais se empregavam 313 escravos e 41 libertos, média de 15 cativos por engenho, com uma produção no ano anterior da ordem de 2.000 arrobas de açúcar, 3.860 barris de aguardente e 720 cargas de rapaduras. A localização da área (próxima dos distritos de Vila Rica e Mariana, importantes centros de consumo), os atributos naturais (clima e solo), o efeito multiplicador criado pela circulação de ouro em pó, os incentivos da administração colonial por meio das concessões de terras, o elevado número de posses lançadas parecem ter sido fatores fundamentais para a implantação e o desenvolvimento das atividades fumageira e açucareira no vale do rio Piranga.

A atividade agrícola, tanto de subsistência quanto mercantil, era baseada na contínua derrubada e queima da mata⁵⁴. Onde não havia florestas não existiam lavouras, assim se expressou Saint-Hilaire (1975a, p.90). A constante incorporação de matas virgens era, portanto, o elemento central da manutenção dos níveis de produção e produtividade. Essa percepção foi documentada pelo memorialista José

⁵³ Na análise dos registros da produção agrária mercantil (dízimo), Carneiro (2008, p.174-177) observou que a freguesia de Guarapiranga, a mais importante do ponto de vista demográfico da área dos *matos*, possuía, em 1750, o maior número de lavradores avençados da capitania (424). Esse dado reflete a condição de fronteira “aberta” dessa jurisdição, sustentada pela disponibilidade em abundância do principal fator de produção: a terra. Apesar da freguesia apresentar o quarto maior valor da atividade agrária mercantil entre as quarenta e oito da época, em termos do montante médio pago por lavrador ela figurava em 32º lugar. A explicação para essa aparente contradição pode ser elucidada pela expressividade do setor de subsistência, notável na grande soma de roceiros avençados com valores diminutos.

⁵⁴ O processo de formação de uma roça era o seguinte: na estação seca, com auxílio do machado e da foice, as porções de matas em que se desejam cultivar eram abatidas (“roçadas”). Cortavam-se, em altura conveniente, as árvores. A fertilidade dos solos advinha das cinzas produzidas após a queima dos restos de galhos e troncos secos (“coivaras”). No início da estação chuvosa efetuava-se a semeadura entre os tocos e troncos queimados, formando a roça. Os cuidados se resumiam às capinas, uma ou duas, utilizando-se a enxada. Após duas colheitas, o terreno era deixado em pousio entre cinco e sete anos. Às matas virgens sucediam, então, as capoeiras, e um novo ciclo agrícola se repetia em outra área de floresta.

Joaquim da Rocha (1995, p.105), ao relatar que no Termo de Mariana havia mais fartura de víveres, que supria inclusive outras comarcas, por ele ser “bastante abundante de matos”. Muitos qualificativos foram criados para esse tipo de agricultura, descrita por Eschwege (2002, p.56) como “bárbara” por queimar as matas exuberantes e exaurir o solo até que se crescessem samambaias. Contudo, o método de produção extensivo foi reflexo dos contextos demográfico, geográfico e econômico dos séculos XVIII e XIX, numa conjuntura de população rarefeita, terras abundantes e capital escasso. Em condições de fronteira aberta como os *matos* não seria provável que a agricultura experimentasse transformações técnicas ou intensificação no sistema de cultivo. Por isso, Saint-Hilaire (1975a, p.90-92) apontou que alguns “homens podiam dispor à sua vontade de um território imenso e não tinham nenhuma necessidade de tomar precauções para poupar o pedaço de terra em que acabavam de colher alguns grãos”, tendo em vista o custo reduzido da incorporação de novas áreas.

A vegetação natural, principal elemento da definição regional, foi para os sitiantes, fazendeiros e viajantes um grande paradoxo. Fonte de riquezas por causa da oferta de uma grande variedade de madeiras (jacarandá, jequitibá, cedro, ipê, peroba, pau-brasil, vinhático, aroeira, braúna, bálsamo, putumuju, caixeta, pau-brasil, oiticica, cabiúna, entre outras), era também o lócus de riscos por causa dos ares insalubres e brejos pestilentos, onde mosquitos transmitiam febres letais; da morada de índios antropófagos e negros fugidos; da presença de assaltantes e criminosos que percorriam as veredas e se utilizavam de emboscadas para matar e roubar os viajantes e tropeiros; da existência de animais ferozes; das carências de acomodações e de alimentos; do medo infundido pela natureza em seu estado primitivo. A aparência tranquila e o aspecto exuberante da floresta contrastavam com o seu interior onde, segundo os alemães Spix & Martius (1981, p.128), “reinavam tenebrosas trevas eternas”, animais bravios e índios belicosos, capazes de “apavorar a alma”⁵⁵.

A vida na mata é ameaçada pelos perigos e pela fome, exceto a dos indígenas, astuciosos guerreiros e caçadores, conhecedores dos rastros, raízes,

⁵⁵ O viajante Freireyss (1906, p.199-200), quando visitou a tribo dos índios *Coroados* no presídio de São João Batista, foi surpreendido no caminho por uma tempestade, que o obrigou a pernoitar numa cabana. Uma passagem do seu relato evidencia o medo infundido pela floresta naquele momento e a “situação perigosa e difícil de permanência na mata”, advinda da “escuridão completa”, “interrompida apenas pelos relâmpagos”, das trovadas incessantes, das “cataratas de chuva” que se “despejavam das nuvens, “do barulho das árvores que caíam” e da repentina inundação causada pelos riachos e córregos.

frutos e insetos apropriados para o consumo, e a dos “*homens mateiros*, exercitados na rotura dos bosques e na destreza bélica contra o gentio habitante das brenhas⁵⁶”. O príncipe Maximiliano (1940, p.171-173 e 181), por volta de 1820, narrou uma viagem do capitão Bento Lourenço Vaz de Abreu Lima, que com uma grande comitiva percorreu o trecho entre Minas Novas e a foz do rio Mucuri à procura de pedras preciosas. Frente às dificuldades apresentadas aos aventureiros de caçar e pescar, o naturalista destacou que eles foram obrigados a se alimentarem de frutos, palmito e mel. Mesmo assim, no final da diligência a comitiva ficou reduzida à fome absoluta e os sertanistas foram obrigados a consumirem raízes cruas, ingerindo a de uma “mandioca brava”, causadora de vômitos violentos. Aconselhando “maior cautela” aos que ousassem penetrar naquelas selvas, o príncipe alertou ser “errado pensar que o alimento se encontrava em toda parte”, pois apesar da fauna diversificada, formada por veados, macacos, capivaras, antas, aves aquáticas, porcos-do-mato, lontras, mutuns etc, o caminhante podia “viajar dias seguidos sem descobrir um ser vivo”.

Os naturalistas se sentiram angustiados e temerosos quando passaram pelas matas virgens. O viajante Freireyss (1906, p.169-170), por exemplo, foi um dos que detestou a viagem no meio da floresta. Ele relatou que “a região deserta e inculta”, onde quase não se via homens e animais, o caminho “pouco variado”, “as matas impenetráveis, as montanhas escabrosas, os riachos encachoeirados”, as estradas ruins, “tudo isso tornava o deslocamento desagradável”. Opinião semelhante foi a de Eschwege (2002, p.238 e 257), que considerou o percurso no meio da floresta “extremamente penoso” e arriscado. O mineralogista salientou que “o estrondo e o bramido do rio, a densa e escura mata em ambos os lados”, os “perigos” do lugar, tudo isso fazia parte daquelas “cenas que costumavam causar uma arrepiante e indelével impressão, realmente uma pitoresca cena alpina”. O medo incutido pela floresta tropical foi registrado ainda pelos naturalistas Spix & Martius (1981, p.128), pouco depois de passarem pelo distrito de Santa Rita em 1818. Eles deixaram a seguinte impressão:

Mal havíamos cortado um vale alagadiço achamo-nos diante da espessura de certa mata, tétrica como o inferno de Dante, na qual parecia nunca ter penetrado o sol [...] Ao horror que esta solidão infundia na alma acrescentava-se ainda a aflitiva perspectiva de um ataque de animais ferozes ou de índios malévolos, que a nossa imaginação figurava em pavorosos quadros, com os mais lúgubres

⁵⁶ Expressão utilizada por José Azevedo Pizarro (1909, p.543).

pressentimentos. Indizível foi, portanto, o nosso alívio quando chegamos, finalmente, ao outro lado da Serra de São Geraldo e vimos luzirem cada vez mais claros os vislumbres do dia.

A representação da mata como lócus de perigos, escassez e doenças foi utilizada para justificar a necessidade de derrubá-la. Se, ao longo da primeira metade do século Dezoito, o governo colonial procurou restringir a sua ocupação, com a crise da exploração do metal na segunda metade, a área florestal passou a ser vista como um espaço que prometia uma nova fase de prosperidade para a atividade de extração e para a agropecuária devido à sua condição de fronteira. Havia grande expectativa por parte do governo colonial acerca da descoberta de novas jazidas minerais e de pedras preciosas e o rio Doce passou a ser visto como um curso d'água por onde produtos diversos como madeiras, algodão, açúcar, couros, metais, entre outros, poderiam ser exportados da Capitania das Minas para a do Espírito Santo. José Elói Ottoni foi um dos que defendeu a necessidade de impulsionar o povoamento, a agricultura e o comércio na zona, mediante a abertura de estradas e o uso dos rios. De acordo com Cambraia e Mendes (1988, p.140), o memorialista salientou em 1798 que tal medida seria eficaz para integrar as *minas* com o Espírito Santo e o Rio de Janeiro e para incentivar a colonização da “mata”, onde “era tal a fertilidade do terreno que a maior parte dos gêneros espontaneamente produziria sem mais cultura do que um provido efeito da sábia natureza”.

Uma das propostas sugerida pelo memorialista e inclusive defendida pela administração colonial, a navegação do rio Doce, esbarrava em alguns “empecilhos”. O primeiro, na visão de Basílio Teixeira de Sá Vedra (1805), se tratava da “ferocidade” dos “selvagens” *Botocudos*, pois “particularmente nas margens daquele curso d'água, área reputada pela presença de “muito ouro” e “fertilidade”, se encontrava “ainda terreno incomensurável ocupado de gentio, o mais bravo do Brasil”. Em sua opinião, era preciso expulsar o indígena, “descortinar” o rio e instalar povoações capazes de resistir aos ataques, empregando nessa empreitada aqueles “braços inúteis ou prejudiciais” residentes nas vilas⁵⁷. Os outros embaraços foram descritos pelo governador da Capitania das Minas à época (1807), Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, a seguir citados: a “insalubridade” das margens dos cursos d'água, advinda do transbordamento dos rios, que causava enfermidades perigosas

⁵⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.676, 1897.

e endêmicas; a ocorrência de vários trechos de cachoeiras, rochedos e corredeiras; e a presença de bancos de areia, até mesmo na época do verão⁵⁸.

O administrador da capitania propôs algumas medidas para solucionar os entraves à navegação do rio Doce como a abertura de estradas, a drenagem das águas estagnadas, a concessão de incentivos para os colonos “oprimidos por dívidas” tentarem esse “novo Potosi”, a arregimentação de “vadios”, “obrigados a povoar e agriculturar aquelas terras”, a distribuição de sesmarias, sementes e utensílios, a isenção no pagamento do dízimo por tempo determinado, a instalação de presídios e o estímulo à navegação. Com o corte das madeiras, o ministro salientou que as margens dos rios seriam “desafrontadas” e, à “proporção que os matos se desmanchassem”, os índios “largariam suas habitações” e, “com o andar do tempo, se domariam”, facilitando o aproveitamento “daquele terreno inculto⁵⁹”. Com a chegada da Corte ao Brasil em 1808, frente às diversas notícias da deserção de muitos lavradores, decorrente das “invasões” e “hostilidades” praticadas pelos índios *Botocudos*, uma Carta Régia acelerou o projeto de conquista da área, ao determinar uma *guerra ofensiva* contra essa tribo e todas as outras que oferecessem resistência ao projeto de colonização da *mata*, operação a cargo dos comandantes de sete divisões militares, criadas para “administrar” 61 quartéis e 73 aldeamentos existentes na área.

A retomada das concessões de sesmarias em 1824 para as margens do rio Doce, num contexto em que tal legislação estava suspensa no restante do país, fez parte da redefinição da estratégia de garantir o desbaratamento das tribos indígenas e consolidar a conquista e a ocupação da área. Contudo, dada as características da maior parte da zona, fronteira aberta onde existiam posseiros, sesmeiros, índios, quilombolas, degredados, soldados e diretores de aldeamentos, presídios e quartéis, era de se esperar a intensificação das tensões e dos conflitos agrários. Um relatório escrito em 1832 por Felipe Joaquim da Cunha e Castro para o Presidente da Província destacou a prática ilegal, levada a cabo por muitos homens, de “porem mato abaixo”, levantarem um pequeno rancho e plantarem alguma cultura, mas nada colherem, deixando o lugar em capoeira e chamando-lhe de “suas posses”, passando por ali de vez em quando “só para constar”. Quando encontravam comprador, vendiam-nas sem delimitar precisamente a localização e os limites e desmatavam novas áreas, “fazendo disto um gênero de negócio”. O dono da posse

⁵⁸ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.11, p.298-302, 1907.

⁵⁹ *Ibidem*.

ou sesmaria vizinha principiava a defender suas terras, formando um litígio, “com demandas, desordens, intrigas e pancadas”. E, nessa condição, segundo o autor, se “achava toda a *Mata*, desde o Pomba até o Jequitinhonha⁶⁰”.

Em meados do século Dezenove, a floresta tropical ainda dominava uma extensa zona entre o médio vale do rio Doce e o do Mucuri. O segundo espaço foi percorrido pelo barão de Tschudi em 1868 e a principal imagem que o suíço fez dessa área era de que ela não passava de uma “sucessão de faltas, das quais a mais grave era a da agricultura”. O naturalista defendeu e destacou as vantagens do desflorestamento. Em sua opinião, a própria vegetação serviria como insumo para a ocupação efetiva do espaço, já que poderia ser empregada como madeira nas edificações, na construção de navios e canoas, nos fogões e na fertilização das terras onde seriam implantados os cultivos de víveres. Para o autor, imensos trechos de árvores precisariam ser derrubados para que a luz do sol finalmente alcançasse o solo e desse lugar às pastagens para a criação de animais de carga e rebanhos para o consumo das populações que ali se instalariam. Opinião contrária era a do médico Robert Avé-Lallemant, que escreveu por volta de 1850. Ele frisou que a floresta era incompatível com a vida e sua beleza e o efeito deslumbrante apenas serviam para atrair os colonos para o “laço das doenças”. Destacou que o calor insuportável e a presença de insetos e parasitas transmissores de moléstias e febres gravíssimas inviabilizavam a ocupação humana da zona, onde só podiam sobreviver as feras e os *Botocudos*. E, por mais que se realizassem derrubadas, a paisagem não se alterava e a floresta parecia triunfar sobre a civilização. O médico criticou a atitude do diretor da Companhia do Mucuri por incentivar a vinda de colonos alemães e franceses para uma área tão claramente insalubre (DUARTE, 2002, p.283).

Na parte ocidental da *mata*, a vegetação apresentava sinais evidentes de desflorestamento, pois em seu lugar altas samambaias cobriam o solo. Os arraiais aí formados, muitos deles intimamente ligados ao abastecimento dos distritos mineradores devido à proximidade, se tornaram “decadentes” de modo semelhante aos das *minas*. Era o caso do distrito de Piranga onde, segundo Gardner (1975, p.231-232), que passou pela vila em 1840, a maior parte dos 1.200 habitantes vivia em grande pobreza e o arraial apresentava um “aspecto solitário e melancólico, mas todos os vestígios de antiga opulência” como três igrejas e casas, na maioria, grandes e de dois andares. No sul da zona, onde o devassamento e a ocupação se

⁶⁰ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.17, p.78-92, 1913.

processaram pelas bordas do Caminho Novo desde a fase áurea da mineração, a agropecuária mercantil do café começava a tombar extensas áreas de florestas e os arraiais aí formados ou em formação experimentavam um processo de crescimento e diversificação urbana. Era o caso da vila do Pomba, percorrida por Burmeister (1952, p.175-181) em 1850. O naturalista destacou que esse distrito, com suas 130 casas e 1.000 habitantes, se assemelhava a uma “grande cidade”. A praça principal era flanqueada por “belas construções de dois andares” e uma pequena parcela da população era composta de brancos, entre os quais se destacavam fazendeiros e comerciantes, aqueles considerados as “colunas mestras do comércio local”.

Os diferentes processos de formação territorial e as características distintas dos agentes colonizadores, com suas atividades econômicas e regimes de propriedade, iriam impulsionar a diferenciação interna precoce do espaço geográfico da *mata*. Enquanto no alto vale do rio Doce e no do Pomba predominou uma atividade agrícola com traço predominantemente familiar, no do Paraíba do Sul se destacou o grande e o médio proprietário escravista desde o princípio da exploração do ouro nas *minas*, a transformar, inclusive, parte do espaço agrário do vale do Pomba com a cultura do café. Esse personagem esteve inserido na principal rota de comunicação e abastecimento das *minas* durante o período colonial, o Caminho Novo, freguesia que em meados daquela época apresentou o maior valor médio da produção agrária mercantil por lavrador, conforme os dados analisados por Carneiro (2008, p.174). Além da importância econômica desta sub-zona do ponto de vista da agropecuária mercantil, ressalte-se a sua localização próxima ao proeminente mercado consumidor do Rio de Janeiro e o fato dela ser uma das preferidas pelo deslocamento migratório da população oriunda do espaço em crise da mineração, aspectos que contribuiriam para a formação de um novo núcleo agrário no sul da área, com característica exportadora, responsável por impulsionar a diferenciação interna da *mata* e também por descaracterizar o principal elemento geográfico de distinção regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória de evolução da geografia histórica, uma vasta literatura tem se acumulado sobre as relações entre as disciplinas *geografia* e *história* desde o século Dezesete. A partir de 1950, essa linha de abordagem apresentou uma sistematização teórico-metodológica, advinda, particularmente, das contribuições de Henry Darby, Andrew Clark, Carl Sauer e Donald Meinig. Esses pesquisadores lutaram pela incorporação do tempo nas análises geográficas e mostraram que pensar historicamente é parte essencial do ato de fazer geografia humana. Passados sessenta anos, a produção acadêmica internacional caminha numa perspectiva contrária à da separação entre os dois campos (geografia e história) e as temáticas de abordagem e linhas de investigação acompanham as tendências dos paradigmas da geografia e de outras ciências sociais e humanas. Em países como Inglaterra, França, Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália, a disciplina conseguiu formar um universo de pesquisa respeitado e se impor pela qualidade dos quadros profissionais e da produção teórica e empírica. No Brasil, apesar das importantes criações individuais, a área ainda carece de instrumentais teórico-metodológicos e, não poucas vezes, é confundida com história do pensamento geográfico, estudo da paisagem ou influência ambiental na história.

Na literatura acadêmica sobre geografia histórica existe uma diversidade de publicações que versam sobre as mudanças geográficas e históricas de determinados lugares e períodos, os chamados *estudos de caso*. Porém, pesquisas e artigos dedicados ao universo da teoria e da metodologia desse campo de análise são escassos. Essa carência produz várias consequências para a área de investigação, tais como: base institucional e disciplinar fragmentada, ecletismo de assuntos e linhas de abordagem, confusão com a historiografia, indefinição do objeto e do sujeito de investigação, natureza particular, excessivamente descritiva e raramente explicativa, e aplicabilidade restrita dos resultados obtidos. As tendências atuais das pesquisas, por outro lado, representam novas direções e sinalizam uma ruptura com temas e abordagens tradicionais, haja vista a forte inclinação da linha de investigação com a prática crítica e reflexiva contemporânea nas ciências sociais e humanas. Historiadores e, principalmente, geógrafos expandiram o leque de temas que abordam e de disciplinas com as quais se relacionam, recorrendo a um conjunto amplo de teorias, adotando diversas perspectivas sobre a geografia histórica e,

inclusive, buscando compreender a natureza e a finalidade da abordagem histórica na geografia.

O pesquisador em geografia histórica deve se preocupar com o estudo das mudanças no espaço e no tempo; buscar em eventos e épocas pretéritas as *variáveis geográficas* e os *aspectos territoriais* chaves para compreensão dos contextos passado e presente, que possuem influência decisiva nos processos e acontecimentos históricos e que irão explicar a configuração e a organização do espaço em foco. Por princípio, as indagações devem ser questões geográficas sobre o passado como a imposição do meio sobre o homem e as possibilidades e formas/técnicas por ele adotadas para apreender e transformar o ambiente; o papel do espaço na viabilização dos interesses dos grupos sociais; as relações de poder engendradas no exercício da formação e consolidação de territórios e os principais rebatimentos no ordenamento espacial; os processos históricos explicativos da configuração geográfica estudada ou a (s) consequência (s) espacial (is) dos eventos decisivos; entre outras questões. Investigar o passado demanda, essencialmente, o conhecimento dos arquivos, a pesquisa e a interpretação dos documentos preservados. Mas, o estudo de uma realidade extinta, o uso de teorias do presente, a parcialidade e a irregularidade temporal e espacial das fontes nos ajudarão a reconstruir apenas uma pequena fração das ações humanas e dos eventos. Isto se aplica às análises sincrônicas cujo recuo no tempo pode não incluir todas variáveis ou eventos chaves.

Um dos grandes desafios dos estudos históricos reside na incorporação e análise dos *processos espaciais* e dos *elementos territoriais* responsáveis por influenciar as temporalidades e os eventos e por modelar e organizar o espaço no passado. Na presente tese, procuramos salientar a importância dessa articulação, pois, ao estudarmos a formação territorial e proto-regional de Minas Gerais no período colonial, empregamos conceitos e métodos da geografia histórica, dando importância explicativa ao espaço e ao território nesse processo. A principal indagação da pesquisa foi a seguinte: qual o peso explicativo do espaço na conquista e ocupação das minas e das estruturas territoriais implantadas pela metrópole para viabilizar a interiorização do projeto de colonização e garantir a transformação dos sertões em território apropriado? Em resposta a essa questão, comprovamos a hipótese de que a compreensão das territorialidades formadoras de Minas Gerais é mais enriquecedora com a integração de categorias geográficas que aludem às relações espaço-tempo. Com base nessa integração, elaboramos uma

visão histórico-geográfica da constituição dessa jurisdição, tendo por base a *ocupação* e a *organização territorial* como linhas de investigação; procuramos demonstrar a importância do espaço (*marcos e imaginários geográficos*) no desbravamento dos sertões e do território (*estruturas territoriais*) na ocupação e formação da capitania do ouro; discutimos as territorialidades alternativas implantadas pelos colonos frente à instalação do poder metropolitano; e destacamos a precoce distinção interna do espaço da capitania.

A investigação da gênese da Capitania das Minas implicou pesquisarmos, primeiramente, as *entradas*. Essas expedições, guiadas pelos elementos da geografia física, no século Dezesseis partiram, majoritariamente, das Capitânicas do Norte (Ilhéus, Porto Seguro e Bahia) e se dirigiram aos vales dos rios Doce, Mucuri, Jequitinhonha e São Francisco. Os índios propalavam a existência de serras e lagoas com abundantes minas de ouro nas nascentes do último rio citado e o contato desses povos com os portugueses construiu alguns imaginários como o do lago *Vupabuçu* e das serras *Resplandecente* e das *Esmeraldas*. As diligências desse período não descobriram ouro, apenas esmeraldas. No século Dezesete, as bandeiras seguiram de São Paulo e de algumas vilas do vale do Paraíba, motivadas pelas promessas de honras e mercês aos descobridores de riquezas, pela fábula da prata do *Sabarabuçu* e pelo desenvolvimento da cartografia, que evidenciou maiores possibilidades de se alcançar as “ricas” nascentes do São Francisco a partir do Sul, evitando-se ainda os conflitos com os temidos *Aimorés*, habitantes da floresta litorânea ao Norte. A vila de São Paulo e as do vale do Paraíba possuíam um padrão de instalação singular, adentradas para o interior, e seus habitantes, mais “ameríndios” do que portugueses, estavam acostumados às incursões no sertão.

Os imaginários sobre as riquezas minerais levaram os sertanistas e a administração portuguesa a acreditarem na existência de serras e lagoas formadas por ouro e prata. Provavelmente, eles esperavam encontrar o ouro de beta e a prata em jazidas a céu aberto, semelhante ao Potosí peruano, pois, após a descoberta desse tesouro, a colônia portuguesa, repentinamente, ganhou importância notável no contexto da política ultramarina de Dom João III. Por essa interpretação, os bandeirantes, fascinados por aquele tipo de riquezas, palmilharam o interior, sem sucesso porque elas não existiam na Colônia, dando pouca atenção ao metal de aluvião, depositado por baixo e entre o cascalho de córregos e ribeirões. Isso explicaria o longo tempo transcorrido, quase dois séculos, entre as primeiras entradas e a comunicação oficial da descoberta. Se os paulistas descobriram ouro

antes das datas oficiais, talvez, até quando conseguiram, procuraram omitir essa informação à Coroa para não pôr em risco a vida liberta que possuíam, sem intervenção direta do braço normatizador e tributador do Estado português. Ou ainda, para não comprometer a rendosa escravização do “gentio”, já que a formação econômica inicial da Colônia operou-se com base nesse tipo de mão-de-obra, abundante no sertão e de baixo custo quando comparado ao valor de aquisição dos negros, também aldeada no litoral para servir de força militar em face dos ataques de estrangeiros ou de tribos inimigas dos portugueses. Como vimos, não foram poucas as expedições que estiveram muito preocupadas com a captura de nativos.

Nas entradas para o interior, elementos da geografia física predominaram como imperativos da natureza e ajudam a explicar o longo tempo transcorrido entre as primeiras expedições e a descoberta do ouro. Contudo, ressalte-se que alguns deles, após conquistados, se tornaram critérios chaves de referência nos deslocamentos para e pelo sertão, a exemplo da *garganta* do Embaú. Adentrar no sertão, caracterizado, em grande parte, por serras elevadas e escarpadas, penhascos rochosos, grandes extensões de mato emaranhado, animais ferozes, índios “belicosos”, vastidões de terras, isolamento etc, era uma questão perigosa. Logo, trilhas indígenas, vias fluviais, gargantas de serras, picos, entre outros aspectos, se tornaram fundamentais na orientação do percurso. Destaque-se que mais perigoso do que penetrar no sertão era, sobretudo, explorá-lo ou permanecer nessa zona com segurança. Paradas mais longas para pesquisas mineralógicas ou extração de quantidades significativas de ouro eram arriscadas devido aos condicionantes da natureza, escassez de alimentos e “ameaças” representadas pelos nativos, guerreiros e mestres na arte da emboscada, alguns ainda praticantes da antropofagia com os inimigos. Mesmo assim, frente aos recorrentes conflitos com os índios, um fator se tornou fundamental para a descoberta e, principalmente, para a exploração inicial das minas de ouro: trata-se do plantio de roças de mantimentos pelas expedições, prática de suma importância para o abastecimento dos sertanistas em suas idas, permanências e retornos do sertão.

Com a descoberta das minas, a rápida e acentuada migração da população, a riqueza da área, os conflitos e a ausência de ordem “pública” levaram a Coroa a fundar a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, alguns anos depois desmembrada para criar a das Minas Gerais. Isso permitiu a intervenção direta e cotidiana do governo metropolitano na área, mas o fortalecimento e sua disseminação se tornaram possíveis por causa da instalação de um conjunto de

estruturas territoriais, formado por *caminhos*, *registros*, *vilas* e *aldeamentos*. As *estradas reais* cumpriram a função de viabilizar a interiorização da conquista e da colonização, contribuindo para transformar as minas e as áreas de acesso a elas em território apropriado. Os viajantes eram compelidos a se deslocarem exclusivamente por essas vias e para incentivar a circulação ao longo delas a metrópole concedeu sesmarias localizadas nas suas margens e emitiu ordens para a conservação dos trajetos pelos roceiros. O governo colonial ainda publicou diversos bandos proibindo a abertura e a circulação por caminhos clandestinos, construídos para dar passagem ao transporte ilegal de ouro, diamantes e mercadorias e para burlar a fiscalização e revista de viajantes nos postos fiscais. Entretanto, os avanços de colonos em direção a áreas distantes do centro das minas para procura de novas jazidas de ouro, implantação de atividades agropecuárias e captura de índios contribuíram para a abertura de muitas picadas não oficiais, por onde era difícil a fiscalização do trânsito.

O controle da circulação nas *estradas reais* ocorreu a partir da implantação de *registros*, postos fiscais localizados em áreas estratégicas como travessias de rios, encontros de cursos d'água, gargantas de serras, encruzilhadas de caminhos etc. Essas estruturas territoriais foram instaladas para efetuar a cobrança de impostos sobre as mercadorias introduzidas na capitania, fiscalizar a entrada e saída de pessoas, arrecadar o direito real sobre a passagem de rios e confiscar o transporte ilegal de ouro e diamantes, ou seja, aquele sem o pagamento do imposto do quinto. Entretanto, os governantes enfrentaram diversas resistências dos povos e de potentados quando tentaram implantar medidas para combater a evasão fiscal. À medida que a administração metropolitana intensificou o cerco para coibir as práticas de descaminhos e assegurar a eficiência e a interiorização na arrecadação da Real Fazenda, os desvios às normas prosperaram. Diversos fatores como indefinição entre as esferas “pública” e privada, conivência dos funcionários régios, dificuldades de controle, favorecidas pelas características geográficas peculiares da capitania, possibilidades de enriquecimento fácil, opressão e injustiça do fisco favoreceram a proliferação de diversas formas de contrabando e de atividades ilícitas.

A fundação de *vilas* ou a normatização da “urbanização” foi um passo importante para reunir a população dispersa e subversiva e instaurar a autoridade da metrópole na área dos primeiros aglomerados humanos. Aliando-se a personagens “notáveis” das principais localidades de extração do ouro, a Coroa procurou firmar o

domínio sobre a nova conquista. As vilas desempenharam a função de centro nodal de difusão do poder local e de comando regional pela concentração dos serviços administrativos, jurídicos, militares e fiscais. Após a primeira década da instalação do governo nas minas, a política de ereções de arraiais foi reorientada, pois a administração colonial passou a ser cautelosa na criação de novas vilas, temerosa da autonomia e da liberdade concedida pelas Câmaras à elite local de outros núcleos urbanos alimentarem rebeliões e motins contra o pagamento de impostos e o cumprimento de ordens. A elite até passou a empregar um conjunto de justificativas políticas, históricas, geográficas, urbanas e econômicas para solicitar a ereção dos distritos de sua influência, mas os membros do Conselho Ultramarino começaram a solicitar pareceres de autoridades da capitania para subsidiar a análise das petições. Isso culminou em disputas da elite local com ouvidores e oficiais de vilas instaladas, os quais se posicionaram contra os pedidos, receosos com o fracionamento do termo e a perda de receita.

Nas zonas de expansão da fronteira agropecuária, como foi o caso do leste florestal da capitania, cuja parte ocidental estava próxima do entorno de alguns importantes distritos das *minas*, o domínio territorial se apresentou sobreposto, disputado entre os colonos que expandiam as atividades agrícola, pecuária e também mineradora e os índios que procuravam defender a posse das suas terras. A metrópole procurou resolver esse embate por meio da instalação de aldeamentos, presídios e divisões militares. Essas bases territoriais avançadas, alicerçadas nos discursos ideológicos da “civilização” e da catequese e na imposição do poder bélico, tinham por objetivos viabilizar a cooptação e sujeição dos grupos indígenas (a fim de serem empregados em empreendimentos “públicos” e privados) e facilitar a execução de ataques defensivos e ofensivos, de modo a romperem os principais entraves para o progresso da colonização e para a implantação do Estado nascente. Todavia, do ponto de vista dos indígenas, a disputa pelo domínio territorial foi caracterizada por variados tipos de reação, subversão, combates, dispersão espacial e conflitos com diretores de aldeamentos, soldados dos presídios e colonos instalados nas linhas de frente. Isso obstaculizou, por várias décadas, o projeto metropolitano de redução da população nativa e de instalação de atividades mercantis na área.

A implantação das estruturas territoriais anteriormente aludidas nas Minas não significou que a política de organização desse espaço se configurou estritamente da forma como foi concebida pela Coroa. Na perspectiva da *alteridade*,

a população local reagiu ao controle e buscou se adaptar ou ainda contestar o domínio político imposto. Alguns fatores dificultavam o projeto de consolidação de um eficiente e abrangente comando territorial sobre os moradores da capitania como a grande extensão territorial da jurisdição, os conflitos de atuação entre vilas, termos e governos vizinhos, as dificuldades técnicas e de gerência da máquina governamental, a corrupção dos funcionários régios, entre outros. A população se aproveitou desses aspectos e adotou diversas formas de transgressão e de rebeldia à política territorial do governo metropolitano como as contestações às ordens e bandos lançados, a abertura de picadas ilegais, a sonegação de impostos, o contrabando do ouro, diamantes e mercadorias, os motins e revoltas e a criação de *territórios de mando*, evidências que sinalizam várias tentativas de implantação de territorialidades distintas, que chegaram a ameaçar o poder metropolitano na capitania, mas, ainda assim, não inviabilizaram a manutenção e a expansão do projeto de colonização.

O movimento de ocupação e a influência do quadro natural delinearam o aparecimento das primeiras categorias espaciais da capitania. O espaço das *minas*, localizado na parte central e abarcando alguns enclaves, se distinguia pela presença de importantes núcleos urbanos, caracterizados pela divisão sócio-espacial do trabalho, comando local ou regional de uma economia diversificada, centralidade na atração e difusão de pessoas, ideias e mercadorias e acentuada expressividade cultural e simbólica. Essa área, destacada pela oferta de bens e serviços, acentuada polarização e descontinuidade, gerou impactos significativos na constituição de um mercado interno, na produção do espaço rural, na formação de regiões e na própria organização territorial da Colônia. Todavia, a partir da segunda metade do Setecentos, a queda na exploração do metal e o crescimento em importância da agropecuária na capitania promoveram o deslocamento do pólo econômico para a zona dos *campos*, onde novos centros urbanos, com peculiaridades diversas dos primeiros distritos das *minas*, determinados pela importância crescente de um espaço rural mercantilizado, passaram a cumprir a função de entrepostos comerciais, empórios e centros de serviços.

O “sertão” foi uma categoria definida por oposição às *minas*, ou seja, ao espaço “civilizado” dos núcleos urbanos, e não apresentava limites cartográficos precisos, pois, em não poucas vezes, traduzia uma condição atribuída a vários espaços, caracterizados pela descontinuidade, ou, até mesmo, a povos alheios ao movimento colonizador. Ele esteve associado a áreas de escassa presença de

população não indígena, ao isolamento geográfico, à paisagem peculiar, à cultura específica dos habitantes, à oscilação e à múltipla ocorrência, já que se encontrava presente no oeste da capitania e nas zonas dos *currais*, dos *campos* e dos *matos*. Lócus de uma experiência cultural híbrida, de contatos e choques de mundos distintos, por ele vagavam e habitavam diversos tipos de povos, vistos como “insurgentes” e “rebeldes”, apartados do trabalho regular, alheios aos valores da igreja e ao controle efetivo do poder administrativo e fiscal do Estado. Como, na maioria dos casos, o sertão estava distante dos centros administrativos e jurídicos, nele se manifestou, em maior grau, a *alteridade*, motivo pelo qual a administração colonial adotou diversas medidas com o intuito de conhecer e controlar a população aí residente ou dispersa como a armação de expedições militares, a fundação de capelas e arraiais, a abertura de caminhos, a regularização de terras, o levantamento cartográfico do espaço, entre outras. O objetivo era sujeitar os habitantes e anexar o sertão à área colonizada, visto que ele integrava o espaço metropolitano, mas não se encontrava efetivamente territorializado pela Coroa.

Os *currais* formavam uma extensa área localizada no norte e partes do noroeste e nordeste da capitania, marcada pela atividade de criação de gado e nos arredores de Minas Novas também pelo cultivo do algodão. No vale do São Francisco, onde se encontrava a maioria dos estabelecimentos pecuários, a expansão dessa atividade foi favorecida pela ocorrência de vastas pastagens, grandes incorporações fundiárias, presença de salitre, fosfatos e sal gema de fácil extração, natureza do clima e facilidade do transporte de animais, impulsionada ainda pela crescente demanda por carne advinda dos moradores das *minas*. Baianos e paulistas foram os que se transformaram nos principais criadores. Com fama de potentados, eles detinham diversos tipos de poderes, ditavam o ritmo da vida social e acumularam imensas possessões, mantidas na base dos territórios de *mando*, reconhecidos coletivamente pela população. A Coroa delegou poder a esses poderosos em troca da concessão de benefícios (mercês e cargos), esperando deles a atuação em prol da manutenção de certa estabilidade social nessas áreas distantes. Mas, quando o governo colonial intentou estender a ordem pública implantada nas *minas* sobre os *currais*, criadores e a população resistiram, chegando, inclusive, a ameaçar a jurisdição da metrópole sobre a zona.

Outras duas construções proto-regionais foram a do *campo* e a do *mato*. A primeira referenciava a zona drenada pela bacia do rio Grande, estendendo-se pelo oeste e sul da capitania, área cuja característica econômica primaz era a atividade

pecuária (exceto entre Baependi e Pouso Alto, onde a ocupação mercantil mais rentável consistia no cultivo de fumo), com algumas diferenças da paisagem campestre e curraleira do São Francisco, pois o gado destinava-se à produção de derivados (leite e queijos), artigos lucrativos que abasteciam mercados locais e o provincial e, pelos caminhos do Rio Preto e do Comércio, ainda eram enviados para a cidade do Rio de Janeiro. A ocorrência da vegetação de cerrado tornava o espaço favorável à criação de gado e a proximidade do próspero mercado da Corte foi um estímulo à expansão da pecuária. Os principais núcleos urbanos dessa área surgiram como resultado da mercantilização crescente do espaço rural e se tornaram importantes entrepostos regionais e provinciais, pólos de exportação e do comércio atacadista. A serra da Mantiqueira marcava um dos limites perceptíveis de transição entre as paisagens do *campo* e da *mata* e diversos viajantes que por ali passaram contribuíram para consolidar a acepção das duas zonas enquanto áreas distintas, no princípio, opostas e definidas pelo critério físico/natural.

A área dos *matos* abarcava o leste da capitania, zona marcada pelo povoamento rarefeito de população não-ameríndia e pelo domínio da floresta tropical e de grupos indígenas “belicosos”. A administração colonial intentou fechar esse espaço à ocupação, temerosa de que o avanço de colonos alargasse o contrabando. Sem sucesso, ela foi ocupada paulatinamente ao longo da fase áurea da mineração e, com maior intensidade, durante e após a crise da atividade de extração. Aí, as características pedológicas, topográficas e vegetais, aliadas à condição de fronteira “aberta”, foram os principais estímulos ao devassamento. O aspecto econômico mais marcante da área era a agricultura de cunho predominantemente familiar, com algumas exceções na parte sul, onde sobressaíam grandes incorporações fundiárias, e no vale do Xopotó, onde também se plantava fumo e cana-de-açúcar em escala comercial. O sistema de cultivo era baseado na prática das queimadas e na constante incorporação de matas virgens. Mas, apesar da importância desse tipo de vegetação, ela se tornou um grande paradoxo, pois esteve associada a riquezas, mas também a perigos e carências. A segunda imagem foi utilizada para justificar a sua derrubada, que aconteceria num ritmo mais acentuado com a instalação da cultura do café posteriormente, cultivo que descaracterizaria o principal elemento da distinção físico-geográfica.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A. Fontes Documentais

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* [1711]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

AUTOR anônimo. História da Província de Minas Gerais [1896]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.7, n.1/2, p.4-548, 1902.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das Grandezas do Brasil* [1618]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2011.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

CALOGERAS, João Pandiá. *As Minas do Brasil e sua Legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. Tomo I.

CANSTATT, Oscar. *Brasil: terra e gente*, 1871. Brasília: Senado Federal, 2002.

CARVALHO, Augusto de. *O Brasil: colonização e emigração*. Porto: Typhographia de Bartholomeu H. de Moraes, 1875.

COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

COSTA, Cláudio Manoel da. *Villa Rica: oferecido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. José Antônio Freire de Andrada, Conde de Bodadella, etc., etc., no ano de 1773*. Ouro Preto: Typographia do Estado de Minas, 1897.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais, seu território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

DERBY, Orville A. Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais pelo Dr. Orville A. Derby. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.5, p.240-279, 1901.

DISCURSO histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

FREIREYSS, Georg Wilhelm. Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814-1815. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.11, p. 158-228, 1906.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil* [1576]. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

INFORMAÇÃO sobre as minas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.57, p.157-186, 1935.

MATOSO, Caetano da Costa. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor geral das do ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Von Neuwied. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

PEREIRA, Francisco Lobo Leite. Descobrimento e devassamento do território de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.7, n.3/4, p.549-594, jul./dez.1902.

PIZARRO, Jozé de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei, Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820. Tomo III.

_____. Memórias Históricas da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.13, p.523-637, 1909.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais; descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais; memória histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Tableau Géographique de la Végétation Primitive dans la Province de Minas Gerais*. Paris: A. Pihan de la Forest, 1837.

_____. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975a.

_____. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975b.

_____. *Segunda Viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2002.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brazil* [1627]. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1889.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 27 fev. 2011.

SPIX, Johann B. Von; MARTIUS, Carl Friedrich P. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981 (2 volumes).

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais [1807]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.6, n.3/4, p.765-847, 1901.

_____. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904. v.1.

_____. *História Média das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.

_____. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. v. 2.

B. Fontes Cartográficas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
Home Page: <http://antt.dgarq.gov.pt>.

Barry Lawrence Ruderman Antique Maps Inc.
Home Page: <http://www.raremaps.com>.

Biblioteca Digital Mundial.
Home Page: <http://www.wdl.org>.

Biblioteca Nacional de Portugal.
Home Page: <http://www.bnportugal.pt>.

Fundação Biblioteca Nacional.
Home Page: <http://www.bn.br>.

Harvard College Library.
Home Page: <http://vc.lib.harvard.edu>.

Library of Congress Geography and Map Division Washington.
Home Page: <http://memory.loc.gov>.

Paulus Swaen old Map auction and galleries.
Home Page: <http://www.swaen.com>.

Sanderus Antiquariaat.
Home Page: <http://www.sanderusmaps.com>.

C. Referências Bibliográficas

ABREU, João Capistrano H. de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Senado Federal, 1998.

ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. *GEOUSP*, São Paulo, n.7, p.13-25, 2000.

AB'SABER, Aziz N. Aspectos da Geografia Econômica do Brasil. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial – administração, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.177-179.

AGUIAR, José Otávio. Os Ecos Autoritários da Marselhesa: Guido Thomaz Marlière e a Colonização dos Sertões do Rio Doce (Minas Gerais). *Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v.4, n.3, p.1-21, jul./ago./set. 2007.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras, Mariana, 1750 a 1850*. 1994. 220 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *História e Direito: Sesmarias e Conflito de Terras entre Índios em Freguesias Extramuros do Rio de Janeiro (Século XVIII)*. 2002. 197 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.145-151, 1995.

AMANTINO, Márcia. A conquista de uma fronteira: o sertão Oeste de Minas Gerais no século XVIII. *Dimensões* (Revista de História da UFES), Vitória, v.14, p.65-90, 2002.

_____. As Guerras Justas e a Escravidão Indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, v.22, n.35, p.189-206, jan./jun. 2006.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Potentados e Bandidos: os motins do São Francisco. *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, v.9, p.74-85, 1989.

_____. Mandonismo Bandoleiro: conflitos de jurisdição e violência de escravos e libertos nos sertões da Capitania de Minas Gerais, Brasil, século XVIII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.165, n. 423, p.187-200, abr./jun. 2004.

_____. *A Geografia do Crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. *Varia História*, Belo Horizonte, v.23, n.37, p.151-166, jan./jun. 2007.

_____. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; PUC Minas, 2008.

_____. Arte de descobrimento de minas na América portuguesa: os roteiros. In: ENCONTRO MEMORIAL DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, 2., 2009. Mariana. *Anais...* Ouro Preto: UFOP, 2009. p.1-14.

ANTEZANA, Sofia Lorena Vargas. *Os Contratadores dos Caminhos do Ouro das Minas Setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade (1718-1750)*. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

AUSDAL, Shawn Van. Medio siglo de geografía histórica en Norteamérica. *Historia Crítica*, Bogotá, n.32, p.198-234, 2006.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial (Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva). *Terra Livre*, São Paulo, n.10, p.23-78, jan./jul. 1992.

BAKER, Alan R. H. Rethinking Historical Geography. In: _____. (Ed.). *Progress in Historical Geography*. Newton Abbot: David & Charles, 1972. p. 11-28.

_____. Reflections on the Relations of Historical Geography and the *Annales* School of History. In: BAKER, Alan R. H.; GREGORY, Derek. (Eds.). *Explorations in Historical Geography: Interpretive Essays*. New York: Cambridge University Press, 1984. p.1-27.

_____. Editorial: the practice of historical geography. *Journal of Historical Geography*, v.13, n.1, p.1-2, 1987.

_____. Environment, Space and Place: historical geography at the *Annual Meeting of the Association of American Geographers*, San Francisco, 29 March-2 April 1994. *Journal of Historical Geography*, v.20, n.4, p.452-455, 1994.

_____. "The Dead don't Answer Questionnaires": researching and writing Historical Geography. *Journal of Geography in Higher Education*, v.21, n.2, p.231-243, 1997.

_____. *Geography and History: Bridging the Divide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. Writing geography, making history: D. W. Meinig's geographical perspective on the history of America. *Journal of Historical Geography*, v.31, n. 4, p.634-646, 2005.

_____. Classifying Geographical History. *The Professional Geographer*, v.59, n.3, p.344-356, 2007a.

_____. On the Significance of History for Geography: Historical Geography as Holistic (or Total) Geography. *Klaudyán - Internet Journal of Historical Geography and Environmental History*, v.4, n.1, p.7-12, 2007b.

_____. On the history and geography of the *International Conference of Historical Geographers*. *Journal of Historical Geography*, v.36, n.1, p.102-104, 2010.

BAKER, Alan R. H.; GREGORY, Derek. *Some terrae incognitae in Historical Geography: An Exploratory Discussion*. In: _____. (Eds.). *Explorations in Historical Geography: Interpretive Essays*. New York: Cambridge University Press, 1984. p.180-194.

BOSCHI, Caio C. Os Códices Coloniais do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, n.9, p.21-30, 1989.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. Géohistoire: la société, l'espace et le temps. In: AYALA, Roselyne; BRAUDEL, Paule (Orgs.). *Les écrits de Fernand Braudel: Les ambitions de l'histoire*. Paris: Fallois, 1997. p. 68-114. v.2.

_____. *Escritos sobre História*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BUTLIN, Robin. Theory and Methodology in Historical Geography. In: PACIONE, Michael (Ed.). *Historical Geography: Progress and Prospect*. London: Croom Helm, 1987. p.16-45.

_____. *Historical Geography: Through the Gates of Space and Time*. New York: Routledge, 1993.

_____. Conference report: *Cambridge-Paris Colloquium on Historical and Cultural Geography* (1999). *Journal of Historical Geography*, v.26, n.4, p.629-630, 2000.

BUZATTI, Dauro José. Fazenda dos Cataguases. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v.21, p.257-261, 1991.

CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista: ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2002.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MENDES, Fábio Faria. A Colonização dos Sertões do Leste Mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, n.6, p.137-150, jul.1988.

CAMERON, Laura. Oral History in the Freud Archives: Incidents, Ethics and Relations. *Historical Geography*, v.29, p.38-44, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. As Concepções acerca do “Sistema Econômico Mundial” e do “Antigo Sistema Colonial”: a preocupação obsessiva com a “extração de excedente”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. p.109-132.

_____. Repensando a construção do Espaço. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v.3, n.1, p.7-23, jul./dez. 1998.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Conquista e Povoamento de uma Fronteira: a formação regional da Zona da Mata na Capitania de Minas Gerais*. 2008. 297 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARRARA, Ângelo Alves. O ‘sertão’ no espaço econômico da mineração. *Revista de História*, Mariana, n.6, p.40-48, 1996.

_____. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia História*, Belo Horizonte, v.23, n.38, p.574-596, jul./dez. 2007a.

_____. *Minas e Currais*: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: UFJF, 2007b.

CARVALHO, Valéria Nely César de. Autoridade Indígena e Legislação Indigenista no Brasil. *História Revista*, Goiânia, v.13, n.2, p.511-540, jul./dez.2008.

CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*: séculos XVI, XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes*: mercadores das minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. Usos e costumes: as Câmaras Municipais de Minas Gerais e a Legislação Mercantil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.164, n.421, p.105-121, out./dez. 2003.

CHIANG, Tao-Chang. Historical Geography in China. *Progress in Human Geography*, v.29, n.2, p.148-164, 2005.

CLAVAL, Paul. Géographie historique. *Annales de Géographie*, v.90, n.502, p.669-671, 1981.

_____. The historical dimension of French geography. *Journal of Historical Geography*, v.10, n.3, p.229-245, 1984.

CLAYTON, Daniel W. Questions of Postcolonial Geography. *Antipode*, v.33, n.4, p.749-751, 2001.

CLOUT, Hugh. *Agriculture in France on the eve of the railway age*. London: Croom Helm, 1980.

_____. Review of Philippe Boulanger and Jean-Rene Trochet (Eds.). "Où en est la géographie historique? Entre économie et culture". Paris: L'Harmattan, 2005. *Journal of Historical Geography*, v.32, n.1, p.223-224, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

COSTA, Iraci del Nero da. Ocupação, povoamento e dinâmica populacional. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da (Orgs.). *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE; Pioneira Editora, 1982, p.3-17.

CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, Paisagem e População: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.27, n.53, p.123-158, 2007.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antônio de. História Econômica e Regionalização: Contribuição a um Desafio Teórico-Metodológico. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 493-524, jul./set.2008.

DAIX, Pierre. *Fernand Braudel: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DARBY, Henry Clifford. On the Relations of Geography and History. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 19, p.1-11, 1953.

_____. "The Relations of Geography and History". In: TAYLOR, Griffith (Ed.). *Geography in the Twentieth Century*. New York: Philosophical Library, 1965. p.640-645.

_____. "Historical Geography in Britain, 1920-1980: continuity and change". *Transactions of the Institute of British Geographers*, v.8, n.4, p.421-428, 1983.

_____. *The Relations of History and Geography: Studies in England, France and the United States*. Exeter: University of Exeter Press, 2002.

DELVAUX, Marcelo Motta. *As Minas Imaginárias: o maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América Portuguesa – séculos XVI a XIX*. 2009. 264 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

DENECKE, Dietrich. Applied historical geography and geographies of the past: historico-geographical change and regional processes in history. In: BAKER, Alan R. H.; BILINGE, Mark (Eds.). *Period and place: Research methods in historical geography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p.127-135.

DENNIS, Richard. History, Geography and Historical Geography. *Social Science History*, v.15, n.2, p.265-288, 1991.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Nos Sertões do Rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento, 1710-1733. In: FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/FAPEMIG; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. p.45-106.

_____. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

DINIZ, Silvio Gabriel. Primeiras freguesias nas Minas de Ouro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v.8, p.173-183, 1961.

_____. Sabarabuçu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v.11, p.143-149, 1964.

DONKIN, Robin A. A 'servant of two masters'? *Journal of Historical Geography*, v.23, n.3, p.247-266, 1997.

DRIVER, Felix. The historicity of human geography. *Progress in Human Geography*, v.12, n.4, p.497-506, 1988.

DRIVER, Felix; WYNN, Graeme. Announcing the 14th *International Conference of Historical Geographers*. *Journal of Historical Geography*, v.34, n.4, p.553-554, 2008.

DUARTE, Regina Horta. Olhares Estrangeiros: viajantes no vale do Mucuri. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n.44, p.267-288, 2002.

EARLE, Carville. Historical geography in extremis? Splitting personalities on the postmodern turn. *Journal of Historical Geography*, v.21, n.4, p.455-459, 1995.

ERTHAL, Rui. Geografia Histórica: considerações. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v.5, n.9, p.29-39, 2003.

ESPANHA, António Manuel. Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo Português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006. p.21-41.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988.

FIGUEIREDO, Lucas. *Boa ventura! A Corrida do ouro no Brasil (1697-1810)*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FIGUEIREDO, Luciano. Tradições radicais: aspectos da cultura política mineira setecentista. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 254-269. Vol. 1.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos. *Varia História*, Belo Horizonte, n.29, p.39-51, jan. 2003.

_____. *Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas. Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.20, n.1, p. 77-108, 2012.

FOX, Edward W. Review of Hugh D. Clout: "Themes in the Historical Geography of France". *American Historical Review*, v.83, n.2, p.446-447, 1978.

FRAGOSO, João Luís. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João Luís; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.29-73.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rosa de Ouro*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FURTADO, João Pinto. *O Manto da Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-1789*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

GEOMINAS. *Base de Dados do Estado de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.geominas.mg.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

GODOY, Marcelo Magalhães. Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. *Texto para Discussão*, Belo Horizonte, n.109, 1996 (CEDEPLAR/UFMG).

_____. Fazendas diversificadas, escravos polivalentes: caracterização sócio-demográfica e ocupacional dos trabalhadores cativos em unidades produtivas com atividades agroaçucazeiras de Minas Gerais no século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. *Anais...Campinas: ABEP*, 2004.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. O batismo dos lugares: a toponímia no *Código Costa Matoso*. *Varia História*, Belo Horizonte, n.21, p.420-435, jul.1999.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988.

GRAHAM, Brian; NASH, Catherine. *Modern Historical Geographies*. Harlow: Pearson Education Ltd., 2000.

GREGORY, Derek J. The discourse of the past: phenomenology, structuralism and historical geography. *Journal of Historical Geography*, v. 4, n.2, p.161-173, 1978.

_____. Action and structure in historical geography. In: BAKER, Alan R. H.; BILINGE, Mark (Eds.). *Period and place: Research methods in historical geography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p.244-250.

GREGORY, Ian N.; HEALEY, Richard G. Historical GIS: structuring, mapping and analysing geographies of the past. *Progress in Human Geography*, v.31, n. 5, p. 638-653, 2007.

GUELKE, Leonard. *Historical Understanding in Geography, An Idealist Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982a.

_____. Historical geography and Collingwood's theory of historical knowing. In: BAKER, Alan R. H.; BILINGE, Mark (Eds.). *Period and place: Research methods in historical geography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982b. p.189-196.

_____. The relations between geography and history reconsidered. *History and Theory*, v. 36, n.2, p.216-234, 1997.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e Caminhos de Minas (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n.4, p.85-99, jun.1987.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HANLON, James. Spaces of Interpretation: Archival Research and the Cultural Landscape. *Historical Geography*, v.29, p.14-25, 2001.

HARTSHORNE, Richard. *The Nature of Geography*. Lancaster: Association of American Geographers, 1939.

_____. The Concept of Geography as a Science of Space, From Kant and Humboldt to Hettner. *Annals of the Association of American Geographers*, v.48, n.2, p.97-108, 1958.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2002.

HEFFERNAN, Michael. Editorial: The future of historical geography. *Journal of Historical Geography*, v.23, n.1, p.1-2, 1997.

HENRY, Simon Reid; JENKINS, William. The Eleventh *International Conference of Historical Geographers*, Université Laval, Quebec, 12-18 August 2001. *Journal of Historical Geography*, v.29, n.2, p.270-272, 2003.

HEYLYN, Peter. *Microcosmus or a little description of the great world*. Oxford: Oxford University Press, 1621.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial - administração, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 259-273.

HOLDSWORTH, Deryck W. Historical geography: the ancients and the moderns - generational Vitality. *Progress in Human Geography*, v. 26, n.5, p. 671-678, 2002.

_____. Historical geography: new ways of imaging and seeing the past. *Progress in Human Geography*, v.27, n.4, p. 486-493, 2003.

HOLDSWORTH, Deryck W.; KOBAYASHI, Audrey. Historical geography in a post-colonial world-multiple voices (not) in search of theories: the Ninth *International Conference of Historical Geographers*, 1995. *Journal of Historical Geography*, v.22, n.2, p.198-201, 1996.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a Imposição do Estado no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n.100, p. 257-273, out./dez. 1974.

JAKLE, John A. Time, Space, and the Geographic Past: a prospectus for Historical Geography. *The American Historical Review*, v.76, n.4, p.1084-1103, 1971.

JONES, Rhys. What time human geography? *Progress in Human Geography*, v.28, n.3, p.1-18, 2004.

KAY, Jeanne. The Future of Historical Geography in the United States. *Annals of the Association of American Geographers*, v.80, n.4, p.618-621, 1990.

KINDA, Akihiro. Some traditions and methodologies of Japanese historical geography. *Journal of Historical Geography*, v.23, n.1, p.62-75, 1997.

KNOWLES, Anne Kelly. Introduction of Historical GIS: the spatial turn in social science history. *Social Science History*, v.24, n.3, p.6-24, 2000.

KUČERA, Zdeněk. Historical geography between geography and historiography. *Klaudyán - Internet Journal of Historical Geography and Environmental History*, v.5, n.1, p.5-13, 2008.

LA BLACHE, Paul Vidal de. *A Marcha da Humanidade*: princípios de geografia humana. 2. ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1954. Vol.1.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*: o Direito à Cidade II. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. *Colonizador - colonizado*: uma relação educativa no movimento da história. Belo Horizonte: UFMG, 1985.

LOURENÇO, Luiz Augusto Bustamante. *Das Fronteiras do Império ao Coração da República*: o Território do Triângulo Mineiro na Transição para a Formação Sócio-Espacial Capitalista na Segunda Metade do Século XIX. 2007. 306 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LUÍS, Washington. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, 2004.

LUNA, Francisco Vidal. Economia e Sociedade em Minas Gerais (Período Colonial). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.24, p.33-40, 1982.

MALHEIROS, Márcia. *"Homens da Fronteira"*: índios e capuchinhos na ocupação dos Sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes, séculos XVIII e XIX. 2008. 401 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MARTINS, Fernandes. Prefácio da obra *A Marcha da Humanidade* de Vidal de La Blache. In: LA BLACHE, Paul Vidal de. *A Marcha da Humanidade*: princípios de geografia humana. 2. ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1954. p.7-21. Vol.1.

MASSEY, Doreen. *Space, Place and Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil, séculos XVIII e XIX*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2002.

MATOS, Ralfo. A discussão do antiurbanismo no Brasil colonial. *Geografias*, Belo Horizonte, v.7. n.2, p.40-55, jul./dez. 2011.

MCCARTHY, Mark. Writing Ireland's historical geographies. *Journal of Historical Geography*, v.28, n.4, p.534-553, 2002.

MCNEILL, John R. Observations on the nature and culture of environmental history. *History and Theory*, v. 42, n.4, p.5-43, 2003.

MEINIG, Donald W. Prologue: Andrew Hill Clark, Historical Geographer. In: GIBSON, James R. (Ed.). *European Settlement and Development in North America: Essays on Geographical Change in Honour and Memory of Andrew Hill Clark*. Toronto: University of Toronto Press, 1978. p.3-26.

MENEZES, José Newton Coelho de. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MERRILLS, Andrew H. *History and geography in late antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MIRANDA, Ana. *O retrato do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MITCHELL, Jean Brown. *Historical geography*. London: English Universities Press, 1954.

MITCHELL, Robert D. The North American Past: Retrospect and Prospect. In: MITCHELL, Robert D.; GROVES, Paul A. (Eds.). *North America: The Historical Geography of a Changing Continent*. Totowa: Rowman and Littlefield, 1987. p.1-22.

MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. 235 f. Tese (Livre Docência), Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

_____. Bandeiras mestiças: às vezes inimigos das bandeiras, os povos indígenas tiveram papel fundamental para a sociedade colonial. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n.34, p.1-4, jul.2008.

MOORE, Francesca P. L. Tales from the archive: methodological and ethical issues in historical geography research. *Area* (Royal Geographical Society with The Institute of British Geographers), v.42, n.3, p.262-270, 2010.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

_____. *Território e História no Brasil*. São Paulo: HUCITEC; Annablume, 2002.

_____. O Sertão: um ‘outro’ geográfico. *Revista Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, v. 3-4, n.4-5, p.11-23, 2003.

_____. *Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011.

MYRES, John L. *Geographical history in Greek Lands*. Oxford: Clarendon Press, 1953.

NAYLOR, Simon. Historical geography: natures, landscapes, environments. *Progress in Human Geography*, v.30, n.6, p.792-802, 2006.

_____. Historical geography: geographies and historiographies. *Progress in Human Geography*, v.32, n.2, p.265-274, 2008.

NORTON, William. *Historical analysis in geography*. London; New York: Longman, 1984.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

OGBORN, Miles. The relations between geography and history: work in historical geography in 1997. *Progress in Human Geography*, v.23, n.1, p.97-108, 1999.

OLIVEIRA, Luís Henrique de. *Nas Malhas da Incerteza: comportamento e estratégias camponesas na freguesia de Guarapiranga (1750-1820)*. 2006. 232 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Cavalcante de. *Negócios de Trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)*. 2002. 531 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PACIONE, Michael (Ed.). *Historical Geography: Progress and Prospect*. London: Croom Helm, 1987.

PAIVA, Adriano Toledo. “O Domínio dos Índios”: Catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767-1813). 2009. 293 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PAULA, João Antônio de. A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p.279-301. Vol. 1.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Região e Regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada*, Juiz de Fora, v.1, n.1, p. 1-13, jan./jul. 2006.

PIMENTA, Dermeval José. Aspectos do povoamento do leste mineiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 14, p. 367-392, 1969.

PINTO, Francisco Eduardo. *Potentados e Conflitos nas Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes*. 2010. 423 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

POWELL, Joseph Michael. Harvest of ‘Entwining Complication’: annotations on American historical geography. *Australian Geographer*, v.31, n. 3, p. 393-403, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRIETO, Carlos. *A mineração e o Novo Mundo*. São Paulo: Cultrix, 1976.

QUE, Weimin. Historical Geography in China. *Journal of Historical Geography*, v.21, n.4, p.361-370, 1995.

REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre Faisqueiras, Catas e Galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do Século XVIII (1702-1762)*. 2007. 299 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RENGER, Friedrich E. O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.42, n.2, p.91-105, jul./dez. 2006.

_____. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p.103-126. Vol. 1.

RESENDE, Fernando. A tributação em Minas Gerais no século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2., Diamantina. *Anais...*Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1983. p.365-391.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios Brasíliaicos: Índios Coloniais em Minas Gerais Setecentista*. 2003. 401 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As Fronteiras da Província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. 2006. 334 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

RIBEIRO, Guilherme. *Espaço, Tempo e Epistemologia no Século XX: a Geografia na Obra de Fernand Braudel*. 2008. 383 f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

RIBEIRO, Mônica da Silva. Divisão governativa do Estado do Brasil e a Repartição do Sul. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., Niterói. *Anais...*Niterói: ANPUH, 2006. p.1-9.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O Caso das Minas que não se Esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*. 1999. 179 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte, 1999.

ROMEIRO, Adriana. Confissões de um falsário: as relações perigosas de um governador nas Minas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 20., Florianópolis. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 1999. p.321-337. V.1.

_____. Os Sertões da Fome: a história trágica das Minas de Ouro em fins do século XVII. *Revista de História*, João Pessoa, v.19, p.165-181, jul./dez. 2008.

ROSA, João Guimarães. *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978.

_____. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

RUCINQUE, Héctor F.; VELÁSQUEZ, Ayra Luz. Geografía e Historia: reactivación de antiguas relaciones interdisciplinarias. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, Bogotá, v.2, n.2, p.127-148, 2007.

RUMNEY, Thomas A. Review of Alan R. H. Baker: "Geography and History: Bridging the Divide". *The Professional Geographer*, v.57, n.3, p.481-482, 2005.

RUSSEL WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.18, n.36, p.187-250, 1998.

_____. Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do *Códice Costa Matoso*. *Varia História*, Belo Horizonte, n.21, p.100-118, jul.1999.

_____. Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a "Atlantic History". *História*, São Paulo, v. 28, n.1, p.17-70, 2009.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Estradas Reais*: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.

_____. *Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco e do Verde Grande: 1688-1732*. 2004. 203 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.54, p. 81-99, 1977.

_____. *Por uma Geografia Nova*: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EDUSP, 2002a.

_____. *A Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002b.

SAUER, Carl O. *Introducción a la Geografía Histórica*. Louisiana: Association of American Geographers, 1940.

_____. Foreword to Historical Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v.31, n.1, p.1-24, 1941.

_____. The Fourth Dimension of Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v.64, n.2, p.189-192, 1974.

SCHAM, Sandra. Historical Geographer of the Holy Land: Anson Rainey and his Career with the Landscapes of the Past. *Near Eastern Archaeology*, v.71, n.4, p.243-249, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras; CNPq, 1988.

SENDA, Minoru. Progress in Japanese historical geography. *Journal of Historical Geography*, v.8, n.2, p.170-181, 1982.

SILVA, Célia Nonata da. Homens Valentes: delimitação dos 'territórios de mando' nas Minas setecentistas. *Varia História*, Belo Horizonte, n.24, p.75-89, jan.2001.

SILVEIRA, Marco Antônio. Guerra de usurpação, guerra de guerrilhas. *Varia História*, Belo Horizonte, n.25, p.123-143, jul.2001.

SMITH, Jonathan M. Review of Alan R. H. Baker: "Geography and History: Bridging the Divide". *H-HistGeog* (H-Net Reviews), p.1-3, may. 2005.

SOARES, Josarlete Magalhães. *Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira*. 2009. 249 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Benedito José de. A Bandeira de Fernão Dias Pais como fator de integração. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v.20, p.117-131, 1985.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

STRAFORINI, Rafael. *Tramas que Brilham: Sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII*. Tese (Doutorado em Geografia). 293f. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Alteridade Territorial: uma leitura geohistórica do território colonial brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2., 2009. São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2009. p.1-17.

STRATI, Irene; MARSHALL, Debra. Historical Geography at the *Annual Conference of the Royal Geographical Society-Institute of British Geographers*, Queen's University, Belfast, 2-6 January 2002. *Journal of Historical Geography*, v.29, n.2, p.273-275, 2003.

VASCONCELOS, Salomão de. Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v.5, p.241-257, 1941.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*, Belo Horizonte, n.21, p.181-189, jul.1999.

_____. Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 87-102. Vol. 1.

VIANA, Hélio. Relações entre a Geografia e a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.259, p.203-206, abr./jun. 1963.

VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial: nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil moderno, Vila Boa de Goiás no século XVIII. *História*, São Paulo, v.28, n.1, p.243-288, 2009.

VILLANUEVA, Ana. Os marcos geográficos como referências na ocupação do território paulista: o caso do Morro do Lopo e os núcleos urbanos no “caminho de Atibaia”, século XVIII. *Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade (Urbana)*, Campinas, v.1, n.1, p.1-33, set./dez. 2006.

WILLIAMS, Michael. The relations of *environmental history* and *historical geography*. *Journal of Historical Geography*, v.20, n.1, p.3-21, 1994.

_____. Epilogue: Critique and evaluation. In: DARBY, Henry C. *The relations of history and geography: Studies in England, France and the United States*. Exeter: University of Exeter Press, 2002. p. 203-211.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WYNN, Graeme. Review of Henry Clifford Darby: “The Relations of History and Geography: Studies in England, France and the United States”. *H-Environment* (H-Net Reviews), p.1-6, may. 2003.

_____. D. W. Meinig and *The Shaping of America*. *Journal of Historical Geography*, v.31, n.4, p.610-633, 2005.

WYNN, Graeme; BAKER, Alan R. H. Conference report: *Thirteenth International Conference of Historical Geographers*. *Journal of Historical Geography*, v.33, n.2, p.429-430, 2007.

WYNN, Graeme; DRIVER, Felix. Conference report: Historical Geography in Kyoto. *14th International Conference of Historical Geographers*. *Journal of Historical Geography*, v.36, n.1, p.105, 2010.